

FILOGIA PORTUGUESA NO BRASIL
(Portuguese Philology in Brazil)

Heitor MEGALE (*Universidade de São Paulo*)

César Nardelli CAMBRAIA (*Universidade Federal de Minas Gerais*)

ABSTRACT: In this paper we bring information about the studies and projects in the field of portuguese philology in Brazil along the last ten years, referring eventually to former retrospective studies. We show how philology, since the sixties, lost room among us and how it is going through a retaking process. We articulate theoretical and historical reasons of this route and try to point out the current trends in the field.

KEY WORDS: Portuguese Philology; Textual Criticism; Historical Linguistics.

PALAVRAS-CHAVE: Filologia Portuguesa, Crítica Textual; Lingüística Histórica.

0. Introdução

Ao abrir este trabalho, que tem por objetivo tentar delinear os caminhos percorridos pela Filologia Portuguesa no Brasil nos últimos dez anos, é de todo importante esclarecer o significado com que se trabalha aqui a palavra *Filologia*. Esse termo está sendo utilizado aqui na acepção definida por Ivo Castro como: “ciência que estuda a gênese e a escrita dos textos, a sua difusão e a transformação dos textos no decurso da sua transmissão, as características materiais e o modo de conservação dos suportes textuais, o modo de editar os textos com respeito máximo pela intenção manifesta do autor” (Castro, 1992:124).

Feito esse esclarecimento, pode-se passar ao que se tem feito em termos de Filologia ao longo dos últimos dez anos no Brasil, bem como os rumos que está tomando o trabalho filológico no presente. Uma vez que não existe disponível (ainda!) um banco de dados em que se tenha registrada a produção na área de Crítica Textual e Edição de Textos nestes últimos tempos no Brasil, optou-se aqui por um mapeamento da produção filológica realizada por pesquisadores brasileiros com base na análise de eventos nacionais da área ocorridos neste período¹. Se, por um lado, esse método de análise permite identificar os pesquisadores e seus projetos com base em trabalhos

¹ A fim de refinar o presente mapeamento, utilizaram-se aqui também dados extraídos do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (Versão 3.0), mantido pelo CNPq.

apresentados nos eventos em que se reuniram estudiosos de vários pontos do país; por outro lado, não é suficiente para identificar aqueles grupos cujos trabalhos têm sido apresentados fundamentalmente em eventos regionais ou locais. Embora se tenha aqui ciência das limitações desse tipo de método de análise, a sua adoção justifica-se por se considerar que os resultados, embora fragmentários, constituem contribuição para a historiografia da Filologia Portuguesa no Brasil.

Antes de expor os dados apurados, convém mencionar alguns trabalhos que trataram dos caminhos percorridos pela Filologia Portuguesa em décadas anteriores no País. É necessário salientar que, na verdade, em todos eles, a análise abrange muito mais do que os estudos de Crítica Textual e Edição de Textos, incluindo também estudos diacrônicos do português. Na década de trinta, Antenor Nascentes publicou os seus *Estudos Filológicos* (1939), obra em que apresenta uma proposta de divisão dos estudos filológicos no Brasil em três períodos: 1º - Embrionário (início da cultura brasileira até 1884), 2º - Empírico (1834-1881) e 3º - Gramatical (1881-1939). Em fins da década de quarenta e início da de cinquenta, aparecem dois breves artigos em que se dá notícia da produção filológica no Brasil - trata-se de "Filologia" (1949), de Joaquim Mattoso Câmara Jr. e "A Filologia Portuguesa no Brasil (1939-1948)" (1951), por Serafim da Silva Neto. Nos anos sessenta, Sílvio Elia traz a lume *Ensaio de Filologia* (1963), livro que reúne vários artigos seus - dentre eles, o acurado ensaio "Os Estudos Filológicos no Brasil". Com base em extenso levantamento, Elia reanalisa a história dos estudos filológicos no Brasil dividindo-a em dois grande períodos: 1º - Vernaculista (1820-1880) e 2º - Científico (1880-1960). Este último recebe ainda subdivisões: 1ª Fase (1880-1900) e 2ª Fase (1900-1960), sendo esta, ainda, dividida em três momentos: 1ª Geração (1900-1920), 2ª Geração (1920-1940) e 3ª Geração (1940-1960). Na década de setenta, é publicada uma coletânea intitulada *Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil* (1976), na qual Anthony Julius Naro, em artigo homônimo, apresenta um balanço da pesquisa filológica no Brasil. Contam ainda sobre a situação da realização de edições críticas no Brasil um ensaio de Antônio Houaiss ("A edição crítica de textos no Brasil" (1980)) e outro de Edith Pimentel Pinto ("Edição crítica no Brasil" (1982)). Especificamente sobre a pesquisa filológica no Rio de Janeiro, há o recente ensaio de Joram Pinto de Lima, intitulado "A Crítica Textual no Rio de Janeiro" (1995). Por fim, é mister citar os valiosos ensaios sobre a Filologia no Brasil e suas relações com a Lingüística - em especial, com a Lingüística Histórica - nos últimos tempos, escritos por Rosa Virgínia Mattos e Silva: "Reencontro da Filologia e da Lingüística nos Estudos Diacrônicos" (1983), "Fluxo e refluxo: uma retrospectiva da Lingüística

Histórica no Brasil” (1988) e “Linguística Histórica e Filologia hoje: redefinindo fronteiras” (1993).

1. A pesquisa filológica no Brasil

Tornou-se repetitiva a observação de que a Filologia perdeu progressivamente terreno entre nós nos últimos trinta anos, tendo sido relegada a um segundo plano ou, em alguns casos, tendo mesmo desaparecido em benefício da Linguística, que passou progressivamente a ocupar um lugar de destaque nos Cursos de Letras da maioria das instituições de ensino superior do país (cf. a discussão do impacto da Linguística no Brasil em Altman (1998)). Como relembra Mary Kato, na apresentação intitulada “Como, o que e por que escavar?”, que escreveu para *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*, “os estudos diacrônicos foram relegados a um segundo plano, ou mesmo ignorados, como consequência da ideologia rigidamente ahistórica do início do estruturalismo” (Roberts & Kato, 1993:13). Reconhece a autora a realidade ainda hoje vigente de que em grande número dessas instituições de Ensino Superior, a Filologia nem mesmo comparece nos programas de pesquisa e de pós-graduação ou nas grades curriculares de graduação. Esse vazio deixado por sua ausência, conforme atesta a pesquisadora, está diretamente relacionado ao fato de, a partir da década de sessenta, os estudos de língua portuguesa terem passado a privilegiar acentadamente os aspectos descritivos sincrônicos, um dos escopos da Linguística no Brasil. Quem situa magistralmente esse momento histórico em que a busca de uma descrição da língua se impunha é Mattoso Câmara²:

Isso nos impõe a tarefa de fazer a descrição (mesmo para fins escolares) em função da língua oral, o que, paradoxalmente, nem em relação à “fonética”, nas nossas gramáticas, é feito de maneira coerente. (Câmara Jr. (1970:11))

Constata-se, no entanto, que a tarefa que se impunha aos lingüistas nos anos sessenta lamentavelmente não foi cumprida, pelo menos na extensão ou com a profundidade com que Mattoso Câmara certamente pretendia. Passados trinta anos, ainda há Cursos de Letras em que, por exemplo, a Fonologia Portuguesa não ocupa o espaço que lhe é devido e sua presença muito fraca ou, o que é muito mais grave, sua ausência compromete seriamente todos os demais cursos e trabalhos. É muito forte esse dado porque a Fonologia é

² Em nota de rodapé, o eminente lingüista remete a artigo seu: “Antenor Nascentes e a filologia brasileira” (1966), para referir como Antenor Nascentes focaliza a questão.

considerada a área que mais prosperou nos estudos sincrônicos entre nós, enquanto algumas áreas desenvolveram-se um pouco menos.

Dentro dessas contradições, presencia-se entre nós, de uns anos a esta parte, uma espécie de ressurgimento da Filologia³, a que se atribuem motivos de natureza diversa. Alega-se que a descrição da língua esbarra na ausência de documentação cuja lição confiável só a Filologia pode apresentar. Portanto, que volte a Filologia. Em muitos centros de pesquisa, já se tem consciência do fato de a Filologia ser ciência que tem larga contribuição a oferecer para diversas áreas do conhecimento, tais como Teoria da Literatura, Lingüística Histórica, Sociolingüística, tanto quanto para a Filosofia da Linguagem, em seus desdobramentos mais recentes. Nesse último campo, especificamente, nota-se a exigência de uma revisão de textos, já não apenas anteriores à Imprensa, mas também de edições recentes. Há motivações que vão para além da simples edição ou do trabalho de estabelecimento de texto para o processo de sua criação ou de sua geração.

No Brasil, atualmente, a Filologia Portuguesa - que, na verdade, nunca deixou de ser feita, mas sim passou-se a fazer em menor escala e em menor número de Instituições - tem sido impulsionada por duas importantes áreas: a Crítica Genética e a Lingüística Histórica. A Crítica Genética, ramo do saber bastante recente, foi introduzida no Brasil em meados da década de oitenta (sobre a Crítica Genética no Brasil, consultar Salles (1992)) e, a partir de então, está em intenso progresso, ampliando-se fortemente o número de pesquisadores e de centros de investigação vinculados à área. Já a Lingüística Histórica, cujas origens como ciência remontam ao final do século XIX, esteve, juntamente com a Filologia, eclipsada durante o período que vai desde a introdução do estruturalismo no Brasil (década de sessenta) até meados da década de oitenta, quando começa a aumentar o interesse pelos estudos diacrônicos no Brasil.

1.1. Eventos científicos

Uma das contribuições dadas à área de Crítica Textual e Edição de Textos pelo progresso dos estudos de Crítica Genética no Brasil foi a instituição de encontros internacionais, que têm como principal entidade organizadora a

³Saliente-se aqui que tal “ressurgimento” não é um fenômeno restrito ao Brasil. Para esta constatação, conferir, por exemplo, o artigo “O retorno à filologia” (1995) de Ivo Castro.

Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário (APML), fundada durante a realização do primeiro deles em 1985. Esses encontros, que já se realizaram em cinco oportunidades, passaram a ser um espécie de fórum nacional, em que pesquisadores de todo o Brasil reúnem-se para discutir teorias, métodos e resultados de suas pesquisas. Dada a grande importância desses eventos para a área, convém aqui relacioná-los: *I Encontro de Crítica Textual: o Manuscrito Moderno e as Edições*, realizado no período de 16 a 20 de setembro de 1985, em São Paulo, na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; *II Encontro de Edição Crítica e Crítica Genética: Ecloração do Manuscrito*, 29 de agosto a 2 de setembro de 1990, em São Paulo, na FFLCH-USP; *III Encontro de Ecdótica e Crítica Genética*, 15 a 18 de outubro de 1991, em João Pessoa, na Universidade Federal da Paraíba; *IV Encontro Internacional de Pesquisadores do Manuscrito e de Edições: Gênese e Memória*, 29 de agosto a 01 de setembro de 1994, em São Paulo, FFLCH-USP; e *V Encontro Internacional da Associação dos Pesquisadores do Manuscrito Literário: Memória Cultural e Edições*, 04 a 07 de novembro de 1996, em Salvador, no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Prevê-se, para o período de 31 de agosto a 03 de setembro de 1999, a realização do *VI Encontro da APML: Fronteiras da Criação*, em São Paulo, na FFLCH-USP.

Outra contribuição do grupo de pesquisadores de Crítica Genética foi a criação de um Grupo de Trabalho de Crítica Genética (GTCG) nos encontros nacionais da Associação Nacional de Pós-graduação em Linguística e Letras (ANPOLL). Assim, abriu-se também outro espaço para o encontro de pesquisadores não só de Crítica Genética, como também de Crítica Textual. Realizaram-se sessões do GTCG nos seguintes encontros: *VII Encontro Nacional da ANPOLL*, 17 a 20 de maio de 1992, em Porto Alegre, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; *IX Encontro Nacional da ANPOLL*, 12 a 16 de junho de 1994, em Caxambu, no Hotel Glória; *XI Encontro Nacional da ANPOLL*, 2 a 6 de junho de 1996, em João Pessoa, nos hotéis Caiçara e Ouro Branco; e *XIII Encontro Nacional da ANPOLL*, 09 a 12 de junho de 1998, em Campinas, no IEL-UNICAMP.

Trabalhos na área de Filologia Portuguesa também têm estado presentes nos seminários anuais do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, que, embora com este nome, recebem pesquisadores de todo o Brasil - aparecem, mais especificamente, nos quatro últimos: *XLIII Seminário do GEL*, maio de 1995, em Ribeirão Preto, na Universidade de Ribeirão Preto; *XLIV Seminário do GEL*, maio de 1996, em Taubaté, na Universidade de Taubaté;

XLV Seminário do GEL, 22 a 24 de maio de 1997, em Campinas, na Universidade Estadual de Campinas; e *XLVI Seminário do GEL*, 25 a 27 de junho de 1998, em São José do Rio Preto, na Universidade Estadual Paulista (UNESP). Os trabalhos têm sido apresentados em grupos de trabalho ou comunicações coordenadas sob o título de “Leitura de textos antigos”.

Outro evento em que os pesquisadores da área se encontraram foi o *I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística* (ABRALIN), realizado no período de 11 a 16 de setembro de 1994, no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Embora não houvesse no evento um grupo de trabalho específico de Crítica Textual, cinco pesquisadores apresentaram seus trabalhos de Crítica Textual no GT de Lingüística Histórica do Português. Em oportunidade anterior, a ABRALIN, em seu *XII Instituto de Verão*, de 28 de janeiro a 4 de fevereiro de 1993, na Universidade de São Paulo, ofereceu, pela primeira vez, um curso de Crítica Textual: *A Crítica do original disponível*, tendo trazido Luiz Fagundes Duarte, da Universidade Nova de Lisboa, para ministrá-lo.

Muitos estudiosos também se reuniram durante a realização do *III Encontro Internacional de Queirosianos*, 18 a 21 de setembro de 1995, em São Paulo, na FFLCH-USP, evento motivado pela celebração dos 150 anos de nascimento de Eça de Queirós.

Nos dias 19 e 20 de março de 1997, realizou-se, na FFLCH-USP, *Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*, no qual houve mesa-redonda tendo como tema Filologia do Português. Nessa oportunidade pesquisadores de diferentes partes do Brasil (Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro) abordaram o problema do estabelecimento de normas para edição de textos antigos.

O problema da edição de textos também foi discutido durante o *I Seminário para a História do Português Brasileiro*, ocorrido no período de 16 a 18 de abril de 1997, em São Paulo, na FFLCH-USP. Compareceram a este evento pesquisadores não apenas de várias universidades brasileiras (UEL, UFBA, UFMG, UFFS, UFRJ, UFSC, UNICAMP e USP) como também de universidade estrangeira (Universidade de la República de Uruguay). Realizou-se durante o evento debate sobre a constituição de um *corpus* diacrônico do português brasileiro, no qual pesquisadores relataram suas experiências na edição de textos com o objetivo de fornecer dados para o estudo histórico do português do Brasil (os trabalhos apresentados nessa oportunidade já se encontram publicados: cf. Castilho (1998). Também no *II Seminário para a História do*

Português Brasileiro, realizado no período de 10 a 16 de maio de 1998, em Campos do Jordão (SP), houve discussões a respeito de edição de textos, das quais resultou a proposta de um conjunto de normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil, elaborada por uma comissão de pesquisadores de diversas universidades.

Na Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, teve lugar o *I Workshop do Manuscrito*, no período de 23 a 25 de junho de 1997. Neste evento, organizado em parceria com o Museu-Acervo da Literatura Brasileira, estudiosos de várias instituições brasileiras fizeram comunicações sobre suas práticas em edição de manuscritos modernos, além de terem ministrados breves cursos sobre catalogação, conservação e edição de manuscritos.

Realizou-se recentemente o *I Seminário Internacional de Trabalho Filológico: Textos Medievais e suas Fontes*, 12 a 15 de agosto de 1997, evento de organização conjunta entre a Universidade de São Paulo e a Universidade Estadual de Campinas. Nesse seminário pesquisadores brasileiros e estrangeiros debateram aspectos relacionados à Matéria de Bretanha e às cantigas de amor de D. Dinis.

No período de 10 a 14 de novembro de 1997, foi realizado o *Congresso Nacional de Lingüística e Filologia*, sob a coordenação geral de José Pereira da Silva (UERJ), na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Houve a realização de vários minicursos, oficinas e grupos de trabalho, conferências e mesas-redondas sobre Lingüística (com ênfase em estudos românicos) e Filologia/Crítica Textual (uma seleção dos trabalhos apresentados encontra-se em Silva (1998)). O *II Congresso Nacional de Lingüística e Filologia* ocorreu entre 05 a 09 de outubro de 1998 na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Prevê-se, para o período de 16 a 20 de agosto de 1999, a realização do *III Congresso Nacional de Lingüística e Filologia* na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Em dezembro de 1997, na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, aconteceu a primeira reunião de Coordenação do *Projeto Filologia Bandeirante* que reúne pesquisadores da própria Universidade de São Paulo e das Universidades Federais de Minas Gerais, de Goiás e do Mato Grosso. O Projeto Temático, então aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, ampliou sua base de pesquisa anteriormente prevista para a coleta de inquéritos nas trilhas das bandeiras incluindo a documentação manuscrita da época, a qual será

devidamente editada. O Primeiro Encontro desse Projeto Temático de Equipe aconteceu no antigo Colégio Caraça, em Catas Altas-MG, entre 25 e 25 de novembro de 1998.

Todos estes eventos têm tido grande importância para o desenvolvimento dos estudos filológicos no Brasil não apenas por permitirem o encontro de diversos pesquisadores brasileiros, mas também por terem possibilitado a vinda ao Brasil de vários estudiosos de Crítica Textual de diversos países. No âmbito específico da Filologia Portuguesa, os pesquisadores brasileiros tiveram a honra de receber, neste período, estudiosos como Carlos Reis (Universidade de Coimbra), Francisco Topa (Universidade do Porto), Giulia Lanciani (Università di Roma), Giuseppe Tavani (Università di Roma), Harvey L. Sharrer (University of California: Santa Barbara), Irene Freire Nunes (Universidade de Lisboa), Ivo Castro (Universidade de Lisboa), Luciana Stegagno Picchio (Università di Roma), Luiz Fagundes Duarte (Universidade Nova de Lisboa), Margarida Vieira Mendes (Universidade de Lisboa), dentre outros. Vieram ao Brasil não apenas pesquisadores de instituições estrangeiras que lidam com Filologia Portuguesa, mas também importantes pesquisadores de manuscritos em geral, tais como Alfredo Stussi (Scuola Normal Superiore de Pisa-Itália), Almuth Grésillon (ITEM/CNRS-França), Ana Maria Barrenechea (Universidad de Buenos Aires-Argentina), Colette-Anne van Coolput-Storms (Université Catholique de Louvain-Bélgica), Fanni Bogdanow (University of Manchester-Inglaterra), Jacques Neefs (ITEM/CNRS-França), Louis Hay (ITEM/CNRS-França), Jean-Louis Lébrave (ITEM/CNRS-França), Maria Inés Palladero (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas-Argentina), dentre outros.

1.2. Breve notícia acerca de grupos de pesquisa e seus projetos

A partir da análise dos anais desses eventos, foi possível perceber que há um grande número de pesquisadores trabalhando com a edição de obras de autores brasileiros e portugueses, modernos ou não. Para dar uma idéia, tenta-se esboçar abaixo uma síntese dos grupos de pesquisadores e de seus projetos. A fim de tornar mais transparentes as grandes linhas de pesquisa na área, divide-se a exposição de acordo com os seguintes critérios: (a) o tipo de texto que constitui o objeto de análise dos pesquisadores: literários x não-literários, (b) cronologia do autores estudados e (c) instituição que sedia os grupos de pesquisa.

1.2.1. Edição de textos não-literários

A principal razão de se estar editando, nestes últimos tempos, textos não-literários em língua portuguesa deve-se certamente à recente retomada dos estudos diacrônicos do português, a qual data de meados da década de oitenta. Dessa época para cá, cresceu e intensificou-se muito o interesse pelo estudo da história do português, mais ainda pela história do português do Brasil (cf., por exemplo, os estudos sobre o português brasileiro realizados sob a orientação de Fernando Tarallo e publicados sob o título de *Português brasileiro: uma viagem diacrônica* (1993)). Com o objetivo de ampliar o *corpus* para a investigação da história da língua portuguesa através da edição de textos de diversos tipos, muitos pesquisadores têm se debruçado sobre cartas pessoais, diários, roteiros de viagens, processos judiciais e outros tantos textos que documentam o uso da língua em diferentes momentos de sua história.

Obras de literatura médica têm sido estudadas e editadas por Marinalva Freira da Silva, da Universidade Federal da Paraíba: é de sua responsabilidade edição do *Regimento Proueytoso contra La Pestencia* (fins do séc. XIV). Pesquisadoras da Universidade Federal da Bahia têm se ocupado de roteiros de viagens (do séc. XVI): é de autoria de Célia Marques Telles o trabalho *Coleção de roteiros portugueses da carreira da Índia no século XVI: edição do manuscrito da BNP* (1988); de responsabilidade de Teresa Leal Gonçalves Pereira há o trabalho *Um livro de marinharia do século XVI; edição do manuscrito Fonds Portugais 40 (atual 61), códice 44.340 da Bibliothèque Nationale de Paris* (1996). Têm-se editado atualmente também documentos jurídicos do séc. XIII: sob orientação de Rosa Virgínia Mattos e Silva (UFBa), Permínio Souza Ferreira realizou o trabalho *Inquirições de D. Dinis: índices e vinte e sete primeiros fólhos; edição crítica de um texto medieval notarial português* (1996). Na Universidade Federal de Minas Gerais, encontra-se sob os cuidados de Maria Antonieta Cohen edição das cartas pessoais de Catarina de Bragança, Rainha da Inglaterra (séc. XVII). Na Universidade Estadual de Feira de Santana - Bahia, tem-se notícia da preparação de edição diplomático-interpretativa de documentos do século XIX relativos à compra de escravos que integram o acervo do Centro de Estudos Feirenses da referida universidade, edição executada por Aldo José Morais Silva, Cledson José Ponce Morais e Lucidalva Correia Assunção. Ainda na Bahia, outro grupo de pesquisadores tem se ocupado da edição de manuscritos da Coleção Santo Amaro, que integra o Acervo de Manuscritos Baianos do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia: fazem parte do grupo pesquisadores da própria UFBa (Arlete Silva Santos e Maria Dolores Teles) e também da Universidade Estadual da Bahia (Genésio Seixas Souza e Paulo Cezar Veloso).

Informação mais detalhada acerca do trabalho dos pesquisadores atualmente empenhados na construção de um *corpus* diacrônico do português brasileiro pôde-se ter no já mencionado *I Seminário para a História do Português Brasileiro*, no qual deram seu depoimento Afrânio G. Barbosa (UFRJ); Gilvan Müller de Oliveira (UFSC); Miguel Salles e Marcelo Módolo (USP); Norma Lúcia Fernandes de Almeida e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro (UFFS); e Tânia Lobo (UFBA) (os depoimentos foram publicados em Castilho (1998)). Convém aqui ainda dar notícia da série filológica do Núcleo de Estudos Portugueses da Universidade Federal de Santa Catarina (coordenado por Gilvan Müller de Oliveira), que tem publicado edições críticas de fundos documentais de 1703 a 1830 disponíveis no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, compreendendo ofícios e correspondências.

Com o objetivo de editar os documentos brasileiros, fruto de pesquisa dos Projetos Filologia Bandeirante e Português do Brasil, inicia-se em São Paulo, pela Editora Humanitas da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, a Série Diachronica que se espelha na Coleção Dicionário da Língua Portuguesa: Textos e Vocabulários, dirigida por Antônio Geraldo da Cunha, nos anos sessenta, no Rio de Janeiro. Inaugura-se com a *Carta* de Pero Vaz de Caminha, tomando por base a revisão da lição de Jaime Cortesão feita pelo próprio Antônio Geraldo da Cunha, a que se incorporam novos critérios de transcrição semidiplomática por César Nardelli Cambraia e Heitor Megale (cf. Caminha (1999)). Coordenam a série de publicações da Segismundo Spina, Heitor Megale e Sílvio de Almeida Toledo Neto.

Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, há o grupo Crítica Textual e Edição de Textos, coordenado por Edwald Machado Cafezeiro e José Pereira da Silva, sob cujos auspícios está o Projeto Alexandre Rodrigues Ferreira, iniciado em 1993 e executado em conjunto com a Biblioteca Nacional e professores da Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Pará. O projeto tem como objetivo preparar edição crítica e comentada da obra do naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), que constitui importante fonte para, por exemplo, o conhecimento da Amazônia no final do século XVIII. De responsabilidade de José Pereira da Silva consta ainda ser a edição das *Questões Apologéticas*, do Pe. Manuel da Penha do Rosário (séc. XVIII) (Rosário, 1995) e do *Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as últimas colônias dos domínios portugueses em os rios Amazonas e Negro*, escrito pelo Pe. José Monteiro de Noronha (séc. XVIII) (Silva, 1997).

1.2.2. Edição de textos literários

A edição de textos literários, que sempre foi o campo por excelência da Filologia, teve forte impulso com a instalação da Crítica Genética no Brasil. Embora nunca se tenha deixado de editar textos literários, a difusão dos estudos genéticos fez ampliar imensamente o número de pesquisadores ocupados com a edição de obras literárias e também o número de centros de pesquisa em que os trabalhos são realizados. Na abertura do *I Encontro de Crítica Textual*, Philippe Willemart assinalou o aspecto inovador da Crítica Genética, que se ora instalava no Brasil:

O objetivo desse Encontro parece claro no seu título. Por um lado, o estudo do manuscrito moderno e por outro lado, a edição crítica. No entanto, sabemos que o estudo do para-texto (correspondência, cadernos, anotações), do manuscrito (rascunhos, plano e esboço) e o estabelecimento de uma boa edição crítica são meios a serviço de um objetivo maior: a leitura e a crítica dos grandes textos de nossas literaturas, além de uma inteligência mais exata do fenômeno da arte. (Willemart (1986:11)).

Embora o impulso dado pela Crítica Genética tenha feito os olhares voltarem-se para os manuscritos modernos, os estudos de Filologia Portuguesa Medieval também viram crescer o número de pesquisadores. Na área de Filologia e Língua Portuguesa do programa de Pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, realizaram-se, nos últimos anos, sob a orientação dos professores Elza Miné e Heitor Megale, edições de trovadores medievais - *Cantigas de Fernam Soarez de Quinhones: subsídios para uma edição crítica* (João Antonio de Santana Neto, 1990); *Obra satírica de dom Pero Gomez Barroso; trovador português do século XIII* (João Francisco Gonsalez, 1990); *Cantigas de Galisteu Fernandes: proposta para uma edição crítica* (Marcello Moreira, 1994) e *Subsídios para uma edição crítica das cantigas de Joan Velho de Pedro Gaez* (Loiry Machiavelli, 1995) - assim como de textos em prosa: *Fabulário medieval português* (Juvino Alves Maia Júnior, 1993); *Edição diplomático-interpretativa d'A vida do cativo monge confesso'* (César Nardelli Cambraia & Tânia Lobo, 1995); *Duas leituras do tratado ascético-místico Castelo Perigoso* (João Antonio de Santana Neto, 1997); *Livro de Isaac: edição e estudo do cód. alc. 461* (César Nardelli Cambraia, em preparação).

⁴ Há, entretanto, dados bastantes ricos e atualizados na página eletrônica intitulada *Estudos em Crítica Genética - Brasil* (<http://www.geocities.com/Paris/Bistro/5753/index.html>).

Descrever os projetos - realizados ou em andamento - no campo da edição crítica e/ou genética de textos literários modernos é uma tarefa bastante complicada dados o grande número de pesquisadores envolvidos e a inexistência de um boletim atualizado e abrangente dos projetos em andamento⁴. Tenta-se fazê-lo focalizando fundamentalmente os grupos de pesquisa, seus coordenadores e os autores estudados.

Na Paraíba, há o projeto Ateliê de José Lins do Rego, coordenado por Sônia Maria van Dijk Lima, da Universidade Federal da Paraíba, que tem se ocupado do estudo e edição das obras do escritor paraibano José Lins do Rego. Há ainda notícia de edição de *A Bagaceira* do escritor José Américo de Almeida, realizada por Milton Paiva, Elisalva Dantas e Neroaldo Azevêdo.

Na Bahia, o Grupo de Edição Crítica de Textos, coordenado por Nilton Vasco da Gama e Célia Marques Telles, da Universidade Federal da Bahia, tem investigado, com vistas à edição, as obras do escritor baiano Artur de Salles (cf. Telles & Gama (1996)). A constituição desse grupo, do qual fazem parte Albertina Ribeiro da Gama, Teresa Leal Gonçalves Pereira e ainda outros pesquisadores, data da abertura do curso de mestrado na UFBA, em 1977. Tem-se notícia da edição, sob direção do Grupo, das obras *Sangue-mau* (Salles, 1981), *Poemas do Mar* (Carvalho, 1995), *Sonetos* (Queiroz, 1995), *O Dote de Mathilde* (Baldwin, 1996) e *O Ramo da Fogueira* (Reis, 1996).

Em Minas Gerais, um grupo de pesquisadores, sob a orientação de Melânia Silva de Aguiar (PUC-MG), está preparando edição crítica das obras completas de Cláudio Manuel da Costa, poeta brasileiro do século XVIII, estando atualmente empenhados, em especial, na edição de seu poema *Vila Rica*. Essa linha de pesquisa constitui uma retomada do projeto de edição das obras dos poetas inconfidentes (séc. XVIII) iniciada por Rodrigues Lapa, quando da permanência deste em Belo Horizonte (1956-1962), onde editou as obras de Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Notícia mais detalhada do trabalho deste grupo encontra-se em Aguiar (1995). Também na PUC-MG encontra-se o grupo de pesquisa que, sob a direção de Lélia Parreira Duarte, está preparando a fixação do texto das obras *Vinte Horas de Liteira* e *A Filha do Arcediago*, de Camilo Castelo Branco.

No Rio de Janeiro, há notícia de vários projetos. O projeto *Tradição Manuscrita e/ou Impressa de Textos Brasileiros do Séculos XVI ao XX*, coordenado por Edwald Machado Cafezeiro (UERJ), tem trazido a lume vários

estudos e edições: *Cartinha pera e[n]sinar a ler* (séc. XVI), por Margarida Oliveira e Monica Schaffino; *Obras de Antônio de Souza* (séc. XVII) por Aileda Oliveira, Ceila Montez e Nelson Ferreira; *Aventuras de Diófanos* (séc. XVIII) por Ceila Montez; *Cinematographo (Chronicas Cariocas)* (séc. XX), por Nelson Ferreira. Também coordenado por Edwaldo Machado Cafezeiro (UERJ), consta o projeto Memória da Dramaturgia Brasileira. Sob a responsabilidade de Fernando Ozório Rodrigues (Universidade Federal Fluminense), encontra-se uma nova edição da obra *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo*, de Gonçalo Fernandes Trancoso, livro impresso em 1575. A obra de Gregório de Matos e Guerra tem sido investigada recentemente por José Pereira da Silva, Ruy Magalhães de Araujo e Emmanuel Macedo Tavares (UERJ) com vistas à preparação de edição (cf. a notícia da pesquisa dada em Silva (1998a)).

Em São Paulo, há também notícia de diversos projetos ligados à Crítica Textual e/ou Genética. Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo encontra-se em atividade o *Centro de Estudos de Crítica Genética*, fundado em agosto de 1993, sob a coordenação de Cecília Almeida Salles (sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Centro, cf. Salles (1995)).

Na Universidade de São Paulo, os projetos realizam-se tanto na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) como no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB).

Na FFLCH, está em andamento o projeto *Memória do Manuscrito Literário Brasileiro*, sob a coordenação de Roberto de Oliveira Brandão e com a participação de Diléia Zanotto Manfio, da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP) em Assis. Tal projeto tem como objetivo realizar o levantamento de manuscritos literários brasileiros existentes em instituições oficiais e particulares, bibliotecas, editoras, bibliófilos, pesquisadores e autores para serem catalogados e publicados na forma de catálogo que sirva de referência para pesquisadores (para descrição mais detalhada do projeto, conferir Brandão (1995)). Sabe-se também do grupo de pesquisa *Laboratório do Manuscrito Literário*, sob a direção de Philippe Léon Marie Ghislain Willemart, que, desde 1985, tem se dedicado à investigação da crítica genética. Esse grupo estabeleceu junto com a APLM um convênio com Institut des Textes et Manuscrits Modernes (ITEM) do CNRS de Paris através do CNPq desde 1987, convênio esse que ainda se encontra em funcionamento.

Textos de autores modernos (obras e correspondências) também têm

sido editados sob a orientação dos outros pesquisadores da FFLCH (Elza Miné, Maria Helena Nery Garcez, Philippe Willemart, Valentim Faccioli e Zenir Reis): *“Clepsydra” de Camilo Pessanha: uma proposta de estabelecimento de texto* (Paulo Elias Allane Franchetti, 1992); *Proposta de edição da correspondência inédita entre João Guimarães Rosa e seu tradutor alemão, Curt Meyer-Clason (23 de janeiro de 1958 a 27 de agosto de 1967)* (Maria Aparecida Faria Marcondes Bussolotti, 1997) *Para uma edição crítica de “S. Cristóvão” de Eça de Queirós* (Eliane Hosokawa Imayuki, 1998); *“Amavisse” de Hilda Hilst: edição genética e crítica* (Cristiane Grando, 1998); *“São Bernardo” de Graciliano Ramos: proposta para uma edição crítica* (Nádia Regina Marques Coelho Bumirgh, 1998); *O cortiço”, de Aluisio Azevedo: estabelecimento de textos em edição crítica e parte da fortuna crítica* (Laura Camilo dos Santos Cruz, 1998); *Edição crítica de Marco Zero I: a revolução melancólica* (Eridan Ribeiro de Carvalho, 1998); *Marco Zero II: chão, Oswald de Andrade - edição restaurada* (Luiz Roberto Dias de Melo, 1998).

No IEB, encontra-se em realização o *Projeto de Organização, Exploração e Divulgação do Arquivo João Guimarães Rosa*, elaborado e coordenado inicialmente por Cecília de Lara (atualmente pesquisadores do projeto estão sob a orientação de Maria Neuma Barreto Cavalcante). Tal projeto objetiva organizar, explorar e promover o conjunto de documentos relativos à vida e à obra do escritor existentes atualmente no IEB (maiores informações sobre as atividades editoriais realizadas neste instituto encontram-se em Lopez (1995)). Têm também merecido grande atenção o acervo de Mário de Andrade (coordenado por Telê Ancona Lopez, que chefia a *Equipe Mário de Andrade*) e de Graciliano Ramos (sob a direção de Yêdda Dias Lima). Obras e manuscritos pertencentes a este mesmo Instituto também têm sido dados à estampa através de vários teses e dissertações de pós-graduação: *“Quatro Pessoas”: edição crítica do romance inacabado de Mário de Andrade* (Maria Zélia Galvão de Almeida, 1984); *Edição crítica e comentada de “O Mundo Musical” de Mário de Andrade* (Jorge Sidney Coli Junior, 1990); *Mário de Andrade - “Crítica-Rio”: edição crítica* (Sônia de Camargo Vollet Sachs, 1991); *Poesias reunidas de Oswald de Andrade: elementos para uma edição crítica* (Diléa Zanotto Manfio, 1993); *Diálogo epistolar: edição da correspondência Mário de Andrade/Manuel Bandeira* (Marcos Antonio de Moraes, 1997). Há ainda trabalhos relacionados à crítica genética que têm sido realizados no referido Instituto: *“Infância” de Graciliano Ramos: gênese textual e estudo estilístico (esboço de edição)* (Eliane Jacqueline Mattalia, 1996) e *Edição crítica em uma perspectiva genética de “As Três Marias” de Raquel de Queiroz* (Marlene Carmelinda Gomes Mendes, 1996).

1.3. Publicação de obras: uma seleção

Apesar de ter aumentado bastante o número de estudiosos envolvidos com o problema da edição de textos, poucos foram os manuais de Crítica Textual publicados: durante o período analisado, constatamos apenas a publicação de um manual, de autoria de Leodegário A. de Azevedo Filho - *Iniciação em Crítica Textual* (1987) -, e a reedição revista e atualizada do manual de Segismundo Spina - *Introdução à edótica: Crítica Textual* (1994), publicado pela primeira vez em 1977.

Trabalhos relacionados à Crítica Genética têm sido publicados sistematicamente pela revista *Manuscrita*, editada pela Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário. Até o presente momento, já se publicaram sete números: *Manuscrita* 1 (1990), *Manuscrita* 2 (1991), *Manuscrita* 3 (1992), *Manuscrita* 4 (1993), *Manuscrita* 5 (1994), *Manuscrita* 6 (1996) e *Manuscrita* 7 (1998).

Sob responsabilidade do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos, tem sido publicada, desde 1995, a revista *Philologus*, que está atualmente em seu décimo primeiro número. Por conta do Instituto de Língua Portuguesa (Rio de Janeiro), tem-se dado a lume a revista semestral *Confluência*, que, desde o início de sua edição em 1991, tem acolhido diversos trabalhos na área de Filologia.

O Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia publica *Estudos Lingüísticos e Literários*, revista que tem veiculado resultado de pesquisas realizadas por vários professores da Instituição, trazendo a público trabalhos de diversas áreas, dentre as quais encontra-se a Crítica Textual.

Não se poderia deixar de mencionar neste breve artigo uma série de publicações na área de Filologia Portuguesa que constituem coletâneas de artigos em homenagem a filólogos brasileiros. Inserem-se neste caso as coletâneas dedicadas a Celso Cunha (*Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha* (Pereira & Pereira 1995)); a Gladstone Chaves de Melo (*Miscelânea em homenagem ao Prof. Dr. Gladstone Chaves de Melo* (Barros, Gouveia e Bechara, 1995)), a Isaac Nicolau Salum (*Estudos de filologia e lingüística* (Carratore et alii, 1981)); a Leodegário Amarante de Azevedo Filho (*Estudos Universitários de língua e literatura; homenagem ao Prof. Dr. Leodegário A. de Azevedo Filho* (1993)); a Nilton

Vasco da Gama (*Estudos lingüísticos e literários* (1996)); a Segismundo Spina (*Para Segismundo Spina: língua, filologia e literatura* (Elia et alii, 1995)); e a Sílvio Elia (*Estudos universitários de lingüística, filologia e literatura; homenagem da Academia Brasileira de Filologia e do Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro ao Prof. Dr. Sílvio Elia* (1990)).

Edição fac-similada, agora no Brasil, tem recebido uma série de trabalhos de Crítica Textual produzidos por filólogos estrangeiros de épocas anteriores: a Editora Lucerna (do Rio de Janeiro), em suas séries *Lingüística e Filologia Portuguesas* e *Jóias Literárias*, publicou o *Cancioneiro Gallego-Castelhano* (por Henry R. Lang), *O livro de Esopo* (por José Leite de Vasconcelos), *As cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade* (por Oskar Nobiling) e *Os Lusíadas* (por Manuel de Lira).

Há que se fazer menção também da reedição da *Bíblia Medieval Portuguesa*, cujo texto crítico foi estabelecido por Serafim da Silva Neto no final da década de cinquenta. Tal reedição, acrescida de glossário de responsabilidade de Heitor Megale, foi publicada com o título de *O pentateuco da bíblia medieval portuguesa* (1992).

Por conta da Fundação Biblioteca Nacional têm sido publicadas edições de manuscritos medievais portugueses, sempre acompanhados de fac-símile. Fazem parte da coleção Celso Cunha, coordenada por Gilberto Vilar de Carvalho, as edições *Um tratado da cozinha portuguesa do século XV* (por Antonio Gomes Filho, 1994, reedição de 1963, na já referida meritória coleção coordenada por Antônio Geraldo da Cunha, pelo INL) e *O livro de Isaac de Nínive* (por Ronaldo Menegaz, 1994).

2. Conclusão

À vista do exposto, e sabe-se que muito terá sido deixado de se expor, ou por falta da informação ou pela exigüidade natural do artigo, pode-se avaliar que, de fato, os trabalhos filológicos ocupam muitos pesquisadores, infelizmente não ainda em número suficiente para suprir a todas as carências. Na verdade, a Filologia ainda não se recuperou de todo do impacto provocado pela introdução da Lingüística no Brasil, pois ainda ocupa um lugar marginal nos cursos de graduação: fica como apêndice das disciplinas “Filologia Românica” ou “História da Língua Portuguesa”. Tal condição suscita a idéia errônea de que a preocupação com a fidedignidade dos textos é relevante apenas em relação a textos medievais ou renascentistas, ou seja, textos que

remontam à época da tradição apenas manuscrita: a preocupação com a autenticidade do texto é também importantíssima mesmo quando se trata de obras que datam já de depois da imprensa. Uma amostra dessa falta de preocupação com o texto moderno é descrita por Marlene Gomes Mendes (1986) em seu trabalho sobre a fidedignidade dos textos nos livros didáticos no Brasil: demonstra a pesquisadora as diversas deturpações e mutilações que os livros didáticos cometem ao reproduzir textos de grandes nomes da literatura brasileira. O compromisso com a fidedignidade na transmissão e a compreensão de quanto é grave a adulteração dos textos são atitudes indispensáveis nos profissionais que trabalham com textos (não apenas os literários, mas também os não-literários - que são fundamentais para os estudos lingüísticos) e precisam ser provocadas através de reflexão sobre Crítica Textual, tarefa que é de responsabilidade da Filologia. Daí, portanto, a importância de esta disciplina ocupar o lugar que lhe é devido na formação dos alunos de Letras.

Embora ciente das limitações desta exposição em função da estratégia de mapeamento adotada (análise de eventos nacionais da área ocorridos na última década), acredita-se ter apresentado um esboço da Filologia Portuguesa no Brasil nos últimos anos, esboço este que ainda há de ser completado e retificado futuramente. Uma investigação mais extensa sobre a pesquisa filológica no Brasil exigirá não apenas a incorporação de dados de outros eventos, tais como os locais, regionais ou estrangeiros, mas também um rastreamento minucioso das publicações da área no País e no exterior. Na impossibilidade de incluir neste artigo informações obtidas através todos esses instrumentos, deixa-se aqui esta contribuição e externa-se o desejo de continuidade deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, M. S. de (1995) A obra poética de Cláudio Manuel da Costa. Nova edição. In: W. M. MIRANDA (org.) *A trama do arquivo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- ALMEIDA, M. Z. G. de (1984) "Quatro Pessoas": edição crítica do romance inacabado de Mário de Andrade. São Paulo: FFLCH-USP. (Tese de doutorado)
- ALTMAN, M. C. F. S. (1998) *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas.
- ANAIS do I Encontro de Crítica Textual: o Manuscrito Moderno e as Edições. (1986) São Paulo: FFLCH-USP.

- ANAIIS do III Encontro de Ecdótica e Crítica Genética. (1993) João Pessoa: Idéia.
- AZEVEDO FILHO, L. A. de (1987) *Iniciação em crítica textual*. Rio de Janeiro, São Paulo: Presença, Edusp.
- BALDWIN, E. (1996) “O Dote de Mathilde”, conto de Arthur de Salles: proposta de edição crítica. Salvador: Instituto de Letras da UFBA. (Dissertação de mestrado inédita).
- BARROS, M. R. K. de; C. M. GOUVÊA; E. BECHARA (orgs.) (1995) *Miscelânea em homenagem ao Prof. Dr. Gladstone Chaves de Melo*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- BRANDÃO, R. de O. (1995) Memória do manuscrito literário brasileiro. In: WILLERMART (1995).
- BUMIRGH, N. R. M. C. (1998) “São Bernardo” de Graciliano Ramos: proposta para uma edição crítica. São Paulo: FFLCH-USP. (Dissertação de mestrado)
- BUSSOLOTTI, M. A. F. M. (1997) Proposta de edição da correspondência inédita entre João Guimarães Rosa e seu tradutor alemão, Curt Meyer-Clason (23 de janeiro de 1958 a 27 de agosto de 1967). São Paulo: FFLCH-USP. (Dissertação de mestrado)
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. (1949) Filologia. In: R. B. de MORAES, & W. BERRIEN *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza.
- _____ (1966) Antenor Nascentes e a filologia brasileira. *Vozes*, 6 : 459-462.
- _____ (1970) *Problemas de lingüística descritiva*. Petrópolis: Vozes.
- CAMBRAIA, C. N. (Em preparação) Livro de Isaac: edição e estudo do cód. alc. 461. São Paulo: FFLCH-USP. (Tese de doutorado).
- _____ & T. LOBO (1995) Edição diplomático-interpretativa d’ “A vida do cativo monge confesso”. São Paulo: FFLCH-USP. (Mimeo).
- CAMINHA, P. V. de (1999) *A ‘carta’ de Caminha*. Ed. semidiplomática de Antônio Geraldo da Cunha, César Nardelli Cambraia e Heitor Megale. São Paulo: Humanitas. (Série Diachronica, Vol. 1).
- CARRATORE, E. Del et alii (1981) *Estudos de filologia e lingüística (em homenagem a Isaac Nicolau Salum)*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, Edusp.
- CARVALHO, E. R. de (1998) Edição crítica de Marco Zero I: a revolução melancólica. São Paulo: FFLCH-USP. (Dissertação de mestrado)
- CARVALHO, R. B. S. (1995) ‘Poemas do Mar’ de Arthur de Salles: tentativa de edição crítica. Salvador: Instituto de Letras da UFBA. (Dissertação de mestrado inédita).
- CASTILHO, A. T. de (1998) *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas. Vol I: Primeiras idéias.

- CASTRO, I. (1992) Enquanto os escritores escreverem... In: *Atas do IX Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina*. Campinas: UNICAMP. Vol I - Conferências Plenárias.
- _____. (1995) O retorno à filologia. In: PEREIRA & PEREIRA (1995).
- COLI JÚNIOR, J. S. (1990) Edição crítica e comentada de “O Mundo Musical” de Mário de Andrade. São Paulo: FFLCH-USP. (Tese de doutorado inédita).
- CRUZ, L. C. dos S. (1998) “O cortiço”, de Aluisio Azevedo: estabelecimento de textos em edição crítica e parte da fortuna crítica. São Paulo: FFLCH-USP. (Dissertação de mestrado).
- ELIA, S. (1963) *Ensaio de Filologia*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- _____. et alii. (1995) *Para Segismundo Spina: língua, filologia e literatura*. São Paulo: Iluminuras, FAPESP, EDUSP.
- ESTUDOS Lingüísticos e Literários. (1996) Salvador: UFBA. Número Especial.
- ESTUDOS universitários de lingüística, filologia e literatura; homenagem da Academia Brasileira de Filologia e do Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro ao Prof. Dr. Sílvio Elia. (1990) Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Língua e Literatura.
- ESTUDOS universitários de língua e literatura; homenagem ao Prof. Dr. Leodegário A. de Azevedo Filho. (1993) Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- FERREIRA, P. S. (1996) Inquirições de D. Dinis: índices e vinte e sete primeiros fólhos; edição crítica de um texto medieval notarial português. Salvador: Instituto de Letras da UFBA. (Dissertação de mestrado inédita).
- FRANCHETTI, P. E. A. (1992) “Clepsydra” de Camilo Pessanha: uma proposta de estabelecimento de texto. São Paulo: FFLCH-USP. (Tese de doutorado)
- GOMES FILHO, A. (1994) *Um tratado da cozinha portuguesa do século XV*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.
- GONSALEZ, J. F. (1990) Obra satírica de dom Pero Gomez Barroso; trovador português do século XIII. São Paulo: FFLCH-USP. (Tese de doutorado).
- GRANDO, C. (1998) “Amavisse” de Hilda Hilst: edição genética e crítica. São Paulo: FFLCH-USP. (Dissertação de mestrado).
- HOUAISS, A. (1980) A edição crítica de textos no Brasil. *Revista Brasileira de Língua e Cultura*, 2.6 : 12-15. Atas do XII Congresso Brasileiro de Língua e Literatura.
- IMAYUKI, E. H. (1998) Para uma edição crítica de “S. Cristóvão” de Eça de Queirós. São Paulo: FFLCH-USP. (Dissertação de mestrado)
- JUBRAN, C. M. et alii (orgs.) (1996) *Estudos lingüísticos XXV - Anais de Seminários do GEL*. Taubaté: UNITAU, CNPq, GEL.
- JUBRAN, C. M. et alii (orgs.) (1997) *Estudos lingüísticos XXVI - Anais de Seminários do GEL*. Campinas: UNICAMP, FAPESP, GEL.
- KATO, M. A. (1993) Como, o que e por que escavar? In: ROBERTS & KATO (1993)

- LIMA, J. P. de (1995) A Crítica Textual no Rio de Janeiro. In: PEREIRA & PEREIRA (1995).
- LOPEZ, T. A. (1995) O Instituto de Estudos Brasileiros e as edições. In: WILLEMART (1995).
- MANFIO, D. Z. (1993) Poesias reunidas de Oswald de Andrade: elementos para uma edição crítica. São Paulo: FFLCH-USP. (Tese de doutorado inédita).
- MATTALIA, E. J. (1996) "Infância" de Graciliano Ramos: gênese textual e estudo estilístico (esboço de edição) São Paulo: FFLCH-USP. (Dissertação de mestrado).
- MATTOS E SILVA, R. V. (1983) Reencontro da filologia e da lingüística nos estudos diacrônicos. *Linguagem*, 1: 74-82.
- ____ (1988) Fluxo e refluxo: uma retrospectiva da lingüística histórica no Brasil. *D.E.L.T.A.*, 4.1: 85-113.
- ____ (1991) Lingüística histórica e filologia hoje: redefinindo fronteiras. In: ANAIS do III Encontro.
- MEGALE, H. (1999) As cantigas bretãs: edição crítica a partir de lição diplomática dos códices B. 10991 e V. Lat. 7182. (Comunicação para o XIX Congresso Internacional Arturiano, em Toulouse).
- MELO, L. R. D. de (1998) Marco Zero II: chão, Oswald de Andrade - edição restaurada. São Paulo: FFLCH-USP. (Dissertação de mestrado)
- MENDES, M. G. (1986) A fidedignidade dos textos nos livros didáticos no Brasil. In: *Anais do I Encontro*.
- ____ (1996) Edição crítica em uma perspectiva genética de "As Tres Marias" de Raquel de Queiroz. São Paulo: FFLCH-USP. (Tese de doutorado).
- MENEGAZ, R. (1994) *O livro de Isaac de Nínive (séc. XV)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.
- MINÉ, E. & CANIATO, B. J. (orgs.) (1997) *Anais do do III Encontro Internacional de Queirosianos*. São Paulo: FFLCH-USP.
- MORAES, M. A. de (1997) Diálogo epistolar: edição da correspondência Mário de Andrade/Manuel Bandeira. São Paulo: FFLCH-USP. (Dissertação de mestrado).
- MOTA, J. & V. ROLLEMBERG (orgs.) (1996) *Atas do I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística*. Salvador: ABRALIN, FINEP, UFBA. Vol. 1.
- NARO, A. J. (1976) *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- NASCENTES, A. (1939) *Estudos filológicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- OPENTATEUCO da bíblia medieval portuguesa. (1992) Introd. e glossário de Heitor Megale. São Paulo: Imago/EDUC.
- PEREIRA, C. da C. & P. R. D. PEREIRA (orgs.) (1995) *Miscelânea de estudos*

lingüísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

- PEREIRA, T. L. G. (1996) Um livro de marinharia do século XVI; edição do manuscrito Fonds Portugais 40 (atual 61), códice 44.340 da Bibliothèque Nationale de Paris. São Paulo: FFLCH-USP. (Tese de doutorado inédita).
- PEZATTI, E. G. et alii (orgs.) (1998) *Estudos lingüísticos XXVII - Anais de Seminários do GEL*. São José do Rio Preto: UNESP - IBILCE.
- PINTO, E. P. (1982) Edição crítica no Brasil. *Comunicação e Artes*, **11** : 175-187.
- QUEIROZ, R. de C. R. de (1995) “Sonetos” de Arthur de Salles: tentativa de edição crítica. Salvador: Instituto de Letras da UFBA. (Dissertação de mestrado inédita).
- REIS, M. da C. S. (1996) “O Ramo da Fogueira”, obra regional de Arthur de Salles: proposta de edição crítica. Salvador: Instituto de Letras da UFBA. (Dissertação de mestrado inédita).
- ROBERTS, I. & M.A.KATO (orgs.) (1993) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp.
- ROSÁRIO, Pe. M. da P. do (1995) *Língua e inquisição no Brasil de Pombal*. Rio de Janeiro: UERJ.
- SACHS, S. de C. V. (1991) Mário de Andrade - Crítica-Rio: edição crítica. São Paulo: FFLCH-USP. (Tese de doutorado inédita).
- SALLES, A. de (1981) *Sangue-mau*. Ed. crítica sob a direção de Nilton Vasco da Gama. Salvador: UFBA.
- SALLES, C. A. (org.) (1990) *Anais do II Encontro de Edição Crítica e Crítica Genética: Eclosão do Manuscrito*. São Paulo: FFLCH-USP.
- _____ (1992) *Crítica genética: uma introdução; fundamentos dos estudos genéticos sobre os manuscritos literários*. São Paulo: EDUC.
- _____ (org.) (1995) *Catálogo de pesquisas do CECG*. São Paulo: Comunicação e Semiótica/PUC-SP.
- SANTANA NETO, J. A. de (1990) Cantigas de Fernam Soarez de Quinhones: subsídios para uma edição crítica. São Paulo: FFLCH-USP. (Dissertação de mestrado inédita).
- _____ (1997) Duas leituras do tratado ascético-místico Castelo Perigoso. São Paulo: FFLCH-USP. (Tese de doutorado inédita).
- SILVA, J. P. da (1997) Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as últimas colônias dos domínios portugueses em os rios Amazonas e Negro. Rio de Janeiro: UERJ/Digraf.
- _____ (1998a) Notícia sobre os códices de Gregório de Matos guardados na Biblioteca Nacional e na Coleção Cleso Cunha. In: SILVA (1998b).
- _____ (org.) (1998b) *Anais do Congresso Nacional de Lingüística e Filologia*. Rio de Janeiro/São Gonçalo: Dialogarts/Cifefil.

- SILVA NETO, S. da (1951) A filologia portuguesa no Brasil (1939-1948). In: M. de P. BOLÉO (org.) *Os estudos de lingüística românica na Europa e na América desde 1939 a 1948*. Coimbra: Casa do Castelo. Vol. 1.
- SPINA, S. (1994) *Introdução à edótica: crítica textual*. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Ars Poetica, Edusp.
- TELLES, C. M. (1988) Coleção de roteiros portugueses da carreira da Índia no século XVI: edição do manuscrito da BNP. São Paulo: FFLCH-USP. (Tese de doutorado inédita)
- _____ & A. R. da GAMA (1996) A linha de pesquisa “Edição crítica da ‘obra’ de Arthur de Salles”. *Estudos Lingüísticos e Literários*, **18**: 9-15.
- WILLEMART, P. (1986) Abertura do 1.º Encontro de Crítica Textual. In: *Anais do I Encontro*.
- _____ (org.) (1995) *Anais do IV Encontro Internacional de esquisadores do Manuscrito e de Edições: Gênese e Memória*. São Paulo: Annablume/APML.

O PORTUGUÊS BRASILEIRO E AS CONTROVÉRSIAS DA FONÉTICA ATUAL: PELO APERFEIÇOAMENTO DA FONOLOGIA ARTICULATÓRIA

(Implications of Brazilian Portuguese Data for Current Controversies in
Phonetics: Towards Sharpening Articulatory Phonology)

Eleonora Cavalcante ALBANO (*Laboratório de Fonética Acústica e
Psicolinguística Experimental - LAFAPE - UNICAMP*)

ABSTRACT: The paper examines the recent trends of phonetic studies in Brazil, a productive area which analyses Brazilian-Portuguese data and contributes to phonetic theory. The central question discussed in the approach is the relationship between Phonetic and Phonology. (AE)

KEY WORDS: Phonetics, Phonology, Brazilian Portuguese, Articulatory Gestures, Articulatory Phonology.

PALAVRAS-CHAVE: Fonética, Fonologia, Português Brasileiro, Gestos articulatórios, Fonologia articulatória.

O campo potencial dos estudos fonéticos no Brasil é examinado do ponto de vista da sua implantação recente e da fecundidade dos dados do português brasileiro para iluminar questões da teoria fonética. A questão tomada como central é a da comensurabilidade entre a Fonética e a Fonologia, colocada pela primeira vez de forma objetivável pela Fonologia Articulatória. Numa revisão crítica do programa desse modelo, constata-se: (a) que os seus princípios gerais são perfeitamente adequados para dar conta de muitos processos fônicos pós-lexicais do português brasileiro que a análise fonética revela serem gradientes, contrariando a visão categórica da tradição fonológica contemporânea; (b) que os parâmetros utilizados pelo modelo para representar as vogais são inadequados para a expressão de processos gradientes assim como para a expressão de processos categóricos, o que sugere que algumas das objeções levantadas contra ele na literatura podem ser superadas através de uma revisão dos seus descritores vocálicos. A conclusão oferece perspectivas para a implementação dessa revisão, apontando a relevância de alguns dados do português brasileiro para testar as hipóteses envolvidas.

A história da Fonética como disciplina experimental no Brasil é bastante recente. Isso acontece porque, até o fim da década de 80, o País não oferecia condições mínimas para a instalação e manutenção de um laboratório. As versões analógicas de aparelhos tais como o espectrógrafo, indispensável ao estudo da Fonética Acústica, e o palatógrafo, tão importante para o estudo da Fonética Articulatória, eram extremamente caras e requeriam cuidados técnicos especializados, condições inviáveis para a Universidade, única instituição brasileira a acolher os que se formavam na área. Foi apenas com a informatização da aparelhagem envolvida, diminuindo custos e facilitando a assistência técnica, que os poucos foneticistas do País - todos formados no exterior - começaram a substituir as viagens freqüentes por tentativas de criar ambientes de pesquisa em seus próprios departamentos. A primeira metade da década de 90 assistiu a um grande crescimento da área: uma vez formados aqui os primeiros mestres e doutores, a disciplina começou a difundir-se para além das suas fronteiras acadêmicas e geográficas iniciais¹.

Tanto quanto eu saiba, há apenas cinco laboratórios de Fonética no Brasil, todos de instalação mais ou menos recente e dedicados primariamente à Fonética Acústica. Dois se encontram na Universidade Estadual de Campinas: o Laboratório de Fonética Acústica e Psicolinguística Experimental - LAFAPE -, do Instituto de Estudos da Linguagem, e o Laboratório de Fonética Forense, do Departamento de Medicina Legal da Faculdade de Ciências Médicas. Os demais encontram-se na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Universidade Federal de Minas Gerais e na Universidade Federal de Santa Catarina. A produção desses grupos, geralmente compostos de um foneticista, eventuais colaboradores de áreas afins e alunos de graduação e pós-graduação, tem sido divulgada mais sob forma de dissertações, teses, comunicações a congressos e relatórios a agências de fomento do que em publicações mais definitivas tais como artigos ou livros.

Haveria, então, como pintar um panorama coerente da Fonética Experimental - mesmo Acústica - no Brasil, em sua existência de menos de uma década? No meu entender, não. Implantar um laboratório exige tamanho investimento de tempo e esforço que os foneticistas brasileiros ainda não

¹ Dois exemplos notáveis são: (a) Ivone Panhoca Levy (1993) "Uma outra face da nau dos insanos: a dificuldade de vozear obstruintes em crianças de idade escolar", tese de doutorado, LAFAPE-IEL-UNICAMP, que estendeu a Fonética Acústica ao estudo das patologias da fala; e (b) Ricardo Molina de Figueiredo (1994) "Identificação de falantes: aspectos teóricos e metodológicos", tese de doutorado, LAFAPE-IEL-UNICAMP, que estendeu a Fonética Acústica às aplicações forenses.

tiveram ocasião de se reunir, trocar experiências, sondar afinidades e traçar metas comuns. Seria prematuro, no momento, tentar depreender direções que justificassem um rótulo tal como "Fonética Brasileira", com base em dados dispersos sobre a produção dos laboratórios mencionados. O que se pode dizer é que, embora não tendo ainda uma Fonética, o Brasil já tem um número razoável de bons foneticistas - todos empenhados em resgatar o prejuízo causado pela privação material das décadas de 70 e 80.

Como esse resgate pode fazer-se de muitos pontos-de-vista, vou tomar a minha contribuição a este volume como oportunidade para iniciar a sua discussão. Delinearei a seguir a minha própria visão de como devemos enfrentar a tarefa de implantar uma tradição de estudos fonéticos no Brasil, à luz de alguns resultados já disponíveis no LAFAPE. Com isso não quero diminuir a importância do que se faz em outros centros. Quero, antes, convidar os colegas coordenadores dos demais laboratórios a exporem também as suas perspectivas, dando início a um diálogo que os nossos múltiplos encargos têm adiado.

O leitor que espera encontrar aqui muitas informações sobre a pronúncia do português brasileiro (doravante PB) certamente ficará decepcionado. É que a Fonética a que me filio não é descritiva, isto é, não constitui instrumento para nenhuma outra área da Lingüística, mas tem suas próprias teorias e métodos, cujo teste e aperfeiçoamento constituem fins em si mesmos. Assim, não vou mostrar como a Fonética poderia iluminar questões sobre a descrição do PB e sim como o PB pode iluminar questões sobre a teoria fonética.

1. O vigor atual da fonética teórica

Dos 598 títulos de comunicações apresentadas ao XIII Congresso Internacional de Ciências Fonéticas, realizado em Estocolmo em 1995, menos de 20% mencionam línguas específicas (Elenius e Branderud, 1995). Isso não quer dizer que a pesquisa fonética esteja alheia à variedade das línguas do mundo, mas que essa variedade vem cada vez mais sendo concebida como manifestação de princípios fonéticos universais.

A preocupação com universais fonéticos manifestou-se também, nesse congresso, no número de trabalhos que propunham modelos de produção ou percepção de aspectos vários da fala. De modelos específicos do funcionamento de algum articulador a modelos gerais da organização dos sistemas fonéticos, o plenário testemunhou uma adesão majoritária à visão, liderada por autores tais como Stevens (1981), Ohala (1995), Kohler (1995) e

Lindblom (1995), da Fonética como uma ciência sobretudo explicativa.

Dentre tudo que cabe aos foneticistas explicar, destaca-se o processo de produção, por seu acesso mais fácil à observação e pelo papel que lhe atribuem alguns autores no próprio processo de percepção. Muito do esforço da Fonética contemporânea vem, pois, concentrando-se na tentativa de explicar a dinâmica do trato vocal na produção dos sons de fala. É com as teorias que abordam essa problemática que o restante deste trabalho vai dialogar.

Pretendo mostrar que a pesquisa feita no Brasil pode contribuir para o avanço da teoria fonética, embora de maneira ainda um pouco limitada. Dada a complexidade matemática dos atuais modelos de produção de fala, dificilmente poderíamos, com os nossos atuais recursos materiais e humanos, propor-lhes alternativas acabadas. Podemos, entretanto, reunir dados que os interroguem e até desafiem. Como veremos, os processos fônicos pós-lexicais do PB oferecem uma excelente oportunidade para discutir os modelos fonéticos dinâmicos, que hoje encabeçam a pauta do debate sobre a fronteira entre a Fonética e a Fonologia.

Participar das discussões de ponta no papel de interlocutores e críticos já é bastante para uma comunidade ainda incipiente. Exercícios desse tipo talvez ajudem a atrair e formar a massa crítica necessária para que um dia exerçamos também o papel de proponentes.

2. Uma controvérsia atual: a fonética e a fonologia são comensuráveis?

Os modelos de produção de fala só focalizam hoje o movimento de articuladores específicos quando estão investigando as suas bases físicas ou fisiológicas. O que se modela nos estudos de dinâmica é geralmente uma ação (tal como protruir os lábios) em que estão envolvidos vários articuladores (no caso, o lábio superior, o lábio inferior e a mandíbula). Essas ações são em geral denominadas gestos articulatórios e podem ser vistas como entidades fonéticas que realizam entidades lingüísticas ou como entidades lingüísticas em si mesmas.

O modelo que advoga o gesto articulatório como unidade de análise lingüística é conhecido como Fonologia Articulatória - doravante FAR (Browman e Goldstein, 1985, 1986, 1990a e b, 1992). Ele tem em comum com outros modelos fonéticos dinâmicos (e.g., Kröger, 1993; Fujimura, 1996) o fato de ver o gesto como uma oscilação que faz as trajetórias de vários articuladores concorrerem coesamente para um mesmo fim. É, entretanto, mais ambicioso

que os outros ao afirmar que essa oscilação, que tem uma duração intrínseca especificada pelos parâmetros de um sistema dinâmico², faz parte da estrutura lingüística.

Como já foi exposto na comunicação do grupo de Fonética do LAFAPE ao último Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo - GEL 97 - (Albano et al., 1998), a FAR tem bastante sucesso em explicar processos fônicos da fala rápida, tais como assimilações, enfraquecimentos e apagamentos de segmentos. Ao invés de postular regras que alterem a identidade daqueles, ela altera apenas as relações entre eles: os gestos podem reduzir a sua magnitude e/ou aumentar a sua sobreposição, de tal forma que os seus resultados acústicos desapareçam ou soem alterados. Uma vantagem dessa abordagem sobre as descrições mais tradicionais dos mesmos fenômenos é que ela é capaz de expressar gradientes finos ou mesmo contínuos físicos. Por exemplo, se um segmento desaparece em alguns casos e em outros deixa um pequeno rastro no sinal acústico, isso pode ser visto como uma questão de maior ou menor sobreposição dos gestos envolvidos.

Não resta dúvida de que a FAR revelou a natureza dinâmica de muitos processos fônicos que se concebiam antes como simbólicos. No entanto, a sua pretensão a estabelecer-se como modelo fonológico tem encontrado muitas resistências. Muitos (e.g., Clements, 1992) duvidam que um esquema apto a representar gradientes tão próximos do nível físico possa também representar distinções categóricas abstratas.

Zsiga (1997) recentemente apresentou dados empíricos a favor da posição cética nessa controvérsia. Mostrando que, na língua Igbo, processos lexicais de harmonia vocálica promovem uma transformação categórica de [e] em [a4], ao mesmo tempo que processos pós-lexicais de sândi externo promovem uma assimilação gradiente entre duas vogais adjacentes quaisquer, a autora argumenta que uma representação em gestos só é adequada para captar os segundos e propõe uma representação baseada nos traços [+alto], [+-

² O gesto articulatório é entendido como uma oscilação que afeta simultaneamente o curso temporal de vários parâmetros articulatórios, denominados variáveis do trato, os quais determinam, por sua vez, as trajetórias dos articuladores. Essa oscilação é modelável por um sistema massa-mola que especifica uma trajetória amortecida através de uma equação com os seguintes parâmetros: massa do objeto; amortecimento do sistema; rigidez e comprimento de repouso da mola; deslocamento, velocidade e aceleração instantâneos do objeto. A duração do gesto depende da maior ou menor rigidez da mola: quanto menor a rigidez, maior a duração. A magnitude do gesto depende da diferença entre o comprimento de repouso da mola e a posição inicial do objeto: quanto menor a diferença, menor a magnitude.

arredondado] e [+ATR] para captar os primeiros.

A versão atual da FAR tem, de fato, dificuldade de tratar a alternância [e,a] porque representa as distinções vocálicas em termos de graus e lugares de constrição. Sob esse prisma, o [e] e o [a] são pouco relacionados, pois o primeiro tem uma constrição palatal moderada, enquanto o segundo tem uma constrição faríngea estreita. Daí inferir, porém, que o processo não seja passível de representação gestual é negar que se possa rever o modelo substituindo os parâmetros atuais por outros mais adequados.

Como veremos abaixo, o fato de o modelo poder representar processos gradientes traz muitas vantagens. Se ele se revela, ao mesmo tempo, inadequado para expressar distinções categóricas, não se pode apressadamente concluir que isso indica a existência de um fosso entre a Fonética e a Fonologia. Deve-se, ao contrário, perguntar se as dimensões envolvidas na passagem de um nível a outro estão ou não sendo corretamente representadas na versão corrente do modelo.

A análise fonético-acústica do PB traz pistas importantes para a elucidação desse problema. Se, de um lado, há evidência de que muitos processos fonológicos tradicionalmente vistos como categóricos são, na verdade, gradientes, há, de outro, uma forte sugestão de que os gradientes envolvidos na redução das vogais átonas se expressem melhor pela tradicional dimensão da altura vocálica do que pelos graus de constrição propostos pela FAR. Ora, a necessidade de exprimir uma categoria como vogal não-alta é o que está em jogo quando se considera alternâncias lexicais tais como a do [e, a4] no Igbo.

O meu argumento a favor de perseguir a comensurabilidade entre a Fonética e a Fonologia através de uma crítica construtiva à FAR divide-se em duas partes. Primeiro, mostrarei que um modelo gestual nos seus moldes gerais é, de fato, necessário para dar conta de processos fonológicos até agora vistos como categóricos no PB, a saber: a nasalização, a palatalização, o vozeamento e a elisão. Depois mostrarei que o fenômeno da elevação das vogais átonas, cuja gradiência é menos surpreendente, é problemático para qualquer modelo que não contemple a altura como parâmetro de descrição vocálica. Com isso argumentarei que as modificações requeridas para que o modelo refine a sua capacidade de exprimir processos gradientes apontam na mesma direção que as necessárias para que consiga também exprimir processos categóricos.

A implementação dessas modificações em termos dinâmicos está, por outro lado, fora da minha competência. Mas acredito que, na medida em que o que está em jogo é a explicitação da distinção entre gestos consonantais e vocálicos, os numerosos processos de vocalização de consoantes encontrados no PB venham a constituir um forte incentivo para que foneticistas brasileiros oriundos da Física ou da Engenharia enveredem pelo campo do modelamento dinâmico, criando ferramentas que permitam operacionalizar e testar hipóteses como as que levanto na conclusão.

3. Evidência para um modelo gestual: a gradiência de certos processos fônicos do PB

Na já mencionada comunicação do grupo de Fonética do LAFAPE ao GEL 97 (Albano et al., 1998), demonstramos a inviabilidade de representar processos fônicos gradientes via escalas discretas, tal como sugerido por Chomsky e Halle (1968) e implicitamente aceito por grande parte da literatura fonológica até hoje. O nosso principal argumento é que muitos desses processos envolvem gradientes de duração condicionados por múltiplos fatores, de tal forma que o número de graus da suposta escala discreta se torna arbitrário e imprevisível. Em contrapartida, a existência maciça de processos gradientes no PB e o seu caráter inegavelmente lingüístico (isto é, não-mecânico) levam à necessidade de um mecanismo motivado de geração de contínuos físicos, que, numa primeira aproximação, pode ser visto como o componente dinâmico da FAR.

Mostrarei a seguir que alguns processos comumente vistos como categóricos no PB são gradientes ou têm versões gradientes que envolvem variações de parâmetros fonéticos só representáveis num modelo capaz de gerar contínuos físicos como a FAR.

3.1. Nasalização

Todos os fonólogos que aceitam a análise mattosiana (Câmara Jr., 1969) - isto é, VN - das chamadas vogais nasais do português postulam uma regra de nasalização e uma regra de apagamento da nasal para explicar a forte nasalização da vogal e a freqüente ausência de consoante nasal seguinte. Por outro lado, alguns fonólogos notam a presença de uma consoante nasal, dita intrusiva, entre a vogal nasal e uma consoante de início de sílaba seguinte, com a qual é sempre homorgânica. A descrição tradicional desses fatos pode ser assim resumida:

(1) (a) $V \rightarrow v\hat{a} / _ N$

(b) $N \rightarrow 0 / v\hat{a} _$

(c) $0 \rightarrow N / v\hat{a} _ . C$

Dados fonético-acústicos analisados por Sousa (1994) sugerem que os fatos são, na realidade, mais complexos. Em primeiro lugar, a vogal não se nasaliza completamente de imediato, mas apresenta uma configuração de formantes próxima de vogal oral no início e típica de vogal nasal no final. Em segundo lugar, as regras (b) e (c) não são independentes, mas se aplicam de forma gradiente e complementar: se a vogal é longa, a nasal "intrusiva" - ou, em termos fonético-acústicos, o murmúrio nasal - pode não aparecer, mas, quando aparece, tem uma duração inversamente proporcional à da vogal.

A Figura 1 mostra o espectro de uma vogal oral comparado ao início, ao meio e ao fim - porção onde emerge o murmúrio nasal - de uma vogal nasal, indicando o caráter gradiente da nasalização.

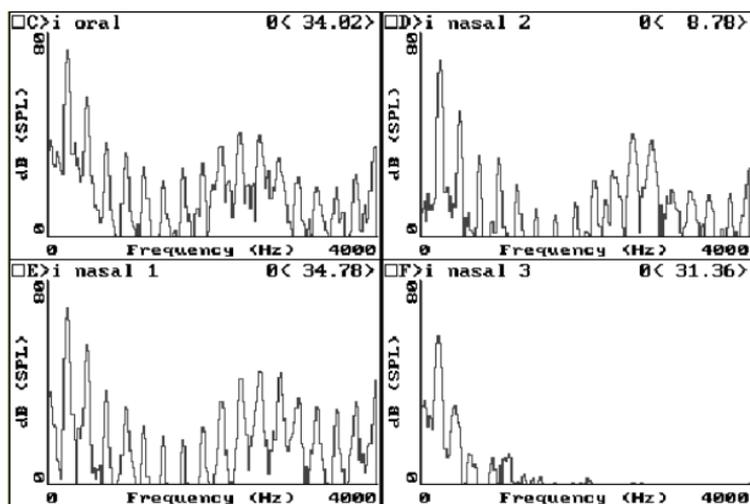


Figura 1 - Espectro FFT³ de: (c) [iâ]; (e) o início de [iâ], (d) o meio de [iâ] e (f) o fim de [iâ]

³ Abreviatura para Fast Fourier Transform, algoritmo que realiza, com grande rapidez, uma análise discreta de Fourier em microcomputadores.

A Figura 2 mostra o gráfico de dispersão da duração do murmúrio nasal em função duração da vogal nasal para os dados de Sousa (op. cit.). A correlação de $-0,7$ é significativa, com $p < 0,0001$

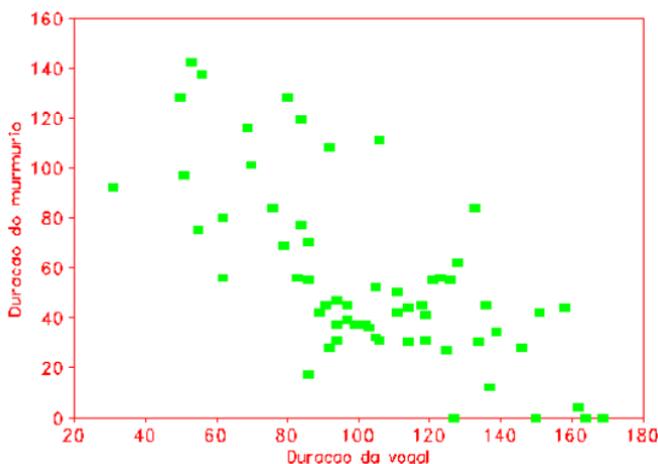


Figura 2 - Duração do murmúrio nasal que acompanha as vogais nasais em função da duração dessas, ambas em ms

Por serem quantitativos, esses dados não se acomodam nos modelos fonológicos simbólicos - nem mesmo nas mais sofisticadas versões da Fonologia Autossegmental. Essa, por exemplo, não é capaz de expressar a complementaridade de duração entre a vogal e a nasal "intrusiva", embora seja capaz de representar a segunda como subsegmental.

Em contraste, a descrição da FAR é direta e intuitivamente satisfatória. Ela postula um gesto de abertura vélica que começa depois do início do gesto vocálico e termina depois do fim desse. A presença ou não de nasal "intrusiva" depende da maior ou menor sobreposição entre o gesto consonantal seguinte e os gestos vocálico e vélico, que não é especificada no léxico, podendo variar de acordo com o contexto prosódico, segmental ou mesmo pragmático. A Figura 3 formaliza essa análise nos termos das pautas (scores) gestuais utilizadas pela FAR. As camadas (tiers) correspondem a variáveis do trato - os

parâmetros que são afetados pelas oscilações que especificam os gestos. Assim, abertura vélica (AV) é a variável do trato que especifica o gesto de nasalização. Grau e lugar de constricção do corpo da língua (respectivamente, GCCL e LCCL) são as variáveis do trato que especificam o gesto vocálico. Finalmente, abertura labial (AL) é a variável do trato que especifica o gesto consonantal seguinte (nesta ilustração, uma labial). O comprimento das barras é uma aproximação gráfica das durações intrínsecas que são especificadas no componente dinâmico da FAR (V. nota 2).

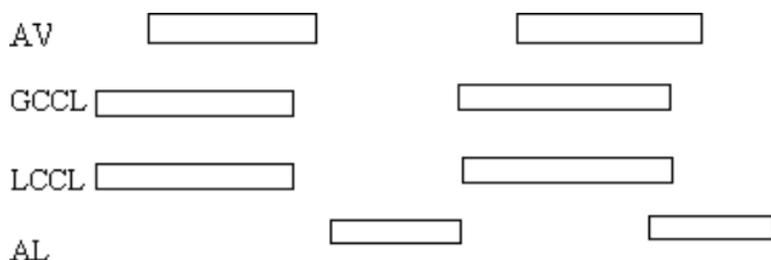


Figura 3 - Pautas gestuais para a ocorrência de nasalização sem (esquerda) e com (direita) murmúrio nasal em PB

O interessante da representação da Figura 3 é que ela prevê exatamente a correlação negativa alta, mas inferior a 1, encontrada entre a duração do murmúrio e a duração da vogal. Note-se que é possível o caso em que o gesto consonantal seguinte se sobrepõe ao gesto nasal, mas não ao gesto vocálico. Esse caso poderia explicar os 30% dos dados em que a duração do murmúrio não é previsível a partir da duração da vogal.

O sucesso da FAR, face ao fracasso dos modelos fonológicos tradicionais, no trato de processos como este coloca-nos a seguinte questão: admiti-la como meio de modelar processos fônicos de línguas específicas é admiti-la como modelo fonológico?

Responder não - isto é, só admitir a FAR como modelo de implementação fonética - implica, como demonstrará o resto desta seção, delegar quase toda a fonologia pós-lexical ao componente fonético. Por outro lado, responder sim - isto é, admitir a FAR como modelo de representação lexical - implica pensar seriamente a questão de como reduzir as suas dimensões contínuas a escalas discretas, capazes de exprimir as oposições distintivas e alternâncias categóricas típicas da fonologia lexical.

Vejamos primeiro por que é preciso reconhecer ainda outros processos

gradientes na fonologia pós-lexical do PB.

3.2. Palatalização das oclusivas coronais diante de /i/

Em vários dialetos brasileiros, existe um processo de palatalização das oclusivas coronais diante de /i/ que resulta numa africada alveopalatal. Eis a sua descrição tradicional:

(2) /t,d/ → [tʃ,dʒ]/_i

Esse processo tem interesse dialetológico e sociolinguístico, pois a sua aplicação diferencia regiões e faixas etárias. Auditivamente, pode-se falar de grupos africadores (e. g., os cariocas de qualquer idade) e grupos não-africadores (e. g., os paulistanos de mais de 50 anos).

Um exame mais atento de sujeitos não-africadores mostra, entretanto, uma situação mais delicada. Mesmo aqueles que vêem o "chiado" como característica alheia à sua fala, não conseguem deixar de palatalizar o /t/ e, curiosamente, também o /s/, em palavras terminadas em "ístico/a" tais como lingüística, místico, dístico, eucarístico. A Figura 4 mostra espectrogramas de um sujeito não-palatalizador pronunciando *tias* e *lingüística*. Note-se que *lingüística* apresenta palatalização de /s/ e africacão de /t/, evidenciadas por ruídos fricativos cujos picos de energia se iniciam numa freqüência bem mais baixa do que o do /s/ de *tias*.

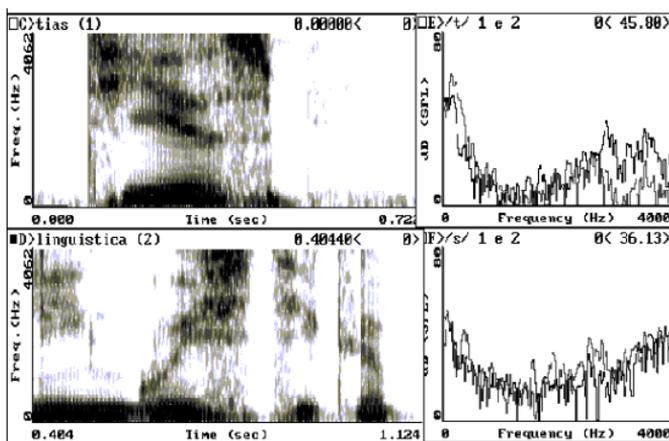


Figura 4 - Pronúncias não-palatalizadas (c: *tias*) e palatalizadas (d: *lingüística*) de /t/ e /s/ por um mesmo sujeito de grupo dialetal não-palatalizador. Comparar espectros (e; f)

Este parece ser um caso típico de mudança lingüística em curso: sujeitos relativamente conservadores só apresentam o processo em ambientes muito propícios. Uma outra indicação de que a mudança está em curso em grupos não-africadores é a diferença entre o /t/ da pré-tônica e o /t/ da tônica da palavra *titia* em sujeitos da faixa etária mais jovem da cidade de Jundiaí, no Estado de São Paulo, onde a palatalização parece estar apenas começando a se difundir. Na Figura 5, o ruído que segue o silêncio do segundo /t/ não deve ter sido gerado apenas pela liberação da oclusão, pois se prolonga consideravelmente e tem alta concentração de energia na região de 2500 Hz. Note-se que é a vogal tônica, normalmente mais longa que a pré-tônica, que propicia a fricção:

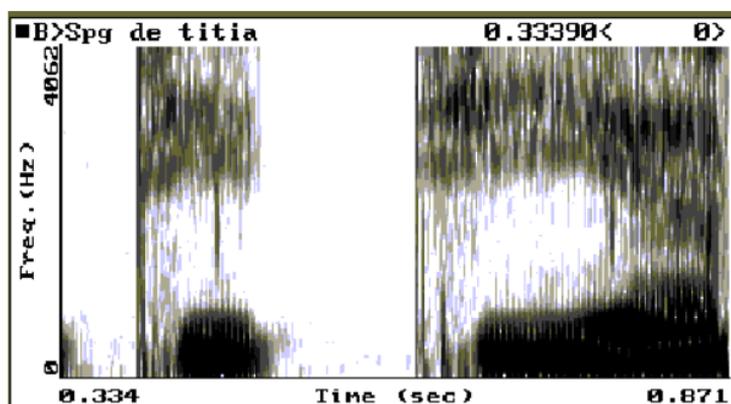


Figura 5 - Exemplos de /t/ com graus de palatalização distintos em um mesmo sujeito

Embora sendo apenas preliminares e não fazendo parte de um estudo sociolingüístico sistemático, esses dados sugerem que a palatalização não se difunde de maneira categórica e sim gradiente. Ora, o único modelo capaz de entendê-la como um contínuo que vai de uma ligeira coloração de [i] à africacção é a FAR. Ela afirmaria que a sobreposição entre os gestos do /t/ e do /i/ pode aumentar até produzir efeitos audíveis de fricção. A sua contribuição é particularmente valiosa para racionalizar a dupla palatalização das palavras em "ístico" em falantes não-africadores.

A Figura 6 mostra a pauta gestual de [íStSi]. A hipótese de que, nos falantes em questão, os dois gestos vocálicos se aproximem muito (devido, talvez, à tonicidade do segundo /i/) explica por que eles se sobrepõem

completamente aos gestos consonantais, tornando impossível evitar a palatalização. Além das variáveis do trato GCCL e LCCL (grau e lugar de constricção do corpo da língua), responsáveis pela especificação das vogais, comparecem as variáveis do trato: grau e lugar de constricção da ponta da língua (GCPL e LCPL, respectivamente), responsáveis pela especificação das consoantes coronais.



Figura 6 - Pauta gestual de [íStSi] para sujeitos normalmente não-africadores

Não seria parcimonioso postular dois mecanismos distintos para explicar a palatalização gradiente dos dialetos em mudança e a palatalização categórica dos dialetos já africadores. Assim, mais uma vez, a FAR sai-se melhor que os modelos fonológicos tradicionais. À sua luz, o grau de sobreposição entre os gestos da oclusiva e da vogal é apenas maior e mais fixo nos dialetos africadores que nos não-africadores.

3.3. Vozeamento de /s/ em final de sílaba

Um fato muito conhecido sobre o português em geral é a concordância de voz do /s/ de final de sílaba com o ambiente seguinte. Precedendo consoante surda ou pausa, ele é surdo. Precedendo consoante vozeada ou vogal, ele é vozeado. A descrição tradicional desse processo é:

$$(3) /s/ \rightarrow [z]/_ (\#) [+vozeado]$$

Entretanto, a análise espectrográfica do PB revela uma situação mais complicada. O processo é categórico em posição medial, mas torna-se gradiente em posição final, dependendo da força da fronteira seguinte. Fronteiras fracas propiciam o vozeamento total. Fronteiras fortes inibem-no ou tornam-no parcial.

Ainda não tivemos ocasião, no LAFAPE, de promover um estudo

experimental dessa questão, pois a montagem do corpus exigiria uma teoria preditiva da força das fronteiras, demandando uma avaliação das opções disponíveis na chamada Fonologia Prosódica, o que é uma tarefa trabalhosa e delicada. Temos, entretanto, observado uma variabilidade da extensão do vozeamento em corpora gravados para outros fins. Isso se aplica inclusive ao ambiente mais propício ao vozeamento, que é a juntura com vogal. Dependendo da força da fronteira, o [z], que costumamos entender como ressilabificado, é apenas parcialmente vozeado.

A Figura 7 compara o /z/ subjacente de "Ouvi-o zurrar" ao [z] derivado de "Ouvi os urros", assim como aos [zz] derivados de duas emissões de "Ouvi-os urrar", uma normal e outra rápida. Na fronteira fraca, a pronúncia normal é vozeada. Já, na fronteira forte, nem mesmo a pronúncia rápida o é inteiramente.

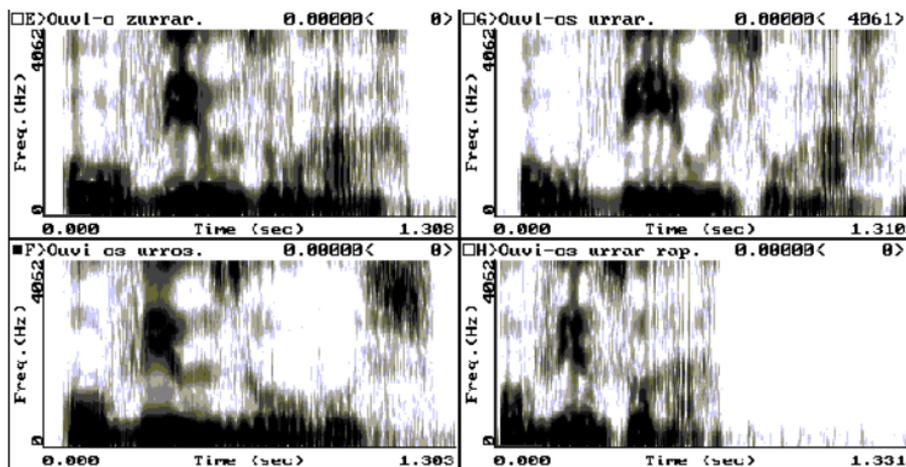


Figura 7 - O /z/ de "Ouvi-o zurrar" (e), comparado ao /s/ totalmente vozeado de "Ouvi os urros" (f) e ao /s/ parcialmente vozeado de "Ouvi-os urrar" (g: fala normal; h: fala rápida)

Como no caso da africação, não seria parcimonioso usar mecanismos diferentes para tratar o vozeamento categórico das fronteiras fracas (ou de posições interiores a morfemas) e o vozeamento gradiente das fronteiras fortes.

A FAR fornece uma maneira bastante direta de unificar as duas versões do processo. Em ambas, o gesto de abertura glotal diminui enquanto o gesto de constricção oral se sobrepõe aos gestos vocálicos adjacentes. Porém, no vozeamento total, a diminuição e a sobreposição são mais pronunciadas. A aproximação dos dois gestos vocálicos é, provavelmente, como no exemplo anterior, o desencadeador do processo. Note-se aqui a presença da variável do trato abertura glotal (AG), que especifica a ausência de vozeamento. O vozeamento das vogais não foi representado por ser considerado padrão (default).

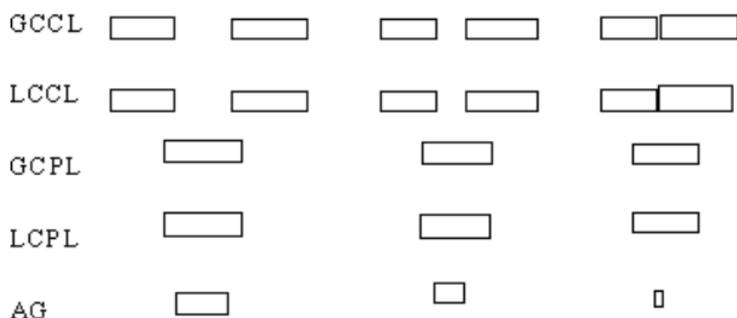


Figura 8 - Pautas gestuais para [osu], [ozɥu] e [ozu]

Embora a Fonologia Autossegmental seja capaz de representar - através de um contorno do traço vozeado - um único grau de vozeamento parcial, a explicação da FAR parece mais atraente porque prevê aí um gradiente mais fino. Se ele é, de fato, necessário é uma questão empírica que só poderá ser resolvida quando tivermos um corpus bem controlado quanto à força das fronteiras envolvidas.

3.4 Elisão de /a/ átono em juntura com vogal átona

Outro processo até agora visto como categórico pelos estudiosos do PB é a elisão de /a/ átono em juntura com outra vogal átona. Em termos tradicionais:

$$(4) /a/[-\text{acento}] \rightarrow 0 / _ \# V[-\text{acento}]$$

Na comunicação ao GEL já citada (Albano et al., 1998), demonstrei que, em alguns casos que a transcrição de outiva trata como elisão, a vogal

supostamente elidida deixa um rastro claro no sinal acústico. Assim, a pronúncia de "cara idoso" tem, pelo menos, três versões: uma com encontro vocálico nítido, uma muito próxima de "caridoso" e outra intermediária, onde os valores de F1 e F2 logo após a liberação do [R] evidenciam um breve resquício de [a]. Reproduzo aqui os espectros que mostram essa gradação

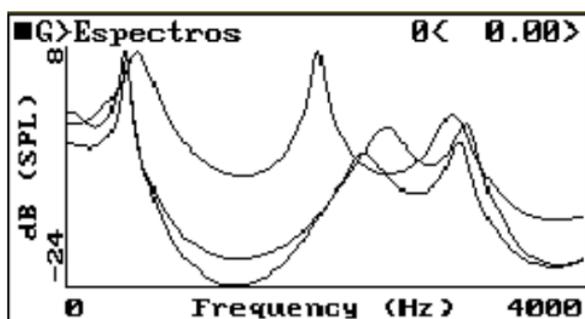


Figura 9 - Espectros LPC⁴ 20 ms após a liberação do [R] em três pronúncias (lenta, moderada e rápida) de "cara idoso"

Essa gradiência é impossível de representar na Fonologia Autossegmental, pois o único recurso disponível, que é associar /i/ à casa segmental já associada a /a/, criando um contorno, preveria uma manutenção da duração com um aumento do [i] concomitante à diminuição do /a/, o que não ocorre. Em contraste, a FAR prevê que o gesto do /a/ pode diminuir e ocultar-se sob o gesto do /i/, o que explica os dados observados. Assim, as pautas segmentais para os três casos seriam como na Figura 10.



Figura 10 - Pautas gestuais para o encontro vocálico de "cara idoso" sob três taxas de elocução (lenta, moderada e rápida)

A interpretação gradiente da elisão ganha ainda mais força quando se considera que ela interage com o processo de palatalização discutido acima. Nos grupos africadores, a palatalização geralmente não se aplica quando o /i/ se torna adjacente a /t,d/ devido à elisão. A Figura 11 mostra o espectrograma

⁴ Espectros obtidos pelo método Linear Predictive Coding (codificação por predição linear), que assume que o trato vocal é um filtro sem perdas.

da expressão "muit' idade" pronunciada por um falante do dialeto carioca, que tem uma africacão bem acentuada diante de /i/ subjacente (como em "tinha") ou derivado por elevação (como, e.g., em "t[e/i]atro").

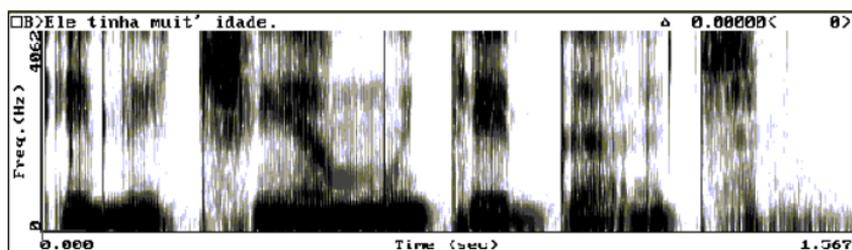


Figura 11 - Ausência de africacão em "muit' idade" pronunciada por falante carioca

Os modelos que tratam ambos os processos como categóricos precisam apelar para a ordenação de regras ou de componentes a fim de bloquear a africacão de /t,d/ seguido de /i/ por obra da elisão. Embora não sendo tão ad hoc como a ordenação de regras, a ordenação de componentes é implausível neste caso: para que funcionasse, seria necessário fazer da africacão um processo lexical, separando-a da elisão, que, por aplicar-se apenas em fronteiras de palavras, é inerentemente pós-lexical. Ora, isso implicaria que todas as elevações opcionais de /e/ que alimentam a africacão fossem lexicais (e. g. t[e/i]atro, t[e/i]oria). É, no entanto, incoerente tratar como lexicais processos opcionais que dependam de estilo e velocidade de fala, fatores que costumam condicionar processos pós-lexicais.

Em contrapartida, na análise da FAR é o gesto oculto do /a/ que impede o contato do /t/ com o /i/ na pauta gestual de "muit' idade". Na Figura 12, esse gesto é representado pela barra pontilhada:

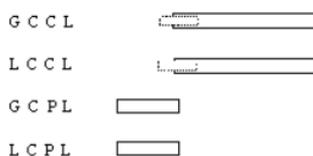


Figura 12 - Pauta gestual de "muit' idade" mostrando bloqueio da africacão de /t/ pela presença de um /a/ oculto

Os quatro exemplos examinados devem ter bastado para mostrar que um tratamento sério dos padrões fônicos do PB passa por uma tentativa de compreender a relação entre processos gradientes e seus análogos categóricos. Modelos que estabelecem um fosso entre a Fonética e a Fonologia estão fadados a tratar versões apenas distintas do mesmo processo como radicalmente divorciadas. A FAR, por sua vez, realiza a proeza de unificar fenômenos aparentemente distintos, mas o faz deixando em aberto o número e os tipos de processos fônicos possíveis, ao supor que a diferença entre o discreto e o contínuo está apenas no número de graus de liberdade.

Descartá-la, entretanto, pelo seu excessivo poder gerativo é jogar fora o bebê com a água do banho. O que faz sentido, diante de fatos como os expostos acima, é investigar se os parâmetros exigidos para a descrição de processos gradientes são os mesmos e podem ser racionalmente reduzidos para a descrição de processos categóricos. A discussão que segue é uma primeira tentativa nessa direção.

4. O Vocalismo átono do PB e a representação das vogais no FAR

As vogais do PB constituem um fértil terreno para o estudo da relação entre processos categóricos e gradientes. Elas têm pronúncias variáveis conforme a posição relativa ao acento e há razões para crer que essa variabilidade resulta dos efeitos somados de processos categóricos sensíveis à posição do acento e ao contexto segmental e de processos gradientes sensíveis ao estilo e à taxa de elocução.

Do lado categórico, há processos de neutralização das distinções de altura das vogais não-baixas nas posições pré-tônica e pós-tônica e em ambiente nasal. Do lado gradiente, há processos de redução de todas as vogais nas posições átonas, especialmente a pós-tônica (sobre a gradiência da redução, ver 4.2). Embora seja difícil separar os efeitos de processos que se aplicam em ambientes semelhantes, o fato de a redução afetar também o /a/, vogal que não está sujeita à neutralização, revela a sua existência independente.

Intuitivamente, a neutralização e a redução parecem ser manifestações da mesma tendência do PB a compactar o espaço vocálico nas posições átonas. Essa tendência é, entretanto, impossível de captar unificadamente nos modelos fonológicos tradicionais, que, ao conceber os traços como binários, privativos ou mesmo escalares, limitam severamente o número de distinções vocálicas possíveis, inviabilizando a expressão dos múltiplos graus de compressão do

espaço vocálico envolvidos na redução.

Como se sai a FAR nessa tarefa? Se, por um lado, ela possui meios de expressar pequenos deslocamentos no espaço vocálico, por outro, o faz com parâmetros alheios às descrições tradicionais do PB, que costumam entender esses processos como alterações de altura. Seriam, então, a neutralização e a redução descritíveis em termos de graus e lugares de constrição?

Lembremos que a principal divergência do sistema de constrições com relação ao de altura é o tratamento da vogal /a/, especificada naquele com uma constrição faríngea estreita. Um ponto a investigar é, portanto, como /a/ se relaciona com as séries anterior (palatal nos termos da FAR) e posterior (velar nos termos da FAR).

Veremos que a neutralização e demais processos vocálicos categóricos do PB entram em conflito com essa concepção do /a/ como radicalmente distinto das vogais anteriores e posteriores. Isso nos autorizaria, então, a concluir com Zsiga (1995, 1997) que a fonologia maneja alturas categóricas, enquanto a fonética maneja constrições gradientes?

Dados preliminares do LAFAPE (Aquino, 1997) sugerem que não. Um modelo como a FAR prevê que a redução afrouxe as constrições de todas as vogais, implicando o abaixamento de [i] e [u] e a elevação de [a]. Aquino encontrou, entretanto, casos de elevação de [i] na posição mais propícia à redução, que é a pós-tônica. Eis um fato que a FAR pode descrever (via aumento ad hoc da constrição), mas não explicar.

Fatos como esse fazem pensar na possibilidade de usar diretamente a altura como descritor vocálico numa versão modificada do componente dinâmico do modelo. Isso teria a vantagem de tornar os processos vocálicos gradientes isomorfos aos seus análogos categóricos, mas criaria, ao mesmo tempo, uma distância muito maior entre as especificações das vogais e das consoantes. Prós e contras desse caminho serão discutidos na conclusão.

4.1 O papel da altura nos processos vocálicos categóricos do PB

O fato de o PB ter sete distinções vocálicas na posição tônica, cinco na pré-tônica e três na pós-tônica é bastante conhecido. Uma maneira conveniente de expressá-lo é a análise arquifonêmica de Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1969, 1976, 1977), resumida na Figura 13:

i	u	i	U
e	o	u	I
ε	ɔ	E	O
a	a	E	a
		a	a
Tônica	Pré-tônica	Pós-tônica penúltima	Pós-tônica final

Figura13 - Vogais do PB, conforme a posição do acento, na visão de Mattoso Câmara Jr.

Esse quadro diz (a) que a distinção entre vogais médio-altas e médio-baixas se neutraliza na pré-tônica e (b) que a distinção entre vogais altas, médio-altas e médio-baixas se neutraliza na pós-tônica, sem, entretanto, nada afirmar sobre a direção dessas neutralizações. Isso é conveniente porque há, de fato, uma grande variação dialetal na realização dos arquifonemas resultantes. Assim, por exemplo, /I/ e /U/ tendem a soar como [ɪ] e [ʊ] na maior parte do sudeste e como [e] e [o] em certas regiões do sul. Da mesma forma, em certas regiões do nordeste, a neutralização da pré-tônica não é transparente, pois interage com processos de abaixamento que resultam em [E] e [•].

O importante sobre a neutralização é que todos os processos derivacionais e flexionais que implicam um deslocamento do acento podem alimentá-la. Assim, - para exemplificar com fatos do sudeste, que são melhor conhecidos - encontram-se alternâncias tais como b[E]lo/ b[e]leza, m[•]ra/ m[o]ramos. Independentemente de se o estilo favorece ou não uma pronúncia mais ou menos reduzida, há uma variação categórica de altura da tônica para a pré-tônica.

As descrições tradicionais desse fato simplesmente mencionam o parâmetro altura, seja ele concebido como traço binário ou escalar. A descrição da FAR é, por outro lado, bem mais complicada. Para poder mencionar o parâmetro grau de constrição, ela deve especificar as vogais-alvo como sendo palatais ou velares, a fim de excluir o /a/, que não participa do processo (ou seja, [a] ocorre tanto na tônica como na pré-tônica).

Essa complicação se torna preocupante quando lembramos que o PB tem uma restrição à ocorrência de vogais em ambiente nasal que reduz o inventário das vogais médias ao mesmo tempo que altera o /a/. Assim,

continuando a adotar a análise VN das chamadas vogais nasais, temos que diante de /N/ só ocorrem [i], [e], [ɛ], [o] e [u]. Ora, a descrição tradicional vê aí uma restrição à ocorrência de vogais baixas em ambiente nasal. Já a FAR é obrigada a afirmar que a presença do gesto vélico impede constrictões largas nas vogais palatais e velares e constrictões estreitas nas vogais faríngeas. Isso, evidentemente, constitui uma grave perda de generalização.

A mesma generalização se perde na formulação das alofonias da pós-tônica. Um sistema como o do sudeste, que contém [ɪ], [ɛ] e [U], não pode ser visto como uniformemente resultante de processos de elevação (de /e/, /a/ e /o/, respectivamente).

Problemáticos para a abordagem por constrictão são também os processos lexicais de alternância vocálica na conjugação verbal. Formas como m[•]ro ou [E]vo costumam ser explicadas pela influência da vogal temática subjacente /a/, que abaixaria as vogais médias do radical (mor+a+o, lev+a+o). A FAR não é capaz de expressar essa generalização, visto que uma constrictão faríngea estreita não poderia, em princípio, alargar uma constrictão palatal ou velar.

Concluimos assim que a FAR se sai mal na descrição dos processos vocálicos categóricos do PB. Esse fracasso não é, entretanto, generalizado, circunscrevendo-se ao aspecto do modelo que especifica as vogais via graus e pontos de constrictão.

4.2 Um caso difícil para a FAR: elevação gradiente de [ɪ] pós-tônico

Como já foi mencionado, uma boa razão para separar a neutralização da redução é que essa afeta o /a/, vogal que não tem par no inventário tônico do PB, não podendo, portanto, participar de processos de neutralização. Outra razão, igualmente forte, é que a redução - mais diretamente observável no /a/ pós-tônico - é sensível a fatores gradientes tais como estilo, taxa de elocução e força das fronteiras prosódicas.

Em sua contribuição a Albano et al. (1998), Sandra Madureira expôs dados em que o F1 e o F2 de [ɛ] pós-tônico variam, na mesma palavra, de acordo com a força das fronteiras prosódicas. Numa fronteira forte (final de enunciado), F1 é mais baixo e F2 é mais alto que numa fronteira fraca (interior a um sintagma nominal), o que evidencia graus distintos de redução, aparentemente proporcionais à força das fronteiras. Isso permite argumentar que a redução é um processo contínuo, já que a força das fronteiras se cruza

com os demais fatores gradientes mencionados, criando um leque muito amplo de possibilidades.

Que a redução afeta também o /I/ e o /U/ pós-tônicos, sobrepondo-se ao efeito da neutralização, pode-se demonstrar comparando-se a dispersão de F1 e F2 na pós-tônica e na tônica. As Figuras 14 e 15 mostram, respectivamente, o espaço vocálico tônico e pós-tônico para um falante paulistano do PB. Note-se que tanto F1 como F2 apresentam uma maior dispersão na posição pós-tônica.

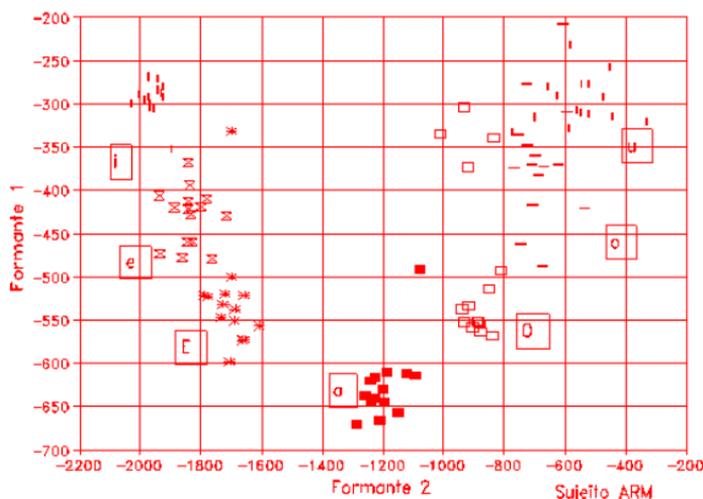


Figura 14 - Espaço vocálico tônico em Hz para um falante paulistano do PB (Sujeito 1)

Esses dados podem ser resumidos calculando-se o coeficiente de variação (isto é, o desvio padrão como porcentagem da média) para F1 e F2 de [i], [a] e [u] tônicos e [I], [E] e [U] pós-tônicos. A tabela 1 exhibe esses resultados.

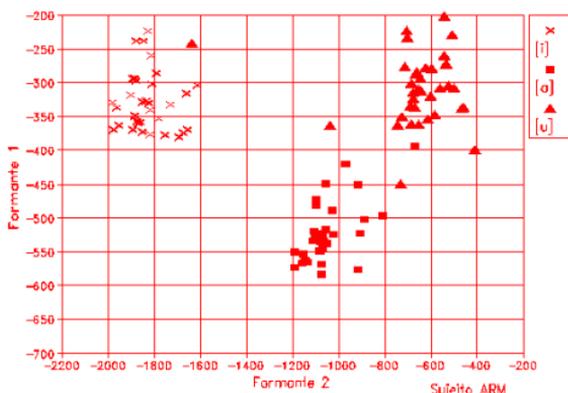


Figura 15 - Espaço vocálico pós-tônico em Hz para o Sujeito 1

	Tônica	Pós-Tôn.	Tônica	Pós-Tôn.	Tônica	Pós-Tôn.
	[i]	[ɨ]	[a]	[ɐ]	[u]	[ʊ]
CV de F1	6,32%	12,66%	6,64	10,79%	9,05%	16,45%
CV de F2	1,66%	4,89%	2,68%	12,13%	19,16%	30,42%

Tabela 1 - Coeficientes de variação para F1 e F2 de [i], [a] e [u] tônicos e [ɨ], [ɐ] e [ʊ] pós-tônicos do Sujeito 1

É evidente que [ɨ] e [ʊ] não podem ter sido gerados exatamente pelo mesmo mecanismo de produção que [i] e [u], pois isso deixaria inexplicados os diferentes graus de dispersão refletidos nos coeficientes de variação. Assim, além da neutralização da série anterior e posterior, é preciso postular um processo adicional - a redução - que explique por que [ɨ] e [ʊ] se dispersam tanto em torno da média, aproximando-se, com isso, de [ɐ], vogal para a qual os efeitos da redução não são ambíguos.

Demonstrado o caráter gradiente da redução e sustentada a hipótese da sua existência para todas as vogais pós-tônicas, passemos a considerar como

se poderia explicá-la. Para tanto, a FAR dispõe de um mecanismo muito conveniente: trata-se da redução da magnitude dos gestos articulatórios. Nas vogais reduzidas, encurta-se a diferença entre a posição inicial da variável do trato envolvida e o comprimento de repouso da mola através da qual se modela o sistema dinâmico. Com isso o gesto perde amplitude e não chega a alcançar o alvo, como no clássico modelo do target undershoot de Lindblom (1963).

A redução da magnitude do gesto articulatório prevê uma centralização das vogais tal como observada na Figura 14, em oposição à Figura 13: tomando-se [i], [a] e [u] como referência, F1 aumenta para [ɪ] e [ʊ] e diminui para [ɛ], enquanto F2 aumenta para [ɛ] e [ʊ] e diminui para [ɪ]. A FAR tem, portanto, bastante sucesso em explicar os dados das vogais pós-tônicas deste sujeito.

Mas esse não é o caso para o sujeito estudado por Aquino (op. cit.). Diferentemente do primeiro, este falante (um recifense com muitos anos de residência em Campinas) não apresenta uma dispersão muito grande dos valores de F1 e F2 das vogais pós-tônicas em torno das respectivas médias, conforme indicado pelos coeficientes de variação da Tabela 2. Pode-se supor, então, que em geral utilize um grau menor de redução, o que é corroborado pelo fato de esses coeficientes não serem muito maiores que os das tônicas correspondentes.

	Tônica	Pós-Tôn.	Tônica	Pós-Tôn.	Tônica	Pós-Tôn.
	[i]	[ɪ]	[a]	[ɛ]	[u]	[ʊ]
CV de F1	3.53	6.03	3.13	6.38	8.81	12.96
CV de F2	3.05	8.56	3.31	6.79	6.69	10.36

Tabela 2 - Coeficientes de variação para F1 e F2 de [i], [a] e [u] tônicos e [ɪ], [ɛ] e [ʊ] pós-tônicos para um falante recifense (Sujeito 2)

Isso, porém, não explica o achado mais curioso de Aquino, a saber: contrariamente ao esperado (que é a tendência a elevar F1, centralizando a vogal), [ɪ] tem um F1 significativamente inferior ao de [i], sendo, portanto, mais alto que esse. Já o seu F2 é, conforme o esperado, significativamente inferior ao de [i], coadunando-se com a tendência centralizadora. A Tabela 3 exhibe esses dados:

	[i]		[ɪ]		Resultados de ANOVA		
	Média	Des. Pad.	Média	Des. Pad.	F	P>F	r ²
F1	302.5	10.68	283.6	17.09	31.71	0.0001	0.78
F2	2054	62.62	1877.67	160.72	39.74	0.0001	0.79

Tabela 3 - Médias e desvios-padrões de F1 e F2 em Hz para [i] e [ɪ] do Sujeito 2; e resumo dos resultados da análise de variância com valores de F, p e r²

Como o mecanismo de redução da magnitude dos gestos articulatórios só explica a diferença de F2, é preciso, para este sujeito, postular um processo que abaixe F1, situando a vogal pós-tônica acima da tônica correspondente no espaço vocálico. Na FAR esse processo pode ser implementado por um pequeno aumento do grau de constrição. Isso, porém, é apenas uma maneira ad hoc de descrever os dados, nada contribuindo para explicá-los.

Seria possível descrever esse abaixamento de F1 de um modo mais natural, que ao menos apontasse para alguma explicação? Outras análises dos dados de Aquino sugerem que sim.

Conforme mostra a Tabela 4, foram encontradas correlações positivas significativas entre os valores de F1 e duração para as vogais pós-tônicas [ɪ] e [ɛ]. Embora sendo relativamente baixas - provavelmente devido à multiplicidade de fatores que afetam a duração -, essas correlações têm a mesma direção que as observadas na literatura fonética (House, 1961) entre as durações intrínsecas das vogais e as respectivas alturas, a saber: quanto mais baixa é a vogal (ou seja, quanto maior é o seu F1), maior é a duração.

	r	r ²	p	Significância
[ɪ]	0.51	0.26	0.004	S
[ɛ]	0.62	0.38	0.003	S
[u]	0.33	0.11	0.081	NS

Tabela 4 - Valores do coeficiente de correlação de Pearson (r), r² e p para F1 e duração das vogais [ɪ], [ɛ] e [u] do Sujeito 2

Assim, um modelo dinâmico que incorporasse a altura como descritor vocálico poderia racionalizar esse fato afirmando que, apesar de usar moderadamente a redução, este sujeito tem processos de elevação do [ɪ] e do [ɛ] que ajudam a implementar essas vogais com a menor duração característica

da posição pós-tônica.

A natureza restrita dos dados e o caráter post hoc da última análise tornam impossível, no momento, ir além de apontar a direção aí implícita: trata-se de encontrar outros casos em que processos de elevação pareçam atingir conjuntamente as vogais /i/, /a/ e /u/ ou, pelo menos, o /a/ e uma das demais. Se muitos casos desse tipo se acumularem, estará demonstrada a inaptidão da FAR para descrever as generalizações subjacentes a processos vocálicos gradientes do PB. Neste caso, a sua dificuldade com as distinções de altura, recorrentemente encontrada no estudo dos processos categóricos, revelar-se-á um problema mais geral, a exigir uma revisão do modelo.

5. Conclusão: para uma revisão da FAR

Tudo que se disse acima é muito preliminar para permitir maiores conclusões. Fica, entretanto, claro que a balança pesa a favor da FAR, ainda que exigindo reparos.

Os desacertos apontados na última seção dizem respeito à inadequação de parâmetros específicos, enquanto os acertos apontados na primeira dizem respeito à adequação de princípios gerais. Grande parte da fonologia do PB é gradiente e o único modelo fonológico apto a lidar com isso é a FAR. Se os parâmetros através dos quais ela gera esses gradientes são inadequados, cabe buscar direções para substituí-los.

À guisa de exercício, consideremos a possibilidade de construir um modelo dinâmico que especifique as vogais com os tradicionais parâmetros de altura e posição da língua, ao invés dos graus e lugares de constricção da FAR.

Apesar do ceticismo gerado pelos estudos iniciais de Ladefoged (1971), Lindau (1978) conseguiu, mais tarde, demonstrar que a altura e o recuo da língua têm altas correlações positivas, respectivamente, com F1 e F2-F1, os parâmetros acústicos considerados por aquele autor suficientes para especificar todas as vogais do inglês. Para o PB, os dados de Matta Machado (1993), que incluem as vogais nasais, sugerem algumas complicações: o ponto de elevação máxima da língua é, por exemplo, em [õ] consideravelmente mais baixo que em [œ]. Não é impossível, entretanto, que uma normalização adequada da escala com referência ao eixo sagital venha a resolver esse problema, pois [œ] e [õ] se diferenciam claramente quanto ao ponto do eixo sagital em que o máximo do

eixo vertical é atingido.

Se a empresa parece factível, ela nos confronta, de qualquer forma, com um problema teórico sério: vogais e consoantes devem ser especificadas por parâmetros diferentes, tornando, em princípio, mais difícil expressar interações que não sejam apenas devidas à sobreposição temporal dos gestos. Como descrever, por exemplo, a passagem de [É] a [w], que vem ocorrendo tanto diacrônica como sincronicamente no PB? Em outras palavras, como determinar quando um gesto consonantal se transforma em gesto vocálico? E mais: como exprimir esse processo de maneira contínua, de tal forma que seja possível um contínuo de realizações entre [É] e [w]?

Talvez a solução resida em abordagens como a de Sproat e Fujimura (1993), que reconhecem na produção de consoantes como [É] um componente consonantal e outro vocálico. Uma via importante é investigar se essa solução se aplica também a outros casos em que consoantes se vocalizam (por exemplo, [ʔ] → [j], tal como em PB ve[ʔ/j]o, ou [ø] → [ɥ], tal como em PB ba[ø/ɥ]o) ou provocam ditongações (por exemplo, [s] → [sɨ], tal como em PB rapa[s/sɨ]).

Mesmo que essas direções se revelem suficientemente viáveis e férteis, a agenda da FAR permanece enorme: o problema fundamental que tem de resolver, para fazer juz à pretensão de ser ao mesmo tempo um modelo fonético e fonológico, é o da redução da dimensionalidade.

A questão a enfrentar é velha: como mapear o discreto no contínuo? Mas o horizonte de resposta delineado pela FAR é novo, por ser o único que afirma a comensurabilidade entre a Fonética e a Fonologia. Quando, no Brasil, tivermos conseguido aproveitar as oportunidades oferecidas pelo PB para limpar, ao menos em parte, o vasto terreno onde essa questão se insere, teremos, finalmente, resgatado o prejuízo de muitos anos de privação do instrumental fonético.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANO, E; P. BARBOSA; S. MADUREIRA; A. GAMA-ROSSI; A. SILVA (1998) A interface fonética-fonologia e a interação prosódia-segmentos. Relatório de grupo de trabalho. *Estudos Lingüísticos XXVII: Anais do XLV Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo*. São José do Rio Preto: UNESP-IBILCE: 135-143

- AQUINO, P. (1997) O papel das vogais reduzidas pós-tônicas na construção de um sistema de síntese concatenativa para o português brasileiro. Dissertação de mestrado. LAFAPE-IEL, UNICAMP.
- BROWMAN, C. e L. GOLDSTEIN (1985) Dynamic modelling of phonetic structure. In: V. FROMKIN (org.) *Phonetic Linguistics*. Nova Iorque: Academic: 35-53.
- ____ (1986) *Towards articulatory phonology*. *Phonology Yearbook*, **3**: 219-252.
- ____ (1990a) *Tiers in articulatory phonology*. In: KINGSTON & BECKMAN (1990): 341-376.
- ____ (1990b) Gestural specification of dynamically determined articulatory structures. *Journal of Phonetics*, **18**: 299-320.
- ____ (1992) Articulatory phonology: an over-view. *Phonetica*, **49**: 155-180.
- CÂMARA JR., J. M. (1969) *Problemas de lingüística descritiva*. Petrópolis: Vozes.
- ____ (1976) *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.
- ____ (1977) *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.
- CHOMSKY, N. e M. HALLE (1968) *The sound pattern of English*. Nova Iorque: Harper e Row.
- CLEMENTS, G. (1992) Phonological primes: features or gestures? *Phonetica*, **49**:181-193.
- ELENIUS, K. e P. BRANDERUD (1995) (orgs.) *Proceedings of the XIIIth Congress of Phonetic Sciences*. Estocolmo: Universidade de Estocolmo e Instituto Real de Tecnologia.
- FUJIMURA, O. (1996) The C/D model as a dynamic, non-segmental approach. Relatório Técnico TR-H-184. ATR Human Information Processing Research Laboratories.
- HOUSE, A. (1961) On vowel duration in English. *Journal of the Acoustical Society of America*, **33**: 1174-8
- KOHLER, K. (1995) Phonetics: a language science in its own right? In: ELENIUS & BRANDERUD, **1**: 10-17.
- KRÖGER, B. (1993) A gestural production model and its application to reduction in German. *Phonetica*, **50**: 213-233.
- LADEFOGED, P. (1971) *Preliminaries to linguistic phonetics*. Chicago: the University of Chicago Press.
- LINDAU, M. (1978) Vowel features. *Language*, **54** (3): 541-563.
- LINDBLOM, B. (1963) Spectrographic study of vowel reduction. *Journal of the Acoustical Society of America*, **35**: 1773-1781.
- ____ 1995. A view of the future of phonetics. In: K.Elenius et al. vol.1.
- MATTA MACHADO, M. 1993. Fenômenos de nasalização vocálica em português: estudo cine-radiográfico. *Cadernos de Estudos*

Lingüísticos, **25**: 113-27.

- OHALA, J. 1995. Phonetic explanations of sound patterns: implications for grammars of competence. In: K. Elenius e P. Branderud, vol. 2.
- SPROAT, R.&O. Fujimura. 1993. Allophonic variation of English /l/ and its implication for phonetic implementation. *Journal of Phonetics* **21**: 291-311.
- STEVENS, K. 1981. Constraints imposed by the auditory system on the properties used to classify speech sounds; data from phonology, acoustics and psychoacoustics. In: T. Myers, J. Laver e J. Anderson (eds.) *The cognitive representaiton of speech*. Amsterdam: North-Holland,.
- SOUSA, E. M. G. 1994. Para a caracterização fonético-acústica da nasalidade no português do Brasil, Dissert de mestrado, LAFAPE-IEL-UNICAMP.
- ZSIGA, E. 1995. An acoustic and palatographic study of lexical and postlexical. palatalization in American English. In: B. Connell e A. Arvaniti (orgs.) *Phonology and Phonetic Evidence: Papers in Laboratory Phonology IV*. Cambridge: C.U.P.
- _____. 1997. Features, gestures, and Igbo vowel assimilation: an approach to the phonology/phonetics mapping. *Language* **73** (2):227-274

A MORFOLOGIA NO BRASIL: INDICADORES E QUESTÕES
(Morphological Studies in Brazil: Data and Issues)

Margarida Maria de Paula BASILIO
(Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

ABSTRACT: This work attempts to give an idea of current development of morphological studies in Brazil. After a brief introduction to the development of Linguistics and morphological studies in Brazil in the period characterized by the creation of ABRALIN, it presents an analysis of the contemporary scene and its relevant tendencies and, as an illustration of contemporary concerns on Morphology in Brazil it summarizes a discussion on research topics taken by the work group of Morphology in the Projeto Gramática do Português Falado.

KEY WORDS: Morphology; Brazil; Development; Contemporary Scene.

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia; Brasil; Histórico; Quadro Contemporâneo.

0. Breve Histórico

Enquanto disciplina lingüística, a Morfologia tem uma história recente no Brasil. De menor relevância como objeto de estudo nas gramáticas tradicionais, passou a ser de mais interesse no período de influência do estruturalismo¹. Mas o estruturalismo descritivista foi logo suplantado na Lingüística Brasileira pela Teoria Gerativa, que havia então desviado para outros componentes o tratamento de fenômenos tradicionalmente considerados morfológicos.

Há duas fases de fundamental relevância no desenvolvimento da Lingüística no Brasil. A primeira, de meados da década de sessenta até os inícios da década de setenta, corresponde aos estágios iniciais, a partir da instituição da obrigatoriedade do ensino de Lingüística em todos os cursos de Letras do país. Na segunda fase, já em pleno desenvolvimento em virtude da demanda constituída na década anterior, a Lingüística se integra ao quadro geral das demais disciplinas no salto de desenvolvimento da pesquisa e pós-graduação no Brasil. Esta fase se intensifica a partir de meados da década de

¹ O que não quer dizer que não tivéssemos tido excelentes abordagens morfológicas em nossos autores clássicos ou gramáticas normativas. Refiro-me aos estudos morfológicos como objeto de pesquisa sistemática.

setenta, com a gradual acumulação do número de mestres egressos dos primeiros programas de Mestrado em Lingüística no país e com a chegada de um certo número de doutores em Lingüística, sobretudo brasileiros, bolsistas da CAPES e CNPq.

Na primeira fase de desenvolvimento da Lingüística no Brasil, sob a influência do estruturalismo, mormente americano, os estudos morfológicos começam a despertar interesse. De especial relevância nesta fase são os trabalhos de J. Mattoso Câmara Jr. (1970, 1971) sobre a língua portuguesa e estudos descritivos de morfologia de línguas indígenas. É de se ressaltar a presença de cursos de morfologia no Programa Unificado de Pós-Graduação em Lingüística do Museu Nacional a partir de 1968, assim como nos Institutos de Lingüística da USP em 1969, quando foi fundada a Associação Brasileira de Lingüística.

Em meados da década de setenta, quando se consolida a segunda fase de (intenso) desenvolvimento da Lingüística no Brasil, a Morfologia voltava a ser legitimada como objeto de estudo na Teoria Gerativa, em especial os estudos lexicais, com a Hipótese Lexicalista (Chomsky, 1970) e sua repercussão imediata no estabelecimento de modelos de descrição lexical (Halle, 1973; Jackendoff, 1975 e Aronoff, 1976). Dada a incidência da fase mais expressiva do desenvolvimento da Lingüística no país com o ressurgimento da Morfologia na teoria gerativa, então a caminho de tornar-se hegemônica, é natural que a Morfologia tivesse surgido como tema de certa relevância no Brasil justamente nesta época. Pelas mesmas circunstâncias, houve uma concentração inicial em questões lexicais, mormente envolvendo a nominalização.²

Definida como o estudo da estrutura interna da palavra e/ou de suas variações de forma, a Morfologia se confronta com problemas de definição de objeto, dada a múltipla pertinência da palavra como unidade lexical, gramatical, fonológica etc. Estas questões prejudicam a nitidez de um panorama de estudos morfológicos no que tange a decisões de pertinência de estudos particulares. Somam-se a estes problemas oriundos de proposições teórico-metodológicas específicas, entre os quais avultam o tratamento sintático de fenômenos

² Por exemplo, nos Anais do III Encontro Nacional de Linguística de 1979, três dos cinco trabalhos de morfologia tratam de questões de nominalização. Os Encontros Nacionais de Lingüística, promovidos então pela PUC-Rio, constituíram um importante indicador nacional até meados da década de oitenta, quando surgiu a Revista D.E.L.T.A. É de se ressaltar que os Boletins da ABRALIN, apesar de todos os esforços e desejos da comunidade, só começaram a ser publicados na década de oitenta, sendo que, dadas as circunstâncias do país, os primeiros números se dedicaram quase que exclusivamente a questões gerais e de cunho político.

morfológicos na Teoria Gerativa e o tratamento necessariamente não gramatical de categorias morfológicas na análise do discurso.

Neste trabalho, apesar dos pontos controversos, pretendo traçar um panorama dos estudos morfológicos no Brasil nos últimos dez anos. Mostro, de início, um quadro de predominâncias em pesquisas e publicações, a partir de alguns indicadores gerais. Em seguida, ilustro a discussão morfológica no país através da abordagem de duas questões teóricas e uma descritiva. O centro de enfoque da discussão será o do Projeto Gramática do Português Falado, dada a relevância deste Projeto tanto em seu objeto de estudo, a descrição do português falado, quanto em sua constituição como espaço singularmente produtivo de discussão teórico-metodológica entre lingüistas brasileiros.

1. Quadro Contemporâneo

O quadro a ser apresentado deriva sobretudo de dois indicadores. O primeiro é o produto de um levantamento de títulos e temas centrais de trabalhos publicados na Revista D.E.L.T.A., que tem o apoio oficial da ABRALIN. O segundo corresponde ao cômputo das respostas a um questionário enviado a especialistas ou eventuais pesquisadores da área de Morfologia em diferentes instituições brasileiras, no qual eram solicitados dados referentes a projetos de pesquisa em Morfologia nos últimos dez anos.³

No momento atual, a Morfologia no Brasil concentra-se sobretudo em problemas de representação lexical, dentro de uma abordagem gerativa. Abordagens sociolingüísticas, funcionalistas e discursivas de fenômenos morfológicos são minoritárias, assim como abordagens morfológicas de temas flexionais.⁴ Os dados a seguir especificam esta afirmação.

De um total de 14 trabalhos de Morfologia publicados na revista D.E.L.T.A. nos últimos dez anos⁵, dez abordam questões lexicais e apenas quatro se dedicam à flexão. Além disso, no levantamento de projetos de morfologia,

³ Agradeço aos Professores Leda Bisol (UFRS), Luis Carlos Travaglia (UF Uberlândia), Luiz Carlos de Assis Rocha (UFMG), Maria Carlota Rosa (UFRJ), Rosa Attié Figueira (UNICAMP), Ieda Maria Alves (USP), e muitos outros colegas, que forneceram informações sobre o desenvolvimento de pesquisas em morfologia em suas instituições, grupos ou linhas de pesquisa.

⁴ Dentre estas, as mais importantes são as análises quantitativas de Marta Scherre sobre o fenômeno da concordância no sintagma nominal na língua falada; e o trabalho de Odette Campos e Angela Rodrigues sobre a flexão verbal no âmbito do Projeto Gramática do Português Falado.

obtido junto a especialistas na área, foi constatado um total de vinte e dois trabalhos sobre morfologia lexical, em confronto com seis relativos a questões morfo-sintáticas e seis dedicados a questões gerais, tais como o tratamento de clíticos e a elaboração de manuais de Morfologia.

O predomínio da abordagem gerativa decorre da suplantação do estruturalismo no desenvolvimento dos estudos lingüísticos no Brasil e da pouca relevância dada à estrutura vocabular em abordagens funcionalistas. Quanto à concentração no léxico, é possível que se deva em grande parte a interesses de lingüistas que lideraram a formação de novas gerações, embora deva também ser considerado o fato de que a flexão já havia sido abordada no período de influência dos estruturalistas.

A segunda afirmação que se pode fazer acerca da Morfologia nesta década é a do significativo desenvolvimento do interesse na área no país. É de se ressaltar a crescente atividade editorial, tanto em títulos novos publicados⁶ quanto em re-edições e manuscritos em preparação. Verifica-se, outrossim, uma diferença de relevância da Morfologia como tema em Congressos e Simpósios de âmbito nacional. Em terceiro lugar, começa a surgir em alguns Programas de Pós-Graduação a preocupação de formar e contratar especialistas em Morfologia e trazer Professores Visitantes. Esses indicadores, por um lado, refletem um interesse maior pela Morfologia na Teoria Gerativa. O que é peculiar no caso do Brasil é o interesse em questões lexicais nem sempre relacionadas à sintaxe.

A maior parte dos trabalhos se concentra na descrição do português. É de se registrar, entretanto, o surgimento de pesquisas em áreas menos centrais, tais como Aquisição da Linguagem, Psicolingüística Experimental, Afasia, Fonologia Lexical, Descrição de Línguas Indígenas e Processamento de Linguagem Natural, o que reforça e amplia a configuração do quadro da pesquisa em Morfologia no Brasil na última década.

A Morfologia brasileira se singulariza pelo interesse nas questões lexicais. Um segundo prolongamento desta preferência é a conexão semântica. Apesar

⁵ Os Boletins da ABRALIN não foram computados na medida em que correspondem aos eventos promovidos pela ABRALIN nas reuniões da SBPC, o que muitas vezes reflete preocupações políticas ou regionais.

⁶ Ver, por exemplo, Basilio, 1987; Monteiro, 1987; Sandmann, 1989; Carone, 1990; Kehdi, 1990; Alves, 1990; Rocha, 1998 etc. O fato de muitas publicações recentes serem de cunho didático ressalta ainda mais a expansão da área, já não mais restrita apenas à Pós-Graduação.

da origem gerativa, a Morfologia lexical brasileira se preocupa significativamente com a investigação do fator semântico nos processos de formação de palavras, o que certamente é uma abordagem minoritária e marginalizada na Morfologia gerativa. Esta preocupação com o fator semântico na Morfologia já se manifesta no início da década de oitenta, e se mantém em várias publicações nacionais nas décadas de oitenta e noventa, assim como em livros e outros veículos menores. Neste sentido, o interesse mais consistente da Morfologia no Brasil não se relaciona à sintaxe e à gramática, mas à Semântica lexical e à Lexicologia.

Uma posterior identificação no desenvolvimento da Morfologia no Brasil se instaura a partir da constituição do Projeto Gramática do Português Falado, em virtude do Grupo de Trabalho (GT) que então se constitui, abarcando especialistas de diferentes universidades brasileiras;⁷ e também em virtude dos problemas confrontados a partir da colocação dos objetivos descritivos do Projeto. No que se segue, à guisa de ilustração concreta da pesquisa morfológica no Brasil e procurando incorporar tanto interesses gerais quanto o trabalho levado adiante pelo grupo mais ativo no país no desenvolvimento de um projeto descritivo da Morfologia lexical do português, discuto, de início, as questões enfrentadas pelo GT de Morfologia nos estágios iniciais do Projeto. Em seguida, abordo uma questão tradicional da descrição do português, tratada por diferentes especialistas ao longo das duas últimas décadas, em seu encaminhamento pelo GT de Morfologia no Projeto Gramática do Português Falado (doravante PGPF).

2. Questões Morfológicas Fundamentais no PGPF

A proposta do PGPF é a descrição do português brasileiro falado culto. O Projeto reúne especialistas das melhores universidades brasileiras, gerativistas e funcionalistas; e estabelece como base de discussão um corpus mínimo compartilhado, que consiste de 15 Inquéritos do projeto NURC, abarcando, em proporções equivalentes, cinco capitais brasileiras, homens e mulheres adultos e três tipos de situação de fala: Elocuções Formais, Diálogos entre Informante e Documentador e Diálogos entre dois Informantes.

⁷ O GT de Morfologia do PGPF se instaurou em 1989 com os Professores Ieda Maria Alves (UNESP), Odette G.L.A.S. Campos (UNESP), Margarida Basilio (UFRJ/PUC-Rio) e Iara Bemquerer Costa (UFSC). Nos anos seguintes, aderiram Léa Gamarski (UFF), Angela Rodrigues (USP) e Antonio José Sandmann (UFPR). Posteriormente o GT se subdividiu em dois, o de Morfologia Derivacional (M. Basilio e L. Gamarski) e o de Morfologia Flexional (O. Campos e A. Rodrigues), tendo os demais professores deixado o Projeto.

A abordagem da Morfologia lexical na língua falada a partir de ocorrências num corpus apresenta problemas diferentes dos de abordagens anteriores de dados morfológicos e diferentes dos problemas de outras áreas. Em primeiro lugar, embora alguns processos lexicais sejam proscritos na escrita formal, o reverso não é verdadeiro no caso da língua falada culta, em que virtualmente qualquer regra de formação de palavras pode operar. Em segundo, o próprio objeto de estudo “português falado culto” seria questionável numa abordagem gerativa, assim como o corpus delimitado. Finalmente, em virtude da dupla natureza do léxico (lista de entradas lexicais e componente de regras), construções morfológicas podem vir tanto da utilização de uma regra quanto do acesso a um item estocado no léxico, de modo que as ocorrências podem não corresponder à operação de um processo lexical. O GT de Morfologia do PGPF teve de confrontar essas questões, isoladamente e em suas conexões, em termos imediatos.

O primeiro ponto não constitui um problema da área, já que não há interdições morfológicas específicas da fala culta. Entretanto, temos que refletir sobre se devemos postular um léxico especialmente para a língua falada, dado que as construções lexicais aparecem sobretudo como elementos já feitos no nível da construção do discurso. Em relação ao segundo ponto, a particularização do português falado culto é mais irrelevante do que contraditória numa morfologia gerativa, mas a abordagem como corpus é virtualmente inconcebível, na medida em que a noção de produtividade lexical se esteia fortemente em julgamentos de aceitabilidade de formas não existentes. Finalmente, o terceiro ponto se liga ao primeiro, porquanto a língua falada apresenta uma situação de processamento nitidamente diferente da língua escrita, dada a construção interativa e a ausência de tempo de elaboração.

No contexto dos problemas mencionados, é necessária uma cuidadosa discussão da noção de produtividade e seu tratamento no desenvolvimento de modelos lexicais; e da questão do acesso lexical na língua falada. Estes tópicos serão discutidos a seguir.

2.1 Produtividade e Produção

Podemos inicialmente definir a produtividade de uma Regra de Formação de Palavras (RFP) como a possibilidade que essa regra tenha de formar novas palavras no léxico da Língua (Aronoff, 1976).

O conceito de produtividade lexical é problemático sobretudo porque o

produto de uma RFP se incorpora ao léxico, o que permite a contagem de produtos de regras enquanto reflexo de frequência de aplicação. Assim, o termo 'produtividade' se refere também à frequência de aplicação (Kastovsky, 1986). O uso do mesmo termo confunde a RFP enquanto especificação de construções morfológicas possíveis com o teor de utilização de RFPs em variadas circunstâncias.

Com a preocupação de ressaltar a distinção entre produtividade e frequência de aplicação, Corbin (1984) estabelece o conceito de disponibilidade, definindo uma regra como disponível quando passível de utilização pelo falante/ouvinte no exercício normal da criatividade lexical e colocando o conceito de disponibilidade na esfera da competência lexical, enquanto a rentabilidade de uma dada regra se situaria na esfera da Análise do Discurso. Segundo Corbin, a produtividade define formas disponíveis e não formas necessariamente atestadas.

Assim, o conceito de produtividade deve ser entendido tão somente como o conjunto de condições estruturais de uma regra na definição de construções morfológicas possíveis. A produtividade de uma regra deve ser distinta das Condições de Produção, que são condições não estruturais de operação e dependem de fatores de ordem paradigmática, discursiva e sócio-cultural.

Há vários tipos de condições de produção, tais como condições paradigmáticas, determinadas pelas regras em competição (Basilio, 1980; Marle, 1986); o tipo de discurso, que permite ou estimula certos tipos de formação, enquanto dificulta ou interdita outros; as condições culturais, que criam referentes a serem rotulados; e assim por diante.

Para os objetivos do PGPF, o tipo de discurso é um ponto de importância crucial das condições de produção. Um dos problemas que se colocam em relação ao tipo de discurso é a própria questão da produção morfológica como um todo. O discurso formal escrito apresenta exigências de estrutura textual e necessidades anafóricas que se configuram em grande parte em construções morfológicas, ao mesmo tempo permitindo e exigindo um trabalho de arquitetura textual prévia. Assim, neste tipo de discurso predominam construções morfológicas com função de mudança categorial. Por outro lado, discursos altamente especializados, como o literário e o propagandístico, tendem a explorar as possibilidades de estranhamento latentes em processos de formação lexical. Os critérios de aceitabilidade via de regra se alteram e se especificam, como

efeito direto da própria consciência da especificidade do tipo de discurso; mas isto não altera as condições de produtividade dos processos envolvidos. Já o discurso falado coloquial dialogado utiliza outro instrumento, a construção interativa; e não permite, em geral, a elaboração meditada, o que certamente delimita o tipo e prejudica a freqüência de operações de construção lexical.

Analisando o problema da duplicidade do conceito de produtividade na teoria gerativa, juntamente com a questão de se determinar o objeto de análise da Morfologia no PGPF, o GT de Morfologia do PGPF estabelece uma distinção teórica entre condições de produtividade, definidas como condições estruturais correspondentes a especificações de Regras de Formação de Palavras sobre bases e produtos; e condições de produção, definidas como fatores que facilitam, dificultam ou impedem a operação concreta de RFPs em circunstâncias específicas.

A partir desta distinção, as condições de produção constituem-se como único objeto possível para uma abordagem da formação de palavras no âmbito do PGPF, neutralizando-se, portanto, os problemas teórico-metodológicos iniciais.

O segundo problema maior na abordagem da formação de palavras no PGPF é o fato de que a ocorrência de uma construção lexical pode provir tanto de uma RFP quanto do acesso a um item já armazenado no léxico, e, portanto, não evidencia a operação do processo correspondente. O problema se coloca na medida em que o objetivo do GT é a investigação sobre quais processos de formação de palavras estariam em vigência no português falado culto.

Dado o objetivo básico da pesquisa, o GT decidiu considerar como objetos legítimos de análise apenas construções morfológicas regulares, isto é, aquelas cujas propriedades semânticas e fonológicas correspondessem exatamente ao previsto pela conjunção da base e do processo morfológico correspondente, já que apenas estas construções apresentam a dupla possibilidade de terem sido produzidas durante o ato de fala ou acessadas como formas previamente existentes no léxico.

Coloca-se, a este respeito, uma questão maior: a de se haveria na língua falada culta condições razoáveis de produção para RFPs em geral, ou seja, a de se é justificável o pressuposto metodológico básico de que formas regulares poderiam ter sido produzidas no decorrer do ato de fala; e, em consequência, até que ponto este pressuposto deveria ser utilizado em afirmações concretas

sobre condições de produção de processos específicos.

Este problema leva a uma velha questão da Psicolingüística e da Morfologia, a questão da representação e acesso de itens lexicais por palavras ou por morfemas. Passo, então, a discutir as hipóteses de representação e acesso lexical por radicais e regras de afixação (doravante RAF) ou por palavras previamente existentes (doravante PEX).

2.2. Representação e acesso de formas derivadas na fala culta

A polaridade nas propostas de representação lexical de formas derivadas surge já nos primeiros momentos do reingresso da morfologia na Teoria Gerativa. Aronoff (1976) propõe a não-listagem de formas regulares do léxico, o que corresponde ao acesso por RAF para todas as formas regulares. Jackendoff (1975) defende a Teoria da Entrada Plena, em que o léxico é representado em entradas lexicais completamente especificadas. Nesta proposta representacional, o acesso é basicamente por PEX.

Em Psicolingüística, a questão da representação e acesso lexical de formas derivadas por PEX ou RAF no processo de compreensão da fala tem sido objeto da atenção de inúmeros estudiosos na área de acesso lexical para compreensão, mas ainda não está resolvida. A proposta mais tradicional de modelo de reconhecimento lexical de formas derivadas é a de Taft e Forster (1975), que propõem que o acesso à representação lexical na memória só se faz a partir do acesso a radicais e prefixos. A hipótese da decomposição lexical para o acesso lexical é bastante difundida em psicolingüística, mas os resultados em que Taft e Forster se baseiam podem ser abarcados pela hipótese de um léxico morfológicamente estruturado. De qualquer maneira, a relevância destes estudos para a questão do acesso lexical na produção da fala depende da questão não resolvida da unicidade do léxico.

Estudos de acesso lexical do ponto de vista da produção da fala são raros e se resumem a fenômenos fora da normalidade, tais como deslizes verbais (slips of the tongue) e estratégias utilizadas por pacientes afásicos. Em sua revisão clássica da evidência psicolingüística pertinente à representação lexical em relação à produção, Butterworth (1983) investiga a hipótese da Listagem Plena, segundo a qual no léxico subjacente à produção da fala a representação lexical pode ser feita em termos de uma listagem integral de entradas lexicais. Deslizes verbais e da fala de afásicos não interferem nesta hipótese, que prevê o uso de regras como um mecanismo de suporte.

A evidência sobre afásicos e sobre deslizes verbais não é tão relevante para o acesso lexical na produção da fala porque o fato de que falantes podem eventualmente formar palavras em sua língua é bastante conhecido e não controverso. A questão é se os falantes o fazem habitualmente e, portanto, como se caracterizaria a fala no que tange a construções lexicais.

Passo a discutir a hipótese de que na produção da fala o léxico mental é estruturado em palavras e não em radicais e afixos; e o acesso lexical é feito por PEX no caso de processos de função categorial e designadora, podendo ser por RFPs, no entanto, no caso de palavras avaliativas. A discussão incide apenas sobre formas regulares, já que para as irregulares o acesso só é possível por PEX.

O acesso lexical no léxico de produção é determinado pela necessidade do falante de se referir a entidades do mundo exterior; e isto é de crucial importância para a discussão do acesso lexical por RAF ou PEX, sobretudo em palavras derivadas a partir de processos de função denotativa, porque o significado da palavra pode ser transparente no nível da construção morfológica, mas o nível de designação dos seres pode ser mais restrito do que o nível do significado da construção morfológica.

Isto, de certa maneira, é natural. Um afixo como -dor, por exemplo, é adicionado a uma base para nomear uma classe de objetos ou indivíduos por suas atividades, propriedades ou funções caracterizadoras, expressas na base verbal. Assim, a RFP que corresponde à adição de -dor tem uma função inerentemente designadora; ela é usada para fornecer um rótulo pelo qual uma determinada classe de seres possa ser referida.

Uma palavra que resulta de uma RFP de função designadora pode ser semanticamente transparente em termos de sua caracterização geral, mas o conjunto de objetos do mundo externo designado por essa palavra, embora previsível enquanto subconjunto incluído na caracterização geral, não é suficientemente especificado pela estrutura morfo-semântica, exatamente porque esta estabelece uma caracterização genérica, enquanto a formação em si tem uma função de designação de indivíduos específicos. Ou seja, formamos palavras como *computador* não para nos referirmos a todos os seres que executam computações, mas para darmos um rótulo mnemônico a um tipo específico de objeto. Palavras incluídas nesses casos têm que ser acessadas por PEX no léxico de produção, porque o aspecto designador do uso da palavra não é dado pelas regras morfo-semânticas de formação.

A questão passa a ser, então, a relevância relativa do fenômeno de designação na formação de palavras. Um caso crucial a observar é o das nominalizações deverbais abstratas, por causa de sua dupla função e da múltipla possibilidade de escolha de sufixos nominalizadores. Uma forma nominalizada permite referência neutra ao processo verbal, sendo, portanto, uma estratégia básica de estruturação textual, em especial por causa da possibilidade de referência anafórica. Na função de mudança categorial, que obedece sobretudo a motivações de estruturação textual, a nominalização é uma construção transparente e sem objetivos designadores.

Entretanto, a nominalização também pode ter função designadora, utilizando o significado básico do verbo para denotar um conceito entitativo. A nominalização denotativa é comum na linguagem científica. Palavras como *neutralização*, *derivação*, *referência* e outras, da terminologia lingüística, são formadas com propósitos designadores. Nessas formações, o significado no nível construcional é transparente, mas insuficiente para a compreensão da designação no aspecto terminológico. Um processo geral de incorporação do argumento interno opera na designação terminológica por nominalização, de modo que os falantes contam com um mecanismo mnemônico bastante eficiente para efeitos de rotulação, no qual a estrutura morfo-semântica pode ser mantida e apenas o argumento incorporado tem que ser memorizado. Mas a nominalização denotativa pode manter um significado genérico, podendo aplicar-se a qualquer argumento interno plausível. Por exemplo, enquanto designador, o termo *construção* pode designar diferentes objetos, da frase ao edifício. Adicionalmente, a forma nominalizada ainda pode ser usada para referência anafórica ao verbo correspondente.

Um grande número dessas construções apresenta ambas as funções, a de mudança categorial e a designadora. Assim, esta situação é de especial interesse como caso-teste para a questão de acesso lexical por RAF ou por PEX porque temos na mesma palavra duas possibilidades, uma que força acesso em termos de PEX (a que é produto da função designadora da nominalização) e outra que permite acesso por RAF (a que é produto da função de mudança categorial).

Assim, esperaríamos que, se o acesso por RAF fosse a situação normal para nominalizações de função categorial, haveria variação na escolha de afixos em formas nominalizadas na fala em casos de função de mudança categorial. Esperaríamos, além disso, que a proporção de uso de diferentes RFPs nominalizadoras refletiriam os graus relativos de produtividade, em geral

e com bases específicas (Anshen e Aronoff, 1981). Não é essa, entretanto, a situação encontrada num estudo realizado sobre formas nominalizadas no português culto no âmbito do PGPF.

Neste estudo sobre o corpus do PGPF, todas as nominalizações semântica e fonologicamente regulares foram coletadas, sendo a regularidade semântica considerada em termos de ocorrência no contexto, isto é, uma forma era considerada regular se no contexto de ocorrência pudesse ser interpretada em termos da função semântica e propriedades fonológicas previstas no processo morfológico correspondente. Um total de 373 formas nominalizadas deverbiais foram coletadas, das quais 169 com função de mudança categorial e 204 com função designadora. Dessas formações, aproximadamente 60% apresentaram o sufixo -ção, índice de ocorrência três vezes maior que o segundo sufixo mais usado, -mento, com cerca de 20% de ocorrência. O resultado de importância para a questão de acesso na produção da fala, no entanto, é que em todo o corpus houve apenas uma troca de sufixo: a forma *coordenamento* foi usada em lugar de *coordenação* (Basilio, 1996).

Este fato se constitui em evidência que contradiz expectativas de acesso lexical por RAF para nominalizações no léxico de produção da língua falada culta. O fato de ocorrer apenas uma mudança de sufixo num corpus de 15 inquéritos de língua falada aponta fortemente na direção contrária à utilização de regras para a construção de formas nominalizadas na fala culta. Observe-se que a situação é a mesma para nominalizações em função de mudança categorial ou em função designadora. Podemos, portanto, concluir que o acesso a formas nominalizadas na produção da fala é por PEX e não RAF, mesmo quando a nominalização tem apenas função de mudança categorial.

Os dados do português falado culto favorecem, portanto, a Hipótese da Listagem Plena para a representação lexical das formas derivadas. Há casos, entretanto, em que a utilização de RFPs na produção da fala não pode ser descartada. Por exemplo, o caso dos diminutivos e superlativos em português é de especial interesse, por estar de certa maneira circunscrito à língua falada. Na utilização do diminutivo para caracterizar linguagem afetiva, por exemplo, é freqüente o surgimento de formações novas até inesperadas, o que evidencia a produção a partir de regras, o mesmo acontecendo no superlativo. O acesso a regras na produção da fala culta é, pois, evidente pelo freqüente surgimento de formas novas e eventual alteração de padrões.

Nossos dados mostram que a questão RAF/PEX no acesso lexical para a

produção da fala não pode ser considerada em termos absolutos; ao contrário, temos que formular a questão de quais formações correspondem ao acesso direto e quais ao acesso por regras. Entretanto, uma generalização já pode ser feita sobre a representação lexical de formas derivadas: a de que as formas básicas de representação no léxico mental utilizada na produção da fala em língua portuguesa são palavras e não radicais. Mais especificamente, podemos ter processos que acessam palavras do léxico e produzem novas palavras a partir da aplicação de uma RFP, mas mesmo nesses casos a base é uma palavra, estando, portanto, descartado o acesso direto a radicais. Concluímos, também, que a utilização das RFPs no decorrer do ato de fala, embora possível, não é freqüente e está condicionada à função das regras.

3. Verbos denominais no Português

Passo agora a discutir os problemas envolvidos na análise de verbos denominais no PGPF. O tema foi escolhido por se situar na confluência de várias controvérsias em descrições do português, que há muito preocupam morfólogos no Brasil, e também alguns sintaticistas. O problema por um lado, se relaciona com nominalizações; por outro, com a velha questão das chamadas derivações regressivas; um terceiro ângulo envolve a adoção ou não de regras zero em morfologia derivacional; e, finalmente, temos a linha de definição entre processos derivacionais e flexionais. Dada essa confluência, não é de se estranhar que o tema tenha suscitado freqüentes debates.⁸

São duas as principais questões: a morfológica e a da direcionalidade. A questão morfológica é a de se, dado um par S/V do tipo *perfume/perfumar*, devemos considerar o verbo como derivado do substantivo ou, alternativamente, considerar o caso como de conversão. Quanto à direcionalidade, dado um par S/V como *grito/gritar*, devemos considerar o verbo como derivante, e, portanto, morfológicamente básico, ou como derivado, e, portanto, denominal?

A primeira questão é a de se devemos considerar o processo como derivação ou conversão. Por exemplo, em *perfume/perfumar* temos a conversão de *perfume* em verbo, sendo o acréscimo do -a uma conseqüência da estrutura morfológica dos verbos em português, que inclui vogais temáticas? Ou seria -a(r) um sufixo derivacional que se adiciona a substantivos para formar verbos?

⁸ Ver, entre outros, Lobato (1988); Gamarski (1988); Basílio (1980) e (1987); e Basílio & Martins (1996).

Verbos como *perfumar* apresentam uma situação ambígua de análise, porque o elemento -a do tema pode ser visto tanto derivacional quanto flexionalmente. Assim, podemos considerar que os verbos denominais resultam de um processo de conversão, caso em que o -a seria uma adaptação da base à conjugação verbal, pelo acréscimo da vogal temática; ou estabelecer um sufixo derivacional -a que forma verbos a partir de substantivos. A primeira alternativa permite uma análise do português análoga à dos verbos denominais do inglês, sendo freqüentemente adotada por conveniência teórica, apesar dos problemas do ponto de vista estritamente morfológico.⁹

A ausência de marca aberta de derivação também traz problemas em relação à direcionalidade da formação. Casos como *analisar/análise* ilustram a questão: *analisar* seria um verbo derivante ou um verbo denominal? A questão foi tratada nas gramáticas normativas apenas do lado das chamadas derivações regressivas, mas o mesmo problema se coloca para os verbos denominais, já que o problema é justamente a direcionalidade.

Substantivos como *luta* são analisados nas gramáticas como formações regressivas por terem o significado de ação. Além de pouco claro no lado estritamente morfológico da questão, este tratamento é insuficiente do ponto de vista sintático-semântico, na medida em que formas nominalizadas podem apresentar mais de um significado. Analisando estes problemas, Basilio (1980) propõe que, na impossibilidade de estabelecer a direcionalidade da derivação a partir de critérios sintático-semânticos, seja adotado o critério morfológico, segundo o qual o substantivo seria o derivante e o verbo derivado nos pares S/V sem marca aberta de acréscimo morfológico. A proposta, no entanto, esbarra em dados factuais de proveniência gíria e de fala infantil e é contestada em Gamarski (1988), que arrola, entre outras, formas prefixadas como *repassé* (de *repassar*), *encaixe* (de *encaixar*) etc., cuja estrutura é nitidamente deverbal.

Gamarski propõe a análise alternativa de que as estruturas temáticas explícitas potenciais revelariam a direcionalidade. Esta posição é reforçada em Basilio (1987), que afirma ser mais conveniente considerar deverbal toda forma nominal correspondente a um verbo que apresente pelo menos uma interpretação de cunho verbal, em virtude do padrão geral de relação morfológica categorial que implica a relação S/V para cada verbo no léxico do português, sem que se obtenha relação correspondente a partir do substantivo.

⁹ Para uma análise mais detalhada da questão morfológica, ver Basilio (1993a, b).

A proposta de Gamarski (1988) apresenta problemas, no entanto, se considerarmos a dupla função da nominalização, a função de mudança categorial e a designadora, já que esperaríamos a correspondência temática explícita apenas nos casos de função de mudança categorial. Por outro lado, conforme apontado em Chomsky (1970), substantivos primitivos podem apresentar estrutura argumental análoga à de verbos, ainda que sem correlato morfológico. Assim, a correspondência de estrutura temática não pode ser usada como critério definitivo para a identificação de formas como deverbais ou não.

Não é este, aliás, o objetivo de Gamarski, que apenas coloca a correspondência temática como condição necessária para estabelecer formas como deverbais, mas não como suficiente para estabelecer formas como primitivas ou derivadas. Entretanto, ainda assim, seria razoável propor que, na ausência de outras evidências, se há correspondência de estrutura entre substantivo e verbo morfológicamente relacionados, o substantivo deve ser considerado como derivado do verbo, já que a estrutura temática, embora possível em substantivos, não é característica de substantivos, mas de verbos.

A aplicação concreta deste princípio não é fácil, porém. Considere-se o caso de *trabalho*. Definindo *trabalho* como “atividade sistematicamente exercida para fins de sustento”, ou “atividade de prestação de serviços ou produção de bens”, é possível interpretar o verbo *trabalhar* como “exercer atividade de trabalho” ou “executar trabalho”. No entanto, a direcionalidade é dúbia, dado que também podemos interpretar *trabalhar* como “exercer atividade sistematicamente...”, e *trabalho* como “ato ou efeito de trabalhar”. O problema que se coloca nesses casos é que a estrutura temática muitas vezes depende do significado, de sorte que o critério de correspondência sistemática entre verbo e substantivo não constitui uma base segura sobre a qual analisar pares S/V.

Adicionalmente, podemos encontrar casos em que a evidência morfológica contraria o critério de correspondência temática: na seqüência *influir / influência / influenciar*, embora a correspondência temática sugira a análise de *influência* como derivado de *influenciar*, a presença de *influir* aponta *influência* como anterior.

Uma possível alternativa seria tomar como indicador de direcionalidade a previsibilidade de significado das formações, ou seja, seria básica a forma de que a outra poderia semanticamente derivar de modo previsível. Entretanto,

na listagem que foi feita de pares S/V regulares no corpus mínimo compartilhado do PGPF, foi observado que a partir do significado do substantivo é possível interpretar o verbo como ato, atividade, causação ou estado que tem como argumento interno o significado do substantivo, do mesmo modo que, partindo do significado do verbo, podemos interpretar o substantivo como ato, efeito ou processo definido pelo processo verbal. Ou seja, o problema na análise do par *trabalho/trabalhar* se estende virtualmente a todo par S/V; a situação de previsibilidade é equivalente em ambas as direções de formação.

Pode-se concluir, então, mais uma vez, que a questão da direcionalidade deve ser resolvida apenas em termos morfológicos, já que só do ponto de vista morfológico existe uma real direcionalidade, revelando-se no aspecto sintático-semântico uma permanente associação de acepções nominais e verbais, independente da direcionalidade da formação.

4. Considerações finais

Esperando ter espelhado a situação geral da pesquisa morfológica no Brasil e colocado os vários pontos envolvidos em algumas das mais discutidas questões na morfologia brasileira contemporânea, ressalto que os pontos aqui enfocados dão uma idéia apenas parcial, diminuta talvez, dos temas que estão sendo abordados no momento por lingüistas em diferentes universidades brasileiras.

Finalizando, acrescento que se intensifica, no momento, a preocupação dos lingüistas brasileiros com a delimitação de unidades lexicais, manifestando-se em inúmeros projetos de pesquisa que perseguem critérios mais aperfeiçoados (a) para a distinção entre palavras formais e outras unidades lexicais, assim como entre sintagmas e palavras compostas; (b) para a definição dos clíticos, quer os tradicionalmente referidos pela tradição fonológica e sintática, quer as formas fonologicamente dependentes de caráter não pronominal, como preposições; (c) para a demarcação de fronteiras entre prefixos, formas dependentes e radicais e (d) para a delimitação de unidades lexicais na especificidade terminológica e lexicográfica. Em conexão com estas preocupações, presenciamos um desenvolvimento de estudos de morfossintaxe e fonologia lexical, ao mesmo tempo em que se consolida a singularidade da pesquisa morfológica brasileira das duas últimas décadas em torno das questões semânticas e lexicológicas envolvidas na descrição de estruturas morfológicas do português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, I. (1990) *Neologismo. Criação Lexical*. São Paulo: Ática.
- ANSHEN, F. e M. ARONOFF (1981) Morphological Productivity and Phonological Transparency. *Canadian Journal of Linguistics*, **26**: 63-72.
- ARONOFF, M. (1976) Word Formation in Generative Grammar. *Linguistic Inquiry Monograph I*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- BASILIO, M. (1980) *Estruturas Lexicais do Português*. Petrópolis: Vozes.
- ____ (1987) *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática.
- ____ (1993a) Verbos em -ar em português: Afixação ou Conversão? *D.E.L.T.A.*, **9**(2): 295-304.
- ____ (1993b) Produtividade, Função e Produção Lexical no Português Falado. *Atas do IX Congresso Internacional da ALFAL II*: 27-37. Campinas: UNICAMP.
- ____ (1996) Formação e Uso da Nominalização Deverbal Sufixal no Português Falado. In: A.T. CASTILHO e M. BASILIO (orgs.) *Gramática do Português Falado Volume IV- Estudos Descritivos*. São Paulo/Campinas: FAPESP/ UNICAMP: 223-33.
- BASILIO, M. e H. MARTINS (1996) Verbos Denominais no Português Falado. In: I. KOCH (org.) *Gramática do Português Falado VI - Desenvolvimentos*: 371-91.
- BUTTERWORTH, B. (1983) Lexical Representation. In: B. BUTTERWORTH (org.) *Language Production v.II - Development, Writing and Other Language Processes*. London: Academic Press.
- CARONE, F. (1990) *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática.
- CHOMSKY, N. (1970) Remarks on Nominalization. In: R. A. JACOBS e P. S. ROSENBAUM (orgs.) *Readings in English Transformational Grammar*. Waltham, Mass: Ginn & Co.
- CORBIN, D. (1984) La Forme et le Sens: Explorations des Relations Derivatives en Français. *Quaderni di Semantica*, **1**: 58-69.
- GAMARSKY, L. (1988) *A Derivação Regressiva: um estudo da produtividade lexical em português*. Goiânia: CEGRAF.
- HALLE, M. (1973) Prolegomena to a Theory of Word-Formation. *Linguistic Inquiry*, **4**: 3-16.
- JACKENDOFF, R. (1975) Morphological and Semantic Regularities in the Lexicon. *Language*, **51**: 639-71.
- KASTOVSKY, D. (1986) The Problem of Productivity in Word-Formation. *Linguistics*, **24**: 601-627.
- KEHDI, V. (1990) *Morfemas do Português*. São Paulo: Ática.
- LOBATO, L. (1988) *A Derivação Regressiva em Português: Conceituação e Tratamento Gerativo*. Universidade de Brasília: ms.

- MARLE, J. (1986) The domain hypothesis: the study of rival morphological processes. *Linguistics*, **24**: 585-600.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. (1970) *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- _____ (1971) *Problemas de Lingüística Descritiva*. Petrópolis: Vozes.
- MONTEIRO, J. L. (1987) *Morfologia Portuguesa*. Fortaleza: EDUFC.
- ROCHA, L. C. A. (1998) *Estruturas Morfológicas do Português*. Belo Horizonte: UFMG.
- SANDMANN, A. J. (1989) *Formação de Palavras no Português Brasileiro Contemporâneo*. Curitiba: Ed. Icone.
- _____ (1991) *Morfologia Geral*. São Paulo: Ed. Contexto.
- TAFT, M. & K. L. FORSTER (1975) Lexical Storage and Retrieval of Prefixed Words. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, **14**: 638-647.

ESTUDOS FUNCIONALISTAS NO BRASIL
(Functionalist Studies in Brazil)

Maria Helena de Moura NEVES (*Universidade Estadual de São Paulo*)

ABSTRACT: The paper presents a comprehensive survey of functional research in Brazil, from the very beginning, reaching research groups and individual researchers, carefully distinguishing the theoretical approaches followed. An extensive list of published work is added. (AE)

KEY WORDS: Functionalist Research; Functional Grammar.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisas Funcionalistas; Gramática Funcional.

0. Quadro geral

Os estudos funcionalistas têm tido grande incremento no Brasil, nos últimos anos, particularmente nos anos 90. Os pólos de interesse estão localizados especialmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

1. Os pioneiros

1.1. São pioneiros, no país, com linhas definidas, Evanildo Bechara e Rafael Hoyos-Andrade, o primeiro na linha estruturalista-funcionalista de E. Coseriu, o segundo na linha de centração sintática de A. Martinet. Rodolfo Ilari, por sua vez, tem papel histórico, pela consideração que faz da Escola de Praga na sua tese de doutoramento defendida na Universidade de Campinas em 1975, na qual estudou os recursos que expressam a perspectiva funcional da frase no português do Brasil (texto publicado em Ilari (1986), com reedição em 1992). Significativa é a indicação do prefaciador da obra, Ataliba T. de Castilho, que salienta o fato de que, nos anos 80, uma ampliação do aspecto teórico e metodológico levava necessariamente a preocupações de caráter discursivo e textual. O livro trata, na sua essência, de uma questão fundamental dentro de uma gramática de orientação funcionalista: o dinamismo comunicativo da linguagem, e, muito especificamente, a consideração da articulação tema-rema como forma de realizar as funções da linguagem, enquanto processo de caráter discursivo. Outro pioneiro é o próprio Castilho, que, sem invocar uma linha específica dentro do funcionalismo, trabalha, entretanto, desde os primeiros estudos, dentro da consideração de uma interface entre a sintaxe, a

semântica e a pragmática, visão que está na base de qualquer teoria funcionalista.

1.2. Pode-se dizer que Evanildo Bechara foi funcionalista desde os seus primeiros trabalhos filológicos. O estudo sobre os meios de expressão do pensamento concessivo em português (Bechara, 1954), apresentado ao Colégio Pedro II para defesa de Cátedra, trata a questão da concessão sob um ponto de vista da interação, antecipando nas suas formulações o próprio modelo de interação verbal que o funcionalismo hoje apresenta: 'A prática cotidiana habilitou o homem a pressupor, no correr de suas asserções, a objeção iminente. Enunciar o pensamento contando e obstruindo os obstáculos que o interlocutor ou interlocutores apresentariam era o propósito da idéia concessiva.' (Bechara, 1954:9). Temas caros ao funcionalismo entram significativamente no estudo: a incorporação das diversas funções na gramática ('a concessão deve ter nascido no momento em que as declarações do falante sentiram o peso do argumento contrário do interlocutor', p. 9); a fluidez de categorias ('nem sempre se traçam demarcações rigorosas nos meios de expressão que traduzem a gama variada e complexa de nossos pensamentos', p. 11); a gramaticalização ('se a vitalidade do vocábulo não suportar a alteração sofrida, criam-se novos meios de expressão', p. 23).

Bechara tem-se dedicado, em artigos originais e textos traduzidos, a divulgar o arcabouço teórico do estruturalismo funcional de Coseriu, com sugestões de aproveitamento na descrição do português. Bechara (1991) delimita o objeto da gramática funcional, segundo Coseriu, como o estudo da estruturação idiomática dos significados proposicionais de uma língua, tanto gramaticais quanto léxicos. Para Coseriu, o que a gramática funcional se propõe é estabelecer os significados gramaticais que uma língua distingue bem como as oposições que estabelece entre esses significados, remetendo para um segundo plano os tipos de emprego desses mesmos significados.

1.3. Hoyos-Andrade teve sua formação na França, na linha funcionalista de André Martinet e da Société Internationale de Linguistique Fonctionnelle (SILF), e dentro dessa orientação realizou mais de duas dezenas de trabalhos, quase todos publicados.

Já em 1972, Hoyos apresentava, em um artigo, o princípio da autonomia sintática de inspiração martinetiana, aplicando-a a um enunciado em português (Hoyos-Andrade, 1972), e ainda nos anos 70 ele publicava um estudo contrastivo dos sistemas vocálicos das duas línguas (o espanhol e o

português) a partir da doutrina fonológica do funcionalismo martinetiano (Hoyos-Andrade, 1978). Hoyos marcou, ainda, seu papel histórico dentro dos estudos funcionalistas no Brasil, ao organizar, no Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, em 1985, um grupo de trabalho sobre funcionalismo, pretendendo que se discutissem os pontos comuns aos diferentes funcionalismos na época, objetivo que, entretanto, ele afirma que não foi atingido (Hoyos-Andrade, 1986d). A apresentação geral e a divulgação do modelo funcionalista de Martinet e da SILF norteiam grande parte da produção de Hoyos. A partir de um curso sobre Lingüística Formal ministrado no Seminário Andrés Bello - Instituto Caro y Cuervo de Bogotá, Colômbia, em 1984, ele preparou um livro em espanhol (Hoyos-Andrade, 1992), que trata especialmente dos aspectos sintáticos do modelo funcionalista de inspiração martinetiana, e que teve resenha de Jean-Michel Builles publicada na revista *La Linguistique*, vol. 30, fasc. 2, p. 157-159, em 1994. De caráter genérico é, ainda, um estudo que dá uma visão otimista do futuro do funcionalismo (Hoyos-Andrade, 1983a). O aspecto sintático, que é o centro da teoria martinetiana, é objeto de outros estudos, um que expõe os princípios e as características da sintaxe funcional e da metodologia para uma análise sintática de enunciados (Hoyos-Andrade, 1993), e um que analisa o signo sintático (Hoyos-Andrade, 1986c). Uma aplicação específica e sistemática da análise sintática funcionalista de Martinet à língua portuguesa é feita na tese de livre-docência, defendida na Universidade Estadual Paulista - Unesp de Assis (Hoyos-Andrade, 1983b). A atenção à semântica aparece num estudo que mostra a conveniência da distinção entre os valores das unidades lingüísticas (objeto da axiologia) e as variantes de significado dessas unidades, em função dos contextos, (objeto da semântica) (Hoyos-Andrade, 1986a). Outros estudos de fonologia sob orientação do funcionalismo martinetiano - além de Hoyos-Andrade, 1978 - têm como objeto os temas: a noção de sílaba a partir de critérios funcionalistas (Hoyos-Andrade, 1984); a 'criação' de um alfabeto fonológico para o português (Hoyos-Andrade, 1988); o sistema fonológico do português brasileiro e a sua transcrição, com base em Martinet e em Mattoso Câmara Jr. (Hoyos-Andrade, 1987a); os problemas de interferência entre sistemas fonológicos, com base na fonologia funcionalista (Hoyos-Andrade, 1994b).

A relação da gramática funcional martinetiana com a análise textual e com a lingüística do texto é tratada em Hoyos-Andrade (1991b), que enfatiza a necessidade de descortinar as verdadeiras tarefas da lingüística em relação ao texto, segundo pontos de vista funcionalistas, e em Hoyos-Andrade (1987b), que apresenta as opiniões expostas por funcionalistas da SILF a respeito da Gramática Textual, durante o XI Colóquio da SILF, realizado em Bolonha, em

julho de 1984. Uma das preocupações de Hoyos é a crítica da Teoria Gerativa, que está em Hoyos-Andrade (1982a), onde se destacam as características que distinguem a visão funcionalista da visão gerativista da linguagem e da lingüística, mas que está, especialmente, em uma série de resenhas (Hoyos-Andrade, 1985; 1986b; 1988a). Outras resenhas comentam obras do funcionalismo martiniano (Hoyos-Andrade, 1982b; 1991a) e do próprio A. Martinet (Hoyos-Andrade, 1995).

Uma questão que mereceu atenção de Hoyos recentemente (Hoyos-Andrade, 1994a) foi o confronto entre as teorias de Tesnière e de Martinet, que, embora não tenha concluído pelo reconhecimento de influências de um para o outro, revelou pontos de contato entre ambos os teóricos que o próprio A. Martinet reconheceu, confessando-se surpreso, em comunicação pessoal ao autor.

1.4. Na interface sintaxe/ semântica, Ataliba T. de Castilho situa trabalhos que, na década de 60, seriam arranjados sob a rubrica de *estudos onomasiológicos*. São indagações dos seguintes tipos: sobre a gramaticalização, no verbo, de noções tais como a de passado definido, a de passado que se estende ao presente, e a de passado remoto (Castilho, 1967); sobre a expressão da categoria do aspecto (duração, completamento da ação e repetição) no verbo (Castilho, 1968), chegando-se posteriormente à proposição das significações aspectuais como uma face qualitativa (donde o imperfectivo e o perfectivo) e uma face quantitativa (donde o semelfactivo e o iterativo) (Castilho, 1984); sobre a modalização operada por advérbios, identificando-se as categorias epistêmica, deôntica e afetiva dessa modalização (Castilho e Moraes, 1992; Castilho, 1993); sobre a predicação adverbial, em tese de livre-docência defendida na Universidade de São Paulo - USP (Castilho, 1993), na qual se estudam os advérbios modalizadores, os qualificadores e os quantificadores, tema retomado e sintetizado em trabalho posterior (Castilho, 1994b).

Na interface sintaxe/ pragmática, duas vertentes são detectáveis, uma que entende a pragmática dentro da lingüística do texto e outra que a considera dentro da análise da conversação. Na primeira vertente fizeram-se estudos sobre a correlação entre o tempo verbal escolhido e a articulação discursiva plasmada no texto (Castilho, 1978, 1987). Na segunda vertente se situa a maior parte dos trabalhos realizados sobre variedades conversacionais, que buscam caracterizar as estruturas sintáticas próprias à língua falada (Castilho, 1983), tema também tratado em um estudo que propõe a análise dos fenômenos da

sintaxe no contexto conversacional em que aparecem (Castilho, 1989). Essa matéria foi ampliada, ainda, em trabalho que propõe o estudo dos fenômenos sintáticos a partir de três processos discursivos, a construção, a reconstrução e a descontinuação (Castilho, 1994a). Foi novamente retomada em alentado estudo sobre a gramaticalização (Castilho, 1997a), no qual, feita uma incursão pela bibliografia sobre o assunto, separam-se as fases da gramaticalização e seus princípios, e, a seguir propõe-se uma visão sincrônica desse processo, insistindo-se na possibilidade de identificação, na língua falada, de situações em que um item lexical sofre alterações semânticas discursivamente motivadas, perdendo algumas propriedades gramaticais e adquirindo outras. Esse processo é exemplificado em um trabalho em que o item *mas* é visto como advérbio de inclusão, valor que licencia seu uso como marcador discursivo, e em que, a partir daí, se hipotetiza que o uso do *mas* como conjunção adversativa decorre exatamente daquele emprego em que o item agrega segmentos verbais (Castilho, 1997b).

2. Grupos de pesquisa

2.1. Alguns grupos de pesquisa organizados trabalham na teoria funcionalista. A multiplicidade de orientações que caracteriza a visão funcionalista da linguagem se reflete no cenário brasileiro, onde múltiplos são os interesses dos que se auto-intitulam funcionalistas. A própria indicação das correntes teóricas eleitas torna-se problemática, já que uma grande parte dos investigadores conciliam propostas de diferentes linhas.

2.2. O maior e mais antigo desses grupos é o PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua), que tem uma orientação variacionista dominante, movendo-se, pois, no que alguns membros do grupo definem como sociofuncionalismo. O projeto aborda a variação lingüística sob o prisma da função discursiva das variantes.

Na linha sociofuncionalista, Cláudia Roncarati estudou a negação na língua falada (Roncarati, 1996); investigou a variação e a aquisição da negação em L2 (português de contato) e em L1 (dados diacrônicos e de conversação espontânea) (Roncarati, 1997). No momento, mantém projeto de estudo sobre aspectos sociofuncionais da aquisição e da mudança de estruturas afirmativas e negativas.

Helena Gryner preparou análises em que aplicou o modelo variacionista para explanação dos fenômenos, com base na proposta funcionalista e com

foco principal na articulação condicional de orações. Os graus de coesão das formas de vinculação entre condicionante e condicionada no português falado foram estudados com base na hipótese de Givón desenvolvida por Hopper e Traugott sobre a trajetória em direção a uma maior complexidade dos elos interacionais (Gryner, 1995). Um prosseguimento desse estudo, não publicado, investiga o estatuto do gerúndio na gramaticalização das condicionais. Outro trabalho não publicado estuda a conexão condicional no português xingano, confirmando uma trajetória de gramaticalização de três etapas, que vai no sentido de uma coesão crescente do vínculo de conexão bem como no sentido de uma abstração crescente dos conectores. No prelo encontra-se um estudo que investiga o uso das formas do futuro do indicativo do português falado no Rio de Janeiro, explanando o deslizamento sintático-semântico sofrido pelo verbo IR na sua trajetória em direção a uma maior gramaticalização. Outro trabalho em fase de publicação identifica a relação de iconicidade entre os conteúdos da escala epistemológica e a distribuição estatística - categórica ou variável - das diferentes formas verbais que os veiculam. Um tema relevante na orientação sociofuncionalista investigado por Gryner em diversos trabalhos foi a variação modal como estratégia argumentativa; num desses estudos (Gryner, 1996), verificou-se que o emprego de formas variáveis para a expressão das funções de exemplificação e de argumentação define dois tipos de estratégias argumentativas do locutor, o comprometimento e o distanciamento.

Nos trabalhos de Maria Luíza Braga a preocupação inicial com o uso e a variação levou à escolha do funcionalismo como quadro teórico. A abordagem quantitativa, entretanto, foi tema de vários estudos e recebeu explicitação em uma publicação sobre as relações entre o discurso e as abordagens quantitativas (Braga, 1989b). Valendo-se dos pressupostos metodológicos da teoria da variação, Braga investigou diversos fatos como fenômenos variáveis cujas variantes se instanciam na fala de pessoas concretamente situadas. Investigou, portanto, correlações entre os fenômenos variáveis em foco e o cotexto ou contexto maior (Braga, 1992b): o cotexto foi considerado sob a forma das variáveis lingüísticas, vistas como um conjunto de categorias lingüísticas a partir das quais os fenômenos seriam analisados; o contexto foi considerado como o conjunto revelador dos aspectos da situação pragmática capazes de se correlacionar com a escolha de uma determinada construção. Braga defende que os fenômenos não são reflexo do contexto do ato de fala, e que é a linguagem que ajuda a constituir a interação. A partir daí tem buscado identificar o que as construções fazem no texto, investigando funções como contraste, foco, codificação de informação nova, sinalização de episódio narrativo, sinalização de mudança de turno, efeito gatilho. Estiveram, assim,

em análise, fenômenos como: a ordem das palavras (Braga e Bentivoglio, 1988); as construções de tópico e o deslocamento à esquerda no português do Brasil e no crioulo caboverdiano (Braga, 1987); as estratégias de focalização, mais especificamente, a clivagem de sentenças (Braga, 1989a; 1991; 1992a; 1995a; Braga e Silva, 1992); as articulações das orações de tempo, de finalidade e reduzidas de gerúndio, no português do Brasil, com incursões no português xinguano (Braga, 1990; 1995b; 1996); a gramaticalização (Braga e Omena, 1997). Os estudos sobre a inserção das construções clivadas no contexto maior compõem um conjunto especialmente importante na obra de Braga. Neles se procura verificar como essas construções se combinam com a seqüência anterior e a posterior, e que tipo de relação se instancia nessa contigüidade espacial, o que significa dizer que eles, de certa forma, tangenciam função como relação de um elemento estrutural. Tal idéia também perpassa a investigação das construções de tópico e das orações de tempo e de gerúndio. Esse último tema - articulação de orações - e o tema gramaticalização, relacionados entre si, são os que estão no centro dos projetos em andamento ou mais recentemente concluídos e ainda não publicados. A preocupação sempre presente é com a função como significado, segundo Nicholson, isto é, com as conseqüências textuais da escolha de uma construção em detrimento de outra. Aí está presente a orientação metodológica de Halliday e estão presentes também os parâmetros de Dik. De Halliday, valoriza-se a questão das opções, a seleção de uma alternante dentre um conjunto de outras variantes capazes de ser usadas mais ou menos com a mesma acepção e adequação naquele contexto particular. De Dik, vale, especialmente, a lição de que o papel a que servem as expressões lingüísticas pode explicar suas propriedades formais.

Maria da Conceição A. de Paiva também estuda a articulação de orações, dedicando-se ao exame da expressão das relações causais em português, sob orientação do funcionalismo de W. Chafe e S. Thompson. Foram estudadas, em tese de doutorado defendida na Universidade do Rio de Janeiro - UFRJ, as formas de ordenação das cláusulas causais e suas funções na organização do fluxo informacional (Paiva, 1991). Várias publicações derivaram desse trabalho, tratando temas como: as cláusulas causais do tipo 'adendos' (Paiva, 1993); as cláusulas causais ligadas à iconicidade e à funcionalidade (Paiva, 1995a); a dupla atuação do *porque* na organização discursiva (1995b); os pressupostos semânticos e pragmáticos da relação de causalidade (Paiva, 1996). Atualmente, Paiva vem-se dedicando ao estudo da aquisição das formas de expressão de causalidade em português como L2, dentro de uma teoria da gramaticalização.

Vera Paredes Silva tratou, em sua tese de doutorado da UFRJ, da expressão variável do sujeito num corpus de cartas pessoais de cariocas (Paredes, 1988). A análise utiliza os princípios e métodos da sociolinguística laboviana associados a interpretações funcionalistas dos resultados quantitativos, no sentido de ver as tendências de uso como reflexo da organização do processo comunicativo. Paredes publicou, com base nesse trabalho, um estudo sobre a omissão do sujeito e a compensação funcional dessa omissão, fundamentado em evidências do português escrito, e continuou dedicando-se ao estudo dos gêneros do discurso, especialmente as cartas pessoais (Paredes Silva, 1996). Outro tema tratado foi a questão do tópico em narrativas (Paredes Silva, 1995).

Pesquisador de grande experiência no grupo é Anthony Julius Naro, que tem apresentado em congressos trabalhos sobre o modelo funcionalista e sobre a natureza funcional da variação. Na linha funcionalista de Givón, Naro publicou vários trabalhos em colaboração com Sebastião Votre (Naro e Votre, 1985, 1986; 1992; 1996).

No seio do PEUL nasceu uma polêmica que envolveu esses dois funcionalistas e dois formalistas, e que se iniciou com um artigo na revista *D.E.L.T.A.* no qual se considerava a perspectiva funcionalista preferível à formalista (Votre e Naro, 1989). Esse texto teve como resposta um artigo que considerava que a comparação efetuada era desaprovada de sentido, já que as duas correntes têm diferente objeto de estudo, e, a partir daí, têm diferentes pressupostos, objetivos e metodologia (Nascimento, 1990). A seguir Dillinger (1991) discute os dois textos, afirmando que formalismo e funcionalismo não podem ser vistos como alternativas, já que estudam o mesmo objeto de maneiras diferentes, sendo, portanto, complementares. E a mesma dupla de funcionalistas que iniciara a polêmica, conclui, afinal, pelas seguintes afirmações: funcionalismo e formalismo parecem tratar os mesmos fenômenos, mas têm objetos de estudo distintos, embora não totalmente independentes; as duas escolas utilizam diferentes critérios para análise e generalização; elas também diferem quanto à relação causal entre função e forma, isto é, quanto à visão da própria gramática (Naro e Votre, 1992). E, afinal, eles mantêm a defesa da 'superioridade da posição funcionalista' (p. 285).

2.3. Ainda no Rio de Janeiro, outro grupo desenvolve pesquisas na linha do funcionalismo norte-americano. O projeto de estudos Discurso e Gramática, sediado na UFRJ e na Universidade Federal Fluminense - UFF, é financiado pelo CNPq e pelas duas universidades. Está concluído um trabalho sobre gramaticalização e complementação verbal, em que se analisam os processos semântico-sintáticos de integração dos objetos diretos. Está em

desenvolvimento um estudo sobre gramaticalização e integração no encaixamento das cláusulas, que analisa os processos de integração semântico-sintática das estruturas oracionais do português, no qual estão envolvidos três doutores (Sebastião Votre, Mário Martelotta e Mariângela Rios), três doutorandos e cerca de dez bolsistas.

A tese de doutorado de Mariangela Rios Oliveira, defendida na UFRJ (Oliveira, 1994) se faz nessa mesma linha, focalizando a repetição em diálogos, com análise da repetição lexical em diálogos do tipo D2 (diálogo entre dois informantes) do Projeto NURC (Norma Urbana Culta) do Rio de Janeiro. Derivou-se dessa pesquisa um estudo da gramaticalização na repetição, que analisou os processos de repetição lexical em textos falados e escritos de estudantes do Rio de Janeiro (Oliveira, 1996).

Dentro do funcionalismo norte-americano de orientação givoniana, outros membros da equipe concluíram e publicaram um estudo sobre a abordagem funcional da gramaticalização no português do Brasil, com foco nos operadores e no encaixamento de cláusulas (Martelotta, Votre & Cezário, 1996). Os mesmos autores se voltam agora para um estudo diacrônico dos processos de gramaticalização em operadores e encaixamento de cláusulas.

A orientação do projeto Discurso e Gramática foi levada a outro centro, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) por Maria Angélica Furtado da Cunha, que defendeu sua tese de doutorado sobre 'A passiva no discurso' na UFRJ (Cunha, 1989). O tema '*gramaticalização*' conduz um projeto em desenvolvimento que focaliza as estratégias de negação no português do Brasil.

2.4. Um grande projeto que abriga funcionalistas é Gramática do Português Falado (GPF), coordenado por Ataliba T. de Castilho e que abriga cerca de três dezenas de pesquisadores de todo o país, que produz análises do corpus do NURC desde 1990. Dentro desse projeto estão formados cinco grupos de trabalho, um deles (Sintaxe I), fazendo suas análises com integração dos componentes sintático, semântico e pragmático, dentro de uma das mais características lições de qualquer corrente funcionalista. Esse grupo foi coordenado até 1993 por Rodolfo Ilari e, a partir de então, vem sendo coordenado por Maria Helena de Moura Neves. A definição teórico-metodológica do grupo não esteve rigidamente assentada desde o início dos trabalhos, mas firmou-se mais solidamente com a definição de uma proposta teórica redigida em 1994 pela coordenadora da equipe (resumida e comentada,

posteriormente, em Neves, 1996h), elaborada a partir de uma reflexão sobre o produto de investigação do grupo já disponível para análise. Nessa proposta ficou claro que: a) embora parta dos itens da língua, de algum modo distribuídos em classes na tradição da gramática, a investigação se centra nos processos básicos de constituição do enunciado; b) a opção é por uma análise que privilegia as escolhas do falante sobre as determinações do sistema, sem, entretanto, ignorar estas últimas, já que, em última instância, busca regularidades.

Já no primeiro livro produzido dentro do Projeto GPF, o grupo Sintaxe I publicou um trabalho coletivo sobre a ordem dos advérbios na frase (Ilari et alii, 1990), que marcou, de certo modo, o rumo das investigações dentro da equipe. Por exemplo, na questão da posição que os advérbios ocupam na frase, o trabalho concluiu pela indicação de paradigmas que se definem funcionalmente e que correspondem a propriedades não só sintáticas como também semânticas. Tratou de posições preferenciais, de deslocamentos motivados por necessidades funcionais, e buscou explicações ligadas a razões de informatividade ou de interesse discursivo.

No prefácio do volume II da série *Gramática do Português Falado*, que organizou (Ilari, 1992a), o então coordenador da equipe Sintaxe I invocava Halliday, segundo o qual o advérbio é funcional no sistema da transitividade, do modo e do tema, o que determina relações inesperadas com o modo verbal e demais formas de modalização, com o aspecto verbal, com a dêixis, etc., sem prejuízo de uma integração na estrutura da sentença e do discurso.

Outro trabalho coletivo da equipe que marcou bastante a direção dos trabalhos foi o estudo dos pronomes pessoais (Ilari, Franchi, Neves e Possenti, 1996). A atenção se centra nos aspectos funcionais-semânticos e fornece um pano de fundo para a formulação adequada dos problemas mais gerais pertinentes à definição dos pronomes e ao papel que lhes é reservado no português falado. Assim diz o prefácio do livro: ‘Muitos desses problemas residuais são tematizados, apontando-se assim várias direções possíveis de um aprofundamento necessário. Pela maneira como muitos deles são formulados, fica claro que afetam simultaneamente palavras de outras classes (demonstrativos, possessivos, indefinidos, etc.). O texto, assim, embora trate mais especificamente das categorias descritivas necessárias à análise dos pronomes pessoais, acaba por revelá-los como centrais na estratégia expositiva da gramática do português, além de fornecer pistas aproveitáveis na análise de outras classes’ (Castilho e Basílio, 1996:13).

Individualmente, Rodolfo Ilari estudou os advérbios aspectuais (Ilari, 1992b) e os advérbios focalizadores (Ilari, 1992c), estudos publicados no volume que organizou (Ilari, 1992a). Em colaboração com Carlos Franchi, outro membro da equipe Sintaxe I, Ilari estudou, na linha de Knud Lambrecht em seus estudos sobre o francês não-standard, o sistema de clíticos em bielês, focalizando os deslocamentos pragmaticamente motivados de sintagmas nominais que ocorrem nesse tipo de dialeto (Ilari & Franchi, 1989).

Dentro do grupo Sintaxe I do Projeto GPF pesquisa o próprio coordenador do projeto, Ataliba T. de Castilho, que publicou no volume II do livro *Gramática do Português Falado* seu estudo sobre os advérbios modalizadores, feito em parceria com Célia Moraes-Castilho (Castilho e Moraes-Castilho, 1992).

Outro membro da equipe Sintaxe I é Roberto Camacho, que tem uma formação sociolinguística refletida nos seus trabalhos de orientação funcionalista. Um dos temas pesquisados foi a concordância verbal. Analisaram-se fatores lingüísticos que determinam a concordância verbal numa amostra da variedade culta falada de São Paulo, mostrando-se que, além de ser uma regra variável, a concordância verbal é governada por condições de natureza funcional e estrutural (Camacho, 1993). Examinou-se também o efeito de condições estruturais e funcionais sobre a pluralização, mediante a interação das regras de concordância nominal e verbal (Camacho, 1995).

O papel do contexto social na teoria lingüística foi pesquisado em Camacho (1994), onde se observa que a interação verbal tem sido relegada a um plano secundário na história recente da lingüística, concluindo-se que o paradigma funcional representa uma alternativa relevante para a superação dessa questão metodológica.

Um dos temas centrais de investigação de Camacho tem sido a questão da estrutura argumental, dentro do tratamento que lhe dá a gramática funcional de Simon Dik, à qual o autor tem associado a teoria funcionalista da linha norte-americana. O estudo principal (Camacho, 1996b; versão reduzida em Camacho, 1996a), preparado dentro do Projeto GPF, mostra que, como as funções Sujeito e Objeto podem ser atribuídas a termos com diferentes funções semânticas, essa atribuição reorganiza a orientação básica inerente na predicação, conforme a perspectiva projetada pelo falante. O interesse específico do trabalho é salientar a produtividade dessa hipótese para a interpretação funcional das sentenças, enquanto procedimento de comunicação e interação social. Em andamento está a pesquisa sobre a

hierarquia de funções semânticas e a atribuição de funções sintáticas, que focaliza a acessibilidade de papéis semânticos na atribuição de papéis argumentais, centrando o foco nas construções marcadas, como demonstração e promoção argumental, deslocamento e apagamento de constituintes, com especial atenção aos mecanismos de perspectivização. Ligados ao tema geral da estrutura argumental vista dentro da gramática funcional, desenvolvem-se diversos projetos de pesquisa que envolvem jovens pesquisadores.

Ainda dentro do projeto GPF, e com filiação teórico-metodológica da gramática funcional de Dik e da teoria funcional-cognitiva (especialmente E. Sweetser), Camacho fez um estudo das estruturas coordenadas aditivas, buscando fornecer uma classificação tipológica dos usos dessas conjunções, no nível da coordenação de termos e no nível da coordenação de orações. Esse estudo deve ser publicado no volume VII da série *Gramática do Português Falado*. Uma versão reduzida do estudo foi apresentada em Camacho (1997), onde se demonstra que o juntor aditivo é usado não só para estabelecer conjunção de conteúdos no nível estrutural, mas também para estabelecer relações epistêmicas e ilocucionárias no nível discursivo.

Em colaboração com Erolde G. Pezatti, também membro da equipe Sintaxe I do Projeto GPF, Camacho estudou as subcategorias nominais contável e não-contável (Camacho & Pezatti, 1996). Analisaram-se as possibilidades gramaticais da subcategorização contável e não-contável dos nomes, concluindo-se que essa subcategoria não se esgota no nível lexical, mas apresenta correspondências entre a base cognitiva, ontológica, e o nível do significado relacional, em virtude da organização morfossintática.

Outros trabalhos foram preparados em colaboração pelos dois pesquisadores. Aguardam publicação três artigos que estudam a ordenação dos constituintes na sentença e que se inspiram na tese de doutorado de E. Pezatti, defendida em 1992 na Unesp de Araraquara (Pezatti, 1992). Com filiação teórico-metodológica da gramática funcional de Dik e do funcionalismo americano (principalmente Chafe, Du Bois, De Lancey, Hopper e Thompson), a tese trata das duas ordens de palavras predominantes no português oral do Brasil, SV(O) e VS, procurando descrever os aspectos gramaticais e discursivos de cada uma delas. Derivados da tese, outros trabalhos de Pezatti focalizam determinados aspectos da questão: as construções com verbo ser utilizadas para finalizar tópicos ou subtópicos discursivos (Pezatti, 1993); a relação entre as duas ordens predominantes no português, SV(O) e VS, e os padrões tipológicos nominativo e ergativo, respectivamente (Pezatti, 1994a; 1996b); a

função discursiva das estruturas SV(O) e VS na progressão do discurso (Pezatti, 1994b); o predomínio de diferentes estruturas com diferentes tipos de verbos (Pezatti, 1994c); o valor funcional das duas ordens de palavras naturais do português falado, SV(O) e VS (Pezatti, 1994d).

Aspectos ligados à estrutura argumental também têm sido estudados por Pezatti: a distribuição dos SNs em sentenças do português falado do Brasil, de acordo com a estrutura de argumento preferida proposta por Du Bois (Pezatti, 1996a); a consideração do fluxo de informação em relação com a *estrutura argumental preferida* no português falado do Brasil (Pezatti, 1996c). As determinações do fluxo de atenção sobre a estrutura da sentença são estudadas em Pezatti (1995), que trata das estruturas que apresentam o verbo em posição inicial e cujo argumento 1 não representa o ponto de partida do fluxo de atenção e nem o ponto de vista lingüístico. O estudo dos constituintes pragmáticos da sentença (tema, antitema, tópico, foco) tem sido objeto de pesquisa em nível de jovens pesquisadores, bem como o comportamento das frases inarticuladas no português (interjeição, rese e dirrema), que também constitui tema de projeto individual de pesquisa, com vistas a determinar a real função dessas frases na estruturação do discurso. Um estudo que relaciona tipos de textos com relevo discursivo (Pezatti, 1996d), trata a relação figura/fundo em textos narrativos, descritivos e dissertativos.

Pezatti também tem estudado, dentro do Projeto GPF, algumas estruturas coordenadas, com base na gramática funcional de Dik, ligada ao funcionalismo cognitivista. O estudo sobre as alternativas está em vias de publicação no volume VII da série *Gramática do Português Falado*, mas já existe uma versão reduzida publicada (Pezatti, 1997), na qual se demonstra que, além de juntores de estados-de-coisa, essas conjunções são usadas como meio de ligar inferências e atos de fala, e também como meio de modalização e retificação discursiva. Concluiu-se também um estudo sobre a repetição por meio do juntivo ou, que procura demonstrar que a disjunção é uma forma de repetição que pode ser vista sob três diferentes aspectos: como repetição estrutural, como forma de marcar a disjunção exclusiva e como meio de marcar a retificação discursiva.

As conjunções de valor adverbial têm merecido estudo, dentro do Projeto GPF, de Maria Helena de Moura Neves (além de M. L. Braga, que, como se apontou, estudou as construções temporais). Estudou-se, numa linha que integrou o funcionalismo europeu e o norte-americano (Halliday, Dik, Givón, Sweetser, Haiman, König, Heine, Traugott, Hopper, Mathiessen e Thompson),

o bloco das construções lato sensu condicionais, ou, o que é o mesmo, lato sensu causais. Encontram-se no prelo, no volume VII da série *Gramática do Português Falado*, três estudos, um sobre as construções causais, outro sobre as condicionais e outro sobre as concessivas. A tônica dos estudos é a consideração de que essas relações inter-sentenciais refletem relações discursivas mais amplas, que configuram o todo do texto. Estão sendo publicados vários outros trabalhos derivados desse tema: estudo sobre a natureza das predicções em orações articuladas, em que, a partir da concepção funcionalista da interação verbal, investiga-se a articulação de orações enquanto resultado de escolhas comunicativamente adequadas, com atenção especial para a natureza das predicções postas em interdependência; estudo sobre a gramaticalização e a articulação de orações, em que se examina o conceito de gramaticalização, buscando-se avaliar, especialmente, o estatuto - mais gramatical ou menos gramatical - de determinados elementos conjuntivos oracionais, dentro do quadro da gramática da língua; estudo sobre a articulação de orações vista para além da sintaxe e da semântica, em que, dentro de um modelo de interação verbal funcionalista, e considerando-se a noção de signo ligada ao esquema perceptivo de contraste entre figura e fundo, examina-se a construção de sentido obtida nos diferentes arranjos lineares das construções adverbiais, na língua falada; estudo sobre os padrões de repetição na articulação de orações, que conclui pela indicação de que, apesar das diferenças entre os conjuntos que se formam, os padrões de repetição de todas as construções adverbiais examinadas se resolvem muito determinadamente dentro da articulação tema-rema. A determinação textual da conjunção interfrasal já fora objeto de estudo na década de 80, em tese de livre-docência defendida na Unesp de Araraquara (Neves, 1984).

Outros estudos de orientação funcionalista (especialmente na linha de Halliday e na de Dik) desenvolvidos no âmbito do Projeto Gramática do Português Falado se centraram no funcionamento de outras classes de palavras. Além do estudo genérico e básico dos pronomes pessoais (Ilari, Franchi, Neves e Possenti, 1996) constituiu objeto de análise a função interacional de marcação de papéis discursivos, investigando-se, dentro dela, a alternância de pronomes, especialmente na indeterminação de referência (Neves, 1992b; 1993a). Analisou-se, ainda, a expressão ou a não-expressão do pronome sujeito de primeira pessoa em português, concluindo-se que, na maior parte das vezes, não há determinações rígidas de emprego, caracterizando-se apenas a existência de construções preferenciais condicionadas por fatores prosódicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos (Neves, 1995a). Outra classe estudada foram os advérbios circunstanciais

(Neves, 1992a), avaliados quanto ao caráter dêitico da categoria. Depreenderam-se dois subconjuntos, um em que, no próprio advérbio se faz a expressão fórica, e outro em que a um advérbio que expressa as relações semânticas de lugar e de tempo, se segue um complemento que manifesta o caráter fórico do sintagma. Mais uma classe de palavras estudada foi a dos possessivos (Neves, 1993b), examinados sob os pontos de vista distribucional, sintático-semântico (relações argumentais), e, especialmente, discursivo-textual (relações fóricas). Também se investigou a classe dos nomes, especialmente quanto à estrutura argumental (Neves, 1996f). O estudo buscou verificar o emprego dos nomes valenciais da língua, concluindo-se pela verificação de que a predicação nominal, que a princípio é equacionada dentro do sintagma nominal, sob pressão das condições de produção do enunciado, se resolve, muitas vezes, noutra nível. Dentro da classe dos verbos, estudaram-se, com base em pressupostos funcionalistas (Halliday, Dik, Mackenzie, Du Bois, Hopper e Thompson), os verbos-suporte (Neves, 1996g), para verificar as razões da opção do falante por essas construções, em detrimento de construções com verbo pleno, semanticamente correspondentes. Investigaram-se, ainda, as construções modalizadas (Neves, 1996b), outro estudo que, calcado em base funcionalista, (Halliday, Dik, Hengeveld, Mackenzie, Nuyts, Goosens) procurou integrar sintaxe, semântica e pragmática, considerando as camadas de constituição do enunciado, que se assentam na própria relação entre determinados predicados e determinados argumentos, mas que superpõem operações de diferentes níveis até chegar à elocução, em que a relação direta é com a intenção comunicativa.

Independentemente desse projeto coletivo, Neves estudou, na mesma linha, essas e outras classes de palavras. As palavras fóricas (alguns pronomes e o artigo definido) foram estudadas na perspectiva da lingüística do texto e sob uma consideração funcionalista da linguagem, procurando-se definir o seu estatuto e chegar a especificações e subespecificações (Neves, 1990c). As conjunções coordenativas foram estudadas com o objetivo de chamar a atenção para a necessidade de se buscar o valor de um determinado elemento na estruturação do texto, tomado como unidade, e de se proporem critérios para a organização desses elementos em classes dentro do sistema da língua (Neves, 1991c). As palavras gramaticais em geral (Neves; 1991a; 1991d) e as palavras de relação (Neves et alii, 1993) foram estudadas evidenciando a necessidade da descrição do comportamento das diferentes classes gramaticais segundo a funcionalidade de seu emprego nos diferentes níveis em que atuam. Os substantivos comuns mereceram um estudo (Neves, 1996c) que mostra que o estatuto categorial e relacional do nome constitui o suporte para o

cumprimento do complexo de funções que essa parte do discurso assume no texto. Outra classe investigada foi a dos verbos de ligação (Pinto & Neves, 1994).

A orientação funcionalista está presente na *Gramática de Usos do Português*, que Neves prepara, com auxílio de bolsistas de Aperfeiçoamento e de Iniciação Científica, em projeto integrado sediado na Unesp de Araraquara e financiado pelo CNPq e pela FAPESP. As bases teóricas que dirigem o trabalho bem como os princípios gerais do funcionalismo têm sido expostos em apresentações e em publicações (Neves, 1994a; 1994b; 1995b; 1996a; 1996e; 1997a). Diversas teses de mestrado e de doutorado têm sido, também, orientadas segundo esses princípios (Souza, 1989; 1996; Elias, 1994; Dall'Aglio, 1995; Fargoni, 1995; Brito, 1996; Lonardon, 1996; Zamproneu, 1998; Antonio, 1998).

As mesmas bases têm sido expostas para explicitar os procedimentos que norteiam o *Dicionário de Usos do Português*, em elaboração por uma equipe coordenada por Francisco da Silva Borba na Unesp de Araraquara, à qual pertence Neves (Neves, 1990a; Neves & Borba, 1989a; 1989b; 1993; Borba & Neves, 1996). Em contraposição à tradição lexicográfica que preside aos dicionários das línguas, discute-se, em particular, a vantagem de dicionários que definam os itens lexicais e gramaticais com recurso às possibilidades construcionais para determinação do significado (Neves, 1997c).

A linha funcionalista, especialmente a consideração das funções da linguagem, governa, ainda, as investigações relativas ao ensino da gramática, e as propostas que, nesse sentido, vêm sendo feitas por Neves (1990b; 1993c). Defende-se a necessidade de determinação do valor das palavras a partir de uma análise que leve em consideração a possibilidade de o próprio estatuto sintático de algumas classes ser depreendido desse estudo (Neves, 1991b). Entre outras questões relativas ao ensino da gramática, discute-se a natureza da gramática ensinada nas escolas, defendendo-se que o funcionamento das classes de palavras seja observado no seu funcionamento no discurso, já que o texto é a unidade na qual se manifesta o complexo das funções que a língua exerce por meio da combinação das unidades menores (Neves, 1996d).

Em *A Gramática Funcional*, Neves (1997b) apresenta a gramática funcional como uma gramática de uso. É uma gramática que busca, essencialmente, verificar como se processa a comunicação em uma determinada língua, e, para isso, não assume como tarefa descrever a língua enquanto

sistema autônomo, e, portanto, não desvincula as peças desse sistema das funções que elas preenchem. Vê a relação entre estrutura e função como algo instável, que reflete o caráter dinâmico da linguagem. Considera que, na produção dos enunciados, forças internas (fonológicas, sintáticas e semânticas) e forças externas interagem, entrando em competição. Desse modo, não abstrai de sua análise o contexto global do discurso, e é dentro dele que procura correlacionar forma e sentido. Está no prelo, ainda, um número especial da revista *Alfa* (volume 42) organizado por M. H. M. Neves, M. L. Braga e M. C. Paiva, que, sob o título *Estudos em gramática funcional*, reúne dez estudos de pesquisadores brasileiros, orientados nas diferentes vertentes do funcionalismo.

Dentro do Projeto GPF, outro grupo, o de Morfologia, coordenado por Ângela Cecília de Souza Rodrigues, também produziu trabalhos que tiveram base funcionalista (Campos, Rodrigues & Galembeck, 1996; Rodrigues, Campos, Galembeck & Travaglia, 1996). Ambos os trabalhos investigaram a questão da perfectividade e da imperfectividade. O primeiro, que considerou o nível da frase, recorreu a Halliday e Givón, na explicitação de suas bases. O segundo, que se desenvolveu na dimensão textual-discursiva, levou em conta os parâmetros de transitividade de Hopper e Thompson e a proposta de Hopper da consideração de primeiro e de segundo plano no discurso.

2.5. O funcionalismo cognitivista tem um centro de investigação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), onde se desenvolve o projeto integrado 'Espaços mentais e a gramaticalização das representações espaço-temporais em português', coordenado por Maria Margarida Martins Salomão (UFJF), ao qual se vinculam Lilian Vieira Ferrari (UFJF), Maria Lúcia Leitão de Almeida (UFRJ) e Valéria Coutinho Chiavegatto (Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ). Esse projeto foi proposto em continuação a outro projeto integrado, concluído em 1995, denominado 'A gramaticalização das representações espaço-temporais em português'.

Com filiação teórica na lingüística cognitiva de Lakoff, Langacker e Sweetser, Margarida Salomão estudou as perífrases aspectuais construídas com o gerúndio, demonstrando a operatividade de esquemas imagéticos na representação da noção de tempo. Outro estudo teve como objeto as representações espaciais e temporais em português, focalizando os vários fenômenos sintáticos envolvidos, sob a luz da hipótese da motivação funcional-cognitiva da gramática. Ambos os estudos aguardam publicação em Anais de Encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras

e Lingüística - Anpoll. Atualmente prossegue a investigação da gramática do aspecto como operadora sobre espaços mentais, estudando-se a motivação semântico-imagética das perífrases aspectuais, do ponto de vista da representação do fenômeno de deslocamento das relações figura/fundo, e de uma perspectiva discursiva. O modelo teórico funcional-cognitivista recorre, ainda, a Fauconnier, Gumperz, Levinson.

Ferrari publicou, como resultado de pesquisas ligadas ao primeiro projeto integrado, um estudo sobre variações e cognição, no caso das preposições locativas 'em' e 'ni' no português do Brasil (Ferrari, 1997). Em colaboração com Chiavegatto, Ferrari estudou também os aspectos polissêmicos sincrônicos das construções gerundiais, como reflexos de processos figurativos que se estabelecem na trajetória diacrônica (Ferrari & Chiavegatto, 1997), trabalho que investiga as pressões do uso e das motivações conceptuais na estruturação da gramática. Está em desenvolvimento um estudo sobre aspectos lingüístico-cognitivos das construções gerundiais e participiais em português.

Dentro do projeto integrado da equipe, Almeida concluiu um estudo sincrônico e diacrônico que buscou captar regularidades nas formações das redes polissêmicas e usos das classes, dedicando-se especificamente às classes de preposições, advérbios e conjunções. A tese de doutorado de Almeida, que descreve e analisa os processos lingüísticos de indeterminação do sujeito, com definições do núcleo prototípico, tem orientação teórica do funcionalismo givoniano (Almeida, 1992). Atualmente Almeida desenvolve uma pesquisa sobre o caso dos 'hedges', dentro do tema geral '*gramaticalização e espaços mentais*', analisando dados do NURC.

Vinculam-se à orientação dos projetos que se desenvolvem nesse centro as dissertações de Mestrado de Maria Cristina W. Tavella (Tavella, 1997) e de Terezinha B. Santos, (Santos, 1997).

2.6. Também têm base funcionalista com orientação cognitivista (de Chafe, Givón, Langacker, Fauconnier, Lakoff) estudos desenvolvidos por outra equipe de Minas Gerais, sediada na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e composta por Mário Perini, Yara G. Liberato, Maria Elizabeth Fonseca Saraiva e Lúcia Fulgêncio. Está em andamento uma pesquisa que analisa aspectos da composição do sintagma nominal, com base nos mecanismos cognitivos envolvidos no seu processamento, e discute bases para classificação de palavras. Nesse estudo, descreve-se a estrutura interna do sintagma nominal

em português, com especial atenção à ordem dos termos. O sintagma nominal já foi objeto de estudo por alguns elementos da equipe: (Perini, Frania, Bessa Neto & Fulgêncio, 1996).

A abordagem cognitiva do sintagma nominal em português foi o tema da tese de doutorado de Liberato, defendida na UFMG (Liberato, 1997). Saraiva realizou um estudo em que analisou o comportamento sintático e semântico-pragmático do objeto incorporado no português (Saraiva, 1992a), numa linha teórica que tem base no funcionalismo norte-americano (Givón, Hopper, Thompson, Du Bois, Chafe, Lakoff, Johnson, Haiman). Na mesma linha, foi estudado o posvérbio em português (Saraiva, 1992b), analisando-se as diferenças semântico-pragmáticas entre estruturas com posvérbio e estruturas sem esse elemento, utilizando-se, especialmente, a teoria da prototipicidade e o princípio da iconicidade.

2.7. Ainda na UFMG, dentro de um projeto que, sob orientação de Eunice Pontes, estudou, durante longo tempo, o português coloquial contemporâneo, Vanda de Oliveira Bittencourt preparou vários trabalhos sobre a expressão da causatividade em português: com base em Haiman e Givón, verificou o estatuto semântico e sintático das construções causativas sintéticas que vêm proliferando no português brasileiro (Bittencourt, 1984); com base em Hopper, Thompson, Lakoff e Johnson, examinou o grau de transitividade de estruturas que têm como predicado verbos intransitivos ergativos (Bittencourt, 1987), bem como os traços de transitividade comuns às construções de tópico cristalizado e às causativas sintéticas (Bittencourt, 1989). Bittencourt defendeu, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sua tese de doutorado dentro do mesmo tema geral da expressão da causatividade no português brasileiro (Bittencourt, 1995), estendendo-o, porém, para a dimensão diacrônica. Atualmente estuda, com base nas propostas funcionalistas de Givón, Halliday, Haiman e Borkin, mudanças sintáticas no português do Brasil, e - como parte de um projeto orientado por Ângela Vaz Leão que examina a linguagem das *Cantigas de Santa Maria* - investiga aspectos semânticos e sintáticos da língua galego-portuguesa utilizada por D. Afonso.

2.8. Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo concluiu-se, em 1994, o projeto integrado 'Comunicação para fins profissionais para um desempenho mais eficiente nas relações de trabalho', financiado pelo CNPq, pela Fapesp e pela Capes-British Council. Dentro dele, Heloísa Collins desenvolveu diversas pesquisas de base funcional sistêmica. De orientação funcional pertinente à teoria dos gêneros de Swales são trabalhos sobre os

gêneros lingüísticos, sobre a estrutura de eventos comunicativos e sobre fatores textuais de compreensão oral (Collins, 1993; 1994a; 1995). Numa orientação funcional pertinente ao estudo do tópico, analisou-se a linguagem das reuniões de negócios (Collins & Scott, 1997). Mais especificamente ligados à teoria sistêmico-funcional de Halliday e de Hasan são estudos que investigam apresentações orais, especialmente quanto à modalidade e ao sistema de papéis (Collins, 1994b; Collins & Thompson, 1996). De orientação pragmática é um estudo que, investigando as ameaças à face, estuda a questão da polidez em apresentações orais (Thompson & Collins 1995). A investigação funcional-sistêmica e a análise de gêneros orientam uma obra coletiva que faz análise do discurso (Collins, 1991). Outra obra coletiva orienta-se pela análise crítica do discurso de Halliday e de Kress, além da linha funcional-sistêmica (Collins & Caldas-Coulthard, 1994). Todas essas publicações pretendem contribuir para uma melhor compreensão da comunicação no contexto profissional não-acadêmico, especialmente o dos negócios.

Collins tem em curso um projeto de pesquisa que objetiva observar o processo de escolhas lingüísticas em contexto de comunicação escrita, em inglês como língua estrangeira. A análise e a interpretação dos resultados devem ser conduzidas dentro de uma perspectiva sistêmico-funcional da linguagem.

3. Pesquisas avulsas

Sem vinculação a projetos coletivos, têm-se produzido estudos especialmente na linha norte-americana de investigação funcionalista.

3.1. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mônica Maria Rio Nobre estudou a posição do adjetivo no sintagma nominal na fala do Rio de Janeiro, dentro de uma abordagem sintático-funcional. Atualmente Nobre estuda, segundo o funcionalismo cognitivista, a função adjetiva em sintagmas preposicionados com *de*.

3.2. Rosália Dutra, sem vinculação com universidade brasileira e residindo nos Estados Unidos, vem realizando há algum tempo estudos com interesse especial nas questões de gramática e discurso. Foi a propósito desse assunto que Dutra entrevistou Sandra Thompson (Dutra, 1993). Sobre a questão de estrutura argumental preferida, Dutra publicou um artigo que vem sendo bastante citado nos estudos sobre o tema (Dutra, 1987), além de ter concluído uma monografia na Universidade da Califórnia em Santa Bárbara (Dutra, 1995).

Nos anos 80, Dutra realizou outros estudos monográficos sobre o português brasileiro, em universidades norte-americanas, com temas como: o papel do oblíquo no estabelecimento da tematicidade no discurso oral (Dutra, 1983); as passivas no discurso escrito (Dutra, 1985); a motivação discursiva dos sujeitos ‘pospostos’ (Dutra, 1986). Outros trabalhos foram apresentados em eventos, nos anos 90, como, por exemplo, um que estudou a relação entre estrutura e entoação (a repetição oracional como elemento de coesão) e um que estudou as categorias do fluxo informacional.

3.3. Na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Maria Beatriz N. Decat vem pesquisando, com a orientação funcionalista de Halliday e de Sandra Thompson, a hipotaxe adverbial. Sua tese de doutorado (Decat, 1993) analisou a articulação de cláusulas adverbiais em discursos orais e escritos dos gêneros narrativo e dissertativo. Parte desse trabalho foi publicada (Decat, 1995). Uma interface funcional-discursiva com a abordagem formalista-gerativista na questão da hipotaxe adverbial, manifestada no discurso falado, foi investigada em pesquisa não publicada, concluída em 1996. Atualmente, Decat estuda a articulação de cláusulas adverbiais e a produção de sentido vinculada aos usos e escolhas, dentro de um projeto maior, denominado ‘Sintaxe e leitura, estudo dos mecanismos de articulação de cláusulas e seu envolvimento na produção de sentido’.

Na mesma universidade, Juliana Alves Assis concluiu sua dissertação de Mestrado sobre as funções do artigo (artigo definido, artigo indefinido e artigo zero) no discurso (Assis, 1995). Ela analisou o português culto falado de Belo Horizonte, considerando-se, sobretudo, o papel do ouvinte na organização da fala.

3.4. Rosane de Andrade Berlinck, da Universidade Estadual Paulista / Araraquara, é autora de uma tese de doutorado de orientação variacionista e funcionalista (Givón, Du Bois, Chafe, Ariel) defendida na Katolieke Universiteit Leuven, Bélgica, que analisa a ordem dos constituintes em corpora do português brasileiro e do português europeu em três momentos históricos - séculos XVIII, XIX e XX (Berlinck, 1995). Além da consideração do aspecto diacrônico, que indicou um processo de diferenciação entre as duas variedades do português, puderam depreender-se propriedades gerais, comuns tanto ao português brasileiro quanto ao português europeu, que confirmaram a significância do ‘*status informacional*’ dos constituintes na organização linear da sentença. No nível do discurso, a análise confirmou uma idéia geralmente aceita, a de que sujeitos com graus baixos de acessibilidade tendem a aparecer

depois do verbo com mais freqüência que os sintagmas nominais comparativamente mais acessíveis. A ordem de constituintes já constituía tema da dissertação de Mestrado defendida na Unicamp (Berlinck, 1988), que, numa acepção ampla, já se orientava por uma visão funcionalista, optando por investigar a língua em uso, com ênfase em seus aspectos variáveis. Examinaram-se, especialmente, as condições que regiam e que regem a posposição do sujeito no português brasileiro, por meio de uma investigação empírica fundada nos princípios e na metodologia da Teoria da Variação e da Mudança Lingüísticas. Uma versão parcial do estudo foi publicada (Berlinck, 1989). O interesse pela ordem de constituintes na sentença levou à avaliação do fenômeno não apenas em seus aspectos morfossintáticos, mas também discursivos, entre eles o status informacional do sintagma nominal-sujeito. Esse interesse pela ordem dos constituintes continua no trabalho atual de Berlinck, com foco numa avaliação da viabilidade de extensão do princípio de graus de acessibilidade à organização de outros tipos de comentário, que não incluam sujeitos pospostos. Outras investigações em andamento dizem respeito à questão do objeto indireto no português falado e escrito do Brasil e à questão da variação sintática na literatura dramática do português do Brasil do século XIX. Na pesquisa deste último tema, Berlinck se associa com outros pesquisadores do país num projeto cujos objetivos principais são, além de obter resultados relativos à variação propriamente dita, avaliar a própria utilização do tipo de material em questão como fonte de dados para a análise lingüística.

3.5. Também da UNESP/Araraquara é Antonio Suarez Abreu, que, na linha de Dik, desenvolve pesquisa sobre processos morfológicos e sintáticos determinados por situações de comunicação. Em colaboração com outros pesquisadores, ele prepara uma gramática pedagógica da língua portuguesa.

3.6. Marize Dall'Aglio Hattner, da Unesp/São José do Rio Preto, a partir de sua tese de Doutorado, defendida na Unesp/Araraquara (Dall'Aglio, 1995), vem estudando a modalização sobre bases funcionalistas. Mostrou algumas possibilidades de tratamento das modalidades dentro de modelos funcionalistas de estrutura frasal que consideram a organização simultânea da sentença como mensagem e como evento de interação (Dall'Aglio-Hattner, 1996). Considerando as funções representacional e interpessoal da linguagem, segundo Hengeveld, analisou os mecanismos segmentais de expressão da modalidade epistêmica, sustentando a hipótese de que o grau de comprometimento do falante pode ser avaliado em correspondência com o nível da organização estrutural da frase em que o modalizador atua (Dall'Aglio-

Hattner, 1997b). De acordo com o modelo funcionalista de descrição dos enunciados proposto por Hengeveld e Dik, analisou o papel que a força ilocucionária, os constituintes extrafrasais e a organização transfrástica desempenham na atenuação ou reforço dos valores de certeza ou possibilidade expressos pela modalidade epistêmica e na construção do efeito comunicativo de (des)comprometimento do falante (Dall'Aglio-Hattner, 1997a).

4. Considerações finais

Os estudos funcionalistas no Brasil tiveram significativo incremento na última década, tanto assentados em modelos altamente sedimentados e desenvolvidos da Europa (Martinet, Coseriu, Halliday, Dik e seguidores) e dos Estados Unidos (Givón, Chafe), quanto inspirados em uma grande variedade de trabalhos norte-americanos, como os de Thompson, Hopper, Haiman, Traugott, Heine, König, Sweetser, Du Bois, e em pesquisas de orientação cognitivista, como as de Langacker, Fauconnier e Lakoff.

Em alguns casos associada a pressupostos sociolingüísticos, especialmente a Teoria da Variação e Mudança, a orientação funcionalista conduziu, nos últimos anos, um sem número de pesquisas, muitas delas interligadas em propostas conjuntas, preparadas por grupos constituídos. Uma relação de trabalhos publicados está apresentada na bibliografia acrescentada a este texto, e muitos outros vêm sendo apresentados à comunidade e discutidos, devendo, proximamente, engrossar o conjunto das pesquisas produzidas, no Brasil, na linha funcionalista de investigação da linguagem.

Pela dificuldade na obtenção de dados, apesar de todo o esforço empreendido, muitas pesquisas podem ter ficado fora deste inventário, e alguns notáveis pesquisadores não tiveram no texto o destaque que mereciam, mas o que aqui se apresenta - acredito - constitui uma amostra razoável do estado de desenvolvimento dos estudos funcionalistas no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. L. L. (1992) A indeterminação do sujeito em língua falada. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ.
- ANTÔNIO, J. D. (1998) O fluxo de informação em textos do português. Tese de Mestrado. Araraquara: Unesp.
- ASSIS, J. A. (1995) Lugar do artigo no discurso: considerações sobre o uso do

artigo no português culto falado em Belo Horizonte. Tese de Mestrado. Belo Horizonte: PUC.

BECHARA, E. (1954) Estudos sobre os meios de expressão do pensamento concessivo em português. Tese de Cátedra. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II.

BECHARA, E. (1991) Gramática funcional: naturezas, funções e tarefas. In: M. H. M. NEVES (org.) *Descrição do português II*. Publicação do curso de Pós-graduação em Lingüística e Língua Portuguesa. Ano V. n.º 1: 1-97, Araraquara: Unesp.

BERLINCK, R. A. (1988) A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia. Tese de Mestrado. Campinas: Unicamp.

____ (1989) A construção V SN no português do Brasil - um estudo diacrônico sobre o fenômeno da ordem. In: F. TARALLO (org.). *Fotografias Sociolingüísticas*. Campinas: Pontes: 95-112.

____ (1995) La position du sujet en portugais. Étude diachronique des variétés brésilienne et européenne. Thèse de Doctorat. Leuven: Katholieke Universiteit.

BITTENCOURT, V. O. (1984) Sobre as estruturas causativas sintéticas no português. In: *Cadernos de Lingüística e Literatura*, 11: 98-117.

____ (1987) A questão da transitividade das estruturas causativas sintéticas no português. In: *Letras e Letras*, 2: 169-182.

____ (1989) Aspectos da transitivação no português: as estruturas de tópico cristalizado e as causativas sintéticas. In: *Estudos Lingüísticos*, XVII. São Paulo: USP: 313-323.

____ (1995) Da expressão da causatividade no português do Brasil: uma viagem no túnel do tempo. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC.

BORBA, F. S. & M. H. M. NEVES (1996) A montagem de um dicionário de usos do português. In: *Actas del XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filoloxía Románicas*: 561-567. La Coruña: Fundación 'Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa'.

BRAGA, M. L. (1987) Esta dupla manifestação de sujeito, ela é condicionada lingüísticamente. In: *Estudos Lingüísticos*, XIV: 106-115.

____ (1989a) Discourse Functions of Cleft Sentences in Spoken Brazilian Portuguese. In: *IV Pacific Linguistics Conference*. Eugene, Oregon.

____ (1989b) Discurso e abordagens quantitativas. In: F. TARALLO (org.) *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Editora Pontes.

____ (1990) Articulações de orações. In: *Atas do IX Congresso Internacional da ALFAL*. Campinas: Unicamp.

____ (1991) As sentenças clivadas no português falado no Rio de Janeiro. In: *Organon*, 18 (5): 109-125.

- ____ (1992a) Os condicionamentos discursivos. In: M. C. M. MOLLIKA (org.) *Introdução à teoria variacionista*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- ____ (1992b) Tópico e ordem vocabular. In: D. MACEDO e D. KOIKE. (eds.) *Romance linguistics. The Portuguese Context*. Westport: Bergin & Garvey.
- ____ (1995a) A informação, seu fluxo e as sentenças clivadas. In: J. HEYE (org.) *Flores verbais*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- ____ (1995b) As orações de tempo no discurso oral. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 28: 85-97.
- ____ (1996) Processos de redução: o caso das orações de gerúndio. In: I. V. KOCH (org.) *Gramática do Português Falado VI: Desenvolvimentos*. Campinas: Ed. Unicamp/Fapesp: 231-251.
- BRAGA, M. L. & G. M. O SILVA (1992) As sentenças clivadas e a articulação de orações. In: *Estudos Lingüísticos*, XXI: 175-181.
- BRAGA, M. L. & N. P. OMENA (1997) A gente está se desgramaticalizando? In: A. T. MACEDO, C. RONCARATI & M. C. MOLLIKA (orgs.) *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro.
- BRAGA, M. L. & P. BENTIVOGLIO (1988) Espanhol, português e ordem de palavras. In: *D.E.L.T.A.*, 4 (2): 164-182.
- BRITO, C. M. C. (1996) A transitividade verbal na língua portuguesa: uma investigação de base funcionalista. Tese de Doutorado. Araraquara: Unesp.
- CAMACHO, R. G. (1993) Aspectos funcionais e estruturais da concordância verbal no português falado. In: *Alfa*, 37: 101-116.
- ____ (1994) O papel do contexto social na teoria lingüística. In: *Alfa*, 38: 19-36.
- ____ (1995) Concordância verbal: condições formais e funcionais. In: *Estudos Lingüísticos*, XXIV, 273-279.
- ____ (1996a) Estrutura argumental e ponto de vista. In: *Estudos lingüísticos*, XXV: 392-399.
- ____ (1996b) O papel da estrutura argumental na variação de perspectiva. In: I. G. V. KOCH (org.) *Gramática do Português Falado VI: Desenvolvimentos*. Campinas: Ed. Unicamp/Fapesp: 253-274.
- ____ (1997) Usos discursivos da conjunção aditiva. In: *Estudos lingüísticos*, XXVI: 246-253.
- CAMACHO, R. G. & E. G. PEZATTI (1996) As subcategorias nominais contável e não-contável. In: M. A. KATO (org) *Gramática do Português Falado V: Convergências*. Campinas: Ed. Unicamp/Fapesp: 155-183.
- CAMPOS, O. G. L. A. S.; A. C. S. RODRIGUES & P. T. GALEMBECK (1996) A flexão modo-temporal no português culto do Brasil: formas de pretérito perfeito e imperfeito do indicativo. In: A. T. CASTILHO & M. BASÍLIO (orgs)

Gramática do Português Falado IV: Estudos descritivos. Campinas: Ed. Unicamp/Fapesp: 35-78.

CASTILHO, A. T. (1967) A sintaxe do verbo e os tempos do passado em português. Marília: FFCL (Coleção Estudos n.º 12).

____ (1968) Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa. Marília: FFCL (Coleção Teses n.º 6)

____ (1978) A dimensão textual do verbo. In: *Estudos Lingüísticos*, II: 125-140.

____ (1983) Variedades conversacionais. In: *Boletim da Abralin*, 5: 40-53.

____ (1984) Ainda o aspecto verbal. In: *Estudos Portugueses e Africanos*, 4: 9-36.

____ (1987) O presente do indicativo na oração e no texto. In: *Actas del VII Congreso Internacional de Alfal*: 389-404. Santo Domingo: Universidad Nacional Pedro Henríquez Ureña.

____ (1989) Da análise da conversação para a análise gramatical. In: *Estudos Lingüísticos*, XVIII: 219-226.

____ (1993) Predicação Adverbial. São Paulo. Tese de Livre-docência. São Paulo: USP.

____ (1994a) Problemas de descrição da língua falada. In: *D.E.L.T.A.*, 10 (1): 47-71.

____ (1994b) Um ponto de vista funcional sobre a predicação. In: *Alfa*, 38: 75-96.

____ (1997a) A gramaticalização. In: *Estudos Lingüísticos e Literários*, 19: 25-64.

____ (1997b) Língua falada e gramaticalização. In: *Filologia e Lingüística Portuguesa*, 1: 107-120.

CASTILHO, A. T. & C. M. MORAES DE CASTILHO (1992) Advérbios modalizadores. In: R. ILARI (org.) *Gramática do português falado* II: Níveis de Análise Lingüística. Campinas: Ed. Unicamp/Fapesp: 213-260.

____ (1993) Adjetivos predicativos. In: *Letras*, 5: 122-143.

____ (orgs.) (1996) *Gramática do Português Falado* IV: Estudos Descritivos. Campinas: Ed. da Unicamp/Fapesp.

COLLINS, H. (org.) (1991) In: *The Specialist*, 12. São Paulo, 189p.

____ (1993) Compreensão de filmes em língua estrangeira: um estudo baseado na análise de 'Genres'. In: *D.E.L.T.A.*, 9(2): 149-174.

____ (1994a) Language we Teach, Genres we Perform: A Mismatch in elt Planning and Development. In: *Claritas*, 1 (1): 21-29.

____ (1994b) Modal Profing in Oral Presentations. In: L. BARBARA e M. SCOTT (eds.) *Reflections on Language Learning*. Clevedon: Philadelphia: Multilingual Matters Ltd.: 214-229.

____ (1995) Estrutura dos eventos comunicativos. In: *The Specialist*, 15

(1/2): 1-6.

- COLLINS, H. & C. R. CALDAS-COULTHARD (orgs.) (1994) In: *The Specialist*, 15, 200p.
- COLLINS, H. & M. SCOTT (1997) Lexical Landscaping in Brazilian and British Business Meetings. In: F. BARGIELLA and S. HARRIS (eds.) *The Language of Business: an International Perspective*. Edinburgh: Edinburgh Univ. Press.
- COLLINS, H. & S. THOMPSON (1996) Grammatical Aspects of Roles in Culturally Diverse Oral Presentations. In: *D.E.L.T.A.*, 12 (2): 281-306.
- CUNHA, M. A. F. (1989) *A passiva no discurso*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ.
- DALL'AGLIO, M. M. (1995) *A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor*. Tese de Doutorado. Araraquara: Unesp.
- DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. (1996) Uma abordagem funcional da modalização. In: *Estudos Lingüísticos*, XXV: 459-65.
- ____ (1997a) A construção do (des)comprometimento do falante. In: *Estudos Lingüísticos*, XXVI: 261-268.
- ____ (1997b) Uma análise funcional da modalidade epistêmica. In: *Alfa*, 40: 151-173.
- DECAT, M. B. N. (1993) *'Leite com manga, morre!': da hipotaxe adverbial no português em uso*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC.
- ____ (1995) *Relações adverbiais e gênero do discurso*. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 28.
- DILLINGER, M. (1991) Forma e função na lingüística. In: *D.E.L.T.A.*, 7 (1):395-407.
- DUTRA, R. (1983) *The Role of the Oblique in Establishing Thematicity in Brazilian Portuguese Spoken Discourse*. Unpublished Monograph. Los Angeles: Linguistics Department, University of California.
- ____ (1985) *A Study of Passives in Brazilian Portuguese Written Discourse*. Unpublished Monograph. Los Angeles: Linguistics Department, University of California.
- ____ (1986) *Discourse Motivation for 'Postposed' Subjects in Brazilian Portuguese*. Unpublished monograph. Washington D.C.: School of Languages and Linguistics, Georgetown University.
- ____ (1987) *The Hybrid S-Category in Brazilian Portuguese: some implications for word order*. In: *Studies in Language*, 11 (1): 163-180.
- ____ (1993) *O Discurso e a gramática*. In: *D.E.L.T.A.*, 9 (2): 217-236.
- ____ (1995) *Theoretical and Practical Issues in the Preferred Argument Structure of Brazilian Portuguese*. Santa Barbara: Unpublished Monograph. University of California.

- ELIAS, R. M. P. (1994) A organização do texto: um estudo das relações produtor-produto. Tese de Doutorado. Araraquara: Unesp.
- FARGONI, A. M. S. L. (1995) A manifestação da oralidade na escrita: um estudo da crônica. Tese de Mestrado. Araraquara: Unesp.
- FERRARI, L. V. (1997) Variação e cognição: o caso das preposições locativas em e ni no português do Brasil. In: *Revista da ANPOLL*, 3.
- FERRARI, L. V. & V. CHIAVEGATTO (1997) A motivação conceptual da gramática. In: *Revista Matraca*, 8.
- GRYNER, H. (1995) Graus de vinculação nas cláusulas condicionais. In: I. G. V. KOCH & M. L. BRAGA (orgs) *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 28: 69-83.
- _____ (1996) Variação modal como estratégia argumentativa. In: A. T. MACEDO, C. RONCARATTI & M. C. MOLLIÇA. *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 113-127.
- HOYOS-ANDRADE, R. E. (1972) A sintaxe segundo Martinet. In: *Fafinforma*. Santos: FFCL de Santos: 4.
- _____ (1978) El vocalismo del español y del portugués: estudio contrastivo fonético-fonológico y implicaciones pedagógicas. In: *Língua e Literatura*, 7: 369-380.
- _____ (1982a) Funcionalismo vs. Gerativismo: algumas reflexões de epistemologia lingüística. In: *Alfa*, 26: 25-331.
- _____ (1982b) Resenha de WALTER, H. (1982) *Enquête phonologique et variétés régionales du français*. Paris, PUF]. In: *Alfa*, 26: 95-97.
- _____ (1983a) Estado da lingüística segundo o funcionalismo. In: *Alfa* 27, 1-8.
- _____ (1983b) Visão funcionalista da gramática e ensaio de aplicação à língua portuguesa. Tese de Livre-Docência. Assis: Unesp.
- _____ (1984) Sílabas e função lingüística. In: *Estudos Lingüísticos*, IX: 225-229.
- _____ (1985) Resenha de SILVA, M. B. (1981) *Leitura, ortografia e fonologia*. São Paulo: Ática, 110 p. In: *Linguagem*, 4/5/6: 131-133.
- _____ (1986a) A semântica funcional ou axiologia. In: *Estudos Lingüísticos*, XIII: 184-191.
- _____ (1986b) El generativismo: una lingüística biónica. Resenha de BERNAL LEONGOMEZ, J. (1982) *Elementos de gramática generativa*. Bogotá, Instituto Caro y Cuervo, 197p. In: *Folios de Artes y Humanidades*, 12: 83-100.
- _____ (1986c) Natureza semiológica das unidades sintáticas. In: *Estudos Lingüísticos*, XII: 185-191.
- _____ (1986d) Relatório do Grupo de Trabalho sobre funcionalismo. In: *Estudos Lingüísticos*, XIII: 193-195.
- _____ (1987a) Proposta de notação fonológica do português do Brasil. In:

Alfa, 31: 65-78.

____ (1987b) Visão funcionalista da gramática textual: realismo ou radicalismo. In: *Estudos Lingüísticos*, XIV: 270-277.

____ (1988a) Leitura, ortografia e fonologia: tréplica a Myrian Barbosa da Silva. In: *D.E.L.T.A.*, 4 (1): 115-120.

____ (1988b) O 'Alfonic' um pré-alfabeto que deu certo. In: *Alfa*, 32: 69-77.

____ (1990) Pressupostos de uma teoria lingüística. In: *Cadernos de Pesquisa*, 2: 109-119.

____ (1991a) Resenha de NEDJAR, B. (1988) *Grammaire fonctionnelle de l'arabe du Coran*. Karlsruhe (RFA). Bahamani Nedjar, 4 volumes, 1842 p. In: *Alfa*, 35: 199-203.

____ (1991b) Texto: perspectivas lingüísticas. In: *Anais do IV Seminário do Centro de Estudos Lingüísticos e Literários do Paraná*. Guarapuava: Universidade do Centro Oeste do Paraná: 109-111.

____ (1992) *Introducción a la Linguística Funcional*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo.

____ (1993) A sintaxe funcional. In: *Boletim do Departamento de Lingüística*, 1: 61-72. Assis: Unesp.

____ (1994a) Dois funcionalistas franceses em confronto. In: *Alfa*, 38: 97-107.

____ (1994b) Sistemas fonológicos, interferências e ensino de línguas. In *Uniletras*, 16: 5-18. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa.

____ (1995) Resenha de MARTINET, A. (1989) *Fonction et dynamique des langues*. Paris: Armand Colin, 210p. In: *La linguistique*, 31 (2): 166-168.

ILARI, R. (1986) *Perspectiva funcional da frase portuguesa*. Campinas: Ed. Unicamp.

____ (org.) (1992a) *Gramática do Português Falado II: Níveis de Análise Lingüística*. Campinas: Ed. Unicamp/Fapesp.

____ (1992b) Sobre os advérbios aspectuais. In: R. ILARI (org.) *Gramática do Português Falado II: Níveis de Análise Lingüística*. Campinas: Ed. Unicamp/Fapesp: 151-192.

____ (1992c) Sobre os advérbios focalizadores. In: R. ILARI (org.) *Gramática do Português Falado II: Níveis de Análise Lingüística*. Campinas: Ed. Unicamp/FAPESP:193-212.

ILARI, R. & C. FRANCHI (1989) Componente clítico e funções pragmáticas em bielês. In: XIX CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUISTICA E FILOGIA ROMÂNICAS (Actas Secção IV) Santiago de Compostela.

ILARI, R. et alii (1990) Considerações sobre a posição dos advérbios. In: A. T. CASTILHO (org.) *Gramática do Português Falado I: A Ordem*. Campinas: Ed. Unicamp/FAPESP:63-142.

- ILARI, R.; C. FRANCHI; M. H. M. NEVES & S. POSSENTI (1996) Os pronomes pessoais do português: roteiro para análise. In: A. T. CASTILHO & M. BASILIO. *Gramática do Português Falado IV: Estudos Descritivos*. Campinas: Ed. Unicamp/FAPESP: 79-166.
- LIBERATO, Y. G. (1997) A estrutura do SN em português: uma abordagem cognitiva. Tese. (Doutorado). Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte.
- LONARDONI, M. (1996) No topo da notícia: de como a submanchete faz manchete. Tese. (Mestrado). Unesp, Araraquara.
- MARTELOTTA, M.; S. VOTRE & M. M. CEZÁRIO (1996) *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- NARO, A. J. & S. VOTRE (1985) Inversão de sujeito na fala carioca. In: *Boletim da ABRALIN* (Associação Brasileira de Linguística), 6: 89-196.
- ____ (1986) Discurso e ordem vocabular. In: *Anais do Quarto Encontro de Variação e Bilinguismo na Região Sul*, Porto Alegre.
- ____ (1992) Mecanismos funcionais do uso da língua: função e forma. *D.E.L.T.A.*, 8: 285-290.
- ____ (1996) Mecanismos funcionais do uso da língua. In: A. T. MACEDO, C. RONCARATI & M. C. MOLLIÇA (orgs.) *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 51-62.
- NASCIMENTO, M. (1990) Teoria gramatical e mecanismos funcionais do uso da língua. *D.E.L.T.A.*, 6 (1): 83-98.
- NEVES, M. H. M. (1984) A coordenação interfrasal em português. Tese. (Livre-docência). Unesp, Araraquara.
- ____ (1990a) Dicionário de usos do português contemporâneo do Brasil. In: *Descrição do Português 1*. Araraquara: Unesp: 87-102.
- ____ (1990b) *Gramática na Escola*. São Paulo: Contexto.
- ____ (1990c) Palavras fóricas: Alguns pronomes e os artigos definidos. *Alfa*, 34: 85-100.
- ____ (1991a) As palavras gramaticais. In: *Descrição do Português 2*. Araraquara: Unesp: 37-52.
- ____ (1991b) O ensino da gramática. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 4. Lisboa: 43-52.
- ____ (1991c) O estatuto das chamadas conjunções coordenativas no sistema do português. In: Actes XVIII CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET PHILOLOGIE ROMANES. Tübingen, Alemanha: 218-228.
- ____ (1991d) O que dizer sobre as palavras gramaticais aos usuários da língua. In: *Anais do V ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL*. Porto Alegre: 87-93.
- ____ (1992a) Advérbios circunstanciais (de lugar e de tempo). In: R. ILARI

(org.) *Gramática do Português Falado*, II: Níveis de Análise Lingüística. Campinas: Ed. Unicamp/FAPESP:261-296.

____ (1992b) A função interacional dos pronomes pessoais. In: *Descrição do Português 3*. Araraquara: Unesp: 18-27.

____ (1993a) Gramática do português falado: os pronomes pessoais. In: *Anais do VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL*, v. 2- Lingüística). Goiânia: ANPOLL: 547-556.

____ (1993b) Possessivos. In: A. T. CASTILHO (org.) *Gramática do Português Falado III: As Abordagens*. Campinas: Ed. Unicamp/FAPESP:149-211.

____ (1993c) Reflexões sobre o estudo da gramática nas escolas de primeiro e de segundo grau. *Alfa*, 37: 91-98.

____ (1994a) A gramática e o usuário. In: *Estudos Lingüísticos*, XXIII. São Paulo: CNPq: 07-17.

____ (1994b) Uma visão geral da gramática funcional. *Alfa*, 38: 109-127.

____ (1995a) Expressão e elipse do pronome sujeito em português. In: *Estudos Lingüísticos*, XXIV. São Paulo: IEL/Unicamp:523-528.

____ (1995b) Teorias sintáticas e análises gramaticais. In: *Estudos Lingüísticos*, XLIII, v. 2. Ribeirão Preto: UNAERP:53-62.

____ (1996a) A gramática de usos é uma gramática funcional. In: Boletim da ABRALIN. São Paulo: PUC: 27-38.

____ (1996b) A modalidade. In: I. G. V. KOCH (org.) *Gramática do Português Falado VI: Desenvolvimentos*. Campinas: Ed. Unicamp/FAPESP:163-199.

____ (1996c) A tarefa de investigação das ocorrências de nomes comuns. In: *Actas do CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE O PORTUGUÊS*, v. 3. Lisboa: Portugal: APL: 259-274.

____ (1996d) Entrevista: 'O ensino da gramática'. *Linha d'água*, 10: 9-17. São Paulo.

____ (1996e) Entrevista: Uma gramática funcional. *Macunaíma*, 8: 6-7. Araraquara.

____ (1996f) Estudo da estrutura argumental dos nomes. In: M. A. KATO (org.) *Gramática do Português Falado V: Convergências*. Campinas: Ed. Unicamp/FAPESP:119-154.

____ (1996g) Estudo das construções com verbo-suporte em português. In: I. G. V. KOCH (org.) *Gramática do Português Falado VI: Desenvolvimentos*. Campinas: Ed. Unicamp/FAPESP: 201-229.

____ (1996h) Reflexões sobre a investigação gramatical: Projeto GPF-Grupo Sintaxe I. In: *Atas do I CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA*. Salvador: ABRALIN-FINEP-UFBA: 421-426.

____ (1997a) A articulação de orações: reflexões de base funcionalista. In: BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA. Atas do I Congresso

Nacional da ABRALIN. n.º 21: 271-281.

- ____ (1997b) *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes.
- ____ (1997c) A prática lexicográfica: Onde ciência e arte se encontram. *Alfa*, 40: 129-139.
- NEVES, M. H. M. & F. S. BORBA (1989a) Dicionário de usos do português contemporâneo do Brasil. In: *Anais do IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL*. Recife: 442-449.
- ____ (1989b) Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil. In: *Actes XXIII CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET PHILOLOGIE ROMANES*. Tübingen-Alemanha: 499-502.
- ____ (1993) A gramática num dicionário de usos: o dicionário de usos do português do Brasil. In: *Anais XXe. CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET PHILOLOGIE ROMANES (Tome IV, Section VI)*: 711-721.
- NEVES, M. H. M. et alii (1993) Gramática de usos do português: análise do uso de algumas palavras de relação. In: *Estudos Lingüísticos*, XL. Ribeirão Preto: Instituição Moura Lacerda: 321-333.
- OLIVEIRA, M. R. (1996) *Gramaticalização na repetição*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- ____ (1994) Repetição em diálogos. Tese. (Doutorado). UFRJ, Rio de Janeiro.
- PAIVA, M. C. A. (1991) Ordenação das cláusulas causais: forma e função. Tese. (Doutorado). UFRJ, Rio de Janeiro.
- ____ (1993) Cláusulas causais adendos: uma variante de ordenação. *Revista de Estudos da Linguagem*, 2: 5-21.
- ____ (1995a) Cláusulas causais: iconicidade e funcionalidade. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 28: 1-97.
- ____ (1995b) Empregos do porque no discurso oral. *D.E.L.T.A.*, 11: 27-39.
- ____ (1996) Pressupostos semânticos e pragmáticos da relação de causalidade. In: A. T. MACEDO, C. RONCARATI & M. C. MOLLIKA (orgs.) *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 63-74.
- PAREDES SILVA, V. L. (1988) Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal. Tese (Doutorado). UFRJ, Rio de Janeiro.
- ____ (1995) A referência ao tópico em três versões de uma narrativa. *Palavra*, 3: 69-76.
- ____ (1996) Quando escrita e fala se aproximam: uso do pronome de terceira pessoa em cartas pessoais. In: A. MACEDO, C. RONCARATI & M. C. MOLLIKA (orgs.) *Variação e discurso*. Tempo Brasileiro: 85-95.
- PERINI, M.; S. FRANIA; R. BESSA NETO & L. FULGÊNCIO (1996) O sintagma nominal em português: estrutura, significado e função. *Revista de Estudos da Linguagem*, n.º esp.
- PEZATTI, E. G. (1992) A ordem de palavras em português: aspectos tipológicos

e funcionais. Tese. (Doutorado). Unesp, Araraquara.

- ____ (1993) A ordem VS com verbo ser: construções existenciais com função de coda. In: *Estudos Lingüísticos*, XXII. Ribeirão Preto: Instituição Moura Lacerda: 1062-69.
- ____ (1994a) A ordem de palavras e o caráter nominativo/ergativo do português falado. *Alfa*, 38: 37-56.
- ____ (1994b) A ordem dos constituintes da oração na estruturação do discurso. *Confluência*, 3: 43-54.
- ____ (1994c) Uma abordagem funcionalista da ordem de palavras no português falado. *Alfa*, 38: 37-56.
- ____ (1994d) Duas ordens naturais no português oral do Brasil. In: *Estudos Lingüísticos*, XXIII (2). São Paulo: CNPq: 1146-53.
- ____ (1995) A frase-comentário no português. In: *Estudos Lingüísticos*, 24, (2). São Paulo: 550-5.
- ____ (1996a) A estrutura argumental preferida do português. In: *Estudos Lingüísticos*, XXV. Taubaté: CNPq: 695-701.
- ____ (1996b) A ordem de palavras e o caráter nominativo/ergativo do português falado. In: Actas do X CONGRESSO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGIA DE LA AMERICA LATINA. México: Universidade Nacional Autónoma de México: 267-273.
- ____ (1996c) Estrutura argumental e fluxo de informação. In: I. G. V. KOCH (org.) *Gramática do Português Falado VI: Desenvolvimentos*. Campinas: Ed. Unicamp/FAPESP: 275-99.
- ____ (1996d) Relevo discursivo e tipos de textos. *Letras & Letras*, 12 (1): 77-95.
- ____ (1997) A subjetividade na disjunção de orações. In: *Estudos Lingüísticos*, XXVI. Campinas: Unicamp: 254-60.
- PINTO, A. M. S. M. & M. H. M. NEVES (1994) Moldes proposicionais dos predicados estativos locativos em português e em alemão. In: *Estudos Lingüísticos*, XXIII. São Paulo: CNPq: 1162-1169.
- RODRIGUES, A. C. S.; O. G. L. A. S. CAMPOS; P. T. GALEMBECK & L. TRAVAGLIA (1996) Formas de pretérito perfeito e imperfeito do indicativo no plano textual-discursivo. In: I. G. V. KOCH (org.) *Gramática do Português Falado VI: Desenvolvimentos*. Campinas: Ed. Unicamp/FAPESP: 415-462.
- RONCARATI, C. (1996) A negação no português falado. In: A. T. MACEDO, C. RONCARATI & M. C. MOLLIKA (orgs.) *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 97-112.
- ____ (1997) Ciclos aquisitivos da negação. In: C. RONCARATI & M. C. MOLLIKA (orgs.) *Variação e aquisição*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- SANTOS, T. B. (1997) A construção da cadeia referencial em textos infantis.

Tese. (Mestrado). UFJF, Juiz de Fora.

SARAIVA, M. E. F. (1992a) O objeto incorporado em português. Belo Horizonte: NAPq, FALE/UFMG.

____ (1992b) O posvérbio em português. Belo Horizonte: NAPq, FALE/UFMG.

SOUZA, M. S. C. (1989) Estudo de alguns mecanismos de topicalização: gramática e estilística. Tese. (Mestrado). Unesp, Araraquara.

____ (1996) A hipotaxe adverbial temporal: uma abordagem funcionalista. Tese. (Doutorado). Unesp, Araraquara.

TAVELLA, M. C. W. (1997) A contribuição da significação lexical na interpretação escolar do léxico. Tese. (Mestrado). UFJF, Juiz de Fora.

THOMPSON, S. & H. COLLINS (1995) Dealing with Face Threats in Oral Presentations. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, **26**: 81-99.

VOTRE, S. J. & A. J. NARO (1989) Mecanismos funcionais do uso da língua. *D.E.L.T.A.*, **7**(2): 169-184.

ZAMPRONEU, S. (1998) A hipotaxe adverbial concessiva no português do Brasil. Tese. (Mestrado). Unesp, Araraquara.

TRINTA ANOS DE SINTAXE GERATIVA NO BRASIL*

(Thirty Years of Generative Grammar in Brazil)

Mary A. KATO (UNICAMP)**

Jânia RAMOS (UFMG/CNPq)

ABSTRACT: This paper reports the generativist research developed in Brazil, from the standard theory to the Minimalist approach (Chomsky 1995), leaving out works in language acquisition, which are reported in Kato (1999). It contains three sections: I. The Standard Theory and the Extended Standard Theory; II. The Principles and Parameters Theory; III. The years 1998-1999.

KEY WORDS: Generative Grammar, Principles and Parameters; Chomsky.

PALAVRAS-CHAVE: Gramática Gerativa; Princípios e Parâmetros; Chomsky.

I. Primeira Parte: A Teoria-Padrão (TP) e a Teoria-Padrão Estendida (TPE)¹

1. A formação de sintaticistas no período da TP e TPE

A primeira notícia no Brasil sobre gramática gerativa veio de dois artigos publicados na revista *Tempo Brasileiro*, em 1967, um de Lemle e outro de Mattoso Câmara, no qual esse último afirmava ser o gerativismo uma variedade do estruturalismo. O primeiro curso de gerativa no Brasil foi ministrado por Sara Gudschinky, em 1994, na UnB. Mais tarde, a teoria é apresentada por Míriam Lemle, no Museu Nacional; por Heles Contreras no I Instituto de Lingüística em 1968; por John Martin, em vários Institutos Brasileiros de Lingüística e depois na PUC-SP. As primeiras teses seguindo esta teoria foram as de Eunice Pontes (1969/ 1973) sobre verbos auxiliares no português; de Leila Barbara (1971/1975) sobre asseveração e não-asseveração; e de Mary Kato (1972/1974) sobre a semântica do artigo definido. A partir de então, a sintaxe na linha gerativa passa a ser ministrada também por professores que

* A segunda parte do trabalho é uma expansão de KATO (no prelo) a sair na *REVISTA DA ALFAL*. Os trabalhos no prelo e não publicados foram excluídos, nesta versão, dada a limitação de páginas. Agradecemos a Mario Perini e Aryon Rodrigues pelos depoimentos sobre o período relatado na Primeira Parte. Agradecemos a Ana Paula Scher, Helena Britto e Marina Augusto, pela revisão da parte incluída na Segunda Parte.

** A autora contou com bolsa CNPq (Proc. 300814/88-89 renov.) e Auxílio FAPESP (Proc. 98/13726-8).

¹ Consulte-se Naro (1976) para uma boa retrospectiva do período.

obtiveram sua formação parcialmente no Brasil e parcialmente no exterior, através de Institutos e estágios.

Até 1974, o ensino e a pesquisa da gerativa dependiam muito de professores e orientadores estrangeiros, em geral americanos. Vários passaram por aqui: John Martin, Mercedes Roldan, Carl Harrison, Marianne Esztergar, Frank Brandon, Quentin Pizzini, Anthony Naro, Christian Rohrer. Naro, conforme depoimento de Perini, foi, dos estrangeiros, o mais importante; aqui se radicou e permaneceu, formando toda uma geração no Rio não só de gerativistas, mas também, e sobretudo, de variacionistas. John Martin teve também certa influência no início, tendo passado pela PUC-SP, PUC-Campinas, UNICAMP e PUC-PR.

Na década de 1970, havia alguns brasileiros estudando gerativa no exterior: Antônio Carlos Quicoli, na Universidade de SUNY, Buffalo, o primeiro brasileiro a obter Ph.D. na área, Milton Azevedo, na Universidade de Cornell e Perini, na Universidade do Texas². Com o retorno de Quicoli e de Perini, cresce o espaço da área. Quicoli vai para a UFRJ e depois para a UNICAMP e em 1978 deixa o país. Perini, que havia voltado para a UFMG, é contratado pela UNICAMP. No Rio, Margarida Basílio³ e Mariza Pimenta-Bueno iniciam sua atuação, após terem concluído doutorado, respectivamente, na Universidade do Texas e na Universidade de Stanford⁴.

Têm início, assim, quatro pólos principais de estudos gerativos: UFRJ, PUC-SP, UNICAMP e UFMG. Na UFRJ tem andamento pesquisas orientadas por Naro, Lemle e Basílio. Na PUC-SP formam-se pesquisadores sob a orientação de Mary Kato e Leila Barbara. Em Campinas, sob a orientação de Quicoli, Pizzini e Brandon, desenvolvem-se várias pesquisas. Na UFMG, Eunice Pontes, após publicar suas duas teses, continua suas atividades ao lado de Perini, indo exercer seu papel de formadora também na UnB.

As obras didaticamente mais importantes foram o livro de Perini (1976) sobre a TP com análises do Português e o de Lemle (1984) sobre o período da TPE. Não se pode deixar de referir, aqui, a publicação dos Anais do Encontro

² Vide Quicoli (1972), Azevedo (1973) e Perini (1974).

³ Basílio se dedica à área da morfologia derivacional, sub-área que não faz parte da cobertura deste trabalho.

⁴ Não se pode deixar de mencionar aqui o papel importante que Aryon Rodrigues teve na contratação dos professores estrangeiros e no envio dos linguistas brasileiros aos Estados Unidos para se doutorarem na área.

Nacional de Lingüística da PUCRJ, que, até 1986, ofereceram um painel abrangente de quais eram as pesquisas realizadas e em andamento e de quem fazia lingüística no Brasil.

2. As linhas de pesquisa privilegiadas

2.1. Léxico e sintaxe

Um grupo de pesquisadores tem como objeto a decomposição lexicosemântica de verbos, de modo a correlacionar papel semântico dos argumentos ao tipo de complementação: causativas e incoativas (Lier, 1977; Votre, 1976); modais (Miranda, 1975; Lobato, 1978, 1979); verbos "dar", "fazer", "tomar", "ser", "estar" (Berthier, 1974); verbo "começar" (Azevedo, 1977a); o verbo "esquecer-se" (Oliveira, 1975); verbo "sujar" (Decat, 1978a); verbos de percepção (Barros, 1977); modo verbal (Pereira, 1974; Fávero (1974,1982), e tempo verbal (Corôa, 1983); Trieweler, 1976); auxiliares (Vasconcelos, 1976 e Madureira, 1975); verbos de experiência (Miotto, 1975); verbos denominais (Arrais, 1981), verbos transitivos (Kato, 1976b) etc.

2.2. Estrutura sintática do português

2.2.1. Sintagma nominal

Foram objeto de estudo as regras que convertiam NPs em pronomes e indicavam o sentido e escopo do movimento: pronominalização (Miotto, 1975; Almeida, 1977; Alves, 1975; Gamarsky, 1974; Martins, 1976; Oliveira, 1978; Silva, 1975; Ikeda, 1977; Steiner, 1978); posição do adjetivo no sintagma nominal (Pazzini, 1978); gradação de adjetivos (Vannucchi, 1977); regras de expansão de constituintes (Lemle, 1978; Lemle e Naro, 1977); movimento de quantificadores (Maia, 1975; Simões, 1974); possessivos (Campos, 1977; Perini, 1977); determinantes (Pontes, 1976); complemento nominal (Shibao, 1977; Pereira, 1978; Schaff Filho).

2.2.2. Estrutura da oração simples

Em relação à passiva, buscavam-se evidências de diferenças semânticas entre as estruturas superficiais em relação às ativas com o propósito de mostrar que provêm de estruturas subjacentes distintas (Cunha, 1978; Arruda, 1978; Vieira, 1978; Branco, 1979; Nascimento, 1978).

Já em relação ao sujeito, foram objeto de análise a formulação de regras de supressão, movimento do NP sujeito e posição desse NP na estrutura profunda (Menezes, 1979; Teixeira, 1977; Kato, 1977); elipse (Kato, 1976a, 1981; Pimenta-Bueno, 1981b; Bittencourt, 1979; Gomes, 1975; Figueiredo, 1975).

Sobre concordância verbal, trabalharam Humberto (1975); Veado (1981); Martin (1975); Tondo (1976), entre outros.

Sobre movimentos e deslocamentos, foram analisados sintagmas deslocados em afirmativas (Carvalho, 1975); construções SA-Adj-Sprep (Brisolla, 1980; Bisol, 1972) e as interrogativas-Q (Decat, 1978b, 1980; Alvarenga, 1981).

Em relação a classes de palavras, foram estudados sob o ponto de vista sintático os predicados adjetivais (Alkmin, 1975); advérbios (Saraiwa, 1979; 1980; Parisi, 1977); negação (Brenner, 1977; Kneipp, 1978; Brandon, 1976) e preposições (Sousa, 1977; Saliba, 1983); auxiliares (Tavares de Macedo, 1977); e participípios (Pimenta-Bueno, 1981a).

2.2.3. Estruturas oracionais complexas

Investigaram-se vários tópicos relacionados a orações subordinadas: fronteira entre orações (Rodrigues, 1975); orações relativas (Cardoso, 1976; Mollica, 1977; Samara, 1976; Silva, 1977; Cohen, 1982; Pizzini, 1979); orações finais (Waldrep, 1981); comparativas (Romualdo, 1975; Fontes, 1978); infinitivo flexionado (Moraes, 1971); modo verbal (Perini, 1978). Sobre orações coordenadas vide De Filipo (1977).

2.3. Comparação de línguas

Comparações detalhadas entre construções do inglês e do português foram apresentadas com diferentes propósitos, tendo um sido o ensino de línguas, e o outro, o avanço da teoria gramatical. Os tópicos são: preposições (Ramos, 1973; Schmitz, 1977); tempo verbal (Cerqueira, 1984); ordem dos adjetivos no sintagma nominal (Lemle, 1979); formas gerundivas (Pereira, 1979); subordinadas adverbiais no francês e no português (Machado, 1979); orações relativas no português e no francês (Viana, 1977); clíticos em espanhol e em português (Senday, 1975); negação no inglês e no português (Fiad, 1975); "tag questions" no inglês e português (Cavalcante, 1972); estruturas iniciadas com verbo no inglês e no português (Szabo, 1977); estruturas comparativas do

inglês e do português (Fontes, 1978); estruturas complexas do português e do inglês (Rocca, 1978), dentre outros.

II. Segunda Parte: A Teoria de Princípios e Parâmetros

1. A formação de sintaticistas na linha da TPP

Duas teses defendidas na França por brasileiros de Minas Gerais (UFMG, Belo Horizonte) iniciam a abordagem da TPP no Brasil: a de Milton do Nascimento (1984), sobre a posposição do sujeito no PB, e a de Moreira da Silva (1983), sobre a assimetria de comportamento entre o sujeito e o objeto no PB. Embora defendidas na França, faz-se menção a esses trabalhos por terem plantado a semente para muitas das questões que seriam tratadas depois no Brasil.

Uma outra lingüista formada na França, Charlotte Galves (da UNICAMP) é também uma deslanchadora de pesquisas sintáticas na visão da TPP. Muitas das questões com que a perspectiva gerativista vem trabalhando no Brasil, como, por exemplo, o fenômeno do objeto nulo referencial (Galves, 1984) ou as peculiaridades das construções com *se* (Galves, 1986a) e o enfraquecimento da concordância (Galves, 1993), foram tópicos por ela tratados inicialmente.

Em 1988, após sua estadia de pós-doutorado na França, Lúcia Lobato (da Universidade de Brasília) lança seu livro-texto (com manual) sobre a teoria da Regência e Ligação (Lobato, 1988a), que ajudou enormemente professores e alunos a ensinarem e a aprenderem a TPP. Em 1992, sai em Portugal o livro de Eduardo Raposo sobre a mesma teoria, obra que vem complementar, com dados do Português Europeu (PE), o livro de Lobato.

Juntam-se a esses a seguir quatro lingüistas da geração que havia passado por outras escolas e vertentes teóricas como o estruturalismo, gerativa-padrão, padrão estendida, semântica gerativa, gramática relacional e gramática categorial: Miriam Lemle (da UFRJ), Yonne Leite (do Museu Nacional), Carlos Franchi e eu (ambos da UNICAMP). Miriam Lemle continua a trabalhar na UFRJ, mas na perspectiva TPP. Yonne Leite deslança, no Museu Nacional, com sua colega Bruna Franchetto, de formação italiana, o estudo de línguas indígenas na visão da TPP. O colega Franchi, embora se declarando até hoje um céptico da gramática gerativa, atraiu, com seu discurso filosófico e brilhante, muitos alunos para a área e atuou fortemente na formação de sintaticistas. Quanto a mim, depois de um tempo afastada da teoria, decepcionada por um

modelo de gramática que se limitava a estudar restrições às regras, voltei a fazer gerativa, na década de 80, após fazer uns cursos com Rizzi, Safir, Whitman e outros no Instituto da LSA de 1986, na CUNY, atraída com as ricas possibilidades da versão de parâmetros na descrição empírica dos fatos lingüísticos.

Mais tarde, entra no cenário Esmeralda V. Negrão (da USP), com Ph.D. dos Estados Unidos, com tese sobre "controle" (Negrão, 1986). Há também doutores formados no Brasil começando a atuar na graduação e na pós-graduação, na área da sintaxe. Entre eles, por exemplo, os seguintes ex-doutorandos da UNICAMP: Carlos Miotto (UFSC), Jânia Ramos, Márcia Cançado e Eunice Nicolau (UFMG), Ilza Ribeiro (UEFS), Márcia D Vieira e Marília Facó Soares (Museu Nacional), Sonia Cyrino (UELondrina), Maria Aparecida Torres Morais (USP), M. Eugênia L. Duarte (UFRJ), Vicente Cerqueira (UFACre), Maria Aparecida Lopes Rossi (Faculdade de Taubaté), Rosane de Andrade Berlinck (UNESP) e muitos outros a caminho. Mais recentemente, houve o retorno de alunos que fizeram mestrado no país e que voltaram com Ph.D. do exterior, tendo sido já absorvidos pelos programas de pós-graduação do país. São eles: Lorenzo Vitral (UFMG), com doutorado da França, Maria Cristina Figueiredo (UFSC), com doutorado de Genebra, Jairo Nunes (UNICAMP), com doutorado dos Estados Unidos, Sergio Menuzzi (PUCRS) com doutorado da Holanda e outros também a caminho.

É assim, em Belo Horizonte, em Campinas, em Brasília, no Rio, em São Paulo e em Santa Catarina que se passou a ter os pólos principais de investigação lingüística na linha da TPP.

2. Teoria e dados

A gramática gerativa tem se centrado em dois tipos de pesquisa. O primeiro tipo tem a ver com os princípios e o segundo com os parâmetros, embora nem sempre seja fácil distinguir um do outro, pois muitos dos parâmetros são associados a determinados princípios.

O português, à primeira vista, apresenta, ainda, outros fenômenos que fazem duvidar de certos princípios e conceitos dentro da TPP, como é, por exemplo, o caso do domínio dos pronomes (Princípio de Ligação). Enquanto línguas como o inglês apresentam uma distribuição claramente complementar dos pronomes pessoais e dos reflexivos, o PB não apresenta uma distinção tão clara. Os trabalhos de Galves (1986b) e (1997) - o primeiro em resposta a

Lemle (1985) - abordam esse fenômeno. Também em relação a reflexivos (anáfora, na terminologia chomskiana), Franchetti (1997a e 1997b) levanta problemas sobre o que considerar um item anafórico.

Problemas na teoria do controle são examinados por Negrão (1989), a partir de dados do PB. Também o Princípio da Categoria Vazia (PCV) e o Princípio da Subjacência são discutidos por Lobato (1988b), com dados do PB.

As línguas indígenas também têm sido uma fonte de questões teóricas como, por exemplo, o problema levantado por Franchetto (1996) sobre o conceito de ergatividade; o problema do fenômeno da incorporação como um processo sintático levantado em Leite (1995); o problema da anáfora à longa distância discutido em Vieira (1997a).

Outra tarefa para os pesquisadores gerativistas é estudar como os diversos parâmetros postulados na teoria têm seus valores fixados em [+] ou [-] nas línguas. Os trabalhos brasileiros têm-se concentrado principalmente nessa tarefa, mas seus estudos apresentam uma característica própria. Além de estudos de cunho estritamente gerativista, com dados introspectivos, grande parte dos trabalhos são baseados em dados empíricos. Assim, em lugar de usar dados já estudados por outras vertentes teóricas ou usar exclusivamente dados de introspecção, nossa sintaxe sincrônica é rica em dados do dia-a-dia, que o lingüista grava ou escuta. Alguns autores assumem explicitamente "um casamento" entre a teoria gerativa e a metodologia variacionista, como é a linha seguida na UNICAMP por alguns professores, cujas idéias podem ser lidas em Tarallo & Kato (1989). Em trabalho mais recente de Ramos (1992 e 1997a), há uma reflexão sobre as afinidades e diferenças entre Chomsky e Labov. Foi essa forma de pesquisar que permitiu a Tarallo e Kato iniciar um projeto em diacronia, como se verá mais abaixo, e outro na área da Gramática do Português Falado⁵, mais especificamente de uma sub-parte desse projeto (Sintaxe II/Relações Gramaticais).

3. As linhas de pesquisa privilegiadas

Podem-se distinguir as seguintes linhas de pesquisa:

3.1. Estudos sobre a estrutura do português

⁵A Gramática como um todo foi idealizada e coordenada por Ataliba de Castilho (USP) e seus resultados podem ser vistos nos 6 volumes da *Gramática do Português Falado*, publicados desde 1990, pela Editora da UNICAMP, com suporte da FAPESP.

3.1.1. Relações léxico-sintáticas

Três trabalhos teóricos podem ser citados aqui: o de Lobato (1994a), o de Dillinger & Nascimento (1994) e o de Franchi (1997), que discutem, já numa visão Minimalista, a relação entre o léxico e a sintaxe, a possibilidade de eliminação do léxico como uma interface e a possibilidade das propriedades poderem ser deriváveis na interface da Forma Lógica com os sistemas conceituais-intencionais.

Nessa área da pesquisa se inscrevem os trabalhos de Whitaker Franchi (1989) acerca de verbos ergativos e de Caçado (1995a e 1995b) sobre verbos psicológicos. Outro trabalho na mesma linha é o de Viotti (1997) sobre as relações temáticas com o verbo *ter*. Usando a visão de Jackendoff (1990), Chagas de Souza (1997) analisa o caso dos causativos implícitos do PB.

Levantando a interessante questão da projeção de itens morfologicamente complexos como V-DO, Pires (1996) indaga sobre a natureza desse elemento. Também a estrutura argumental/temática problemática de adjetivos como *fácil* é analisada por Lobato (1989a). Outros casos de predicação não-verbal são analisados por Freitas (1991).

3.1.2. Sobre o Sujeito Nulo

A distribuição do Sujeito Nulo é um dos tópicos mais explorados. Os trabalhos sincrônicos são, em geral, de cunho teórico e procuram discutir o problema do licenciamento do sujeito nulo no PB, o qual, segundo o trabalho diacrônico de Duarte (v. abaixo), está deixando de ter uso referencial. São eles: o trabalho de Galves (1987), que já mostrava a diferença entre o licenciamento do sujeito nulo no PB e no PE; o de Figueiredo Silva (1996), que estuda o fenômeno em relação a uma proposta geral de estrutura da oração, atribuindo o valor de variável ao nosso sujeito nulo; o de Kato et alii (1996), que interpreta o sujeito nulo como um apagamento em Forma Fonética (FF); o de Galves (1993), que o analisa na perspectiva de sua hipótese geral de concordância fraca no PB; o de Negrão (1997a), que examina principalmente o fenômeno do sujeito nulo não-referencial, tratando-o como variável presa a um quantificador, em posição A'; o de Novaes (1996), que procura examinar as propostas anteriores, inclusive a proposta do sujeito nulo do tipo que têm as línguas de tópico zero, fazendo uma incursão pelo Minimalismo; e o de Nicolau (1995, 1997), que também procuram reinterpretar o fenômeno do licenciamento do sujeito nulo referencial numa perspectiva Minimalista. Consta, ainda, uma tese de mestrado de Mourão (1996) sobre esse mesmo tópico.

Com tipos diferentes de dados e de análise, esses trabalhos mostram que o tópico ainda está aberto a muitas discussões.

3.1.3. Sobre a Inversão Verbo Sujeito

Desde o trabalho clássico de Nascimento (1984), o problema da inversão VS no PB apresentou desafios. A restrição de mono-argumentalidade é demonstrada por Kato (1993a) como não sendo exclusiva da inversão livre, mas também abrangendo construções do tipo V2 e também as de deslocamento à direita com resumptivo nulo. A autora reanalisa todas essas ordens VS como falsas inversões. O tópico já merece um tratamento Minimalista em Vitral (1994), que o estuda em relação ao fenômeno da concordância. A inversão VS merece atenção ainda, no contexto de reduzidas de gerúndio, no estudo de Britto (1994), onde não há concordância. Um trabalho que procura verificar a relação entre o sujeito nulo e a inversão livre é o de Nicolau (1995), que analisa essas duas propriedades do parâmetro do sujeito nulo como fenômenos independentes.

Veja-se ainda o trabalho empírico sobre sujeito nulo e inversão no corpus NURC em Kato, Nascimento et alii (1996).

3.1.4. Sobre o objeto nulo no PB

Desde o trabalho de Huang (1984) para o chinês e de Raposo (1986) para o PE, a possibilidade de objeto nulo referencial passou a apresentar enorme interesse para a sintaxe brasileira, que contava com um objeto nulo de ocorrência muito menos restrita do que no chinês ou no PE. Wheeler (1981) já havia percebido esse fenômeno antes do advento da TPP, e Galves (1984) analisa o fenômeno dentro dessa linha, dando estatuto de pronome vazio a essa lacuna e refazendo essa análise (cf. Galves, 1989) ao longo de sua pesquisa. Kato (1993b) analisa o objeto nulo como um clítico nulo, e Kato (1996a) analisa o item lexical ele na posição de objeto como resultado de duplicação desse clítico nulo. Cyrino (1996), cujo trabalho diacrônico será visto mais adiante, faz uma retrospectiva dos estudos sobre o objeto nulo no português. Há também duas teses de mestrado abordando o assunto: a de Vanetti (1988) e a de Assunção (1993).

Além do objeto nulo, tem-se, ainda, os trabalhos de Cyrino (1997a e 1997b) sobre objetos indiretos nulos e eclipse de VP, fenômeno relacionado.

3.1.5. Sobre fenômenos nas margens sentenciais

As construções interrogativas, e o movimento do elemento-Q acompanhado ou não de V, mereceram um debate, na D.E.L.T.A., entre Kato (1987) e Lobato (1988c), tendo havido ainda um "follow-up" em Kato (1992). Miotto (1994) estuda o fenômeno, já dentro da proposta do critério-wh, de Rizzi (1991), de que o movimento do elemento-Q e o do verbo são morfologicamente determinados. O mesmo autor, (Miotto, 1997b), estudou, ainda, a correlação entre as formas com "é que" e "que". Ribeiro (1996a) trabalha com o mesmo tópico (o critério-wh, de Rizzi), já usando a noção de traços fortes e fracos, na visão minimalista. Uma análise empírico-gerativista pode ser vista em Sikansi (1994). O trabalho de Rocha (1990) já é uma comparação entre as interrogativas indiretas e as relativas livres. As interrogativas-Q foram ainda examinadas, em um estudo experimental sobre ilhas para extração, por Augusto (1994). O problema da extração é também examinado por Britto (1997a), que estuda o caso das copulares e suas estruturas inversas. Modesto (1995) faz uma análise original das clivadas e pseudo-clivadas. Sobre construções-Q, em geral, merece atenção ainda o estudo empírico de Kato, Braga et alii (1996), que analisa, em um só estudo, interrogativas, clivadas e relativas, em corpus oral.

Sobre tópico, ou deslocamento à esquerda, podem-se mencionar alguns trabalhos, deixando outros para a seção de estudos comparativos. Com base em um INFL implodido, Galves (1993) analisa o tópico como sujeito de AGR e associa o fenômeno ao enfraquecimento da concordância. Figueiredo Silva (1996), por outro lado, introduz o tópico em uma projeção acima do IP, em TopP, uma projeção distinta do lugar onde se posiciona o Foco sentencial. O trabalho de Modesto (1996) propõe que tanto Tópicos como Focos podem ser ou gerados in-situ, ou movidos para uma posição deslocada. Kato (1998) propõe o deslocamento como resultado de movimento de um predicado secundário, quando ele não apresenta um núcleo regente (tópico pendente).

3.1.6. Sobre a estrutura do DP

Há ainda estudos interessantes sobre a estrutura dos sintagmas nominais. A posição do possessivo e da frase genitiva PP é assunto de diferentes análises teóricas em Cerqueira (1995) e Müller (1996). O mesmo tema é tratado em Prado (1997). Pondé (1996) estuda a estrutura argumental dos denominais e Castro (1997) trata de categorias vazias no interior do DP. Em relação à ordem dos adjetivos, consta uma dissertação de mestrado sobre sua ordem, de Boff (1991) e um artigo de Nunes (1997). Sobre determinantes, consulte-se, ainda, o

trabalho de Guimarães (1997a).

Também a complementação do nome mereceu uma dissertação de mestrado. Trata-se de Jorge (1986), que revê a distinção entre complemento nominal e adjunto adnominal sob a luz da TPP.

3.1.7. Sobre complementação

Além do objeto nulo, há ainda outros estudos que lidam com domínio da complementação, tais como o estudo sobre complementos inacusativos/ergativos de Nuñez Costa (1989); de Nascimento e Kato (1995); de Duarte (1993); e de Negrão (1992), este para um tipo especial de construções inacusativas: as que contêm uma oração relativa.

Há ainda um interessante estudo sobre objetos nus de Saraiva (1996). De Matos (1991), tem-se um estudo sobre a complementação de verbos de percepção

Como não podia deixar de ser, complementos infinitivos merecem a atenção de vários estudiosos. Incluem-se aqui também aqueles que trabalham com o infinitivo em contextos que poderíamos chamar de adjunção, mas que podem ser tratados como completivas de preposição. Em ordem cronológica, tem-se: o trabalho de Ribeiro (1988, 1989); o de Galves (1992); o de Botelho Pereira & Roncarati (1993); o de Silveira et alii (1994); o de Luz (1994, 1997); o de Figueiredo Silva (1997) e o de Nunes & Raposo (1997). Sobre complementos subjuntivos, confira-se Santos (1996). Orações infinitivas e subjuntivas apresentam um problema comum de dependência nominal ou temporal, fenômeno estudado na sub-teoria de "Controle" na TPP. Estudos específicos sobre problemas de controle e complementação no PB são encontrados em Negrão (1986) e Negrão & Müller (1996). Um estudo sobre complementação predicativa é o de Gonçalves Pinto (1991), sobre o predicado verbo-nominal. Dentro do projeto da Gramática do Português falado, já mencionado, há um trabalho extenso sobre a complementação, no corpus NURC, de Dillinger, Galves, Pagotto e Cequeira (1996), com uma interpretação na linha da TPP.

Um tópico que também pode se enquadrar como sendo de complementação é o de Kato & Castilho (1991) que, pouco convencionalmente, tratam advérbios modalizadores como núcleos predicadores com uma sentença como complemento.

Embora não se possa caracterizar como complementação no sentido estrito, inclui-se aqui também o trabalho sobre construções comparativas de Menezes (1989).

3.1.8. Sobre a inter-relação sintaxe-morfologia

Muitos estudos diagnosticam algum fenômeno sintático como relacionado à morfologia fraca do PB. Mas há também trabalhos que focalizaram a concordância como o principal fenômeno. Um dos trabalhos é o de Botelho Pereira (1984), sobre gênero e número no PB. Outro trabalho é o de Lobato (1994b) sobre a interpretação de uma análise variacionista de concordância nominal sob a ótica da TPP.

Trabalhos sobre clíticos são os que tipicamente trabalham com um problema morfo-sintático. Mas o problema intrigante é a sua posição. Por que teríamos, nas línguas românicas, a célebre Lei de Tobler-Mussafia, que exigia clíticos em segunda posição, da mesma forma que nas línguas germânicas há o requisito do verbo em segunda posição? Que núcleo funcional é responsável pelo seu posicionamento? A posição original do objeto é ocupada por um vestígio ou um pro? Por que algumas línguas admitem ênclise e outras não? Qual a diferença entre um pronome fraco e um clítico?

Todas ou algumas dessas questões estão envolvidas nos trabalhos sobre clíticos. É o caso dos trabalhos de Galves, nesses últimos anos. Veja também o trabalho de Silveira (1996).

Um trabalho interessante é o que envolve o comportamento curioso do pronome você e suas variantes ocê e cê. Vitral (1996) trata o problema do ponto de vista da gramaticalização e Ramos (1997b) considera que o estatuto de cê é de um clítico. Nunes (1994b) mostra que há, na verdade, uma redução fonológica geral do paradigma dos pronomes nominativos e Kato (1996b) propõe que o PB tem nesses pronomes enfraquecidos o seu paradigma de pronomes fracos, havendo semelhança com o que houve no francês antigo (JOU>je).

O problema da realização morfológica de caso é um tópico abordado por Ramos (1997c) trabalhando com sintagmas nominais quantificados.

Incluimos sob esse tópico também o estudo sobre passivas de Chaves (1997), cujo tratamento enfatiza o papel das categorias funcionais.

A morfologia está intimamente ligada à conceituação de categorias. Além disso, um dos problemas que toda teoria sintática formal enfrenta é o de definir o conjunto de categorias. A definição de certas categorias enfrenta um problema maior do que a definição de outras. É o caso, por exemplo, da classe dos advérbios⁶ e das preposições.

Assim, dentro desse tópico podemos citar o de Salles (1992) que distingue PPs selecionados e não selecionados pelo núcleo verbal. Também Berg (1996) discute a natureza categorial das preposições. Sobre a classe dos advérbios, há ainda o trabalho de Oliveira (1996). Outro estudo é o de Moutella (1995) sobre o gerundivo, que a autora define como um núcleo Aspectual.

3.2. Estudos Comparativos

3.2.1. Sobre sujeito nulo

O trabalho de Duarte (1997) compara o fenômeno do sujeito nulo no PB e no PE e o de Oliveira (1997) o compara com o italiano. Ambos os trabalhos mostram que o PB privilegia o preenchimento.

3.2.2. Sobre as margens sentenciais: as chamadas posições A'

Esse tópico também tem merecido uma certa atenção na sintaxe comparativa do PB. Desde o trabalho clássico de Pontes (1987), o PB tem sido comparado às línguas orientais, como uma língua de proeminência de tópico. Isto quer dizer, em termos da TPP, que há um uso irrestrito de deslocamento à esquerda, propriedade essa correlacionada com a possibilidade de objeto nulo referencial. Kato (1989), comparando o PB com o japonês, analisa o sujeito posposto e interno a VP como correlato ao sujeito com -ga em japonês e o sujeito externo a VP como correlato ao sujeito com -wa, correspondendo essas distinções à oposição juízo categórico vs. tético de Kuroda (1976). No estudo de Kato & Raposo (1996), os autores comparam construções de foco, de tópico e interrogativas do PE e do PB. Retomando a visão de Kuroda (op. cit.), temos o trabalho de Britto (1996), que propõe SP como o lugar do deslocado e analisa as estruturas com deslocamento, no PB, como a representação do juízo categórico.

As orações interrogativas, com pronome interrogativo, foram analisadas,

⁶ V., por exemplo, os trabalhos sobre advérbios em: CASTILHO, A. (org.) (1990) e ILARI, R. (org.) (1992).

do ponto de vista comparativo, em três línguas românicas, por Mioto (1989): o espanhol, o PE e o PB. Essas mesmas construções mereceram, ainda, um estudo de Menuzzi (1994), que compara PB e PE, atribuindo à existência ou não do movimento do verbo para COMP um valor paramétrico.

Há ainda um trabalho sobre relativas em Zuiani (1988).

3.2.3. Sobre a estrutura da oração: posição de advérbios e quantificadores

Quando o assunto é a estrutura da oração e o movimento do verbo, a comparação com línguas que movimentam ou não o verbo é inevitável. Como vimos acima, na seção 3, a posição dos advérbios e quantificadores tem sido usada como diagnóstico da posição do verbo na sentença. Vários estudos abordam esse tema no PB, numa abordagem comparativa, dentre eles: Galves (1990); Vitral (1992); Kato & Nascimento (1996) e Figueiredo da Silva (1996). O interesse do tópico reside no fato de que o PB apresenta mais posições do que o inglês e o francês para posicionar os advérbios e os quantificadores flutuantes. Análises alternativas, com diferentes formas de implodir o núcleo flexão, são apresentadas.

No domínio da complementação por dois objetos, temos ainda os estudos de Scher (1996, 1997) e os de de Salles (1996a, 1996b, 1997) que comparam o português e o inglês.

Entre os estudos comparativos sobre a estrutura interna dos DPs temos os de Lobato (1989b e c), que comparam o PB com o francês. Outro estudo de Lobato (1993) estuda a colocação dos adjetivos do inglês e do português.

Na sub-área da morfologia de caso, temos Duarte (1987) sobre as passivas no português e no inglês; um estudo comparativo de Groppi (1997) sobre pronomes no PB e no espanhol do Uruguai; e uma tese de mestrado, de Luize (1997), sobre o PB e o PE açoreano falado em Santa Catarina. Sobre clíticos, temos Galves (1994), comparando o PB com o PE.

3.3. Estudos diacrônicos

No Brasil, o estudo da gramática na perspectiva diacrônica levantou interesse no período, em vista das enormes controvérsias sobre a existência ou não de um idioma brasileiro. Vários pontos dessa controvérsia podem ser recuperados em Tarallo (1993), para quem só um estudo rigoroso da língua, em

seus aspectos estruturais, pode responder lingüísticamente se temos ou não uma nova gramática. Contudo, uma vez que a visão paramétrica só faz previsões sobre propriedades de construções gramaticais, ela não entra na discussão sócio-lingüística sobre identidade lingüística. O francês antigo tinha propriedades diferentes do francês moderno, como se pode ver no estudo clássico de Adams (1987) e de Roberts (1993a), que alegam ter havido aí uma mudança paramétrica. Continua-se a assumir, contudo, que se trata da mesma língua externamente definida, embora internamente se trate de gramáticas distintas. O trabalho de Vilanova (1989) também estuda mudanças na ordem do francês antigo.

Alguns estudos diacrônicos vão até o latim, como é o caso do estudo de Lemle(1987) sobre a ordem no latim e em Camões. Em outro trabalho, Oliveira (1992) estuda o aparecimento do artigo definido no latim vulgar português.

Os estudos do português arcaico que aqui relatamos, embora escritos na visão da TPP, tiveram o sólido suporte de Mattos e Silva, na seleção e leitura dos textos. São eles os trabalhos de Ribeiro (1993, 1995, 1996b), principalmente sobre a ordem dos constituintes; e o de Augusto & Guimarães (1996), sobre o sujeito na Carta de Caminha. Parecem ter sido exatamente as mesmas propriedades do francês antigo que se perderam no português, conforme diz Roberts (1993b), embora em período de tempo muito maior.

Os demais estudos tomam principalmente os dados do clássico para o presente.

Continuando o tema da ordem dos constituintes temos os trabalhos de Torres Morais (1993, 1995, 1997), para as declarativas, e os de Duarte (1992) e Lopes Rossi (1993, 1996) ,para as interrogativas. Na pesquisa dessas autoras, observa-se a perda das propriedades V2. Torres Morais, em seus trabalhos, aborda a posição dos clíticos, tópico que é amplamente investigado em outros trabalhos. Outro trabalho da autora é o que aborda a história da construção de topicalização (Torres Morais 1996). Lopes Rossi verifica não só a perda do movimento do verbo, mas do próprio pronome interrogativo-Q. Seu trabalho faz ainda uma análise das interrogativas com o expletivo "é que", derivando-as de orações clivadas. Discutindo esse trabalho e o de Kato & Raposo (1996), que deriva a forma "O que que aconteceu" de "O que é que aconteceu", Miotto & Figueiredo Silva (1995) apresentam uma crítica a essa análise.

Andrade Berlinck (1995) estuda a perda da ordem VS nos vários contextos

(V1, V2, V3), já mais próximo do presente, e confirma a hipótese de Tarallo & Kato (1989) de que os inacusativos são o domínio de resistência da mudança.

A seguir, temos os trabalhos sobre clíticos. Um dos primeiros trabalhos a mostrar a perda dos clíticos é o de Albuquerque (1982), que estuda o caso do dialeto mineiro. Esse fenômeno é observado como um fato mais geral dos clíticos no PB por Pagotto (1992) e como um fato mais específico do clítico de terceira pessoa por Cyrino (1994). No primeiro se estuda mais a fundo a perda do movimento do clítico e no segundo a forma como o objeto nulo foi ampliando o seu domínio. Nunes (1993) dá uma interpretação fonológica da perda do clítico. Esse autor é também conhecido por seus trabalhos sobre o "famigerado se" (Nunes, 1990, 1995). Um deles mostra a perda da passiva com se em favor das construções com o se impessoal e o outro estuda a perda do anafórico se. Há ainda o estudo de Britto (1997b) sobre os clíticos nos séculos XVIII a XIX. Trabalhos teóricos de interpretação dos fatos diacrônicos do clítico no português são os de Galves, como, por exemplo, Galves (1996).

Os estudos de Duarte (1993 e 1995) descobrem a perda diacrônica e em tempo real do sujeito nulo referencial no PB, atribuindo essa mudança à redução do paradigma de concordância. Negrão & Müller (1996) contestam a tese da mudança defendida por Duarte, trabalhando também com os pronomes possessivos e nulos. O trabalho de Cyrino, Duarte e Kato (1996) relaciona a perda do sujeito referencial nulo do PB com o aumento do objeto referencial nulo, mostrando que as duas mudanças obedecem a um mesmo critério de lexicalização: a hierarquia de referencialidade. Tomando os estudos de Duarte (ops. cit.) para sujeito nulo e o de Cyrino (op. cit.) para objeto nulo, Oliveira (1995) analisa as pro-formas assertivas (respostas curtas), que no PB podem aparecer expressas por um núcleo verbal, conforme línguas que podem ter esses dois argumentos omissos, constatando que a cópula, em sua forma invariante *É*, vem substituindo os outros verbos.

No domínio dos sintagmas nominais, temos o estudo de Cerqueira (1993) sobre a mudança no paradigma dos possessivos. Há também o artigo de Kato (1993c), que propõe uma análise nova para as relativas resumptivas e cortadoras, derivando-as de extração da posição de deslocamento. Um outro estudo é o de Carvalho (1992) sobre a diacronia do verbo *ser*.

O trabalho de lingüística histórica de Almeida (1985) faz um estudo interessante acerca das classes de palavras, discutindo as oscilações encontradas em sua classificação nos compêndios gramaticais. Este estudo

sugere que tais oscilações não parecem ser um fenômeno acidental, podendo ser o fato atribuído à reanálise de tais categorias.

3.4. Estudos sobre línguas indígenas brasileiras

Os estudos indígenas na linha da TPP iniciaram-se com a tese de doutorado de Daniel Everett (1983).

É surpreendente o interesse que a teoria da TPP despertou nos estudiosos das línguas indígenas, principalmente para os pesquisadores do Museu Nacional do Rio de Janeiro, tradicionalmente conhecido pelas suas pesquisas sobre as línguas e a cultura de nossos índios.

O grupo desenvolve presentemente um estudo comparativo da sintaxe e morfologia das línguas Kuikuro, Guarani, Karajá e Tikuna, no que diz respeito à estrutura da cláusula e à linearização em sua ordem SOV, já na visão minimalista de Kayne (1994) e Chomsky (1993).

Cada um dos autores, especialista em alguma dessas línguas, ou mais de uma, conduz, além disso, um estudo aprofundado da sintaxe e morfologia de sua língua-objeto. Assim, temos os trabalhos de Maia 1997a, b e c) e Maia (1998, 1999) sobre a estrutura clausal, o movimento-wh e a dêixis espacial e empática do Karajá; os de Franchetto (1990, 1994, 1996) sobre a ergatividade do Kuikuro; os de Facó Soares (1989) sobre ordem, caso e movimento no Tikuna; os de Leite (1991, 1994) sobre a causatividade, a não-configuracionalidade, atividade/ergatividade e a incorporação nominal no Tapirapé; e finalmente os de Vieira (1989, 1995a e b, 1997 a, b e c) sobre a língua Assurini, em seus aspectos não-configuracionais, quantitativos e de marcação de caso. Há ainda vários trabalhos em co-autoria de Leite & Vieira (1990, 1995 e 1996), com conteúdo comparativo.

Em outras universidades, verifica-se também um trabalho com línguas indígenas na linha da TPP. É o caso de Pereira (1992), que trabalhou com o Maxacali; o de Lovato do Nascimento (1995) sobre o Kaingang; os de Aguiar (1988, 1994), sobre o Katukina; e o de Pires (1992) sobre a língua Jeromiti.

Dois trabalhos estudam a categorização das palavras em línguas indígenas para a função de expressão de atributo. São eles os de Viana (1995) e o de Oliveira (1995) sobre as línguas Karajá e Ibibo, respectivamente.

3.5. Estudos sobre outras línguas

Embora sejam poucos os trabalhos sobre outra língua, diferente do PB ou de uma língua indígena, tais trabalhos são importantes do ponto de vista teórico e também descritivo.

Os primeiros são os de Ilari & Franchi (1985) e Franchi & Ilari (1986) sobre clíticos e inversão no bielês, parte de um projeto maior sobre esse dialeto italiano. O segundo é o de Duarte (1994) sobre o fenômeno das preposições desacompanhadas do inglês e o terceiro, da mesma autora (Duarte, 1990), sobre reanálise. O próximo é um artigo do lituano, de Nunes (1994a) sobre a concordância no particípio, já na ótica Minimalista. Outro trabalho, de mestrado, que trata de concordância é o de Schlachter (1996) que trabalha com o dialeto alemão renano-palatino, também dentro do Minimalismo. Há ainda outro trabalho de mestrado, de Figueiredo Silva (1988), sobre clíticos no galego.

Constam também duas teses de mestrado, uma sobre a ordem no alemão (Weichel, 1997) e outra sobre a sintaxe histórica do francês (Vilanova, 1989).

3.6. Estudos nas interfaces

Com as mudanças operadas a partir do Minimalismo, os níveis de Forma Lógica (FL) e de Forma Fonética (FF) passam a ser os únicos níveis conceitualmente necessários. Embora alguns dos trabalhos citados não trabalhem ainda sob essa ótica, já os classificaremos como trabalhos nas interfaces devido à sua natureza. Consideraremos como relevantes no nível de FL os trabalhos que dizem respeito a escopo como é o caso da negação e de quantificadores. Quanto a trabalhos na interface sintaxe-fonologia, incluiremos aqui os trabalhos que analisam algum fenômeno do ponto de vista sintático e fonológico ou prosódico.

Dos trabalhos que têm a ver com a interface FL, valem menção os trabalhos de Miotto (1992, 1997a e 1997b), que analisam a estrutura da negação. Sobre quantificadores, um trabalho exaustivo e profundo é o de Negrão (1997b) usando a teoria de múltiplos núcleos funcionais para os vários tipos de expressão quantificada.

Dos trabalhos que têm a ver com a FF, vale menção aqui o trabalho de Galves & Abaurre (1996) sobre os clíticos no PB contemporâneo; o de Callou et alii (1993) sobre a sintaxe e a prosódia de sentenças com topicalização e com

deslocamento à esquerda; o de Leite et alii (1996) sobre a prosódia de construções com tópicos e adjuntos; e o de Kato (1996b) sobre a correlação ótima entre traços fonológicos e traços semânticos na mudança e aquisição da língua. Nessa interface situa-se também o projeto interdisciplinar "Padrões prosódicos, fixação de parâmetros e mudança gramatical", coordenado por Antônio e Charlotte Galves, do qual um dos trabalhos em circulação é Galves & Galves (1995), que propõe uma modelagem matemática da relação da prosódia com a sintaxe na mudança da colocação de clíticos no português europeu.

Um trabalho de reflexão teórica sobre a sintaxe e a prosódia na perspectiva Minimalista é o de Guimarães (1997b).

III. Terceira parte: os anos de 1998 e 1999

Nesta seção alistamos os últimos títulos publicados que nos chegaram às mãos depois do artigo pronto, razão por que os trabalhos aparecem apenas listados.

1. Estrutura do português brasileiro

ABAURRE, M. B. and C. GALVES (1998) As diferenças rítmicas entre o português europeu e o português brasileiro: uma abordagem otimalista e minimalista. *D.E.L.T.A* **14**: (2): 377-403.

ABREU, S. P. (1998) *A negação sentencial: da teoria de princípios e parâmetros para o programa minimalista: uma investigação através do Português Brasileiro*. Tese de Doutorado. PUC-RGS.

CASSANDRO, M.; P. COLLET; A. GALVES; and C. GALVES (1999) A Statistical-Physics approach to language acquisition and language change. *Physica A* **263**: 427-437.

CHAVES, T. R. A. P. (1999) *Construções participiais do português do Brasil*. USP: Dissertação de Mestrado.

CYRINO, S. M. L. (1998) O objeto indireto nulo no português brasileiro. *Signum* **1**: 35-54.

_____ (1999) A categoria "INFL" no Português Brasileiro. *Estudos Lingüísticos* **XXVIII**: 449-454.

FILETTI, E. (1999) *O fenômeno dos objetos implícitos nos verbos no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado, UFMG.

FRANCHI, C.; E. V. NEGRÃO; E. S. VIOTTI (1998) Sobre a Gramática das Orações Impessoais com Ter/Haver. *Revista D.E.L.T.A.* **14**, N.º Esp.: 113-140.

- KATO, M. A. (1999) Construções de deslocamento à esquerda e o parâmetro do sujeito nulo. *Atas do Congresso Internacional organizado por motivo dos vinte anos do português no ensino superior*. Universidade Eotvos Lorand, Budapest: 207-223.
- _____ (1999) Strong and weak pronominals in the null subject parameter. *PROBUS* 11 (1): 1-38.
- LOBATO, L. (1999) Sobre a forma do particípio do português e o estatuto dos traços formais. *D.E.L.T.A.* 15 (1): 113-140.
- MENUZZI, S. M. (1999) *Binding Theory and Pronominal Anaphora in Brazilian Portuguese*. Ph.D. Dissertation. University of Leiden.
- MIOTO, C. (1998) Aspectos da sintaxe da negação. *Estudos Lingüísticos* XXVII: 745-748.
- _____ (1998) Tipos de negação. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 34: 103-117.
- NAVES, R. R. (1998) *Aspectos sintáticos e semânticos das estruturas com verbos psicológicos*. Dissertação de Mestrado. Brasília, UnB.
- NEGRÃO, E. V. (1999) *O Português Brasileiro: uma língua voltada para o discurso*. USP: Tese de Livre-docência.
- NICOLAU, E. M. D. (1998) Sobre a Caracterização do Sistema Flexional do Português Brasileiro. Gonçalves, G. & G. Ravetti (eds.) *Lugares Críticos*. Belo Horizonte, MG, Orobó Edições: 19-55
- RIBEIRO, I. (1998) O verbo: suas representações temáticas e sintáticas. *SITIENTIBUS* 8. UEFS: 83-91.
- RODRIGUES, C. (1998) *Aspectos sintáticos e semânticos da construção média: um estudo comparativo*. Dissertação de Mestrado. Brasília, DF, UnB.
- SALLES, H. M. M. L. (1999) Construções de Objeto Duplo em Português. *Estudos Lingüísticos* 28.
- SANTOS, C. B. L. (1998) *Algumas questões sobre a construção existencial e sua análise face a dados do português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Brasília, DF, UnB.
- VIOTTI, E. C. (1999) *A Sintaxe das Sentenças Existenciais do Português do Brasil*. São Paulo, SP, USP: Tese de Doutorado.

2. Estudos diacrônicos do português

- CYRINO, S. M. L. (1998) Um plano para a sintaxe diacrônica do português brasileiro". In: A. T. Castilho (org.) *Para a história do português brasileiro*. Vol. I: Primeiras idéias. São Paulo, SP, Humanitas: 89-99.

- DUARTE, M. E. L. (1998) Left-Dislocated Subjects and Parametric Change in Brazilian Portuguese. *Proceedings of the 16th International Congress of Linguists*. (Paris, França) Cd-Rom, Session Syntax.
- ____ (1999) A Sociolinguística Paramétrica: Perspectivas. In: Hora, D. da & E. Christiano (orgs.) *Estudos Lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia: 107-114.
- FOLTRAN, M. J. G. D. *As construções de Predicação Secundária no Português do Brasil. Aspectos Sintáticos e Semânticos*. São Paulo, SP, USP: Tese de Doutorado.
- RIBEIRO, I. (1998) *A mudança sintática do PB é mudança em relação a que gramática? Para a história do português brasileiro. Vol. 1: Primeiras idéias*. São Paulo: Humanitas Publicações / FFLCH/USP: 101-119.
- ____ (1998) Diferenças sintáticas entre o galego e o português dos séculos XIII e XIV. *Atas do Simpósio de Língua e Imigração Galegas na América Latina*: 65-86.
- RODRIGUES, G. F. S. (1998) Reestruturação nas Mini-orações. Dissertação de Mestrado, UFMG.
- TORRES MORAIS, M. A. (1998) Para uma Abordagem Diacrônica do Português Brasileiro". In: CASTILHO, A. (org.) *Para a História do Português Brasileiro. Vol I. Primeiras Idéias*. Ed. Humanitas. FAPESP.
- VITRAL, L. (1999) A Negação: Teoria da Checagem e Mudança Lingüística. *D.E.L.T.A.* **15** (1): 57-84.

3. Línguas Indígenas

- MAIA, M. et alii (1998) Comparação de Aspectos da Gramática em Línguas Indígenas Brasileiras. *D.E.L.T.A.* **14** (2): 349-375.
- ____ (1999) A Estrutura da Oração em Línguas Indígenas Brasileiras. *D.E.L.T.A.* **15** (1): 01-26.
- SÂNDALO, F. (1997) A Grammar of Kadiwéu with special reference to the Polysynthesis Parameter. MIT *Occasional Papers in Linguistics* **11**. 163 páginas.
- ____ (1999) Categorical Projections and Phrase Structure in Kadiwéu. In: Leora Bar-el, Rose-Marie Déchaine & Charlotte Reinholtz (orgs.) *Papers from the Workshop on Structure & Constituency in Native American Languages*. MIT Occasional Papers in Linguistics **17**: 149-164.
- ____ (1999) Ergatividade Cindida em Kadiwéu e o Morfema Relacional. III Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul, Porto Alegre, 18-21 de agosto.

4. Teoria sintática

- CYRINO, S. M. L. (1998) Sobre o componente morfológico e a forma da gramática. *Estudos Lingüísticos XXVI* (GEL), p. 586-591.
- _____. (1998) Sobre a forma da Gramática. *Boletim do CCH* **35**: 73-90, 1998.
- FRANCHI, C.; E. V. NEGRÃO & A. L. MÜLLER (1998) Um Exemplo de Análise e Argumentação. In: *Sintaxe - Revista da ANPOLL* **5**: 37-63.
- MIOTO, C. (1998) Preposições: núcleos funcionais ou lexicais? In: L. Cabral, L. Grimm & E. Gorski (eds.) *Lingüística e Ensino*. Florianópolis, Insular: 165-179.
- NUNES, J. (1998) Some Notes on Feature Mismatch. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* **34**: 33-40.
- NUNES, J. (1998) The Copy Theory of Movement and Linearization of Chains in the Minimalist Program: Summary by the Author. *GLOT International* **8** (3): 16-17.
- _____. (1998) Bare X'-Theory and Structures Formed by Movement. *Linguistic Inquiry* **29** (1): 160-168.
- _____. (1999) Some Notes on Procrastinate and Other Economy Matters. *D.E.L.T.A.* **15** (1): 27-55.
- VITRAL, L. (1999) A Negação: Teoria de Checagem e Mudança Lingüística. *D.E.L.T.A.* **15** (1): 57-84.

IV. Quarta Parte: Considerações finais

Uma olhada nos dados desta retrospectiva mostra que, de uma década de setenta tímida, entramos com toda força na década de oitenta e noventa.

A quantidade de professores visitantes dos Estados Unidos e Europa mostra que o país se abre para fora, não só para ouvir, mas também para ser ouvido. A importância do contingente formado no exterior está na ponte que eles estabelecem entre o centro onde fizeram seu doutorado e a instituição à qual eles se filiam.

O grupo de gerativa é hoje um grupo respeitado, não só pelo rigor formal de seus trabalhos estritamente gerativistas, mas pelo que ele tem conseguido produzir no campo empírico, seja em forma de diacronia, seja em forma de gramática da fala, seja na descrição de línguas indígenas. Isso para não falar das contribuições na área da psicolingüística.

Assim, esta retrospectiva mostrou que, enquanto a sintaxe se torna cada vez menor, "minimalista", o número de pesquisadores nessa linha aumenta em

tamanho e expressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, M. (1987) *Old French, Null Subjects and Verb Second Phenomena*. Ph.D. Dissertation. UCLA.
- AGUIAR, M. S. (1988) *Elementos de Descrição Sintática para uma Gramática do Katukina*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP; (1994) *Análise Descritiva e Teórica de Alguns Aspectos da Língua Katukina Pano*. Tese de Doutorado. UNICAMP.
- ALBUQUERQUE, A. C. R. C. (1982) *A Perda dos Clíticos num Dialeto Mineiro*. Dissertação de Mestrado. UFRJ.
- ALKMIN, T. M. (1975) *A classe difícil de predicados adjetivais do português*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- ALMEIDA, L. Q. (1977) *Os reflexivos em português*. Dissertação de Mestrado. UnB.
- ALMEIDA, M. L. L. (1985) *Preposição, Advérbio e Conjunção: um estudo de reanálise*. Dissertação de Mestrado. UFRJ.
- ALVARENGA, D. (1981) *Interrogativas indiretas no português*. Dissertação de Mestrado. UFMG.
- ALVES, M. C. M. (1975) *A redução anafórica*. Dissertação de Mestrado. PUC-Campinas.
- ANDRADE BERLINCK, R. (1995) *La Position du sujet en Portugais*. Tese de Doutorado. Katholieke Un. Leuven/UNICAMP.
- ARRAIS, T. C. (1981) *Predicação com verbos denominais em português*. *Anais do V Encontro Nacional de Linguística*. Rio de Janeiro, PUC-RJ.
- ARRUDA, V. M. B. (1978) *As passivas de estado e de mudança de estado em português contemporâneo*. Dissertação de Mestrado. UnB.
- ASSUNÇÃO, L. (1993) *As Estruturas de Objeto Nulo sob a Perspectiva da Teoria de Princípios e Parâmetros*. Dissertação de Mestrado. UFMG.
- AUGUSTO, M. R. A. (1994) *Fatores Envolvidos na Extração dos Adjuntos-Q*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- ____ & M. GUIMARÃES (1996) *O sujeito*. In: Mattos e Silva, R.V. (org.)
- AZEVEDO, M. G. C. M. (1977) *Sobre o verbo "começar" em português*. Dissertação de Mestrado. UFRJ.
- AZEVEDO, M. M. (1973) *On passive sentences in English and Portuguese*. Ph.D. Dissertation, Cornell University.
- BARBARA, L. (1975) *A Sintaxe do Modo Verbal*. Tese original de 1971, São Paulo, SP, Ática.
- BARROS, A. R. M. P. (1977) *Aspectos da complementação de uma classe de*

- verbos de percepção*. Dissertação de Mestrado. Unicamp.
- BERG, M. B. (1996) *A Natureza Categorical da Preposição*. Dissertação de Mestrado. UFMG.
- BERTHIER, L. O. (1974) *Dar, fazer, ter, tomar, ser e estar: comportamento sintático-semântico de uma classe de verbos*. Dissertação de Mestrado. UFRJ.
- BISOL, L. (1972) *Predicados complexos do português*. Dissertação de Mestrado. UFRJ.
- BITTENCOURT, V. (1979) *A Posposição de Sujeito em Português*. Dissertação de Mestrado, UFMG.
- BOFF, A. (1991) *A Posição dos Adjetivos no interior dos Sintagmas Nominais*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- BOTELHO PEREIRA, M. A. (1984) *Gênero e Número em Português: um estudo da relação forma e sentido*. Tese de Doutorado. UFRJ.
- BOTELHO PEREIRA, M. A. & C. N. RONCARATI (1993) O caso do sujeito em orações infinitivas introduzidas por 'para' no português do Rio. *D.E.L.T.A.* 9 (1): 15-30.
- BRANCO, M. C. (1979) *O particípio passado como pré-modificador em inglês*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP.
- BRANDON, F. (1976) Quantificação e negação em português. *Revista Brasileira de Lingüística* 3 (1). Ano II: 92-108.
- BRENNER, T. M. (1977) *O modelo de Klima e a dupla negação em português*. Dissertação de Mestrado. UFRGS.
- BRISOLLA, S. S. (1980) *As construções SN-Adj-SPrep em português: um problema difícil de resolver*. Dissertação de Mestrado. UnB.
- BRITTO, H. S. (1994) *Reduzidas de Gerúndio: teoria do caso e inversão verbo/sujeito*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- _____ (1996) Sentenças com tópico no PE, PB e Inglês: um estudo acerca das construções de deslocamento. Comunicação apresentada no *XI Encontro Nacional da ANPOLL*. Junho de 1996, João Pessoa.
- _____ (1997a) Canonical and inverted copular sentences and restriction to the presence of the subject. Comunicação apresentada no *VII Colóquio de Gramática Gerativa*. Abril de 1997. Oviedo, Espanha.
- _____ (1997b) Clitic placement in the history of European Portuguese between the XVIIIth and XIXth centuries. Comunicação apresentada em *The XIII International Conference on Historical Linguistics*. Agosto, 1997. Düsseldorf.
- CALLOU, D.; J. MORAES; Y. LEITE; M. A. KATO; C. T. de OLIVEIRA E COSTA; M. ORSINI & V. RODRIGUES (1993) Topicalização e deslocamento à esquerda: sintaxe e prosódia. In: Castilho, A. (org.)

- (1993) (op. cit. n.º 32).
- CÂMARA JR., J. M. (1967) O estruturalismo lingüístico. *Tempo Brasileiro*, **15-16**: 5-44.
- CAMPOS, E. (1977) *Pronomes possessivos em português*. Dissertação de Mestrado. UnB.
- CANÇADO, M. (1995a) *Relações Estruturais e Semânticas dos Verbos Psicológicos*. Tese de Doutorado. UNICAMP.
- _____ (1995b) A teoria da proeminência de Grimshaw e os psico-verbos do português brasileiro. *D.E.L.T.A.* **11** (2): 279-299.
- CARDOSO, S. H. B. (1976) *O processo de relativização em diferentes registros do português*. Dissertação de Mestrado. PUC-Campinas.
- CARVALHO, M. B. (1975) *Regras de 'foregrounding': evidência do português*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- CARVALHO, O. L. S. (1992) *O Verbo Ser na diacronia do português: 3 séculos em estudo*. Dissertação de Mestrado. UnB.
- CASTILHO, A. (org.) (1990) *Gramática do Português Falado, Vol. I: A Ordem*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo: FAPESP.
- CASTRO, @. (1997) *A Categoria Vazia no Sintagma Determinante: licenciamento sintático e implicação semântica*. Dissertação de Mestrado. UFRJ.
- CAVALCANTE, M. P. (1972) *Um estudo sobre a formação de 'tags' no português*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP.
- CERQUEIRA, V. (1993) A forma genitiva 'dele' e a categoria de concordância (AGR) no português brasileiro. In: Roberts, I. & M. A. Kato (orgs.): 129-162.
- _____ (1995) *A Sintaxe do Possessivo no Português Brasileiro*. Tese de Doutorado. UNICAMP.
- _____ (1984) *O presente simples e progressivo do inglês e o presente do indicativo e progressivo do português: um estudo comparativo*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP.
- CHAGAS DE SOUZA, P. (1997) As causativas implícitas do Português do Brasil. *Anais do XXVI Seminário do GEL*: 195-201.
- CHAVES, T. R. A. P. (1997) A sintaxe das construções de voz passiva no Português do Brasil. *Seminários de Lingüística*, FFLCH-USP.
- CHOMSKY, N. (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge: Mass. MIT Press.
- _____ (1993) A minimalist program for linguistic theory. In: K. Hale & S. J. Keyser (eds.) *The View from Building 20*, Cambridge: Mass. MIT Press.
- COHEN, M. A. A. (1982) *Orações restritivas em português*. Dissertação de

Mestrado. UFMG.

- CORÔA, M. L. M. S. (1983) *O tempo nos verbos do português: Uma introdução à sua interpretação semântica*. Dissertação de Mestrado. UnB.
- CUNHA, M. A. F. (1978) *Sobre os tratamentos transformacionista e léxico-interpretativo das construções passivas em português*. Dissertação de Mestrado. UnB.
- CYRINO, S. M. L. (1993) Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: Roberts, I. & M. A. Kato (orgs.) (*op. cit.* n.º 45).
- _____ (1994) *O objeto nulo no Português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Campinas, SP, UNICAMP, Ph.D. Dissertation.
- _____ (1996) O objeto nulo do português brasileiro. *D.E.L.T.A.* **12** (2): 221-238.
- _____ (1997a) Objeto indireto nulo e 'dative shift'. *Anais do XXVI Seminário do GEL*: 466-471.
- _____ (1997b) Objetos nulos e elipse de VP. *Anais do I Encontro do CELSUL*: 595-603.
- CYRINO, S. M. L.; M. E. L. DUARTE & M. A. KATO (1996) Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. *NWAVE XXV*, Las Vegas. University of Nevada.
- DE FILIPO, F. (1977) *A supressão de constituinte coordenado em português*. Dissertação de Mestrado. UFMG.
- DECAT, M. B. N. (1978a) Sujar: um ou dois verbos. *Ensaio de Lingüística* **1**: 9-19.
- _____ (1978b) Movimento de Sintagma Nominal Interrogado em português. Dissertação de Mestrado. UFMG.
- _____ (1980) Interrogativa múltipla: condições sobre o movimento do sintagma interrogado. *Ensaio de Lingüística* **3**: 56-71.
- DILLINGER, M.; C. GALVES, E. PAGOTTO & V. CERQUEIRA (1996) Padrões de complementação na gramática do português falado. In: M. A. Kato (org.).
- DILLINGER, M. & M. Nascimento (1994) The role of the lexicon in the syntax/ semantics interface. Comunicação apresentada no *I Encontro Internacional da ABRALIN*, Salvador.
- DUARTE, M. E. L. (1992) A perda da ordem V(erbo) S(ujeito) em interrogativas qu- no português do Brasil. *D.E.L.T.A.* **8** (Especial): 37-52.
- _____ (1993) Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: Roberts, I. & M. A. Kato (orgs.): 107-128.
- _____ (1995) *A Perda do Princípio "Evite Pronome" no Português Brasileiro*. Tese de Doutorado. UNICAMP.

- ____ (1997) O sujeito nulo no português europeu e no português brasileiro. Comunicação apresentada no *XLV Seminário do GEL*. Maio de 1997, UNICAMP.
- DUARTE, Y. (1987) *As Construções Passivas do Português e do Inglês: um estudo comparativo*. Tese de Doutorado. PUC-SP.
- ____ (1990) A reanálise de V+P nas passivas do inglês: uma proposta alternativa. *Anais do IV Encontro Nacional da ANPOLL*: 853-62. São Paulo.
- ____ (1993) A hipótese inacusativa e as evidências do português. *D.E.L.T.A.* **9** (1): 31-58.
- ____ (1994) As construções desacompanhadas no inglês. *D.E.L.T.A.* **10** (2): 409-420.
- EVERETT, D. (1983) *A Língua Pirahã e a Teoria da Sintaxe*. Tese de Doutorado. UNICAMP.
- FACÓ SOARES, M. (1989) Marcação de caso e atribuição de caso em Tikuna. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* **18**: 79-114.
- FÁVERO, L. (1974) *Complementação de predicado em português*. Tese de Doutorado. PUC-SP.
- ____ (1982) O modo verbal da oração completiva. *Revista Brasileira de Lingüística*. São Paulo, SP, Global.
- FIAD, R. S. (1975) *Aspectos da negação*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- FIGUEIREDO SILVA, M. C. (1988) *Clíticos no galego: uma descrição dentro do quadro da Regência e Vinculação*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- ____ (1996) *A Posição do Sujeito no Português Brasileiro*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- ____ (1997) Notas para um estudo sobre infinitivas em PB. *Anais do I Encontro do CELSUL*: 621-629.
- FIGUEIREDO, A. B. (1975) *Raising: deslocamento de sujeito na estrutura encaixada*. Dissertação de Mestrado. PUC-Campinas.
- FONTES, S. M. (1978) *As construções comparativas do português e do inglês: um estudo contrastivo e uma análise dos problemas de tradução*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP.
- FRANCHETTI, S. (1997a) Algumas considerações sobre o uso de mesmo e próprio no PB. *Seminários em Teoria Gramatical*. FFLCH-USP.
- ____ (1997b) Ele mesmo e himself: formas análogas ou não? *Seminários em Teoria Gramatical*, FFLCH-USP.
- FRANCHETTO, B. (1990) A ergatividade Kuikuro (Karibe): algumas propostas de análise. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* **18**: 57-78.

- _____ (1994) A ergatividade em Kuyikuro: quadro geral, hipóteses explicativas e uma visão comparativa. *Revista Latino-Americana de Estudos Etnolingüísticos*, Vol. **VII**: 7-16.
- _____ (1996) As línguas ergativas e a teoria da gramática. Salvador, *Anais do I Encontro Internacional da ABRALIN*: 220-226.
- FRANCHI, C. (1997) Teoria da Adjunção: predicação e relações temáticas. *Seminários de Teoria Gramatical* **5**. FFLCH-USP.
- FRANCHI, C. & R. ILARI (1986) Clíticos nominativos e inversão do sujeito em bielês. *D.E.L.T.A.* **2** (1): 77-104.
- FREITAS, J. D. F. (1991) *As predicções não-verbais no Português do Brasil: uma abordagem gerativa*. Dissertação de Mestrado, UFMG.
- GALVES, A. & C. GALVES (1995) A case study of prosodic driven language change. Comunicação apresentada no *3rd Workshop on Statistical Physics, Pattern Recognition and Grammar Selection*. Instituto de Estudos Avançados-USP, São Sebastião.
- GALVES, C. (1984) Pronomes e categorias vazias em Português do Brasil. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* **7**: 107-136.
- _____ (1986a) luga-(se) casas: um problema da sintaxe portuguesa na teoria da regência e da vinculação. *Predição* **2**. Campinas, UNICAMP.
- _____ (1986b) A interpretação 'reflexiva' do pronome no português do Brasil. *D.E.L.T.A.* **2** (2): 249-264.
- _____ (1987) A sintaxe do português brasileiro. *Ensaio de Lingüística* **13**: 31-50.
- _____ (1989) L'objet null et la structure de la proposition en portugais du Brésil. *Revue de Langues Romanes* **93** (2): 305-336.
- _____ (1990) V-movement, levels of representation and the structure of S. In: Chao, W. & G. Horrocks (orgs.) *Levels of Representation*. Dordrecht: Foris.
- _____ (1992) *Inflected infinitives and AGR licensing*. Campinas, UNICAMP, ms.
- _____ (1993) O enfraquecimento da concordância no PB. In: Roberts, I. & M. A. Kato (orgs.): 387-408.
- _____ (1994) A colocação dos clíticos no Português Europeu. *Anais da ANPOLL VII* (2): 889-902.
- _____ (1996) Clitic placement and parametric change in Portuguese. In: C. Parodi *et alii* (orgs.).
- _____ (1997) S subjects, weak pronouns and AGR: the case of Brazilian Portuguese. *Workshop de Teoria Gramatical: problemas nos níveis de interface*. Agosto de 1997. UNICAMP/USC.
- GALVES, C. & M. B. M. ABAURRE (1996) Os clíticos no Português Brasileiro:

- elementos para uma abordagem sintático-fonológica. In: Castilho, A. & M. Basílio (orgs.) (1996) (*op. cit.* n.º 138).
- GAMARSKY, L. (1974) *Ocorrência de reflexivo nas construções incoativas*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP.
- GOMES, M. L. (1975) *O deslocamento como processo sintático e suas implicações sintáticas e semânticas*. Dissertação de Mestrado. PUC-Campinas.
- GONÇALVES PINTO, R. (1991) *O Predicado verbo-nominal: uma abordagem gerativa*. Dissertação de Mestrado. UnB.
- GROPPI, M. (1997) *Pronomes Pessoais no Português do Brasil e no Espanhol do Uruguai*. Tese de Doutorado. USP.
- GUIMARÃES, M. (1997a) A representação sintática dos artigos e dos demonstrativos numa perspectiva minimalista. *Anais do XXVI Seminário do GEL*: 550-556.
- _____ (1997b) Unifying LCA and prosodic phrasing in the Minimalist program. Comunicação apresentada no *Workshop de Teoria Gramatical: problemas nos níveis de interfaces*. Agosto de 1997, Campinas, UNICAMP/USC.
- HUANG, C. T. J. (1984) On the distribution and reference of the empty categories. *Linguistic Inquiry* **15**: 531-574.
- HUMBERTO, M. L. F. (1975) *Uma análise transformacional do processo de concordância em português*. Dissertação de Mestrado. PUC-Campinas.
- IKEDA, S. (1977) *A função do pronome se*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP.
- ILARI, R. & C. FRANCHI (1985) Nominative clitics in biellese - morphological and distributional suoverly. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* **8**: 135-149.
- ILARI, R. (org.) (1992) *Gramática do Português Falado*, Vol. I: *Níveis de Análise*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo: FAPESP.
- JACKENDOFF, R. (1990) *Semantic Structures*. Cambridge, Mass. The MIT Press.
- JORGE, L. T. L. (1986) *Complementação do Nome: relações semânticas e estruturas sintáticas: uma proposta de revisão da análise tradicional*. Dissertação de Mestrado. UnB.
- KATO, M. A. (1974) *A Semântica Gerativa e o Artigo Definido*. Tese original de 1972. São Paulo, SP, Ática.
- _____ (1976a) A elisão do pronome sujeito em português e a hipótese do discurso direto de Kuno. *Anais do I Encontro Nacional de Lingüística*. Rio de Janeiro.
- _____ (1976b) Transitividade Verbal e decomposição lexical. *Revista*

Brasileira de Linguística. Petrópolis, Vozes 3 (1): 3-21.

_____ (1977) Restrições gerais à regra de omissão do pronome sujeito em português. *Anais do II Encontro Nacional de Linguística*. PUC-RJ.

_____ (1981) Restrições à regra da elipse verbal. *Ensaio de Linguística* 5: 93-101.

_____ (1987) Inversão da ordem SV em interrogativas no português. *D.E.L.T.A.* 3 (2): 243-252.

_____ (1989) Sujeito e tópico: duas categorias na sintaxe? *Cadernos de Estudos Linguísticos* 17: 109-132.

_____ (1992) Variação sintática e estilo. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 22: 127-139.

_____ (1993a) Word order change: the case of Brazilian Portuguese wh-questions. Trabalho apresentado no *The XIth International Congress on Historical Linguistics*. Los Angeles: UCLA.

_____ (1993b) The distribution of null and pronominal objects in Brazilian Portuguese. *Linguistic Perspectives on the Romance Languages: Selected Papers from the XXI Linguistic Symposium on Romance Languages*. Amsterdam, John Benjamins: 225-235.

_____ (1993c) Recontando a estória das relativas. In: Roberts, I. & M. A. Kato (orgs.): 223-261.

_____ (1996a) Português brasileiro falado: aquisição em contexto de mudança linguística. *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Lisboa, Universidade de Lisboa: 211-237.

_____ (1996b) The morpho-phonology of strong and weak pronouns and the pro-drop parameter. Comunicação apresentada no *Seminário de Morfologia*. Novembro de 1996. USC.

_____ (1998) Tópicos como alçamento de predicados secundários. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 34: 67-76.

_____ (1999) Aquisição de linguagem numa abordagem gerativa. *Letras de Hoje* 34 (3), setembro de 1999: 17-26.

KATO, M. A.; M. L. BRAGA; V. R. CORREA; M. A. LOPES ROSSI & N. SIKANSI (1996) Construções-Q na gramática do português falado. In: I. V. Koch (org.) *Gramática do Português Falado*, Vol. VI: *Desenvolvimentos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo: FAPESP: 303-368.

KATO, M. A. & A. CASTILHO (1991) Advérbios como núcleos predicadores. *D.E.L.T.A.* 7 (1): 409-423.

KATO, M. A. & M. do NASCIMENTO (1996) Preenchedores aspectuais e o fenômeno da flutuação dos quantificadores. In: A. Castilho & M. Basílio (orgs.) (1996) *Gramática do Português Falado*, Vol. IV: *Estudos Descritivos*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, São Paulo: FAPESP:

245-272.

- KATO, M. A.; M. do NASCIMENTO; E. NICOLAU; R. BERLINCK & H. BRITTO (1996) Padrões de predicação na gramática do português falado. In: KATO, M. A. (org.) *Gramática do Português Falado*, Vol. V: *Convergências*. Campinas, SP, Ed. da UNICAMP, FAPESP: 201-274.
- KATO, M. A. & E. RAPOSO (1996) European and Brazilian Portuguese word order: questions, focus and topic constructions. In: C. Parodi, C. Quicoli, M. Saltarelli & M. L. Zubizarreta (orgs.) (1996) *Aspects of Romance Linguistics*. Washington, Georgetown Univ. Press: 267-277.
- KAYNE, R. (1994) *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, Mass., The MIT Press.
- KNEIPP, M. A. R. (1978) *Uma proposta de análise para o morfema 'não' em português*. Dissertação de Mestrado. UnB.
- KURODA, S. Y. (1976) The concept of subject in grammar. In: M. Shibatani (org.) *Syntax and Semantics: Japanese generative Grammar*. New York, Academic Press: 1-16.
- LEITE, Y. (1991) Não-configuracionalidade nas línguas da família Tupi-Guarani? *Simpósio: Desenvolvimentos Recentes em Gramática Gerativa*. Brasília.
- _____ (1994) As construções causativas em tapirapé. In: *Revista Interamericana de Estudos Etnolingüísticos* 8: 73-86.
- _____ (1995) A incorporação nominal em tapirapé. Comunicação apresentada no X Congresso Internacional da ALFAL. Vera Cruz, México.
- LEITE, Y.; D. CALLOU; J. MORAES; M. A. KATO; M. ORSINI; V. RODRIGUES & E. COSTA (1996) Tópicos e Adjuntos. In: Castilho, A. & M. Basílio (orgs.): 321-342.
- LEITE, Y. & M. D. VIEIRA (1990) Atividade e ergatividade nas línguas da família Tupi-Guarani: problemas de análise. *Anais do V Encontro Nacional da ANPOLL*: 247-255. Recife.
- _____ (1995) A incorporação nas línguas da família Tupi-Guarani: um processo sintático? *Atas do X Encontro Nacional da ANPOLL*: Caxambu.
- _____ (1996) A ordem livre em algumas línguas da família Tupi-Guarani: em busca de uma proposta de análise. *Anais do I Encontro Internacional da ABRALIN*: 503-513.
- LEMLE, M. (1967) O novo estruturalismo em lingüística: Chomsky. *Tempo Brasileiro* 15-16: 51-64.
- _____ (1978) Da maleabilidade da análise sintagmática. *Revista Brasileira de Lingüística* 5 (1): 89-121.
- _____ (1979) A ordem dos adjetivos no sintagma nominal em inglês e português: implicações para a teoria gramatical. *Anais do III Encontro Nacional de Lingüística*. PUC-RJ.

- ____ (1985) Pronomes, anáforas, zero: observações sobre uma mudança lingüística. *D.E.L.T.A.* **1** (1/2): 121-124.
- ____ (1987) *Movimento para posição não-argumental na poesia latina e na épica camonianiana*. Tese de Livre-docência. UFRJ.
- ____ (1984) *Análise Sintática: teoria geral e descrição do português*. São Paulo, SP, Ática.
- LEMLE, M. & A. NARO (1977) *Sobre sintagmas nominais maximamente preenchidos* (ms.).
- LIER, C. A. O. D. (1977) *As construções causativas e incoativas do inglês e do português*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP.
- LOBATO, L. M. P. (1978) Existe mais de um verbo poder em português? *Anais do III Encontro Nacional de Estudos de Lingüística e Literatura*. Rio de Janeiro, RJ, Corujinha.
- ____ (1979) A favor da univocidade dos modais em português. *Anais do III Encontro Nacional de Lingüística*. PUCRJ: 250-274.
- ____ (1988a) *Sintaxe Gerativa do Português: Da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte, Vigília.
- ____ (1988b) PCV, subjacência e CVs do Português. Comunicação apresentada no *III Encontro Nacional da ANPOLL*, Rio de Janeiro.
- ____ (1988c) Sobre a regra da anteposição do verbo no português do Brasil. *D.E.L.T.A.* **4** (1): 121-147.
- ____ (1989a) Estatuto sintático das categorias vazias em estruturas com adjetivos do tipo fácil em português. *Anais do XI Encontro Nacional de Lingüística: @*. PUC, RJ.
- ____ (1989b) Deslocamento dentro e para fora de SNs em português e em francês. *Boletim da ABRALIN* **10**: 35-51.
- ____ (1989c) Sobre algumas diferenças entre os SNs do francês e do português. Comunicação apresentada no *IV Encontro Nacional da ANPOLL*.
- ____ (1993) Adjetivos: uma tipologia e interpretação semântica. *Boletim da ANPOLL* **14**: 9-25.
- ____ (1994a) Como se chega à sintaxe a partir do léxico? Comunicação apresentada no *IX Encontro Nacional da ANPOLL*, Caxambu.
- ____ (1994b) A concordância nominal no português do Brasil à luz da teoria de Princípios e Parâmetros. *D.E.L.T.A.* **10** (Especial): 173-212.
- LOPES ROSSI, M. A. (1993) Estudo diacrônico das interrogativas do português do Brasil. In: Roberts, I. & M. A. Kato (orgs.): 307-342.
- ____ (1996) *A Sintaxe Diacrônica das Interrogativas-Q do Português*. Tese de Doutorado. UNICAMP.
- LOVATO DO NASCIMENTO, S. H. (1995) *Aspectos Morfológicos e Sintáticos*

- e Marcação de Caso na Língua Kaingang*. Dissertação de Mestrado. UFSC.
- LUIZE, T. B. (1997) *Entre o Português Europeu e o Português Brasileiro: o falar açoriano de Florianópolis*. Dissertação de Mestrado. UFSC.
- LUZ, G. A. (1994) *O Infinitivo Pessoal: uma análise do português contemporâneo*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- ____ (1997) Personal infinitives in Romance languages. Comunicação apresentada no *Workshop de Teoria Gramatical: problemas nos níveis de interfaces*. Agosto de 1997. Campinas.
- MACHADO, M. C. C. (1979) *Subordinadas adverbiais em francês e português*. Dissertação de Mestrado. UFRJ.
- MADUREIRA, C. S. (1975) *Alguns verbos aspectuais em português*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- MAIA, M. (1997a) Notes on Karaja clause structure. Comunicação apresentada no *XVI Congrès International de Linguistes*, Paris.
- ____ (1997b) A sintaxe da dêixis espacial em Karaja. Trabalho apresentado na Mesa Redonda *Perspectivas da Pesquisa em Línguas Indígenas Brasileiras. Encontro da ABRALIN*, UFAL, Maceió.
- ____ *et alii* (1997c) The syntax of wh-questions in Karaja, Kayapo (Macro-Je) and Machineri (Arawaki). Comunicação apresentada no *49º Congresso Internacional de Americanistas*, Quito.
- ____ *et alii* (1998) Comparação de Aspectos da Gramática em Línguas Indígenas Brasileiras. *D.E.L.T.A.* **14** (2): 349-375.
- MAIA, *et alii* (1999) A Estrutura da Oração em Línguas Indígenas Brasileiras. *D.E.L.T.A.* **15** (1): 01-26.
- MAIA, V. L. M. (1975) *Interrogação e relativização em português*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- MARTIN, J. (1975) Concordância. *Revista Brasileira de Lingüística* **2** (2). Ano I: 50-72.
- MARTINS, E. J. (1976) Origem e função dos pronomes complemento de terceira pessoa. *Letras de Hoje* **26**: 123-133.
- MATOS, A. S. A. (1991) *Construções com Verbos de Percepção no Português do Brasil: uma abordagem gerativa*. Dissertação de Mestrado. UnB.
- MENEZES, H. P. (1979) *A regra do alçamento de sujeito em português*. Dissertação de Mestrado. UFRJ.
- ____ (1989) *As Construções Comparativas em Português: uma análise gerativa*. Tese de Doutorado. UFRJ.
- MENUZZI, S. (1994) Algumas observações acerca do movimento de verbos nas interrogativas-wh do português. *Letras de Hoje* **96**: 85-109.
- MIOTO, C. (1975) *Estruturas que implicam a noção de experiência*.

Dissertação de Mestrado. PUC-Campinas.

- _____ (1989) Construções interrogativas: elementos para uma análise do português do Brasil. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 17: 39-64.
- _____ (1992) *Negação Sentencial no Português Brasileiro e o Critério - WH*. Tese de Doutorado. UNICAMP.
- _____ (1994) As interrogativas no português brasileiro e o critério-wh. *Letras de Hoje* 96: 19-33.
- _____ (1997a) Aspectos da sintaxe da negação. UFSC, ms.; (1997b) "Os itens negativos". UFSC, ms.
- _____ (1997b) Wh é que¹ wh que. *Anais do XXVI Seminário do GEL*: 648-654.
- MIOTO, C. & M. C. FIGUEIREDO SILVA (1995) WH QUE =WH É QUE? *D.E.L.T.A.* 11 (2): 301-311.
- MIRANDA, Z. B. A. G. (1975) *Aspectos do comportamento sintático dos modais dever e poder*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- MODESTO, M. (1995) *As Construções Clivadas no PB: relações entre interpretação focal, movimento sintático e prosódia*. Dissertação de Mestrado. USP.
- _____ (1996) Topics and focalized phrases in Brazilian Portuguese. *Colloquium on Portuguese Linguistics*. Dept of Spanish and Portuguese, UCSB.
- MOLLICA, C. (1977) *Estudo da cópia nas construções relativas em português*. Dissertação de Mestrado. PUC-RJ.
- MORAES, E. (1971) *O infinitivo flexionado em português: uma análise transformacional*. Dissertação de Mestrado. UFRJ.
- MOREIRA DA SILVA, S. (1983) *Études sur la Symétrie et l'Asymétrie SUJET/OBJET dans le Portugais du Brésil*. Tese de Doutorado. Un. Paris VIII.
- MOURÃO, E. (1996) *Pronome Lexical na posição de sujeito de Sentenças Finitas do Português*. Dissertação de Mestrado. UFMG.
- MOUTELLA, E. M. (1995) *O Gerúndio Oracional em Português*. Dissertação de Mestrado, UnB.
- MÜLLER, A. (1996) *A Sintaxe e a Semântica dos Possessivos no Português do Brasil*. Tese de Doutorado. UNICAMP.
- NARO, A. J. (1976) *Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ, Francisco Alves.
- NASCIMENTO, M. (1978) *Sobre a semântica da passiva*. Dissertação de Mestrado. UFMG.
- _____ (1984) *Sur la Postposition du Sujet dans le Portugais du Brésil*. Tese de Doutorado. Un. Paris VIII.
- NASCIMENTO, M. & M. A. KATO (1995) O estatuto dos nominais pós-

- verbais dos verbos inacusativos. *Revista de Estudos da Linguagem*, Ano IV (3): 31-74.
- NEGRÃO, E. V. (1986) *Anaphora in Brazilian Portuguese Complement Structure*. Ph.D. Thesis. University of Wisconsin.
- ____ (1989) 'PRO' e controle: problemas em algumas estruturas de complementação. *Anais do IV Encontro Nacional da ANPOLL*, Recife.
- ____ (1992) Tem uma história que começa assim: peculiaridades de uma construção existencial. *Caderno de Estudos Lingüísticos* 22: 81-90.
- ____ (1997a) Asymmetries in the distribution of overt pronouns and empty categories in Brazilian Portuguese. In: Black, J. R. & V. Motapanyane (orgs.) *Clitics, Pronouns and Movement*. Amsterdam: John Benjamins.
- ____ (1997b) The scopal properties of DPs in Brazilian Portuguese. *Seminários em Teoria Gramatical*. USP, ms.
- NEGRÃO, E. V. & A. L. MÜLLER (1990) Anáfora em algumas estruturas de complementação. *Anais do XIX Seminário do GEL*: 133-140.
- ____ (1996) As mudanças no sistema pronominal do Português Brasileiro: substituição ou especialização de formas? *D.E.L.T.A.* 12 (1): 125-152.
- NICOLAU, E. (1995) *As propriedades de sujeito nulo e de inversão no Português Brasileiro*. Tese de Doutorado. UNICAMP.
- ____ (1997) O licenciamento do sujeito nulo: uma explicação nos moldes do Programa Minimalista. Comunicação apresentada no *XLV Seminário do GEL*, Campinas. UNICAMP.
- NOVAES, C. V. (1996) *Representação mental de Categorias Vazias: o caso do sujeito nulo no português do Brasil*. Tese de Doutorado. UFRJ.
- NUÑES COSTA, M. G. (1989) *A questão da ergatividade do português do Brasil*. Tese de Mestrado. UFRJ.
- NUNES, G. M. (1997) A anteposição dos adjetivos ao nome dentro do SN. *Anais do XXVI Seminário do GEL*: 150-156.
- NUNES, J. (1990) *O Famigerado SE*. Tese de Mestrado. UNICAMP.
- ____ (1995) Ainda o famigerado SE. *D.E.L.T.A.* 11 (2): 201-254.
- ____ (1993) Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: Roberts, I. & M. A. Kato (orgs.): 207-222.
- ____ (1994) Concordância de participio em lituano. *Letras de Hoje* 96: 59-84.
- ____ (1994) *Nominative pronoun reduction in Brazilian Portuguese*. University of Maryland, ms.
- NUNES, J. & E. RAPOSO (1997) Inflected infinitive in Portuguese: evidence against AGR. Comunicação apresentada no *Workshop de Teoria Gramatical: problemas nos níveis de interface*. Agosto de 1997.

Campinas. UNICAMP/USC.

- OLIVEIRA, A. M. C. O. (1996) *Dos Advérbios*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- OLIVEIRA, M. (1992) *A expansão do Sintagma Nominal no Latim Vulgar e no Latim Português*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- ____ (1995) *Respostas Assertivas e sua Variação nas Línguas Românicas*. Tese de Doutorado. UNICAMP.
- ____ (1997) O preenchimento do sujeito no italiano e no português do Brasil. Comunicação apresentada no XLV Seminário do GEL. Maio de 1997, UNICAMP.
- OLIVEIRA, M. A. (1975) *A sintaxe do verbo "esquecer-se"*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- ____ (1978) Clitic Placement in Portuguese. *Ensaio de Lingüística* 1: 44-79.
- OLIVEIRA, M. S. D. (1995) *A Expressão de Atributo na Língua Ibíbo*. Dissertação de Mestrado. UnB.
- PAGOTTO, E. (1992) *A Posição dos Clíticos em Português*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP; (1993) Clíticos, mudança e seleção natural. In: Roberts, I. & M. A. Kato (orgs.) (op. cit. n.º 45).
- ____ (1993) Clíticos, mudança e seleção natural. In: Roberts & Kato (orgs): 185-206.
- PARISI, L. A. P. (1977) *Aspectos da gramática dos advérbios em -mente no Português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. UnB.
- PARODI, C.; C. Quicoli; M. Saltarelli & M. L. Zubizarreta (orgs.) (1996) *Aspects of Romance Linguistics*. Washington, Georgetown U. Press.
- PAZINI, M. C. B. (1978) A posição do adjetivo na locução nominal em português. *Revista Brasileira de Lingüística* 5 (1), Ano IV: 27-52.
- PEREIRA, D. G. (1992) *Alguns Aspectos Gramaticais da Língua Maxacali*. Dissertação de Mestrado. UFMG.
- PEREIRA, M. A. B. (1974) *A oposição modal indicativo/subjuntivo em português*. Dissertação de Mestrado. UFRJ.
- ____ (1978) Considerações sobre a complementação nominal em português. *Revista Brasileira de Lingüística* 5 (1). Ano IV: 57-78.
- PEREIRA, S. M. C. (1979) *Formas gerundiais em francês e português - problemas de tradução e análise*. Dissertação de Mestrado. UFMG.
- PERINI, M. A. (1974) *A grammar of Portuguese Infinitives*. Ph.D. Dissertation. University of Texas.
- ____ (1977) Uma restrição global em português. *Revista Brasileira de Lingüística* 4 (2). Ano III: 3-16.
- ____ (1978) Sintaxe e semântica do futuro do subjuntivo. *Ensaio de*

Linguística 1: 20-43.

- _____. (1976) *A Gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa*. Belo Horizonte, MG, Vigília.
- PIMENTA-BUENO, M. (1978) *Aspects of Verbal Syntax in Brazilian Portuguese within the Framework of the Extended Standard Theory*. Ph.D. Dissertation. Stanford University.
- PIMENTA-BUENO, M. N. S. (1981a) Em prol da redefinição da noção de "sujeito de" - evidências do português. *Anais do V Encontro Nacional de Linguística*. PUCRJ.
- PIMENTA-BUENO, M. (1981b) Os participios passivos portugueses: verbos, adjetivos ou uma terceira classe? *Anais do VI Encontro Nacional de Linguística*. PUCRJ.
- PIRES, A. M. G. (1996) *As Formas V-DO no Português do Brasil: características sintáticas e semânticas*. Dissertação de Mestrado. UnB.
- PIRES, N. (1992) *Aspectos da Gramática da Língua Jeromiti (Jaboti)*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- PIZZINI, Q. A. (1979) Três tipos de orações relativas em português. *Anais do I Encontro Nacional de Linguística*, PUC-RJ: 74-84.
- PONDÉ, S. (1996) A estrutura argumental nas nominalizações: uma questão lexical. *Anais do XXV Seminário do GEL*: 702-707.
- PONTES, E. (1973) *Verbos Auxiliares no Português*. (Tese original de 1969) Petrópolis, RJ, Vozes.
- _____. (1976) A propósito dos pré-artigos. *Anais do I Encontro Nacional de Linguística*. PUC-RJ.
- _____. (1987) *O Tópico no Português do Brasil*, Campinas, Pontes.
- PRADO, M. S. (1997) Um estudo sobre o genitivo pré-nominal em português do Brasil. *Seminários de Teoria Gramatical*. FFLCH-USP.
- QUÍCOLI, A. C. (1972) *Aspects of Portuguese complementation*. State University of New York. Ph. D. Dissertation.
- RAMOS, J. (1992) *Marcação de Caso e Mudança Sintática: abordagem gerativa e variacionista*. Tese de Doutorado. UNICAMP.
- _____. (1997a) A sociolinguística paramétrica: Linguística paramétrica ou variação sintática? Comunicação apresentada no *Seminário de Sociolinguística*. João Pessoa.
- _____. (1997b) O uso das formas você, ocê e cê no Dialeto Mineiro. In: Demerval Hora (org.) *Diversidade Linguística no Brasil*. João Pessoa. Idéia Ed. Ltda.
- _____. (1997c) *Realização morfológica de caso em SNs quantificados no Português do Brasil*. UFMG, ms.
- RAMOS, R. M. S. (1973) A teoria dos casos na análise do uso das preposições

em inglês. *Letras de Hoje* **15**: 113-130.

RAPOSO, E. (1986) On the null object in European Portuguese. In: Jaeggli, O. & C. Silva-Corvalán (orgs.) *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht, Foris.

____ (1992) *Teoria da Gramática: a Faculdade da Linguagem*. Lisboa, Caminho.

RIBEIRO I. (1988) *O Papel do Traço [+Acordo] em Construções com Infinitivo Flexionado*. Dissertação de Mestrado. UFBA.

____ (1989) A teoria dos casos e o verbo acreditar. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* **17**: 91-108.

____ (1993) A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas *ter, haver e ser*. In: Roberts & Kato (orgs): 343-386.

____ (1995) *A Sintaxe da Ordem no Português Arcaico: o efeito V2*. Tese de Doutorado. UNICAMP.

____ (1996a) Traços morfológicos fortes e fracos, ordem XVS e o critério-qu. *Anais do I Encontro Internacional da ABRALIN*: 127-135.

____ (1996b) A ordem dos constituintes. In: Mattos e Silva, R.V. (org.) *A Carta de Caminha: Testemunho Lingüístico de 1500*. Salvador, Edufba.

RIZZI, L. (1991) Residual verb second and the Wh-criterion. University of Génève Technical Reports in Formal and Computational Linguistics, n.º **2**.

ROBERTS, I. & M. A. KATO (1993) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*: 409-425. Campinas, SP, Editora da UNICAMP. 2ª edição: 1996.

ROBERTS, I. (1993a) *Verbs and Diachronic Syntax: A Comparative History of English and French*. Dordrecht-Boston-London, Kluwer Academic Publishers.

____ (1993b) Pós-fácio. In: Roberts, I. & M. A. Kato (orgs.): 409-425.

ROCCA, P. A. (1978) *Padrões sintáticos complexos do inglês e do português: análise contrastiva e sugestões de aplicação pedagógica*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP.

ROCHA, M. L. F. (1990) *Sintagma QU- em Interrogativas Indiretas e Relativas Livres do Português*. Dissertação de Mestrado. UnB.

RODRIGUES, M. H. N. (1975) *Uma análise gerativo-transformacional de estruturas encaixadas em português*. Dissertação de Mestrado. PUC-Campinas.

ROMUALDO, J. A. (1975) *Cláusulas comparativas do português*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.

SALIBA, S. M. P. (1983) *Algumas funções do "em" no português do Brasil - uma análise sintático-semântica*. Dissertação de Mestrado. PUCRGS.

- SALLES, H. M. M. L. (1992) *Preposições em Português: um estudo preliminar*. Dissertação de Mestrado. UnB.
- ____ (1996a) Argument licensing in ditransitive constructions. *Research papers in Linguistics*. Vol. 8. University of Wales, Bangor.
- ____ (1996b) Double Object Constructions: a Minimalist Approach. *Research Papers in Linguistics* 8. University of Wales.
- ____ (1997) On the correlation between P(reposition stranding) and D(ouble O(bject) C(onstructions)). UCW-Bangor/UnB, ms.
- SAMARA, S. (1976) *Análise das orações relativas introduzidas por onde*. Dissertação de mestrado. PUC-SP.
- SANTOS, J. S. (1996) *Ligação não-Seletiva de Subjuntivos: suas implicações na gramática*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- SARAIVA, M. E. (1979) *Movimento de Advérbios de Modo em Português*. Dissertação de Mestrado. UFMG.
- ____ (1980) O transporte dos advérbios de modo em português. *Ensaios de Lingüística* 3: 87-96.
- ____ (1996) *O SN Nulo Objeto em Português: Um Caso de Incorporação Semântica e Sintática*. Tese de Doutorado. UFMG.
- SCHAFF FILHO, M. (1981) *Análise casual do sintagma nominal complexo em português*. Dissertação de Mestrado. PUC-RGS.
- SCHER, A. P. (1996) *As Construções com dois Complementos no inglês e no Português do Brasil: um estudo sintático comparativo*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- ____ (1997) 'Scrambling' determinando o efeito de objeto duplo do Português do Brasil. *Anais do I Encontro do CELSUL*: 896-905.
- SCHLACHTER, E. (1996) A concordância no renano-palatibo: uma interpretação teórica dentro do Minimalismo. *Anais do XXV Seminário do GEL*: 744-750.
- SCHMITZ, J. R. (1977) Análise contrastiva de erros: Estar com- Ter em português e Be-Have no inglês. *Revista Brasileira de Lingüística* 4 (1). Ano III: 38-48.
- SENDAY, D. (1975) *Seqüências de clíticos em português*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- SHIBAO, S. (1977) *Um estudo do complemento nominal em português*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP.
- SIKANSI, N. S. (1994) *A Estrutura das Sentenças com Pronome Interrogativo no Português Brasileiro*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- SILVA, M. (1977) *As orações relativas preposicionadas no português coloquial*. Dissertação de Mestrado. UnB.
- SILVA, M. C. P. de S. (1973) *As orações relativas introduzidas por pronome*

- "que". Dissertação de Mestrado. PUC-SP.
- SILVA, M. P. F. N. (1975) *Aspectos da colocação dos pronomes clíticos no dialeto do português falado na cidade do Rio de Janeiro, numa abordagem transformacional*. Dissertação de Mestrado. PUC-RJ.
- SILVEIRA, G. (1996) *O Comportamento Sintático dos Clíticos no Português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. UFSC.
- SILVEIRA, J. R. C., L. SIMÕES, S. ABREU, G. COLLISHONN & D. LIMA (1994) O infinitivo flexionado em português: um reestudo de Raposo. *Letras de Hoje* 96: 135-146.
- SIMÕES, A. M. (1974) *Movimento de quantificadores em português*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- SOUSA, E. (1977) *A preposição e os termos da frase*. Dissertação de Mestrado. UnB.
- STEINER, E. M. (1978) *O uso de alguns recursos endofóricos em português*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP.
- SZABO, L. M. (1986) *Aquisição de padrões sintáticos em inglês correspondentes a estruturas iniciadas por verbo em português*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP.
- TARALLO, F. (1993) Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: Roberts, I. & M. A. Kato (orgs.): 69-106.
- TARALLO, F. & M. A. KATO (1989) Harmonia trans-sistêmica: variação inter e intra-lingüística. *Preedição* 5. UNICAMP.
- TAVARES de MACEDO, A. (1977) Modelos de análise para o auxiliar em português. *Lingüística* V. Rio de Janeiro, RJ, Museu Nacional da UFRJ.
- TEIXEIRA, R. F. A. (1977) *Pronomes pessoais sujeitos em português*. Dissertação de Mestrado. UnB.
- TONDO, N. V. (1976) *Aspectos sintáticos e semânticos da concordância verbal em português*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP.
- TORRES MORAIS, M. A. (1993) Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e caso nominativo no português do Brasil. In: Roberts, I. & M. A. Kato (orgs.): 263-306.
- _____ (1995) *Do Português Clássico ao Português Moderno: um estudo da cliticização e do movimento do verbo*. Tese de Doutorado. UNICAMP.
- _____ (1996) Hipótese para o aparecimento das construções de topicalização na história do português. *Anais do XXV Seminário do GEL*: 636-640.
- _____ (1997) A sintaxe do verbo e clíticos no português. *Anais do I Encontro do CELSUL*: 793-800.
- TRIEWEILER, N. A. (1976) *Emprego dos tempos verbais na sintaxe popular*.

Dissertação de Mestrado. PUC-RJ.

- VANETTI, L. M. K. (1988) *O "Tópico" e o Objeto Nulo no PB*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- VANNUCCHI, J. D. (1977) Sintaxe da gradação do adjetivo em português. *Revista Brasileira de Linguística* 4 (2), Ano III: 17-44.
- VASCONCELOS, A. G. T. (1976) *Uma análise gerativo-transformacional do verbo "Ter"*. Dissertação de Mestrado. PUC-Campinas.
- VEADO, R. A. (1981) Uma proposta que considera a marca de número como constituinte gerado no SN em lugar de traço de nome. *Ensaio de Linguística* 3: 102-118.
- VIANA, A. M. S. (1995) *A Expressão de Atributo na Língua Karajá*. Dissertação de Mestrado. UnB.
- VIANA, M. L. (1977) *As orações relativas do português e do francês: uma análise contrastiva*. Dissertação de Mestrado. PUC-RS.
- VIEIRA, M. A. R. (1978) A voz passiva num tratamento lexicalista. Dissertação de Mestrado. UFRJ.
- VIEIRA, M. D. (1989) O fenômeno da não-configuracionalidade em algumas línguas da família Tupi-Guarani. Comunicação apresentada no Seminário: *Sistemas de Marcação de Caso*. IEL-UNICAMP, Campinas.
- _____ (1995a) The expression of quantificational notions in Asurini do Trocará: against the universality of determiner quantification. In: Bach E, B. Partee, A. Kratzer e E. Jelinek (orgs.) *Quantification in Natural languages*. Dordrecht, Kluwer.
- _____ (1995b) Os parâmetros da configuracionalidade e da projeção e a língua Asurini do Trocará. *Revista Latino-Americana de Estudos Etnolingüísticos*, Vol. VII: 87-108.
- _____ (1997a) Long-distance binding in Mbyá Guarani. Comunicação apresentada no XVI Congresso Internacional de Linguística. Paris (resumo publicado nos Anais do Congresso).
- _____ (1997b) A derivação da incorporação nominal na língua Tupinambá (Tupi-Guarani). *Atas das II Jornadas de Linguística Aborígen*. Universidade de Buenos Aires.
- _____ (1997c) Para uma análise das sentenças possessivas do tipo bahuvrihi, em línguas da família Tupi-Guarani. Comunicação apresentada no 49o Congresso Internacional de Americanistas. Quito.
- VILANOVA, L. E. (1989) *Mudanças em X-barra na História do Francês*. Dissertação de Mestrado. UFRJ.
- _____ (1989) *Mudanças na X-barra na história do francês*. Dissertação de Mestrado. UFRJ.
- VIOTTI, E. (1997) A predicação e as relações temáticas nas sentenças com o

verbo ter. *Seminários de Teoria Gramatical* 1. FFLCH-USP.

VITRAL, L. (1992) *Structure de la Proposition, et Syntaxe du Movement du Verbe en Portugais Brésilien*. Tese de Doutorado. Un. Paris VIII.

_____ (1994) Estruturas VS e concordância verbal: uma perspectiva Minimalista. In: *Anais do I Encontro Internacional da ABRALIN*. Salvador.

_____ (1996) A forma cê e a noção de gramaticalização. *Revista de Estudos da Linguagem*, Ano 5 (4): 115-124.

_____ (1997) *A Negação: Teoria de checagem e mudança lingüística*. UFMG, ms.

VOTRE, S. J. (1976) Para uma análise semântica do português. *Letras de Hoje* 26: 41-56.

WALDREP, J. W. (1981) *Um estudo sintático das orações finais no português*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.

WEICHEL, S. (1997) *A Ordem dos Constituintes do Alemão*. Dissertação de Mestrado. UFSC.

WHEELER, D. (1981) Object deletion in Portuguese. In: Lantolf & Stone (orgs.) *Current Research in Romance Languages*. Filadelfia, John Benjamins.

WHITAKER FRANCHI, R. C. M. (1989) *As Construções Ergativas: um estudo semântico e sintático*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.

ZUIANI, M. R. (1988) *Um Estudo da Forma e Interpretação das Sentenças Relativas no Português Brasileiro*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.

ORIENTAÇÕES ATUAIS DA LINGÜÍSTICA HISTÓRICA BRASILEIRA
(Recent Trends in Brazilian Historical Linguistics)

Rosa Virgínia Mattos e SILVA (*Universidade Federal da Bahia*)

ABSTRACT: The paper concentrates on the new directions taken by Historical Linguistics in Brazil, which gives special attention to Brazilian Portuguese, studying dialectal and sociolinguistic aspects. A special reference is made to projects that bring together researchers from several universities in the country. (Abstract by Editors (AE))

KEY WORDS: Historical Linguistics; Diachronic Linguistics; Philology; Brazilian Linguistics.

PALAVRAS-CHAVE: Lingüística Histórica; Lingüística Diacrônica; Filologia; Lingüística Brasileira.

1. Delimitações preliminares

1.1 Introdução

Iniciarei com uma citação, que julguei pertinente, para desenvolver a minha reflexão sobre o tema proposto referente às orientações atuais, no Brasil, dos estudos histórico-diacrônicos sobre a língua portuguesa. Retirei a citação do bem sucedido livro organizado por Mary Kato e Ian Roberts, *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Diz Mary Kato na sua *Apresentação* dessa obra coletiva:

'A sociolingüística floresce não apenas no Brasil, mas em todo o continente americano: Canadá, Estados Unidos e América Latina. É a vocação do colonizado, em busca da identidade lingüística própria. Mas mexer com o problema da identidade é mexer com a História. Quer-se saber como tal identidade foi adquirida' (1993: 14).

Tem-se afirmado, e eu mesma já afirmei em outros trabalhos (1988, 1993, 1996a, 1997), e voltarei a discutir a questão mais adiante, que o retorno dos estudos histórico-diacrônicos no Brasil, esse novo e renovado fluxo, depois do refluxo entre 1960 e 1980, deve-se aos desenvolvimentos externos de duas orientações predominantes da Lingüística contemporânea, nomeadamente, da Sociolingüística quantitativa ou variacionista, com suas origens no

Empirical foundations for a theory of language change, de U. Weinreich, W. Labov e M. Herzog, de 1968, e do modelo gerativista paramétrico da década de oitenta, que, considerando a variação interlingüística, trouxe à especulação da teoria questões fundamentais em que se interrelacionam a aquisição – questão sempre presente, desde as origens, nos modelos chomskyanos – à mudança lingüística, até então questão secundária nos gerativismos anteriores.

A razão de ter iniciado com a citação acima se justifica pelo fato de que se soma, no Brasil, à pressão que sobre nós se exercem os desenvolvimentos externos recentes da ciência em que trabalhamos, o problema que é, a meu ver, fundamental da Lingüística brasileira: o de compreender e explicitar o português brasileiro, tanto na abordagem de sua estrutura heterogênea e de seu funcionamento sincrônico intrínseco, como em comparação com o português europeu, do qual se desenvolveu, em contexto histórico multilingüístico – considerem-se as línguas indígenas autóctones, as línguas africanas, à força, trazidas e as línguas que chegaram nas múltiplas faces da emigração – e ainda em comparação com as línguas irmãs românicas, tanto na sua face européia como na sua face americana.

Assim sendo, penso, para além dos modelos teórico-metodológicos que buscamos, há uma motivação interna, nossa, que nos atrai para a vertente histórica da Lingüística: a questão lingüística da língua que usamos.

Decorrente disso, como procurarei mostrar na segunda e terceira partes deste texto, os estudos histórico-diacrônicos que se desenvolvem nesses últimos anos no Brasil, em geral, se orientam para o português brasileiro, não só aqueles que do presente olham o passado, mas também aqueles que do passado olham o presente e até mesmo aqueles que, fixando-se em uma sincronia passada, não ignoram, como referência, o presente.

Considero que, antes de entrar no tema central, convém delimitar, como preliminares, algumas conceituações, para evitar possíveis ambigüidades, e ainda fazer um breve excuro sobre o passado dos estudos lingüísticos no Brasil, para chegar ao nosso foco: o que se está fazendo nos dias que correm no campo dos estudos histórico-diacrônicos sobre o português.

1.2. Breves conceituações

Afirmo antes que a vertente histórica da Lingüística nos atrai. Procurarei, então, explicitar o que estou designando por *vertente histórica da Lingüística*,

ou seja, o que conceituo como Lingüística Histórica.

Há toda uma tradição na história da Lingüística, sedimentada desde o século XIX, quando a Lingüística não precisava ser adjetivada, já que toda ela era *histórica*, que identifica a Lingüística Histórica como aquela Lingüística que se ocupa do passado das línguas e do seu processo de mudança ao longo do tempo, quer se trate de uma única língua, quer se trate do estudo comparado entre línguas de uma mesma família genética ou não. É essa a concepção normal em torno do conceito de Lingüística Histórica, encontrada em dicionários e manuais de Lingüística e que se mantém até hoje. Veja-se, por exemplo, na recente obra de W. Labov, *Principles of language change*, a sua definição: 'A tarefa da lingüística histórica é explicar as diferenças entre o passado e o presente' (1994:21).

Tomarei uma posição, que já externei há alguns anos (1988), em que esse sentido dado à Lingüística histórica não é excluído, pelo contrário, é o que designei por *Lingüística Histórica stricto sensu*. Fundada, contudo, no já clássico *Empirical foundations for a theory of language change* (1968) e com o respaldo da argumentação de Eugênio Coseriu, no também já clássico *Sincronia, diacronia e história*, propus e proponho que, a par da Lingüística Histórica no seu sentido estrito, se considere a *Lingüística Histórica lato sensu*, que será todo estudo lingüístico que se funde em base de dados necessariamente datados e localizados.

Embora, em nenhum momento dos *Empirical foundations*, seus autores considerem estudos de variação sincrônica, quer espacial, quer social, Lingüística Histórica, a relação que eles demonstram entre variação sincrônica e mudança diacrônica permite incluir no campo da Lingüística Histórica no sentido lato análises sincrônicas datadas e localizadas, portanto, historicamente contextualizadas.

Aliás, se foi a obra *Empirical foundations* que trouxe à cena recente a relação entre variação sincrônica e mudança diacrônica, desde a segunda metade do século XIX esta relação se estabeleceu quando, do âmbito da Lingüística Histórica no sentido estrito, se iniciaram os estudos de dialetos sincrônicos, sobretudo, é claro, os considerados mais arcaizantes, para melhor explicitarem-se mudanças ocorridas. Nasceu, assim, a Dialectologia românica e germânica, como um desdobramento natural da Lingüística Histórica, centrada no passado das línguas.

Contudo, foi o respaldo de Eugênio Coseriu que me decidiu a alargar a minha compreensão dos estudos históricos, delimitando-os e designando-os como *Lingüística Histórica stricto e lato sensu*. Coseriu não usa tais designações; fala ele de *descrição* e *história da língua*:

‘A descrição e a história da língua situam-se, ambas, no nível histórico da linguagem e constituem juntas a lingüística histórica... A língua se faz...: é um fazer-se num quadro de permanência e continuidade... Mas o fato de se manter parcialmente idêntica a si mesma e o fato de incorporar novas tradições é, precisamente, o que assegura a sua funcionalidade como língua e o seu caráter de objeto histórico. Um objeto histórico só o é, se é, ao mesmo tempo, permanência e sucessão’. (1979: 236-238)

Uma outra delimitação que considero necessária é a diferença que nem sempre se estabelece entre *histórico* e *diacrônico*.

Sabemos todos que a oposição sincronia/diacronia se firmou a partir do *Curso* saussuriano e se definiu como duas formas de abordar a linguagem humana: a análise dos sistemas lingüísticos em nível abstrato nas suas relações de simultaneidade e de sucessividade, respectivamente. À sucessividade temporal, diacrônica, associa-se, em geral, o qualificador histórico. Contudo, tanto os modelos diacrônicos dos estruturalismos, como os modelos diacrônicos dos gerativismos são, de fato, a-históricos, porque excluem os fatores sócio-políticos, enfim históricos, na compreensão da questão central da mudança lingüística. Basta que se leia a teoria da mudança fônica no clássico do estruturalismo diacrônico *Économie des changements phonétiques* de André Martinet e, como exemplo recente, da teoria sintática gerativa diacrônica a seguinte formulação de A. Battye e I. Roberts, em *Clause structure and language change*:

‘A maioria do trabalho tradicional na lingüística histórica e na filologia é trabalho sobre ‘E-language’... a análise de uma língua como ‘E-language’ é independente em princípio de qualquer propriedade que possa ser atribuída à mente/cérebro dos falantes nativos dessa língua... à gramática gerativa concerne a ‘I-language’. (1995:7)

Depois de relacionarem ‘questões tradicionais’ da Lingüística Histórica,

afirmam:

'qualquer resposta que possamos divisar para as questões dadas dependerá desta questão: quais são os mecanismos da mudança de parâmetros... Acreditamos que o estudo da sintaxe diacrônica uma vez que nos dá um insight nos mecanismos da mudança de parâmetros, pode-nos dizer alguma coisa sobre a marcação de parâmetros, isto é, sobre a aquisição da linguagem'. (1995: 6-7)

A rigor, a designação análise diacrônica só deveria ser utilizada quando se tratasse de estudos de mudança no quadro teórico da teoria dos sistemas ou no quadro teórico da teoria da gramática, em que os dados são argumentos empíricos para os modelos teóricos, abstratos. Num sentido mais leve, continua-se a utilizar *diacrônico* por *histórico*, confundindo-se os dois conceitos. Uma vez que, na atualidade, uma das abordagens mais proeminentes da mudança lingüística se encontra no modelo gerativista, que associa aquisição e mudança, vale ficar aqui destacado que, nos dias que correm, Lingüística Histórica e Lingüística Diacrônica devem ser consideradas como conceitos distinguíveis, como aliás não deveria deixar de ser.

Para sintetizar e concluir essas breves reflexões sobre alguns conceitos preliminares, cumpre reafirmar que considerarei no desenrolar deste texto os conceitos de *Lingüística Histórica lato sensu*, que inclui descrições e interpretações sincrônicas datadas e localizadas, *Lingüística Histórica stricto sensu*, que se concentra na mudança lingüística no tempo, levando em consideração fatores intralingüísticos ou estruturais e fatores extralingüísticos ou sócio-históricos e *Lingüística Diacrônica*, que, tratando da mudança no tempo, se concentra no sistema ou na gramática, depreensões teóricas que subjazem às línguas históricas.

1.3. Breve excursão sobre o passado

Situo o que denominei novo e renovado fluxo nos estudos histórico-diacrônicos, no Brasil, nos inícios dos anos oitenta. Um indicador externo e, diria, oficial para isso está no fato de que é em 1984 – depois de longo recesso – que ocorre no encontro anual da Associação Brasileira de Lingüística um evento de natureza histórico-diacrônica: uma Mesa Redonda, coordenada por Carlos Franchi, intitulada *Problemas de Lingüística Histórica*, de que participaram Fernando Tarallo, Marco Antônio Oliveira e Carlos Alberto Faraco, então recém-doutores, os dois primeiros vindos da Pennsylvania laboviana e C. A. Faraco, de Salford, onde cumprira doutorado com o romanista Martin

Harris. Renascia a Fênix! Permito-me plagiar o título da comunicação de F. Tarallo nessa Mesa: “A Fênix finalmente renascida!”. Referia-se à volta aos estudos históricos, decorrentes sobretudo da Sociolinguística laboviana.

De fato, quando se institucionaliza e academiciza a Lingüística no Brasil, ou seja, a sua entrada como disciplina obrigatória no currículo mínimo dos cursos superiores de Letras no Brasil por lei, em 1963, aportaram, e precariamente se generalizaram, já com enorme atraso, os modelos analíticos sincrônicos estruturalistas, logo seguidos, atropeladamente, pelos gerativo-transformacionais que, pelos inícios de setenta, já apagavam as orientações estruturalistas que mal se sedimentavam. Sem dúvida, a década de sessenta foi um divisor na história dos estudos lingüísticos no Brasil.

Na primeira metade deste século, contudo, a orientação hegemônica nos estudos lingüísticos no Brasil foi de natureza historicista como, aliás, dificilmente poderia deixar de ser. Seguíamos uma tradição herdada de Portugal – por sua vez seguindo orientações francesas e alemãs – que tinha como grande modelo a extraordinária obra do polígrafo português José Leite de Vasconcellos. Em outro trabalho, apresentado em 1996 ao grupo de Historiografia Lingüística da Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Lingüística, intitulado *Sobre desencontros e reencontros: Filologia e Lingüística no Brasil no século XX*, desenvolvi com detalhes o entremear-se da Lingüística chamada moderna, desde 1938, pela segura e isolada mão e cabeça de Joaquim Mattoso Câmara Jr., com a Filologia então aqui hegemônica. Filologia que era compreendida então em seu sentido amplo, na definição de Leite de Vasconcellos, nas sua *Lições* de 1910-1911:

‘Nas minhas preleções entendo de ordinário Filologia Portuguesa o estudo da nossa língua em toda a sua amplitude, no tempo e no espaço, acessoriamente o da literatura, olhada sobretudo como documento formal da mesma língua’. (1959:9)

É ele o Mestre declarado de pelo menos Antenor Nascentes, Sousa da Silveira e de Serafim da Silva Neto, este o expoente maior, certamente, dos estudos lingüístico-filológicos ao longo dos anos cinquenta e que sintetiza uma época que passava.

Serafim da Silva Neto, na 2ª edição do seu *Manual de filologia portuguesa* de 1957, mantém ainda a definição de Filologia herdada de Leite Vasconcellos, ao contrapôr Lingüística/Filologia:

'A Lingüística é uma ciência de princípios gerais, aplicáveis a qualquer língua... A Filologia, sim, encerra todos os estudos possíveis acerca de uma língua ou grupo de línguas... dizemos todos os estudos possíveis, porque, como se sabe, a Filologia na Antigüidade era o estudos dos textos; hoje porém, com o desenvolvimento científico, ela abrange os assuntos puramente sincrônicos, isto é, descrições de estado da língua'. (1957:XII)

Essa concepção e abrangência da Filologia vigorou forte no Brasil até inícios dos anos sessenta e seu respeitável legado compõe a primeira fase dos estudos lingüísticos no Brasil, entendida aqui Lingüística em sentido lato, seguindo uma tradição que começou na Europa na segunda metade do século XIX, como já referido.

São, sem dúvida, obras maiores desse período o *Dialeto caipira* de Amadeu Amaral, primeira edição de 1920; *O linguajar carioca* de Antenor Nascentes, primeira edição de 1922; *A língua do nordeste* de Mário Marroquim de 1934; o *Dicionário Etimológico*, também de Nascentes de 1932; a *Gramática Histórica* de Ismael de Lima Coutinho de 1938; a *História da língua portuguesa* de Serafim da Silva Neto, saída em fascículos entre 1952 e 1957; a obra de sintaticista diacrônico e histórico de Manuel Saidi Ali; a obra de romanista de Theodoro Maurer Jr e a obra filológica, no sentido estrito, de Sousa da Silveira.

Era esse o tempo, bem definido por Ivo Castro em *O retorno à Filologia*,

'... em que lingüistas também eram etnógrafos, historiadores, folcloristas, arqueólogos e não tinham problema de identidade disciplinar, pois se sabiam participantes de uma vasta empresa de aquisição de conhecimentos diversificados, mas harmonizáveis em torno de um interesse comum pela palavra documental ou artística e pelo seu comportamento na história. Conhecerem-se todos eles por filólogos era tradicional e apropriado'. (1995:512)

A Lingüística chamada moderna, que tem seu marco inicial em 1916, o que parece consensual, só se difunde no Brasil na década de sessenta, a partir de 1963, como dito antes, mas sobretudo depois da reforma universitária de 1968 que trouxe à cena a chamada dedicação exclusiva para os professores que pesquisassem e os Programa de pós-graduação, e, com eles, a obrigatoriedade da pesquisa no âmbito das Universidades.

Entretanto, desde 1938, inicia Mattoso Câmara Jr. seu solitário percurso de semeador da Lingüística moderna no Brasil, percurso que, curiosamente, teve sempre o respaldo do filólogo Sousa da Silveira, ilustre catedrático de Filologia Portuguesa entre 1940 e 1954 na antiga Universidade do Brasil. É ele que incentiva a publicação e faz o prefácio à primeira edição, de 1941, das *Lições de lingüística*, depois rebatizada como *Princípios de Lingüística Geral*, onde lamenta a descontinuidade da Lingüística nos currículos acadêmicos, iniciada em 1938 na malograda por razões políticas Universidade do Distrito Federal, e que só voltará, não como cátedra, à Universidade do Brasil, em 1948. Em ambas as Universidades o mestre escolhido foi Mattoso Câmara Jr. Mas o que considero mais interessante nesse prefácio do filólogo Sousa da Silveira e que quero destacar é a avaliação que faz da obra prefaciada:

'... as Lições de Lingüística do Prof. Mattoso Câmara Jr. serão lidas e aproveitadas, e o livro em que elas se contêm ficará constituindo não só uma espécie de cátedra pública em que o douto especialista continua a lecionar, suprimindo a lacuna universitária... a leitura atenta do livro porá ordem dentro de muito cérebro onde as noções lingüísticas ainda se aglomeram confusamente'. (1954:10-11)

Ao tempo em que os filólogos historicistas construía sua obra, respaldado então pelo prestígio dessa orientação dos estudos lingüísticos, Mattoso Câmara Jr., no seu percurso à parte, nos legava uma obra fundamental que, sem dúvida, como prenunciou Sousa da Silveira, 'pôs ordem dentro de muito cérebro', numa orientação estruturalista plural, calcada em um saber lingüístico fundamentado e sedimentado. Dentre os muitos títulos, e conhecidos, de Mattoso Câmara destaco aqui a sua *História e estrutura da língua portuguesa*, elaborada entre 1963 e 1965, editada primeiro em inglês, em 1972, pela Chicago University Press; em 1975, traduzida e publicada no Brasil. Ambas as edições já póstumas. Esse livro representa, a meu ver, uma isolada aplicação a aspectos da história do português do estruturalismo diacrônico, que aqui divulgou-se quando a Lingüística brasileira já buscava outros caminhos.

Vê-se então nessa passagem dos anos cinquenta para sessenta uma reorientação dos estudos lingüísticos no Brasil em que a institucionalização da disciplina Lingüística; a institucionalização da pesquisa no âmbito das Universidades; o lento divulgar-se da obra de Mattoso Câmara Jr; e sobretudo as novas relações dos universitários brasileiros com seus pares americanos e

européus, tanto no sentido da saída para especializações e outras pós-graduações como no sentido da vinda de especialistas estrangeiros para reforçar a pós-graduação brasileira. Tais fatos condicionam as orientações que vieram a estabelecer-se nos anos setenta.

Reorientam-se o ensino e a pesquisa lingüística, a partir dos meados de sessenta, no sentido de privilegiar o que então se impunha no campo da ciência da linguagem: os estudos sincrônicos descritivos e os estudos interpretativos teóricos, frutos dos recortes saussurianos e suas reformulações, dos estruturalismos americanos que, superados, desencadearam os modelos gerativistas.

De fato, a Fênix histórico-diacrônica esteve adormecida!

2. Orientações atuais no Brasil dos estudos histórico-diacrônicos sobre a língua portuguesa

Não foi inocente a minha escolha da citação de Mary Kato, com que abri este texto, nem tampouco foi sem razão que procurei explicitar a distinção entre *Lingüística Histórica lato sensu*, *Lingüística Histórica stricto sensu* e *Lingüística Diacrônica*.

Enquanto se desenvolviam os estudos descritivos sincrônicos, seguindo os modelos estruturalistas, seguidos dos modelos teóricos gerativistas, modelos a-históricos por natureza, outros caminhos, também sincrônicos, percorriam lingüistas brasileiros, fazendo avançar o conhecimento da nossa realidade lingüística. Desenvolviam e desenvolvem o que designei por *Lingüística Histórica* no sentido lato.

Refiro-me, pela ordem do seu surgimento, primeiro aos que buscaram e buscam, aos poucos e mais lentamente do que certamente desejaríamos, conhecer as variedades regionais brasileiras, sonho dos historicistas da primeira metade deste século, tais como Antenor Nascentes e Serafim da Silva Neto que esboçaram caminhos para a Dialectologia brasileira. De 1963, data da publicação do pioneiro *Atlas prévio dos falares baianos*, por Nelson Rossi e sua equipe, alguns outros *Atlas* regionais vêm sendo publicados e pela ordem de publicação são: *Esboço de um Atlas lingüístico de Minas Gerais*, 1977, por M. R. Zagari et alii; o *Atlas lingüístico da Paraíba*, 1985, por M. S. Aragão e C. Bezerra de Menezes; o *Atlas lingüístico de Sergipe*, também coordenado por Nelson Rossi (1987); o *Atlas lingüístico do Paraná*, de 1990, por V. Aguillera. Outros

estão em elaboração: o do Ceará, o dos pescadores do Rio de Janeiro; o de São Paulo; o da Região Sul; o do Acre (cf. Cardoso e Ferreira, 1995). Embora não cumpram o plano dos pioneiros Nascentes e Silva Neto, já que não seguem idênticas metodologias, permitem um mapeamento de fatos, sobretudo fônicos e lexicais, que caracterizam o português brasileiro nas suas variedades regionais.

Em setembro de 1996, sob a liderança de Suzana Cardoso, da Universidade Federal da Bahia, iniciou-se a elaboração de um grande projeto, já em curso de realização, para a construção de um *Atlas Lingüístico do Brasil* (ALiB), que reúne a experiência de todos aqueles que vêm aqui realizando Dialectologia e Geografia Lingüística.

A par dessa orientação dialetológica, iniciada nos anos sessenta, pelo final daquela década se implementa no Brasil o primeiro projeto interinstitucional no âmbito da Lingüística Brasileira, o conhecido Projeto NURC que, em 1969, começou a ser planejado para o Brasil, segundo os moldes já em execução na América espanhola. Chegava assim ao Brasil a Sociolingüística, para outras ainda não a Sociolingüística, mas a Dialectologia Urbana, com o objetivo de desvendar a chamada *norma culta* ou as *normas cultas* conviventes em capitais brasileiras.

A partir dos inícios dos anos setenta se integram na Lingüística brasileira os projetos sociolingüísticos de orientação sobretudo americana, iniciados, no Rio de Janeiro, sob a orientação segura de Anthony Naro, primeiro sobre o *corpus* do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), depois sobre *corpora* preparados para a pesquisa sociolingüística como, por exemplo, o *Censo Sociolingüístico do Rio de Janeiro*. A esses outros se sucederam e vem se sucedendo em vários pontos do Brasil, como, por exemplo, o *Corpus* do VARSUL, que inclui o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul.

Define-se cada vez mais extensivamente e com pre-requisitos exigidos pela pesquisa sociolingüística a heterogeneidade social do português brasileiro.

Se aceitam meu ponto de vista, pode-se dizer que no âmbito da *Lingüística Histórica lato sensu* não houve descontinuidade nos estudos lingüísticos brasileiros. Houve, sim, reorientações teóricas e metodológicas no sentido do rigor científico exigido tanto para a Dialectologia como para a Sociolingüística que, no Brasil, tem-se feito, sobretudo, mas não exclusivamente, na sua vertente laboviana, correlacional e quantificada privilegiando a metodologia variacionista.

Diria que o grande avanço que ocorreu dos anos sessenta para cá na Lingüística brasileira está no conhecimento cada vez mais extenso e fundamentado da heterogeneidade, sobretudo social, do português que usamos. É hoje múltipla, rica e numerosa a bibliografia nesse campo e promete prosseguir, vejam-se os vários projetos em desenvolvimento, sobretudo no âmbito das pós-graduações brasileiras, que têm como objetivos: descrever e interpretar sociolingüisticamente os usos falados dos diversos estratos sociais; confrontar as chamadas *normas cultas* conviventes no Brasil; comparar o falado com o escrito em diferentes estratos sociais; definir o que deverá ser o padrão escolar para o ensino do português, sobretudo escrito; desvendar a interrelação das variantes rurais transplantadas para cidades com as variantes urbanas. Temas como esses têm sido e continuarão ocupação de grande parte dos lingüistas brasileiros que se dedicam a esses aspectos sincrônicos, mas sócio-históricos do português brasileiro.

Assim indico que são esses alguns dos desenvolvimentos dos estudos históricos, no sentido lato da Lingüística Histórica, sobre o português no Brasil. Os fatos sincrônicos em variação nos usos brasileiros do português são um aspecto da história da língua que usamos. A explicação dessa variação pode ser captada por análises sociológicas sincrônicas, mas suas raízes se encontram na formação histórica da sociedade brasileira.

Com base nisso é que afirmei, no início, que, não apenas por pressões de modelos externos, nos sentimos atraídos para questões histórico-diacrônicas da língua portuguesa, em especial do português brasileiro.

O desvendar analítico da realidade lingüística sincrônica brasileira, rural/urbana, correlacionado a vários fatores sociais tem levado à busca de uma compreensão histórica, tanto da história do presente como da história passada para que se ultrapasse do limite descritivo e analítico para as interpretações histórico-diacrônicas.

Voltemo-nos então para os estudos histórico-diacrônicos, ou seja, para os estudos em *Lingüística Histórica* no sentido estrito.

Vêm-se nessa direção orientações muito recentes, sobretudo de pesquisadores jovens, que se voltam ao interesse antigo pelo que, no século XIX, era designado como história externa para distinguir dos estudos das mudanças no interior das línguas. Esse é um dos desenvolvimentos que

começam a se esboçar e a tomar corpo nos estudos histórico-diacrônicos no Brasil. Foi uma preocupação na primeira metade do século e, desse tempo, certamente, as reflexões fundadas em fontes sócio-históricas, mas assistematicamente exploradas, foram as que Serafim da Silva Neto reuniu no seu livro *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, cuja primeira edição é de 1950. Uma síntese recente, de 1985, está em Antônio Houaiss, *A língua do Brasil*, em que redimensiona questões afloradas por Silva Neto e outros. A meu ver, as mais interessantes são as referentes aos movimentos demográficos multi-étnicos ao longo da história do Brasil e à questão, que ele aborda de passagem, sobre a literatização e escolarização ao longo do nosso processo histórico, com reflexos evidentes sobre o português brasileiro atual (cf. Mattos e Silva, 1995).

Nesse âmbito devo destacar a dissertação de Mestrado de Alberto Mussa (1991), *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*, em que estão mapeados os sucessivos contingentes demográficos correlacionados com os grupos étnicos que compõem a nossa sociedade, ao longo do nosso tempo histórico, concentrando-se nos contingentes africanos, correlacionados a suas línguas, durante o tempo do tráfico.

Na direção da sócio-história ou história social do português brasileiro, alguns pós-graduandos, sobretudo à volta do professor Ataliba de Castilho, agora na Universidade de São Paulo, estão direcionando-se para cobrir áreas específicas do Brasil, para que, em futuro que não se espera longínquo, seja possível ter reconstruída a sócio-história do português brasileiro.

Diretamente relacionada à nossa sócio-história pregressa vem se desenvolvendo uma outra orientação de pesquisa histórico-diacrônica que, a partir dos dados sincrônicos de comunidades afro-brasileiras isoladas, busca testar a hipótese da criouliização prévia dessas comunidades, sem, no entanto, buscar generalizar a hipótese para todo o chamado português popular brasileiro. Trabalhando com metodologia variacionista sobre fatos sintáticos, a partir de recolha de campo rigorosa, essa orientação foi iniciada e está sendo implementada por um dos que melhor conhecem crioulos de base portuguesa, Alan Baxter, da Universidade de La Trobe, Austrália. No Brasil, tem tido como base a Universidade Federal da Bahia e, nela, o *Programa para a história da língua portuguesa (PROHPOR)*. Seu assistente de pesquisa no Brasil, Dante Lucchesi, já está desenvolvendo sua tese de doutoramento nesse campo, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação de Anthony Naro.

Dentro do quadro teórico da Sociolingüística laboviana, alguns estudiosos da variação sincrônica do português brasileiro, para responder à questão teórico-metodológica – *mudança em curso* ou *variação estável* – têm-se voltado para dados de *tempo real*, pesquisando em fontes do passado do português. Assinalo nessa orientação pesquisas realizadas no grupo de Sociolingüística do Rio de Janeiro, coordenado pelo Professor Anthony Naro. Seguem assim o percurso em duas direções, preconizado na metodologia laboviana, do presente para o passado e deste para esclarecer aquele.

Outras orientações teórico-metodológicas vêm se desenvolvendo, sobretudo a partir da Universidade de Campinas, graças ao campo aberto por Fernando Tarallo no seu fértil trabalho de uma década. Nessa linha o foco fundamental é a análise de mudanças sintáticas interrelacionadas definidoras da sintaxe brasileira em relação à sintaxe do português europeu. Estudo desencadeado a partir de sua tese de doutoramento de 1982 sobre a história das estratégias de relativização no português brasileiro, relacionadas a outras questões sintáticas, sobretudo referentes ao sistema pronominal. O seu artigo posterior *Turning different at the turn of the century*, traduzido como *Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar* (1993), deu a partida para uma série de teses de doutoramento e dissertações de Mestrado, algumas delas sintetizadas em artigos nos livros *Fotografias sociolingüísticas* (1989), organizado pelo próprio F. Tarallo e no *Português brasileiro: uma viagem diacrônica* (1993), organizado por Mary Kato e I. Roberts, como homenagem ao jovem mestre cedo falecido. É uma orientação de pesquisa diacrônica, em que o quadro teórico-sintático é o do gerativismo paramétrico, ao qual se associa a quantificação dos dados cronologicamente seriados, essenciais para definir mudanças quantitativas e qualitativas. Volto a ela mais adiante.

Mais recentemente, ainda na Universidade de Campinas, vem se desenvolvendo uma nova orientação de pesquisa diacrônica gerativista, liderada por Charlotte Galves e também Bernadette Abaurre em que interrelacionam mudança sintática e fonológica, centrando-se em mudanças prosódicas que teriam ocorrido no português europeu no século XVIII.

Também no quadro teórico gerativista e provenientes da pós-graduação da UNICAMP, Ilza Ribeiro, da Universidade de Feira de Santana, Maria Aparecida Moraes, da USP e Sônia Cyrino, da Universidade de Londrina estão pesquisando a ordem sintática e fenômenos correlatos do período arcaico para o contemporâneo, fixando-se a primeira do período arcaico para o século

XVII e as duas outras avançando para o século XX. Têm assim dado continuidade a suas teses de doutoramento, centradas em questões específicas relacionadas à ordem sintática. Essas pesquisas estão ligadas ao *Programa para a história da língua portuguesa* da UFBA, ao qual Ilza Ribeiro pertence desde sua criação em 1990.

Ainda proveniente da Universidade de Campinas, desenvolvendo-se agora na Universidade Estadual de São Paulo, são as pesquisas mais recentes de Gladys Massini-Cagliari sobre o acento e o ritmo no português arcaico, no quadro das teorias métrica e prosódica.

Numa orientação descritivo-interpretativa, que Mary Kato bem designou de *arqueologia estrutural* (1993:16), tenho eu própria pesquisado e levado outros a pesquisar, sobretudo nos limites do período arcaico, do século XIII para o XVI, já agora investindo nos inícios do português moderno (séc. XVI e XVII), com a intenção de organizar dados com base em *corpus* adequadamente selecionado, para um conhecimento empírico de fatos morfossintáticos e sintáticos na história do português. Nessa direção elaborei as *Estruturas Trecentistas* (1989) e já publicado se encontra um livro coletivo do grupo de pesquisa *Programa para a história da língua portuguesa*, centrado na *Carta de Caminha* (1996). Pesquisadores desse Programa, em seus projetos individuais, têm trabalhado sobre alguns aspectos da morfossintaxe e sintaxe do português arcaico em direção ao contemporâneo, nomeadamente: os clíticos no século XVI (Tânia Lobo); advérbios e locuções adverbiais (Sônia Borba Costa); conjunções e locuções conjuntivas (Therezinha Barreto); locuções prepositivas (Anna Maria Macedo e Rosauta Poggio); verbos de padrão especial (Zenaide Carneiro); a variação *ser/estar* e *haver/ter* (no princípio Maria do Socorro Netto e agora eu própria).

Nos limites das informações de que disponho, posso ainda mencionar que na Universidade Federal da Minas Gerais também trabalham em Lingüística Histórica Marco Antônio Oliveira, Jânia Ramos, Maria Antonieta Cohen e Viviane Cunha. Na Universidade Federal do Paraná, Carlos Alberto Faraco, autor de uma tese de doutoramento sobre a história das sentenças imperativas no português, numa abordagem semântica e discursiva, também autor do manual *Lingüística Histórica* (1991), publicado na coleção *Princípios* da Ática.

Para além dessas orientações histórico-diacrônicas, faz-se, no Brasil, a Filologia no seu sentido antigo e básico, que entendo como o trabalho com o texto, trabalho que por si se justifica no âmbito da Filologia e que é essencial

como base e ponto de partida para fundar os dados históricos para as análises histórico-diacrônicas no *tempo real* das línguas. A tradição filológica brasileira continua produtiva em algumas universidades e também em Centros de Pesquisa, como ocorre no Rio de Janeiro. Menciono, como exemplo, já que não me considero capaz de esgotar a informação, que se faz crítica textual, pelo menos, na Universidade Federal da Bahia, na Federal do Rio de Janeiro e na Universidade de São Paulo.

Em síntese: faz-se hoje *Linguística Histórica stricto sensu* no Brasil na direção da sócio-história ou história social; da crioulistica; da sociolinguística no chamado *tempo real*; da sintaxe diacrônica gerativista; das fonologias não-lineares, a mais recente das orientações de pesquisa diacrônica no Brasil; do descritivismo-interpretativo, necessário como organizador de dados do passado e essencial para análises teóricas subseqüentes e continua-se a fazer crítica textual de documentos do passado, base também necessária como fonte para recolha de dados confiáveis para estudos histórico-diacrônicos.

Esta pluralidade de abordagens indica, a meu ver, que esse campo dos estudos linguísticos está agora muito vivo no Brasil e parece-me essencial a pluralidade de abordagens para a compreensão e explicitação do complexo fenômeno que é o das línguas no seu processo histórico-diacrônico de constituição.

A partir dessas abordagens, além de outras possíveis, pode-se pensar na futura composição de uma reescrita da História da Língua Portuguesa.

3. Recentes perspectivas em direção a uma história do português brasileiro

Desde a grande *História da língua portuguesa* elaborada por Serafim da Silva Neto, publicada a partir de 1952, em fascículos, e que se concentra, principalmente, nas origens românicas do português, nenhuma outra obra da mesma natureza e abrangente foi realizada. A excelente, mas sintética, *História da língua portuguesa* (1982) de Paul Teyssier avança sobre aspectos do chamado português clássico, especialmente o século XVI, e dedica uma parte ao português do Brasil. Mattoso Câmara Jr. realizou a única tentativa, já antes referida, entre os estruturalistas, de aplicar à diacronia do português os princípios de análise estrutural, sobretudo nos níveis fonológico e morfológico no, a meu ver, indispensável livro *História e estrutura da língua portuguesa* (1975).

Também é a Serafim da Silva Neto que se deve o início de uma sistematização para a compreensão e interpretação do passado do português brasileiro, sempre por ele designado como a *língua portuguesa no Brasil*. A isso se dedicou na década de cinquenta e seu último trabalho sobre o tema é de 1960 – *A língua portuguesa no Brasil: problemas*. Apesar de ser Serafim da Silva Neto o grande incentivador dos estudos dialectológicos no Brasil, faz falta a sua obra, como aliás não poderia deixar de ser, o conhecimento da chamada *realidade lingüística* brasileira, que então apenas começava.

A concentração quase exclusiva nos estudos sincrônicos que marcou a Lingüística brasileira nos anos sessenta, setenta e oitenta teve como conseqüência, como exposto no item 2., o avanço positivo na direção de um conhecimento bem generalizado e aprofundado sobre a realidade heterogênea do português brasileiro, sobretudo no seu aspecto social, tanto no que diz respeito à variação estrática em geral, como no que diz respeito à distância, mesmo a polarização, entre o chamado *português padrão*, ou seja, o veiculado pela tradição normativa, também o *português culto*, ou seja, o utilizado pelas camadas sociais de escolaridade alta, em relação ao *português corrente ou popular*, das camadas sociais – a maioria brasileira – que, ou não alcançam a escola ou apenas alcançam os primeiros anos de escolaridade.

A *realidade lingüística* que precisava ser conhecida, *cruzada* de Serafim da Silva Neto, está hoje, se não conhecida na sua completa e complexa diversidade, desvelada e analisada em muitos dos seus aspectos.

Deve-se, a meu ver, a Fernando Tarallo da Universidade de Campinas, o desencadear, ao longo dos anos oitenta, uma nova e renovada orientação de pesquisa em direção à explicitação do passado do português brasileiro.

Conseqüência de sua tese de doutoramento sobre estratégias de relativização no português brasileiro (1982), voltou-se ele para a formação de novos pesquisadores sociolingüistas, centrados sobretudo na sintaxe brasileira, com fundamentação teórica tanto na Sociolingüística laboviana como no gerativismo paramétrico, para o que se associou à grande gerativista brasileira, Mary Kato.

Apenas destacarei como fruto dessa rica via de pesquisa a coletânea organizada pelo próprio F. Tarallo em 1989 – *Fotografias sociolingüísticas* e seu livro, que é um manual renovador para os estudos históricos do português brasileiro, intitulado *Tempos lingüísticos. Itinerário histórico da língua*

portuguesa (1990). Em homenagem póstuma a F. Tarallo, Mary Kato e Ian Roberts organizaram a já referida coletânea complementar às *Fotografias*, intitulada *Português brasileiro: uma viagem diacrônica* (1993).

Com essa orientação de pesquisa, tornaram-se precisas na sincronia e mapeadas para o passado, até a segunda metade do século XVIII, propriedades sintáticas interrelacionadas que tipificam, ou parametrizam, o português brasileiro em relação ao português europeu.

É também dos inícios dos anos noventa a estruturação do grupo de pesquisa – *Programa para a história da língua portuguesa* (PROHPOR), do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, com origens numa tradição filológica, iniciada por Nelson Rossi, que remonta aos anos sessenta. Ao estruturar-se em 1991, o PROHPOR buscou e vem buscando cumprir seu objetivo geral que é o de contribuir com pesquisa nova, sem ignorar o já feito, para a construção de uma história da língua portuguesa, a partir de sua fase arcaica, origem do português brasileiro e, da segunda metade do século XVI em diante, reunir informações sistematizadas para a *história interna* e para a *história externa* do português brasileiro, fundamentadas nos avanços teóricos e metodológicos da Linguística Histórica contemporânea.

Esse grupo de pesquisa, por mim coordenado, reúne hoje não só pesquisadores da UFBA., mas também da Universidade Estadual de Feira de Santana, graças à atuante presença ali de Ilza Ribeiro, que, sendo do PROHPOR desde o seu início, doutorou-se na UNICAMP. Com base em projetos individuais e projetos coletivos, segue o PROHPOR um percurso diferente do da UNICAMP, formado por Tarallo, já que parte do passado para o presente e não do presente para o passado como aquele e não se restringe a uma orientação teórico-metodológica, mas a que considere adequada aos diferentes projetos, com base no fato de que, para a construção da história de uma língua, e para a compreensão e explicitação do multifacetado problema da mudança linguística a possibilidade de múltiplas abordagens precisa ser mobilizada (cf. Mattos e Silva, 1997a).

É também desta década o iniciar-se na Universidade de São Paulo, sob a coordenação de Ataliba de Castilho, o *Projeto de História do Português de São Paulo*, em que se conjugam projetos de dissertações de Mestrado e de teses de Doutorado em direção da reconstrução da história social do português em São Paulo, já ampliando-se para outras áreas do Brasil, como é o caso dos projetos para a região sul, de Gilvan Müller de Oliveira. *A última fronteira: a*

língua portuguesa no Brasil Meridional (1680 - 1822) e *Fontes para a história do português no Brasil Meridional* e do projeto de doutorado de Tânia Lobo, membro do PROHPOR, mas que desenvolve seu doutoramento na USP, sobre o português na Bahia do século XIX, com base em um *corpus* de cartas particulares.

Em outros pontos do Brasil também já surgem pesquisas na direção da recuperação da história do português brasileiro. Sem pretender ser exaustiva, já que não há informação organizada sobre o assunto, cito a pesquisa de doutoramento de Afrânio Gonçalves sobre o português do Rio de Janeiro no século XVIII, orientada por Dinah Callou na Universidade Federal do Rio de Janeiro e as pesquisas anunciadas orientadas por Jânia Ramos em acervos documentais mineiros e, também em acervos mineiros, a pesquisa de Antonieta Cohen, ambas da Universidade Federal de Minas.

Também, no âmbito do PROHPOR, iniciaram-se neste ano projetos de pesquisa de fontes documentais em arquivos de Salvador e de outros locais baianos, em função dessa perspectiva ampla que é a de reunir fontes não-literárias escritas no Brasil colonial e no século XIX, não só para uma história social lingüística do português brasileiro, mas também para a história lingüística interna da sua constituição ao longo dos seus cinco séculos de história.

Graças à acuidade e capacidade organizativa de Ataliba de Castilho já se inicia uma articulação nacional desses pesquisadores que têm por objetivo a reconstrução de uma história do português brasileiro (as histórias que se reconstroem são sempre *uma* história), fundada em testemunhos de várias naturezas e fundamentada em procedimentos científicos consistentes.

Para tanto, a partir de proposta do referido Ataliba de Castilho, realizou-se no XI Congresso Internacional da ALFAL (Las Palmas, 1996) um grupo de trabalho, sob minha coordenação, sobre a *História da língua portuguesa*, em que se reuniram alguns dos pesquisadores brasileiros que nesse campo vêm trabalhando e também alguns não-brasileiros.

Entretanto, como fato mais alvissareiro para uma futura história do português brasileiro, quero destacar, para finalizar, a realização em abril deste ano, na Universidade de São Paulo, e sob a coordenação de Ataliba de Castilho, do *I Seminário para a história do português brasileiro*, com os objetivos explicitados na Circular convocatória de (i) dar a conhecer as atividades de pesquisa na área; (ii) verificar a possibilidade de nos integrarmos num projeto

coletivo de caráter nacional. As *Atas* desse rico I Seminário já estão em processo de publicação e um novo Seminário se esboça para abril de 1998.

As frentes atuais de trabalho em que estão envolvidos os pesquisadores empenhados na reconstrução de uma história do português brasileiro já se esboçam com clareza e serão elas temas do próximo Seminário: a. a reconstrução de uma história social lingüística do Brasil; b. o percurso histórico da sintaxe brasileira; c. a busca e publicação de fontes documentais não-literárias inéditas do passado do português brasileiro, que, entre outras funções possíveis, servirão de base para análises lingüísticas diacrônicas do português brasileiro.

Outras frentes de trabalho serão, certamente, abertas no desenvolvimento desse programa de pesquisa de longo e trabalhoso curso. Todavia, sem dúvida, novos tempos apontam para os estudos histórico-diacrônicos do português brasileiro e tudo indica que, em breve futuro, estaremos amadurecidos para a construção de um projeto coletivo nacional com o objetivo de reconstruir e reescrever uma história do português brasileiro.

4. Encerrando

Não tive, nem poderia ter, a pretensão de esgotar o que se faz hoje no Brasil no campo dos estudos histórico-diacrônicos. Dentro dos meus limites de informação procurei dar um panorama geral de orientações de pesquisa nesse campo da Lingüística sobre as quais estou por alguma forma informada. Com base nisso é que não hesitei em afirmar que, de fato, a Fênix histórico-diacrônica, ou seja a *Lingüística Histórica stricto sensu* está na cena da Lingüística Brasileira de nossos dias, embora não ocupe o primeiro plano, o que, certamente, não seria de esperar.

Retomando o que afirmei no início, posso dizer, para finalizar, que os estudos histórico-diacrônicos hoje no Brasil, como procurei mostrar, se direcionam, prioritariamente, em direção ao português brasileiro, não só aqueles que, analisando o presente se voltam para o passado para uma melhor compreensão da variação ou mudança *em tempo aparente*, como fazem os sociolingüistas; mas também aqueles que, gerativistas diacronistas ou descritivistas, partem do passado em direção ao português contemporâneo e mesmo aqueles que, fixando-se em sincronia passada, tomam como referência o presente.

Se teorias lingüísticas vindas de fora favorecem este novo e renovado

fluxo de estudos histórico-diacrônicos no Brasil, o problema – o português brasileiro – a ser melhor compreendido e explicitado, se apresenta como um terreno propício, motivador para o desenvolvimento da *Linguística Histórica stricto e lato sensu* em nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATTYE, A. & ROBERTS, I. (1995) *Clause structure and language change*. Oxford: Oxford University Press.
- CÂMARA Jr., J. M. (1957) *Princípios de Linguística Geral*. 2ª ed. Rio: Acadêmica.
- _____. (1975) *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio: Padrão.
- CARDOSO, S. A. e C. FERREIRA (1995) Um panorama da dialectologia no Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, **14** (n.º especial): 91-105.
- CASTRO, I. (1995) O retorno à Filologia. In: C. PEREIRA & P. R. PEREIRA (orgs.) *Miscelânea de estudos filológicos, lingüísticos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio: Nova Fronteira.
- COSERIU, E. (1979) *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística*. Rio/S. Paulo: Presença/USP.
- FARACO, C. (1991) *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. S. Paulo: Ática.
- FRANCHI, C. et alii (1984) Problemas de lingüística histórica. *Boletim ABRALIN*, **6**: 82-108.
- HOUAISS, A. (1985) *O português no Brasil*. Rio: UNIBRADE - Centro de Cultura.
- LABOV, W. (1994) *Principles of language change*. Vol. I. Oxford/Cambridge: Blackwell.
- MARTINET, A. (1955) *Économie des changements phonétiques: traité de phonologie diachronique*. Berna: Francke.
- MATTOS & SILVA, R. V. (1988) Fluxo e Refluxo: uma retrospectiva da lingüística histórica no Brasil. *D.E.L.T.A.*, **4** (1): 85-113.
- _____. (1989) Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: IN-CM.
- _____. (1993) Lingüística histórica: o estado da questão e reflexos sobre estudos históricos do português. *Atas do IX Congresso da ALFAL*, **II**. Campinas: 181-202.
- _____. (1995a) A sócio-história do Brasil e a heterogeneidade do português brasileiro. *Boletim ABRALIN*, **17**: 73-86.
- _____. (1996) Sobre desencontros e reencontros: Filologia e Lingüística no Brasil no século XX. Comunicação em Mesa Redonda da ANPOLL, João Pessoa. (inédito).

O DESENVOLVIMENTO DA LINGÜÍSTICA TEXTUAL NO BRASIL
(The Development of Text Linguistics in Brazil)

Ingedore G. Villaça KOCH (*Universidade de Campinas*)

ABSTRACT: The scope of this paper is to present a critical review of what has been done in the field of Textlinguistics, mainly in Brazil, in the second half of the century and to point out some of the perspectives for new developments in this area.

KEY WORDS: Text Linguistics; Developments; Restrospective; Research in the Field; Main Research Groups.

PALAVRAS-CHAVE: Lingüística Textual; Desenvolvimentos; Retrospectiva; Pesquisa na Área; Principais Grupos de Pesquisa.

0. Introdução

É no final da década de 70 que começam a surgir, no Brasil, os primeiros trabalhos dedicados ao estudo lingüístico do texto. Pode-se dizer que, para tal fato, contribuiu, de forma bastante significativa, a tradução de duas obras: *Semiótica Narrativa e Textual* (Chabrol et al., 1977) e *Lingüística e Teoria do Texto* (Schmidt, 1978), bem como a publicação, em Portugal, do livro *Pragmática Lingüística e o Ensino do Português* (Fonseca & Fonseca, 1977), no qual se defendia a aplicação dos princípios da Pragmática Lingüística ao ensino de língua materna e, em decorrência, a necessidade de um enfoque textual, como já era comum em outros países da Europa.

Paralelamente, desenvolviam-se, na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil), os primeiros importantes estudos sobre o discurso e sobre Semântica Argumentativa, muitos deles publicados sob a forma de livros (Osakabe, 1979; Vogt, 1977) ou de artigos em revistas especializadas. Cumpre destacar também, nesse momento, os trabalhos de Pontes sobre as estruturas de tópico no português brasileiro, posteriormente coletadas nas obras *Sujeito: da Sintaxe ao Discurso* (São Paulo, Ed. Ática, 1986) e *O Tópico no Português do Brasil* (Campinas, Ed. Pontes, 1987).

Somente na década de 80, contudo, começam a multiplicar-se os estudos em Lingüística Textual. Após a publicação, na Revista *Letras de Hoje*, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, de um artigo pioneiro

de Ignácio Antônio Neis (*Por uma Gramática Textual*, 1981), inspirado em textos de autores franceses, vêm à luz os dois primeiros livros na área, em 1983: *Linguística Textual: Introdução* (Fávero & Koch) e *Linguística de Texto: O Que é e Como se Faz* (Marcuschi). Muitas revistas passam a trazer artigos desenvolvidos sob essa perspectiva, surgindo mesmo números integralmente dedicados aos estudos textuais (cf., por exemplo, *Letras de Hoje* 18 (2), *Cadernos PUC 22: Linguística Textual/ Texto e Leitura*). Em anais de congressos e seminários começam a proliferar trabalhos desenvolvidos nesse domínio.

Em várias universidades brasileiras vão-se formando núcleos de pesquisa sobre texto. A pesquisa na área frutifica em cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, ministrados em diversos pontos do país, bem como em dissertações de mestrado e teses de doutorado, cujos autores, subseqüentemente, vão implantando esse tipo de enfoque em suas instituições de origem.

1. Principais perspectivas teóricas

As pesquisas sobre texto realizadas no Brasil inspiram-se fortemente em estudos realizados na Alemanha (Weinrich, Dressler, Beaugrande & Dressler, Gülich & Kotschi, Heinemann & Viehweger, Motsch & Pasch, entre outros); na Holanda (Van Dijk); na França (Charolles, Combettes, Adam, Vigner, Coste, Moirand etc.), na Inglaterra (particularmente por Halliday & Halliday & Hasan) e nos EUA, tanto por lingüistas (Chafe, Givón, Prince, Thompson, Webber, Brown & Yule), como por psicólogos e pesquisadores em Inteligência Artificial (Clark & Clark, Minsky, Johnson-Laird, Sanford & Garrod, Rumelhart, Schank & Abelson, Marslen-Wilson e outros), além, é claro, daqueles realizados no interior do funcionalismo praguense (Daneš, Firbas, etc.); e, na década de 90, pesquisas sobre anáfora e referência que se vêm efetivando na França, no bojo do projeto *L'Anaphore et son traitement*, financiado pelo *Programa Cognosciences, Pir- Cnrs* (Charolles, Kleiber, Mondada, Dubois) e por Apothéloz, Reichler-Béguelin Berrendonner, entre vários outros), na Suíça (Fribourg, Neuchâtel).

1.1. Primeiro momento

Na primeira metade da década de oitenta, publicaram-se em nosso país obras introdutórias, que visavam não só a apresentar ao leitor brasileiro esse ramo da ciência lingüística, seus objetivos, pressupostos e categorias de análise,

como traçar um panorama geral do que se vinha fazendo nesse domínio em outros países (*Linguística de Texto: O Que é e Como se Faz*, de Luiz Antônio Marcuschi e *Linguística Textual: Introdução*, de Ingedore G. Villaça Koch & Leonor L. Fávero, ambos publicados em 1983, além do artigo de Neis, acima mencionado). Em 1984, por ocasião da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizou-se, pela primeira vez, uma mesa-redonda sobre linguística do texto, com o tema “Coerência e Coesão na Teoria do Texto”, da qual fizeram parte Marcuschi, Neis e Koch. Desde então, em todos os congressos e reuniões científicas, a linguística textual passou a ter o seu lugar.

Os aspectos mais enfatizados nessa época, como também na segunda metade da década de 80, foram: os critérios ou padrões de textualidade propostos por Beaugrande & Dressler (1981), especialmente a coesão textual, esta enfocada em geral sob a perspectiva de Halliday & Hasan (1976), mas inspirando-se, também, nos estudos da escola funcionalista de Praga (particularmente, Daneš) quanto às questões de progressão temática; a coerência textual; a intertextualidade; a tipologia de textos; a produção/compreensão/sumarização de textos; os mecanismos de conexão (conectores semânticos e pragmático/discursivos); outros processos linguísticos vistos sob a ótica textual (topicalização, referenciação, nominalização, tempos verbais; emprego do artigo, etc.).

Em 1985, publica-se *Coesão e Coerência em Narrativas Escolares Escritas* (Lúcia M. K. Bastos, Campinas: Editora da Unicamp). É também a partir de então que revistas especializadas e anais de congressos passam a trazer artigos e comunicações sobre os vários critérios ou fatores de textualidade, com destaque para a coesão, a coerência, a intertextualidade, a informatividade, a situacionalidade, a argumentatividade, bem como sobre o emprego dos tempos verbais e as tipologias textuais.

Como foi dito acima, grande parte dos trabalhos dessa primeira fase fundamentou-se em Halliday & Hasan (1976), no tocante à coesão e em Beaugrande & Dressler (1981), no que se refere aos fatores de textualidade. Contudo, os pesquisadores brasileiros não somente passam a proceder a uma revisão crítica de tais critérios, acrescentando vários outros, como também, principalmente, postulam que se deixe de considerar a coerência apenas como um fator, entre os demais, para entendê-la como um macro-fator da textualidade, resultante da atuação conjunta de todos os demais fatores e, portanto, decisiva para a caracterização da textualidade (cf. Marcuschi, 1983; Koch, 1984, 1985,

1986, 1987, 1988; Koch & Fávero, 1985; Fávero, 1985).

A pesquisa sobre o emprego textual dos tempos verbais fundamentou-se, basicamente, na teoria de Harald Weinrich (1964, 1968, 1971). Todos os estudos que se fizeram e (fazem) sobre o tema tomam sua obra como pressuposto principal, embora, evidentemente, se lhe façam alguns questionamentos de ordem geral e se apontem inadequações da teoria quando aplicada ao português (cf., por exemplo, Koch, 1982, 1984, 1992).

Quanto aos tipos de texto, a influência mais forte foi a de Van Dijk. Seu conceito de superestrutura, aplicado à descrição de diversos tipos de textos, teve grande aceitação no Brasil, tendo inspirado trabalhos bastante instigantes. O mesmo ocorreu com o conceito de macroestrutura e a descrição das estratégias de sumarização, que foram aplicadas não só em uma série de trabalhos sobre compreensão e produção de textos e sobre a produção de resumos, publicados em livros e revistas especializadas, como também em diversas teses e dissertações orientadas pelos pesquisadores que atuam na área da Linguística Textual.

1.2. Segundo momento

Em 1989, vêm à luz as obras *A Coesão Textual* (Koch, São Paulo: Ed. Contexto) e *Texto e Coerência* (Koch & Travaglia, São Paulo, Ed. Cortez), seguidas, em 1990, de *A Coerência Textual* (Koch & Travaglia, São Paulo: Ed. Contexto), que iniciam uma segunda fase dos estudos textuais em nosso país.

Koch (1989), seguindo um percurso que se havia iniciado já em 1986, com o artigo *Principais mecanismos de coesão textual em português*, afastando-se em parte de Halliday e abeberando-se em trabalhos de autores alemães como Meyer-Hermann (1976) e Kallmeyer (1974), entre outros, passa a classificar os mecanismos de coesão fundamentalmente com base em sua função textual. Distingue, assim, dois grandes grupos de recursos coesivos: os que são responsáveis pela remissão a outros elementos textuais ou inferíveis (coesão remissiva ou referencial) e os que se destinam a tornar possível a progressão textual, garantindo a continuidade de sentidos (coesão sequencial). Em Koch & Travaglia (1989, 1990), procede-se à conceituação da coerência como um princípio de interpretabilidade do texto, na esteira de Charolles (1987), a partir de três pressupostos básicos: 1. a coerência *não* constitui mera qualidade ou propriedade do texto em si; 2. em decorrência de 1, ela não se confunde com a coesão, a qual não é condição nem necessária nem suficiente

da coerência; 3. a coerência resulta da atuação conjunta de uma complexa rede de fatores, de ordem lingüística, cognitiva, sociocultural, interacional etc. Outras obras vêm defender, também, posições semelhantes, como é o caso de Fávero (1991) e de Costa Val (1991).

Também os estudos de E. Gülich, vários deles em co-autoria com T. Kotschi (cf. Gülich & Kotschi, 1987), influenciaram de forma importante algumas das pesquisas desse período, particularmente aquelas que dizem respeito à formulação textual (veja-se, entre outros, Barros, 1990; Hilgert, 1993).

1.3. Momento atual

Já nos primeiros anos da década de 90 delineava-se uma forte inclinação para a adoção de uma perspectiva sócio-interacional no tratamento da linguagem (Geraldí, 1991; Koch, 1992) e, em decorrência, para o estudo dos processos e estratégias sócio-cognitivos envolvidos no processamento textual (quer em termos de compreensão, quer em termos de produção), especialmente por parte de pesquisadores como Marcuschi e Koch. O primeiro, já na segunda metade da década anterior, havia desenvolvido um projeto sobre a produção de inferências, financiado pelo CNPq, cujos resultados foram parcialmente divulgados através de artigos (cf. Marcuschi, 1984, 1994). A segunda, em sua pesquisa intitulada *A construção da coerência em textos escritos e orais*, também financiada pelo CNPq, investigou também essa questão, que discutiu no artigo *A produção de inferências e sua contribuição na construção do sentido* (D.E.L.T.A. 9, n.º Especial, 1993).

Tal forma de abordagem dos fenômenos textuais levou a um diálogo crescente com outras Ciências Humanas, como a Psicologia Cognitiva, a Inteligência Artificial, a Neuropsicologia, a Antropologia, a Sociologia Interacional e as Ciências Cognitivas de modo geral.

Os principais objetos de pesquisa, dentro do enfoque mencionado, têm sido a estrutura e o funcionamento da memória, bem como as formas de representação dos conhecimentos, seu acessamento, utilização, recuperação e atualização, por ocasião do processamento de textos; as principais estratégias de ordem sócio-cognitiva, interacional e textual postas em ação durante o processo de produção/ intelecção; e, ainda, as estratégias de 'balanceamento' do implícito/explicito.

Os pesquisadores que estão engajados no estudo dessas questões

(Marcuschi, 1994, 1995, 1997); Koch, 1996 a, b, 1997 a, b) tomam como fontes obras de autores como Schwarz (1992), Rickheit & Strohner (1985), Heinemann & Viehweger (1991), Van Dijk (1989, 1994), Vignaux (1991), além de vários outros citados no item 2.

Outra tendência é a que, com base em obras como as de Adam (1990, 1992), bem como naquelas que se dedicam ao estudo dos gêneros textuais, retomam a questão da tipologia textual, a qual, por algum tempo, pareceu relegada a segundo plano. Podem destacar-se aqui as pesquisas de Marcuschi sobre tipologia do texto.

Nesta segunda metade da década de 90, vem voltando à tona com particular ênfase, em decorrência das pesquisas mencionadas no item 2, *caput*, a questão da referenciação, isto é, das diversas formas de remissão textual e, em particular, dos vários tipos de recursos anafóricos e de seu processamento sócio-cognitivo (Marcuschi, 1994, 1997; Koch, 1996, 1997).

Entre os principais pesquisadores na área da Lingüística Textual, nesse período, além dos acima mencionados, merecem destaque: Luiz Carlos Travaglia, da Universidade Federal de Uberlândia; Clélia Cândida Spinardi Jubran e Mercedes Sanfelice Risso, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Assis; Maria do Rosário Gregolin, da UNESP - campus de Araraquara; Elisa Guimarães e Maria Lúcia Cunha Victório Andrade, da Universidade de São Paulo; Maria Piedade Moreira de Sá, Dóris Carneiro da Cunha, Judith Hoffnagel, da Universidade Federal de Pernambuco; Maria Irlandé Antunes, da Universidade Federal de Alagoas; José Gaston Hilgert, da Universidade de Passo Fundo (RS); Sueli Cristina Marquesi, João Hilton Sayeg de Siqueira, Regina Célia Pagliuchi da Silveira, da Universidade Católica de São Paulo; José Luiz Meurer e seu grupo, da Universidade Federal de Santa Catarina; Maria Aparecida Lino Pauliukonis, Helênio Fonseca de Oliveira, Leonor Werneck dos Santos e equipe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Todos esses pesquisadores têm não só publicado trabalhos na área, como orientado teses e dissertações nesse domínio.

De outra parte, alguns estudiosos vêm aplicando conceitos básicos da Lingüística Textual à alfabetização, à aquisição da escrita e ao ensino de língua, materna ou estrangeira, de modo geral. Entre eles, podem-se mencionar; Massini-Cagliari (1997); Koch (1993, 1994); Milanez (1993); Marcuschi (1993, 1997).

Outra vertente das pesquisas textuais extremamente importante no Brasil é a que se vem dedicando ao estudo de textos falados. Tais estudos vêm-se realizando, de forma particular, no interior de três grandes projetos: *NURC*, *Censo/Peul* e *PGPF*.

O Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta (*NURC*), visando a pesquisar a norma objetiva do português culto falado no Brasil, coletou, no início da década de 70, materiais de três diferentes tipos: elocuições formais (EF), entrevistas (DID) e diálogos entre dois informantes (D2), em cinco capitais brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Porto Alegre). Os informantes, divididos em três faixas etárias (25 a 35 anos; 36 a 55 anos; 56 anos ou mais), deveriam ter formação universitária completa, ter nascido na cidade em estudo e nela ter vivido, pelo menos, três quartas partes de suas vidas e ser filhos de falantes nativos de português.

Nas décadas de 80 e 90, esse material passou a ser objeto de estudos textuais pelo grupo do *NURC-Recife*, coordenado por Maria Piedade Moreira de Sá e, em especial, pelo grupo do *NURC/SP - Núcleo USP*, coordenado por Dino Preti. Deste último fazem parte, entre outros, Hudinilson Urbano, Paulo Gallemebeck, Diana Luz Pessoa de Barros, Zilda Maria Zapparoli Melo, Luiz Antônio da Silva, Margaret de Miranda Rosa e Leonor Lopes Fávero, de cujos trabalhos alguns encontram-se reunidos em Preti & Urbano (1990), Preti (1993) e Preti (1997).

O Projeto *Censo da Variação Lingüística do Estado do Rio de Janeiro*, que se desenvolveu também na década de 80 e vem tendo continuidade no *Programa de Estudos sobre o Uso da Língua* (PEUL - UFRJ/CNPq), caracteriza-se por uma abordagem sociolingüística, que busca uma interface com o discurso. Reúne pesquisadores como Maria Luíza Braga, Anthony Julius Naro, Cláudia Nívea Roncarati, Alzira Tavares de Macedo, Maria Marta Pereira Scherre, Maria Cecília Mollica, Neliza Omena, Helena Gryner, Maria da Conceição Paiva, Maria Eugênia Lamoglia Duarte, Vera Lúcia Paredes P. da Silva, cabendo lembrar, ainda, Giselle Machline de Oliveira e Silva (já falecida), que coordenou o Projeto durante algum tempo e foi uma de suas maiores incentivadoras.

Por fim, o *Projeto Gramática do Português Falado* (PGPF), idealizado e coordenado por Ataliba Teixeira de Castilho, teve início em 1988, com o objetivo de produzir coletivamente uma gramática de referência do português culto falado no Brasil, com base nos dados do Projeto *NURC*, acima descrito. Cerca

de 35 pesquisadores, vinculados a diferentes universidades de todo o país, reagruparam-se, para uma melhor eficácia na condução dos trabalhos, em três projetos temáticos: (i) o de Classes Lexicais e Gramaticais, coordenado por Maria Helena de Moura Neves, que inclui o GT de Morfologia (posteriormente subdividido em Morfologia Derivacional, coordenado por Margarida Basílio, e Morfologia Flexional, coordenado por Ângela Rodrigues) e o de Sintaxe das Classes Gramaticais, sob a coordenação de Rodolfo Ilari; (ii) o de Relações Gramaticais, coordenado inicialmente por Fernando Tarallo, também falecido, e, desde então, por Mary A. Kato, que engloba também o GT de Fonologia e Fonética, sob a coordenação de Maria Bernadete Abaurre; (iii) o de Organização Textual-Interativa, coordenado por Ingedore G. Villaça Koch. Já se encontram publicados seis volumes intitulados *Gramática do Português Falado*, que reúnem trabalhos produzidos, em grupos ou individualmente, pelos pesquisadores de cada equipe.

Dentre os vários grupos acima mencionados, é no interior do Projeto Temático ‘Organização Textual-Interativa no Português Falado no Brasil’ que se têm desenvolvido, dentro da abordagem textual-interativa que o fundamenta e, em decorrência, com a mobilização de conceitos da Lingüística Textual, da Análise da Conversação e da Pragmática Lingüística, as principais pesquisas sobre a natureza do texto falado, sua organização tópica, as estratégias de construção (inserção, parafraseamento, repetição, interrupção, segmentação, correção), os marcadores discursivos e/ou articuladores textuais, as formas de marcação de relevo, etc. Além dos textos incluídos nas coletâneas acima citadas, os membros da equipe (Koch, Risso, Jubran, Marcuschi, Fávero, Urbano, Hilgert, Travaglia, Oliveira e Silva, Souza e Silva, Andrade, Aquino, Crescitelli), bem como outros pesquisadores que neles se inspiraram, têm produzido grande número de trabalhos individuais, publicados em revistas especializadas e/ou apresentados em congressos, nacionais e internacionais.

2. Conclusão

Verifica-se que não só a Lingüística Textual, como também estudos sobre o texto realizados à luz de outras perspectivas teóricas, encontraram terreno fértil no Brasil, onde germinaram generosamente e continuam a produzir frutos em abundância.

Ano por ano, novos contingentes vêm engrossando as fileiras desse ‘exército’ que, reduzido a princípio a alguns poucos voluntários, hoje pode-se dizer que ‘se apoderou’ de praticamente todas as regiões do país, visto que,

em grande parte das universidades brasileiras, existem hoje docentes que se dedicam à pesquisa e ao ensino desse ramo da Ciência Lingüística.

Desta forma, tanto as pesquisas sobre textos escritos, como as que se ocupam da construção e elaboração de textos falados vêm ocupando lugar de destaque entre os estudiosos das universidades do país, quer federais, quer estaduais ou particulares e vêm dando origem a um acervo bibliográfico respeitável, tanto em termos quantitativos, como qualitativos.

O quadro continua a se mostrar grandemente promissor, já que muitos dos jovens pesquisadores ligados aos nossos cursos de pós-graduação têm escolhido esta área como campo de atuação, o que certamente garante a continuidade dos estudos nesse domínio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, J.-M. (1990) *Éléments de linguistique textuelle*. Paris: Mardaga.
- _____. (1992) *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan.
- ANTUNES, I. C. (1996) *Aspectos da coesão do texto*. Recife: UFPE.
- BARROS, D. L. P. de & Z. M. Z. C. MELO (1990) Procedimentos e funções da correção na conversação. In: PRETI & URBANO (orgs.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. São Paulo: T.A. Queiroz/Fapesp: 13-58.
- BASTOS, L. M. K. (1985) *Coesão e coerência em narrativas escolares escritas*. Campinas: Ed. da UNICAMP.
- BRAGA, M. L. (1986) Construções de tópico de discurso. In: A.J.NARO. *Relatório final de pesquisa: Subsídios sociolingüísticos do projeto Censo à educação*. Rio de Janeiro, UFRJ, vol. 1 e 2.
- BEAUGRANDE, R. de & W. U. DRESSLER (1981) *Introduction to text linguistics*. Londres: Longman.
- BROWN, G. & G. YULE (1983) *Discourse analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CHABROL, C. et alii (1977) *Semiótica narrativa e textual*. São Paulo: Cultrix.
- CHAFE, W. (1987) Cognitive constraints on information flow. In: R.S. TOULMIN (ed.) *Coherence and grounding in discourse*. Philadelphia: John Benjamins.
- CHAROLLES, M. (1983) Coherence as a principle in the interpretation of discourse. *Text* 3/1: 71-99.
- COSTA VAL, M. da G. (1991) *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes.

- CUNHA, D. A . C. (1995) A heterogeneidade de gêneros discursivos no espaço conversacional. *Anais do I Encontro Nacional sobre língua falada e ensino*: 421-425.
- _____ (1996) O discurso direto como uma estratégia de textualidade na fala. *Anais do XI Encontro Nacional da ANPOLL*.
- DANEŠ, F. (1974) (org.) *Papers on functional sentence perspective*. Praga: The Hague.
- DRESSLER, W. U. (1978) (ed.) *Current Trends in Linguistics*. Berlim: Walter de Gruyter.
- FÁVERO, L L. (1985) Intencionalidade e aceitabilidade como critérios de textualidade. *Cadernos PUC 22: Lingüística textual/ texto e leitura*: 31-38.
- _____ (1985) A informatividade como elemento da textualidade. *Letras de Hoje*, 60: 13-20.
- _____ (1991) *Coesão e Coerência Textuais*. São Paulo: Ática.
- FÁVERO, L. L. & I. G. V. KOCH (1983) *Lingüística textual: Introdução*. São Paulo: Cortez.
- FÁVERO, L L.; M.L.C.V.O. ANDRADE; Z.G.O. AQUINO (1996) Perguntas e respostas como mecanismos de coesão e coerência. In: A.T. CASTILHO (org.) *Gramática do Português Falado IV: Estudos descritivos*. Campinas: Edunicamp/Fapesp: 473-508.
- _____ (1966) Estratégias de construção do texto falado: a correção. In: M. A. KATO (org.) *Gramática do Português Falado V: Convergências*. Campinas: Edunicamp/Fapesp: 355-366.
- FONSECA, J. & F. I. FONSECA (1977) *Pragmática lingüística e o ensino do português*. Coimbra: Almedina.
- GERALDI, J. W. (1991) *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- GREGOLIN, M. do R. F. V. (1997) A intervenção de estruturas da fala na produção de textos escritos por crianças em processo de alfabetização. *Anais do XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*.
- GRYNER, H. (1996) Variação modal como estratégia argumentativa. In: MACEDO, RONCARATI & MOLLIKA (orgs.) *Variação e Discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 113-128.
- GUIMARÃES, E. (1990) *A articulação do texto*. São Paulo: Ática.
- GÜLICH, E. & T. KOTSCHI (1983) Les marqueurs de la reformulation paraphrastique. *Cahiers de linguistique française*, 5: 305-351.
- _____ (1987) Les actes de reformulation dans la consultation 'La Dame de Caluire'. In: P. BANGE (ed.) *L'analyse des interactions verbales. La Dame de Caluire: une consultation*: 15-81.

- _____ (1995) Discourse production in oral communication. In: U. M. QUASTOFF (ed.) *Aspects of oral communication*. Berlin: De Gruyter: 30-65.
- HALLIDAY, M. A. K. & R. HASAN (1976) *Cohesion in English*. Londres: Longman.
- HEINEMANN, W. & D. VIEHWEGER (1991) *Textlinguistik: eine Einführung*. Tübingen: Niemeyer.
- HILGERT, J. G. (1993) Procedimentos de reformulação: a paráfrase. In: D. PRETI (ed.) *Análise de textos orais*. FFLCH/USP.
- _____ (1993) Esboço de uma fundamentação teórica para o estudo das atividades de formulação textual. In: A. T. CASTILHO (org.) *Gramática do Português Falado III: As abordagens*. Campinas: Edunicamp/Fapesp: 99-110.
- _____ (1997) As paráfrases na construção do texto falado: o caso das paráfrases em relação paradigmática com suas matrizes. In: I. G. V. KOCH (org.) *Gramática do Português Falado VI: Desenvolvimentos*. Campinas: Edunicamp/Fapesp: 131-148.
- HOFFNAGEL, J. C. (1996) A modalização epistêmica na construção de sentido: o caso do 'eu acho (que)'. *Anais do 6º. INPLA*.
- _____ (1996) A modalização epistêmica no processamento textual da fala. *Anais do XI Encontro Nacional da ANPOLL*.
- JUBRAN, C. C. S.; H. URBANO; L. L. FÁVERO; I. G. V. KOCH; M. S. RISSO et alii (1992) Organização tópica da conversação. In: R. ILARI (org.) *Gramática do Português Falado, 2: Níveis de Análise Lingüística*. Campinas: Edunicamp/Fapesp: 357-479.
- _____ (1993) Inserção: um fenômeno de descontinuidade na organização tópica. In: A. T. CASTILHO (org.) *Gramática do Português Falado III: As abordagens*. Campinas: Edunicamp/Fapesp: 61-74.
- _____ (1996) Parênteses: propriedades identificadoras. In: CASTILHO & BASÍLIO (orgs.) *Gramática do Português Falado IV: Estudos descritivos*. Campinas: Edunicamp/Fapesp: 411-422.
- _____ (1996) Por uma descrição textual-interativa das funções da parentetização. In: M. KATO (org.) *Gramática do Português Falado V: Convergências*. Campinas: Edunicamp/Fapesp: 339-354.
- KALLMEYER, W. et alii. (1974) *Lektürekolleg zur textlinguistik*. Frankfurt.
- KOCH, I. G. V. (1982) Os tempos verbais no discurso. *Ângulo*, 13/14: 14-17.
- _____ (1983) A argumentatividade no discurso. *Letras de Hoje*, 52 (número monográfico).
- _____ (1984) *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez.
- _____ (1985) A situacionalidade como elemento da textualidade. *Letras de*

Hoje, 18(2): 21-28.

_____ (1986) A intertextualidade como elemento da textualidade. *Cadernos PUC 22: Linguística Textual/ Texto e Leitura*: 39- 46.

_____ (1987) Dificuldades na leitura/produção de textos: os conectores interfrásticos. In: M. KIRST & E. CLEMENTE (orgs.) *Linguística Aplicada ao Ensino do Português*. Porto Alegre: Mercado Aberto: 83-98.

_____ (1988) Principais mecanismos de coesão textual em português. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 15: 73-80.

_____ (1989) *A Coesão Textual*. São Paulo: Contexto.

_____ (1990) A propósito: existem mesmo digressões?. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 19: 123-126.

_____ (1991) Intertextualidade e polifonia: um só fenômeno? *D.E.L.T.A.*, 7 (2):529-541.

_____ (1992) Markierte Topikkonstruktionen im Brasilianischen Portugiesisch. *Folia Linguistica XXVI / 1-2*: 62-74.

_____ (1992) *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto.

_____ (1992) Visão panorâmica das pesquisas sobre texto no Brasil. *Ilha do Desterro*, 27: 143-156.

_____ (1993) A atividade de produção textual. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 24: 65-74.

_____ (1993) A produção de inferências e sua contribuição na construção do sentido. *D.E.L.T.A.* 9, número especial: 399-416.

_____ (1994) Coesão e coerência: verso e reverso. In: *Morphé*, 9/10: 309-320.

_____ (1995) A articulação entre orações no texto. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 28: 09-18.

_____ (1996) Cognição e processamento textual. *Revista da ANPOLL*, 2: 35-44.

_____ (1996) A coesão textual e a construção dos sentidos. In: I. MAGALHÃES (org.) *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: UNB: 79-90.

_____ (1996) Estratégias pragmáticas de processamento textual. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 30: 35-42.

_____ (1996) Aquisição da escrita e textualidade. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 29: 109-117.

_____ (1997) Funções discursivas da repetição. *Actas del I Seminário Interamericano de Analistas do Discurso*: 170-176.

_____ (1997) *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto.

_____ et alii (1990) Aspectos do processamento do fluxo de informação

- no discurso oral dialogado. In: A.T. CASTILHO (org.) *Gramática do Português Falado*, 1: A Ordem: 143-184. Campinas: Edunicamp/Fapesp: 143-184.
- ____ & L. L. FÁVERO (1985) Critérios de textualidade. *Veredas*, 104: 17-34.
- ____ (1987) Contribuição a uma tipologia textual. *Letras & Letras*, 3(1). 3- 10.
- ____ & L. C. TRAVAGLIA (1989) *Texto e Coerência*. São Paulo: Cortez.
- ____ (1990) *A Coerência Textual*. São Paulo: Contexto.
- ____ e M. C. P. de SOUZA E SILVA, (1993) A dimensão ilocutória no texto falado. In: A.T. de CASTILHO (org.) *Gramática do Português Falado*, 3: As abordagens. Campinas: Edunicamp/Fapesp: 19-33.
- ____ (1996) Atividades de composição do texto falado: a elocução formal. In: A.T. CASTILHO e M. BASÍLIO (orgs.) *Gramática do Português Falado* 4: Estudos descritivos. Campinas: Edunicamp/Fapesp: 379-410.
- ____ (1996) Estratégias de desaceleração do texto falado. In: M.A.KATO (org.) *Gramática do Português Falado*, V: Convergências. Campinas: Edunicamp/Fapesp: 327-338.
- MARCUSCHI, L. A. (1983) *Linguística de Texto: o que é e como se faz*. Recife:UFPE.
- ____ (1984) Leitura como processo inferencial num universo cultural-cognitivo. *Anais do I Encontro Interdisciplinar de Leitura - UEL*: 21-44.
- ____ (1986) *Análise da conversação*. São Paulo: Ática.
- ____ (1993) *O tratamento da oralidade no ensino de língua*. São Paulo: Ática.
- ____ (1994) Estratégias de identificação referencial na interação face a face. Trabalho apresentado no I Congresso Internacional da ABRALIN.
- ____ (1995) *Contextualização e explicitude na relação entre fala e escrita*. ms.
- ____ (1997) A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In: I. G. V. KOCH (org.) *Gramática do Português Falado*, VI: Desenvolvimentos. Campinas: Edunicamp/Fapesp: 95-130.
- MARQUESI, S. C. (1995) *A organização do texto descritivo em língua portuguesa*. São Paulo: Vozes.
- MASSINI-CAGLIARI, G. (1997) *O texto na alfabetização: coesão e coerência*. Campinas: Ed. da Autora.
- MEURER, J. L. (1993) Aspectos do processo de produção de textos escritos.

Trabalhos de Lingüística Aplicada, 21: 37-48.

- MEYER-HERMMANN, R. (1976) Some topics in the study of referentials in portuguese. In: J. SCHMIDT-RADEFELD (ed.) *Readings in Portuguese Linguistics*. Amsterdam: North-Holland: 267-287.
- MILANEZ, W. (1993) *Pedagogia do oral*. Campinas: Sama
- MOLLIÇA, M. C. (1996) Supra-segmentos de fronteira: principais causas e funções. In: TAVARES, RONCARATI & MOLLIÇA (orgs.) *Variação e Discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 129-147.
- MOTSCH, W. (ed.) (1987) *Satz, Text, sprachliche Handlung*. Berlim: Akademie Verlag.
- NEIS, I. A. (1981) Por uma gramática textual. *Letras de Hoje*, 44: 35-52.
- ____ (1985) Por que uma lingüística textual? *Letras de Hoje*, 18(2): 7-12.
- ____ (org.) (1985) *Letras de Hoje*, 18(2): Lingüística Textual.
- ____ (1985) Elementos de tipologia do texto descritivo. *Cadernos PUC* 22: Lingüística Textual/ Texto e Leitura: 47-63.
- OLIVEIRA, H. F. (1996) Conectores da conjunção. In: L. W. dos SANTOS (org.) *Discurso, coesão, argumentação*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor: 67-80.
- OMENA, N. P. (1986) A referência variável da primeira pessoa do discurso no plural. In: A.NARO et alii. Relatório final de pesquisa: Projeto Subsídios do projeto censo à educação, Rio de Janeiro, UFRJ: 286-319
- OSAKABE, H. (1979) *Argumentação e Discurso Político*. São Paulo: Kairós.
- PAIVA, M. da C. (1996) Aspectos semânticos e discursivos da relação de causalidade. In: TAVARES, RONCARATI & MOLLIÇA (orgs.) *Variação e Discurso*. Rio de Janeiro; Tempo Brasileiro: 63-74
- PAREDES da SILVA, V. L. (1985) É isso aí - verbo ser e demonstrativo em função coesiva em português. *Anais do X Encontro Nacional de Lingüística*. PUC/RJ.
- PAULIUKONIS, M. A. L. (1996) Comparação e argumentação: duas noções complementares. In: L. W. dos SANTOS (org.) *Discurso, Coesão, Argumentação*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor: 39-51
- PONTES, E. (1987) *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes.
- ____ (1986) *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática.
- PRETI, D. (org.) (1995) *Análise de Textos Oraís*. São Paulo: FFLCH/USP.
- ____ (1997) *O Discurso Oral Culto*. São Paulo: FFLCH/USP.
- ____ & H. URBANO (orgs.) (1990) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*, Vol. IV: Estudos. São Paulo: T.A . Queiroz/Fapesp.
- RICKHEIT, G. & W. STROHNER (eds.) (1985) *Inferences in text processing*. Amsterdam: North-Holland.

- RISSE, M. S. (1993) Agora... o que eu acho é o seguinte. In: A.T CASTILHO (org.) *Gramática do Português Falado, III: As Abordagens*. Campinas: Edunicamp/Fapesp: 31-60.
- _____. (1966) O articulador discursivo 'então'. In: CASTILHO & BASÍLIO (orgs.) *Gramática do Português Falado IV: Estudos Descritivos*. Campinas: Edunicamp/Fapesp: 432-452
- _____. ; G. M. de O. e SILVA; H. URBANO (1997) Marcadores discursivos: traços identificadores. In: I. G. V. KOCH (org.) *Gramática do Português Falado VI: Desenvolvimentos*. Campinas: Edunicamp/Fapesp: 21-94.
- RONCARATI, C. N. (1991) Estruturas paralelas e combinação de cláusulas. *Anais do IX Congresso Internacional da ALFAL*. UNICAMP.
- SÁ, M. P. M. (1997) *A linguagem culta falada na cidade de Recife*, V. I. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- SANTOS, L. W. (org.) (1996) *Discurso, Coesão, Argumentação*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- SCHERRE, M. M. P. (1991) A concordância de número nos predicativos e participios passados. *Organon*, 5, nº 18: 52-70.
- SCHMIDT, S. J. (1978) *Linguística e Teoria do Texto*. São Paulo: Pioneira.
- SCHWARZ, M. (1992) *Einführung in die cognitive Linguistik*. Tübingen: Franke.
- SILVEIRA, R. C. P. (1986) Um conceito de texto. *Cadernos PUC 22: Linguística textual/Texto e Leitura*: 65-74.
- SILVA, G. M. O. & A. T. de MACEDO (1996) Análise sociolinguística de alguns marcadores conversacionais. In: MACEDO, RONCARATI & MOLLICA (orgs.) *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 11-50.
- SIQUEIRA, J. H. S. (1986) As macrocategorias do texto dissertativo. *Cadernos PUC 22: Linguística de Texto/ Texto e leitura*: 133-142.
- SOUZA E SILVA, M. C. P. & I. G. V. KOCH (1996) Estratégias de desaceleração do texto falado. In: M. KATO (org.). *Gramática do Português Falado, V: Convergências*. Campinas: Edunicamp/Fapesp: 327-335.
- _____. & M. F. de C. CRESITELLI (1997) Sem querer interromper e... não interrompendo. In: I. C. V. KOCH (org.) *Gramática do Português Falado VI: Desenvolvimentos*. Campinas: Edunicamp/Fapesp: 149-159.
- TRAVAGLIA, L. C. (1996) Tipologia textual e a coesão/coerência no texto oral: transições tipológicas. In: CASTILHO & BASÍLIO (orgs.) *Gramática do Português Falado IV: Estudos Descritivos*. Campinas: Edunicamp/Fapesp: 453-472.
- _____. (1994) Categorias verbais e progressão textual. *Revista de Letras da Universidad de Rosario*: 35-52.

- VAN DIJK, T. (1983) *La Ciencia del Texto*. Barcelona: Paidós.
- _____ (1989) Models in memory. Ms.
- _____ (1994) Cognitive context models and discourse. Ms.
- _____ & W. KINTSCH (1983) *Strategies of Discourse Comprehension*. Nova Iorque: Academic Press.
- VIGNAUX, G. (1991) *Les Sciences Cognitives - Une Introduction*. Paris: La Découverte.
- VOGT, C. A. (1977) *O Intervalo Semântico*. São Paulo: Ática.
- WEINRICH, H. (1964) *Tempus: besprochene und erzählte Welt*. Stuttgart: Klett. 2ª edição: 1971.
- _____ (1976) *Sprache in Texten*. Stuttgart: Klett.

ESTUDOS DO TEXTO E DO DISCURSO NO BRASIL
(Text and Discourse Studies in Brazil)

Diana Luz Pessoa de BARROS
(Universidade de São Paulo - Brasil)

ABSTRACT: The paper draws the distinction between Text and Discourse studies and relates the field to the other area of Linguistic studies developed in Brazil, giving special attention to the approaches taken.

KEY WORDS: Discourse; text; theories; study centers

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; correntes teóricas; centros de estudo

Este artigo organiza-se em duas partes: a primeira, sobre o lugar dos estudos do texto e do discurso entre as teorias da linguagem; a segunda, sobre tais estudos no Brasil.

Para a primeira questão foram retomadas, em grande parte, as reflexões que fiz sobre os estudos do texto e do discurso em conferência proferida como uma das provas de concurso de professor titular na Universidade de São Paulo, publicadas posteriormente na revista *Língua e Literatura* (1996).

1. Reflexões sobre os estudos do texto e do discurso.

Se os estudos de Saussure, de reconhecida importância para situar a lingüística entre as ciências humanas, para estabelecer seu objeto, limitaram o campo de possível interesse do lingüista, ao separarem rigidamente a língua da fala, o lingüístico do extralingüístico - por má interpretação do mestre, dizem alguns, por necessidade do momento histórico em que se transformavam os estudos da linguagem, afirmam outros, ou por razões ideológicas, consideradas as condições de produção do texto de Saussure, insistem terceiros -, os estudos que a partir de então se desenvolveram procuraram de modos diversos preencher os espaços entre as dicotomias estáveis, resgatar, do exílio da fala, outros elementos de interesse do estudioso da linguagem. Em outras palavras, os estudos posteriores reviram e retomaram posições postas de lado pela lingüística saussuriana, alargaram seu campo de estudos, deixaram, enfim, os trilhos previamente assentados, mas mantiveram, com outros nomes e novas definições, a distinção entre o que cabe ao lingüista examinar e o que é da alçada de outras ciências ou disciplinas. Essas mudanças ocorreram sobretudo quando os lingüistas se debruçaram mais seriamente sobre questões

de significação e sentido.

O caminho, a meu ver, fez-se pela ruptura de duas barreiras: a que impede a passagem da frase ao texto, a que separa o enunciado de sua enunciação. Alguns estudiosos procuraram vencer a primeira barreira, outros saltaram a segunda, muitos trataram de derrubar ambos os limites. No primeiro caso, devem ser mencionados os estudos de Harris que, sem fugir dos pressupostos da teoria distribucional, propõe, com método formal e prescindindo do conteúdo, que se examine a estruturação global do texto.

Já as teorias pragmáticas, por exemplo, vão além da segunda barreira, retomam ao extralingüístico elementos situacionais indispensáveis à constituição do sentido do texto e descrevem e explicam os laços que unem enunciação e enunciado. Agrupam-se entre as pragmáticas teorias diferentes que têm, porém, em comum, o fato de procurarem aumentar a "fatia" da linguagem que tradicionalmente cabe aos estudos lingüísticos, pela recuperação de uma parte do "caos" da fala e pela consideração de certas condições de uso da língua. Os fatos pragmáticos ou de interação social do homem na e pela linguagem são definidos, por essas teorias, como fatos de língua ou de competência do falante, isto é, como fenômenos sistemáticos, que fazem parte das regras que o falante domina para usar a língua.

Os estudos do texto e do discurso, por sua vez, caracterizam-se pela ruptura das duas barreiras, ao mesmo tempo: preocupam-se com a organização global do texto e examinam as relações entre discurso, enunciação e fatores sócio-históricos.

Esses caminhos novos trouxeram aos estudos da linguagem mudanças significativas de posicionamento e não somente acrescentamentos: deixou-se de ver a língua como lugar de representação apenas de significados objetivos, para considerá-la como meio convencional de agir no mundo (veja-se a pragmática dos atos de linguagem); passou-se a considerar a linguagem, por natureza, como um instrumento de argumentação e de interação e não somente de informação (vejam-se os estudos de Ducrot, as teorias da argumentação, a sociolingüística interacional ou a análise da conversação); concebeu-se o texto (ou o discurso) e não mais a frase como unidade de sentido, tomando-o como o objeto dos estudos lingüísticos e condicionando a descrição das frases ao exame satisfatório dos mecanismos de organização textual (vejam-se as teorias do texto e do discurso em geral e os escritos precursores de Bakhtin); colocou-se a intersubjetividade como anterior à subjetividade, ou seja, a relação

entre interlocutores não apenas funda a linguagem e dá sentido ao texto, como também constrói os próprios sujeitos produtores do texto (vejam-se os estudos de Bakhtin, as diversas teorias pragmáticas e a análise da conversação); caracterizou-se o discurso como lugar ao mesmo tempo do social e do individual; definiu-se a linguagem pelo dialogismo em suas duas acepções, a do diálogo entre interlocutores e a do diálogo que cada texto mantém com outros textos.

Essas novas posições criaram um novo objeto (ou mais de um) dos estudos lingüísticos, com as características apontadas: ao mesmo tempo social e individual, instrumento de argumentação e de informação, fundado pela interação ou pelas relações intersubjetivas que antecedem e criam a subjetividade, de dimensão maior que a da frase e com organização própria, constitutivamente dialógico, ou mesmo, duplamente dialógico.

Em síntese, as diferentes teorias pragmáticas, textuais e discursivas trazem novas posturas e objeto aos estudos da linguagem, na segunda metade do século XX. E o fazem com fundamentos diferentes, herdados de quadros teóricos diversos, com que dialogam - a lógica e a filosofia da linguagem, a antropologia estrutural, os estudos cognitivos, a psicanálise lacaniana, o materialismo histórico, entre outros - e com graus de formalização e de estabilização dos objetos também diferentes.

Há, portanto, um ponto de vista comum a tais estudos, que paira sobre ou sob as diferenças, qual seja o de ocupar o "vão" entre pontos estáveis, o de preencher o espaço entre posições bem definidas pelos estudos lingüísticos anteriores - língua vs fala, competência vs performance, enunciação vs enunciado, lingüístico vs extralingüístico. Embaralham-se diferenças bem estabelecidas, mistura-se o que antes estava claramente separado, ou, como diz Guimarães Rosa, "tão claro como água suja". Os estudos do texto e do discurso, em decorrência, caracterizam-se pela fragilidade e instabilidade de não serem "nem isto, nem aquilo" ou de serem ao mesmo tempo "isto e aquilo".

A "fragilidade" dos estudos do texto e do discurso favorece assim críticas e objeções diversas, conforme a teoria se aproxime de um ou de outro pólo ou se mantenha em indecisa posição. Uma das objeções, em geral dita humanista, que sofrem as teorias do discurso é a de reducionismo. Essa objeção se refere ao "empobrecimento" que as teorias do discurso e do texto trazem a seu objeto de estudo, por excessivo formalismo, por adoção de um ponto teórico único, por muita preocupação com procedimentos lingüísticos e discursivos,

em detrimento de outros aspectos mais "intuitivos" ou "criativos", por fazerem do texto o lugar apenas de comprovação ou de exemplificação de complicadas elaborações teóricas. Uma segunda objeção, também bastante freqüente, é a crítica ideológica de negação da história, feita a propostas como as de Benveniste, de Greimas, das pragmáticas em geral que, por considerarem apenas a enunciação pressuposta no discurso, nem sempre examinam devidamente as variáveis sócio-históricas que, com as lingüísticas, engendram os sentidos do discurso. A terceira crítica seria o desafio "fundamentalista" (no dizer de Eric Landowski) de projetos mais descritivos que explicativos.

Em resumo, os estudos do texto e do discurso, por um lado, não são suficientemente formais e explicativos para a lingüística "hard", por outro são excessivamente formais ou estruturalistas ou atados a mecanismos internos para os adeptos de análises mais livres e "criativas". Embora sejam estudos da linguagem, os do discurso e do texto são muitas vezes marginalizados, porque caracterizados pela instabilidade acima mencionada. Os que assim pensam não percebem que essa instabilidade é condição do estudo da linguagem.

Em relação às críticas de reducionismo, cabe um "mea culpa" e uma defesa. É necessário reconhecer que são muitos os que se dizem estudiosos do texto sem o serem, muitos os que utilizam uma metalinguagem que desconhecem, muitos os que fazem realmente do texto um exemplo para teorias mal digeridas. No entanto, é fácil separar o joio do trigo e, se nem sempre se faz a distinção, é porque interferem questões de outra ordem: o desconhecimento dos estudos do texto e do discurso, de seus avanços e resultados, a má-fé e o medo de perder espaços.

A posição de instabilidade em que tais estudos colocam a linguagem é, portanto, a maior perdição deles e também sua maior "grandeza". O momento hoje é, sem dúvida, o de uma lingüística da instabilidade (veja-se, a respeito, José Luiz Fiorin em "Lingüística: perspectivas e aplicações", 1994). São os fatos lingüísticos instáveis, aqueles que não se resolvem como "ou isto ou aquilo", que instigam os estudiosos da linguagem, e os do discurso e do texto, antes de todos. O estudioso do discurso, bravamente, acredita poder dizer alguma coisa sobre essas questões, sem, no entanto, estabilizar o instável, pois cria apenas, e o reconhece, um equilíbrio precário.

2. Os estudos do texto e do discurso no Brasil.

2.1. Direções teóricas e distribuição no País

Procurei apontar as características gerais e o ponto de vista comum dos estudos do texto e do discurso. Faço agora o caminho inverso e trato de ressaltar a enorme diversidade desses estudos, a partir da trilha comum examinada. Vou-me limitar a mencionar as grandes linhas dessas abordagens no Brasil, diferenciando-as segundo as perspectivas da filiação teórica e dos papéis que assumiram no País.

Para esse panorama geral e um tanto superficial foram utilizados dois tipos de dados: as linhas e projetos de pesquisa dos cursos de pós-graduação no Brasil, na área de Letras e Lingüística em 1990-1991 e 1994-1995 (material que me foi fornecido pela CAPES - Fundação Coordenação de Pessoal de Nível Superior); as informações do Quem é quem na pesquisa em Letras e Lingüística no Brasil (Marcuschi, 1992), publicado pela ANPOLL - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Lingüística.

Com esses elementos, posso, de alguma forma, apontar os núcleos já constituídos e mais produtivos dos estudos do discurso no Brasil, os temas dos principais projetos em desenvolvimento e as direções teóricas dessas pesquisas.

Sete linhas teóricas destacam-se nos estudos do texto e do discurso no País: a Análise do Discurso (AD) francesa, a Semiótica Narrativa e Discursiva, também iniciada na França, as várias teorias do discurso inglesas, os estudos funcionalistas do discurso, a Lingüística Textual, sobretudo anglo-saxônica, a Análise da Conversação e/ou análises da organização textual/interativa do discurso, e uma última direção que reúne, de modo mais eclético, estudos que dialogam com a Teoria da Literatura, a Semiologia, a Pragmática e a Semântica, Bakhtin ou Benveniste. Há muitas outras que deixo de examinar por terem tido menor alcance no Brasil. É o caso, por exemplo, da proposta modular de Eddy Roulet, trabalhada sobretudo na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Das sete direções teóricas destacadas, os estudos funcionalistas do discurso e a Lingüística Textual são objeto de reflexão de outros artigos deste número da revista.

A distribuição das cinco linhas restantes por universidades e por cursos de pós-graduação (há mais de 50 cursos de mestrado e de doutorado em Letras e Lingüística no Brasil) mostra aproximadamente o quadro que segue.

2.1.1. Análise do Discurso francesa (AD).

A Análise do Discurso (AD) de linha francesa tem seus principais núcleos

na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, nos Departamentos de Lingüística e de Lingüística Aplicada. Desenvolvem-se lá grandes projetos coletivos e individuais, e boa parte dos analistas de discurso que hoje ensinam e formam pesquisadores nessa linha de investigação formou-se na UNICAMP. Há outros grupos menores, na Universidade de São Paulo - USP, sobretudo na pós-graduação em Língua Portuguesa, na Pontifícia Universidade Católica - PUC, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, nas universidades federais do Rio Grande do Sul - UFRGS e Fluminense - UFF, além de iniciativas mais individuais de estudiosos espalhados por várias outras universidades federais (na Paraíba, no Mato Grosso, em Santa Catarina, em Alagoas, em Brasília, em Juiz de Fora).

Muitas das pesquisas sobre o discurso desenvolvidas no Brasil pertencem a essa linha de investigação e podem ser agrupadas em três grandes blocos: o primeiro, com pesquisas sobre questões teóricas que tradicionalmente preocupam os analistas do discurso e que receberam entre nós desenvolvimentos próprios, tais como os estudos sobre o sujeito, a autoria, a interpretação e o sentido, o discurso e o acontecimento, a heterogeneidade discursiva, a noção de arquivo (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS), ou as preocupações com a metodologia de análise do discurso (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Universidade Federal de Alagoas - UFAL); o segundo, com trabalhos também teóricos sobre discursos específicos ou sobre aspectos pontuais dos discursos, como por exemplo o discurso dos missionários (Universidade de São Paulo - USP e Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), da imigração (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), do humor (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), da gramática (Universidade de São Paulo - USP e Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), o discurso político, religioso e jurídico (universidades federais de Alagoas - UFAL, do Rio Grande do Sul - UFRGS, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RJ, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), o discurso pedagógico (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS), o discurso naturalista (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), o funcionamento discursivo da disjunção em português (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), a norma culta na perspectiva da análise do discurso (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS); o terceiro, com estudos sobre a realidade brasileira, enquanto discursos, entre os quais cito apenas os projetos sobre discurso, significação e brasilidade (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), o discurso

público no espaço urbano (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), aspectos discursivos da análise de línguas indígenas (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), os discursos missionários e literários sobre os índios e brasilidade (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), o discurso público no espaço urbano (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), aspectos discursivos da análise de línguas indígenas (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), os discursos missionários e literários sobre os índios (Universidade de São Paulo - USP), a História das Idéias Lingüísticas no Brasil (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Universidade de São Paulo - USP, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFGRS, Universidade Federal Fluminense - UFF), o discurso do e sobre os sem-terra (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e Universidade Federal de Alagoas - UFAL), as formações discursivas dos docentes da rede pública de Porto Alegre (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFGRS).

2.1.2. A influência dos ingleses nos estudos do discurso.

Alguns indiretamente vinculados à Análise do Discurso de linha francesa, outros nem tanto, há grupos no Brasil que se relacionam mais de perto com as pesquisas dos ingleses sobre o discurso (Fairclough, Clark, Coulthard, Sinclair e outros). É o caso de estudiosos da Universidade de Brasília - UnB que examinam, por exemplo, o discurso e a interação em contextos institucionais, ou as interações médico-paciente, terapeuta-paciente e da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, sobretudo na pós-graduação em inglês, que se voltam para questões de discurso e sexo, discurso jurídico, interação verbal e não-verbal, discursos de auto-ajuda.

2.1.3. Estudos dos textos orais: perspectivas textual-interativa e/ou conversacional.

Os estudos dos textos orais no Brasil têm-se efetuado sobretudo nas perspectivas textual-interativa e/ou conversacional da Análise da Conversação, da Sociolingüística Interacional, da Etnografia da Comunicação ou da Etnometodologia. Nessas direções estão envolvidos principalmente grupos localizados na Universidade de São Paulo - USP, nos cursos de Lingüística, de Língua Portuguesa e de Alemão, sobretudo, com o Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta de São Paulo - Projeto NURC-SP-USP, na Universidade de Campinas - UNICAMP, nos departamentos de Lingüística e de Lingüística Aplicada, na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, na Universidade

Estadual Paulista - UNESP, em Araraquara e em Assis, na Universidade Federal Fluminense - UFF e na Pontifícia Universidade Católica - PUC, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Além dos grupos constituídos, há pesquisadores distribuídos em diferentes universidades do País (nas universidades federais do Paraná - UFPR, de Santa Catarina - UFSC, de Mato Grosso - UFMT, do Rio Grande do Norte - UFRN, do Pará - UFPA, de Minas Gerais - UFMG, do Rio Grande do Sul - UFRGS, de Brasília - UNB, da Bahia - UFBA, de Uberlândia - UFU, de Alagoas - UFAL, Fluminense - UFF e na Universidade de Passo Fundo). Os estudiosos dos discursos orais aparecem, nas diferentes fontes consultadas, sob os rótulos de etnografia da comunicação, interação verbal, fala e escrita, estudo da fala, português falado e, principalmente, análise da conversação.

Os estudos dos núcleos estabelecidos ou dos pesquisadores isolados tratam sobretudo da organização textual-interativa da fala e dos procedimentos de construção dos discursos orais - estruturas paralelas, repetição, tópico, turnos, paráfrase, correção, hesitação, inserções, marcadores, rituais conversacionais - além de questões mais específicas sobre o poder na interação (na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE), linguagem, interação e sexo (nas universidades federais de Pernambuco - UFPE e de Santa Catarina - UFSC, e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ), interação no trabalho e em contextos institucionalizados - escola, empresa, mídia - (na Pontifícia Universidade Católica - PUC, em São Paulo e no Rio de Janeiro, nas universidades federais de Brasília - UNB, de Uberlândia - UFU e do Rio de Janeiro - UFRJ), relação entre fala e escrita (nas universidades federais de Pernambuco - UFPE, do Rio Grande do Norte - UFRN, de Uberlândia - UFU e na Universidade de São Paulo - USP), interação via computador, interação no discurso jurídico (na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF), linguagem dos idosos (na Universidade de São Paulo - USP), estratégias conversacionais no discurso psicótico (na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ).

Dois grandes projetos estão em andamento sobre o português falado: o Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta, principalmente em São Paulo (Universidade de São Paulo - USP e Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), na Bahia (Universidade Federal da Bahia - UFBA, em Salvador), em Pernambuco (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, em Recife) e no Rio de Janeiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ); o Projeto da Gramática do Português Falado, que envolve pesquisadores das diferentes instituições brasileiras e está centralizado na UNICAMP. Em ambos os projetos,

os estudos do português falado não contemplam apenas as questões discursivas, textuais ou interativas da fala, mas alguns dos grupos envolvidos nesses projetos dedicam-se especificamente a tais aspectos, daí terem sido inseridos neste panorama da análise do discurso no Brasil.

O discurso oral e o português falado estão sendo examinados no Brasil com regularidade nos últimos vinte anos, de perspectivas teóricas muito diversas. Além das já mencionadas, análises interativas e conversacionais, que interessam diretamente a esta apresentação, podem ser citadas a lingüística textual, sobretudo, quando relacionada com os estudos cognitivos, com o processamento lingüístico cognitivo do texto oral, (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, universidades federais Fluminense - UFF, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/Rio), algumas teorias semiolingüísticas (em geral na Pontifícia Universidade Católica - PUC, em São Paulo e no Rio e na Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ), os estudos sociolingüísticos da variação e da interação, estreitamente relacionados com os do discurso oral ou da conversação, e que já apresentaram resultados significativos sobretudo nas universidades federais do Rio de Janeiro - UFRJ, de Santa Catarina - UFSC e do Paraná - UFPR e na Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, além das demais teorias do discurso, tais como a Análise do Discurso francesa e a Semiótica, quando examinam os discursos orais.

2.1.4. Semiótica narrativa e discursiva.

O quarto bloco de estudos do discurso contempla os que têm como fundamentação teórica a Semiótica narrativa e discursiva, desenvolvida na França, por A. J. Greimas e por um grupo de pesquisadores principalmente na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais em Paris. Existem outras teorias semióticas, como a de Peirce ou a Escola de Tartu, por exemplo, também bastante conhecidas e produtivas no Brasil, mas que nem sempre podem ser consideradas teorias do discurso.

Por ser essa teoria a opção que fiz para os meus estudos sobre o discurso, posso apresentá-la com mais detalhes que os obtidos nas fontes consultadas.

A linha de investigação semiótica tem seus principais e mais antigos núcleos em São Paulo, na Universidade de São Paulo - USP, sobretudo na pós-graduação em Lingüística e na Escola de Comunicações e Artes - ECA, e na Universidade Estadual Paulista - UNESP, em Araraquara e em São José do Rio

Preto. Nessas universidades formou-se a maioria dos pesquisadores em Semiótica no Brasil e desenvolveu-se grande parte dos projetos de pesquisa na área. Em 1973, constituiu-se, com pesquisadores dessas instituições, um Centro de Estudos Semióticos que teve papel inegável na formação de pesquisadores e na divulgação dessa linha de pesquisa. Há atualmente outros grupos que merecem destaque, na PUC-SP (com um Centro de Estudos Sociosemióticos muito ativo), nas universidades federais do Rio Grande do Sul - UFRGS, de Minas Gerais - UFMG e Fluminense - UFF, na Universidade Estadual Paulista - UNESP, em Assis e na Universidade de Londrina - UEL. Alguns desses núcleos não estão ligados diretamente aos estudos lingüísticos, em sentido restrito, o que permite o enriquecimento dos estudos dos discursos verbais, orais e escritos, que podem assim ser aproximados, com um mesmo ponto de vista teórico, dos discursos do cinema, da publicidade, da pintura, etc.

A semiótica no Brasil tem cumprido, a seu modo e com suas possibilidades teóricas e metodológicas, os papéis e funções dos estudos do discurso em geral. Os semioticistas não se descuidaram das questões teóricas e, atualmente, três direções têm sido empreendidas no Brasil. A primeira sobre a sintaxe e a semântica do discurso, com estudos que examinam principalmente as estratégias do discurso - ambigüidade discursiva, argumentação, figurativização, aspectualização, configurações patêmicas - e as relações entre enunciação e discurso. Essas pesquisas preocupam-se também com a descrição do português. A segunda direção congrega estudos que revêem a concepção e organização do nível fundamental dos discursos, a partir de estudos sobre a figuratividade e a tensividade do esquema profundo. A terceira, diz respeito aos estudos de uma semiótica específica - discursos visuais, gustativos, poéticos, estéticos, da canção popular, da música, da pintura, do cinema -, às traduções intersemióticas e aos estudos interdisciplinares - semiótica e psicanálise, semiótica e teoria das catástrofes, semiótica e estudos cognitivos, semiótica e análise da conversação, semiótica e retórica. Examina-se, nesse bloco de pesquisas, o plano da expressão dos textos, do ponto de vista da construção do sentido, ou seja, estudam-se questões de sincretismo de expressão, de especificidade de certas matérias e substâncias da expressão, de relação semi-simbólica ou tensiva entre expressão e conteúdo.

Entre os projetos de pesquisa mais "aplicados" ou "sociais" da semiótica, menciono apenas alguns sobre os discursos dos presidentes militares após 64, a canção popular brasileira, os discursos dos livros didáticos de História do Brasil, a história das idéias lingüísticas no País, o discurso do vestibulando,

o discurso separatista gaúcho, os discursos literários brasileiros, o discurso da crítica de arte no Brasil.

2.1.5. Outros.

O último grupo reúne as pesquisas que combinam perspectivas diversas de análise do discurso e do texto e que são encontradas em quase todos os centros de pesquisa do País. Cito alguns deles:

a) estudos a partir de ou em torno dos escritos de Bakhtin, e, sobretudo, das questões de dialogismo, polifonia, intertextualidade, heterogeneidade discursiva, metalinguagem, paráfrase, ironia, humor, tanto em exames lingüísticos quanto literários, desenvolvidos principalmente na Universidade de São Paulo - USP, na Universidade Federal do Paraná - UFPR e na Pontifícia Universidade Católica - PUC, em São Paulo (Há pesquisadores individuais em outras universidades, tais como as universidades federais de Santa Maria - UFSM, de Minas Gerais - UFMG e de Juiz de Fora - UFJF);

b) estudos do discurso nas várias perspectivas pragmáticas, semânticas ou enunciativas (Benveniste, Jakobson e outros) e com materiais e objetivos também diversificados, tais como os provérbios, as fábulas, o discurso totalitário, o discurso jornalístico, a nação brasileira, a metáfora, o paratexto (prefácio), o texto publicitário, metáforas na TV, desenvolvidos sobretudo na Universidade de São Paulo - USP (em diferentes programas de pós-graduação), na Universidade de Campinas - UNICAMP, na Universidade Estadual Paulista - UNESP, em Araraquara, nas universidades federais do Rio Grande do Sul - UFRGS, de Pernambuco - UFPE, de Santa Catarina - UFSC, do Rio de Janeiro - UFRJ, do Ceará - UFCE, de Minas Gerais - UFMG e Fluminense - UFF e na Pontifícia Universidade Católica - PUC, no Rio de Janeiro e em São Paulo (Observe-se que no Quem é quem há grande intersecção entre os pesquisadores que se colocaram sob as etiquetas "pragmática", "semântica" e "análise do discurso");

c) estudos do discurso nos cursos de literatura das universidades brasileiras, em que, às pesquisas que examinam os discursos poéticos, estéticos ou literários (narrativa literária, discurso memorialista, biográfico, epistolar, ensaio, intertextualidade) com as fundamentações teóricas já mencionadas (análise do discurso francesa, lingüística textual, semiótica, etc), somam-se estudos com base na estética da recepção (nas universidades federais de Minas Gerais - UFMG, de Santa Catarina - UFSC, na Universidade de São Paulo -

USP, na Pontifícia Universidade Católica - PUC, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, na Universidade Estadual de Londrina - UEL), na hermenêutica (na Universidade de Brasília - UNB), na retórica e na estilística (na Universidade de São Paulo - USP, nas universidades federais do Rio de Janeiro - UFRJ, da Paraíba - UFPB, do Rio Grande do Sul - UFRGS, da Bahia - UFBA e Fluminense - UFF, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, na Universidade de Brasília - UNB), na crítica genética (na Universidade de São Paulo - USP, nas universidades federais da Paraíba - UFPB e de Santa Catarina - UFSC), na semiologia (na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ), com projetos, entre outros, sobre o discurso feminino ou sobre a mulher na literatura (nas universidades federais de Minas Gerais - UFMG, do Pará - UFPA, do Rio Grande do Norte - UFRN, de Alagoas - UFAL, do Rio de Janeiro - UFRJ, do Rio Grande do Sul - UFRGS, do Espírito Santo - UFES e Fluminense - UFF, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, na Pontifícia Universidade Católica - PUC, em Minas Gerais, em São Paulo e no Rio de Janeiro, na Universidade de São Paulo - USP), sobre a oralidade e a escrita na literatura (nas universidades federais de Minas Gerais - UFMG, da Bahia - UFBA, da Paraíba - UFPB, na Universidade Estadual Paulista - UNESP, em São José do Rio Preto), sobre leitura e literatura, sobre a formação de leitores, sobre o ensino da literatura ou sobre literatura e educação (na Universidade Estadual Paulista - UNESP, em Assis, na Universidade de São Paulo - USP, nas universidades federais do Rio de Janeiro - UFRJ, do Rio Grande do Norte - UFRN, de Minas Gerais - UFMG, de Brasília - UNB, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ, na Universidade Estadual de Londrina - UEL), sobre música e literatura (na Universidade Federal do Paraná - UFPR, na Universidade de São Paulo - USP, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ, na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ), sobre pintura, arquitetura ou artes visuais, em geral, e literatura (na Universidade de Brasília - UNB, na Universidade de São Paulo - USP, na Universidade Estadual Paulista - UNESP, em São José do Rio Preto e em Araraquara, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ, nas universidades federais de Minas Gerais - UFMG, do Rio de Janeiro - UFRJ e de Juiz de Fora - UFJF), sobre literatura e jornalismo ou literatura e mídias (na Universidade de São Paulo - USP, na Universidade Federal da Bahia - UFBA), sobre mito (Universidade de Brasília - UNB), sobre humor na literatura (na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG) e, com muita frequência, sobre o discurso da crítica, da teoria literária, das revistas culturais (nas universidades federais da Bahia - UFBA e do Rio de Janeiro - UFRJ, na Pontifícia Universidade Católica - PUC, no Rio de Janeiro, na

Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, na Universidade de São Paulo - USP);

d) estudos semiológicos e semiolingüísticos do discurso, de inspiração francesa, localizados principalmente nas universidades do Rio de Janeiro (UFRJ, UFF, UERJ, PUC), nas universidades federais de Minas Gerais - UFMG e de Juiz de Fora - UFJF, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, na Universidade Estadual Paulista - UNESP, em São José do Rio Preto;

e) estudos filológicos que, muitas vezes, se aproximam das análises do discurso e do texto, tal como previam R. Jakobson (Essais de Linguistique Générale; p. 21) e Isaac Nicolau Salum, com suas análises em "garfos", e que podem ser encontrados hoje sobretudo na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG, nas universidades federais da Bahia - UFBA, da Paraíba - UFPB, do Rio de Janeiro - UFRJ e Fluminense - UFF e na Universidade de São Paulo - USP.

Finalmente, menciono rapidamente o estreito relacionamento que as análises do discurso mantêm com outras disciplinas ou campos do conhecimento. Faço referência apenas às relações interdisciplinares mais usuais no Brasil:

- com a fonética e a fonologia, e em direções teóricas diversas dos estudos do discurso, principalmente na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e na Universidade Estadual Paulista - UNESP, em Marília;

- com a lingüística indígena, sobretudo na linha da análise do discurso francesa e com estudos sobre aspectos discursivos das línguas indígenas, sobre o discurso missionário e sobre questões de ensino/aprendizagem, desenvolvidos principalmente na Universidade de Campinas - UNICAMP, na Universidade de São Paulo - USP e na Universidade Federal de Goiás - UFGO;

- com a neurolingüística, principalmente na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP;

- com os estudos de aquisição de linguagem, em diversas direções teóricas da análise do discurso, mas em geral nas dos estudos cognitivos do texto e dos estudos discursivos de língua falada, principalmente na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e na Universidade Estadual Paulista - UNESP, em Araraquara.

- com a informática, em que se desenvolvem metodologias para análise de discursos, sobretudo na Universidade de São Paulo - USP, na Pontifícia Universidade Católica - PUC de São Paulo e do Rio de Janeiro e na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC;

- com a psicanálise, em diferentes direções dos estudos do discurso, mas principalmente na análise do discurso francesa, na semiótica, na sociolinguística interacional, na análise da conversação e na lingüística textual, na Universidade de São Paulo - USP, na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (Há muitos outros estudos no Brasil que aproximam psicanálise e estudos do texto, mas, a maioria, no campo da literatura, como por exemplo nas universidades federais de Alagoas - UFAL, de Minas Gerais - UFMG, do Rio de Janeiro - UFRJ, de Juiz de Fora - UFJF e na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG);

- com a sociolinguística e a teoria da variação, sobretudo nas universidades federais do Rio de Janeiro - UFRJ, de Santa Catarina - UFSC, do Paraná - UFPR e Fluminense - UFF e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ;

- com a sintaxe ou a teoria da gramática, no caso, essencialmente, dos estudos funcionalistas do discurso, nas universidades federais de Santa Catarina - UFSC, do Rio de Janeiro - UFRJ, Fluminense - UFF e de Juiz de Fora UFJF, na Universidade de São Paulo - USP e na Universidade Estadual Paulista - UNESP, em Araraquara;

- com a lingüística aplicada, laços que serão examinados na última parte deste texto.

3. Papéis e funções dos estudos do texto e do discurso no Brasil.

As funções primeiras dos estudos do texto e do discurso são, sem dúvida, as do estudos lingüísticos em geral: a de contribuir para o conhecimento da linguagem, através da língua e de seus discursos e, pela linguagem, do homem; a de concorrer para o desenvolvimento teórico e metodológico da própria disciplina. Com esses fins, os estudiosos do discurso no Brasil têm realizado pesquisas nas várias direções já apontadas neste artigo e conforme a perspectiva teórica escolhida. O acúmulo de conhecimento já é grande e sabe-se hoje bem mais sobre o discurso do que se sabia há trinta anos.

Além das preocupações teóricas, os estudos do texto e do discurso têm papéis que poderiam ser ditos "sociais", não fosse a redundância do termo, nesse campo do conhecimento: o de participar dos debates sobre ensino/aprendizagem da competência discursiva, em língua materna e em segunda língua; o de contribuir para que se conheçam melhor, por meio dos discursos, a cultura e a sociedade brasileiras.

3.1. Questões de ensino.

Os estudos do discurso são imprescindíveis para o ensino/aprendizagem da competência discursiva e os pesquisadores brasileiros não se furtaram a essa tarefa. Sem dúvida, outros caminhos têm sido também empreendidos, com êxito, nesse campo. Somam-se esforços, conjugam-se pesquisas, comparam-se resultados. Poucos são os estudiosos do texto e do discurso que, enquanto tal, não se dedicam ou tenham-se dedicado a questões de ensino, em três grupos de preocupações: leitura, redação, escrita e tradução; ensino/aprendizagem de língua materna e estrangeira; interação, sala de aula, relação professor/aluno.

Os laços são, portanto, estreitos com a lingüística aplicada, embora haja diferenças teóricas e de métodos entre a lingüística aplicada e os estudos do discurso. Menciono alguns centros em que essa interação ocorre, em geral nos cursos de línguas estrangeiras, além é claro, dos de lingüística aplicada, e com diferentes perspectivas dos estudos do discurso:

- problemas de tradução, nas universidades federais de Santa Catarina - UFSC (sobretudo na pós-graduação em inglês), de Brasília - UnB, do Rio Grande do Sul - UFRGS, de Santa Maria - UFSM, do Rio de Janeiro - UFRJ, de Minas Gerais - UFMG, de Uberlândia - UFU e Fluminense - UFF, na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, na Universidade de São Paulo - USP, na Universidade Estadual Paulista - UNESP, em Assis (Podem ser incluídas nesse grupo as preocupações com a tradução literária ou poética, muito freqüentes nos cursos de literatura de diferentes universidades - Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Universidade de Brasília - UnB, Universidade de São Paulo - USP);

- redação, leitura, compreensão, na Universidade Estadual Paulista - UNESP, em São José do Rio Preto e em Araraquara, na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, na Universidade de São Paulo - USP, nas universidades federais de Alagoas - UFAL, da Bahia - UFBA, da Paraíba - UFPB, de Pernambuco - UFPE, do Rio de Janeiro - UFRJ, de Santa Catarina - UFSC, de Minas Gerais - UFMG, do Paraná - UFPR, do Pará - UFPA, do Rio Grande do Sul - UFRGS, de Santa Maria - UFSM, de Uberlândia - UFU, Fluminense - UFF, na Pontifícia Universidade Católica - PUC, em São Paulo e no Rio Grande do Sul;

- ensino de línguas indígenas e interações transculturais na Universidade Federal de Goiânia - UFGO e na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP;

- interação na escola, professor/aluno em sala de aula, em que a aula é vista como um discurso, na Universidade de Campinas - UNICAMP, nas

universidades federais de Brasília - UnB, de Pernambuco - UFPE, do Rio Grande do Norte - UFRN, de Alagoas - UFAL, na Universidade de São Paulo - USP, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP;

- análise do discurso e o ensino de 1ª e 2ª línguas, na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, nas universidades federais de Santa Catarina - UFSC, do Rio de Janeiro - UFRJ e de Minas Gerais, UFMG, na Universidade de São Paulo - USP, na Universidade Estadual Paulista - UNESP, em Assis e Araraquara;

- processos discursivos na educação, na Universidade de Brasília - UnB, na Universidade de Campinas - UNICAMP, na Universidade de São Paulo - USP, na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ;

- discurso pedagógico, nas universidades federais do Rio Grande do Norte - UFRN, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS, na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, na Universidade de São Paulo - USP;

- discurso do livro didático, Universidade de São Paulo - USP, universidades federais da Paraíba - UFPB, de Universidade Estadual Paulista - UNESP, em Araraquara, na Universidade Estadual de Londrina - UEL, na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

3.2. Discurso e sociedade.

As investigações sobre o discurso que têm por preocupação contribuir para que se conheça melhor, por meio da linguagem, a sociedade brasileira são bastante numerosas no Brasil. É fácil perceber nas pesquisas que foram já citadas neste artigo o interesse que os estudiosos brasileiros do discurso, das diversas perspectivas, têm por esse tipo de pesquisa. São estudos sobre a História das idéias lingüísticas no Brasil (UNICAMP e USP); o discurso no espaço urbano (UNICAMP); discurso significação e brasilidade (UNICAMP); discurso político e religioso - dos presidentes da ditadura, de Antônio Conselheiro, separatista, etc - (USP, UNICAMP, UFRGS); o discurso nas situações de trabalho no Brasil e em relação ao Mercosul (UFRGS, UNICAMP, PUC/SP, PUC/Rio); o discurso urbano oral culto no Brasil (USP, UNICAMP, UFBA, UFPE, UFRJ); os livros didáticos, as redações de vestibular (USP, UNICAMP, PUC/SP); o discurso dos livros didáticos da História do Brasil (USP); o discurso dos missionários (UNICAMP, USP); os discursos dos índios (UNICAMP, UFGO), a construção discursiva dos heróis nacionais (USP); o discurso dos adolescentes e dos idosos brasileiros (USP, UFMG); as canções

populares brasileiras (USP); os discursos literários no Brasil (em diferentes universidades); o discurso da crítica de arte no Brasil (UFF), a argumentação nos editoriais de jornais de grande circulação (UFRGS); o discurso humorístico (UNICAMP); a fala e a escrita da mulher no Brasil (UFPE, UFF, UFRN); o discurso jurídico brasileiro (PUC-SP, UNISINOS) e muitos outros.

Deve-se mencionar que, desses estudos completados ou em andamento, desenvolvidos como projetos coletivos ou individuais, com a participação de pesquisadores experimentados, de alunos e de pós-graduandos, resultaram e resultam um número expressivo de teses, dissertações, livros, capítulos de livros, ensaios, artigos em revistas especializadas. Se os estudiosos do discurso no Brasil têm procurado cumprir seus múltiplos papéis e dado uma pequena contribuição para que se aprimore o ensino, para que as teorias lingüísticas avancem e para que se conheça um pouco melhor a sociedade brasileira, há ainda muito a ser feito.

Espero ter conseguido, sem muitas distorções e com as fontes a que pude ter acesso, localizar os principais núcleos de exame do discurso no Brasil e, principalmente, mostrar o papel que desempenham entre nós e o estágio de desenvolvimento que alcançaram nas últimas décadas.

Termino expondo uma crença (ou uma certeza): a de que, tendo em vista o amadurecimento que se alcançou nessa área, é hora de deixar os esforços dos estudiosos do discurso na América Latina, para que se somem resultados e preocupações, dificuldades e soluções, caminhos comuns e perspectivas diversas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, D. L. P. de (1996) Reflexões sobre os estudos do texto e do discurso. *Língua e Literatura*, 22. São Paulo: 181-199.
- FIORIN, J. L. (1994) Lingüística: perspectivas e aplicações. *Estudos Lingüísticos*. XXIII Anais de Seminários do GEL, I: 18-25.
- MARCUSCHI, L. A. (org.) (1992) *Quem é quem na pesquisa em Letras e Lingüística no Brasil*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística - ANPOLL, Recife.

RETROSPECTIVA SOCIOLINGÜÍSTICA: CONTRIBUIÇÕES DO PEUL
(Sociolinguistic Overview: PEUL's Contribution)

Maria da Conceição de PAIVA (*Universidade Federal do Rio de Janeiro*)
Maria Marta Pereira SCHERRE (*Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade de Brasília*)

ABSTRACT: In this article we focus PEUL's (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua) contribution to Brazilian Sociolinguistics, and, specifically, to variationist studies. We start by providing an overview of Rio de Janeiro variable phenomena. Then we show the spread of variation domain and emphasize the systematicity and regularity of a linguistic variable - the formal parallelism - on phenomena of language variation and change, and show some patterns of correlation between language and social structure.

KEY WORDS: Systematic Variation; Levels of Variation; Linguistic Change; Usage Universals.

PALAVRAS-CHAVE: Variação Sistemática; Níveis de Variação; Mudança Lingüística; Universais de Uso.

0. Introdução

Nesta oportunidade, em que se comemoram os 30 anos de criação da Associação Brasileira da Lingüística (ABRALIN), coube-nos a tarefa de precisar as contribuições do grupo de pesquisa *Programa de estudo sobre o uso da língua* (PEUL) para o desenvolvimento da Sociolingüística no Brasil¹. Não podemos deixar de ressaltar a inquestionável importância dessa associação, cuja história se confunde com a própria história da Lingüística no Brasil. A consolidação dos estudos lingüísticos brasileiros em muito pôde se beneficiar da existência de uma entidade que, reunindo pesquisadores das mais diferentes correntes teóricas, vem contribuindo de forma significativa para o conhecimento da nossa realidade lingüística. A emergente Sociolingüística brasileira dos anos 60 pôde encontrar na ABRALIN um fórum de debates aberto e, ao mesmo tempo, agregador, que possibilitou o amadurecimento e a expansão de uma subárea com delimitação epistemológica própria, que toma a

¹ Agradecemos a Paula Pereira Scherre pela ajuda na montagem das referências bibliográficas e pela leitura criteriosa da versão final deste texto. Inconsistências formais que restarem são de nossa inteira responsabilidade.

heterogeneidade lingüística ordenada como um objeto passível de análise científica.

A Sociolingüística despontou, no contexto dos estudos lingüísticos brasileiros, como uma área fértil e desafiadora, dada a necessidade de compreender a realidade lingüística de um país em que diferentes dimensões sociais se conjugam para a configuração de um quadro sociolingüístico complexo: uma realidade que até um passado bem recente era conhecida apenas de forma pontual ou, por que não dizer, muitas vezes impressionística. No curto espaço de tempo em que a Lingüística se academicizou no Brasil, ressaltam questões ligadas aos estereótipos homogeneizantes nacionais, às especificidades do português brasileiro em relação à mãe européia, à diversidade e ao contato entre línguas no espaço geográfico brasileiro, à contribuição dos elementos indígenas e africanos na configuração da nossa variabilidade, aos reflexos de uma marcada estratificação social na heterogeneidade dialetal. Germinando em trabalhos pioneiros como os de Amadeu Amaral (1920), Clóvis Monteiro (1933), Mário Marroquim (1945), Antenor Nascentes (1953), entre diversos outros, a análise da realidade lingüística brasileira tem sido, no decorrer dos últimos anos, objeto do esforço continuado de muitos pesquisadores e diversos grupos de pesquisa localizados nos mais diferentes pontos deste país. Destaquemos aqui o trabalho dos modernos dialetólogos brasileiros, traduzido nos múltiplos atlas lingüísticos, que contribuíram para a precisão das realidades lingüísticas regionais (Ferreira et alii, 1994; Aguilera, 1998) e a importância do Projeto NURC – *Norma urbana culta* - (Cunha, 1989). Os diversos grupos de pesquisa variacionista e não variacionista que despontaram e cresceram nos últimos anos enriqueceram inegavelmente nossa compreensão acerca dos condicionamentos lingüísticos e sociais da modalidade culta e não culta do português do Brasil. Incurrendo no risco da enumeração,² devemos lembrar aqui o projeto *Competências básicas do português* (Lemle & Naro, 1977), o VARSUL - *Varição lingüística urbana da Região Sul* – (Fernandes, 1996:89), o VALPB - *Varição lingüística no Estado da Paraíba* - (Hora, 1998), o LUAL - *A língua usada em Alagoas* (Moura, 1997); *Dialetos sociais cearenses* (Aragão & Soares, 1996), o projeto de estudo da confluência dialetal na nova capital brasileira (Bortoni, 1984), o grupo de estudos *Discurso e Gramática* (Martelotta et alii, 1996) e a recente empreitada da *Gramática do português falado* (Castilho, 1990), todos mais voltados para a linguagem dos grandes centros urbanos. Destacam-se também

² Inúmeras são as pesquisas individuais desenvolvidas sob a ótica da Teoria da Variação. Fazer referência a todas elas neste espaço seria impossível.

pesquisas que focalizam dialetos rurais (Rodrigues, 1974; Jeroslow, 1974; Nina, 1980; Veado, 1982), ou comunidades específicas, como as pesqueiras do Estado do Rio de Janeiro, projeto APERJ – *Altas etnolingüístico dos pescadores do Estado do Rio de Janeiro* (Brandão & Vieira, 1998), ou comunidades isoladas brancas (Isensee, 1964; Callou, 1998) e comunidades isoladas negras (Ferreira, 1994; Careno, 1992; Vogt & Fry, 1997). Ampliando os estudos de comunidades isoladas negras e de áreas específicas do interior baiano, assume corpo o projeto *Vestígios de dialetos crioulos em comunidades afro-brasileiras* (Baxter & Lucchesi, 1997) e emerge o projeto *A língua portuguesa no semi-árido baiano* (Almeida & Carneiro, 1998). Perscrutando aspectos estruturais e sociais na linha do tempo, destaca-se o *Programa para a história da língua portuguesa (PROHPOR)* (Mattos e Silva, 1996) e cria-se o *Projeto para a história do português brasileiro* (Castilho, 1998). Não podemos deixar de lembrar também as conquistas substanciais do grupo coordenado pelo saudoso Fernando Tarallo, com a sua proposição de uma Sociolingüística Paramétrica, levada à frente por um número significativo de pesquisadores, que com muito contribuiu para o conhecimento das características do português brasileiro e das mudanças em curso nessa variedade (cf., por exemplo, Tarallo, 1983; 1989; Roberts & Kato, 1993; Cerqueira, 1990; Pagotto, 1992; Nunes, 1995; Duarte, 1995; 1998; Ramos 1997; 1998/2000; Cyrino, 1997; Corrêa, 1998). Com suas naturais especificidades teórico-metodológicas, a convergência de objetivos mais amplos de todas as pesquisas relacionadas tem possibilitado acúmulo considerável de conhecimento acerca da multidialeção diatópica e diastrática, da sistematicidade do uso lingüístico e dos processos de mudança na variedade brasileira do português.

O nosso objetivo neste artigo consiste apenas em ressaltar alguns aspectos teóricos e metodológicos que se consolidaram ou emergiram nos múltiplos trabalhos realizados pela equipe de pesquisadores do PEUL. Esse grupo de pesquisa vem se caracterizando, ao longo dos seus quase vinte anos de existência, pelo interesse no estudo da variedade não culta do português falado no Rio de Janeiro e pela busca de uma teoria mais geral da heterogeneidade e da mudança lingüísticas. A própria sigla PEUL já traz embutido o objetivo central dos pesquisadores que integram ou integraram o grupo: a legitimação de estudos sobre o uso lingüístico, nas suas diferentes modalidades. Esse objetivo que, no primeiro momento, se direcionou para a

³ Atualmente, o grupo PEUL é composto pelos seguintes pesquisadores: Anthony Julius Naro, Christina Abreu Gomes, Cláudia Roncarati de Souza, Helena Gryner, Maria Cecília Mollica, Maria da Conceição de Paiva, Maria Eugênia Lamoglia Duarte, Maria Luiza Braga, Maria Marta Pereira Scherre, Nelize Pires de Omena e Vera Lúcia P. Pereira da Silva.

língua falada não-culta do Rio de Janeiro, constituiu o vetor básico de uma trajetória centrada na análise de parâmetros internos e externos de explicação da variação e da mudança lingüísticas e de instrumentos metodológicos que garantam o rigor da análise de dados. Mesmo incorrendo no risco de não refletir com fidelidade o valor intrínseco de cada trabalho, não pretendemos fazer aqui uma retrospectiva resumitiva de todas as pesquisas realizadas pelos integrantes do grupo³. Enfatizaremos, sobretudo, alguns resultados que permitiram depreender, a partir de análises empíricas particulares, a regularidade de alguns princípios sobre a variação e a mudança lingüísticas e desvendar alguns aspectos da interface língua/sociedade. Antes de nos deter nesses dois pontos, traçamos um breve esboço do universo de variação analisado pelo grupo, com o objetivo de deixar clara uma trajetória que culminou na convergência de diferentes paradigmas interpretativos da variação e de mudança lingüísticas.

1. Um panorama do universo variável do Rio de Janeiro

Concebido no final da década de setenta, por um grupo de pesquisadores reunidos em torno de Anthony Julius Naro, o PEUL se consolidou, durante os anos oitenta (Braga et alii, 1991; Silva & Votre, 1991; Tarallo, 1991; Silva & Scherre, 1996), como um foco irradiador da Sociolingüística Quantitativa nos moldes do paradigma laboviano (Weinreich, Labov & Herzog, 1968; Labov, 1975; Sankoff, 1988a; 1988b). Na sua gênese, alguns princípios estavam necessariamente envolvidos: (1) a dissociação entre estrutura lingüística e homogeneidade - a língua é tomada como uma estrutura inerentemente variável e a *variação livre* como passível de descrição sistemática, em função de restrições lingüísticas e não-lingüísticas; (2) a rejeição da intuição como fonte dos dados lingüísticos, analisando-se, portanto, a língua inserida no contexto social e buscando dar conta da estrutura gramatical no discurso, a partir da conversação natural, de narrativas formais, de gêneros escritos diversos etc.; (3) a pressuposição de que um modelo de língua que acomoda os fatos variáveis e suas restrições lingüísticas e não-lingüísticas conduz a descrições e explicações mais adequadas e resolve questões ligadas à mudança lingüística; (4) a aceitação de motivações internas e/ou externas em competição, assumindo que a explicação dos fatos lingüísticos pode estar fora do sistema lingüístico; (5) a atribuição de importância à frequência dos dados, conduzindo necessariamente à sua quantificação em função de restrições que operacionalizam hipóteses passíveis de serem refutadas; (6) a pressuposição de que os fatores das possíveis restrições têm um efeito fixo, podendo, conseqüentemente, ser isolados, medidos, generalizados e explicados em

função de princípios internos e externos à língua.

Formulado com o objetivo precípua de estudar fenômenos variáveis presentes no português falado por cariocas não-cultos, através de uma metodologia quantitativa, o primeiro projeto se colocou a tarefa de constituir uma amostra estratificada da variedade em foco. Inspirando-se no modelo do corpus constituído para o francês de Montreal (Thibault & Vincent, 1990), o grupo coletou, transcreveu e armazenou eletronicamente 64 horas de gravação com falantes cariocas estratificados segundo variáveis sociolinguísticas clássicas (sexo, idade e escolaridade) e distribuídos por diferentes bairros da cidade.

Essa amostra, mais conhecida por *Corpus Censo*,⁴ revelou-se fértil manancial para o estudo da heterogeneidade da fala carioca. Foi possível contatar que, a depender da conjugação de fatores lingüísticos e extralingüísticos, *os cariocas*, em dias de sol, *curte ir na praia* e, depois, *adora tomar umas cervejinha, assistino o jogo de futebol*. A frase anterior ilustra algumas variações já estudadas a partir do *Corpus Censo*, mas, certamente, não as esgota. Estudos de diversos fenômenos variáveis em todos os subsistemas lingüísticos permitiram a construção de um quadro bastante completo do universo da variação presente na fala dos cariocas com escolarização média.

No nível fonético-fonológico, destacam-se, entre os aspectos já examinados pelo PEUL, a tendência à monotongação dos ditongos decrescentes [ey] e [ow] (*peixe/pexe, couro/coro*) (Paiva, 1996a); a estigmatização da alternância entre as líquidas ou a queda de [r] nos grupos consonantais (*blusa/brusa, flamengo/framengo próprio/próprio, problema/pobrema*) (Mollica & Paiva, 1991;1993); a estabilidade da supressão de /d/ na seqüência *-ndo* (*andando/andano, bebendo/bebeno*) e a significativa restrição do processo ao sufixo de gerúndio (Mattos & Mollica, 1989); o reforço da palatalização, competindo com as variantes alveolar, aspirada e zero nas diversas realizações do {S} pós-vocálico [*meyZum/meyzmu/meúmu/memo*] (Scherre & Macedo, 1989; 1996); a redução variável da preposição *para* (*para, pra e pa*) (Felgueiras, 1993); a implementação da queda de [r] pós-vocálico, em especial nos infinitivos (*beber/bebê, cantar/canta*) (Lima, 1992); a prótese (*voar/*

⁴ O *Corpus Censo* é constituído por 48 horas de gravação com falantes adultos, divididos por três faixas etárias (15-25 anos, 26-49 anos e mais de 50 anos) e uma amostra de crianças na faixa de 7 a 14 anos (Silva, 1996a).

avoar) e aférese (*assistir/sistir*) de segmentos fônicos (Gonçalves, 1993).

No nível morfossintático, um conjunto significativo de fenômenos foi abarcado. Os estudos sobre a concordância de número trouxeram à luz o comportamento simétrico dos três processos variáveis de concordância: a variação de concordância no sintagma nominal (*os meninos/os menino; as portas abertas/as porta aberta*) (Scherre, 1988; 1989; 1994; 1996a; 1997; 1998; Scherre & Naro, 1997), entre verbo e sujeito (*Eles ganham demais/Eles ganha demais*) (Scherre & Naro, 1993; 1997; Naro & Scherre, 1996a) e dos predicativos e participios passivos com o sujeito (*as coisas tão caras/as coisa tá cara; os meus filhos foram amamentados/os meus filhos foram alfabetizado*) (Scherre, 1991; Scherre & Naro, 1997).

Análises do uso variável de preposições revelaram aspectos importantes quanto aos processos de regência verbal. A análise da regência do verbo *ir* (*ir ao Maracanã/Eu ia pró sítio do meu tio/Meu pai que ia no açougue*) reforçou a hierarquização entre as três variantes: a preposição *a* é mais padrão do que *para*, seguindo-se, então, a preposição *em* (Mollica, 1996a) e evidenciou a importância de fatores de natureza semântica. A instabilidade do sistema preposicional fica evidente ainda na tendência à inserção da preposição *de* em contextos em que não se prevê sua ocorrência - *de*queísmo - (*Basta dizer isto: de que esta metáfora das luzes é exclusiva do século XVIII*) ou de sua queda em contextos onde é esperada - *que*ísmo - (*ela não gosta que interrompam a aula para pedir explicações*) (Mollica, 1989a; 1991a; 1991b; 1995a). Um estudo mais abrangente de processos variáveis de regência verbal focalizou a alternância *a/para* ou o apagamento do nexos preposicional em contextos de verbos bi-transitivos (*Eu sabia que você ia pedir o dinheiro a ele/O cara vem do Brasil, um nordestino pra dar um presente pro papa/Num tem um senhor lá na Itália querendo dar um presente o papa*), a alternância entre *a/para* com verbos transitivos indiretos (*Seu Lacava mesmo pertence aos vicentinos/Nós estamos precisando de uma pessoa lá pra ficar na parte que pertence o escritório*) e, ainda, a presença ou ausência das preposições *em* (*Vamos pensar em viver ainda mais/Penso o fazer um negócio, penso o sair*) e *de* (*Então o ser humano precisa o um espaço pelo menos que ele pode abrir os braços.../Eu acho que o ser humano, ele, na sua essência, ele precisa- precisa de espaço à sua volta*) (Gomes, 1996).

As análises de variações entre formas pronominais desvendaram muitos dos movimentos no interior desse subsistema no português brasileiro. O estudo da alternância entre as formas *seu/dele* (*Comprei seu livro/Comprei o livro*

dele) mostra o estágio avançado de um processo de mudança que atinge o sistema de referência possessiva na 3ª pessoa do singular (Silva, 1991; 1996b). A análise da alternância entre nós e a gente fornece fortes evidências de uma mudança das formas de referência à primeira pessoa do plural, com gradativa substituição de nós pela expressão genérica a gente, em diversas funções sintáticas (que *nós temos* aqui uma dificuldade muito grande de colocar a documentação do bar em dia/Então, *a gente num tem* condição de fazer uma documentação certa) (Omena, 1987; 1996).

O emprego supostamente facultativo de artigos frente a possessivos e patronímicos (*o* meu livro/meu livro, *o* Arthur/Arthur) foi submetido ao rigor da metodologia quantitativa, desnudando-se, assim, diferenças significativas de contextos favoráveis a uma ou outra variante (Silva, 1996c).

Mereceram também atenção especial a definição de variáveis lingüísticas motivadoras do uso do pronome indefinido substantivo tudo em variação com o pronome indefinido adjetivo todo(a)(s) (escola para *todos* os ofícios/cria peixe aí, em *tudo* o quintal; esses troço *tudo* eu pego para ler/porque eles cortaram o cabelo dela *todo* (Pinto, 1996) e a alternância entre os verbos impessoais ter, haver, existir (*Tem* muitos livros na mesa/*Há* muitos livros na mesa/*Existem* muitos livros na mesa) (Fioretti, 1996).⁵

2. Alargando os domínios da variação

Desde os seus primeiros passos, o PEUL foi ampliando seus interesses, através da: (a) incorporação de outras amostras do português falado, assim como de amostras de língua escrita antiga e contemporânea; (b) incorporação nos estudos variacionistas de fatores ligados à organização do discurso, ao processamento da fala e ao processo interacional; (c) análise de fenômenos variáveis situados fora do domínio da sentença; (d) estudo de aquisição e mudança de processos variáveis no português falado como primeira língua (L1) e como segunda língua (L2).

O estudo dos padrões de variação na modalidade escrita, comparativamente aos da fala, tem se revestido de particular interesse, pois, do ponto de vista teórico, fornece subsídios para questões ligadas à

⁵ Uma parte dos trabalhos aqui citados foram reunidos sob o título de “Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro”, organizado por Silva & Scherre (1996).

implementação das mudanças e, do ponto de vista prático, permite incursionar com mais propriedade nas questões relativas ao ensino de aspectos do português não adquiridos como primeira língua. As alternativas de realização do sujeito de 1^a., 2^a. e 3^a. pessoas (Acho que *ele* também tinha uma quedinha por mim, mas *o* não ousava sequer sair do sério. *Ele* é um cara muito legal não é?) foram analisadas na escrita informal, representada por cartas pessoais (Paredes da Silva, 1988; 1993; 1996). O estudo permite depreender pontos de interseção entre as modalidades falada e escrita e especificidades dessa última no que tange à realização do parâmetro sujeito nulo.

O estudo da concordância verbal de número na escrita padrão contemporânea tem propiciado uma análise mais generalizante de restrições lingüísticas relevantes para a variação na fala e na escrita. Os traços da saliência - fônica, de posição e de animacidade, estabelecem um jogo interessante com o traço sintático de número tanto no sentido de reter o controle da concordância no núcleo do sujeito quanto no sentido de permitir o deslocamento deste controle para o núcleo nominal do sintagma preposicional mais à esquerda (Scherre & Naro, 1998a; 1998b; Naro & Scherre, 1998). A estrutura das frases imperativas também é abordada na confluência entre fala e escrita, revelando-se, nos dados até então analisados, certa complementaridade no uso da forma indicativa, mais freqüente na fala, e da forma subjuntiva, mais freqüente na escrita. Restrições de natureza lingüística - semântica, sintática e fonológica - e não-lingüística - tipo e formalidade do evento, faixa etária e anos escolarização - entram em jogo no entendimento deste fenômeno (Scherre et alii, 1998).

O interesse pela língua escrita de séculos passados é um corolário natural da conjugação, implicada no próprio paradigma sociolingüístico, entre sincronia e diacronia. A necessidade de buscar no tempo real comprovação para as evidências do tempo aparente, com o objetivo de identificar no sistema as raízes da variação e de entender os caminhos da mudança, tem motivado o exame de textos antigos. Apenas para citar alguns exemplos de análise sistemática do tempo real, no estudo do artigo definido diante de possessivos e de patronímicos são examinados dados do século XV ao século XX (Silva, 1996c); a origem do (de)queísmo é minuciosamente investigada em diversos corpora diacrônicos, do século XII ao século XX (Mollica, 1989a; 1995a) e, no estudo da concordância verbal, percorre-se o período compreendido entre os séculos XIII a XV (Naro & Scherre, 1998; no prelo; Scherre & Naro, 1998a; 1998b). O percurso das formas sintáticas de indeterminação do sujeito está sendo rastreado a partir do século XIV até o século XX, procurando-se identificar novas estruturas implementadas na língua (Omena, em

desenvolvimento). De forma semelhante, a gênese das estruturas de negação é investigada em textos do português arcaico (Roncarati, 1997).

As análises de textos antigos têm fornecido argumentos para as discussões seculares sobre a natureza e origem do português do Brasil, que opõem adeptos de abordagens tão distintas como a hipótese da descrioulização ortodoxa (Jeroslow, 1975; Guy, 1989) à da mudança natural (Naro, 1981; Tarallo, 1993), passando por hipóteses intermediárias associadas à mudança natural acelerada por condições sociais particulares (Câmara Jr., 1975; Silva Neto, 1986) ou à transmissão lingüística irregular (Holm, 1992; Baxter & Lucchesi, 1997), ambas pressupondo uma fase lingüística crioula, ou à mudança natural acelerada por condições sociais diversas, sem pressuposto de fase lingüística crioula (Naro & Scherre, 1993a; no prelo).

A incorporação de fatores de natureza discursivo/pragmática se impõe pela necessidade de explicar fenômenos, que, situados no nível oracional, exigem a consideração de contextos mais amplos que permitam controlar as funções das estruturas lingüísticas. O estudo de fenômenos de topicalização e deslocamento de constituintes sintáticos (*Pós-operatório* todo muito tem) (Braga, 1986); da ocorrência de traços suprasegmentais em fronteiras sintáticas (A minha paixão pelo futebol (*pausa*) é desde criança/ Bem poucas pessoas (*ruptura entonacional*) tinha rádio/Eu não podia ver uma bola, (Mollica, 1993; 1996b, Braga & Mollica, 1986); da inversão do sujeito (Cem mil cruzeiros *faturou a nossa barraca*) (Votre & Naro, 1989); da dupla realização do sujeito (Aí o filho dele e mais uns amigos dele, só eles ali, *eles* conseguem formar um império desgraçado contra o ... do Dart..) (Braga, 1987); dos diversos tipos de construções de foco (Foi *isso* que aconteceu, A minha tia *é que* cozinha, *Quem* segura é o Sandro, Eles ficam *é* com ciúme, Ele *que* organiza os desfiles aqui) (Braga, 1991); da realização dos sujeitos de 1^a, 2^a e 3^a pessoas (Paredes da Silva, 1988; 1994); e da variação nas estruturas de negação (Não sei/Não sei não/Sei não) demonstra que fatores como contraste, coesão textual, continuidade referencial e status informacional dos referentes, por exemplo, exercem incontestável pressão em processos de variação sintática (Roncarati, 1994; 1996).

Preocupados com a dimensão funcional da variação, diversos trabalhos ressaltam também a relevância de fatores de processamento da fala, como dimensão dos constituintes, traduzível no princípio da quantidade, distância e presença de material interveniente para fenômenos de níveis fonético/fonológico (Mollica, 1989b) e sintático (Braga, 1986; 1987; 1991).

A incorporação de aspectos discursivos e de processamento na análise variacionista, que alinha o grupo a paradigmas funcionalistas de estudo da linguagem, constitui uma tentativa de transpor o plano descritivo da variação, buscando a razão de ser da coexistência de duas ou mais formas de dizer a mesma coisa. Esse avanço se torna possível porque o grupo trabalha com uma noção estrita de significado, requerendo, na caracterização das variantes, apenas a equivalência de significado referencial. Outros tipos de significado, e mesmo nuances de significado referencial, são tomados como variáveis independentes (Callou, Omena & Silva, 1991; Paredes da Silva, 1992; Mollica, 1994b). O enquadre discursivo/funcional do grupo poderia ser resumido, retomando uma expressão já utilizada por Naro & Votre (1992), como “uma análise lingüística no discurso”, ou seja, uma análise das pressões de condicionamentos do co-texto e do contexto sobre a estrutura lingüística.

A abordagem discursivo/funcional suscitou saudável discussão entre funcionalistas (Votre & Naro, 1989; Naro & Votre, 1992) e formalistas (Nascimento, 1990; Dillinger, 1991) no início da década de 90, permitindo explicitar publicamente posições e questões que interessam a todos os estudiosos envolvidos na explicação do fenômeno linguagem. Recentemente, essa questão é retomada por Kato (1998) numa perspectiva integradora e harmônica.

Conseqüência natural do interesse pelos aspectos discursivo/funcionais da variação foi a extensão do modelo analítico variacionista a fenômenos fora do domínio oracional, submetendo ao rigor da análise quantitativa fenômenos como os processos de articulação de cláusulas e de articulação do próprio discurso. O estudo da variação de tempo-modo e conexão nas orações condicionais potenciais (Se a pessoa for virgem, tudo bem casa/Se eles estão ofendido, eles vão lá e joga e ganha) permite demonstrar o importante papel da variação na construção da estrutura retórica do discurso (Gryner, 1990; 1995; 1996). A análise da ordenação das cláusulas causais (Porque não tinha elevador eu desci a escada/ A maioria da classe média come em casa porque os restaurantes são proibitivos) (Paiva, 1992; 1995a; 1996b), das cláusulas temporais (Eu fico com remorso até de comer o pão, quando eu como? /Porque engraçado que, quando a gente viaja, a gente observa que as frutas de outros estados são totalmente diferentes) (Braga, 1995; no prelo) e o estudo das orações reduzidas de gerúndio (Agora é engraçado que você saindo do Brasil, a gente sente uma falta muito grande dessa parte de verduras.) (Braga, 1996) permitiram demonstrar a importância de princípios funcionalistas como o de iconicidade e o de distribuição de informação, além de fornecerem subsídios

para a discussão do conceito de ordem marcada. O interesse pela ordenação de constituintes lingüísticos e pelas formas de combinação de cláusulas numa abordagem funcionalista tem levado o grupo a se voltar para os processos de gramaticalização, extraindo deste estudo conseqüências teóricas importantes.

A função de algumas partículas e de estruturas próprias do discurso oral mereceu atenção especial. Os marcadores do discurso foram objeto de análise minuciosa, visando a identificar os diferentes papéis discursivos dessas partículas e a sua importância enquanto elementos de organização da sintaxe da fala (Silva & Macedo, 1992; 1996; Silva et alii, 1996). Também voltado para a organização do discurso falado é o estudo de repetições como estratégias de processamento do texto (Roncarati, 1994). Ao se alargar o âmbito da variação, de forma a recobrir domínios cada vez mais amplos, salientou-se ainda a necessidade da análise de problemas ligados à tipologia de textos e à precisão de critérios distintivos de diferentes gêneros do discurso (Paredes da Silva, 1996; 1997a).

O Corpus Censo, dadas as suas especificidades de discurso monitorado, semi-informal, caracterizado por relação assimétrica entre os participantes do ato comunicativo, certamente limita, ou mesmo impossibilita, o estudo de alguns aspectos ligados a estilo de fala ou ao processo interacional. A incorporação de amostras de conversações espontâneas (Roncarati et alii, 1996; Paredes da Silva, 1997b) viabilizou (1) a verificação de condicionamentos como mudança de turno e relações entre os participantes da conversa sobre fenômenos lingüísticos variáveis e (2) a colocação de objetos de estudo próprios do processo interacional, envolvendo, por exemplo, as estruturas argumentais da conversação (Roncarati, 1994), formas de abertura de turnos (Macedo, 1994), a alternância entre tu e você para referência à 2^a. pessoa (Paredes da Silva, 1997b).

Como não poderia deixar de ser, o interesse pela variação e pela mudança culminou em hipóteses relativas à aquisição de processos variáveis no português enquanto L1 ou L2. Essa nova trilha, inaugurada com um conjunto significativo de estudos sobre o Português de Contato - variedade falada pelos diversos grupos étnico-lingüísticos da Reserva do Alto Xingu -, permitiu verificar a sistematicidade de alguns fenômenos variáveis em L1 e em L2. Citem-se a monotongação de [ey] e [ow], a queda de [r] medial e final, assimilação de [d] na seqüência -ndo, rotacismo (Mollica, 1997), preenchimento do sujeito (Duarte, 1995), estruturas de negação (Roncarati, 1997), aquisição de preposições (Gomes, 1997), formas de indeterminação do sujeito (Mollica

et alii, 1995), marcadores discursivos (Macedo, 1997), realização da relação semântica de causalidade (Paiva, 1998) e gramaticalização da relação de contraste (Braga, 1998).⁶ A amostra do Português de Contato abriu espaço também para a discussão de alguns aspectos relativos às situações de contato lingüístico e à emergência de códigos simplificados, a partir do estudo de algumas das suas especificidades como a neutralização variável do traço de sonoridade (Paiva, 1997) e a realização da categoria de gênero (Macedo & Lucchesi, 1997), a expressão das categorias de tempo e modo (Duarte, 1998b) e o uso do quantificador tudo como pluralizador (Loureiro, 1998).

Outra preocupação de membros do grupo PEUL tem sido a de construir elos entre a pesquisa básica e o ensino de línguas. O grupo tenta buscar nos resultados da pesquisa variacionista argumentos e diretrizes que permitam transformar a realidade do ensino/aprendizagem da norma escolar, seja pela discussão do preconceito lingüístico (Scherre, 1996b; 1996c), seja pela proposição de novas práticas pedagógicas (Mollica, 1995b; 1998).

3. A força da estrutura sobre a variação e a mudança lingüística

A focalização dos aspectos variáveis do português conduziu à apreensão de interdependências de todas as naturezas: (1) entre os componentes lingüísticos (fonético, fonológico, morfológico, sintático, semântico e lexical); (2) entre estes e outros componentes da linguagem (discursivo e pragmático) e, ainda, (3) entre os componentes lingüísticos e os aspectos não-lingüísticos (social, cognitivo e interacional), que envolvem o complexo fenômeno linguagem. As análises têm fornecido argumentos para a discussão de questões teóricas maiores, tais como identificação e entendimento das forças em competição, internas e externas; identificação dos caminhos e das motivações da mudança lingüística; identificação e proposição de princípios universais.

Raramente um fenômeno lingüístico variável se deixa explicar por meio de um único parâmetro ou por meio de um único princípio, mesmo que o fenômeno possa se encaixar no âmbito de seu próprio componente lingüístico. Mesmo fenômenos fonológicos, que mais freqüentemente se explicam à luz de restrições do próprio nível fonológico, não estão isentos de influências de natureza lexical e social. Fenômenos de natureza morfossintática, ou estritamente sintática, na maior parte das vezes, só se esclarecem na confluência de componentes diversos.

Muitos dos fenômenos já relacionados ilustram essa interdependência entre diversos níveis/componentes, ou seja, o que Du Bois (1984) denominou de “motivações em competição”. Tomemos alguns exemplos que, longe de esgotar a questão, apenas evidenciam a sua pertinência. As realizações do {S} pós-vocálico como palatal, alveolar, aspirada ou zero são controladas pela escala da sonoridade do contexto seguinte tanto no nível lexical (internamente à palavra) quanto no nível pós-lexical (na fronteira entre palavras), obedecendo de forma bastante regular ao ciclo da sonoridade e à lei do contato silábico. Além desse controle fonológico, o fenômeno está sujeito à influência de aspectos lexicais como a classe gramatical da palavra e, mesmo, de itens lexicais específicos.

A interseção exemplificada acima fornece subsídios importantes para a discussão da controvérsia neogramáticos/difusionistas que, no interior do PEUL, tem encontrado guarida e se enriquecido com novas evidências, fornecidas por estudos do português como L1 e como L2 (Mollica, 1995a; Mattos e Mollica, 1992). Estudos exaustivos sobre a interface lexical da variação têm mostrado a relevância dos parâmetros frequência e formalidade do item lexical em fenômenos de níveis diferentes: fenômenos de natureza sintática, como o (de)queísmo, e fenômenos de natureza fonético-fonológica como assimilação de <ndo>no, queda da vibrante pós-vocálica em posição medial e final, queda da sibilante pós-vocálica em posição medial e final, monotongação de [ey] e [ow], aférese e prótese de segmentos sonoros.

A colaboração do nível fonológico para uma variação morfossintática fica explícita no uso variável das formas indicativas ou subjuntivas em frases imperativas. Embora o fenômeno seja um pouco sensível a fatores de natureza semântica (modalidade realis/irrealis), está também correlacionado a fatores de natureza fonológica. No caso específico dos verbos regulares da primeira conjugação, emerge a influência do traço de abertura da vogal precedente na forma verbal conjugada: se [+aberta], favorece o imperativo na forma indicativa (fala, cala, olha, volta, pega, espera); se [-aberta], favorece o imperativo na forma subjuntiva (mande, chame, tente, pense, tome, conte, analise, vire, procure, use) em um claro processo de assimilação ou, em outras palavras, de paralelismo fônico.

A alternância entre nós/a gente ilustra, de forma inequívoca, o jogo de forças entre o formal e o semântico na definição dos limites da variação e dos caminhos da mudança. Por um lado, a pressão do paralelismo lingüístico leva à repetição da forma nós ou de a gente em função da forma precedente. Por

outro, a influência semântica da mudança de referente provoca alternância entre as formas, levando à diferenciação de uma forma em relação à que a antecede.

A imbricação entre o formal e o discursivo/funcional pôde ser constatada em alguns fenômenos de natureza sintática como, por exemplo, o (de)queísmo e a topicalização do sujeito. No primeiro fenômeno, associa-se à força do paralelismo (tendência à repetição da massa fônica de, particularmente a da preposição de) o efeito de fatores nitidamente funcionais: conexão entre construções distantes, analogia entre construções com equivalência semântico-estrutural e iconicidade. No caso da topicalização do sujeito, entram em jogo fatores de natureza formal, ainda que interpretáveis em termos psicolinguísticos, como número de sílabas do SN sujeito, presença de elementos interferentes entre o SN sujeito e presença de elementos pós-verbais e, também, fatores de natureza semântica - o caráter animado do referente -; e de natureza discursiva - status informacional do referente do SN sujeito.

Nos exemplos utilizados acima, ressaltou para vários fenômenos a ação controladora da variável paralelismo lingüístico (Scherre, 1988; no prelo), aspecto que gostaríamos de aprofundar. A recorrência e a sistematicidade do efeito dessa variável independente, para usar uma terminologia bem ao gosto dos variacionistas, a tornam forte candidata ao estatuto de um universal de processamento do uso lingüístico⁷. O paralelismo lingüístico em sentido lato, isto é, a repetição de elementos da mesma natureza ou de natureza semelhante, além de atuar de forma sistemática em fenômenos de todos os subsistemas lingüísticos, atua também em planos (ou níveis) lingüísticos diversos. Em outros termos, a harmonização entre as formas ou a tendência geral de formas gramaticais particulares ocorrerem juntas (Schffrin, 1981:55-6) pode ser observada (1) no plano discursivo - entre as formas no nível supra-oracional -, (2) no plano oracional - entre os constituintes maiores da oração -, (3) no plano sintagmático - entre elementos constitutivos do sintagma -, e (4) no plano da palavra - entre elementos da própria palavra ou entre elementos adjacentes de palavras que não formam constituinte.

No plano estritamente discursivo, a força do paralelismo se deixa observar nas construções de topicalização (Braga, 1986), na alternância nós e a gente

⁷ A escolha da variável paralelismo como tônica das contribuições do PEUL, no plano das variáveis estruturais, decorre da necessidade de proceder a um recorte. A sistematicidade de diversas outras variáveis lingüísticas - saliência fônica, traço de animacidade, iconicidade e distribuição de informação - vem também despontando ao longo das muitas análises já realizadas.

(Omena, 1996), na variação de tempo-modo e conexão nas condicionais potenciais (Gryner, 1990). Nos planos discursivo, oracional e sintagmático, esta força deixa-se entrever especialmente nos fenômenos de concordância de número (Scherre, 1988; 1991; Scherre & Naro, 1991); no plano discursivo e no da palavra, manifesta-se na alternância entre para, pra e pa (Felgueiras, 1993); nos planos oracional e da palavra, deixa-se observar no (de)queísmo (Mollica, 1989; 1991a; 1991b); e no plano específico da palavra, deixa-se evidenciar nas variantes do modo imperativo (Scherre et alii, 1998).

A sistematicidade do efeito do paralelismo, já demonstrada também no estudo de fenômenos de muitas outras línguas, bem como em diversos outros fenômenos do português do Brasil,⁸ se reveste de importância capital por fornecer argumentos para a discussão de dois aspectos nucleares da teoria da variação: (1) o pressuposto da independência entre as diversas variantes de uma mesma variável dependente e da sua não interferência no efeito das variáveis independentes, caso haja interdependência entre as variantes (Sankoff & Laberge, 1978); (2) o pressuposto de que necessidades comunicativas podem determinar a configuração da variação e da mudança lingüística.

A possibilidade da dependência entre duas ocorrências sucessivas de variantes de uma mesma variável dependente fica evidenciada no efeito positivo da variável independente paralelismo. É possível mostrar também que a influência do paralelismo pode repercutir no comportamento de variáveis sociais, especialmente entre paralelismo e anos de escolarização. A análise da concordância de número, observando separadamente dados com ocorrências sucessivas de variantes de uma mesma variável dependente (dados seriados) e dados sem ocorrências sucessivas de variantes de uma mesma variável dependente (dados não-seriados), permitiu verificar a interdependência entre as variáveis paralelismo e escolarização. A variável escolarização não se mostra relevante em dados em que a força interna do paralelismo se faz presente. Todavia, entre a variável paralelismo e as demais variáveis, quer lingüísticas

⁸ A primeira referência a esta restrição em pesquisas variacionistas, no nível oracional, foi feita por Poplack (1980) em seus estudos sobre a concordância de número no SN, no espanhol de Porto Rico. Na literatura nacional, a primeira referência ao paralelismo deve ser atribuída a Omena (1978) no seu estudo sobre as formas pronominais variantes em função acusativa. Referências anteriores, sob a denominação de “efeito gatilho”, especialmente na relação falante-ouvinte, são feitas, pela primeira vez, por Emmerich (1977).

⁹ A hipótese de interdependência entre variáveis internas e variáveis sociais requer maiores testes, porque, de forma geral, tem-se advogado em favor da independência entre esses dois tipos de condicionamentos.

quer sociais, nenhuma interferência significativa se fez notar. (Scherre & Naro, 1992)⁹

A questão das pressões comunicativas sobre a variação e a mudança lingüística, retomada por Labov (1994:545-68), que incorpora resultados de análises desenvolvidas pelo PEUL, também pode ser rediscutida à luz do efeito da variável paralelismo. Enfatizando o papel do paralelismo lingüístico no funcionamento sincrônico das línguas, Labov (1994:550-86) considera que “a comunicação da informação não determina a configuração da variação e da mudança lingüística”, o que significa dizer “que os falantes não são dominados pelas necessidades comunicativas quando escolhem uma variante particular na cadeia da fala”, embora “a história das línguas reaja para preservar o significado em geral. Com base nesse pressuposto, Labov desenvolve um modelo de mudança no qual estabelece que “não é o desejo de ser entendido, mas sim a consequência de problemas de interpretação é que influencia a mudança lingüística”.

As reflexões de Labov acerca das implicações anti-funcionais da variável paralelismo são discutidas no seio do PEUL (Naro, 1996), com base no argumento de que é fundamental distinguir o status dos diferentes tipos de fenômenos variáveis (variação estável, mudança de longa duração ou mudança em progresso) para situar com precisão o papel do paralelismo e a importância do efeito das necessidades comunicativas na variação e na mudança lingüística. Todos os fenômenos apresentados por Labov para subestimar a força do aspecto funcional na variação lingüística são do tipo variação estável, como ele próprio coloca, ou são fenômenos de mudança lenta na sua fase final, nos quais a força do paralelismo é mais saliente. Há de se considerar, todavia, que, em fenômenos de mudança que se encontram em sua fase intermediária, ou seja, no meio do ciclo funcional (Givón, 1995), variáveis de natureza informacional (no sentido mais amplo do termo) exercem um papel fundamental na configuração do espectro de variação. As mudanças em sua fase final, estas, sim, são menos susceptíveis à influência de variáveis de natureza informacional diversa, ou seja, são mais susceptíveis à influência do paralelismo. A questão não pode ser colocada, portanto, em termos de afirmação ou negação total de restrições comunicativas sobre a variação. As evidências existentes são todas consistentes “com a hipótese de que o grau de funcionalidade de uma variável lingüística depende de seu lugar no ciclo funcional” (Naro, 1996).

4. Contraparte social da variação e da mudança

É um truísmo dizer que os estudos sociolingüísticos contribuem não só para tornar evidente a sistematicidade de variedades do português, especialmente as não-cultas, como também para fornecer novos elementos à discussão do binômio homogeneidade/heterogeneidade. Mais problemática, no entanto, é a identificação dos parâmetros sociais correlacionados à variação e à mudança lingüística.

Uma busca ininterrupta à contraparte social da variação e aos índices extralingüísticos dos processos de mudança permitiu a apreensão do efeito não só de aspectos sociais adstritos ao falante (como sexo e idade) ou por ele adquiridos (como local de moradia, escolaridade) como também daqueles que envolvem os sistemas de representação vigentes no grupo social (como mercado lingüístico ou sensibilidade lingüística), ou a relação do falante com veículos de comunicação como a televisão. Foi possível demonstrar regularidades salientes em relação ao efeito dessas variáveis sociais sobre fenômenos de variação e mudança lingüística (Silva & Paiva, 1996).

Dadas as características da sociedade brasileira, na qual um imenso contingente da população é excluído do direito à escolarização formal, a variável escolaridade suplanta as demais, moldando, em grande parte, a heterogeneidade lingüística que se pode constatar no uso do português carioca. A escolarização continuada, refinando a consciência lingüística e insistindo na necessidade de padronização, favorece o emprego de determinadas variantes lingüísticas, em especial das que estão sujeitas a uma avaliação social positiva. Assim, retomando alguns dos fenômenos já apresentados, os falantes mais escolarizados (com 2º grau) apresentam maior presença de marca de plural em todos os elementos do SN, maior índice de preposições a e para com o verbo ir, menor frequência de rotacização do [l] nos grupos consonantais. Pelo menos em duas das variações citadas acima (concordância nominal e rotacismo), as variantes se distribuem nitidamente pelo binômio forma padrão/forma não-padrão, sendo objeto de correção sistemática do ensino. Em síntese, a ocorrência das variantes lingüísticas prestigiadas socialmente está correlacionada de forma saliente à variável escolaridade.

É preciso salientar no entanto que, de um ponto de vista estatístico, a variável escolaridade atua igualmente sobre fenômenos menos marcados socialmente, como a monotongação de [ey], uso de artigo diante de possessivo ou uso de seu/dele, que não são alvos explícitos de um ensino regular. Este fato leva a crer que a escola, além de fazer uma pressão direta sobre o uso lingüístico, atua também de forma indireta, ao iniciar e inserir o falante em uma

modalidade mais rígida e mais homogênea como a escrita. É possível também que a influência da variável escolaridade reflita, na verdade, a ação da variável classe social. Se assim for, as conseqüências são ainda mais perversas: não se modificam variantes lingüísticas, mas, sim, se excluem os indivíduos que não possuem determinadas variantes lingüísticas.

A variável sexo estabelece fronteira bastante nítida entre homens e mulheres, com as últimas demonstrando maior sensibilidade ao valor simbólico da variação. As mulheres, diferentemente dos homens, fazem mais concordância nominal, usam mais *ir a/para* do que *ir em* e rotacizam menos o [l] dos grupos consonantais. Esse apego do sexo/gênero feminino às variantes lingüísticas mais prestigiadas se faz sentir não apenas na produção, mas também na sua atitude em relação à variação, julgando de forma mais rígida o binômio padrão/não padrão.

A variável idade, por sua vez, forneceu índices para hipotetizar alguns processos de mudança em curso no português falado no Rio de Janeiro. Assim, a forma *a gente*, segundo a distribuição de estatísticas por faixas etárias, tende a se espriar e a se implementar no sistema. Da mesma forma, verifica-se a perda do pronome possessivo *seu*, cada vez mais restrito à fala de pessoas mais velhas, e a progressiva implementação de *dele* entre falantes mais jovens. Além disso, um padrão nítido de distribuição de variantes lingüísticas pode ser constatado a partir da variável idade: os falantes mais jovens se mostram menos compromissados com a correção lingüística, valendo-se, em maior grau, das variantes menos prestigiadas.

Um aspecto crucial com relação ao efeito de variáveis sociais é o da independência do efeito de cada uma delas. A análise minuciosa das possíveis interações entre dois ou mais parâmetros sociais revela que o efeito de uma pode depender, pelo menos em parte, do efeito de outra. Tal é o caso, por exemplo, da variável sexo cujo efeito é, para muitos fenômenos, função da variável idade. Enquanto mulheres e homens mais velhos se distinguem quanto ao uso lingüístico, os jovens do sexo masculino e do sexo feminino tendem a se nivelar lingüisticamente.

Além dos padrões relativos à escolaridade, idade e sexo - variáveis sociais convencionais - outros vão emergir na análise de outros parâmetros externos associados à variação e mudança lingüísticas. Fatores como a inserção do falante no mercado ocupacional, o grau de exposição à mídia e a sensibilidade lingüística, testados empiricamente, se revelaram vetores importantes de

explicação da diversificação lingüística em uma comunidade de fala. A pressão social na linguagem, como se pode prever, envolve também os sistemas de representação acerca da linguagem e os estereótipos homogeneizantes veiculados pelos meios de comunicação de massa, em especial, a televisão. As variantes lingüísticas prestigiadas predominam entre falantes mais bem cotados no mercado ocupacional, mais expostos à mídia e mais atentos às diferenças de linguagem.

Correlações interessantes entre essas variáveis que reproduzem sistemas de valores e as variáveis mais convencionais também puderam ser sugeridas. Em alguns fenômenos, pôde ser observada, entre falantes do sexo feminino, uma atuação conjunta das variáveis mercado ocupacional e escolarização. Entre falantes do sexo masculino, no entanto, às vezes, o efeito de mercado ocupacional neutraliza o de escolarização, quando as duas variáveis são analisadas conjuntamente. O efeito da exposição à mídia também é mais transparente entre as mulheres.

A busca de variáveis sociais não convencionais para o entendimento da variação lingüística numa sociedade tão complexa como a brasileira, em que a categorização por classe social segundo parâmetros como renda, local de moradia, escolarização e profissão não é claramente delimitada, tem motivado o controle de aspectos mais sutis da ambientação material e cultural dos indivíduos e do seu grau de integração aos valores veiculados pelos meios de comunicação de massa. Concebidas na forma de escalas que controlam a relação quantitativa e qualitativa dos falantes com os produtos culturais (como mídia televisiva e escrita, cinema, teatro e outros), a sua posse de bens materiais disponíveis no mundo moderno (apartamentos, carros, telefones, viagens, etc.) e as suas expectativas em relação ao futuro, variáveis como bens materiais, bens culturais e motivação vêm insinuando uma outra forma de exame de variação sociolingüística. A relevância dessas variáveis mais refinadas pôde ser verificada, numa primeira análise, nos processos variáveis de concordância de número (Naro & Scherre, 1991; 1993a; 1996b), nos processos referentes aos grupos consonantais (rotacismo de [l] e queda de [r]) e na supressão de [d] na seqüência *ndo* (Silva, 1994; Lima, 1994; Fundo, 1994; Paiva, 1994; Paiva & Gomes, 1998)).

Conjugadas às variáveis mais convencionais como idade, sexo e escolarização, essas variáveis mais refinadas permitem detectar tendências divergentes no interior da mesma comunidade de fala. No que tange aos fenômenos de concordância de número, observa-se, na comunidade de fala

carioca, grupos em momentos e/ou direções distintas: para uns, há indícios de variação estável; para outros, vislumbra-se perda da concordância e, para alguns outros, entrevê-se processo de aquisição (Naro & Scherre, 1991; 1993b; 1996b).

Revela-se, portanto, estreita correlação entre a complexidade social e os processos de variação.

5. Considerações finais

Estas palavras finais não configuram uma conclusão, mas, antes, uma breve colocação de novas perspectivas. Na forma como procuramos delinear ao longo deste artigo, o grupo PEUL procurou não apenas desvendar o universo de variação da fala não culta do Rio de Janeiro como também ampliar o domínio da Sociolingüística quantitativa por meio da incorporação de outros paradigmas interpretativos da variação e da mudança lingüística. Na medida em que se solidificaram técnicas de análise empírica, novas questões foram abrindo espaço para a investigação de outros objetos de estudo e para um maior refinamento das variáveis estruturais e sociais associadas à variação e à mudança.

Um longo caminho percorrido e alguma experiência adquirida no percurso servem, por sua vez, como ponto de partida para a colocação de outras questões relativas, principalmente, à implementação e encaixamento da mudança lingüística. Essas novas vertentes constituem, no momento, o núcleo de interesse do grupo que passa a buscar no estudo da mudança em tempo real as evidências necessárias para a confirmação de hipóteses formuladas a partir de estudos em tempo aparente. Os dados coletados pelo PEUL já fazem 20 anos, o espaço de uma geração. Novos dados serão gravados para levarmos a cabo uma análise em tempo real. O PEUL espera, dessa forma, trazer novas contribuições à compreensão dos caminhos trilhados pelo português brasileiro e a uma teoria mais geral da mudança lingüística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILERA, V. de A. (org.) (1998) *A geolingüística no Brasil – Caminhos e perspectivas*. Londrina: UEL.
- ALMEIDA, N. L. F. & Z. de O. N. CARNEIRO (1998) *A língua portuguesa no semi-árido baiano*. IV Congresso de Estudos Lingüísticos e Literários. Feira de Santana: UEFS.

- AMARAL, A. (1920) *O dialeto caipira*. São Paulo: O Livro.
- ARAGÃO, M. do S. S. de & M. E. SOARES. (orgs.) (1996) *A linguagem falada em Fortaleza*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.
- BAXTER, A. N. & D. LUCCHESI. (1997) A relevância dos processo de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos lingüísticos e literários* (n.º especial). Salvador, Universidade Federal da Bahia: 65-83.
- BORTONI, S. M. R. (1984) *The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistic study in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BRAGA, M. L. (1986) Construções de tópico de discurso. *Relatório final de pesquisa: Projeto subsídios do "Projeto Censo" à educação*, III. Rio de Janeiro: UFRJ: 393-453 (inédito).
- _____. (1987) Esta dupla manifestação de sujeito, ela é condicionada lingüísticamente. In: *Estudos lingüísticos. Anais de seminários do GEL*, XIV, Campinas, UNICAMP: 106-15.
- _____. (1991) As sentenças clivadas no português falado no Rio de Janeiro. *Organon*, 18 (5) - *A variação no português do Brasil*, Porto Alegre: UFRGS-Instituto de Letras: 109-25.
- _____. (1995) As orações de tempo no discurso oral. In: I.G.V. KOCH & M. L. BRAGA (orgs.) *Cadernos de estudos lingüísticos*, 28. Campinas: UNICAMP/IEL: 85-97.
- _____. (1996) Processos de redução: o caso das orações de gerúndio. In: I. G. V. KOCH (org.) *Gramática do Português falado*, VI: *Desenvolvimentos*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP: 231-52.
- _____. (1997) Discurso e abordagens quantitativas. *Alfa*, 41 (n.º esp). São Paulo: UNESP: 41-56.
- _____. (no prelo). The articulation of clauses: time.
- _____. (1998) A codificação de contraste no português de contato: um processo de gramaticalização. *Estudos Lingüísticos*, 27. *Anais do Seminário do GEL*. São José do Rio Preto: 111-9.
- BRAGA, M. L. et alii. (1991) Results of an integrated sociolinguistic study. In: F. G. de MATOS; S. M. BORTONI & J. FISHMAN (eds.) *International journal of the sociology of language - Sociolinguistics in Brazil*. Berlin: Mouton: 153-74.
- BRAGA, M. L. & M. C. MOLLICA. (1986) Marcas segmentais e/ou supra-segmentais entre sujeito e o predicado e sua função discursiva. *O histórico e o discursivo*. Uberaba, Série Estudos, 12: 24-40.
- BRANDÃO, S. F. & S. R. VIEIRA (1998) Aspectos morfossintáticos da fala de comunidades pesqueiras: um estudo variacionista. In: S. GROBE & K. ZIMMERMANN (eds.) <<Substandard>> e mudança lingüística no

português do Brasil. Frankfurt am Main: TFM: 227-54.

- CALLOU, D. M. I. (1998) Um estudo em tempo real em dialeto rural brasileiro: questões morfossintáticas. In: S. GROBE & K. ZIMMERMANN (eds.) <<*Substandard*>> e mudança no português do Brasil. Frankfurt am Main: TFM: 255-72.
- CALLOU, D. M. I., N. OMENA & V. L. PAREDES DA SILVA (1991) *Cadernos de estudos lingüísticos*, 20 – Sociolingüística. IEL/UNICAMP: 17-2.
- CÂMARA JR., J. M. (1975) *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- CARENO, M. F. (1992) A linguagem rural do Vale do Ribeira: a voz, a vez das comunidades negras. Assis: Universidade Estadual Paulista. Tese de Doutorado, inédito.
- CASTILHO, A. T. de (1990) Apresentação do projeto da gramática do português falado. In: A. T. CASTILHO (org.) *Gramática do português falado*. Campinas: UNICAMP/FAPESP: 7-27.
- _____ (1998) *Para a história do português brasileiro. Primeiras idéias*. São Paulo: Humanitas, I.
- CERQUEIRA, V. C. (1990) A forma dele na indicação de posse e as mudanças no sistema pronominal. Campinas: UNICAMP. Dissertação de Mestrado, inédito.
- CORRÊA, V. R. (1998) Oração relativa: o que se fala e o que se aprende no português do Brasil. Campinas: UNICAMP. Tese de Doutorado, inédito.
- CUNHA, C. (1989) Objetivos do projeto NURC. In: A. T. de CASTILHO (org.) *Português culto falado no Brasil*. Campinas: UNICAMP: 11-14.
- CYRINO, S. M. L. (1997). *O objeto nulo no português do Brasil – um estudo diacrônico*. Londrina: UEL.
- DILLINGER, M. (1991) Forma e função na lingüística. *D.E.L.T.A.*, 7(1): 395-40.
- DUARTE, M. E. L. (1995) A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro. Campinas: UNICAMP. Tese de Doutorado, inédito.
- _____ (1997) Aquisição do sujeito pronominal em L2. In: C. RONCARATI & M. C. MOLLICA. *Variação e aquisição*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 43-64.
- _____ (1998) O sujeito nulo no português do Brasil: de regra obrigatória a regra variável. In: S. GROBE & K. ZIMMERMANN (eds.) *Substandard e mudança lingüística no português do Brasil*. Frankfurt am Main: TFM: 189-202.
- DU BOIS, J. W. (1984) Competing motivations. In: J.HAIMAN. *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins: 342-65.
- EMMERICH, C. (1977) Um traço propulsor numa língua de contato. In: *Anais do 2º Encontro Nacional de Lingüística*. Rio de Janeiro: PUC: 393-9.
- _____ (1984) A língua de contato no Alto Xingu - origem, forma e função. Rio

de Janeiro: UFRJ. Tese de Doutorado, inédito.

- FELGUEIRAS, C. M. (1993) Análise da variação no uso da preposição PARA. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, inédito.
- FERNANDES, M. (1996) Concordância nominal na região sul. Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado, inédito.
- FERREIRA, C (1994) Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. Diversidade do português do Brasil – Estudos da dialetologia rural e outros. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA: 21-32.
- FERREIRA, C. et alii. (1994) Diversidade do português do Brasil – Estudos da dialetologia rural e outros. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA.
- FIORETTI, M. T. G. (1996) Alternância no uso dos verbos existenciais em português. Rio de Janeiro, UFRJ. Dissertação de Mestrado, inédito.
- FUNDO, K. H do (1994) Distribuição e interseção das novas variáveis. *Boletim da ABRALIN*, 15. Salvador, UFBA: 256-61.
- GIVÓN, T. (1995) *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins.
- GOMES, C. A. (1996) Aquisição e perda de preposições no português do Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de doutorado, inédito.
- ____ (1997) Processos variáveis e aquisição de preposição em L2. In: C. RONCARATI & M. C. MOLLIKA (orgs.) *Variação e aquisição*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 103-16.
- GONÇALVES, C. A. V. (1993). Aférese e prótese: verso e reverso morfológico. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado, inédito.
- GRYNER, H. (1990) Variação de tempo-modo e conexão nas orações condicionais em português. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de Doutorado, inédito.
- ____ (1995) Graus de vinculação nas cláusulas condicionais. In: I.G.V. KOCH & M. L. BRAGA (orgs.) *Cadernos de estudos lingüísticos*, 28. Campinas, UNICAMP/IEL: 69-83.
- ____ (1996) Variação modal como estratégia argumentativa. In: A. T. MACEDO & C. RONCARATI & M. C. MOLLIKA (orgs.) *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 113-27.
- GUY, G. R. (1989) On the nature and origins of popular Brazilian Portuguese. In: *Estudios sobre Español de América y Lingüística Afroamericana*. Bogotá: Intituto Caro Y Cuervo: 226-44.
- HORA, D. da (1998) Variação lingüística no Estado da Paraíba: aspectos fonéticos-fonológicos In: S. GROBE & K. ZIMMERMANN (eds.) *Substandard e mudança lingüística no português do Brasil*. Frankfurt am Main: TFM: 315-328.
- HOLM, J. (1991) Vernacular Brazilian Portuguese: a semi-creoule. In: E. D'ANDRADE & A. KIHM (orgs.) *Actas do Colóquio sobre "crioulos de base lexical portuguesa"*. Lisboa: Colibri: 37-6.

- ISENSEE, D. M. (1964) O falar de Mato Grosso (Bahia): fonêmica – aspectos da morfo-sintaxe e do léxico. Brasília: UnB. Dissertação de Mestrado, inédito.
- JEROSLOW, E. H. M. (1974) Rural Cearense Portuguese: a study of one variety of nonstandard Brazilian speech. Cornell University. Dissertation.
- ____ (1975) Creole characteristics in rural Brazilian Portuguese. Unpublished paper presented at the International Conference on Pidgins and Creoles. University of Hawaii.
- KATO, M. A. (1998) Formas de funcionalismo na sintaxe. *D.E.L.T.A.*, 14 (n.º especial): 145-68.
- LABOV, W. (1975) *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- ____ (1994) *Language and Society, 20. Principles of Linguistic Change - Internal Factors*. Cambridge: Blackwell.
- LUCHESE, D. & A. T. de MACEDO (1997) Variação na concordância de gênero no Português de Contato do Alto Xingu. *Papia; revista de crioulos de base ibérica*, 9. Brasília: Universidade de Brasília: 20-36.
- LEMLE, M. & A. J. NARO (1977) Competências básicas do português. *Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e Fundação Ford*. Rio de Janeiro.
- LIMA, J. D'Arc de M. (1992) Difusão lexical na vibrante final. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, inédito.
- LIMA, L. de (1994) Descrição e categorização das novas variáveis. *Boletim da ABRALIN*, 15. Salvador: UFBA: 250-55.
- LOUREIRO, F. C. (1998) O uso de tudo como pluralizador no Português de Contato. Rio de Janeiro, UFRJ. Dissertação de Mestrado, inédito.
- MACEDO, A. T. de (1994) Como iniciar o turno. In: M. C. MOLLIÇA & L. P da M. LOPES (org.) *Tempo Brasileiro*, 117. *Linguagem, interação e cognição*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 45-54.
- ____ (1997) Aquisição de marcadores em primeira e em segunda língua. In: C. RONCARATI & M. C. MOLLIÇA (orgs.) *Variação e aquisição*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 43-64.
- MARROQUIM, M. (1945) *A língua do nordeste - Alagoas e Pernambuco*. São Paulo: Nacional.
- MARTELOTTA, M. E et alii (1996) (orgs.) *Gramaticalização no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- MATTOS e SILVA, R. V. (1996) (org.) *Carta de Caminha – Testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: UFBA.
- MATTOS, P. B. & M. C. de M. MOLLIÇA (1989) Dois processos de assimilação fonológica no português falado semi-espontâneo do Rio de Janeiro.

Relatório final do projeto Mecanismos funcionais do uso da língua. Rio de Janeiro: UFRJ, inédito.

- ____ (1992) Pela conjugação das abordagens variacionista e difusionista. *Revista de estudos da linguagem*, 1. Belo Horizonte: UFMG: 53-64.
- MOLLIKA, M. C. de M. (1989a) *Queísmo e Dequeísmo em português*. Rio de Janeiro, UFRJ. Tese de Doutorado, inédito.
- ____ (1989b) Influência de fatores de processamento na variação em português. In: F. TARALLO (org.) *Fotografias sociolinguísticas*. São Paulo: Ática: 283-300.
- ____ (1991a) (De) queísmo: variação em conexões intersentenciais. *Organon*, 18 (5). *A variação no português do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS - Instituto de Letras: 37-51.
- ____ (1991b) Processing and morpho-semantic effects in complementation in Brazilian Portuguese. *Language Variation and Change*, 3 (3). Cambridge University Press: 265-74.
- ____ (1993) Intervalos entre o silêncio e a fala e suas conseqüências na escrita. *Cadernos de Letras*, 9. Rio de Janeiro: UFRJ: 143-9.
- ____ (1994a) Mecanismos prosódico-interativos na comunicação. In: M. C. MOLLIKA & L. P da M. LOPES (org.) *Tempo Brasileiro*, 117. *Linguagem, interação e cognição*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 55-60.
- ____ (1994b) Funções diferentes de “variantes” ou equivalência semântico-funcional em variação. *Boletim da ABRALIN*, 15. Salvador, UFBA: 74-79.
- ____ (1995a) *(De) que falamos?* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- ____ (1995b) Aplicação pedagógica de estudos variacionistas. In: L.P. da M. LOPES & M. C. MOLLIKA (orgs.) *Espaços e interfaces da lingüística e da lingüística aplicada*. – *Cadernos didáticos*, 17. Rio de Janeiro: UFRJ: 49-57.
- ____ (1996a) A regência do verbo *ir* de movimento. In: G. M. de O. e SILVA & M. M. P. SCHERRE (orgs.) *Padrões sociolinguísticos - análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- ____ (1996b) Supra-segmentos de fronteira: principais causas e funções. In: A. T. MACEDO & C. RONCARATI & M. C. MOLLIKA (orgs.) *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 129-47.
- ____ (1997) Padrões fonológicos variáveis em aquisição. In: C. RONCARATI & M. C. MOLLIKA (orgs.) *Variação e aquisição*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 33-64.
- ____ (1998) *Influência da fala na alfabetização*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- MOLLIKA, M. C. de M. et alii (1995) Contato lingüístico e aquisição do

- português. *Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP)*, 14. Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa: 119- 27.
- MOLLICA, M. C. de M. & M. da C. PAIVA (1991) Restrições estruturais atuando na relação entre [l]/[r] e [r] 0 em grupos consonantais em português. *Boletim da ABRALIN*, 11(1). São Paulo, UNICAMP, Campinas: 181-89.
- ____ (1993) Grupos consonantais: da gênese ao português contemporâneo. *Terceira margem*, 1. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ: 136-140.
- MONTEIRO, C. do R. (1933) *A linguagem dos cantadores*. Rio de Janeiro. Tese apresentada em concurso à Congregação do Colégio Pedro II.
- MOURA, M. D. (1997) (org.) *Variação e ensino*. Maceió: EDUFAL.
- NARO, A. J. (1981) The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language*, 57: 63-98.
- ____ (1996) *The functional nature of variation*. XXV New ways of analyzing variation (NWAVE) - Universidade de Nevada/Las Vegas, inédito.
- NARO, A. J. & M. M. P. SCHERRE (1991) Variação e mudança lingüística: fluxos e contrafluxos na comunidade de fala. *Cadernos de estudos lingüísticos*, 20. *Sociolingüística*. IEL/UNICAMP: 9-15.
- ____ (1993a) Sobre as origens do português popular do Brasil. *D.E.L.T.A.*, 9 (n.º especial): 437-54.
- ____ (1993b) Flows and counter flows in variation and change. XXII New ways of analyzing variation (NWAVE) - Universidade de Ottawa/Ottawa, inédito.
- ____ (1996a) Disfluencies in the Analysis of Speech Data. *Language Change and Variation and Change*, 8. Cambridge University Press: 1-12.
- ____ (1996b) Contact with media and linguistic variation. In: J. ARNOLD et alii (ed.) *Sociolinguistic Variation - Data, Theory and Analysis - Selected Papers from NWAV23 at Stanford*, Stanford University: 223-8..
- ____ (1998) A hierarquização do controle da concordância no português moderno e medieval: o caso de estruturas de sujeito composto. Comunicação apresentada no *Colóquio Internacional- projetos de investigação lingüística sobre o português do Brasil*. Berlim.
- ____ (no prelo) Variable concord in Portuguese: the situation in Brazil and Portugal. In: J. McWHORTER (ed.) *Current issues in pidgin and creole linguistics*. Amsterdam: John Benjamins.
- NARO, A. J. & S. J. VOTRE (1992) Mecanismos funcionais do uso da língua - função e forma. *D.E.L.T.A.*, 8(2): 285-90.
- NASCENTES, A. (1953) *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões.
- NASCIMENTO, M. (1990) Teoria gramatical e “mecanismos funcionais do uso da língua”. *D.E.L.T.A.*, 6 (1): 83-98.
- NINA, T. de J. C. (1980). Concordância nominal/verbal do analfabeto na micro-

região de Bragantina. Rio Grande do Sul: PUC. Dissertação de Mestrado, inédito.

NUNES, J. (1995) Ainda o famigerado *se*. *D.E.L.T.A.*, 11 (2): 201-40.

OMENA, N. P. de. (1978) *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. Rio de Janeiro: PUC. Dissertação de Mestrado, inédito.

____ (1987) A alternância entre nós e a gente na função de sujeito. In: *Estudos lingüísticos - Anais de seminários do GEL*, XIV. Campinas: UNICAMP: 94-105.

____ (1996) A referência variável da primeira pessoa do discurso no plural. In: G. M. de O. e SILVA & M. M. P. SCHERRE. (orgs.) *Padrões Sociolingüísticos - Análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro: 183-215.

PAGOTTO, E. G. (1992) A posição dos clíticos em português – um estudo diacrônico. Campinas: Unicamp. Dissertação de Mestrado, inédito.

PAIVA, M. da C. (1992) Ordenação das cláusulas causais: forma e função. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de Doutorado, inédito.

____ (1994) Nova abordagem de velhos fenômenos. *Boletim da ABRALIN*, 15. Salvador, UFBA: 262-67.

____ (1995a) Cláusulas causais: iconicidade e funcionalidade. In: I. G. V. KOCH & M. L. BRAGA (orgs.) *Cadernos de estudos lingüísticos*, 28. Campinas: UNICAMP/IEL: 59-68.

____ (1995c) Empregos do PORQUE no discurso oral. *D.E.L.T.A.*, 11(1): 27-39.

____ (1996a) A supressão das semivogais nos ditongos decrescentes. In: G. M. de O. e SILVA & M. M. P. SCHERRE (orgs.) *Padrões Sociolingüísticos - Análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 217-36.

____ (1996b) Aspectos semânticos e discursivos da relação de causalidade. In: A. T. MACEDO & C. RONCARATI & M. C. MOLLIKA *Variação e discurso*. (orgs.) Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 63-74.

____ (1997) Variação e aquisição do traço sonoridade. In: C. RONCARATI & M. C. MOLLIKA (orgs.) *Variação e aquisição*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 15-32.

____ (1998) Da parataxe à hipotaxe: uma trajetória do Português de Contato. *Estudos Lingüísticos*, 27. *Anais do Seminário do GEL*. São José do Rio Preto: 120-9.

____ & C. A. GOMES (1998) Pressões sociais da variação e da mudança. Comunicação apresentada no *XIII Encontro Nacional da ANPOLL*, Campinas.

- PAREDES DA SILVA, V. L. (1988) Cartas cariocas: A variação do sujeito na escrita informal. Rio de Janeiro, UFRJ. Tese de Doutorado, inédito.
- _____ (1992) A relevância dos fatores internos. In: M. C. MOLLICA (org.) *Introdução à sociolinguística variacionista*. Cadernos Didáticos. Rio de Janeiro: FL/UFRJ: 33-7.
- _____ (1993) Subject omission and functional compensation: evidence from written Brazilian Portuguese. *Language Variation and Change*, 5. Cambridge: Cambridge University Press: 35-49.
- _____ (1994) Marcas de oralidade na escrita como sinais de interação. In: M. C. MOLLICA & L. P da M. LOPES (orgs.) *Tempo Brasileiro, 117 - Linguagem, interação e cognição*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 67-74.
- _____ (1996) Quando escrita e fala se aproximam: pronomes de terceira pessoa em cartas pessoais. In: A. T. MACEDO & C. RONCARATI & M. C. MOLLICA (orgs.) *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 63-74.
- _____ (1997a) Forma e função nos gêneros de discurso. *Alfa*, 41 (n.º esp.). São Paulo: UNESP: 79-98.
- _____ (1997b) A variação na referência à 2ª pessoa no português carioca. *Relatório final do projeto PEUL 2*, inédito.
- PINTO, I. I. (1996) A variação entre tudo e todo(a)(s) no português informal carioca. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado, inédito.
- POPLACK, S. (1980) The notion of the plural in Puerto Rico Spanish: competing constraints on /s/ deletion. In: W. LABOV (eds.) *Locating language in time and space*. Philadelphia: University of Pennsylvania: 55-67.
- RAMOS, J. M. (1997) O uso das formas você, ocê e cê no dialeto mineiro. In: D. da HORA (org.) *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia: 46-60.
- _____ *Novos clíticos no português brasileiro: Projeto Integrado CNPq*. Belo Horizonte: UFMG, 1998-2000.
- ROBERTS, I. & M. A. KATO (1993) (orgs.) *Português brasileiro – uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- RODRIGUES, A. N. (1974) *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo: Ática.
- RONCARATI, C. (1994) Repetição e saliência em interações dialogadas. In: M. C. MOLLICA & L. P da M. LOPES (orgs.) *Tempo Brasileiro - Linguagem, interação e cognição*, 117. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 75-90.
- _____ (1996) A negação no português falado. In: A. T. MACEDO, C. RONCARATI & M. C. MOLLICA (orgs.) *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 97-112.
- _____ (1997) Ciclo aquisitivos da negação. In: C. RONCARATI & M. C. MOLLICA (orgs.) *Variação e aquisição*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 03-16.

- RONCARATI, C et alii (1996) *Banco de dados interacionais*. Rio de Janeiro: Pós-graduação da Faculdade de Letras, UFRJ.
- SANKOFF, D. (1988a) Sociolinguistics and syntactic variation. In: F. J. NEWMAYER (ed.) *Linguistics: the Cambridge survey: IV* (Language: the socio-cultural context). New York: Cambridge University Press: 141-60.
- ____ (1988b) Variable rules. In: U. AMMON & N. DITTMAR & K. J. MATTHEIER (eds.) *Sociolinguistics - An international handbook of the science of language and society*. Berlin/New York: Walter de Gruyter: 984-98.
- SANKOFF, D. & S. LABERGE (1978) Statistical dependence among successive occurrences of a variable in discourse. In: D. SANKOFF (ed.) *Linguistic variation: models and methods*. New York: Academic Press: 119-26.
- SCHFFRIN, D. (1981) Tense variation in narrative. *Language*, LSA, **57**(1): 45-62.
- SCHERRE, M. M. P. (1988) Reanálise da concordância de número em português. Rio de Janeiro, UFRJ. Tese de Doutorado, inédito.
- ____ (1989) Sobre a saliência fônica na concordância nominal em português. In: F. TARALLO (org.) *Fotografias Sociolingüísticas*. São Paulo: Pontes: 301-32.
- ____ (1991) A Concordância de número nos predicativos e participios passivos. *Organon*, **18** (5) - *A variação no português do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS-Instituto de Letras: 52-70.
- ____ (1994) Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP)*, 12. Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa: 37-49.
- ____ (1996a) Sobre a influência de três variáveis relacionadas na concordância nominal em português. In: G. M. de O. e SILVA & M. M. P. SCHERRE (orgs.) *Padrões Sociolingüísticos - Análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 85-117.
- ____ (1996b) Pesquisa e ensino: modelos de análise em debate - o modelo variacionista. In: *Pesquisa e Ensino de Língua: Contribuições da Sociolingüística - Anais do II Simpósio Nacional do GT Sociolingüística da ANPOLL*. UFRJ, Faculdade de Letras, 23-25 out. 1995. Rio de Janeiro, Timing Editora, UFRJ, Curso de Pós-graduação em Letras Vernáculas, CNPq: 43-83.
- ____ (1996c) Variação Lingüística, *Mídia* e Preconceito Lingüístico. *Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP)*, 16. Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa: 17:27.
- ____ (1997) Concordância nominal e funcionalismo. *Alfa*, 41 (nº-esp). São Paulo: UNESP: 181-206.
- ____ (1998) Variação da concordância nominal no português do Brasil:

influência das variáveis posição, classe gramatical e marcas precedentes. In: S. GROBE & K. ZIMMERMANN (eds.) *Substandard e mudança lingüística no português do Brasil*. Frankfurt am Main, TFM: 153-89.

_____ (no prelo) Paralelismo lingüístico. *Estudos da Linguagem*, 7(2). Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG.

SCHERRE, M. M. P. et alii (1998) Phonic parallelism: evidence from the imperative in Brazilian Portuguese. In: PARADIS, C. et alii (eds.) *Papers in Sociolinguistics. N.WAVE-26 à l'Université Laval* (Québec): Nota Bene: 63-72.

SCHERRE, M. M. P. & A. T. de MACEDO (1989) Variação e Mudança: o Caso do S pós-vocálico. *ABRALIN - Boletim da Associação Brasileira de Lingüística*, 11. São Paulo: Unicamp: 165-80.

_____ (1996) Phonetic and lexical effects: post-vocalic -S in Rio de Janeiro Portuguese. Comunicação apresentada no 25 *New Ways of Analyzing Variation (N.WAVE)*. Las Vegas :University of Nevada.

SCHERRE, M. M. P. & A. J. NARO (1991) Marking in Discourse: Birds of a Feather. *Language Variation and Change*, 3. Cambridge University Press: 23-32.

_____ (1992) The serial effect on internal and external variables. *Language Variation and Change*, 4 (1). Cambridge University Press: 1-13.

_____ (1993) Duas dimensões do paralelismo formal na concordância de número no português popular do Brasil. *D.E.L.T.A.*, 9 (1): 1-14.

_____ (1997) A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: D. da HORA (org.) *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia: 93-114.

_____ (1998a) Restrições sintáticas e semânticas no controle da concordância verbal em português. *Fórum lingüístico*, 1. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Pós-graduação em Lingüística. Florianópolis: Imprensa Universitária: 45-71.

_____ (1998b) Hierarquização do controle da concordância no português moderno e medieval: o caso de estruturas de sujeito simples. Comunicação apresentada no *Colóquio Internacional- projetos de investigação lingüística sobre o português do Brasil*. Berlim.

SILVA, G. M. de O. (1991) Um caso de definitude. *Organon*, 18 (5) - *A variação no português do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS-Instituto de Letras: 90-108.

_____ (1994) Uma nova variável sociolingüística – Velhas e novas (histórico). *Boletim da ABRALIN*, 15. Salvador, UFBA: 243-49.

_____ (1996a) Variáveis sociais e perfis do *Corpus Censo*. In: G. M. de O e SILVA & M. M. P. SCHERRE (orgs.) *Padrões sociolingüísticos - análises*

de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 51-81.

____ (1996b) Estertores do possessivo *seu* na terceira pessoa. In: G. M. de O. e SILVA & M. M. P. SCHERRE (orgs.) *Padrões Sociolingüísticos - Análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 168-81.

____ (1996c) Realização facultativa do artigo definido diante de possessivos e patronímicos. In: G. M. de O. e SILVA & M. M. P. SCHERRE (orgs.) *Padrões Sociolingüísticos - Análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 119-45.

SILVA, G. M. de O. et alii (1996) Marcadores discursivos: traços definidores. In: I. G. V. KOCH. *Gramática do português falado*, VI: *Desenvolvimentos*. São Paulo: UNICAMP/FAPESP: 21-94.

SILVA, G. M. de O. e & A. T. de MACEDO (1992) Discourse markers in the spoken Portuguese of Rio de Janeiro. *Language Variation and Change*, 4(2). Cambridge: Cambridge University Press: 235-49.

____ (1996) Análise sociolingüística de alguns marcadores conversacionais. In: A. T. MACEDO, C. RONCARATI & M. C. MOLLIKA. *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 63-74.

SILVA, G. M. de O. e & M. da C. A. de PAIVA (1996) Visão de conjunto das variáveis sociais. In: G. M. de O. e SILVA & M. M. P. SCHERRE (orgs.) *Padrões sociolingüísticos - análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 336-78.

SILVA, G. M. de O. e & M. M. P. SCHERRE (1996) (orgs.) *Padrões sociolingüísticos - análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

SILVA, G. M. de O. e & S. J. VOTRE (1991) Estudos sociolingüísticos no Rio de Janeiro. *D.E.L.T.A.*, 7(1): 357-76.

SILVA NETO, S. da (1986) *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença.

TARALLO, F. (1983) *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. Philadelphia: Universidade da Pensilvania, Tese de Doutorado.

____ (1989) (org.) *Fotografias Sociolingüísticas*. São Paulo: Pontes.

____ (1991) Debate a Oliveira e Silva e Votre. *D.E.L.T.A.*, 7(1): 377-93.

____ (1993) Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: I. ROBERTS & M. A. KATO (orgs.) *Português brasileiro – uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP: 35-68.

- THIBAUT, P. & D. VINCENT (1990) *Un corpus de français parlé - Montréal 84: historique, méthodes et perspective de recherche*. Québec: Université Laval.
- VEADO, R. M. A. (1982) *Comportamento lingüístico do dialeto rural*. Belo Horizonte: UFMG/PROED.
- VOTRE, S. J. & A. J. NARO (1989) Mecanismos funcionais do uso da língua. *D.E.L.T.A.*, 5(2): 169-84.
- VOGT, C. & P. FRY. (1997) A “descoberta” do Cafundó. *Quilombos em São Paulo – tradição, direitos e lutas*. São Paulo: IMESP: 82-102.
- WEINREICH, U., W. LABOV & M. I. HERZOG (1968) Empirical foundations for a theory of language change. In: W. LEHMANN & Y. MALKIEL. *Directions for historical linguistics: a symposium*. Austin: University of Texas Press: 95-188.

A DIALECTOLOGIA NO BRASIL: PERSPECTIVAS
(Brazilian Dialectology: Perspectives)

Suzana Alice Marcelino CARDOSO (*Universidade Federal da Bahia*)

ABSTRACT: This paper presents an overview of the dialectological studies in Brazil and the current perspectives of that field of linguistic investigation. The article also discusses the development of Brazilian geolinguistic studies. It is given information of the five already published linguistic atlases and the other six still in course. Finally the paper presents the Atlas Lingüístico do Brasil project, describing its methodology and giving an account of the present stage of the research.

KEY WORDS: Dialectology; Geolinguistics; Variation.

PALAVRAS-CHAVE: Dialectologia; Geolinguística; Variação.

Neste artigo sobre os caminhos da Dialectologia no Brasil, apresento um breve histórico dos estudos dialetais, detendo-me, particularmente, nos últimos cinquenta anos, examino os avanços no campo da Geolinguística e, por fim, trato do projeto atlas lingüístico do Brasil.

0. À Guisa de Introdução

A diversidade de usos entre o português brasileiro e o português europeu, ainda que não sistematicamente estudada, foi reconhecida desde, pelo menos, o século XVIII. Testemunho de tal preocupação são as referências de D Jerônimo Contador de Argote a dialetos ultramarinos dentre os quais citava o do Brasil, caracterizando o seu léxico como possuidor de '*muytos termos das linguas barbaras, e muytos vocabulos do Portuguez antigo*' (1725:300). A esse dado, acrescentam-se as observações de Frei Luís do Monte Carmelo (1767: 128) que, pela primeira vez, chamou a atenção para um traço fonético do português falado no Brasil ao assinalar, de referência à vogal *a*, que não se fazia a distinção entre as pretônicas abertas, como em '*pàdeiro, prègar, còrar*' e as fechadas, como em '*cadeira, pregar, morar*'. Em começos do século XVIII, Jerónimo Soares Barbosa (1830: 31; 51; 52), além de destacar o mesmo fato para o qual chamara a atenção Monte Carmelo, informa, na sua gramática, que os brasileiros dizem '*minino*', '*mi deu*' e que também não chamam o -s implosivo.

Ao lado das referências existentes em obras voltadas para a análise da língua, convém assinalar, como o faz Teyssier (1982:77), as características apresentadas nas falas de personagens brasileiros do teatro português do século XVIII e dos primeiros anos do século XIX, como mostras do reconhecimento da diversidade de usos que se apresentava e para a qual já se havia despertado.

Estas informações buscadas ao longo do tempo e recuadas ao terceiro século de vida da nova terra visam, apenas, a chamar a atenção para o processo de dialeção que se vinha, gradativamente, instalando, diferenciando essa que no curso da história tem delineado os limites e deixado transparentes a variação ao seu interior e no seu confronto com a realidade do português europeu.

1. Breve Retrospectiva

A primeira manifestação, porém, que se pode caracterizar de natureza dialetal sobre o português do Brasil deve-se a Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, que escreveu, em 1926, quando ministro plenipotenciário do Brasil na França e a pedido do geógrafo vêneta Adrien Balbi, um informe sobre *'les différences que le dialecte brésilien pourrait présenter, comparé à la langue du Portugal'* o qual vem inserido às páginas 172-175 da *Introduction à l'Atlas ethnographique du globe*. Trata-se de uma lista de palavras que apresenta um rol de oito nomes que mudam de significação e outro de cinquenta nomes usados exclusivamente no Brasil.

A partir de então, costuma-se considerar iniciada a história dos estudos dialetais no Brasil para a qual Ferreira & Cardoso (1984:37-62) atribuem três diferentes etapas, reformulando, assim, a periodização proposta por Nascentes (1953) que estabelece apenas duas grandes fases. A formulação tripartida, apresentada pelas autoras, tem como base, como se verá a seguir, identificar e demarcar as três diferentes tendências dominantes em cada uma das épocas identificadas.

1.1. Primeira Fase

A primeira fase recobre um século e estende-se de 1826 a 1920, data da publicação de *O dialeto caipira* de Amadeu Amaral. Os trabalhos produzidos direcionam-se para o estudo do léxico e de suas especificidades no português do Brasil. São dicionários, vocabulários e léxicos regionais, dentre os quais e

a título de ilustração podem ser citados os seguintes: *Dicionário da língua brasileira*, 1832, de Luís Maria Silva Pinto, que se constitui num dicionário do português com a introdução de formas próprias do Brasil; *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*, 1853, de Brás da Costa Rubim, obra de carácter geral; *Glossário de vocábulos brasileiros, tanto dos derivados como daqueles cuja origem é ignorada*, publicado pelo Visconde de Beaurepaire-Rohan na *Gazeta Literária*, de 1883 a 1884, que foi, posteriormente, em 1889, transformado no *Dicionário de vocábulos brasileiros*; *A linguagem popular amazônica*, 1884, de Macedo Soares, contendo um glossário de cerca de cento e vinte palavras de origem tupi em uso na Amazônia; *O tupi na geografia nacional*, 1901, obra de Theodoro Sampaio que se detém na contribuição das línguas tupis ao português do Brasil; *Glossário paraense*, 1905, com o subtítulo *Coleção de vocábulos peculiares à Amazônia e especialmente à Ilha de Marajó*, de Vicente Chermont de Miranda que declara, no prefácio da obra, fazer ela parte de um trabalho mais amplo, *A criação de Gado no Marajó*; *Apostilas ao dicionário de vocábulos brasileiros*, 1912, de P. Carlos Teschauer; *Dicionário de brasileirismos*, 1912, de Rodolfo Garcia.

Integrando esse conjunto de obras de carácter lexicográfico, constituído, basicamente, de glossários ou dicionários, que imprimem o tom da primeira fase, encontra-se um primeiro estudo de natureza mais ampla e de cunho gramatical, *O idioma hodierno de Portugal comparado com o do Brasil*, escrito pelo brasileiro José Jorge Paranhos da Silva (1879) que trata dos diferentes aspectos da variação do português do Brasil *versus* o português de Portugal e faz na sua obra sugestiva dedicatória:

Aos moços que, se tendo ido formar em Coimbra, dizem que querem outra vez ser considerados como nascidos no Brasil, offereço esta comparação da nossa maneira de falar com a dos actuaes Portuguezes.

1.2. Segunda Fase

Inicia-se com a publicação de *O dialeto caipira* de Amadeu Amaral e se estende até 1952, momento em que se dão os primeiros passos para o sistemático desenvolvimento da Geolingüística em território brasileiro. É marcada pela produção de trabalhos voltados para a observação de uma área determinada, buscando descrever os fenômenos que a caracterizam não só do ponto de vista semântico-lexical mas também fonético-fonológico e morfossintático.

Nota-se a existência da preocupação com uma metodologia de abordagem dos fenômenos orientada para o exame da realidade, observada *in loco* e considerada nos seus diferentes aspectos. São, assim, produzidos estudos de caráter monográfico, dos quais ponho em destaque os trabalhos de Amaral, Nascentes e Marroquim, obras iniciais do período que imprimem uma nova ótica ao exame da realidade lingüística brasileira.

Publicado em 1922, *O dialeto caipira* nasceu da preocupação de Amaral com o processo de dialetação do português brasileiro, sobre o qual e até aquela época pouco se sabia ou se tinha escrito. A consciência de tal situação leva-o a assim se expressar na “Introdução” da obra (1953:43):

Fala-se muito num “dialeto brasileiro”, expressão já consagrada até por autores notáveis de além-mar; entretanto, até hoje não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialetação, cuja existência é por assim dizer evidente, mas cujos caracteres ainda não foram discriminados.

Estudando uma área do estado de São Paulo, aquela identificada como a do falar caipira, Amaral fornece aos que a ele sucederiam no tempo e no campo da investigação dialetal, a fundamentação para um trabalho sério. Chama a atenção para a necessidade de ‘*observadores imparciais, pacientes e metódicos*’, capazes de assumir uma postura metodológica que os levasse à observância da realidade *in loco*, eliminando ‘*por completo tudo quanto fosse hipotético, incerto, não verificado pessoalmente*’ (1953:43). Enfeixa as suas idéias com uma preocupação, ao mesmo tempo desejo, de que se venham a realizar estudos regionais, executados com os mesmos critérios de rigidez metodológica de que se utilizou pois, conclui (1953:44):

Só assim se saberia com segurança quais os caracteres gerais do dialeto brasileiro, ou dos dialetos brasileiros, quantos e quais os subdialetos, o grau de vitalidade, as ramificações, o domínio geográfico de cada um.

Dois anos depois, publica Antenor Nascentes *O linguajar carioca em 1922*, obra que a partir da segunda edição passa a chamar-se simplesmente *O linguajar carioca*.

O Autor preocupa-se, inicialmente, em definir o que entende por *falar brasileiro* e procurar situar o linguajar carioca no conjunto desses falares.

Imbuído da importância do conhecimento dos casos de patologia lingüística, muito à moda, além-mar, naquela época, mostra a relevância do conhecimento dos dialetos e chega a emitir uma decisiva opinião (1953:14):

São do mais alto valor científico os casos de patologia lingüística apresentados pelos dialetos; têm mais importância do que as questiúnculas fúteis sobre colocações de pronomes e outros assuntos.

Discutindo, ainda, o processo de dialeção do português do Brasil, apresenta uma divisão dos falares brasileiros (MAPA 1) a que declara ter chegado depois de haver realizado ‘*o ardente desejo de percorrer todo o Brasil, do Oiapoque ao Chuí, de Recife a Cuiabá*’ (1953:24). Essa divisão, primeira a ser proposta em base estritamente lingüística, é a única de que, até o presente, dispomos. A ausência de dados descritivos e em nível nacional sobre o português do Brasil impossibilita testar, com base em dados atuais, os limites que estabelece. Nada obstante, respaldada nos dados que o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* e o *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* oferecem, Cardoso (1986) examinou a realidade dessa área no que se refere à realização das vogais médias pretônicas – um dos fatos tomados por Nascentes como parâmetro para a sua divisão – e os limites a que chegou coincidem com os traçados por Nascentes em 1922. Essa constatação evidencia a pertinência, ainda hoje, dos limites estabelecidos por Nascentes, pelo menos no que se refere a essa área considerada.

A obra de Nascentes, além da contribuição específica que traz para o conhecimento do dialeto carioca ao estudar aspectos da fonética, morfologia, sintaxe e léxico, destaca-se pela proposta, primeira, de divisão dialetal do Brasil que apresenta.

Completando essa tríade está Mário Marroquim com *A língua do Nordeste*, publicada em 1934. Tomado de interesse pelos estudos dialetais e preocupado com a raridade de publicações sobre essa temática, diz muito enfaticamente no primeiro capítulo da sua obra (1996:9):

Não está ainda feito o estudo do dialeto brasileiro. A enorme extensão geográfica em que o português é falado no Brasil dá a cada região peculiaridade e modismos desconhecidos nas outras, e exige, antes da obra integral que se fixe e defina nossa diferenciação dialetal, trabalhos parcelados, feitos com critério e honestidade, sobre cada zona do país.

E procura, ele próprio, responder a esse apelo produzindo o circunstanciado estudo sobre a língua de Alagoas e Pernambuco, área sobre a qual se debruça. Aparecida em 1934, *A língua do Nordeste* constitui-se no volume XXV da Coleção Brasileira, série V, da Biblioteca Pedagógica Brasileira, editada pela Companhia Editora Nacional. Essa edição inicia-se diretamente com o primeiro capítulo, não tendo prefácio nem apresentação. A segunda edição, em 1945, da mesma coleção e editora traz um prefácio de Gilberto Freire que não exagera ao afirmar (1996:6):

Aqui está um livro que, sendo de filólogo, não se perde em bisantinismos de gramatiquice, esquecendo o sentimento humano, a significação psicológica, o interesse histórico dos problemas oferecidos ou sugeridos pelas particularidades regionais de um idioma.

Recentemente, por ocasião do seu centenário de nascimento ocorrido em 1966, fez-se uma terceira edição, no momento em que se encontram estimulados os estudos sobre a variação espacial do português brasileiro.

Às três obras postas em destaque, reúnem-se outras que caracterizam essa segunda fase, as quais se distribuem, segunda o enfoque que as domina, em quatro grupos diferenciados.

No primeiro grupo estão léxicos e glossários regionais que continuam a ser produzidos e dão, em conseqüência, continuidade ao que predominou na fase anterior, como ilustram as obras: *Vocabulário gaúcho*, 1926, de Roque Callage; *Dicionário dos animais do Brasil*, 1931, de Rodolfo von Ihering; *Vocabulário do Nordeste do Rio Grande do Sul - Linguagem dos praieiros*, 1933, de Dante de Laytano; *O vocabulário pernambucano*, 1937, de Pereira da Costa; *Vocabulário amazonense*, 1939, de Alfredo da Maia.

No segundo grupo encontram-se obras de caráter geral que analisam as questões numa perspectiva mais ampla e globalizante, como o fazem: *O ritmo da língua nacional*, 1926, de Álvaro Maia; *O português do Brasil*, 1937, de Renato Mendonça; *O problema da língua brasileira*, 1940, de Sílvio Elia; *A língua do Brasil*, 1946, de Gladstone Chaves de Melo.

Integrando um terceiro grupo estão estudos de caráter regional, abordando, particularmente, aspectos de uma área geográfica e fenômenos específicos de uma dada região. Inscrevem-se nesse grupo, além das já postas

em destaque, obras como: *A linguagem dos cantadores*, 1933, de Clóvis Monteiro; *O falar mineiro*, 1938, e *Estudos de dialectologia portuguesa. A linguagem de Goiás*, 1944, de José Aparecido Teixeira; *A linguagem popular da Bahia*, 1951, de Edison Carneiro.

Por fim, vêm a constituir uma quarta vertente de interesses dialetais nessa segunda fase, os estudos específicos sobre a contribuição africana, dentre os quais citam-se: *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, 1933, de Jacques Raimundo; *A influência africana no português do Brasil*, 1933, de Renato Mendonça; *Os africanismos no dialeto gaúcho*, 1936, de Dante de Laytano.

Figura de destaque no que se identifica como a terceira fase dos estudos dialetais no Brasil, Serafim da Silva Neto se faz presente, nesse período, com uma produção da qual se destacam a *Diferenciação e unificação do português do Brasil* e *Capítulos da história da língua portuguesa falada no Brasil*, publicados em 1946 e, posteriormente, em 1950, reunidos na *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*.

1.3. Terceira Fase

Tem como marco um ato do governo brasileiro, o Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, que, ao definir as finalidades da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, que vinha de ser criada, assentava como a principal delas a elaboração do atlas lingüístico do Brasil. Essa prioridade é retomada pela Portaria 536, de 26 de maio do mesmo ano, que, ao baixar instruções referentes à regulamentação do Decreto, põe ênfase na elaboração do atlas lingüístico do Brasil.

Posta na letra da lei, não bastaria isso para que se viesse, de fato, a ter um outro momento na história dos estudos dialetais no Brasil. Era necessário que uma nova visão se introduzisse na abordagem dos fenômenos da variação lingüística no país. E isso aconteceu graças ao trabalho de figuras pioneiras, das quais destaco Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Nelson Rossi, que se empenharam na implantação de um novo momento para a Dialectologia brasileira: o início dos estudos de geografia lingüística.

Antenor Nascentes publica as *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*, obra em dois volumes saídos o primeiro em 1952 e o segundo em 1961, na qual estabelece, como o próprio nome sugere, passos

fundamentais para o início do trabalho nesse campo. Discute, na pequena introdução, as vantagens de um atlas feito ao mesmo tempo para todo o país, mas reconhece a impossibilidade de sua concretização nesses termos entre nós, argumentando com a vastidão do nosso território e a dificuldade de acesso aos diferentes pontos.

Defensor da criação de ‘*uma mentalidade dialetológica*’ (1957:9), exortação com que abre a “Introdução” do seu *Guia para estudos dialectológicos*, Serafim da Silva Neto pugnou, a cada momento, pela necessidade e pela urgência de se estudarem os falares brasileiros. Nesse sentido, sugeriu que as Faculdades de Filosofia — leia-se hoje Institutos/Faculdades de Letras — realizassem a cada ano um curso de Dialectologia Brasileira e procurou definir com muita clareza as tarefas que considerava urgentes para a concretização dos estudos dialetais no Brasil. Chegou a estabelecer no seu *Guia* (1957: 11) um rol delas, assim identificadas:

- a) sondagens preliminares, criação de ambiente, difusão do método;
- b) recolha de vocabulários com todas as exigências técnicas;
- c) monografias etnográfico-lingüísticas sobre determinadas “esferas semânticas”;
- d) monografias etnográfico-lingüísticas sobre falares;
- e) atlas regionais;
- f) inquérito nacional feito com questionário uniforme e distribuição geográfica dos materiais recolhidos, em mapas (*Atlas Nacional*).

Foi um grande incentivador da realização do atlas lingüístico do Brasil sem deixar, porém, de enfatizar a importância dos estudos dialetais nas suas diferentes manifestações.

Preocupado com as questões relativas a uma política de conhecimento da língua portuguesa, Celso Cunha tinha presente a necessidade de empreender-se a execução do atlas lingüístico do Brasil, reconhecendo, porém, que a impraticabilidade de realização de um atlas nacional indicava o caminho de construção de atlas regionais. Essa é a posição que assume, juntamente com Serafim da Silva Neto, em 1957, por ocasião do III Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Lisboa.

O primeiro passo concreto, no campo da Geolingüística, vem a ser dado por Nelson Rossi que publica, em 1963, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Ao caracterizar o âmbito da Dialectologia, a cujo estudo se dedicou

intensamente, Rossi chama a atenção para a natureza eminentemente ‘*contextual*’ de que se reveste ao afirmar (1967:89) que:

Convirá, porém, nunca esquecer que a dialectologia é essencialmente contextual: o fato apurado num ponto geográfico ou numa área geográfica só ganha luz, força e sentido documentais na medida em que se preste ao confronto com o fato correspondente – ainda que por ausência – em outro ponto ou outra área.

Inicia Rossi a sua empreitada dialetológica na Bahia, tornando-se pioneiro na aplicação da geografia lingüística no Brasil e colocando-se entre os que, com maior rigor científico e precisão metodológica, se empenharam na implantação dos estudos dialetais.

A terceira fase da história dos estudos dialetais tem, assim, como marca identificadora o início dos estudos sistemáticos no campo da geografia lingüística, objeto de maiores considerações no item que se segue. Não ficam, porém, ausentes desse período estudos de natureza teórica, a produção de léxicos regionais e de glossários, bem como a elaboração de monografias sobre regiões diversas. O levantamento de teses de doutorado e de dissertações de mestrado produzidas no período de 50 anos – 1939 a 1989 — aponta um número considerável de trabalhos no campo da Dialectologia, como se pode ver da consulta à *Bibliografia indexada de dissertações e teses de Letras e Lingüística defendidas em universidades brasileira*, organizada por Ulf Gregor Baranow e publicada em 1990 sob o patrocínio da ANPOLL-Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. São apresentados 1.589 trabalhos entre teses de doutorado e dissertações de mestrado na área dos estudos lingüísticos, dos quais 98 se debruçam sobre aspectos dialetais nos seus mais diferenciados enfoques. Não cabe enumerar todas elas, mas convém assinalar que recobrem o país, parafraseando Nascentes, do Oiapoque ao Chuí, pois há trabalhos produzidos sobre, pelo menos, áreas de dezenove estados brasileiros, começando pelo Pará e chegando ao Rio Grande do Sul.

Postas estas linhas gerais da história dos estudos dialetais no Brasil, procuro, no item que segue, examinar a produção no campo da geografia lingüística, especificamente no que se refere à realização de atlas lingüísticos.

2. A Geolingüística no Brasil

Nas *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil* (1958:7), Nascentes dá um conselho que é oportuno relembrar. Diz o dialetólogo:

Embora seja de toda vantagem um atlas feito ao mesmo tempo para todo o país, para que o fim não fique muito distanciado do princípio, os Estados Unidos, país vasto e rico e com excelentes estradas, entregou-se à elaboração de atlas regionais, para mais tarde juntá-los no atlas geral.

Assim também devemos fazer em nosso país, que é também vasto...

O reconhecimento das dificuldades advindas sobretudo da extensão territorial do país e da precariedade das vias de comunicação determinaram a opção inicial dos estudos geolingüísticos no Brasil: empreender-se o trabalho começando pelos atlas regionais. Sintetizando os passos que viabilizaram a efetivação desse desiderato, Ferreira (1995:256) aponta, de forma precisa, três momentos significativos para a aplicação do método da geografia lingüística em nosso país. Diz a Autora:

em 1952, o Centro de Pesquisa Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro...determinou 'como de finalidade principal a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil';

*em 1957, no III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em Lisboa, Serafim da Silva Neto e Celso Cunha concluem pela impraticabilidade de **um** atlas nacional devido à amplitude territorial do país mas defendem a elaboração dos atlas lingüísticos regionais, que consideram essenciais para o conhecimento do português do Brasil;*

em 1958, Antenor Nascentes, então membro da Comissão de Filologia do Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa, publica as Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil, mas entende da dificuldade de elaborá-lo e adota o princípio de que sejam feitos atlas por região.

Aceito o conselho e criadas as condições, passa a se desenvolver um trabalho gradativo de mapeamento lingüístico do país que, hoje, recobre cinco estados com atlas publicados e seis outros com atlas em andamento, além do projeto mais amplo do atlas lingüístico do Brasil, que ora se inicia e cujos detalhes serão expostos na parte final deste artigo.

A Geolingüística conta, atualmente, no Brasil, com a descrição de uma

área já considerável que vai da região Sul, com o Paraná, à região Sudeste, com Minas Gerais, expandindo-se até a região Nordeste com a Bahia, Sergipe e a Paraíba (MAPA 2). Desses atlas publicados passo a fazer um breve informe, ao qual se seguirá a notícia sobre os atlas em andamento.

O primeiro atlas lingüístico produzido em terras brasileiras, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)*, tem como autor Nelson Rossi e co-autoras Carlota Ferreira e Dinah Maria Isensee e foi feito e publicado entre 1960 e 1963. Recobre todo o Estado da Bahia, com uma rede de 50 localidades, que se distribuem pela diferentes áreas geográficas e culturais, treze das quais coincidentes com os pontos, num total de 30, sugeridos por Nascentes nas suas *Bases*.

O *questionário lingüístico* usado nas localidades da Bahia é de pouca extensão e tem um total de 179 perguntas (numeradas de 1 a 164, mas com algumas delas desdobradas em **a**, **b** e **c**), selecionadas a partir de material recolhido anteriormente em 4 localidades, onde foi aplicado um questionário experimental de cerca de 3600 itens. As perguntas que compuseram o Extrato de Questionário do *APFB*, agrupadas por área semântica, foram aplicadas mediante a formulação indireta, todavia introduziu-se, na investigação de campo, um comportamento metodológico não usual em trabalhos dessa natureza. Após a aplicação integral do questionário, não ouvidas certas respostas e já familiarizados, como estavam todos os inquiridores, com tais expressões regionais obtidas em outras áreas quanto da aplicação do questionário amplo de caráter experimental, perguntou-se diretamente ao informante se ele conhecia a expressão em questão. Fosse qual fosse a resposta, esse dado foi controlado e a resposta dada através do que se convencionou chamar de teste de identificação direta foi cartografada ou não, a depender da caracterização fornecida pelo informante.

Nos inquiridos para o *APFB* as respostas foram anotadas imediatamente, após ouvidas do informante, em transcrição fonética, usando-se, assim, o método direto, pela dificuldade de contar, àquela altura, com gravadores portáteis e com autonomia de corrente.

Os informantes, em número de 100, contemplam ambos os sexos, e se encontram assim distribuídos: ao primeiro ponto inquirido, que tem no atlas o número 5, compareceram todos os inquiridores que trabalharam com 6 informantes, aos pares; dois pontos tiveram 3 informantes, 41 pontos, 2 informantes e 6 apenas 1 informante.

Os inquiridores do APFB, além do seu coordenador Nelson Rossi, foram 8 licenciadas recém-formadas que, ainda como estudantes, tiveram ampla formação, não apenas teórica mas também prática em Dialectologia e no método da Geolinguística. São elas inquiridoras e também colaboradoras do APFB pois participam, em grau distinto, das etapas posteriores de análise de dados e elaboração das cartas.

O atlas constitui-se de um conjunto de 209 cartas, assim distribuídas: 198 cartas lingüísticas, 44 das quais são resumos das cartas fonéticas, e 11 cartas introdutórias que fornecem dados complementares de caráter geral. As cartas lingüísticas vêm acompanhadas de notas (MAPA 3) que contêm ou o discurso dos autores ou o discurso dos informantes, estas últimas, sem dúvida, as mais importantes pois ampliam os dados lingüísticos não apenas no nível do léxico ou da fonética mas também da morfossintaxe, e transmitem melhor o ambiente cultural em que vive o informante. A título de ilustração, cito algumas das notas que retratam a fala do informante:

Ponto 56, inf. B (ALS)

“ela [referia-se à sela de mulher] é do jeito de uma bacia, fica dum lado, uma parte...um lado aberto, e agora a outra parte é dum jeito de uma bacia porque as mulher se mete ali dentro e agora ela [isto é, a sela] tem uma cabeça na frente, tem uma galha para se segurar. E o homem monta escanchado e a mulher só monta de banda, quer dizer que fica ali dentro, porque está sentada numa bacia.”

Ponto 49, informante único (APFB)

“moveu é palavra do tempo do jebe-jebe [isto é, antigo], agora mudou, não tem esse nome mais, não, é aborto.”

Ponto 8, inf. A (APFB)

“chamava antes luneta mas agora que ficou sabida chama óculos”.

O APFB ao lado dos dados estritamente lingüísticos traz nas suas cartas dados etnográficos, muitos deles acompanhados de ilustrações de objetos segundo a descrição que apresentavam os informantes ou pela exibição que deles faziam. (MAPA 3).

Embora, por dificuldade de financiamento, publicado somente em 1987, o *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS)* quanto à recolha de dados e preparação

de cartas se segue imediatamente ao *APFB* e tem os seus originais prontos para impressão desde 1973. Foi executado pelo grupo de pesquisadores da Bahia, tendo como autores Carlota Ferreira, Jacyra Mota, Judith Freitas, Nadja Andrade, Suzana Cardoso, Vera Rollemberg e Nelson Rossi. A escolha do Estado de Sergipe para dar prosseguimento ao trabalho feito na Bahia deve-se à continuidade geográfica, à maior facilidade de acesso, pois foi realizado pela mesma equipe de pesquisadores do *APFB*, e ao fato de estar incluído na área do “falar baiano”, segundo a divisão de Nascentes.

O *ALS* dá mais alguns passos à frente na metodologia adotada no *APFB*, a saber:

- a) Aplicação de *inquéritos preliminares*, gravados, nas 15 localidades que constituíram a rede de pontos. Esses inquéritos foram realizados por estudantes que concluíram os seus cursos de graduação em 1963 e 1964, com acompanhamento dos professores.
- b) Maior amplitude do questionário definitivo em relação ao aplicado na Bahia: com cerca de 700 perguntas, nele incluídas as que compõem o Extrato de Questionário da Bahia, acrescidas de outras que os inquéritos preliminares em Sergipe sugeriram.
- c) Formulação por escrito, no próprio questionário, da maneira de perguntar-se sobre o item, com o objetivo – alcançado – de garantir maior homogeneidade nos inquéritos, eliminando-se, assim, possíveis dificuldades no momento da exegese.

Os inquéritos definitivos foram realizados em 1966 e 1967 e perfazem um total de 150 horas de gravação. Desse material foi examinada, prioritariamente, a parte correspondente às cartas do *APFB* do que resultou um conjunto de 171 cartas lingüísticas, sendo 12 duplas – as cartas Bahia-Sergipe —, pois conjugam aos dados recolhidos em Sergipe os da Bahia que não foram cartografados no *APFB* (MAPA 4). O restante do material colhido em campo, ainda inédito, está sendo trabalhado por Suzana Cardoso para se constituir no volume II do *ALS*.

Os atlas da Bahia e de Sergipe, como resumidamente aqui se procurou mostrar, seguiram uma mesma orientação, com modificações em Sergipe que refletem avanços nos passos metodológicos. Com eles passa-se a ter uma visão, de certo modo extensa, do que se constitui a área dos “falares baianos”, visão essa que se torna mais ampla se conjugada ao que se registra ao Norte de Minas Gerais, também área dos “falares baianos”, segundo os dados que

se apresentam no *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*.

Publicado em 1977 e tendo como autores José Ribeiro, Mário Zágari, José Passini e Antônio Gaio, o *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMG)*, volume I, foi concebido em quatro volumes dos quais se publicou o primeiro, estando os demais no prelo, com previsão de saída para 1997.

A metodologia seguida utilizou-se de inquéritos aplicados diretamente nos pontos selecionados e de inquéritos por correspondência. Os primeiros foram realizados em 16 municípios e a pesquisa por correspondência, quando se publicou o volume I, já havia atingido 302 localidades que responderam a questões cuja finalidade era comprovar, no domínio do léxico, a validade ou não de isoléxicas traçadas a partir de dados colhidos diretamente.

O volume I do *EALMG* constitui-se de 73 cartas, quarenta e cinco das quais são cartas onomasiológicas, com dados exclusivamente lexicais ou léxico-fonéticos, recobrando as áreas semânticas “tempo” e “folguedos infantis”, e as demais fornecem isófonas e isoléxicas de fenômenos destacados (CARTA 5).

Os volumes que se encontram no prelo ampliam consideravelmente os dados sobre o Estado de Minas Gerais e estabelecem uma área de confronto mais ampla com o que se registra no *APFB*, permitindo, assim, a observação mais aprofundada das questões relativas ao “falar baiano” e à demarcação de limites entre os por Nascentes denominados “falares do Norte” e “falares do Sul”.

O *Atlas Lingüístico da Paraíba (ALPb)* de autoria de Maria do Socorro Silva e Aragão e Cleusa Bezerra de Menezes, está concebido em três volumes dos quais os dois primeiros foram editados em 1984.

Constituem pontos do atlas vinte e cinco municípios, escolhidos como base, e mais três outros, considerados municípios-satélites, para cada uma das localidades inquiridas que servem como instrumento de controle dos dados registrados e por isso não figuram nas cartas.

Em cada localidade foram inquiridos um mínimo de três informantes e um máximo de dez, todos eles com idade compreendida entre 30 e 75 anos. O questionário aplicado compõe-se de duas partes: uma geral, com duzentas e

oitenta e nove perguntas, e outra específica, com quinhentas e oitenta e oito questões.

O *ALPb* apresenta no seu vol. I um conjunto de cartas lexicais e/ou fonéticas num total de 149, precedidas da parte introdutória referente à metodologia (CARTA 6).

Enfeixando o conjunto de atlas publicados está o *Atlas Lingüístico do Paraná (ALPr)*, de autoria de Vanderci de Andrade Aguilera, apresentado inicialmente como Tese de Doutorado, em 1990, e depois publicado em 1994, em dois volumes.

No primeiro volume vem exposta a metodologia seguida, a descrição das localidades, a caracterização dos informantes, apresentação das cartas e glossário das formas cartografadas e registradas em notas às cartas. No segundo volume está o conjunto de cartas lingüísticas, num total de 191 cartas, das quais 92 são lexicais, 70 fonéticas e 29 oferecem traçados de isoglossas (CARTA 7).

Foram pesquisadas 65 localidades distribuídas por todo o Estado do Paraná e ouvidos 2 informantes em cada ponto da rede, com idade variando entre 30 e 60 anos.

Aguilera teve a louvável preocupação de ampliar as possibilidades de uma análise comparativa dos dados do *ALPr* com os dos atlas já publicados e, em função disso, introduz, no questionário de que se utiliza, perguntas comuns aos outros atlas do que resultou a apresentação de cartas coincidentes com as dos demais.

Ao lado desses cinco atlas publicados, estão em curso seis outros que se encontram em diferenciados estágios de elaboração.

O Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul, coordenado por Walter Koch, com a colaboração de Mário Klassmann, José Luiz Mercer, Oswaldo Furlan e Hilda Vieira é, dentre esses, o que se encontra em estágio mais adiantado, devendo ter os seus primeiros volumes publicados no curso de 1997. Recobre os três estados extremos do país: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

O Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro, coordenado inicialmente por Celso Cunha, tem, atualmente, a direção de Sílvia

Brandão, contando com a participação de Maria Emília Barcelos da Silva e Edila Viana da Silva.

Com a fase de recolha de dados já concluída estão o Atlas Lingüístico de São Paulo, dirigido por Pedro Caruso, com a participação de Brian Head, Vandersi Santana e Harumi Piscioti, e o Atlas Lingüístico do Ceará, coordenado por José Rogério Bessa.

Em processo inicial encontram-se o Atlas Lingüístico do Acre, sob a coordenação de Luiza Galvão Lessa, e o Atlas Lingüístico do Mato Grosso do Sul, coordenado por Albana Xavier Nogueira e Dercir Pedro de Oliveira.

Enfeixando esse conjunto, situa-se o Atlas Lingüístico do Brasil, projeto de construção de um atlas nacional, em fase de implantação, do qual se dará informação pormenorizada no item final deste trabalho.

O panorama que oferecem os atlas publicados e os em curso mostra o desenvolvimento que vem tendo a Geolingüística no Brasil, nesta segunda metade do século e a partir da publicação do *APFB*. Há, como se pode observar no MAPA 2, uma vasta área do território nacional retratada em cartas lingüísticas, com dados postos para análise, oferecendo a possibilidade de identificação de possíveis limites geolingüísticos. Com base em tais dados, numerosos trabalhos têm sido publicados em revistas especializadas ou apresentados em reuniões científicas e alguns ensaios de identificação de áreas dialetais vêm sendo possíveis, como se pode ilustrar com Head (1996); Mota & Rollemberg (1995); Cardoso (1986; 1993; 1996).

3. O Atlas Lingüístico do Brasil

Retomando a idéia de um atlas lingüístico do Brasil, lançada em 1952, pesquisadores da área de Dialectologia reúnem-se em Salvador, Bahia, em novembro de 1996, no Seminário *Caminhos e Perspectivas para a Geolingüística no Brasil* e assumem esse desafio. Nesses três dias de discussão em que foram abordadas temáticas referentes a uma política geolingüística para o Brasil e a questões metodológicas em geral, ficou também acertada a criação de um Comitê Nacional que, a partir daquele momento, se encarregaria de dar curso às decisões do encontro e implementar o projeto nacional para execução do atlas lingüístico do Brasil, constituído com representantes de cada um dos atlas publicados e com um representante dos atlas em curso. Integram, assim, o Comitê Jacyra Mota, Maria do Socorro Aragão, Mário

Zágari, Suzana Alice Marcelino Cardoso, Vanderci Aguilera e Walter Koch.

Com esse Projeto dá-se curso ao desejo de realização do atlas lingüístico nacional e defende-se uma política de integração e coordenação do trabalho no campo da Geolingüística com vistas a se alcançar o objetivo final da produção de um atlas geral do Brasil.

O quadro histórico-social do país, hoje, e a necessidade do conhecimento sistemático e geral da realidade lingüística brasileira, necessário sobremodo à difusão de um ensino adequado ao caráter pluricultural do Brasil, estão a exigir, sem mais demora, um esforço coletivo na tentativa de se desenvolverem estudos mais amplos que levem a esse conhecimento global que se afigura tarefa da Dialectologia brasileira, nesse final de milênio, a se concretizar, fundamentalmente, com a realização do atlas lingüístico geral do Brasil.

Situações, fatos e dados lingüísticos e extralingüísticos justificam a deliberação de fazer-se um atlas lingüístico. O percurso histórico dos estudos sobre o português estão a cobrar esse passo. E, tudo indica, parece ter chegado a hora. Razões de ordem lingüística *stricto sensu*, de ordem social, de ordem histórica, e ainda relacionadas à política de ensino da língua materna e à própria política de entendimento da diversidade de usos do português parecem, de forma resumida, constituírem-se na justificativa do que se propõe.

Em se tratando do nosso país, a inexistência de dados que apontem, de maneira ampla e geral, as características do português no território nacional apresenta-se como primeira razão. Os estudos dialetais que se iniciaram no século passado, voltados principalmente para a identificação das diferenças lexicais, e as abordagens da primeira metade deste século, com estudos de natureza monográfica e recobrando toda uma área, têm funcionado como sondagens iniciais, explorações prévias que esboçam características e denotam traços particulares de áreas e regiões.

O quadro atual demonstra que há uma preocupação, de certo modo nacional, com a geografia lingüística no Brasil e afigura-se como o prenúncio da vontade ainda não formalmente manifesta, talvez, mas sentida, por certo, de que é urgente uma descrição acurada da realidade lingüística brasileira para que se alcance o pleno conhecimento do português do Brasil.

Se por um lado já se dispõe de estudos preliminares, passíveis de instrumentar um trabalho maior, por outro, ainda se padece da ausência de dados lingüísticos que permitam traçar uma divisão dialetal do Brasil apesar de contar-se com a já referida divisão proposta por Nascentes (1953),

fundamentada na realização das médias pretônicas e na entoação.

Um segundo fator está a apontar para a necessidade de um atlas do Brasil. É preciso ter-se a multidimensionalidade da língua no país não apenas para efeito de precisar e demarcar espaços geolinguísticos, mas para que se possa também contribuir de forma direta para um melhor equacionamento entre a realidade de cada área e o ensino da língua materna que nela se processa.

A implantação e desenvolvimento do Projeto se constituirá em substancial contribuição para o entendimento da língua e de suas variantes, eliminando visões distorcidas que privilegiam uma variante tida como culta e estigmatizam as demais variantes, causando, assim, ao ensino-aprendizagem da língua materna consideráveis prejuízos.

Em resumo, o conhecimento sistemático da variação, a delimitação de áreas lingüísticas específicas e a relação entre os diferenciados usos que se faz da língua constituem-se num benefício de cunho social.

Admitindo-se ter chegado a hora do atlas lingüístico do Brasil, como de fato se reconhece, uma preliminar se faz necessário assentar: os atlas regionais, publicados, em curso ou no desiderato de grupos de pesquisa, não interferem na proposta de elaboração de um atlas geral do Brasil. Ao contrário, servem de apoio e devem continuar a ser executados porque têm por finalidade um conhecimento mais detalhado e circunstanciado de cada região.

Os objetivos do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil podem ser, assim, resumidamente definidos:

1. Descrever a realidade lingüística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque prioritário na identificação das diferenças diatópicas (fônicas, morfossintáticas, léxico-semânticas e prosódicas) consideradas na perspectiva da Geolinguística.
2. Oferecer aos estudiosos da língua portuguesa (lingüistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos, etc.), aos pesquisadores de áreas afins (história, antropologia, sociologia, etc.) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livros-texto para o 1º e 2º graus, professores) subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil.
3. Estabelecer isoglossas com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados

em mapas lingüísticos e de estudos interpretativos de fenômenos considerados.

4. Examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outros ramos do conhecimento — história, sociologia, antropologia, etc. — de modo a poder contribuir para fundamentar e definir posições teóricas sobre a natureza da implantação e desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil.

5. Oferecer aos interessados nos estudos lingüísticos um imenso volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundar o conhecimento da realidade lingüística, refletindo sobre as variantes de que se reveste a língua portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, encontrando meios de, sem desprestigiar os seus dialetos de origem, levar os estudantes ao domínio de uma variante tida como culta.

6. Contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso mas dotado de uma unidade sistêmica.

O Comitê Nacional realizou a sua primeira reunião em Maceió, nos dias 11 e 12 de março/97 e uma segunda reunião em julho/97, em Belo Horizonte, nos dias 13 e 14, quando foram definidas questões metodológicas e concluído o projeto amplo a ser encaminhado a organismos financiadores da pesquisa em nosso país.

No que se refere à rede de pontos, foram selecionadas 235 localidades, distribuídas por todo o território nacional, levando-se em consideração a extensão de cada região, os aspectos demográficos, culturais, históricos e a natureza do processo de povoamento da área, restando, ainda, quinze pontos a serem definidos em função do que as observações *in loco* venham a sugerir e justificar. Foram, ainda, consideradas questões referentes aos limites internos e internacionais e analisados os pontos sugeridos por Nascentes os quais, reconhecida a pertinência, foram mantidos. A idéia é de que não se ultrapasse o número de 250 pontos. O Quadro ALiB-Rede de pontos fornece uma visão global da distribuição da rede de localidades.

ALIB - REDE DE PUNTUS - Distribuição por região

1. Região Norte

ESTADO	DENSIDADE	N° DE PONTOS
RONDÔNIA	1.0	02
ACERE	0.8	02
AMAZONAS	3.8	05
RO RAIMA	0.4	01
PARÁ	8.0	09
AMAPÁ	0.6	02
TUCANIINS	1.7	02
TOTAL	16.0	23

2. Região Nordeste

ESTADU	DENSIDADE	N° DE PONTUS
MARANHÃO	8.0	09
PIAUI	4.1	04
CEARA	11.0	11
RIO GRANDE DO NORTE	3.9	04
PARAIBA	5.2	05
PERNAMBUCO	11.5	11
ALAGOAS	4.0	04
SERGIPE	2.7	03
BAHIA	19.2	21
TOTAL	69.0	71

3. Região Sudeste

ESTADO	DENSIDADE	N° DE PONTOS
MINAS GERAIS	27.0	22
ESPIRITO SANTO	4.5	05
RIO DE JANEIRO	22.0	13
SÃO PAULO	55.0	39
TOTAL	108.5	79

4. Região Sul

ESTADO	DENSIDADE	N° DE PONTOS
PARANÁ	14.5	16
SANTA CATARINA	7.8	09
RIO GRANDE DO SUL	15.5	16
TOTAL	37.8	41

5. Região Centro-Oeste

ESTADO	DENSIDADE	N° DE PONTOS
MATO GROSSO DO SUL	3.2	5
MATO GROSSO	3.6	7
GOIAS	7.2	9
DISTRITO FEDERAL	3.0	0

Quanto aos informantes, ficou fixado o número de quatro por localidade, distribuídos equitativamente por duas faixas etárias – de 18 a 30 anos e de 45

a 70 anos – e contemplando os dois sexos. Quanto à escolaridade, devem ser alfabetizados, tendo cursado, no máximo, até a quarta série do primeiro grau e possuidores de uma profissão definida, que não requeira grande mobilidade e que se encontre inserida no contexto social local. Por fim, os informantes além da condição primeira de terem nascido na localidade em questão, devem, preferentemente, ser filhos de pais da região lingüística em estudo, excetuando-se os casos de cidade muito novas.

De referência ao questionário lingüístico, deliberou-se pela aplicação de quatro tipos de questionário direcionados, especificamente, cada um deles para os aspectos semântico-lexical, fonético-fonológico, morfossintático e prosódico. Na sua elaboração foram considerados estudos de diferente natureza existentes sobre o português regional do Brasil, os questionários dos atlas já publicados e aqueles disponíveis dos atlas em andamento, e também os questionários do ALiR-Atlas Linguistique Roman e do Atlas Lingüístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza. Foram, ainda, examinados os resultados cartografados nos atlas nacionais. Para os questionários fonético-fonológico e morfossintático foram selecionados fatos que, a partir dos dados disponíveis, oferecem maior interesse.

O cronograma inicialmente traçado prevê um seminário nacional para treinamento de inquiridores a se realizar em março/98 e admite que em meados desse mesmo ano de 98 venha a ter início a fase de recolha dos dados.

Do ponto de vista da sua estrutura, o Projeto é coordenado por um Comitê Diretor Nacional, conta com Coordenadores regionais e tem ainda um corpo diversificado de assessores.

O trabalho é desafiante, não resta dúvida, basta que se pense nos 8 milhões de quilômetros quadrados desse país-continente a serem enfrentados. Mas, estamos todos convencidos, os que lidamos com a Dialectologia no Brasil, de que a hora do atlas lingüístico geral é chegada. E só nos resta entrar na empreitada e aceitar o desafio!

4. Para Concluir

Neste artigo busquei traçar as linhas gerais dos estudos dialetais no Brasil, dando relevo à produção no campo da Geolingüística. A crescente produção de trabalhos no campo dialetal, o interesse pela realização de atlas regionais e, agora, pela realização do atlas lingüístico do Brasil mostram a vitalidade dos estudos de Dialectologia em nosso país, campo promissor de

análise pelo que oferece de possibilidades para perscrutar-se o *coração* da língua portuguesa no Brasil.

Pode-se concluir este informe pondo em destaque o fato de que a idéia de concretizar-se, neste final de milênio, a realização de um atlas lingüístico geral do Brasil no que toca à língua portuguesa, tem sido não só muito bem recebida, principalmente entre os pesquisadores das ciências da linguagem, como também tem-se afigurado como uma das formas de possibilitar-se o efetivo conhecimento da realidade lingüística do Brasil, no que tange ao seu lado português-brasileiro que instrumentará, sem dúvida, muitas ações sobretudo no campo do ensino-aprendizagem da língua materna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILERA, V. de A. (1994) *Atlas lingüístico do Paraná*. São Paulo: Assis.
- ARAGÃO, M. do S. & C. B. de MENEZES (1984) *Atlas Lingüístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial.
- ARGOTE, D. J. C. de (1725) *Regras da Lingua Portugueza, Espelho da Lingua Latina*. 2ªed. Lisboa.
- BARBOSA, J. S. (1830) *Grammatica Philosophica*. Lisboa.
- CARDOSO, S. A. M. (1986) Tinha Nascentes razão? (Considerações sobre a divisão dialetal do Brasil). *Estudos: Lingüísticos e Literários*, 5: 47-59.
- ____ (1993) Áreas dialetais no português do Brasil: [t^s] no decurso *it. ABRALIN. Boletim* 14: 301-312.
- ____ (1996) Para uma delimitação de áreas dialetais no Brasil. *Atas. I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística*. Universidade Federal da Bahia, 11 a 16 setembro 1994. Jacyra Mota e Vera Rollemberg (orgs.) Salvador: ABRALIN: FINEP: UFBA, 1996. 1: 181-186.
- CARMELO, Frei L. do M. (1767) *Compêndio de Orthographia*. Lisboa.
- FERREIRA, C. (1995) A Geografia Lingüística no Brasil. *D.E.L.T.A.*, 11, n.º2: 255-277.
- FERREIRA Carlota & S. CARDOSO (1984) *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- FERREIRA, C.; J. FREITAS; J. MOTA; N. ANDRADE; S. CARDOSO; V. ROLLEMBERG & N. ROSSI (1987) *Atlas Lingüístico de Sergipe*. Salvador: Universidade Federal da Bahia / Fundação Estadual de Cultura de Sergipe.
- HEAD, B. F. (1996) Os Parâmetros da Variação Dialectal no Português do Brasil. In: I. DUARTE & I. LEIRIA (orgs.) *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Lisboa, Portugal, junho 1996: 141-165.
- MOTA, J. & V. ROLLEMBERG (1995) Constrictivas implisivas em área nordestina.

Estudos: lingüísticos e literários 17: 79-86.

NASCENTES, A. (1953) *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Simões.

____ (1958, 1961) *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*. I e II

RIBEIRO, J., M. R. L. ZÁGARI, J. PASSINI & A. P. GAIO (1977) *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura - Casa de Rui Barbosa - Universidade Federal de Juiz de Fora.

ROSSI, N. (1967) *A dialectologia*. *ALFA*, 11: 89-116.

ROSSI, N., C. FERREIRA & D. ISENSEE (1963) *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura - Instituto Nacional do Livro.

SILVA NETO, S. da (1957) *Guia para os estudos dialectológicos*. Belém.

A LINGÜÍSTICA INDÍGENA NO BRASIL

(Linguistics of Indigenous Languages in Brazil)

Lucy SEKI (UNICAMP; CNPq)

ABSTRACT: This article presents a panorama of the area of the linguistics of the indigenous languages in Brazil within the discipline of Brazilian linguistics as a whole. Special attention is given to those aspects related to its specific development. It is argued that in contrast to what is commonly supposed, the arrival of the Summer Institute of Linguistics (1959) not only was not the beginning of this area of study in the country, but it even contributed to the delay in its establishment. It was only after the return of Brazilian scholars educated abroad who were interested in the study of the national indigenous languages that a specialized branch of linguistics directed to the study of these languages began to take form. The present situation of the area and perspectives for future development are both explored.

KEY WORDS: Indigenous Languages; Branch of Linguistics; History; Perspectives; Institutions.

PALAVRAS-CHAVE: Línguas Indígenas; Área da Lingüística; Histórico; Perspectivas; Instituições.

¹ Na elaboração deste artigo muito nos beneficiamos de discussões com os colegas Aryon Rodrigues, Ataliba de Castilho, Rodolfo Ilari, Filomena Sandalo, e Wilmar D'Angelis, e também com alunos da área de Linguística Antropológica: Aldir Santos de Paula, Andrés Salanova, aos quais deixamos aqui registrados nossos agradecimentos. Aos professores Rodolfo Ilari e Ataliba de Castilho nosso agradecimento pela leitura do manuscrito e pelos valiosos comentários e sugestões. Somos gratos a Angel Corbera, Wilmar D'Angelis e Aldir Santos de Paula por facilitarem o acesso a certas obras, e ao último também pelo auxílio prestado na digitação dos anexos. Eventuais problemas são de responsabilidade exclusiva da autora. Agradecemos as seguintes pessoas que enviaram informações solicitadas sobre projetos, atividades e publicações próprios e / ou de colegas: S. Braggio, M. Borges, M. do Socorro Vale (UFG), M. Maia, B. Franchetto, M. Facó (MN), Ruth Monserrat (UFRJ), W. F. Netto (USP), D. Moore, N. Gabas, M. C. D. Barros, S. Meira (MPEG), I. M. Teles (UNIR), W. D'Angelis, A. C. Mori, F. Sandalo, M. C. Cavalcanti, F. B. Pacheco, L. Dourado, C. Fargetti, G. Vieira, G. Antunes (Unicamp), A. S. de Paula UFAL/Unicamp), M. Ferreira (UFPA/Unicamp), A. Salanova (MN/Unicamp), F. Queixalós (ORSTOM); Elizabeth Ekdahl (SIL); R. Guirardello, S. Gildea, A. Aikhenvald. Os colegas A. D. Rodrigues, A. S. A. Câmara e Aldir S. de Paula enviaram também informações sobre a UnB, UFPA, e UFPE / UFAL, respectivamente.

0. Introdução¹

Até bem recentemente a expressão "lingüística indígena" não seria apropriada em nosso contexto, não só em decorrência da situação incipiente da Lingüística no País, mas também porque nossas línguas indígenas praticamente não tinham lugar nesta ciência. O fato de hoje a expressão soar natural indica uma mudança promissora de perspectiva: pressupõe a delineação, dentro da Lingüística Brasileira, de um campo de estudos voltado para as nossas línguas e constitui um indicativo de que elas começaram a ocupar o espaço que lhes era devido nessa ciência.

O processo da lenta constituição da Lingüística Indígena no Brasil reflete-se, de certa forma, em avaliações que com alguma periodicidade os estudiosos envolvidos com a problemática das línguas indígenas brasileiras e seu estudo têm feito da área, focalizando ora suas necessidades e seus problemas, ora também suas conquistas e perspectivas (Oiticica, 1930; Rodrigues, 1963, 1985, 1997; Câmara, 1963; Franchetto e Leite, 1983; Carson, 1984; Seki, 1991; Moore e Storto, 1991). Ao apresentarmos, neste trabalho, um panorama da área, é nosso objetivo abordar mais especificamente o período a partir da década de sessenta, com incursões em períodos anteriores, tentando focalizar a Lingüística Indígena dentro de um contexto mais amplo da Lingüística no Brasil. Tendo em vista construir um quadro de fundo, iniciaremos com alguns dados sobre a situação atual das línguas indígenas brasileiras, passando por um brevíssimo resumo histórico sobre o estudo dessas línguas em fases anteriores².

1. Línguas Indígenas brasileiras e sua situação atual.

Embora não haja dados totalmente precisos, os estudiosos em geral concordam com a estimativa de que atualmente são ainda faladas no Brasil cerca de 180 línguas indígenas. Estima-se também que desde a chegada dos portugueses houve a perda de 1.000 línguas, o que representa 85% das línguas existentes no território brasileiro no século XVI. As línguas remanescentes são todas minoritárias, calculando-se em aproximadamente 155.000 o número total de falantes. É muito variável o número de falantes por língua, havendo

²A versão original do trabalho contém, em forma de anexos, os resultados de um levantamento preliminar sobre a produção relativa às línguas indígenas brasileiras a partir de 1960, realizado tendo em vista contribuir para a elaboração de uma bibliografia mais ampla de trabalhos da área e para um futuro mapeamento da produção sobre línguas indígenas e mesmo para divulgar trabalhos de autores brasileiros, em geral pouco conhecidos. Por razões de espaço tais anexos não puderam ser incluídos no presente volume.

apenas uma, o Ticuna, com cerca de 20.000. Três línguas - o Makuxi, o Terena e o Kaingang, contam com 10.000 falantes; vinte línguas têm entre 1.000 e 10.000 falantes, e as outras 156 têm menos de mil, sendo que dentre elas, 40 são faladas por menos de cem pessoas, havendo casos de línguas com menos de 20 falantes (Rodrigues, 1993).

Essas estimativas devem ser ainda consideradas com certa cautela, pois as línguas indígenas encontram-se sob as mais diferentes pressões, sofrendo o impacto do crescente contato com a população envolvente e a língua majoritária. Contudo, não há em geral levantamentos que permitam estabelecer com maior margem de exatidão os reflexos do impacto do Português nos distintos grupos em termos de deslocamento da língua indígena, tanto no que se refere a graus de bilingüismo / monolingüismo, quanto no que se refere à interferência do Português nessas línguas, nem sempre claramente perceptível nas fases iniciais, mas que vai aos poucos contribuindo para a perda da língua minoritária (Seki, 1995).

As línguas indígenas acham-se hoje concentradas nas regiões amazônica e centro oeste, nos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Acre, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins e, em menor proporção em outros estados do Brasil. Algumas delas são faladas em regiões limítrofes entre o Brasil e outros países vizinhos.

O número ainda existente de línguas indígenas brasileiras representa uma grande diversidade lingüística: as 180 línguas se distribuem por cinco grandes grupos - Tronco Tupi, Tronco Macro-Jê, Família Karib, Família Aruak, Família Pano; havendo ainda nove outras famílias menores e dez Isolados lingüísticos.

O Tronco Tupi, estabelecido bem claramente, inclui 6 famílias genéticas: Tupi-Guarani (com 33 línguas e dialetos), Mondé (com 7 línguas), Tupari (com 3 línguas), Juruna, Munduruku e Ramarana (cada uma com 2 línguas) e 3 línguas: Aweti, Mawé e Puruborá. A família Tupi-Guarani caracteriza-se por grande dispersão geográfica: suas línguas são faladas nas diferentes regiões do Brasil e também em outros países da América do Sul (Bolívia, Peru, Venezuela, Guiana Francesa, Colômbia, Paraguai e Argentina). As demais famílias do tronco Tupi estão todas localizadas em território brasileiro, ao sul do rio Amazonas.

No tronco Macro-Jê, definido com base em evidências menos claras, são

incluídas 6 famílias genéticas (Jê, Bororo, Botocudo, Karajá, Maxacali, Pataxó) e 4 línguas (Guató, Ofayé, Erikbaktsá e Fulniô). As línguas filiadas a esse tronco, exclusivamente brasileiro, são faladas principalmente nas regiões de campos e cerrados, desde o sul do Maranhão e Pará, passando pelos estados do centro oeste até Estados do sul do País.

A família Karib é representada, no Brasil, por 20 línguas, distribuídas ao norte e ao sul do rio Amazonas. Outras línguas da família Karib são faladas nas Guianas, na Venezuela e Colômbia.

Dezessete línguas representam a família Aruak (Arawak) no Brasil, estando situadas no noroeste e oeste do País e também na região do Alto Xingu e ao sul da mesma. Há outras línguas da família Aruak faladas fora de território brasileiro.

A família Pano inclui 13 línguas faladas no Brasil, situadas nos estados do Acre, Rondônia e Amazonas, ainda pouco estudadas, e outras no Peru e Bolívia.

Outras famílias linguísticas são: Tucano, com 11 línguas e vários dialetos; Arawá, com 7 línguas; Makú, com 6 línguas; Katukina e Yanomámi, cada uma com 4 línguas; Txapakura e Nambikwara, com 3 línguas cada; Múra, com 2 línguas e Guaikuru, com 1 língua no Brasil (Kadiwéu).

Dez outras línguas indígenas são classificadas como isoladas, isto é, constituem tipos linguísticos únicos: Tikuna, Irantxe/ Münkü, Trumai, Máku, Aikana, Arikapu, Jabuti, Kanoê e Koaiá ou Kwaza.

2. Estudo das línguas indígenas brasileiras: breve histórico.

2.1. Período anterior à década de 60 / século XX.

É muito pouco o que se fez em relação ao estudo de línguas indígenas brasileiras até os anos 50 do século XX. Nos três primeiros séculos após o descobrimento, os materiais linguísticos foram produzidos sobretudo por missionários portugueses entre os quais se destacam as figuras do Pe. José de Anchieta, que em 1595 publicou uma gramática Tupi, e a do Pe. Luis Figueira, também autor de uma gramática sobre a mesma língua. Entre os franceses, destaca-se Jean de Léry, que deixou observações sobre aspectos do Tupi.

Características principais dos materiais linguísticos dessa época, já apontadas por Câmara Jr. são (1) o fato de se referirem somente à língua Tupi, também chamada de Brasília, nos séculos XVI e XVII e de Tupinambá, no século XVIII e períodos posteriores (a única exceção é a língua Cariri, sobre a qual há documentos produzidos no final do século XVII); (2) a língua era focalizada não pelo interesse nela em si, enquanto objeto de estudo, mas com finalidade prática de estabelecer um meio de comunicação com os nativos e de promover sua catequese; (3) a língua era abordada com base no aparato conceptual então disponível - o das gramáticas clássicas, particularmente a latina (veja-se Câmara Jr., 1965 e Rodrigues, 1998 para detalhes e bibliografia; e também Ayrosa, 1954).

No século XIX e início do século XX há que distinguir dois tipos principais de estudiosos: o primeiro é o daqueles que desenvolveram seus trabalhos fora do contexto indígena, configurando o que Mattoso Câmara denominou "Filologia Tupi", ou seja, que se dedicaram fundamentalmente à análise de materiais escritos legados pelos missionários e outros do período anterior, e focalizando também a influência do Tupi no Português. Incluem-se aqui figuras como Batista Caetano, Rodolfo Garcia, Plínio Ayrosa, Paula Martins, Lemos Barbosa, Edelweiss, entre outros (vide Ayrosa, 1954, para bibliografia). O segundo grupo é constituído por estudiosos que estiveram em contato direto com os falantes nativos. Segundo Câmara Jr. (1965) incluem-se aqui tres grupos de pesquisadores: estrangeiros (geógrafos, naturalistas, etnólogos), como von den Steinen, Wied-Neuwied, Martius, Castelnau. Koch-Grünberg, Manizer, entre outros; missionários, como Fidelis de Alveano, Colbachini, Val Florianiana, A. Giaconi, A. Kruse, entre outros; e pesquisadores brasileiros, como Couto de Magalhães, Visconde de Taunay, Capistrano de Abreu, Nimuendaju, entre outros. De modo geral nos trabalhos desse período não tomavam como objetivo central a abordagem da língua em si, mas estavam subordinados aos interesses de catequese, no caso dos missionários, ou aos interesses específicos de cada pesquisador, nos demais casos; os estudos consistem, via de regra, de listas lexicais, sendo raras as tentativas de descrição de outros aspectos da língua; as transcrições eram, com raras exceções, precárias, impressionísticas. Ao mesmo tempo, nesse período houve interesse por outras línguas, que não o Tupi, e os materiais produzidos permitiram análises comparativas que serviram de base para o trabalho de classificação inicial de nossas línguas e, em muitos casos, constituem a única informação sobre línguas hoje extintas. E alguns trabalhos, como o de Anchieta, sobre o Tupi, o de Steinen, sobre o Bakairi, o de Capistrano, sobre o Kaxinawá, são reconhecidos como sendo mais elucidativos do que muitos produzidos por linguistas contemporâneos.

2.2. Os estudos de línguas indígenas na segunda metade do século XX.

2.2.1. A área de Lingüística Indígena

Considerações sobre o estudo das línguas indígenas brasileiras nesse período entrecruzam-se necessariamente com a história da implementação da Lingüística no Brasil e com a instalação, no País, do Summer Institute of Linguistics.

O interesse por uma abordagem científica no estudo das línguas indígenas brasileiras já se prenuncia nos anos trinta, (embora trabalhos com características dos períodos anteriores continuassem a ser produzidos após esta data), época em que a Lingüística passava por uma fase de grande desenvolvimento no Exterior, mas ainda inexistia no Brasil.

O principal foco daqueles que se preocupavam então com as línguas indígenas era o apelo em favor do estudo científico das mesmas. Assim, em 1930 José Oiticica (1933), ao mesmo tempo em que criticava a orientação até então vigente nos estudos de línguas indígenas, falava sobre a necessidade de se proceder metodicamente à documentação dessas línguas e de se organizar um centro coordenador de pesquisas lingüísticas na América do Sul. Três décadas depois, em relatório apresentado na 5ª Reunião Brasileira de Antropologia (B. Horizonte, junho/61), A. Rodrigues (1961) observava que a "indigência de bons materiais" sobre as línguas indígenas brasileiras era ainda praticamente a mesma. O Relatório foi feito cerca de quatro anos após o estabelecimento do Summer Institute of Linguistics no Brasil, num momento em que aqui se encontravam mais de 70 membros da Instituição, trabalhando com aproximadamente 20 línguas indígenas, o que era considerado como uma "mudança radical" no campo de estudo dessas línguas. Por outro lado, o ensino da Lingüística mal começava a ser implementado no Brasil. Assim, ao mesmo tempo em que via a situação dos estudos das línguas indígenas brasileiras como "altamente favorável e promissora", Rodrigues apontava dois sérios problemas: por um lado, a mudança ocorria devido à "importação de lingüistas estrangeiros", continuando o Brasil "praticamente sem lingüistas e sem lingüística". Por outro lado, a formação de pesquisadores brasileiros era dificultada pela estrutura então dominante do ensino superior. Opinião semelhante foi externada pelo co-relator, Mattoso Câmara, em seu comentário ao Relatório: "O auxílio que nos está prestando o Summer Institute ... não nos libera da obrigação de procurar constituir uma equipe de lingüistas nossos, tecnicamente capazes de cooperar com os do Institute e afinal ocupar a posição

na lingüística indígena brasileira". Com relação à Universidade, Mattoso Câmara também observa que a estrutura do ensino universitário não favorecia a formação integral de pesquisadores lingüistas (Câmara, 1961).

De fato, na época o quadro institucional das universidades só previa o ensino de línguas clássicas e línguas literárias modernas, dentro de uma orientação profissionalizante. Atuavam como lingüistas umas poucas pessoas, com formação básica em Filologia ou em outras áreas, mas que, por interesse pessoal na nova disciplina dedicavam-se ao estudo da mesma. Esses pioneiros teriam um papel relevante na implantação da Lingüística no País, o que se daria nas décadas de 60 e 70.

Chama a atenção o fato de que, desde o início, em vários eventos relacionados à implantação da Lingüística nomes como Rosário F. Mansur Guérios, Aryon Rodrigues, Mattoso Câmara, interessados no estudo de línguas indígenas, tenham tido um papel relevante. Contudo, o campo da Lingüística Indígena foi um dos que mais tardaram em se constituir na Lingüística brasileira.

O processo de delimitar um domínio próprio de investigação da Lingüística foi marcado no Brasil pela oposição à Filologia e à Gramática tradicional, o que favoreceu o interesse pelo estudo do Português, a partir das novas orientações relacionadas à Lingüística, em oposição aos estudos anteriores dessa língua. No que respeita às línguas indígenas (vivas) em sua prática totalidade não havia, com raras exceções, estudos prévios que as tornassem visíveis e aos quais se pudesse aplicar as novas abordagens. Um outro fator a ser considerado é que era ainda amplamente difundida a idéia errônea, reforçada pelo estabelecimento oficial, de que o Brasil era um país monolíngüe, o que também favoreceu o estudo do Português do Brasil em prejuízo das línguas indígenas, como de resto as outras línguas minoritárias faladas no País, que em geral eram ignoradas, inclusive nos meios universitários. Sobre línguas indígenas, a idéia prevalecente (e ainda hoje bastante comum) é a de que no Brasil havia o Tupi, ou Tupi-Guarani, uma língua extinta da qual se falava usando os tempos do passado.

Em 1959, em resultado de gestões iniciadas em 1956, foi ratificado um convênio entre o Museu Nacional e o Summer Institute of Linguistics (SIL), tendo em vista o estabelecimento de um plano de estudos das línguas indígenas brasileiras. De acordo com Barros (1993:323), a "presença do SIL no país e a assinatura do acordo com o Museu Nacional foram considerados o início da Lingüística Indígena no país". Isto parece discutível, pois implica, de um lado,

reconhecer que a área ficou constituída desde então e, de outro lado, reduzir a área à produção de materiais sobre as línguas indígenas por um corpo de estudiosos desvinculados da Lingüística Brasileira, deixando à parte outros fatores envolvidos na constituição de uma área, como a formação de um corpo de especialistas próprios. Ao contrário, a implementação da área de Lingüística Indígena Brasileira foi de certa forma atropelada pela vinda do Summer Institute of Linguistics para o Brasil.

O ingresso do SIL no País deu-se através de convênio com o Museu Nacional, ou seja, por via acadêmica, depois de fracassadas as tentativas de estabelecer acordo governamental, e recebeu inicialmente apoio no meio antropológico, dada a expectativa de que os lingüistas do Summer tomariam a si as tarefas de descrever as línguas indígenas (então consideradas pelo indigenismo vigente como não tendo perspectivas futuras), "salvando-as" para a posteridade, e de contribuir para a formação de lingüistas brasileiros para a pesquisa dessas línguas (Museu Nacional, Publicação Avulsa 49). No que respeita ao primeiro ponto, houve uma contribuição por parte do SIL (a esta questão voltaremos adiante), porém o mesmo não se pode dizer com relação à formação de lingüistas brasileiros para o estudo de línguas indígenas: estes receberam formação ou em instituições brasileiras, sob a orientação de brasileiros, ou em universidades estrangeiras. Somente no início lingüistas do SIL prestaram alguma colaboração conduzindo cursos nas instituições acadêmicas a que o Instituto esteve ligado - o Museu Nacional e a UnB. Porém, tão logo conseguiu seu intento de estabelecer convênio com a FUNAI, em 1968, o que lhe permitiria maior amplitude e liberdade de ações voltadas para seu real objetivo de proselitismo religioso, o SIL foi abandonando seus compromissos com as instituições acadêmicas (Cardoso, 1981:66). Um breve retorno se deu no período de 1978 a 1982, época em que a FUNAI revogou a autorização para ingresso de missionários em comunidades indígenas. O SIL valeu-se então de um convênio com a Unicamp², o que permitiu que alguns de seus membros, matriculados como alunos na instituição, dessem continuidade à pesquisa de campo com algumas línguas. De fato, as expectativas iniciais se inverteram nesse momento: na área de Línguas Indígenas não há pesquisadores brasileiros orientados por lingüistas do SIL³, porém 6 membros do SIL receberam titulação (cinco graus de mestre e dois de doutor) em instituição brasileira, a Unicamp, orientados por brasileiros⁴.

³ Uma única dissertação de mestrado sobre língua indígena (Rikbaktsá), produzida em 1967 (após portanto o fechamento da universidade) por Odilo P Lunkes, foi orientada por membro do SIL — Dra. U. Wiesemann. Outras duas dissertações produzidas na UnB e orientadas por lingüistas do SIL, referem-se a uma língua africana, Ronga, e ao Português.

Do mesmo modo, somente durante os primeiros anos lingüistas do SIL tiveram participação em outros tipos de atividades na vida acadêmica brasileira, apresentando comunicações em encontros científicos, conferências e seminários sobre o andamento de suas pesquisas (Leite, 1981:61). Posteriormente a tendência geral foi de afastamento em relação aos lingüistas brasileiros, e os trabalhos destes, salvo poucas exceções, não são citados em publicações do SIL, a não ser em situações em que a menção possa se reverter em benefício da instituição. Este é o caso da inclusão, em relatórios, de trabalhos produzidos por brasileiros e publicados em edições que envolvem nomes de lingüistas do SIL, ainda que não seja este o patrocinador. A título de exemplo, a relação de publicações técnicas do SIL referentes a línguas brasileiras inclui os trabalhos de B. Franchetto (1990), sobre o Kuikuro, e de A. Rodrigues (1990), sobre o Tupinambá (línguas que não foram objeto de estudo por parte do SIL) que foram publicados em volume editado por Doris Payne, docente da Universidade do Oregon e membro do SIL. Deve-se ainda acrescentar que as publicações do SIL circularam mal na academia brasileira. À parte fornecer cópias de materiais às instituições acadêmicas às quais esteve ligado (Museu Nacional, UnB, Unicamp), em cumprimento de cláusulas dos respectivos convênios e durante a vigência dos mesmos, o contato privilegiadamente mantido pelo SIL foi sempre de caráter pessoal.

Lingüistas estrangeiros por vezes manifestam estranheza quanto ao fato de que, no Brasil, diferentemente do que ocorre em muitos países, não exista colaboração mútua entre membros do SIL e lingüistas locais. Obviamente, há lingüistas que se interessam antes de tudo pelos dados, independentemente da fonte dos mesmos e do custo que sua obtenção representa para as comunidades falantes. Contudo, em geral não é este o ponto de vista dos lingüistas brasileiros, que conscientes de sua responsabilidade social não ficam indiferentes a questões de ordem ética e política.

A vinda e permanência do SIL teve outras influências negativas na formação da Lingüística Indígena no Brasil. O acordo com aquela instituição criou a falsa idéia de que nossas línguas já estavam sendo estudadas por lingüistas competentes, o que desestimulou o ingresso na área de estudantes iniciantes e mesmo de outros pesquisadores estrangeiros. Alie-se a isto o fato de que o modo de trabalho linguístico do SIL, com sua concepção de permanência prolongada em campo (sem dúvida imprescindível para o

⁴ Cheryl J. Jensen, Helen Weir, Daniel Everett, e os brasileiros Tine van der Meer e Isaac Costa receberam título de mestre. D. Everett e Arthur Jensen obtiveram o título de doutor.

aprendizado prático da língua e para as tarefas de catequese e tradução da bíblia), com a produção de resultados em geral fragmentários, em desproporção ao tempo de permanência em área e às facilidades de infra-estrutura disponíveis à Instituição (Leite, 1981), passou a ser visto como o "padrão" de trabalho com línguas indígenas, contribuindo para uma falsa representação de que o estudo de uma língua indígena constitui um tarefa de natureza "missionária", ao qual o pesquisador deve dedicar toda a sua vida, sendo pouco gratificante do ponto de vista acadêmico.

Somente a partir da década de setenta, e mais particularmente de oitenta, paralelamente ao avanço gradativo no processo de institucionalização da Lingüística no Brasil, houve também um avanço considerável na formação de lingüistas brasileiros que passaram a se dedicar ao estudo de nossas línguas e à formação de novos quadros para a área, o que se evidencia pelo número de teses e dissertações defendidas e pelo significativo aumento de publicações.

Foi se delineando dentre os lingüistas brasileiros um grupo de especialistas que trabalham com línguas indígenas e que se reconhecem e são reconhecidos como constituindo um grupo específico, mas que não alcançou, ainda, uma integração satisfatória, tanto internamente, quanto externamente.

A questão, frequentemente colocada (Franchetto & Leite, 1983), do "isolamento" experienciado pelos estudiosos de línguas indígenas, dá-se, a nosso ver (Seki, 1991) em distintas direções: dentro da própria área, dentro da Lingüística Brasileira, em relação a disciplinas afins e em relação à Lingüística em geral.

Começando pelo último ponto, que não é um problema exclusivo da Lingüística Indígena, mas um traço geral de nossa Lingüística, e mesmo de outras áreas, algumas causas têm sido apontadas, entre elas a barreira da língua, já que o Português não tem penetração no exterior; a crônica falta de apoio institucional, que dificulta uma maior participação em eventos internacionais mesmo na América Latina, onde a questão da língua seria contornável; os veículos usados para publicação, a maioria deles de âmbito local, desconhecidos e de difícil acesso.

No que se refere a áreas afins, diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos, no Brasil a Lingüística Indígena não se insere no campo da Antropologia, embora nas fases iniciais da implantação da Lingüística os estudos de línguas indígenas estivessem ligados a museus, como o Paranaense

e o Nacional e, dentro destes, vinculados aos setores de Antropologia. De fato, a primeira instituição especificamente linguística no Brasil foi o Setor Linguístico, criado no final dos anos cinquenta na Divisão de Antropologia do Museu Nacional. Linguístas pioneiros interessados na investigação de nossas línguas receberam apoio de antropólogos e, por outro lado, foi fundamental a intermediação destes para a instalação do SIL no País e, mesmo, para legitimar a concepção de pesquisa de campo desenvolvida por membros da instituição (Barros, 1993). Entretanto, à medida em que se deu sua institucionalização nas universidades, a Linguística passou a integrar a área de Letras⁵ e foi se desvinculando da Antropologia. A especialização crescente da Linguística, a predominante adoção de abordagens estritamente formais no estudo das línguas indígenas levaram ao afastamento de questões culturais e à perda da interdisciplinaridade. Atualmente o estudo de línguas indígenas ainda se desenvolve em Museus, como o Goeldi (Belém), o Nacional (Rio de Janeiro) e o Antropológico de Goiás, porém não há nesses espaços cursos de graduação e pós-graduação. Estes são oferecidos pelas universidades às quais os museus (exceto o Goeldi) acham-se formalmente vinculados. Também a Associação Brasileira de Antropologia manteve espaço, em suas reuniões, para sessões sobre línguas indígenas, porém a regra geral é a de que dessas sessões somente participam linguístas, não havendo a desejável integração com os antropólogos (Junqueira et alii, 1984).

No que respeita às suas relações com a Linguística no Brasil, a área de Linguística Indígena ainda não conseguiu a ela integrar-se de modo satisfatório, seja em termos de seu objeto de estudos, seja em termos do corpo de especialistas, seja em termos institucionais. De modo geral, a Linguística Brasileira ainda não incorporou a compreensão quanto ao papel relevante que tem o conhecimento das línguas não indoeuropeias na formação de nossos linguístas e na constituição da ciência.

Nos resultados do mapeamento, feito por França et alii, da produção linguística publicada nos Anais de Seminários do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL) no decorrer de 25 anos (1978-1992), dentre 550 trabalhos elaborados com base em dados de línguas naturais, 83,1% se referem ao Português, e apenas 4,2% a línguas indígenas. A conclusão das autoras é de que "até o início dos anos 90, pelo menos, o trabalho de

⁵ Insere-se na área de Letras, e não na de Linguística. Os linguístas que trabalham com línguas indígenas têm dificuldade no preenchimento do código de área em formulários das agências de fomento. Sendo linguístas, são obrigados a assinalar a área de Letras, onde consta a sub-área Línguas Indígenas.

coleta e descrição de material lingüístico indígena não teve, de modo geral, lugar de destaque nas reflexões do lingüista brasileiro" (França et alii, 1995:54). Cumpre observar que a maioria dos participantes do GEL são vinculados a instituições de São Paulo, Estado onde existem três grandes universidades estaduais: USP, UNESP e UNICAMP, e que os trabalhos sobre línguas indígenas publicados nos Anais do GEL são de pesquisadores ligados a esta última (Altman, 1995:15).

Um fato bastante revelador relativo à interrelação com especialistas de outras sub-áreas da Lingüística, já abordado em Seki (1991), pode ser detectado no exame dos programas de encontros científicos realizados no Brasil: os trabalhos sobre línguas indígenas, independentemente da área de conhecimento específico focalizado - fonologia, sintaxe, etc., são sempre incluídos em sessão separada, e acabam sendo apresentados somente para estudiosos dessas línguas e discutidos apenas internamente. Tal fato reflete uma situação geral de marginalidade da área de Lingüística Indígena na Lingüística Brasileira. Os resultados obtidos na investigação das línguas indígenas são em geral ignorados pelos especialistas de outras sub-áreas da Lingüística, e é praticamente nula a contribuição destes para a investigação dessas línguas.

Tal situação conflita com as próprias características e necessidades da área de línguas indígenas. Esta, similarmente à de língua portuguesa e diferentemente de outras sub-áreas da Lingüística, identifica-se por seu objeto empírico - a(s) língua(s) indígena(s), e não por "níveis" de conhecimento, como é o caso da Fonologia, Sintaxe, etc. (Seki, 1991). Considerando-se que na realidade contemporânea, ao mesmo tempo em que ocorre a busca por uma teoria lingüística universal, tem lugar a tendência crescente para a especialização, fica evidente a importância da contribuição de distintos especialistas na investigação da(s) língua(s).

Passando ao isolamento dos pesquisadores dentro da própria área de Lingüística Indígena, a questão tem suas raízes na forma em que se deu a implantação da área, forma esta que reflete a maneira em que ocorreu a implantação da Lingüística no Brasil. Como aponta Altman (1994), o processo de implantação desta foi desencadeado por uma resolução do Conselho Federal de Educação, em 1962, que incluía a Lingüística como disciplina obrigatória nos Cursos de Letras, num momento em que não havia no País pessoas preparadas para realizar a tarefa, e isto levou as diferentes instituições de ensino a adotarem as mais variadas estratégias (envio de estudantes para

formação no exterior, contratação de especialistas estrangeiros, realização de cursos intensivos, etc.) tendo em vista conseguir os recursos humanos necessários para atender as novas exigências. Conforme Altman, "isto explica em parte....a multiplicidade de orientações teóricas e metodológicas e, de certa maneira, nossa tão propalada receptividade. Desde o começo, a Lingüística Brasileira se fez em ilhas." (op. cit., p. 397). Processo semelhante ocorreu na Lingüística Indígena. Os lingüistas profissionais que se ocupam do estudo de nossas línguas encontram-se dispersos, integrados às instituições em que atuam e tendem a se vincularem àquelas em que se formaram, resultando disso uma variedade de concepções de pesquisa, objetivos e abordagens teóricas adotados. No caso da Lingüística Indígena, a situação tem ainda como fator complicador o grande número de línguas indígenas, sua diversidade, sua dispersão geográfica, o número proporcionalmente muito reduzido de pesquisadores e também a ausência de estudos prévios das mesmas. A isto se relaciona em parte o predomínio de pesquisas isoladas e a natureza ainda predominantemente fragmentária dos resultados obtidos.

Também no que se refere aos modelos teóricos há um paralelo entre a área de Línguas Indígenas e a história da implementação da Lingüística no Brasil. Esta última foi marcada pela adoção do estruturalismo americano⁶ (corrente então dominante), com as concepções a ele relacionadas (critérios formais de análise e descrição, postura sincrônica), como embasamento teórico e metodológico, e pela atribuição de caráter científico aos estudos realizados dentro desta abordagem, passando as demais abordagens a serem consideradas como acientíficas. Estes aspectos vigoraram nos estudos de línguas indígenas brasileiras, que até os anos setenta eram realizados predominantemente por membros do SIL, e ficaram associados ao trabalho desenvolvido pelos lingüistas da instituição.

Nos anos setenta houve a penetração do gerativismo, o novo detentor do estatuto de cientificidade, em oposição a outras orientações teóricas, às quais foi negado o caráter de "teorias de vanguarda", concomitantemente com a rejeição dos resultados anteriormente obtidos. Isto coincidiu com o momento em que pesquisadores brasileiros passaram a atuar de maneira mais acentuada no estudo de nossas línguas indígenas, e a tendência geral de rejeição do estruturalismo (e outras abordagens indistintamente assim consideradas) foi, na área de Línguas Indígenas, reforçada pela associação do

⁶ Em São Paulo, o modelo de estruturalismo que corresponde ao momento da implantação da Lingüística é o francês.

modelo ao trabalho dos membros do SIL.

De fato, nas críticas às abordagens não gerativistas estas não são individualizadas. Descrição de línguas aparece como sendo necessariamente estruturalista. O funcionalismo (pressuposto como corrente homogênea), e a abordagem tipológica são, via de regra, identificados com o estruturalismo, e este é reduzido à tagmêmica, que por sua vez é frequentemente confundida com princípios básicos de análise de dados que já são incorporados à Lingüística em geral e que, explícita ou implicitamente, são usados por todos os que trabalham com línguas previamente não estudadas. Vale observar que o modelo tagmêmico como tal não teve penetração no Brasil e, ao que seja de nosso conhecimento, não foi aplicado por nenhum brasileiro no estudo de gramáticas de línguas indígenas.

Embora as diferenças apareçam em geral sob a forma de oposição entre enfoque estruturalista Vs. gerativista, ou funcionalista Vs. gerativista, na realidade elas se referem não tanto aos modelos em si, mas antes às perspectivas teóricas fundamentais que, conforme Nichols & Woodbury (1985:1-2), se distinguem na Lingüística Moderna e que não se reduzem à classificação usual de modelos teóricos: uma (com suas origens na Lingüística Descritiva) indutiva, comparativa, orientada para os fenômenos lingüísticos (phenomenon-oriented), e a outra orientada para o modelo (model-oriented), voltada antes de tudo para o desenvolvimento de um modelo explanatório integrado, centrando os interesses nos construtos internos à teoria. Essas perspectivas de fato não são antagônicas, mas complementares, o que via de regra não é bem compreendido.

Entretanto, a partir dos anos 80 e, principalmente, nos anos 90 o funcionalismo (orientado para os fenômenos lingüísticos) e a abordagem tipológica passaram a ganhar espaço no trabalho com línguas indígenas, inicialmente na Unicamp, e posteriormente, também no Museu Goeldi⁷, e houve um incremento de descrições baseadas nessas linhas. De fato, houve um certo refluxo do entusiasmo pelo gerativismo mesmo na lingüística do Português, depois dos êxitos do projeto "Gramática do Português Falado". No caso das línguas indígenas, a mudança em parte foi propiciada pelo crescente envolvimento dos lingüistas com as comunidades indígenas e sua

⁷ Na Unicamp com o trabalho de L. Seki. No Museu Goeldi o funcionalismo passou a ganhar espaço através de pesquisadores visitantes que adotam a linha funcionalista, vindos através de convênios, e também pelo envio de estudantes para cursos de pós-graduação em centros funcionalistas.

problemática, em particular as necessidades educacionais, o que levanta a necessidade de tratar questões que escapam às preocupações gerativistas, notadamente questões de natureza pragmática.

Por outro lado, os diferentes pontos de vista quanto aos modelos teóricos (incluindo-se aqui distintas correntes funcionalistas) a serem utilizados no trabalho com as línguas indígenas, constitui ainda um fator que dificulta em parte a coesão interna dos pesquisadores da área, questão que só recentemente começa a ser superada.

2.2.2. Quadro atual no estudo das línguas indígenas

Rodrigues (1985), ao apresentar um levantamento sobre a situação da pesquisa de línguas indígenas brasileiras, abrangendo o período de 1963 a 1983, indica como sendo próximo de 100 o número de línguas indígenas brasileiras que nos trinta anos anteriores tinham sido objeto de algum tipo de estudo, por parte de pesquisadores brasileiros ou estrangeiros não missionários e, em sua maioria, por parte de membros do SIL. Os trabalhos arrolados no mencionado levantamento perfazem um total de 173 títulos, um resultado que, embora significativo ficava aquém do esperado, considerando-se o período abrangido, as excelentes condições de trabalho disponíveis à maioria dos pesquisadores envolvidos, os lingüistas do SIL, e o tempo dispendido por eles em trabalho de campo. Também no aspecto qualitativo os resultados deixavam a desejar. O total de trabalhos incluía 18 descrições gramaticais e 9 dicionários, sendo os demais de natureza fragmentária, referentes a descrições fonológicas ou detalhes da fonologia, e aspectos isolados da gramática de diferentes línguas

Resultados similares aparecem em levantamento feito em 1991 por Moore & Storto: os autores concluem que era de 80 a 100 o número de línguas indígenas até então contempladas com algum estudo, e que apenas entre 10 a 20% delas haviam sido objeto de descrições gramaticais de boa qualidade (Moore & Storto, 1991).

A partir dos anos 80 houve a participação crescente de brasileiros no estudo de nossas línguas. Em 1991 eram 59 as línguas sendo estudadas por brasileiros, o que constituiu um aumento de 36% em relação a 1985 (Rodrigues, 1991). Este aumento foi em muito favorecido pelo Programa de Pesquisa Científica das Línguas Indígenas Brasileiras /PPCLIB (Rodrigues et alii, 1997), patrocinado pelo CNPq e pela FINEP, e que a partir de 1987 passou não só a

apoiar atividades relacionadas a projetos já em andamento, como também a estimular a elaboração de novos projetos, bem como a propiciar o ingresso de novos pesquisadores na área, através de Cursos Intensivos de Linguística Indígena. O Programa foi desativado com o advento do governo Collor, quando, em decorrência da prioridade à tecnologia, veio o fim da classe de Projetos Especiais⁸.

Em 1998 sobe para cerca de 80 o número de línguas que foram objeto de algum tipo de investigação por parte de não missionários, a julgar pelas dissertações e teses, bem como outras publicações. Por parte do SIL, as informações são de que 30 línguas (incluindo-se aí duas, cujos projetos constam em relatório anterior (SIL, 1991) como encerrados: Hixkariana e Sateré) estão sendo atualmente investigadas por membros da instituição, arrolando-se outras 8 cujos projetos são considerados concluídos. Contudo, esses números devem ser considerados com cuidado, já que, de um lado muitas línguas estudadas por brasileiros o são também por missionários, e, por outro lado, há muitas línguas com apenas um pequeno estudo. De qualquer forma, a conclusão a que se chega é de que há ainda um grande número de línguas que não foram contempladas nem mesmo com um pequeno estudo.

No que respeita à qualidade, a produção é muito variável. Nas palavras de A. Rodrigues, "o trabalho lingüístico dos missionários, mesmo quando apresenta boa ou mesmo alta qualidade técnica, é necessariamente limitado pelos objetivos missionários" (Rodrigues et alii, 1997). Segundo Yonne Leite, o problema incide principalmente sobre "a falta de uma visão de conjunto da língua estudada: os trabalhos abordam aleatoriamente aspectos cuja relevância não fica patente de imediato. Assim, tem-se ora uma descrição sobre o verbo em Terêna, ora notas sobre os substantivos em Kayabi, uma fonêmica Xerente e uma descrição de aspectos do Xavânte. Inexiste o material que os estudiosos de línguas em geral e antropólogos tanto almejam: uma gramática com terminologia descritiva acessível e dicionários" (Leite, 1981:63).

Também variável é a produção de pesquisadores brasileiros. Dentre os trabalhos divulgados, há poucas descrições mais abrangentes, que possibilitem uma visão de conjunto da língua pesquisada. Predominam trabalhos de natureza fragmentária, que em geral focalizam aspectos da estrutura fonológica e gramatical, sendo muito raros aqueles que tratam de aspectos semânticos, pragmáticos ou discursivos. Isto é compreensível, considerando-se que nas

⁸ Rodrigues, comunicação pessoal

instituições em que se desenvolve a investigação de línguas indígenas (universidades e museus) o número de pesquisadores profissionais é limitado, e que, particularmente nas universidades, a pesquisa em grande parte é feita por estudantes bolsistas, com duração limitada. Como alunos de Pós-graduação, os pesquisadores têm pouco tempo disponível para as atividades de pesquisa, particularmente para o trabalho de campo, sendo este em geral realizado nos períodos de férias acadêmicas. É também nesses períodos que os docentes / pesquisadores realizam seu trabalho de campo. No que respeita aos pesquisadores-alunos, as pesquisas raramente têm perspectivas de continuidade (questão já apontada por Rodrigues et alii, 1997), visto que o campo de trabalho - os Departamentos de Letras - em sua absoluta maioria privilegia os estudos do Português. A situação institucional das universidades brasileiras anterior à década de 60, com os interesses centrados em línguas clássicas e línguas e literaturas modernas em grande parte não foi superada. Em muitas instituições a Lingüística ainda é pouco ensinada e continua subsidiária dos cursos de Letras e em outras as pesquisas se concentram no Português.

2.2.3. Os espaços institucionais e os pesquisadores

Há atualmente no Brasil 66 programas de pós-graduação em Letras e Lingüística filiados à Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística (ANPOLL), contudo mal chega a 12 o número das instituições em que se desenvolvem pesquisas de Línguas Indígenas e / ou que têm em seu quadro algum pesquisador dessas línguas.

Falar dessas instituições, seus quadros e delimitar o trabalho nelas realizado não é tarefa simples. O desempenho de cada uma delas em geral varia, apresentando períodos de maior ou menor produtividade e mesmo de descontinuidade, em decorrência de fatores vários, entre eles a contratação e o desligamento de especialistas. Por outro lado, há uma certa imbricação de fatos resultante da mudança de local de trabalho de lingüistas profissionais e também do fato de que pesquisadores em formação, filiados a uma instituição ou participantes de projetos ali desenvolvidos, realizam seus estudos em outra instituição, ou recebem orientação de especialistas externos.

Dentre as instituições brasileiras, aquelas que têm mantido uma tradição mais constante no estudo de Línguas Indígenas, mesmo em períodos menos favoráveis, são o Setor Lingüístico do Museu Nacional e o Departamento de Lingüística da Unicamp. Em meados dos anos 80, centros de pesquisa de

línguas indígenas foram se formando em outras instituições, como o Museu Goeldi, a UnB, entre outros. Segue um breve apanhado sobre as instituições e pesquisadores.

(1) UNICAMP/ Departamento de Lingüística

O Departamento de Lingüística da Unicamp foi criado em 1970, funcionando inicialmente no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Em 1978 passou a integrar o Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), juntamente com o Departamento de Teoria Literária e o Centro de Lingüística Aplicada.

Desde o início o Departamento de Lingüística esteve voltado para atividades de pesquisa e formação de lingüistas e procurou favorecer a coexistência de distintas correntes teóricas. Oferece um curso de Bacharelado em Lingüística, que inclui duas disciplinas obrigatórias de Línguas Indígenas, e um Programa de Pós-graduação em Lingüística, com cursos de Mestrado e Doutorado que inclui entre suas áreas de concentração a Lingüística Antropológica, onde se insere o estudo das línguas indígenas.

Também integrado ao IEL está o Departamento de Lingüística Aplicada, criado a partir do Centro de Lingüística Aplicada no início dos anos 80. O Programa de Doutorado deste Departamento inclui, desde seu início, em 1993, uma área de concentração em Educação Bilingüe, com vários projetos envolvendo comunidades indígenas.

O quadro de docentes / pesquisadores diretamente vinculados à área de Lingüística Antropológica variou significativamente desde a criação do Departamento. Dele participaram os professores Aryon Rodrigues (1973 -87), Maurizio Gnerre, Daniel Everett (set. de 1980 - 83; 1986 - 87), Márcio Silva (1981-89) e Lucy Seki (dez. 1977 até o presente).

Houve um período de seis anos (1988 - 1994) em que o Departamento de Lingüística teve apenas um doutor para responder por todas as atividades específicas da área de Línguas Indígenas, o que ilustra bem o que foi dito anteriormente sobre as dificuldades institucionais da área. Não obstante, houve neste período a implementação de um projeto integrado de pesquisas sobre línguas faladas no Parque Xingu, coordenado por L. Seki, a promoção da vinda de professores visitantes (A. E. Kibrik , R. M. W. Dixon, A. I. Aikhenvald, H. Muñoz e S. Gildea) e a organização de eventos anuais nos quais se tentou reunir pesquisadores de diferentes abordagens teóricas e / ou áreas.

A partir de 1994 dois outros docentes / pesquisadores - Angel C. Mori e Wilmar D'Angelis (doutores pela Unicamp em 1994 e 1998, respectivamente) passaram a integrar a área, melhorando assim as perspectivas de trabalho. Atualmente Maria Filomena Sandalo (doutora pela Universidade de Pittsburg) encontra-se no Departamento como hóspede acadêmico (FAPESP), atuando junto às áreas de Lingüística Antropológica (Línguas Indígenas), Sintaxe, Fonologia e Morfologia.

Uma característica do Departamento de Lingüística da Unicamp, que tem sido muito frutífera para a área de Línguas Indígenas, é a existência de cooperação por parte de docentes especialistas de outras sub-áreas da Lingüística na orientação de mestres e doutores, e a possibilidade enriquecedora de interlocução com os mesmos.

As atividades desenvolvidas no Departamento relativas às línguas indígenas se distribuem em três tipos básicos, conforme o objetivo para o qual estão dirigidas, porém intimamente relacionados: formação de pesquisadores, pesquisa de línguas indígenas e educação escolar indígena.

No que se refere ao primeiro ponto, a Unicamp é a instituição brasileira que mais formou pesquisadores para a área de Línguas Indígenas: de 1977 até o presente contam-se 33 mestrados e 15 doutorados, incluindo-se entre eles ex-estagiários do Museu Nacional e do Museu Goeldi, bem como docentes filiados a outras universidades e alguns provenientes de outros países da América Latina. Esses trabalhos se referem a 33 línguas indígenas brasileiras e 3 línguas indígenas sul-americanas. Atualmente há 8 dissertações e 10 teses em andamento envolvendo outras 13 línguas.

Quanto à pesquisa, vários trabalhos estão relacionados ao Projeto integrado "História e Conhecimento Lingüístico dos Povos Indígenas do Parque Xingu", idealizado e coordenado por L. Seki, e que tem como objetivo a investigação abrangente e sistemática de um grupo representativo de línguas indígenas faladas no território do Parque, pertencentes às famílias Tupi-Guarani (Kamaiurá, Kayabi), Jê (Panará, Suyá, Tapayuna), Karib (Ikpeng), Aruak (Mehinaku, Waurá, Yawalapiti), Juruna (Juruna) e ainda as línguas Aweti (do Tronco Tupi) e Trumai (Isolada). Atualmente a equipe que atua no projeto inclui quatro pesquisadores docentes e vários alunos de pós-graduação, responsáveis por sub-projetos referentes a línguas específicas. Os pesquisadores e respectivos sub-projetos são: a) Lucy Seki: língua Kamaiurá

- análise e descrição (gramática concluída); b) Angel C. Mori: línguas Aruak (cf. adiante); c) Dr. Ludoviko C. dos Santos (Universidade Estadual de Londrina): línguas Suyá e Tapayuna; d) Luciana G. Dourado (mestre pela UnB, onde atua como docente; doutoranda na Unicamp): Língua Panará; e) Cristina M. Fargetti (mestre pela Unicamp e doutoranda na Instituição): língua Juruna; f) Frantomé B. Pacheco e Cilene Campetela (ambos mestres pela Unicamp e doutorandos na Instituição): língua Ikpeng; g) Patrícia O. Borges (mestranda / Unicamp): língua Kayabi; h) Cristina Borella (mestranda / Unicamp): língua Aweti.

No âmbito do projeto integrado incluem-se ainda a língua Yawalapiti, objeto de estudo de Mitzila I. O. Mujica (mestre pela Unicamp), e a língua Trumai, pesquisada por Raquel Guirardello, que após concluir o mestrado na Unicamp, com dissertação sobre a gramática da língua, esteve no Museu Goeldi como bolsista de Desenvolvimento Regional (set./92-jul/94) e posteriormente cursou o doutorado no exterior. Também estiveram envolvidos no projeto vários bolsistas de Iniciação Científica.

Além das mencionadas, outras línguas estudadas no DL / Unicamp por docentes e / ou posgraduandos são: Tupari (Tronco Tupi), Krenak (Fam. Botocudo), Aguaruna (Jívaro), Yawanawá, Shanenawá, Kaxarari, Matis (Pano), Apanjekrá, Parkatejê, Kayapó, Kaingang (Jê), Maxakali (Macro-Jê), Makushi (Karib), Ashaninka (Aruak), Kadiweu (Guaikuru).

No que se refere à participação em programas educacionais, pesquisadores docentes e alunos têm atuado como assessores e instrutores no Programa de Formação de Professores Indígenas do Parque Xingu, coordenado pelo Instituto Socio-Ambiental (ISA), envolvendo distintas línguas faladas no Parque, e também no Projeto de Formação de Professores Indígenas de Rondônia, bem como em outros projetos. Além disso, foi iniciado um curso de extensão / Unicamp "Linguística para Indígenas", com um primeiro módulo realizado em fevereiro de 1998, do qual participaram 27 professores indígenas provenientes de distintas regiões, falantes de 16 línguas. Do Curso de Extensão realizado na Unicamp participaram também docentes de outras sub-áreas da Linguística da instituição.

(2) Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

O Setor Linguístico do Museu Nacional / UFRJ, criado em fins dos anos 50, constituiu o primeiro espaço para estudos linguísticos no Brasil e desenvolve tradicionalmente o estudo de línguas indígenas. Em decorrência

do acordo firmado entre o Museu e o SIL, esta entidade concentrou suas atividades no Setor Lingüístico do Museu no período de 1957 a 1961, transferindo-se depois para a recém criada Universidade de Brasília.

De 1968 a 1971 o Museu manteve um Programa de Pós-Graduação em Lingüística com a oferta de Curso de Mestrado e de Institutos Brasileiros de Lingüística, sendo estimulada a ida de estudantes para doutorado no exterior, em sua maioria nos Estados Unidos. Este Curso, que contava com apoio da Fundação Ford, tinha uma quadro docente reduzido, com apenas dois doutores e dois mestres, complementado com professores estrangeiros visitantes (Rodrigues, 1972). Em 1971 a Pós-Graduação em Lingüística foi transferida para a Faculdade de Letras e dois anos depois Aryon Rodrigues e parte da equipe que ali atuava se transferiram para a Unicamp. As pesquisas de línguas indígenas continuaram no Setor Lingüístico, tendo à frente Yonne Leite e Charlotte Emmerich, responsáveis também pela orientação de estagiários como Tânia Clemente, Marília Facó Soares, Márcia Damaso Vieira (posteriormente doutoradas pela Unicamp), Bruna Franchetto (doutorada pela UFRJ) e Marcus Maia (doutorado pela Southern California), todos ativos até o presente. Na UFRJ, encontra-se também Ruth Monserrat, ex-estagiária do Setor Lingüístico.

Atualmente o Setor Lingüístico do Museu Nacional é coordenado por Marília Facó Soares e inclui em seu quadro outros quatro doutores: Yonne Leite, Marcus Maia, Bruna Franchetto e Márcia Damaso Vieira. O grupo é responsável pela orientação de estagiários e tem oferecido regularmente Cursos de Especialização em Línguas Indígenas Brasileiras, participando ainda ativamente em Projetos de Educação Indígena.

O Setor Linguístico do Museu Nacional participa do projeto "Rede Franco-Brasileira de Estudos das Línguas Indígenas do Brasil" (CAPES/COFECUB) e tem formado um "Grupo de Estudos Pano", articulado a programa de pesquisa bilateral entre a UFRJ e a Universidade de Paris VII - Centre d'Études de Langues Indigènes d'Amérique (CELIA). No Museu / UFRJ são estudadas as línguas Tikuna (Tikuna), Karajá (Jê) e seus dialetos (Karajá, Java'e, Xambioá), Tapirapé (Tupi-Guarani), Kuikuro (Karib), Mükü (Isolada), Munduruku (Tronco Tupi);

(3) Museu Paraense Emílio Goeldi

O Museu Goeldi, um instituto de pesquisa do CNPq, inclui em seu Departamento de Ciências Humanas a Divisão de Lingüística, que a partir de

meados dos anos 80 vem desenvolvendo mais intensivamente atividades de pesquisas relacionadas a línguas indígenas e, a partir dos 90, atividades ligadas a projetos educacionais. A Divisão de Lingüística é atualmente coordenada por Denny A. Moore (doutor pela City University of New York) e conta com dois pesquisadores funcionários: Cândida Mendes Barros (doutora pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Unicamp) e Nilson Gabas Junior (doutor pela Universidade da Califórnia em Santa Bárbara) e vários estagiários. Conta ainda com a colaboração de pesquisadores afiliados, os doutores Spike Gildea (Universidade Rice), Francisco Queixalós, Odile Lescure (convênio CNPq-ORSTOM), e os doutorandos Hein van der Voort (Universidade de Amsterdam) e Sebastião Drude (Universidade Livre de Berlim).

O Museu tem como prioridades o desenvolvimento da Instituição e o treinamento de estudantes e estagiários através de pesquisa de campo e encaminhamento para estudos em instituições brasileiras e, principalmente, do exterior. Passaram pela Divisão de Lingüística do Museu Goeldi e atualmente cursaram ou cursam pós-graduação realizando pesquisa de línguas indígenas, além dos citados acima, os pesquisadores (1) doutorandos: a) Luciana Storto (MIT) - língua Karitiana (fam. Arikém); b) Vilacy Galúcio Univ. de Chicago) - língua Mekéns (fam. Tupari); c) Raquel Guirardelo (Univ. Rice) - língua Trumai (Isolada); d) Sidney Facundes (SUNY-Buffalo) - língua Apurinã (fam. Aruak); e) Eduardo Ribeiro Univ. de Chicago) - língua Karajá (Macro-Jê); f) Petronila Tavares (Univ. Rice) - Wayana (fam. Karib); g) Sérgio Meira (Univ. de Rice) - língua Tiriyó (fam. Karib); (2) mestranda: Ana Carla Bruno (Univ. do Arizona) - língua Waimiri-Atroari (fam. Karib). Também relacionada ao Goeldi é a graduanda (UFPA) Gessiane Lobato Picanço - língua Munduruku (fam. Munduruku).

(4) Universidade de Brasília (UnB)

No mesmo ano da fundação da UnB, em 1962, foi firmado um acordo pelo então reitor Darcy Ribeiro com o diretor do SIL no Brasil (Dale Kitzman), para que, sem ônus para a UnB, membros daquela instituição ministrassem disciplinas introdutórias à lingüística no curso de graduação em Letras (Curso-Tronco de Letras Brasileiras). Lecionaram nesse ano o casal inglês John e Audrey Taylor e a norte-americana Lorraine I. Bridgeman, sob a supervisão da Dra. Sarah C. Gudshinsky, de mesma nacionalidade.

Em 1963, Aryon Rodrigues, da Universidade do Paraná, foi contratado pela UnB e passou a chefiar o Departamento de Lingüística, criado no ano

anterior no âmbito do Instituto Central de Letras, e provocou uma reformulação no projeto de cursos de pós-graduação, obtendo a instituição de um mestrado em Linguística (ao lado de outros em Teoria Literária, Filologia Portuguesa, etc). Por proposta de Rodrigues foi acrescentado no acordo com o SIL que este manteria na Universidade, em cada semestre, um lingüista com doutorado, que pudesse cooperar no ensino pós-graduado. Em decorrência, atuaram na pós-graduação, além de Sarah Gudshinsky, Irvine Davis (1963) e Ivan Lowe (1964). Ainda em 1963 foi criado na UnB o CECLI, Centro de Estudos das Culturas e Línguas Indígenas, com a participação do Departamento de Antropologia (do Instituto Central de Ciências Humanas) e do Departamento de Linguística, tendo sido Rodrigues incumbido de coordenar o mesmo. Rodrigues assumiu também a coordenação geral dos programas de pós-graduação da UnB. No CECLI foi organizado um arquivo, em que foram sendo recolhidos e classificados dados de línguas indígenas do Brasil, não só provenientes do SIL, mas também de outros pesquisadores.

No primeiro semestre de 1965, Gilda M. Corrêa de Azevedo concluiu sua dissertação de mestrado sobre a língua Kirirí, sob a orientação de Rodrigues, tendo sido esta a primeira dissertação de mestrado sobre uma língua indígena feita no Brasil. O segundo semestre de 1965 foi extremamente conturbado na UnB pela ação do novo interventor do regime militar, o qual demitiu injustificadamente 25 professores e teve como reação, no dia seguinte, os pedidos de demissão de mais de 200 professores. Consumadas as demissões, ficaram no Departamento de Linguística apenas os membros do SIL e um instrutor / aluno de pós-graduação, tendo todos os demais deixado a universidade.

Nos vinte anos (1966-1985) em que a UnB foi administrada por interventores politicamente orientados pelo regime militar, o estudo das línguas indígenas deixou de existir. Membros do SIL ainda deram aulas no início desse período, mas depois se afastaram. Uma dissertação de mestrado foi ainda produzida em 1967 por um aluno de pós-graduação, Odilo P. Lunkes, sobre a língua Rikbaktsá (Estudo fonológico da língua Rikbaktsá) sob a orientação de Ursula Wiesemann, do SIL.

Findo esse período, a sociolinguista Stella Maris Bortoni promoveu a divisão em três departamentos do grande departamento de Letras a que fora reduzido o Instituto Central de Letras durante o período discricionário, sendo um deles o de Linguística, Letras Clássicas e Vernácula, tendo reaberto assim maior espaço institucional para o desenvolvimento da Linguística. Bortoni

representou a UnB, em 1987, no grupo de trabalho que projetou o Programa de Pesquisa Científica das Línguas Indígenas Brasileiras (PPCLIB) - CNPq / FINEP. Neste mesmo ano ela organizou um curso intensivo de linguística indígena, com a participação de especialistas de várias instituições (MN, UFG, UFPE, Unicamp) e iniciou um projeto de levantamento dos recursos bibliográficos sobre línguas indígenas com bolsistas de iniciação científica.

Em 1988 Aryon Rodrigues, aposentado da Unicamp, reintegrou-se à UnB e passou a estimular entre os alunos do curso de mestrado em Linguística o estudo das línguas indígenas, tendo iniciado no Departamento uma linha de pesquisa sobre essas línguas. No mesmo ano se reintegrou também à UnB Daniele M. Grannier Rodrigues, mestre em Linguística pela Unicamp, que, ao lado de outras atividades, retomou suas pesquisas sobre o Guaraní antigo.

No período de 1990 a 1998 foram objeto de dissertações de mestrado as seguintes línguas, a maioria das quais ameaçadas de desaparecimento: Mehinaku (Aruak), Máku (Isolada; um único conhecedor vivo); Kanoê (Isolado, 4 falantes conhecidos em 1990); Yuhúp (Makú), Arara (Karib); Tupari (Tupari); Surui / Aikewára (Tupi-Guaraní); Tembê (Tupi-Guaraní); Ka'apor (Tupi-Guaraní); Tapirapé (Tupi-Guaraní); Mundurukú (Mundurukú); Yatê; Xokleng (Jê), Kayapó (Jê) e Panará (Jê).

(5) Universidade Federal de Goiás / Museu Antropológico

Na década de 80 iniciou-se na Universidade a organização de um centro de estudos de línguas indígenas, que atualmente conta com um grupo de seis pesquisadores: professoras Lydia Poleck (mestre), Raquel Teixeira (doutora pela U.C./Berkeley), Marita P. Cavalcante (doutora pela Unicamp), Silvia Braggio (doutora pela Universidade do Novo México), Maria Sueli de Aguiar (doutora pela Unicamp) e Mônica V. Borges (mestre pela UFG)). Os membros do grupo desenvolvem uma linha de pesquisa etnolingüística, conjunta do Mestrado em Linguística e Museu Antropológico, a qual inclui trabalhos de pesquisa lingüística e trabalhos voltados para a educação escolar indígena. Algumas línguas estudadas na UFG são Karajá, Krahó Avá-Canoeiro e Xerente.

(6) Universidade Federal do Pará (UFPA).

A partir de 1987 passou a ter o curso de mestrado em Letras, onde atuaram, na etapa inicial, os professores Leopoldina Araújo (doutora pela UFRJ) e Carl Harrison (pela Universidade de Indiana). Na década de 90 vêm sendo desenvolvidas várias atividades voltadas para a constituição de um centro de

ensino e estudo de línguas indígenas. Em 1993 houve a inclusão de disciplinas linguísticas básicas para a descrição de línguas indígenas, e neste mesmo ano foi defendida uma dissertação (Maria Risoleta Silva Julião - Língua dos índios do rio Cairari), orientada por Leopoldina Araujo. Em 1997 houve a implantação de um projeto integrado "Línguas Indígenas Brasileiras: descrição e reconstrução histórica" (FINEP / CNPq) e de um Seminário Permanente de Línguas Indígenas, ambos coordenados por Ana Suely Cabral.

Presentemente o quadro de pesquisadores inclui os doutores Carmen Lúcia Reis Rodrigues (doutorado na Universidade de Paris VII), Ana Suely A. C. Cabral (doutora pela Univ. de Pittsburg), bem como os mestres Alzerinda de Oliveira Braga (doutoranda, UFPA/Toulouse), Maria Risoleta Silva Julião (doutoranda, UFPA, Toulouse) e Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira Borges (doutoranda/Unicamp). Há ainda 4 mestrandos na UFPA e bolsistas de iniciação científica. Na UFPA são estudadas as línguas Jo'e, Asurini do Tocantins, Anambé, Parakanã (Tupi-Guarani), Makurap, Xipaya (fam. Juruna), Kuruaya/Munduruku.

(7) Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Em 1996 foi organizado um Programa de Pós-Graduação em Lingüística Indígena na UNIR, Campus de Guajará-Mirim, contemplando mestrado e doutorado, que foi aprovado por órgãos superiores da universidade, mas não foi consolidado como curso regular. Contudo, conta com um quadro permanente de quatro doutores: Jean-Pierre Angenot, Iara Maria Teles, Celso Ferrarezi Junior e Henri Ramirez, tendo ainda recebido professores visitantes de longa e curta duração. O grupo vem atuando na formação de pesquisadores e no desenvolvimento de pesquisas. Em 1996 foi organizado o projeto integrado "Documentação, Descrição e Comparação de 5 famílias (Chapakúra, Arawá, Murá, Arawák, Makú) e de 7 Línguas Amazônicas (Puruborá, Urueuwauwau, Itonama, Kayuvava, Tukano, Kanitxana, Movima)". Foi organizada a série CEPLA Working Papers in Amerindian Languages, com corpo editorial, tendo como editora Iara M. Teles, e que já publicou 18 trabalhos.

(8) Universidade de São Paulo (USP)

A USP, criada em 1934, já no ano seguinte incluía no curso de Geografia e História a Cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani. No início dos anos 70 a universidade passou a oferecer um programa de pós-graduação em Lingüística, com possibilidade de concentração em Línguas Indígenas

(Altman, 1998:143), porém na instituição deu-se continuidade à linha de trabalhos de natureza histórica e toponímica, sem que tenha havido o desenvolvimento de outras abordagens linguísticas e do trabalho com línguas indígenas vivas. Exceto tentativas de Jurn Phillipson, somente a partir dos anos noventa registram-se atividades voltadas para o estudo dessas línguas. Foram realizadas pesquisas de iniciação científica com as línguas Tenharim e Wayampi, e de mestrado, sobre a língua Apanjekrá, sob a orientação de Waldemar Ferreira Netto, e atualmente há 4 dissertações de mestrado em andamento, envolvendo as línguas Gavião Pykobje, Guarani, Wayampi e Karajá, orientadas pelo mesmo professor. Este desenvolve ainda um projeto de análise fonológica do Uru Eu Wau Wau. O foco principal de todos esses trabalhos é o vínculo entre a pesquisa linguística e os programas de educação indígena. Ferreira Netto tem participado em três Programas desse tipo: a) Programa de Educação Indígena Timbira (USP/CTI), sob responsabilidade de Maria Elisa Ladeira; b) Programa de Educação Indígena Wayãmpi (USP/CTI), sob responsabilidade de Dominique Gallois e c) Programa de Educação Indígena Guarani-ES (USP / Secretaria de Educação do Espírito Santo).

(9) Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

O programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFPE foi fundado, com o curso de Mestrado, em março de 1976, tendo procurado, desde o início, incentivar o processo de capacitação dos docentes das universidades nordestinas. Em 1980, como marco da instalação de uma nova linha de pesquisa, a de línguas indígenas brasileiras, foi instalado o Núcleo de Estudos Indigenistas (NEI), vinculado ao Programa de Pós-Graduação. O Núcleo desenvolve trabalhos de pesquisa, ensino e extensão. Possui um significativo acervo bibliográfico, materiais de áudio e vídeo, artesanato dos mais variados grupos indígenas brasileiros e publica o Boletim Axéwuvyru, que divulga artigos e notícias relacionados à temática indígena.

Além da preparação de pesquisadores para o estudo de línguas indígenas, a linha de pesquisa sobre línguas indígenas desenvolvida na Pós-Graduação da UFPE tem como objetivo a formação de professores indígenas e não indígenas através de vários convênios firmados entre o NEI e a Secretaria Estadual de Educação para a implementação de projetos voltados para a educação escolar indígena.

Na implantação e consolidação da linha de pesquisa de línguas indígenas na UFPE teve um papel relevante Adair Pimentel Palácio (doutora pela Unicamp)

que desenvolveu pesquisa sobre a língua Guató e tem sido responsável, até o momento, pela orientação de várias dissertações de mestrado e / ou doutorado, envolvendo as línguas Parakanã, Awá-Guajá, Poyanáwa, Shawãdawa, Taurepang, Umutina e Yathê, e também pela orientação inicial e encaminhamento de estudantes para outras instituições. Este é o caso dos doutorandos Sérgio Meira (Museu Goeldi e Rice); Carla Cunha e Aldir Santos de Paula (Unicamp); Stella Teles e Odileis Cruz (Univ. Livre de Amsterdam); Januacele Costa e Rosely Lacerda (UFPE).

(10) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

No Departamento de Língua e Literatura Vernáculas da UFSC, a partir de 1989, houve uma série de iniciativas por parte dos doutores Jean-Pierre Angenot e Alexandra Y. Aikhenvald, tendo em vista instituir um centro de pesquisas sobre línguas indígenas. Essas iniciativas incluíram a criação de uma opção "Línguas Indígenas" no Departamento e a formulação de um projeto integrado de pesquisa "Informática Aplicada às Línguas Indígenas. Classificação e reconstrução da Família Arawák", com temas de investigação nas linhas descritiva, fonético-acústica, histórico-comparativa e tipológica, sociolinguística e etnolinguística.

Os trabalhos se desenvolveram até 1994, ano em que os responsáveis pelo projeto se transferiram para outras instituições. Do empreendimento resultaram 6 dissertações de mestrado orientadas pelos dois pesquisadores e algumas outras teses e dissertações defendidas posteriormente, entre elas uma dissertação (Marcí Fileti Martins - Incorporação Nominal em Guarani Mbyá) e uma tese (Ludoviko C. Dos Santos - Descrição de Aspectos Morfossintáticos da Língua Suyá (Kĩnsêdjê) - Família Jê), ambas orientadas por L. Seki, da Unicamp.

(11) Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Recentemente tem se desenvolvido nesta universidade iniciativas voltadas para a formação de um centro de pesquisas de línguas indígenas. Em 1995 foi fundado o Núcleo de Estudos Indigenistas (NEI-UFAL), vinculado ao Programa de Pós-Graduação. Seus objetivos são promover ações que possibilitem a compreensão da cultura indígena, promover o intercâmbio entre as comunidades indígenas, as universidades e as escolas de primeiro e segundo graus e promover pesquisas de línguas indígenas. A grande incentivadora dessa nova perspectiva, Adair Palácio, tem contribuído significativamente

para a formação de novos pesquisadores. Há professores em fase de doutoramento que poderão, num futuro próximo, constituir um grupo de pesquisa quantitativamente mais relevante. Alguns professores já prestam assessoria a projetos educacionais.

(12) Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Nesta Universidade há um Programa de Mestrado em Letras com áreas de concentração em Língua Portuguesa e Literatura, que não contempla no momento um espaço institucional para o estudo das línguas indígenas. Aí se encontra Ludoviko C. dos Santos, doutorado em 1997 pela Unicamp, na área de Lingüística Antropológica e que coordena um projeto de extensão "Jagné Mré Hyn Han (Construir Juntos)", voltado para atividades de educação em áreas indígenas do Norte do Paraná, e, juntamente com Ismael Pontes, coordena um projeto de pesquisa "Abordagem do nível morfossintático da Língua Kaingang sob o ponto de vista do funcionalismo givoniano".

Lingüistas Estrangeiros não missionários.

Continuam sendo relativamente poucos os estrangeiros não missionários e não vinculados a instituições brasileiras a realizar pesquisas sobre línguas indígenas do Brasil. Entre as razões aventadas como possível explicação para o fato está a crença bastante difundida de que o SIL estaria encarregado de trabalhar com todas as línguas brasileiras (Rodrigues, 1985).

Entre os estrangeiros que realizaram estudos sobre línguas indígenas do Brasil estão Ernesto Migliaza (Yanomámi, Máku), na década de sessenta; os antropólogos A. Monod-Becquelin (língua Trumai) e David Price (Nambikwára), na década de setenta; Greg Urban (Xokleng), Laura Graham (Xavante); Gerald Taylor (Baniwa), Gail Gomes (Yanomámi), nas décadas seguintes. Recentemente os doutores Leo Wetzels, da Universidade Livre de Amsterdam, R. M. W. Dixon, da Universidade Nacional da Austrália, e Alexandra Y. Aikhenvald, que atua na mesma universidade desde 1994, têm desenvolvido pesquisas e publicado vários trabalhos sobre línguas indígenas brasileiras. Os dois últimos têm produzido obras gerais, de natureza tipológica, em que são amplamente utilizados dados de nossas línguas.

A área de Lingüística Indígena no Brasil não dispõe de um órgão nacional que pudesse tomar a si a tarefa de reunir, catalogar e divulgar as pesquisas feitas, bem como de constituir um banco de dados. De fato, praticamente nada

se sabe sobre os corpora que medeiam entre as línguas faladas e os trabalhos produzidos, bem como o que existe no País em termos de dados não tratados.

A área de Lingüística Indígena não tem, ainda, uma associação específica nem veículo de publicação próprios. Mais regularmente os pesquisadores da área divulgam no Brasil os resultados de suas pesquisas em sessões a elas dedicadas nas reuniões de associações de âmbito nacional, como a ABRALIN (Associação Brasileira de Lingüística), SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), ABA (Associação Brasileira de Antropologia), ANPOLL (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Lingüística), ou de âmbito regional, como o GEL (Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo) e, mais recentemente o CELSUL (Centro de Estudos Linguísticos do Sul) e o CELLIP (Centro de Estudos Linguísticos e Literários do Paraná). Dentro da ANPOLL há o Grupo de Trabalho (GT) "Línguas Indígenas", o que mais se aproxima de uma associação nacional.

No que se refere a espaços internacionais, menos utilizados devido a dificuldade de apoio institucional, a produção de brasileiros é apresentada na ALFAL (Associação de Lingüística e Filologia da América Latina), que a partir de 1990, por iniciativa de Ataliba Castilho, abriu espaço para as línguas indígenas. Mais raramente ocorre a participação em reuniões da SSILA (Society for the Study of the Indigenous Languages of the Americas), nos Estados Unidos, e outros tipos de eventos neste e outros países.

Um importante espaço tem sido, a partir dos anos 90, as "Jornadas de Lingüística Aborígen", promovido pelo Instituto de Lingüística da Universidade de Buenos Aires, e as "Jornadas de Etnolingüística de la Cuenca del Plata", promovido pela Universidade Nacional de Rosário, Argentina. Uma nova perspectiva abriu-se com o I Congreso de Lenguas Sudamericanas, recentemente realizado na Universidad Ricardo Palma, no Peru.

Os principais veículos utilizados para a publicação de trabalhos no Brasil são os Boletins da ABRALIN, os Anais de Seminários do GEL (Estudos Linguísticos), do CELLIP, do CELSUL e de reuniões da SBPC e ANPOLL; os Cadernos de Estudos Linguísticos, do IEL / Unicamp, aberto à publicação de trabalhos produzidos por pesquisadores de outras instituições; os Boletins do Museu Goeldi e do Museu Nacional, a Revista de Antropologia (USP). Muitos trabalhos são ainda publicados em uma variada gama de edições locais.

Nos últimos dois anos passaram a ser utilizados recursos eletrônicos.

Em 1996, por proposta do congresso "As Línguas Amazônicas na Ciência e nas Sociedades", realizado no Museu Goeldi, foi instituído o Boletim Informativo LINDA (Línguas Indígenas da Amazônia). E em junho de 1998, por proposta do GT "Línguas Indígenas", durante o XIII Congresso Nacional da ANPOLL, realizado na Unicamp, foi criada a lista de discussão LING-AMERINDIA, "que se propõe a ser um fórum aberto para a discussão de problemas específicos da fonologia, sintaxe, lexicografia e morfologia das línguas indígenas da América do Sul, e um meio para a divulgação de publicações e outras informações relevantes à comunidade de pesquisadores dedicados ao tema" (Ling-Amerindia / Introdução⁹).

3. Avaliação / Perspectivas

A área de Lingüística Indígena tardou a se constituir no Brasil. Além da imagem projetada pela atuação do SIL e de alguns fatores já apontados no presente trabalho, há outras causas para o atraso, entre elas a ausência de apoio oficial; o preconceito, durante muitas décadas, de que o estudo das línguas indígenas seria irrelevante para fins pedagógicos; o sedentarismo e às vezes oficialismo de nossos linguistas; a excessiva disposição de nossos linguistas para discutir os problemas metodológicos e para incorporar modas exportadas pelo "primeiro mundo"; a falta de reconhecimento da importância que têm (ou podem ter) as línguas não indoeuropeias na formação do linguista e na construção da(s) teoria(s).

No que pesem as dificuldades, a Lingüística Indígena experimentou um grande desenvolvimento no Brasil nos últimos 20 anos. Houve um aumento quantitativo e qualitativo na produção acadêmica relacionada às línguas indígenas e na formação de pesquisadores para o trabalho de investigação dessas línguas, e cresceu consideravelmente o número de línguas estudadas em maior ou menor grau.

Constituiu-se dentro da Lingüística Brasileira um grupo de pesquisadores que se identificam e são reconhecidos como um grupo específico, voltado para um objeto próprio de investigação, mas que está em processo de alcançar uma plena integração interna, e também externa, em relação à comunidade acadêmica em geral. O grupo é relativamente pouco numeroso em comparação aos de outras sub-áreas, o que está aquém das necessidades colocadas por seu objeto de estudo - as línguas indígenas brasileiras, numerosas e diversificadas. Entretanto, nisto o Brasil não constitui exceção: também em outros países os lingüistas que se dedicam ao estudo de línguas indígenas em

geral constituem uma minoria.

Nos anos 90 surgiram tendências que apontam para mudanças importantes. Se antes, via de regra, cada língua era objeto de pesquisa de um único lingüista, hoje há muitas línguas que são estudadas por vários pesquisadores. Observa-se também a tendência para projetos coletivos, por vezes envolvendo pesquisadores de distintas instituições. Ao lado de projetos de investigação de línguas individuais, têm surgido outros que se propõem a investigar um mesmo fenômeno em diferentes línguas, que abordam fenômenos de diferentes línguas sob um determinado prisma teórico, que procuram focalizar grupos de línguas geneticamente aparentadas, ou ainda línguas de uma mesma área geográfica, através de uma mesma abordagem teórica.

No que respeita à questão do "isolamento" interno e externo dos lingüistas da área, a tendência tem sido no sentido de seu equacionamento. Cresceu a participação em encontros científicos no Brasil e no exterior, e também o número de publicações, o que tem contribuído para aumentar a comunicação dentro do grupo e entre os membros deste e seus pares em outros países, principalmente a América Latina.

Com relação a perspectivas futuras, em nossa opinião algumas ações se fazem necessárias tendo em vista a consolidação e o crescimento da área, citando-se entre elas:

1. a constituição de um banco de dados, com a reunião, sistematização e mapeamento dos materiais de diferentes tipos existentes (publicados ou manuscritos, corpora de dados gravados ou transcritos, brutos ou semi-elaborados), bem como de pesquisas feitas ou em andamento sobre as línguas indígenas;
2. a definição de normas que garantam aos pesquisadores o reconhecimento quanto aos direitos autorais em qualquer tipo de trabalho, de modo a serem encorajados a divulgá-los ou a fornecê-los para o banco de dados;
3. possibilitar o acesso, por parte dos pesquisadores em geral, ao banco de dados, sem o que o mesmo não terá a validade pretendida;
4. promover a discussão dos problemas e necessidades da área, a busca coletiva de soluções e a definição de uma política de desenvolvimento da área.
5. buscar o apoio institucional por parte do governo, agências de fomento e

outras organizações;

6. promover reuniões, envolvendo pesquisadores de diferentes instituições e de diferentes abordagens teóricas, especificamente voltadas para a discussão dos referenciais teóricos e metodológicos, buscando encontrar meios de administrar as diferenças, não no sentido de homogeneização, mas de possibilitar a convivência e cooperação tendo em vista um objeto comum - a investigação das línguas indígenas, sem prejuízo da qualidade.

A implementação das medidas acima aponta para a necessidade de criação de um centro nacional especificamente dedicado às línguas indígenas, e acreditamos que o GT "Línguas Indígenas" da ANPOLL e a lista de discussão LING-AMERINDIA podem se constituir em um locus importante para promover o encaminhamento dessa e outras ações.

Entretanto, desde logo algumas medidas podem ser adotadas. Do quadro delineado sobre a situação da área de Linguística Indígena no Brasil, salta à vista a necessidade da criação de uma revista dedicada às línguas indígenas brasileiras, o que está sendo implementado, na Unicamp, pela autora do presente trabalho. Uma outra medida, que poderia ser encaminhada pelo GT "Línguas Indígenas", seria o estímulo à elaboração de resenhas críticas da produção lingüística de outras áreas, demonstrando a importância dos dados de línguas indígenas para o tratamento de questões neles abordadas.

Quanto às tarefas da Lingüística Indígena no Brasil, hoje, uma prioridade, a nosso ver, é a elaboração de descrições de boa qualidade, com terminologia acessível a estudiosos não familiarizados com abordagens teóricas particulares, bem como a reunião e sistematização de dados confiáveis e abrangentes das línguas indígenas. Ao mesmo tempo em que isto representará uma contribuição para a Lingüística, permitirá também atender, em parte, a demanda, das comunidades indígenas, quanto à documentação de suas línguas e culturas. Por outro lado, há também necessidade de um trabalho voltado para o tratamento de fenômenos dessas línguas sob o ponto de vista de construção de teorias. Em ambos os casos, o trabalho poderá contribuir para tornar essas línguas "visíveis" ao meio científico. Uma outra tarefa dos linguistas conscientes de sua responsabilidade social é auxiliar as comunidades indígenas na luta pela manutenção de suas línguas e suas culturas. Um papel importante tem aqui, a nosso ver, o envolvimento de falantes na investigação de suas línguas e a necessária capacitação dos mesmos para este trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTMAN, M. C. F. S. (1994) Trinta anos de Lingüística Brasileira e Auto- afirmação Profissional". *D.E.L.T.A.*, **10.2**: 389-408.
- ALTMAN, M. C. F. S. (1998) A pesquisa Lingüística no Brasil (1968-1988). São Paulo: Humanitas.
- AYROSA, P. (1954) Apontamentos para a Bibliografia da Língua tupi-guarani. (2ª ed.). São Paulo:USP.
- BARROS, M. C. D. M. 1993. Lingüística Missionária: Summer Institute of Linguistics. Tese de Doutorado, Campinas: IFICH / Unicamp.
- CARSON, M. N. (1984) Problemas de Análise Lingüística em Línguas Indígenas Brasileiras. *Boletim da ABRALIN*, **6**:131-138.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. (1981) Deve o Summer permanecer no Brasil?. *Religião e Sociedade*, **7**: 66-67. São Paulo:Cortez.
- CASTILHO, A. T. de & M. C. F. S. ALTMAN (1994) Para a História da Associação Brasileira de Lingüística. *Boletim da ABRALIN*, **16**: 21-37. Salvador:UFBA.
- FRANÇA, M. C. et alii (1995) Mapeamento Historiográfico da Produção Lingüística nos 25 anos do GEL. *Estudos Linguísticos*, XXIV. Anais de Seminários do GEL. São Paulo: IEL / Unicamp: 50-57.
- FRANCHETO, B. & Y. F. LEITE (1983) A Concepção dos Lingüistas. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, **4**. Márcio Silva (org.). Campinas:Unicamp/ Funcamp:15-20.
- JUNQUEIRA, C.; M. LEONEL; B. MINDLIN & R. GAMBINI (1984) Estudo de Línguas Indígenas: Perspectiva Antropológica. *Boletim da ABRALIN*, **6**:127-130.
- LEITE, Y. F. (1981) O Summer Institute of Linguistics: Estratégias e Ação no Brasil. *Religião e Sociedade*, **7**. São Paulo:Cortez: 60-64.
- MATTOSO CÂMARA Jr. J. (1963) Comentário ao Relatório (parte geral) do Professor Aryon Dall'Igna Rodrigues". In: RODRIGUES, 1963.
- MATTOSO CÂMARA Jr. J. (1965) *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*. Rio de Janeiro:Livraria Acadêmica.
- MOORE, D. & L. STORTO (1991) Lingüística Indígena no Brasil. Ms.
- MORI, A. C. (1998) Resumos das Dissertações e Teses sobre Línguas Indígenas apresentadas no IEL - Unicamp (1977- 1998). Divulg. pela LING-AMERINDIA.
- MUSEU NACIONAL - Publicação Avulsa 49. 1965. O Setor Linguístico do Museu Nacional (organização e objetivos). Rio de Janeiro:UFRJ.
- NICHOLS, J. & A. WOODBURY (eds.) (1985) *Grammar inside and outside the clause. Some approaches to theory from the field*. Cambridge:Cambridge University Press.
- OTICICA, J. (1933) Do Método de Estudos das Línguas Sul-Americanos. *Boletim*

do Museu Nacional, **9**. Rio de Janeiro: Museu Nacional:41-81.

RODRIGUES, A. D. (1963) Os Estudos de Lingüística Indígena no Brasil. *Revista de Antropologia*, separata do vol.XI, n.º ½. São Paulo.

_____ (1966) Tarefas da Lingüística no Brasil. *Estudos Linguísticos* -Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada vol. 1, n.º 1. São Paulo: Centro de Lingüística Aplicada: 4-15.

_____ (1985) The Present State of the Study of Brazilian Indian Languages. In: H. M. KLEIN & L. STARK (eds.) *South American Indian Languages: Retrospect and Prospect*. Austin: University of Texas Press.

_____ (1988) A Lingüística na Universidade Brasileira antes de 1964. *Boletim da ABRALIN*, **9**: 57-61.

_____ (1990) You and I = Neither You nor I: the personal system of Tupinamba (Tupi-Guarani). In: D.L.Payne (org.) *Amazonian Linguistics. Studies in Lowland South American Languages*. Texas: University of Texas Press.

_____ (1991) Programa de Pesquisa Científica das Línguas Indígenas Brasileiras (CNPq/FINEP). Relatório sucinto das atividades estimuladas e apoiadas em 1990 e previsões para 1991.

_____ (1993) Línguas Indígenas:500 anos de Descobertas e Perdas. *D.E.L.T.A.*, **9.1**: 83-103.

_____ (1998) O Conceito de Língua Indígena no Brasil, I: os Primeiros Cem Anos (1550-1650) na Costa Leste. *Línguas: Instrumentos Linguísticos*. Campinas: Pontes: 59-78. (1998) O Conceito de Língua Indígena no Brasil, I: os Primeiros Cem Anos (1550-1650) na Costa Leste. *Línguas: Instrumentos Linguísticos*. Campinas: Pontes: 59-78.

RODRIGUES, A. D. et alii (1997) Programa de Pesquisa Científica das Línguas Indígenas Brasileiras (CNPq/ FINEP).

SEKI, L. (1991) Perspectivas para os estudos linguísticos no Brasil. *Boletim da ABRALIN*, **12**. Campinas: IEL/ Unicamp: 7-24.

SEKI, L. Os Krenak (Botocudo/Borum and their Language. In: *Actas del Primer Congreso de Lenguas Sudamericanas*. Lima:Universidad Ricardo Palma.(A sair)

SIL - Studies in Languages of Brazil.Technical Publications (site Internet).

SIL - Relatório de Atividades:out. de 1990 a set. de 1991.

**UMA HISTÓRIA DE DELIMITAÇÕES TEÓRICAS: TRINTA ANOS DE
SEMÂNTICA NO BRASIL***

(Theoretical Outlines: A History of Thirty Years of Semantics in Brazil)

Roberta PIRES DE OLIVEIRA (*Universidade Federal de Santa Catarina*)

ABSTRACT: A map of the state of the art in semantics during the last third years of linguistics in Brazil is presented in the first section. Two case studies, then, are analysed: the debate argumentative semantics and formal semantics, and the debate formal semantics and cognitive semantics. Our analysis shows that an effective strategy for theoretical autonomy is that of declaring war to the dominant model. We do not subscribe to the war metaphor as an explanation to knowledge, however. Our paper finishes with some words on epistemology.

PALAVRAS-CHAVES: Epistemologia; Semântica; Modelos.

KEY WORDS: Epistemology; Semantics; Models.

O ano de 1968, fundação da Abralín, marca a instituição da Lingüística no Brasil.¹ Data, até certo ponto aleatória, como afirma Altman (1998), limita no tempo e no espaço nossa reflexão sobre o estudo do significado. Pode-se percorrer esses limites seguindo caminhos que não levam necessariamente à mesma chegada. Uma análise quantitativa, um percurso possível, cujo objetivo fosse investigar exaustivamente os trabalhos produzidos na área, e, de posse desses dados, traçar um mapa dos modelos, poderia fazer chegar a um resultado completamente distinto do nosso. Infelizmente, não há pesquisas sobre a semântica no Brasil, nem para desmentir nem para corroborar nosso estudo, que adota uma posição mais interpretativa, um olhar próximo daquele do epistemólogo. Se a história da semântica no Brasil permanece terreno inexplorado, sua análise de um ponto de vista epistemológico é frágil, porque ela se sustenta em dados históricos.

* Agradeço a todos que enviaram informações sobre a pesquisa semântica no Brasil. Ao professor Jürgen Heye, o envio da bibliografia; aos professores Edair Gorsky e Roberto Camacho, os esclarecimentos sobre semântica funcional; aos professores Leonor Scliar Cabral e Paulino Vandressen, seus depoimentos; a Maria Cristina Figueiredo Silva, a leitura de uma versão preliminar; ao professor Rodolfo Ilari, tudo que já foi agradecido e muito mais.

¹ Sobre a data da institucionalização da Lingüística no Brasil ver Altman (1998).

² Restringimos nossa pesquisa às teses produzidas em: Unicamp, USP, PUCRS, PUCSP, UFSC, UFPr, UFRS. (*cont.*)

É por esta razão que realizamos um breve levantamento da produção acadêmica em semântica. Rastreamento parcial, que se ancora em dados retirados dos seguintes registros: teses publicadas – infelizmente nem todas as bibliotecas das universidades brasileiras dispõem de dados em rede²; artigos e debates publicados em revistas especializadas – aquelas poucas, infelizmente mais uma vez, disponíveis; grupos de estudos e pesquisadores cadastrados nas entidades de pesquisa; e alguns poucos depoimentos pessoais.³ Nossa panorâmica é, portanto, impressionista.

Nosso artigo visa sobretudo a responder às questões: “que modelos semânticos foram e estão sendo adotados pelos semanticistas brasileiros?” e “como ocorreram, no tempo, essas delimitações teóricas?”. O quadro resposta à primeira pergunta sugere, como o leitor verá, uma pluralidade crescente de modos de descrever o significado; pluralidade que repercute e explica as diferentes formas de relação que cada modelo estabelece com outras disciplinas da lingüística, em especial com a sintaxe e a análise textual-discursiva, e, ao mesmo tempo, com outras áreas do conhecimento para além da lingüística: a filosofia da linguagem, as ciências do computação, as teorias de ideologia, a psicanálise, entre outras. A primeira seção deste artigo fotografa a pluralidade de modelos através da explicitação do quadro do estado da arte da disciplina, sem almejar uma reconstituição da história de como as diferentes orientações ganham uma face.

A segunda questão, que nos interessa mais de perto, procura descrever o processo do qual resultou a pluralidade de modelos a partir da análise de dois casos: o debate semântica formal e a argumentativa; e semântica formal e a cognitiva. É esse o tópico da segunda seção. Mostraremos que uma estratégia de delimitação é atribuir a outro modelo o lugar de inimigo ou teoria a ser derrotada. Mostrar a presença dessa estratégia não é aceitar que o conhecimento científico se constrói na guerra. Antes, a metáfora que construiremos, porque acreditamos ser a mais adequada e com maior poder explicativo, será a de que o conhecimento científico se constrói na conversa; ele é uma interlocução sem fim. Na terceira parte propomos uma rápida excursão

(cont.)³ Nossa análise baseou-se nas seguintes referências: Altman (1998), Marcuschi (1998), Banco de Dados de teses do CNPq, Banco de Dados CAPES, Banco de Dados de Grupos de Estudo do CNPq, artigos publicados em: *RBL* (Revista Brasileira de Linguística - São Paulo), *D.E.L.T.A.*, *CEL* (Cadernos de Estudos Linguísticos, Unicamp), *Anais do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo*, *GEL*, *ALFA*, *Letras* (PUCCAMP), *Estudos* (Universidade Federal da Bahia, Salvador), *Letras de hoje* (Porto Alegre), *Revista Letras* (Universidade Federal do Paraná).

em epistemologia da lingüística a partir da questão sobre a proliferação de modelos numa disciplina. Cumpre dizer que, ao longo deste artigo, o termo ‘modelo’ é usado de maneira quase informal, como sinônimo de orientação teórica.

1. Um quadro de semânticas

É, segundo Altman (1998), na década de 70 que surgem os primeiros artigos em sintaxe/semântica. Evidentemente, a reflexão sobre o significado é antiga; a filologia já pesquisava o léxico. O que a década de 70 conhece é a reflexão sobre o significado no âmbito da disciplina semântica na ciência lingüística. Citamos a filologia porque ela teve um papel na definição da semiótica, o modelo estrutural que se contrapôs a ela. Além disso, a pesquisa filológica permanece; uma indicação de que o modelo kuhniano de substituição de paradigmas pode não estar correto. Parece não haver uma substituição da filologia pela lingüística, mas antes uma espécie de unificação, já que podemos considerar hoje em dia a filologia como parte da lingüística. A pesquisa de Evanildo C. Bechara, que, no *Quem é quem da Lingüística*, a descreve pelos termos semântica e lexicologia e aponta como projeto “As fases históricas da língua portuguesa”, parece ser representativa da unificação.⁴

Poder-se-ia argumentar que a filologia, assim como a lexicografia, constituem disciplinas independentes; nesse caso, seu estudo estaria fora do âmbito deste artigo. Nada diremos sobre a filologia, mas a lexicologia pode nos ser útil. Pesquisas em bancos de dados revelam que lexicógrafos em geral fazem referência à semântica e à morfologia. A lexicologia estaria, pois, ocupando um entre-lugar. Não nos parece, entretanto, disparatado tratar a lexicologia na semântica, porque, em primeiro lugar, lexicógrafos arrolam a semântica como um definidor de sua pesquisa e alguns mencionam apenas a semântica - pesquisas de orientação estrutural muitas vezes não mencionam a morfologia. Em segundo, as formas de abordagem do léxico se conformam às mesmas tendências teóricas presentes na semântica. A pesquisa de Basílio (1998) é exemplar: ela se situa entre a morfologia e a semântica, embora tenda claramente para a morfologia, e adota o quadro da Gramática Gerativa que, como veremos, é um dos tantos suportes teóricos da semântica. Propomos deixar a lexicografia em suspenso e utilizá-la para verificar a plausibilidade de nosso quadro do estado da arte em semântica.

⁴ Quando citamos sem referência específica, estamos baseando nossa análise em bancos de dados.

Iniciamos o quadro do estado da arte em semântica pelo trabalho historiográfico de Altman (1998). A autora classifica os artigos em revistas especializadas em dois grupos segundo o parâmetro da unidade lingüística: um grupo de descrições cujo objeto é a sentença e suas partes constituintes; outro, em que a unidade será o texto e o discurso. Estudos sentenciais se classificam, ainda de acordo com a autora, em três sub-grupos: os fonético/fonológicos, os morfológico/lexicológicos e os sintático/semânticos. Para a autora, a lexicologia se agrega à morfologia. Sua classificação, entretanto, não faz jus ao trabalho de Ilari (1986a), por exemplo, que é classificado como morfológico/lexicográfico, embora analise os verbos delocutivos, uma questão propriamente semântica. Artigos em sintaxe/semântica datam do início dos anos 70, ao passo que os extra-sentenciais datam do final dos anos 70. O estudo da palavra antecede, pois, o estudo da sentença que precede historicamente aquele que atenta para unidades maiores. Não há nada de surpreendente nesse movimento, porque ele repete, por um lado, a bastante difundida metáfora de que o conhecimento vai de unidades menores às maiores e, por outro, a seqüência de níveis de análise lingüística tal qual estabelecida pelo Estruturalismo; que é, então, incorporada como natural.

A classificação por unidade serve a certos objetivos, mas é insuficiente para outros. Se nossa meta é desenhar o percurso das correntes teóricas na semântica, essa classificação deixa a desejar. Em primeiro lugar, porque a semântica não se define necessariamente por sua unidade de análise, a sentença ou o texto; e, no momento atual, esse critério não serve nem mesmo para distinguir modelos. Embora seja senso-comum na lingüística a associação entre semântica formal e sentença, trabalhos como o de Kamp e Reyle (1993) mostram que a análise formal pode tomar o texto/discurso como unidade. Não há, pois, relação intrínseca entre unidade lingüística e modelo semântico. O artigo de Guimarães (1985), por exemplo, apresenta uma descrição do operador *não só...mas também* no português brasileiro, tomando como unidade de análise os encadeamentos argumentativos, ou seja, o texto/discurso em que o operador ocorre. Tanto é que Altman o inclui no grupo das análises extra-sentenciais. Trata-se, no entanto, de um trabalho em semântica quer porque seu objeto de estudos é o significado de expressões lingüísticas, quer porque o próprio autor se define como fazendo semântica. “Antes de abordar o que mais de perto nos interessa, ou seja, os aspectos *semântico*-discursivos relativos ao uso de *não só...mas também (...)*” (1985:81, grifo meu). Guimarães (1985), independente da unidade de análise, é, veremos, um artigo em semântica argumentativa.

Em segundo lugar, se a associação sintaxe/semântica certamente dá conta de um certo número de trabalhos, há tanto trabalhos em sintaxe que não fazem referência explícita à semântica, quanto trabalhos em semântica que nada dizem sobre sintaxe; a descrição dos progressivos realizada por Ilari e Mantonelli (1983) é um exemplo deste último caso. Assim, se nossa meta é delinear orientações teóricas, é preciso observar esse aspecto; quando assim o fazemos, notamos que, mesmo nos vinte primeiros anos de lingüística brasileira, já há várias semânticas. De Oliveira (1978), por exemplo, trata do sintagma nominal complexo dentro de uma abordagem gerativa, ao passo que Salomão (1978) critica a abordagem formal, apontando para a impossibilidade, presumida por Katz e Fodor (1963), de a semântica descrever o significado independente do contexto. Seu artigo pretende mostrar que uma análise que abrisse mão da distinção semântica/pragmática, sem, contudo, assumir a abordagem argumentativa, que a autora também mostra ser insuficiente, seria a melhor. Sua conclusão direciona para a funcionalista como a melhor solução teórica.

A semântica não era uma já nos primeiros anos de Lingüística no Brasil (talvez nunca tenha sido uma) e os semanticistas sabiam disto, e Salomão (1978) o comprova. Altman (1998) menciona três vertentes teóricas na semântica: a semiótica, cuja base teórica são a semântica analítica de Pottier, que no Brasil foi desenvolvida por Cidmar Pais, e a semântica estrutural de influência de Greimas, cujo representante brasileiro foi Ignácio Assis Silva; a semântica argumentativa, que a autora associa a Carlos Vogt, “Vogt seguiu cursos de Ducrot e desses primeiros contatos resultaram as futuras visitas de Ducrot à Unicamp, onde ministrou vários cursos de Lógica e Semântica Argumentativa” (1998: 157); e a semântica formal ou lingüística, de “vocaçào científica” (1998: 226), que se deu “em torno das proposições de Chomsky, Katz e Fodor, Lakoff e Jackendoff” (1998: 204). Mesmo que o foco da atenção não sejam os modelos teóricos, porque o interesse é a reconstrução da história da lingüística enquanto instituição, a descrição dos vinte primeiros anos deixa transparecer a pluralidade na semântica, independente da unidade lingüística adotada.

Essa pluralidade pode ser melhor entendida e sua história descrita com mais exatidão se for ela o objeto de estudos. Diversos métodos podem ser utilizados para identificarmos modelos e para refazermos a história de sua constituição. Podemos, por exemplo, nos concentrar nas direções teóricas explicitadas pelos autores quando do preenchimento de relatórios, de fichas

⁵ Evidentemente, Altman se refere ao funcionalismo, só não o faz com relação à semântica.

para bancos de dados; podemos examinar o material publicado em revistas especializadas, tendo como foco de atenção as delimitações teóricas propostas nos artigos; podemos nos deter no exame dos debates acadêmicos, momento em que se explicitam posições teóricas; finalmente, podemos recorrer a depoimentos pessoais. São essas as estratégias que norteiam este artigo. O primeiro método não pode ser aplicado ao período de 68 a 88 por falta de dados.

Uma retrospectiva dos artigos, debates e teses dos primeiros vinte anos de semântica mostra que as tendências delineadas por Altman são orientações teóricas que nortearam a análise do significado. Antes, porém, de enfrentar a questão de como se deram estas delimitações, é preciso acrescentar que há pelo menos uma orientação que não é explicitamente mencionada por Altman, ao menos enquanto tendência de análise semântica, mas que, assim nos parece, está presente desde a fundação da lingüística. Trata-se do que chamaremos de abordagem funcional do significado.⁵ Na década de 70 já é clara a sua presença na lingüística nacional. Assim atestam os trabalhos de Biderman (1972/73) e Salomão (1978). Biderman (1972/73) analisa os usos históricos dos pronomes de tratamento e os relaciona com suas diferentes funções sociais; realizando uma descrição do “significado social dos pronomes” (Biderman, 1972/73: 339). Não há referência a relações estruturais, que caracterizam a abordagem formal, já presente no artigo de Kato (1976). Salomão (1978), como dissemos, aposta na orientação funcional. Se é assim, parece-nos justificado afirmar a existência de uma abordagem funcional do significado. Enquanto grande moldura teórica ela congrega o trabalho de Machado Paes de Barros (1985), e, hoje em dia, os trabalhos de Valéria Coelho Chiavegatto, de Camacho e Pezatti (1996), Maria Helena Moura Neves, entre outros autores.

A tendência funcional não é explicitamente mencionada, porque, acreditamos, foi ao longo desse período que se instalou a oposição formal versus funcional; não havia inicialmente confronto explícito entre eles. Suas diferenças eram mais facilmente percebidas como complementares. Na década de 80, a oposição estará institucionalizada na contraposição entre a semântica cognitiva e a formal, que é concebida por aquela como o inimigo a ser derrotado. Uma segunda razão deve-se ao fato de que, se hoje em dia, a semântica cognitiva é um modelo funcional de análise do significado, não é possível afirmar que houvesse, na década de 70, uma semântica funcional; não havia, então, e mesmo hoje parece ser essa a situação em certos círculos, um modelo semântico funcional. Havia uma maneira funcional de descrever o significado. Daí a afirmação da professora Edair Gorski, em depoimento, de que a semântica funcional se caracteriza negativamente: “ela não é nem semântica formal, nem argumentativa, nem semiótica”.

A década de 70 conheceu, no Brasil, quatro tendências teóricas: a semiótica, cuja inauguração pode ser identificada com a publicação do artigo de Pais em 1974; a semântica formal, que surge fortemente ligada à abordagem gerativa/formal, mas que tem autonomia garantida pelos estudos lógico-filosóficos – a tese de Kato (defendida na PUCSP em 1972, publicada em 1974) sobre o artigo definido exemplifica a presença da tradição lógico-filosófica; a semântica argumentativa, cujo momento fundador é a publicação da tese de Carlos Vogt em 1977; e a abordagem funcional ainda não claramente um modelo semântico, mas uma maneira de descrever o significado, difusamente presente na lingüística.

	1968	1974	1977
Filologia	Fundação da Lingüística		
Lexicografia		Semiótica	Semântica argumentativa
		Semântica formal	
		Funcionalismo	

Tabela 1: Os Primeiros Vinte Anos de Semânticas no Brasil

A semiótica é a que primeiro se define porque seu estabelecimento é concomitante à instituição da própria lingüística em sua oposição à filologia: a semiótica é o estruturalismo “científico” que bate de frente com a análise filológica, então concebida como fora dos padrões científicos. Sua luta por autonomia vai se acentuar, na década de 80, pois caminhará na direção de se afirmar como uma disciplina mais geral do que a lingüística; ela não se confrontará, pois, com outros modelos de descrição do significado, mas com a lingüística. Por isso a excluímos de nossa análise. Como veremos, a semântica argumentativa nasce da crítica da semântica formal. Ducrot (1972), discutindo sobre pressuposições, contrapõe-se à análise lógico-formal, que tinha então uma história de descrições do significado bastante robusta. Basta lembrar as contribuições de Frege, Russell, Strawson, Donnellan.

No Brasil, os primeiros artigos em semântica de orientação formal datam da década de 70, com a introdução do gerativismo, mas havia também trabalhos de orientação lógico-formais que não se filiavam ao gerativismo chomskiano. A semântica formal floresce com o crescimento do gerativismo e por suas próprias pernas, repetindo um movimento internacional – a análise formal do significado nas línguas naturais nasce sob a influência da tese de Chomsky de que as línguas naturais podem ser descritas como sistemas formais, mas, graças à própria tradição lógico-filosófica descendente de Gottlob Frege, e

que conta entre tantos outros com o trabalho de Richard Montague, ela ganha autonomia da sintaxe chomskiana. Nos primeiros anos, não havia oposição forma e função. É apenas paulatinamente que a leitura de oposição se legitima. A introdução da sociolinguística - que vem substituir a dialetologia - e o fim da semântica gerativa, que tem como um de seus efeitos o surgimento da semântica cognitiva, estão na base da leitura de confronto que oporá a abordagem formal e uma certa vertente funcional, em especial a semântica cognitiva.

Se observarmos os pesquisadores presentes no *Quem é quem na Pesquisa em Letras e Linguística no Brasil*, selecionados a partir do descritor 'semântica', e os grupos de pesquisas cadastrados juntos ao CNPq, também selecionados a partir da palavra-chave 'semântica', e os adotarmos como índices das orientações teóricas contemporâneas, verificamos que a década de 90 conhece essas quatro grandes vertentes de análise do significado: a semiótica, a argumentativa, a formal e a funcional. E, mais, as conhece agora de maneira distinta, cada uma constituindo um modelo à parte. A tendência à definição teórica pode ser verificada pelo fato de que uma boa parte dos pesquisadores contemporâneos procuram, nas palavras-chaves ou nos definidores, explicitar a linha teórica em que sua pesquisa se enquadra. O quadro atual da semântica no Brasil parece ser o seguinte:

Década de 80 a 90

<i>Semiótica</i>	<i>semântica argumentativa</i>	<i>semântica formal</i>	<i>funcionalismo</i>
estrutural		extensional	semântica cognitiva
pragmática		intensional	funcional

Tabela 2: O Quadro Atual de Semânticas no Brasil

Vamos exemplificar este quadro com dados retirados do *Quem é quem*. A pesquisa de Hardarik Blühdorn é em semiótica; o autor explicita sua posição teórica nas linhas de pesquisa ao se filiar à semiótica geral. José Borges Neto e Ana Lúcia de P. Müller representam a vertente formal, e nos seus descritores encontramos a palavra 'lógica'; Eduardo R. Guimarães e Mônica Zoppi-Fontana incluem nos descritores o termo 'enunciação', o que os filia à semântica argumentativa; finalmente, Valéria Coelho Chiavegatto e Margarida Salomão explicitamente colocam-se como funcionalistas e se filiam à semântica cognitiva. Uma inspeção dos catálogos das teses produzidas durante estes últimos dez anos confirma a presença desses quatro modelos.

Incluimos a semiótica porque seus adeptos definem suas pesquisas pelo termo ‘semântica’, mas Altman parece estar correta ao afirmar sua autonomia da lingüística. Desses modelos, a semântica argumentativa é a única sem divisões internas. Os demais se esfacelam em várias tendências. A semiótica pode ser mais estrutural ou mais pragmática. A semântica formal se multiplica em orientações tão diversas quanto a semântica extensional e a intensional. O funcionalismo conhece pelo menos uma polarização entre versões mais fortes, em que a sintaxe simplesmente não tem lugar - a tendência da semântica cognitiva -, e versões mais fracas, em que se pode falar que um condicionamento mútuo entre as diferentes instâncias.

Retornemos às pesquisas lexicográficas para nos certificarmos de que são estas as orientações que as respaldam. Embora não tenhamos encontrado grupos de pesquisa em lexicografia que se filiassem explicitamente à orientação argumentativa, as teses produzidas neste modelo são análises lexicográficas. O trabalho de Ducrot e Vogt (1980) sobre os dois tipos de *mas*, *mas_{SN}* e *mas_{PA}*, as teses de Zamboni sobre a palavra *ainda* e de Tafarello sobre a palavra *mesmo* atestam esta vertente lexicográfica da semântica argumentativa.⁶ Já dissemos que o trabalho de Margarida Basílio se conforma à abordagem formal/gerativa. Os trabalhos sobre toponímia adotam como referencial teórico a semiótica-estrutural e buscam descrever o vocabulário de um certo domínio lingüístico, seguindo portanto a abordagem estrutural. Esta parece ser a orientação teórica que pauta a pesquisa de Maria Antonieta Carbonari de Almeida - veja, por exemplo, seu artigo “O vocabulário da moda” (1993). Maria Lúcia Leitão de Almeida inclui nos descritores os termos “morfosintaxe”, “semântica” e “funcionalismo” e nas linhas de pesquisa, “teoria lexical”, de onde podemos inferir que seu projeto de pesquisa trata do léxico a partir do arsenal teórico funcionalista. Além disso, a autora vem desenvolvendo um projeto sobre *hedges* que se situa numa orientação claramente cognitivista. Confirmam-se, portanto, as mesmas tendências da semântica.

As análises computacionais do léxico tampouco constituem orientações distintas, embora uma de suas especificidades seja, talvez devido à necessidade prática de implementação, misturar modelos. Dallari (1998), ao tratar da descrição computacional do léxico, identifica duas vertentes teóricas. Uma delas toma o léxico como um módulo isolado, em franca consonância com o modelo gerativo; a outra descreve o léxico como parte de um processo global de interpretação. Trata-se, neste caso, de uma abordagem de cunho

⁶ Zamboni, Lilian M.S. Análise Semântica da palavra *ainda*, Unicamp, 1978. Tafarello, Maria Cristina M. *Mesmo*: uma proposta de análise dentro da teoria semântica argumentativa, Unicamp, 1979.

funcionalista/conexionista. Embora Dallari não as mencione, encontramos, principalmente no banco de dados do CNPq, análises computacionais que se definem como semióticas. De modo que pesquisas em lexicologia computacional desenharam o mesmo quadro da semântica.

2. Exercícios em Epistemologia

Supondo que os quadros apresentados reflitam momentos da semântica no Brasil, colocam-se as seguintes questões: como ocorreu esse processo de delimitação teórica, e em que medida essas delimitações devem ser entendidas como “oposições” ou, para chegar ao mesmo, em que medida elas não são compatíveis. Responderemos primeiramente ao problema da constituição dos modelos, sem nos preocupar em descrever suas especificidades teóricas. O problema da compatibilidade será o tópico da última seção. Vale ressaltar, mais uma vez, que propomos uma reconstituição bastante impressionista da história recente da semântica no Brasil e, enfatizemos novamente, são necessários mais estudos.

2.1 A semiótica

A semiótica, como dissemos, foi a que primeiro se definiu teoricamente, devido à sua forte tradição estruturalista. Isto porque foi o estruturalismo que funcionou como elemento fundador da lingüística na diferença com a filologia. Assim, a semiótica marca a sua presença de carona com o estabelecimento da lingüística estrutural, vista, então, como a única alternativa científica de descrição da linguagem. Sua filiação ao estruturalismo, claramente presente na sua produção – ver em especial o trabalho de Barbosa (1976) -, e seu embate com a filologia fazem com que a semiótica não vá figurar nas disputas entre modelos em semântica. Além disso sua consolidação segue caminho muito distinto porque vai se marcar pela busca de autonomia com relação à lingüística. “A semiótica formou, a partir dos anos oitenta, grupos de especialidade à parte, clamando por especificidade teórica e metodológica em relação à Lingüística e criando suas próprias instituições: periódicos, núcleos de estudo regionais e supra-regionais, e uma associação científica de caráter nacional: a *Associação Brasileira de Semiótica* (ABS).” (Altman, 1998: 292).

Se de fato há um movimento de autonomia da semiótica com relação à lingüística, ele está ainda em andamento, porque é inegável a sua presença na lingüística - os catálogos de publicação dos últimos encontros do GEL, o catálogo recente do II Congresso da Abralín atestam a participação dos semióticos na lingüística brasileira, os bancos de dados da lingüística assim

atestam.⁷ Não há dúvidas, entretanto, de que a semiótica constitui uma abordagem particular do significado, em especial porque seu objeto de estudos é o signo em geral, independente de sua realização em um dado sistema semiótico; qualquer processo em que haja troca de informação em sentido amplo, inclusive processos de estímulo e resposta em plantas e animais (Pankow 1995), constituem seu objeto de estudos. Um outro fator de diferença com relação à lingüística está no lugar atribuído aos textos literários. Os semioticistas sempre lidaram com a literatura, textos, gêneros e formas literárias, ao passo que a lingüística tem na linguagem ordinária seu foco de atenção. Não investigaremos aqui a relação entre a semiótica e a lingüística, mas acreditamos que suas diferenças foram conceituadas como oposição.

2.2 Casos-Estudo: a constituição de semânticas

A década de 70 viveu, como é opinião de Altman (1998: 280), momento de grande efervescência teórica, que resultou, entre outros efeitos, na prevalência de oposições teóricas entre os modelos. Em contextos de delimitações teóricas, que, enfatizemos, não precisam necessariamente ser conceituadas como “lutas”, os debates têm papel poderoso, porque neles se esclarecem as diferenças. Ruben (1995), a partir da adoção de uma perspectiva epistemológica em que aspectos retóricos e pragmáticos são tomados como constitutivos da ciência, chama a atenção para os debates na história de uma disciplina. “Os debates lingüísticos, afirma Ruben, funcionam como eventos históricos que veiculam a transformação de conhecimento (científico) num senso comum (também científico) que formará a história da lingüística enquanto saber cristalizado” (1995: 156). O conceito mesmo de ‘debate’ acadêmico, mostra-nos Ruben, somente se constitui na prática do debate. Assim, se a ciência se transforma no debate, se é nele que se mostram diferenças teóricas, então é preciso não apenas estudar mais sistematicamente os debates, como o faz Ruben, mas principalmente é preciso estimulá-los; não porque com eles aprendemos a confrontar opiniões e sermos mais democráticos - o que evidentemente é um de seus efeitos positivos -, mas porque, como veremos na próxima seção, é no diálogo que construímos conhecimento.⁸

Não houve muitos debates na semântica brasileira e, até onde sei, eles não foram ainda analisados. Apresento uma análise do debate Guimarães e Ilari, mas já adianto que ele merece um estudo menos superficial. No entanto,

⁷ O professor Ignácio Assis Silva, representante da semiótica e promotor das idéias de Greimas, participou intensamente de vários encontros do GEL.

dado que nosso objetivo é mostrar como ocorrem delimitações teóricas, nossa análise será suficiente. Nosso segundo caso-estudo refere-se à diferença entre as visões formal e funcional; centraremos nossa atenção no surgimento da semântica cognitiva, um dos ramos do funcionalismo. A oposição forma e cognição foi o tópico da discussão que ocorreu durante a sessão “Linguagem e Cognição”, coordenada pelo professor Luiz Antônio Marcuschi, no II Encontro da Abralin. Dela trataremos brevemente.⁹ Concluiremos que uma estratégia recorrente nas delimitações teóricas, presente nestes dois casos-estudos, é a constituição de um modelo-inimigo, em ambos os casos a semântica formal, que deve ser derrotado para o “bem” do conhecimento. O fato de que a reflexão sobre o significado na tradição lógico-formal pode ser importada para a linguagem natural parece constituir a razão pela qual tanto a semântica argumentativa quanto a semântica cognitiva a conceituaram como o inimigo a ser derrotado. Vejamos, pois, como se deu este processo.

2.2.1 Forma e Argumento

Os escritos de Osvald Ducrot (1972, 1995) mostram um percurso de progressivo afastamento da vertente lógico-formal, embora (talvez porque) ela tenha sido seu berço. A análise das pressuposições em Ducrot, por exemplo, parte da análise lógico-formal, cujo ponto de origem situa-se em Frege e sua proposta para a pressuposição de existência. Está aí embutido o debate sobre os limites entre a semântica e a pragmática, que não nos interessará aqui. Vivia-se, então, na década de 70, um momento em que a integração semântica da linguagem natural e análises lógico-formais, inclusive de cunho filosófico, já estava consolidada. Esse amálgama é uma das contribuições dada por Chomsky com a publicação de *Syntactic Structure* (1957): ver a linguagem natural como um objeto formal. Era, pois, previsível que as dissensões se dessem a partir da moldura criada pela análise lógico-formal, pois vários problemas sobre o significado já haviam sido descritos por ela. A semântica argumentativa só pode ser revolucionária, se houver um inimigo, a abordagem formal. É ainda relevante que Ducrot tenha escolhido as pressuposições, porque esse era o tema do momento na lingüística formal. Ele estava sendo então intensamente discutido. Basta lembrar que a publicação de “Fact” de Kiparsky e Kiparsky, texto que inaugura a discussão sobre pressuposição factual, se deu em 1970. Kempson (1975) e Wilson (1975) são alguns expoentes deste movimento.

⁸ A importância do debate na ciência é também defendida no trabalho de Gil (1986).

⁹ Este debate permanecia inédito, quando da escritura deste artigo.

O professor Rodolfo Ilari lembra, em depoimento, que a presença de Ducrot no IEL coincide com a formação de um seminário interdisciplinar, que contou com a participação de filósofos, lógicos – empenhados naquele momento na fundação do Centro de Lógica e Epistemologia, da Unicamp - e lingüistas. Desses seminários, uma iniciativa de Oswald Porchat, participaram além do próprio Porchat, Andrés Raggio, Michel Lahud, Luiz Henrique Lopes dos Santos, Baltasar Barbosa, e vários linguistas do IEL, entre eles Carlos Franchi, Carlos Vogt, Rodolfo Ilari.¹⁰ Os seminários giravam em torno de vários temas relacionados à semântica e à linguagem na tradição lógico-formal; Lahud lançara seu livro sobre os dêiticos e Lopes dos Santos terminava sua tese sobre Frege. Foram nesses seminários que o tema da pressuposição foi discutido e nem todos aderiram às teses de Ducrot.

É nesse contexto que a semântica argumentativa vai se estabelecer. No Brasil, ela ganhará espaço através da crítica à análise que a abordagem formal faz de alguns operadores. Buscava-se mostrar que conjunções como *e*, *mas*, *não só... mas também*, ... não têm o mesmo conteúdo semântico. Não podemos, este era o argumento dos adeptos da semântica argumentativa, substituir *e* por *mas*, como preconiza a semântica formal sem alterarmos o significado das sentenças. Estabelecer estas diferenças de significado pode ser um argumento a favor da abordagem argumentativa, uma vez que ela conseguiria explicar fenômenos que não são abarcados pela teoria em competição; ela teria, portanto, maior abrangência empírica. Se em epistemologia este não é o único critério decisivo para julgarmos que um modelo é melhor que outro – o critério de adequação explicativa (“evite hipóteses *ad hoc*”) é outro parâmetro forte na escolha de modelos em competição -,¹¹ ele tem certamente grande força retórica: quem explica mais, é melhor. Evidentemente, a questão é: será que a teoria rival não consegue mesmo explicar estas diferenças? Ou será que as explica diferentemente? Se o mesmo fenômeno é explicado diferentemente, então vale o critério explicativo.

Não estamos endossando a metáfora bélica quando propomos comparar modelos, afinal pode ser que as diferentes soluções sejam compatíveis, o que levaria a sua unificação. Neste caso, poderíamos aderir à metáfora da cebola descrita por Marcelo Dascal: a semântica formal explicaria até certo ponto - o fato de que os operadores *e*, *mas*, *não só...mas também* constituem uma sentença verdadeira se e somente se suas partes forem verdadeiras -, sendo

¹⁰A forte interdisciplinaridade entre a linguística e filosofia marcou o grupo de linguistas da Unicamp, segundo Altman (1998).

¹¹ Ver Lacey (1998), em especial capítulo III.

complementada pela argumentativa, que descreveria as diferenças entre estes operadores, talvez de maneira próxima à noção de implicatura convencional em Grice.¹² Parece ser a postura de unificação que embasa o artigo de Gerald, Guimarães e Ilari (1985), “Os operadores de argumentação e o diálogo”, em que se lê: “De Saussure até as orientações chomskianas é sabido que a lingüística moderna, em sua prática efetiva de análise tem abordado unidades cuja complexidade sintática não vai além da frase complexa. Unidades maiores – por exemplo o parágrafo e o texto – têm sido por assim dizer abandonadas a outras disciplinas...” (1985: 143) Não se trata de estabelecer uma oposição com as abordagens sentenciais, mas antes de estender a análise para o texto/ discurso, quiçá complementando-as.

Se até um certo momento, a possibilidade de compatibilizar as abordagens formal e argumentativa estava no horizonte de expectativas de alguns semanticistas, a crítica de Ilari (1987) à análise de Guimarães (1985) sobre o operador *não só...mas também* deixa clara a leitura de ruptura que também estava em processo e que, acreditamos, foi a vencedora. A crítica apareceu na seção “Questões e Problemas” da revista *D.E.L.T.A.*, e mostrava que o efeito de sentido produzido por *não só...mas também* poderia ser descrito a partir dos pressupostos da análise lógico-formal, em especial a partir da propriedade da composicionalidade. No artigo de 1985, Guimarães apontava, reforçando o argumento de Vogt, a inadequação da abordagem lógico-formal, uma vez que ela, ao afirmar a equivalência entre *e* e *não só mas também* não permitia explicitar suas diferenças. “Mas restaria, de qualquer modo, numa abordagem destas (a abordagem lógica), especificar as diferenças entre *e* e *não só...mas também*”. (1985: 84). Em sua explicação, o autor afirma que o efeito de sentido produzido pelo operador não pode ser recuperado via análise da contribuição de cada um de seus elementos. Ele não é, portanto, composicional, uma noção cara à semântica lógico-formal e, sem dúvida, necessária se quisermos explicar com plausibilidade empírica o funcionamento da linguagem.

A solução de Guimarães implica aumentarmos o léxico em pelo menos um item lexical. Esta é, na verdade, uma solução recorrente na semântica argumentativa, que acaba gerando uma explosão do léxico, porque nele se inscrevem os mais diversos usos de um termo. A questão é: é preferível descrever a diferença de sentido produzida pelo uso de *e* e *não só...mas também* como resultado de operadores distintos ou é melhor derivá-la

¹² Para um tratamento do *e* e do *mas* em termos de implicaturas convencionais ver Wilson (1975).

composicionalmente? Para responder a esta questão é preciso distinguir ‘componencial’ de ‘composicional’. Componencial se refere à composição de um item. Menino, por exemplo, se decompõe em humano, não-adulto e masculino. Composicional refere-se ao princípio de composicionalidade que Frege atribui a Leibniz. Trata-se do conceito de função: tome um objeto x opere sobre ele uma função y e gere outro objeto, z . Ilari (1987) mostra que o efeito de sentido produzido pelo operador *não só...mas também* pode ser descrito através de uma análise composicional. Se é assim, então sua solução é melhor porque mais econômica, já que explica o mesmo com menos entidades.

Este ponto, aparentemente sem grande importância, é fundamental, dada a afirmação de Guimarães, que segue aqui os passos de Ducrot, de que “Em princípio deveríamos refutar a possibilidade de uma análise componencial (sic!), pois ela estaria comprometida com a hipótese que considera a linguagem como fundamentalmente informativa” (1985: 96). O “em princípio” do autor trai seu engajamento teórico: a linguagem em princípio é argumentação e não troca de informação. A semântica da argumentação afirma, num movimento retórico de eleger um inimigo, que a semântica lógico-formal estaria intrinsecamente atrelada a uma visão informacional e representacional da linguagem, que, por sua vez, estaria atada à noção de composicionalidade. Há muitos equívocos nessas associações: em primeiro lugar, a análise formal não está atada a teoria de verdade como correspondência. Em segundo lugar, a noção de composicionalidade não está vinculada a uma visão informacional da linguagem. O que se vê em Guimarães e em Ducrot é uma estratégia recorrente nas ciências: constrói-se um inimigo-fantasma, derrotado pela teoria-mocinho. É fácil, no entanto, constatar que a semântica lógico-formal pode casar com as mais diferentes metafísicas, inclusive aquela que acredita, como parece ser o caso da semântica argumentativa, que a referência é uma ilusão criada pela linguagem.¹³

A análise de Ilari não explora, contudo, uma leitura de oposição. Ao contrário, ele utiliza, em sua análise, a descrição do *mas* proposta pela semântica argumentativa; o que nos fala da possibilidade de compatibilizar estas abordagens e da presença, ao menos até certo momento da história da semântica no Brasil, de uma vontade de compatibilização. A conclusão de Ilari aponta, no entanto, para o fim deste projeto: “Se tudo isso for correto (a análise que o autor propõe), composicionalidade e argumentação podem coexistir

¹³ Para uma apresentação de diferentes metafísicas ligadas às lógicas, ver Haack (1978). Seria certamente interessante investigar a relação entre a semântica da argumentação e as teorias neo-positivistas de verdade como coerência.

pacificamente, e fica no ar uma dúvida: é possível que a não-composicionalidade, aparentemente tão crucial para os argumentativistas, não seja uma necessidade teórica ou metodológica, mas apenas um dos tantos ingredientes da auto-representação que sua escola, como qualquer outra, precisa manter ativa para efeito de violações territoriais e contra-insurgência.” (1987: 115). A definição de inimigos é mais um ato político de demarcação territorial (e de verbas, com bem lembra Rajagopalan (1997b) em seu texto sobre a disputa funcionalismo versus formalismo) do que uma questão de incompatibilidade teórica. Instaura-se, pois, uma leitura cisão, maior ou menor dependendo do pesquisador, entre essas abordagens. Assim não é por princípio impossível conciliar forma e argumento; o que parece colocá-los como inimigos é antes a necessidade político-econômica de se definir como um modelo à parte.

Desvencilhando-se da semântica formal, a semântica argumentativa se aproxima da análise textual, da análise de discurso de origem francesa e também de uma certa pragmática. O trabalho de Koch (1993) atesta o vínculo com a Análise Textual, a pesquisa recente de Guimarães com a Análise de Discurso, e o trabalho atual de Ducrot (1995) sobre os Topoi está fortemente ligado a uma certa tradição pragmática, aquela que acredita ser possível calcular as inferências.¹⁴

2.2.2 Forma e Função

É também na década de 70 que a diferença funcionalismo e formalismo será entendida como oposição, não tanto por ela ser teórica ou metodologicamente necessária, mas, antes porque surge a necessidade de se criar um modelo particular de análise e aí uma boa estratégia é erguer inimigos. A relação forma e função não precisa, pois, ser simbolizada como uma relação de oposição, ela também pode ser vista como de complementaridade, embora não tenha sido esta a leitura que se impôs. Há vários indícios de que a própria distinção entre forma e função é recente na lingüística. Nuyts (1995), por exemplo, afirma que o funcionalismo sempre esteve presente nas pesquisas sobre linguagem, ao passo que o formalismo teria surgido com o estruturalismo americano:

“From a historical perspective, functionalism has been around ever since language has been studied in a systematic way, not only in linguistics,

¹⁴ Para Davidson, por exemplo, fenômenos pragmáticos são em princípio imprevisíveis.

but also in language psychology. Formalism, on the other hand, is much more recent, and is characteristic of certain branches of linguistics in particular: it has emerged from the positivist attitude and methodology associated with American structuralism.” (1995: 294).

Inegável que sua posição é favorável ao funcionalismo e sua postura é de oposição. Bach (1989) associa a emergência do formalismo à tese de Chomsky de que a linguagem natural se estrutura logicamente; o formalismo na lingüística teria, pois, acontecido a partir de meados da década de 50. É este de fato o marco da transposição da abordagem formal para as línguas naturais. O formalismo, no entanto, está presente na reflexão sobre o significado desde Aristóteles, por causa de sua estreita relação com as estruturas do pensamento. Uma vez que é possível descrever a linguagem natural como uma estrutura lógica - é este, já dissemos, o passo decisivo de Chomsky -, parece-nos inevitável, como já dissemos, que a semântica formal se constituísse no grande pano de fundo, porque era ela afinal que já tinha prestígio e uma reflexão consistente sobre vários fenômenos semânticos; restava, pois, ou mostrar que ela estava equivocada ou aderir às suas teses. Seu prestígio se deve, neste século, não apenas ao seu grande desenvolvimento teórico, mas também as suas possibilidades de aplicação prática na construção de máquinas. Isto sem contar a influência filosófica do Positivismo Lógico no fazer científico do século XX. Assim, mesmo que a abordagem lógica seja posterior ao funcionalismo com respeito à análise lingüística, ela era mais consistente enquanto modelo de análise do significado. Não havia, no entanto, razão para que a distinção forma e função fosse lida como oposição de guerra; do mesmo modo que forma e argumento não se excluem necessariamente.

Embora, como já dissemos, não houvesse, no Brasil, uma semântica funcional, havia descrições funcionais do significado, que precedem historicamente as formais. As primeiras análises semânticas lógico-formais datam de meados da década de 70, com a explosão da moda gerativo-transformacional. O volume 3 da *Revista Brasileira de Lingüística* do ano de 1976 conta com oito artigos em Gramática Gerativa, uma boa parte deles dedicada à discussão de aspectos componenciais do significado. Segundo depoimento do professor Rodolfo Ilari, circularam, na década de 70, os artigos de Katz e Fodor (1963), “Structure of a Semantic Theory”, de Weinreich de 1963 sobre os universais e o de 1966, “Explorations in Semantic Theory”. Eles não eram, no entanto, projetos idênticos. Katz e Fodor definem explicitamente seu trabalho como complemento semântico a *Syntactic Structure* (1957) de Chomsky, enquanto que a análise de Weinreich era muito mais próxima do funcionalismo.

A coexistência destas duas orientações talvez não fosse sentida como tão absurda quanto é hoje em certos círculos. Não porque os semanticistas de então não tivessem consciência das diferenças teóricas, mas porque, acreditamos, estas diferenças não eram exacerbadas pela necessidade de delimitação teórica.

Scliar-Cabral (1977), por exemplo, descreve os dados de aquisição de linguagem no modelo da gramática gerativa e termina defendendo a proposta de Halliday; o que certamente indica que havia consciência da distinção entre forma e função. Não é, portanto, a falta de clareza teórica que favoreceu, ao menos no Brasil, teses como a de Ilari, defendida em 1974 e publicada em 1986, que de algum modo combinavam aspectos das duas orientações - embora a tese de Ilari tenda para o funcionalismo, é fácil perceber sua filiação à análise formal; ou a tese de doutoramento de Carlos Franchi, de 1976, que se auto-denomina funcional, mas utiliza os argumentos da dissidência da Gramática Gerativa para mostrar que o modelo chomskiano era, em última instância, ainda muito distribucional.¹⁵ Estas combinações se deviam menos a uma não clareza sobre as diferenças do que a crença na possibilidade de sua complementaridade ou coexistência. Nos primeiros anos de 70 parece não haver uma forte pressão opondo a semântica formal à funcional, que as torna distintas e irreconciliáveis. Já nos anos 80-90 é a oposição que estará institucionalizada, a despeito do surgimento da sociolinguística paramétrica, o melhor exemplo de complementaridade entre forma e função. Um dos indícios de institucionalização da oposição é o surgimento da semântica cognitiva. A diferença forma e função vista como oposição será reforçada por vários autores, que afirmaram ou que elas são incomensuráveis, o que significa dizer que não é possível nem mesmo uma conversa entre elas, porque seus termos terão significados absolutamente diferentes,¹⁶ ou que uma delas é a melhor.¹⁷ Estas orientações estavam, no entanto, emaranhadas no final dos anos 60 e meados dos anos 70, porque, entre outros, elas se compatibilizam no trabalho dos proponentes da semântica gerativa.

A semântica gerativa vai se desenvolver nos Estados Unidos pelas mãos de Lakoff, Postal, Fillmore, McCawley entre outros, e poderia complementar a sintaxe gerativa chomskiana, pois assumia o postulado da estrutura lógico-formal das línguas naturais. Havia desde o início, no entanto, uma diferença

¹⁵ Até onde sei a tese de doutoramento de Franchi permanece inédita, ver, no entanto, Franchi (1977).

¹⁶ Ver Borges Neto (1989).

entre elas: o postulado da centralidade da sintaxe, uma hipótese auxiliar para a semântica gerativa e não parte de seu núcleo duro. A semântica interpretativa surge como uma reação a semântica gerativa. Em seu trabalho de reconstrução desta disputa, que pode ser lida como o debate sobre a centralidade da semântica ou da sintaxe, Huck e Goldsmith (1995) não apenas apontam para uma complementaridade entre elas, “The two programs were in fact quite complementary” (1995: 3), mas acenam para uma explicação sócio-política, muito mais do que teórico-metodológica para a sua separação. Em artigo de 1976, Brandon faz referência a esta disputa, salientando que “nenhuma das duas posições está bem definida ainda” (1976: 93), embora a disputa já estivesse terminada nos Estados Unidos.

Este debate mostra o cerne da diferença entre forma e função, o velho problema do biscoito Tostines, na terminologia de Borges Neto (1997): a forma precede a função, e portanto é autônoma, ou a função a condiciona. Funcionalistas parecem concordar que a sintaxe não é autônoma, mas este postulado tem matizes dentro do próprio funcionalismo.¹⁸ O fim da disputa semântica gerativa e semântica interpretativa se dá com a “morte” da semântica gerativa e o nascimento de um modelo de análise do significado de cunho funcional, que será conhecido como semântica cognitiva; esta nova abordagem vai congrega os dissidentes da abordagem gerativa: Lakoff, Fillmore, Langacker, entre outros, e tem na publicação de *Metaphors we live by* (1980) um marco fundacional.

Evidentemente, a disputa entre a semântica gerativa e a interpretativa e o surgimento da semântica cognitiva, em franca oposição à semântica formal e à sintaxe gerativa chomskiana, serão interpretados diferentemente pelos diversos grupos de semanticistas brasileiros. Adeptos da semântica argumentativa vêem aí indícios da ruína do modelo americano de fazer lingüística, adotando uma moral do tipo: eles vão se estilhaçar em tantos modelos que acabarão sumindo do mapa. Funcionalistas reagiram diferentemente dependendo de como concebem a relação forma e função. Como já dissemos, há uma polarização entre os funcionais: aqueles para quem a sintaxe procede do discurso de tal modo que ela é sempre emergente, isto é ela não tem nenhuma independência com relação à semântica/pragmática, dificilmente aceitarão uma postura conciliatória; já aqueles para quem há interdependência entre sintaxe, pragmática e semântica verão possibilidades de compatibilizar função e forma.¹⁹ Assim, alguns semanticistas caminharão

¹⁷ Ver Votre e Naro (1989)

¹⁸ Ver Kato (1998).

nos trilhos da conciliação – as teses de Ilari e Franchi, assim como o surgimento da sociolinguística paramétrica são bons exemplos; outros, vêem uma oposição irreconciliável e a vitória de um de um dos modelos – a posição de Naro e Votre, claramente favorável ao funcionalismo e também adeptos da semântica cognitiva que buscam negar veementemente tanto a base lógica da linguagem quanto qualquer possibilidade de conversa; alguns sintaticistas gerativas parecem, também, aderir à tese da oposição radical. Mais recentemente, há semanticistas interessados em combinar funcionalismo e cognitivismo, sem desprezar as contribuições da semântica formal – Camacho e Pezatti (1996), por exemplo.

A relação forma e função foi, pois, diferentemente equacionada. No artigo de Votre e Naro (1989), assim como na semântica cognitiva e em alguns círculos do chomskianismo, ela toma a feição de uma oposição “fatal”: elas não apenas se opõem, como é uma delas que explica totalmente a linguagem. Tarallo, em artigo de 1986, ao defender a sociolinguística paramétrica, vê forma e função como umbilicalmente ligados. Borges Neto e Müller (1987) e Borges Neto (1989) acirram o fosso: não é possível, epistemologicamente falando, unir o que é incomensurável; em outros termos, a linguagem da função não pode ser interpretada pela linguagem da forma e vice-versa. Kato (1998) ameniza as diferenças entre as abordagens e propõe “casamentos”: “É um erro, a meu ver, pensar que formalistas e funcionalistas não possam vir a trabalhar juntos em um mesmo objeto” (1998: 162).

Se houve diferentes maneiras de lidar com a diferença forma e função, parece-nos que, no senso comum da lingüística brasileira, foi a leitura de uma oposição ferrenha entre elas o que predominou. O percurso teórico de George Lakoff é exemplar do movimento de construir uma oposição ferrenha entre forma e função/cognição. Lakoff é um dos mentores da semântica cognitiva e, no processo de identificá-la não apenas como um modelo autônomo, mas principalmente como o melhor modelo, delimitará a semântica formal e a sintaxe gerativa como inimigo.²⁰ Enquanto representante da semântica gerativa, Lakoff aceitava, compartilhando esse postulado com a semântica interpretativa, a base lógico-formal para a linguagem natural - a linguagem natural se estrutura logicamente –, embora ele afirmasse a centralidade da semântica. Seu trabalho mais recente, a partir da publicação de *Metaphors we live by* (1980), em co-autoria com Mark Johnson, inverte o postulado sobre a estrutura lógica da línguas naturais: é a lógica que se estrutura através da linguagem natural,

¹⁹ Agradeço ao professor Roberto Camacho este esclarecimento.

negando, pois, o passo teórico dado por Chomsky. Um exemplo da inversão proposta pela semântica cognitiva é a descrição dada ao silogismo clássico, do tipo “Todo homem é mortal; João é mortal, logo ele é homem”. Lakoff (1987) defende que o raciocínio inferencial presente neste silogismo ganha sentido via nossas experiências corpóreas de estar dentro de um certo recipiente. É o esquema imagético gerado por essa experiência que dará suporte aos raciocínios lógicos.

A semântica cognitiva vai se opor radicalmente à análise formal, alegando que esta não explica fenômenos da linguagem natural. São várias as críticas de Lakoff; citemos, dentre elas, a crítica ao fato de que a abordagem formal não percebe a centralidade da imaginação. Na abordagem formal, a metáfora, afirma Lakoff, é apenas um desvio marginal, ao passo que a metáfora é um processo cognitivo ubíquo. Ele está presente no entendimento de sentenças tão banais quanto *A primavera começa a semana que vem*. Sem entrar em detalhes, basta notar o uso do verbo *vir*, originalmente de movimento, para estruturar nossa concepção do tempo para nos certificarmos da onipresença da metáfora, redefinida no quadro cognitivo como mapa entre domínios da experiência. Outra crítica feroz à análise formal diz respeito ao problema das categorias. Segundo Lakoff, a noção tradicional de categoria, em que algo pertencia a uma categoria se tivesse certas propriedades necessárias e suficientes para tal, não encontra respaldo em pesquisas em psicologia. Categorizamos, nos diz Lakoff, através de protótipos, membros centrais da categoria, com os quais outros membros mantêm relação de semelhança. Assim, a categoria PÁSSARO teria como membro central o pardal e o pingüim estaria na periferia.

Lakoff (1987) une a abordagem lógico-formal do significado ao modelo da sintaxe gerativa de Chomsky no que ele denomina objetivismo metafísico. É o objetivismo metafísico que a linguística cognitiva ergue como vilão, responsável por todos os erros de análise da linguagem e que ela, semântica cognitiva, irá, ao começar do zero, remediar. O objetivismo metafísico se caracteriza, entre outros, por ver a linguagem como troca de informação - a famosa metáfora do canal descrita por Michael Reddy - e por depender de uma teoria de verdade como correspondência. Não é difícil notar que o objetivismo metafísico descrito por Lakoff é uma ficção, que cria um anteparo sobre o qual a semântica cognitiva se constrói. Já dissemos que é possível fazer semântica formal sem estar comprometido com uma metafísica realista e sem adotar uma teoria de verdade como correspondência. Trata-se mais uma vez da estratégia

²⁰ Ver em especial Lakoff (1998).

de criar um fantasma, o bandido que será derrotado pelo mocinho, que dessa forma ganha sua própria identidade. Como se a cada nova teoria tivéssemos que jogar fora os erros das anteriores, destruindo a visão tradicional, e iniciando desta vez da forma correta.

Conciliados ou inimigos, o funcionalismo e o formalismo estão definitivamente presentes na lingüística contemporânea. A partir da década de 80 não é mais possível definir a abordagem funcionalista do significado apenas negativamente, como “aquilo que não é nem semântica formal, nem argumentativa, nem semiótica”, porque o surgimento da semântica cognitiva define os contornos de uma semântica propriamente funcionalista. A prova de que essa abordagem já se impôs é a sua presença em manuais recentes de introdução à semântica.²¹ São testemunhas dessa abordagem no Brasil, como já dissemos, os trabalhos de Salomão (1978), de Machado Paes de Barros (1985), Maria Lúcia Leitão de Almeida.

No último congresso da Abralín (Florianópolis 1999), durante mesa coordenada pelo professor Luiz Antônio Marcuschi, intitulada “Linguagem e Cognição”, houve uma polarização entre as posições de Salomão, que apresentou uma descrição dos modais no português brasileiro a partir do quadro teórico de Sweetser, francamente cognitivista, e de Pires de Oliveira, que, ao descrever o estado da arte das teorias contemporâneas de metáfora, argumentou que a análise lingüística (semântico/pragmática) conseguia explicar mais fatos lingüísticos do que a semântica cognitiva. A abordagem lingüística da metáfora tem sido sistematicamente criticada por Lakoff que a associa às teses objetivistas. Ele a trata, no entanto, como se houvesse apenas uma descrição lingüística da metáfora. Durante a sessão coordenada, discutiu-se o problema da modularidade da mente que reproduz a disputa entre abordagens formais – que vêem a mente como compartimentada e a linguagem como um conhecimento à parte–, e as funcionalistas – associadas aos conexionistas. A posição de Feltes foi conciliatória, mostrando que talvez a mente seja ao mesmo tempo modular e conexionista; modular em certos aspectos, conexionista em outros. Levanta-se, mais uma vez, a possibilidade de conciliar a abordagem formal à cognitiva. Esta é na verdade a posição defendida por Newmeyer (1992).

Herdamos do debate forma e função a falsa crença de que a única maneira de simbolizarmos as diferenças entre essas abordagens é opô-las radicalmente.

²¹ Ver Saeed (1997).

Herdamos, ainda, a crença de que semanticistas formais são todos gerativistas. Não há, ainda que este seja o senso-comum científico na lingüística brasileira, uma coincidência entre gerativistas e semanticistas de orientação lógico-formal. Em primeiro lugar, não se pode confundir o conceito de formalismo, que aparece na disputa funcionalismo versus formalismo, com o conceito de formalização, como bem lembra Nuyts “nothing prevents the use of formalisms in the framework of a functionalist methodology or theory” (1995: 294). Assim é perfeitamente possível uma descrição formal-funcional. Em segundo lugar, nem toda abordagem semântico-formal é necessariamente filiada à gramática gerativista chomskiana (embora todas sejam gerativistas, no sentido lógico-formal que precede o uso chomskiano), não havendo, portanto, concordância a respeito da autonomia e centralidade da sintaxe. O que parece unir os semanticistas formais é uma certa maneira de descrever o significado, utilizando instrumentos da lógica, e a crença, talvez melhor explicitada por Richard Montague, de que ao menos fragmentos das línguas naturais podem ser descritos como sistemas formais interpretados. Não há, contudo, acordo sobre vários outros aspectos: é preciso uma semântica intensional ou basta uma extensional é um dos impasses. No Brasil, no entanto, o senso comum na lingüística associou, num mesmo lado, gerativismo e formalismo e, no outro, funcionalismo; o que não impediu o desenvolvimento de abordagens formais sem vínculo direto com o gerativismo – o trabalho inédito de Borges Neto, de Ibaños (1997) podem servir de exemplo.

3. Proliferação de teorias: Crise na Semântica?

Estes trinta anos de semântica conhecem uma delimitação crescente das quatro formas paradigmáticas de descrever o significado e o seu esfacelamento em subteorias; fragmentação é atestada por vários autores (Altman, 1998; Borges Neto, 1989; Rajagopalan, 1997a). Uma estratégia para ganhar autonomia teórica é de declarar o modelo dominante inimigo e se propor como uma alternativa melhor, que é até mesmo capaz de destruir o inimigo. Esta estratégia de guerra supõe um re-início perpétuo: a teoria nova re-coloca as questões, desta vez da forma certa e assim implantará (finalmente) a verdade. Supõe ainda que não há espaço para a convivência de diferenças: se um modelo estiver certo o outro está necessariamente errado.

Nossos casos-estudo mostraram esta estratégia de guerra. A semântica argumentativa e a cognitiva, em especial a praticada por aqueles que aderiram às teses do Grupo de Berkeley, elegeram, por razões históricas - a forte presença da descrições lógico-formais -, a semântica formal como abordagem a ser

desacreditada, quer porque ela supostamente não daria conta de dados empíricos, quer porque sua concepção de linguagem – baseada, segundo estas abordagens, na teoria de correspondência – é inadequada. Não se trata apenas de afirmar que existe apenas uma semântica formal, mas que ela se vincula a uma certa metafísica e a uma certa teoria de verdade. Estas três afirmações são inexatas, daí falarmos em estratégia: o inimigo é quase um fantasma, um pano de fundo sobre o qual o novo modelo se estabelece. Descrever esta estratégia bélica não significa endossar a crença de que o conhecimento se constrói através do enfrentamento de teorias rivais. Ao contrário, vimos que coexistiam a idéia da guerra e a idéia da compatibilização. O que significa, no nosso entender, que não é necessário que as diferenças sejam interpretadas como alternativas excludentes, como impossíveis de serem tópicos de uma conversa comum. A teoria de conhecimento que sugerimos procura mostrar que o conhecimento se constrói na conversa na diferença, sem que com isto seja necessário supor um mesmo projeto em comum. Em outras palavras, não é preciso que todos os semanticistas estejam atrás do mesmo objetivo final para produzirmos conhecimento compartilhado.

Vejamos a questão mais de perto, nos perguntando se é problemática a “pulverização” de teorias, para citar palavras de Altman. Será que um esfacelamento teórico acarretaria a dissolução da semântica num sem número de modelos independentes? Rajagopalan, apud Borges Neto (1989), “deplora a “desenfreada proliferação de aparatos teóricos” que tem como consequência a “crise institucional da lingüística” (Borges Neto, 1989: 43):

“[a crise institucional da lingüística] se deve, entre outros fatores, à ausência de um único paradigma que funcione como força centrípeta, que ofereça um conjunto de postulados gerais dentro do qual se possa enquadrar uma parcela significativa da pesquisa lingüística no Brasil” (Apud Borges Neto, 1989: 44).

A crise, cujo perigo é o desmantelamento da lingüística, teria como única saída a “re-aproximação” das diversas correntes com vistas à obtenção de um paradigma único, que funcionaria como força centrípeta; talvez uma meta comum. Este é o mote que permite a Borges Neto questionar a possibilidade mesma de aproximações entre programas científicos: “Em outras palavras, [esta] é a verdadeira questão: É possível “aproximar” teorias lingüísticas distintas?” (1989: 45) Borges Neto, obviamente, nega tal possibilidade, assumindo, em sua argumentação, a proposta de Kuhn (1987) quanto à incomensurabilidade de paradigmas. Não haveria, segundo o autor, suporte

epistemológico que possibilitasse a unificação entre a Teoria da Variação e a Gramática Gerativa, porque elas são incomensuráveis. A solução de Rajagopalan é, portanto, inviável e utópica – “Se queremos sonhar com utopias, busquemos as aproximações” (Borges Neto, 1989: 64) -, mas, para alívio dos lingüistas, não há, ainda segundo o autor, perigo do fim da lingüística: “não há por que temer a proliferação de teorias”, porque o progresso da ciência se dá pela competição de teorias conflitantes, com a sobrevivência da mais apta. A moral é: “Quem puder mais, chorará menos” (Borges Neto, 1989: 63). Deixemos, pois, que cada teoria siga o seu próprio caminho e, se ela encontrar um precipício, será naturalmente eliminada.

A citação de Rajagopalan choca seus leitores, acostumados a ver o autor defendendo a heterogeneidade e o pluralismo – também Borges Neto se surpreende com esta posição, porque vê nela uma manifestação apolínea de desejo de unidade, e a conseqüente presença do dogmatismo, num autor que ele chama de dionísíaco. Afinal o próprio Rajagopalan (1997a), em outro artigo, assume uma posição mais em consonância com a de Borges Neto, denunciando a impropriedade da metáfora da ciência como construção conjunta do grande edifício, e a necessidade de tomarmos consciência da metáfora da luta pelo poder (e pela sobrevivência). Neste caso, não há como falar em aproximações, mas em guerra e imposição do mais forte. Na citação acima, no entanto, chama atenção o pedido de Rajagopalan por uma força centrípeta unificadora, como se sem isto a lingüística não pudesse sobreviver. É possível ver aí a presença da metáfora do edifício comum, aquela mesma que Rajagopalan (1997a) descreve, utilizando a metodologia da semântica cognitiva, e critica. A metáfora da meta comum pode sustentar propostas de unificação teórica. Parece ser ela que justifica a afirmação de Kato de que “O ponto de vista metodológico não importa” (1998: 165). O que importa, podemos concluir, é a construção do conhecimento. É possível unir uma gerativista, a professora Mary Kato, e um funcionalista, o professor Ataliba Teixeira porque, para além das diferenças, há o horizonte em comum, a construção do grande saber, sobre o português brasileiro, por exemplo. Neste caso, modelos se unem porque são guiados por uma mesma meta.

Parecem-nos equivocadas tanto as metáforas utilizadas para descrever a construção do conhecimento, a da luta pela sobrevivência e a da construção do edifício, quanto as posições de Rajagopalan e Borges Neto, enquanto epistemólogos da lingüística. Enquanto epistemólogos, os autores adotam uma visada normativa. Borges Neto decreta, tendo em vista o fato de existir incompatibilidade teórica entre a Teoria da Variação e a Gramática Gerativa, a

incomensurabilidade entre elas. Sua atitude é normativa porque cumpre ao epistemólogo descrever unificações, se elas ocorrem e não ditar que elas são impossíveis. Acreditamos que a teoria de Kuhn, suporte epistemológico de Borges Neto, dificulta a descrição de unificações. Rajagopalan é normativo porque ao epistemólogo não cumpre ditar os caminhos que uma disciplina deve seguir; se a proliferação de teorias em um campo do conhecimento significar seu esfacelamento, sumiço ou unificação com outras teorias, é esta a história da disciplina e, mais uma vez, cumpre ao epistemólogo descrever o processo, seja ele qual for.

Vejamos, agora, porque as metáforas são equivocadas. A descrição de um paradigma vencedor que destrói os demais pode até ocorrer, mas este não é o único caso na ciência. O século XX viveu várias unificações e a convivência de teorias incompatíveis. Em muitos casos, parece não haver a eliminação do modelo dominante, a filologia por exemplo. Se há espécies extintas, há muito mais resquícios, vestígios, retomadas. Nem mesmo quando os pesquisadores de uma área morrem todos, o modelo necessariamente morre. Há, nas ciências, idas e vindas, mortes e renascimentos - vide o renascimento da semântica gerativa no projeto minimalista. Assim, opor modelos, como se fossem incompatíveis, pode ser uma estratégia para conceituar a sua diferença, mas parece não descrever como construímos o saber.

São muitos os casos na ciência em que compatibilizam-se teorias incompatíveis. Este pode ser o caso da Teoria da Variação e Gramática Gerativa, citado várias vezes como exemplo de uma leitura complementar entre forma e função; afinal, é fato que há uma sociolinguística paramétrica. Neste sentido, o trabalho de Fleck (1979) sobre a sífilis parece ser exemplar, porque a reconstrução histórica do conceito de sífilis mostra que ele é o resultado da combinação de teorias incompatíveis.²² É, pois, possível construir coerências onde há diferenças, porque os pesquisadores acertam seus relógios de metalinguagens, compreendem os termos de uma teoria na linguagem da outra. Importa ao epistemólogo, assim me parece, entender como ocorrem interpretações de uma teoria por outra, de tal sorte que dali surge uma linguagem comum. A pergunta deveria ser, então: como o termo 'variação', por exemplo, é lido na conversa entre a Teoria da Variação e a Gramática Gerativa. Colocando a questão para as semânticas nos perguntaríamos: como, numa semântica lógico-argumentativa, o termo 'argumento' seria entendido?

²² Sobre a epistemologia fleckiana ver Ilari e Pires de Oliveira (1991).

Combinamos, na nossa interpretação da construção do conhecimento, a proposta fleckiana de ver o conhecimento como “comunicação” de sentidos, a demonstração dada por Davidson (1984) de que o conceito de incomensurabilidade de paradigmas em Kuhn não é possível - logo, há sempre possibilidade de “traduzir” de uma linguagem para outra -, e a explicação sobre o funcionamento da comunicação dada por Davidson (1986). Seu esquema de comunicação não supõe a necessidade de um código compartilhado antes do ato de comunicação, mas graus de convergência de interpretações (intencionalidades). Ele afasta com isto tanto a incomensurabilidade radical quanto a transparência da comunicação. Nesta forma de ver o conhecimento, é da conversa que emergem os significados primeiros, o conhecimento compartilhado, que embora volátil, interfere nas teorias diferentes que cada modelo necessariamente tem. Assim, acreditamos, é possível descrever a diferença entre forma e função na conversa que se estabeleceu entre eles e verificar as mudanças de sentido que dali emergiram e o conhecimento ali gerado. Este modelo comunicacional permite afastar a metáfora da construção do conhecimento como a execução do grande projeto em comum. É ingênuo acreditar que estamos engajados num mesmo projeto, a menos que compreendamos este projeto de uma forma tão ampla que ele perde seu poder explicativo. Não estamos todos falando sobre o mesmo, quando falamos sobre linguagem e nem é preciso que estejamos.

Nossa rápida reconstrução da constituição de modelos na semântica nos dá a dica para entendermos a diversidade sem precisarmos afastá-la na homogeneidade do projeto final ou torná-la insuperável no isolamento de cada teoria: o conhecimento em si mesmo parcial e fragmentado se constrói na conversa propiciada pela diversidade de abordagens. Neste sentido, a diversidade é condição necessária para o conhecimento. Se todos fizessem semântica formal seria o fim da semântica. A melhor metáfora não é, portanto, a do projeto único, nem a dos caminhos isolados, mas de uma conversa na diferença; quanto mais conversamos, mais os conceitos circulam, mais revisões são necessárias, mais conhecimento comum é gerado. Evidentemente a conversa é mais animada se os participantes tiverem clareza do seu lugar, da sua diferença com relação ao outro; e é daqui que se conclui o contrário da afirmação de Kato (1998): é muito importante o ponto de vista epistemológico e quanto mais clareza tivermos sobre ele mais produtiva pode ser a conversa, precisamente porque entendemos melhor nossos limites teóricos.

Assim, ao contrário de Kuhn, acreditamos, como Davidson (1984), que há sempre a possibilidade de tradução mesmo que ela signifique sempre

alterações, porque embora os sistemas de medição não sejam idênticos e possível entendê-los a partir do nosso próprio sistema. São as traduções, aliás, que nos permitem conversar mais e quanto mais conversamos melhor a nossa teoria sobre a teoria do outro, maior o nosso horizonte de conhecimento. Além disso, se as noções de verdade e objetividade são inter-subjetivas, então é precisamente no diálogo, mesmo que polêmico, momento em que as diferenças ficam expostas, que somos mais objetivos e em que a verdade, sempre parcial, pode emergir. É neste sentido que só podemos concordar com Ruben (1995): os debates são absolutamente fundamentais para a construção do saber.

“[homens que a maioria de nós pretende ser, os que conversam entre si a partir de seus próprios recursos, usando sua própria linguagem para pôr os outros à prova e, reciprocamente, se submetendo eles mesmos a essa.] Aqueles que agem assim, temos, você e eu, a meu ver, que imitar, trocando um com o outro palavras que sejam as nossas próprias, a fim de pôr à prova tanto sua verdade quanto nós mesmos” (Sócrates, Protágoras de Platão).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTMAN, M. C. (1998) *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas.
- BACH, E. (1989) *Informal Lectures on Formal Semantics*. New York: State University of New York Press.
- BARBOSA, M.A. (1976) O modelo do código lingüístico e o seu uso nos universos da obra literária: a combinatória sêmio-táxica. *Revista Brasileira de Lingüística*, **3**, n.º 2: 51-69.
- BASÍLIO, M. (1998) Morfológica e Castilhamente: um estudo das construções X-mente no Português do Brasil. *D.E.L.T.A.*, **14**, n.º especial: 15-25.
- BIDERMAN, M.T.C. (1972/73) Formas de tratamento e estruturas sociais. *ALFA*, **18/19**: 339-382.
- BORGES NETO, J. (1989) A incomensurabilidade e a “compatibilização” de teorias. *Letras*, **38**: 43-66.
- _____. (1997) Formalismo versus Funcionalismo nos estudos lingüísticos. *Anais do Iº Encontro do CelSul*, **1**: 15-24.
- BORGES NETO, J. & A. L. MÜLLER. (1987) Lingüistas ou camaleões? - uma resposta a Tarallo. *D.E.L.T.A.*, **3.1**: 85-95.
- BRANDON, F.R. (1976) Qualificação e Negação em Português. *Revista Brasileira de Lingüística*, **3** (1) : 92-108.

- CAMACHO, R. e E. G. PEZATTI (1996) As subcategorias nominais contável e não-contável. In: M. KATO (org.) *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp: 155-186.
- DALLARI, B. (1998) Modelos lexicalistas e não-lexicalistas de estruturas de informação semântica: uma comparação computacional. *Estudos Lingüísticos, XXVII*: 592-598.
- DAVIDSON, D. (1984) On the very Idea of a Conceptual Schema. In: *Inquiries into Truth and Interpretation*. Oxford: Clarendon: 183-198.
- ____ (1986) A Nice Derangement of Epitaphs. In: E. LEPORE (ed.) *Truth and Interpretation. Perspectives on the Philosophy of Donald Davidson*. Oxford: Basil Blackwell: 433-446.
- DE OLIVEIRA, M. A. (1978) Movimento de clíticos. *Ensaio Lingüísticos*, 1(1): 44-79.
- DUCROT, O. (1972) *Dire et ne pas dire*. Traduzido para o português como *Princípios de Semântica Lingüística*. São Paulo: Cultrix. 1977.
- ____ (1995) Topoi et formes topiques. In: J.C. ANSCROMBE. *Théorie des Topoi*. Paris: Éditions Kimé.
- DUCROT, O. & C. VOGT (1980) De magis à mais. *Revue de linguistique romane*, 43: 317-341.
- FLECK, L. (1979) *Genesis and Development of a Scientific Fact*. Chicago: University of Chicago Press.
- FRANCHI, C. (1977) Linguagem: Atividade Constitutiva. *Almanaque*, 5: 9-27.
- GERALDI, W. J., E. R. J. GUIMARÃES & R. ILARI (1985) Operadores de argumentação e diálogo. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 9: 143-158.
- GIL, F. (1986) Ciência e controvérsia. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 11: 117-128.
- GUIMARÃES, E. R. J. (1985) Não só...mas também: Polifonia e Argumentação. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 8: 79-108.
- HAACK, S. (1978) *Philosophy of Logics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HUCK G. J. & J. A. GOLDSMITH (1995) *Ideology and Linguistic Theory. Noam Chomsky and the Deep Structure Debates*. London: Routledge.
- IBAÑOS, A. M. (1997) Atitudes proposicionais: uma abordagem por linguagens categoriais. *Anais do 1º Encontro do CelSul*: 2: 708-712.
- ILARI, R. (1986a) Verbos Delocutivos. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 10: 81-85.
- ____ (1986b) *Perspectiva funcional da frase portuguesa*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- ____ (1987) Algo mais sobre não só mas também. *D.E.L.T.A.*, 3. 1: 111-115.
- ILARI, R. & I. MANTONELLI (1983) As Formas Progressivas do português.

Cadernos de Estudos Lingüísticos, **5**: 27-60.

- ILARI, R & R. PIRES DE OLIVEIRA (1991) Considerações lingüísticas sobre a gênese e o desenvolvimento de um fato científico: uma leitura semântica de Ludwig Fleck. *Boletim da ABRALIN*, **12**: 85-108.
- KAMP, H. & V. REYLE (1993) *From Discourse to Logic: Introduction to Model Theoretic Semantics for Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Dordrecht: Kluwer.
- KATO, M. (1974) *A semântica gerativa e o artigo definido*. São Paulo: Ática.
- _____. (1976) Transitividade verbal e decomposição lexical. *Revista Brasileira de Lingüística*, **3** (1): 3-21.
- _____. (1998) Formas de funcionalismo na Sintaxe. *D.E.L.T.A.*, **14**, n.º especial: 145-168.
- KATZ, J. J. & J. A. FODOR (1963) The Structure of a Semantic Theory. *Language*, **39**: 170-210.
- KEMPSON, R. (1975) *Presuppositions and the Delimitation of Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KIPARSKY, P. e C. KIPARSKY (1970) Fact. In: M. BIERWISH & K. E. HEIDOLF. *Progress in Linguistics*. The Hague: Mouton.
- KOCH, I. G. V. (1993) *Argumentação e Linguagem*. 3ª edição. São Paulo: Cortez.
- KUHN, T. (1987) *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- LACEY, H. (1998) *Valores e atividade científica*. São Paulo: Discurso Editorial.
- LAKOFF, G. e M. JOHNSON (1980) *Metaphors we Live by*. Chicago: University of Chicago Press.
- LAKOFF, G. (1987) *Women, Fire and Dangerous Things. What Categories Reveal about the Mind*. Chicago: University of Chicago Press.
- _____. (1998) Cognitive Semantics. In the Heart of Language. *Fórum Lingüístico*, **1** (1): 83-118.
- MACHADO PAES DE BARROS, A. R. (1985) Compreender é ver. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **8**: 67-78.
- MARCUSCHI, L.A. (org.) (1998) *Quem é quem na Pesquisa em Letras e Lingüística no Brasil*. CNPq e ANPOLL.
- NEWMAYER, F. J. (1992) Iconicity and Generative Grammar. *Language*, **68** (4): 756-96.
- NUYTS, J. (1995) Funcionalism vs. formalism. In: J. VERSCHUEREN, J.-O. OSTMAN, J. BLOMMAERT (eds.) *Handbook of Pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company: 293-299.
- PAIS, C.T. (1974) Inter-relações forma-substância nos universos semiótico-lingüísticos. *Revista Brasileira de Lingüística*, **1**: 5-15.
- PANKOW, C. (1995) Semiotics. In: J. VERSCHUEREN, J.-O. OSTMAN, J. BLOMMAERT (eds.) *Handbook of Pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins Publishing

Company: 469-475.

- RAJAGOPALAN, K. (1997a) A interdisciplinariedade: um imperativo desde sempre. *Boletim Abralin*, **19**: 91-103.
- ____ (1997b) Formalismo vs. Funcionalismo: sobre as premissas ocultas dessa polêmica. *Anais do Iº Encontro do CelSul*: 25-33.
- RECTOR, M. (1975) Problemas e tendências da semiótica. *Revista Brasileira de Lingüística*, **2**: 104-110.
- RUBEN, M. V. (1995) Argumentação e debates lingüísticos no Brasil. *D.E.L.T.A.*, **11. 1**: 133-159.
- SAEED, J. I. (1997) *Semantics*. Oxford: Blackwell.
- SALOMÃO, M. (1978) Implicação lógica e condicional linguístico: um estudo semântico. *Revista Brasileira de Lingüística*, **5** (1): 3-26.
- SCLIAR-CABRAL, L. (1977) O modelo de Fillmore e as gramáticas emergentes. *Revista Brasileira de Lingüística*, **4** (2): 70-134.
- VOGT, C. (1977) *O Intervalo Semântico - Contribuição para uma Teoria Semântica Argumentativa*. São Paulo: Ática.
- VOTRE, S. J. & A. NARO (1989) Mecanismos funcionais do uso da língua. *D.E.L.T.A.*, **5. 2**: 169-184.
- WEINREICH, U. (1963) On the Semantic Structure of Language. In: J. GREENBERG (org.) *Universal of Language*. Cambridge: MIT Press.
- ____ (1966) Explorations in Semantic Theory. In: T. SEBEOK (ed.) *Current Trends in Linguistics*, **3**. The Hague: Mouton: 395-477.
- WILSON, D. (1975) *Pressupositions and Non-Truth Conditional Semantics*. New York: Academic Press.

OS CAMINHOS DA PRAGMÁTICA NO BRASIL
(Pragmatic Studies in Brazil)

Kanavillil RAJAGOPALAN (*Universidade Estadual de Campinas*)

ABSTRACT: This paper traces the history of the study of pragmatics in Brazil. It is shown that Brazilian researches have, by and large, remained attentive to major developments in the field taking place elsewhere in the world. Of particular importance is the burgeoning tendency to focus attention on social issues affecting the day-to-day lives of ordinary people. More and more researchers are realizing the need to assume a critical role in relation to the theories they encounter in the literature.

KEY WORDS: Pragmatics; Semantics; Linguistic Theory; Linguistic Research in Brazil.

PALAVRAS-CHAVE: Pragmática; Semântica; Teoria Lingüística; Pesquisa Lingüística no Brasil.

São vários os fatores que dificultam qualquer tentativa de averiguar as pesquisas no campo da pragmática no Brasil. O primeiro e o mais importante deles nada tem a ver com as condições sabidamente precárias de pesquisa no país, mas sim à própria indefinição a respeito do que vem a ser a pragmática – ou seja, trata-se de algo que atinge todos os pesquisadores no mundo inteiro. Ao apresentar um volume de artigos dedicados à pragmática, publicado em 1983, Vogt (1983: 7) já avisava: “Hoje a pragmática são muitas coisas, sem ser nenhuma em especial”. Passadas uma década e meia, a situação permanece inalterada, como bem evidencia a afirmação feita pelo presente autor no texto de apresentação ao número 30 dos *Cadernos de Estudos Lingüísticos* da Unicamp, dedicado à pragmática: “A pragmática ainda é vista por muitos estudiosos, não sem razão, como um verdadeiro saco de gatos” (Rajagopalan, 1996: 6), ou ainda, “O interesse da pragmática, para mim, sempre foi a inexistência da disciplina propriamente dita – na verdade, parece muito mais sensato falar em pragmáticas, no plural”.

Na mesma coletânea apresentada por Vogt, constava um artigo de Guimarães no qual o autor abria a discussão dizendo o seguinte: “Os estudos sobre a linguagem têm sido incluídos há muito e, de modo mais intenso, nos últimos 30 anos, estudos que têm sido colocados como o objeto da pragmática. No entanto tais estudos, como de resto qualquer outro tipo de reflexão sobre

a linguagem, não se apresenta, e nem poderia, como um conjunto monolítico e único.” (Guimarães, 1983: 15). Trata-se, na verdade, de um outro fator que dificulta qualquer esforço de relatar as pesquisas na área da pragmática: não existe, nem de longe, nenhum consenso sobre como e quando surgiu a área de investigação. De acordo com Guimarães, “para não sair dos limites relativos ao tempo da chamada lingüística moderna, podemos dizer que [a história da pragmática] remonta ao filósofo americano Charles S. Peirce” (ibid.). No entanto, segundo o *Penguin Dictionary of Philosophy* (Mautner, 1996), o termo ‘pragmática’ se estabeleceu a partir dos anos 1930, graças aos esforços de Charles Morris. Levinson concorda, porém faz questão de ressaltar que “Além dessa ligação, há muito pouca relação entre a pragmática e as doutrinas filosóficas de pragmatismo” (1983: 1). Nas palavras de Lyons (1977: 119), “Decerto, pode-se argumentar que as origens da distinção tripartite [sintaxe, semântica, pragmática] na concepção peirceana da ciência geral de semiótica são, hoje em dia, mais ou menos irrelevantes quanto ao modo como essa distinção é traçada pelos lingüistas e filósofos”. Na contramão desses estudiosos estão Brigitte Nehrlich e David Clarke que, em seu livro relativamente recente (Nehrlich & Clarke, 1996), se esforçam para procurar achar as raízes da pragmática contemporânea nos fins do século XVIII.

Gazdar (1979: 2) nos dá uma excelente dica sobre o porquê de tamanha indefinição em torno do uso do termo ‘pragmática’: “... nos 30 anos que se passaram entre a monografia de Morris e o trabalho de Montague intitulado ‘Pragmática’, quase ninguém estudou nada que o próprio pesquisador chamasse de ‘pragmática’”. Esse fato, facilmente comprovado até nos dias de hoje, inclusive no Brasil, pode ser considerado como o terceiro fator mais importante quanto à dificuldade em averiguar o “state of the art” em pragmática. Em conferência proferida por ocasião da 48ª reunião anual da SBPC realizada em São Paulo, Marcuschi (1996) lamenta o quadro confuso que encontrou quando se propôs a fazer um levantamento sobre o interesse dos pesquisadores nas diferentes subáreas da Lingüística. A frustração do autor, contida no seguinte desabafo, ilustra bem o estado de coisas. Eis as suas próprias palavras (Marcuschi, 1996: 21-2):

É possível que eu não seja a pessoa mais indicada para classificar essa massa de dados. Há muita coisa que imaginei ser da área de Teoria Literária, Teoria da Cultura ou outras Teorias. Posso honestamente garantir que me esforcei para não falsear a visão dos fatos. Confesso também que as caracterizações [como elas se encontram feitas] não me agradam, pois elas mascaram os fatos.

Há mais trabalhos de sintaxe e fonologia do que se imagina, mas eles são autocaracterizados como lingüística indígena (descrição fonológica, sintática) ou, então, psicolingüística (aquisição da sintaxe, da fonologia). Não há nada que se caracterize ou que se identifique de maneira explícita com semântica ou pragmática. Mas muitos dos trabalhos estão impregnados de semântica e pragmática. Não, porém, de uma forma mais técnica e teoricamente centrada. (ênfase acrescida).

O autor prossegue apontando que a mesma indefinição pode ser encontrada nos resumos dos seminários da ANPOLL, dos congressos da ABRALIN, e nas programações e nos Anais do GEL.

Um excelente indicativo da confusão que paira sobre a questão da delimitação das subáreas dentro da lingüística é a grande divergência entre os estudiosos no que diz respeito à proximidade entre elas ou mesmo as possíveis relações hierárquicas. Enquanto para Orlandi (1996: 33) há uma “diferença fundamental” entre a pragmática e a análise de discurso, diferença esta que estaria ligada à “própria noção de discurso”, na ótica de Possenti (1996: 72), “A inclusão ou exclusão, em uma teoria do discurso, de pontos de vista da pragmática, da história ou da psicanálise não é obviamente uma questão simples: nem se deve crer que seja ditada pelos fatos, o que seria empirismo grosseiro, nem que seja ditada exclusivamente pela decisão do pesquisador de favorecer uma hipotética pureza teórica. Trata-se, em geral, de uma questão de política de conhecimento”. Há outros pesquisadores que preferem seguir uma certa tradição já consagrada que apela para a noção de contexto para separar a pragmática da semântica. É preciso acrescentar no entanto que a própria noção de contexto é um tanto complexa e cabeluda. Moura (1999) sintetiza bem o problema inerente à prática de dividir o bolo de significação entre a semântica e a pragmática com base no conceito de contexto. Em suas palavras, “A fronteira entre semântica e pragmática é normalmente traçada a partir da noção de contexto. A significação que depende de contexto é colocada no campo de pragmática; o problema é que uma definição precisa de contexto raramente é fornecida, e a divisão entre semântica e pragmática continua muito fluída.”(Moura 1999: 66). Na medida em que dão a entender que a subárea mais abrangente seria a análise de discurso (na qual pensar-se-ia a possibilidade ou não de incluir os pontos de vista da pragmática), Castilho e Altman (1994: 34) parecem entender a relação entre as duas áreas de forma exatamente oposta. Em suas próprias palavras, “Várias áreas de atuação se somaram ao “núcleo duro” da Fonética e da Fonologia, da Morfossintaxe e da Semântica, e hoje o

país conta com especialistas respeitáveis atuando na Sociolinguística, na Psicolinguística, na Linguística Indígena (ou Antropológica), na *Pragmática* (com seus ramos *Análise do Discurso*, *Análise da Conversação*, *Linguística do Texto*)” (ênfase acrescida). Dascal (1982: 20), por sua vez, entende que o estudo *lingüístico* do texto (a ênfase é do referido autor) “está intimamente ligada à temática da pragmática”. “Se ampliarmos,” diz ele (Dascal 1982: 21), “... a noção de ‘contexto de enunciação’ de modo a fazê-la conter também, o que parece natural, o contexto verbal (enunciados anteriores e posteriores) em que se insere o enunciado investigado, será fácil entrever como se liga a pragmática, enquanto investigação de todos os aspectos do ‘contexto’ que influem na interpretação de um enunciado, com o estudo do ‘texto’ (seqüência mais ou menos longa de enunciados).

Talvez a maior divergência entre os lingüistas que atuam na área de pragmática seja na questão da necessidade ou não de demarcar – e, se a resposta for “sim”, como traçar – a linha divisória entre a pragmática e a semântica. É bom lembrar, antes de mais nada, que até pouco tempo atrás, a palavra “pragmática” simplesmente não constava dos programas e nomes das disciplinas dos cursos de pós-graduação em lingüística nas universidades brasileiras. Tópicos como a teoria dos atos de fala, a teoria de conversação de Grice etc. que, quase unanimemente são considerados como estando dentro da alçada da pragmática se encontravam como parte do conteúdo da disciplina de semântica. No caso da Unicamp, a “emancipação” da pragmática como disciplina separada da semântica ocorreu relativamente recente – não obstante afirmativas como a de que “O crescimento da produção em campos como os da Psicolinguística, Semântica(s), Pragmática(s), linhas de investigação que desde a fundação da IEL [Instituto de Estudos da Linguagem, unidade que abriga o Departamento de Linguística na Unicamp] se prenunciavam fortes, acompanhou-se de significativa revisão – empírica e teórica – dos limites extensionais da análise lingüística e dos aspectos a ela pertinentes” (Altman, 1998: 219). Assim, na nota informativa sobre o departamento e seus cursos que consta do primeiro número dos *Cadernos de Estudos Lingüísticos* da Unicamp, não há sequer uma menção da palavra ‘pragmática’ e, das 29 dissertações de mestrado até então defendidas, apenas uma, a do Prof. João Wanderley Geraldí, ostenta a palavra em seu título *Se a Semântica fosse também Pragmática ... ou Para uma Análise Semântica dos Enunciados Condicionais* (Mesmo assim, o que o título efetivamente promete é um tratamento semântico do fenômeno sob enfoque).

Gomes de Matos (1982) observa a ausência da pragmática como disciplina na grande maioria dos programas de pós-graduação em todo o território nacional. As disciplinas mais compartilhadas eram, segundo o autor, fonologia, sintaxe, semântica, e teorias lingüísticas. Ao analisar as dissertações até então defendidas em 4 mestrados de universidades brasileiras – as universidades escolhidas foram a PUC-SP, a UFSC, a UFMG, e a UFPE, descobriu-se que, de todas as dissertações, apenas 2 lidavam com a pragmática, sendo uma da PUC-SP e a outra da UFPE.

É preciso deixar claro que, o que se verifica nas universidades brasileiras acerca da indefinição do conteúdo da pragmática enquanto disciplina autônoma é simplesmente um reflexo de uma tendência há muito em evidência na Europa e nos Estados Unidos. Trata-se da tendência de relegar a pragmática a um segundo plano, ou considerá-la como um apêndice da semântica. Na França, a escola que surgiu sob inspiração de Ducrot, chega a pleitear uma “pragmática integrada”, ou seja integrada à semântica (cf. Ducrot, 1977; Vogt, 1977). Do outro lado do Canal da Mancha, Kempson (1977) defende uma semântica bem mais “magra”, fiel às condições de verdade, implicações e acarretamentos lógicos etc. e, quase no desfecho do seu livro, confessa que “Não há dúvida de que a Cinderela deste livro tem sido a área de pragmática” (Kempson, 1977: 192). Aqui no Brasil, o livro de Ilari e Geraldi (1985) opta por uma divisão de bolo nessa mesma linha. Os fenômenos como sinonímia, antonímia, hiponímia e duplicidade de sentido são tratados como “temas semânticos mais tradicionais” (p. 41), ao passo que alguns fenômenos que são amplamente reconhecidos como pertencentes ao campo da pragmática (ver, por ex., Lobato 1987: 130) – tais como dêixis, atos de fala, implicaturas conversacionais, e até mesmo operadores argumentativos - são tratados sob o rótulo dos “fenômenos que demonstram a ‘presença do homem na língua’ ” (expressão devidamente creditada a Émile Benveniste). Cabe lembrar também que, ao se debruçar sobre alguns aspectos sintáticos da sentença imperativa no português brasileiro, Faraco (1986:14) chama a atenção para “um processo interessante de mudança lingüística no português – que poderíamos chamar tentativamente de especialização pragmática”.

A indefinição quanto à demarcação da linha fronteira entre os domínios da semântica e da pragmática também geraram algumas polêmicas interessantes. Em duas dessas, já bastante comentada na literatura, o presente autor teve participação. As duas polêmicas estão registradas nos seguintes conjuntos de três artigos cada: Rajagopalan (1983 a), Kato (1983), e Rajagopalan (1983 b); Ilari (1984/1987), Rajagopalan (1987), Ilari (1987a). A primeira polêmica

teve como ponto de discórdia os casos de verbos performativos no negativo, ao passo que a segunda se deu em relação às construções simétricas. Esses e outros autores deram vazão à constante preocupação no sentido de separar a semântica da pragmática, mesmo reconhecendo que os problemas se avolumavam de todos os lados. Houve também propostas mais categóricas e taxativas. Entre elas está a seguinte colocação de Perini (1985a: 46): “O estudo do significado literal é geralmente chamado “semântica”; o estudo dos fatores que modificam esse significado literal (para aqueles que colocam assim a questão) é colocado na “pragmática”. Perini se apressa para acrescentar o seguinte: “Não existe critério universalmente aceito para distinguir pragmática de semântica; e nenhum dos critérios correntes é realmente preciso”.

Com base em dados recolhidos nos *Cadernos de Estudos Lingüísticos* (CEL) da Unicamp, Altman (1998: 227) distingue 3 tendências nos estudos de significação. “Em última instância,” acrescenta a autora, “a pertinência da chamada dimensão pragmática da linguagem, na análise semântica das línguas naturais, pode ser apontada como o grande divisor das águas das principais orientações – e também das principais polêmicas – que surgiram nos CEL, durante o período”. A primeira tendência, segundo Altman, é centrada na análise gramatical e vê na pragmática “um papel marginal”. Pertencem a essa tendência Dascal (1982b), Ilari (1981, 1987), Francesconi (1982), Ilari e Mantoanelli (1983) e Gallego (1987). Como mote dessa tendência, Altman (1998: 227) cita as seguintes palavras de Ilari: “... o apelo a soluções pragmáticas [em muitos casos] vale por uma busca intuitiva, legítima, dos fatores que determinam as diferenças de leituras, e como maneira ilegítima de desobrigar-nos de representar tais fatores nas expressões produzidas pela sintaxe...” (Ilari, 1981: 57). A segunda tendência a que refere Altman também é centrada em categorias gramaticais porém “procura incorporar, à diferença da anterior, componentes pragmáticos na elaboração de uma teoria semântica”. (Altman, 1998: 228). Os trabalhos citados como representantes dessa tendência são: Vogt (1978), Guimarães (1985), Tfouni (1984) e Fuchs (1985). A terceira tendência “seria englobante em relação à sintaxe e à semântica” e, segundo Altman, tem como representantes Rajagopalan (1984, 1987), Parret (1984), Jacques (1985), Lorenz (1986) e Dascal (1986).

Os dados de Altman, utilizados no parágrafo anterior, se referem à revista da Unicamp (*Cadernos de Estudos Lingüísticos*). As polêmicas entre as três tendências por ela distinguidas também foram travadas tendo a revista *D.E.L.T.A* como palco. Müller (1988) e Ilari (1987) são exemplos disso. Aliás, no âmbito da revista *D.E.L.T.A.*, foram diversos os confrontos entre os

partidários de formalismo e aqueles que pleiteavam apelo a fatores externos incluindo contexto de enunciação, funções comunicativas etc. Essas polêmicas na verdade se confundem com as polêmicas sobre os respectivos méritos da semântica e da pragmática. É possível argumentar que a própria polêmica “formalismo vs. funcionalismo” tem muito a ver com a questão da pragmática compreendida sob um certo prisma. Trata-se da tendência de identificar a pragmática com tudo o que diz respeito ao uso da língua em oposição à gramática (leia-se sintaxe, acrescida de uma interpretação semântica). Uma vez colocada nesses termos, a demarcação entre a gramática da forma e a pragmática do uso (ou das funções) vai ser feita em uma das seguintes maneiras: (a) defendendo uma gramática enxuta, repleta de regras determinísticas com “output” satisfatório sempre garantido; à pragmática cabe, neste caso, explicar tudo o que não se explica na gramática (b) propondo uma gramática bastante ampla, “frouxa”, com muitas regras probabilísticas, heurísticas, e estocásticas; boa parte da pragmática é, dessa forma, incorporada à gramática.

A polêmica entre Perini (1985) e Kato (1985), logo no primeiríssimo número da *D.E.L.T.A.*, exemplifica o confronto entre as duas opções (a) e (b) acima referidas. Enquanto Perini defende uma “gramática adaptada para as necessidades de comunicação”, Kato prefere que os fatos analisados por Perini sejam analisados “como um fenômeno de uso”. Da mesma forma Naro e Votre (1989) advogam uma postura eminentemente funcionalista como alternativa à abordagem formal, a qual é rechaçada por Nascimento (1990) com base num argumento de que as duas propostas são incomensuráveis, argumento este que é reforçado por Dillinger (1991). Naro e Votre definem seu objetivo da seguinte forma: “A hipótese fundamental desta proposta é que do uso da língua – a comunicação na situação social – origina-se a forma da língua, com as características que lhe são peculiares, inclusive, diferentes graus de instabilidade associados a diferentes subsistemas. Isso supõe entender a língua como um objeto maleável, probabilístico, e não não-determinístico” (Naro e Votre, 1989: 169-70). Utilizando uma metáfora que é atribuída a Redford, Nascimento diz: “... uma perspectiva de uso da língua está para o manual do construtor assim como o gerativismo está para as leis que regulamentam as construções. Isso quer dizer que a teoria apenas estabelece os princípios segundo os quais uma sentença é ou não bem formada, sem nada dizer sobre os usos que o falante faz dentre as formas autorizadas pela teoria” (Nascimento, 1990: 95). Convém lembrar que a posição de Nascimento se assemelha à de Kato que, em sua resposta a Perini, argumentara que “As formas que Perini considera agramaticais são, dentro dessa concepção, vistas apenas como não-ocorrentes ou não produtivas. Como fenômenos de uso e

não de regra gramatical ...” (Kato, 1985: 119). Há, porém, uma importante diferença entre eles. Enquanto Nascimento considera formalismo e funcionalismo abordagens distintas e não necessariamente conflitantes entre si, Kato parece entender que há uma escolha a ser feita entre as duas alternativas. Por sua vez, Naro e Votre também não acreditam que a escolha entre as duas seja uma mera questão de gosto pessoal, mas sim algo a ser feito com base nos resultados concretos e mais satisfatórios – embora, diferentemente de Kato, sua preferência seja a favor da abordagem funcional.

Com base em Dik (1981), Neves (1994) contrapõe o paradigma formal (PFO) ao paradigma funcional (PFU) e explicita nada menos que 8 “tópicos de confronto” mais tarde “transfor[mando] sete desses tópicos em sete questões”. A questão sete, tal qual é elaborada por Neves (1994: 69), interessa à presente discussão.

Qual a relação entre a pragmática, a semântica e a sintaxe?

No PFO, a sintaxe é autônoma com respeito à sintaxe [sic – creio que trata-se de um erro de datilografia, a autora, ao que parece, quis dizer, semântica]; a sintaxe e a semântica são autônomas com respeito à pragmática; as prioridades vão da sintaxe à pragmática, via semântica.

No PFU, a pragmática é vista como o quadro abrangente no qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas. A semântica é instrumental em relação à pragmática e a sintaxe é instrumental em relação à semântica. Nessa visão não há lugar para uma sintaxe autônoma.

Em trabalho publicado dois anos mais tarde, a autora coloca a questão nas seguintes palavras: “Na gramática funcional, noções ‘pragmáticas’ – relativas às escolhas que o falante faz para distribuir a informação de seu enunciado – são entendidas como internas à gramática. Essa visão, que necessariamente relaciona padrões discursivos a padrões gramaticais, faz uma integração da pragmática na gramática” (Neves, 1996: 34). Cabe salientar que os formalistas rechaçam qualquer tentativa de incorporar fatores pragmáticos à gramática. A primeira pergunta que foi feita a Chomsky após sua conferência “Novos horizontes no estudo da linguagem” proferida no Rio de Janeiro em dezembro de 1996 foi “Por que o senhor parou de usar o termo sintaxe?” (cf. Chomsky, 1997: 73). Em sua resposta, Chomsky diz, entre outras coisas, o seguinte:

Em minha opinião praticamente tudo o que se denomina semântica é sintaxe. Tem a ver com alguma coisa que está passando dentro da cabeça. Com representações internas que são objetos simbólicos e como interagem e assim por diante. [...] as pessoas que estivessem trabalhando com a verdadeira semântica estariam falando da relação entre o que está na cabeça e o que está lá fora no mundo, as coisas sobre as quais as pessoas falam. Quase ninguém trabalha sobre isso. É um problema muito difícil. Aquilo com que as pessoas trabalham é a relação entre o que está dentro da cabeça e a maneira como é interpretado.

Voltando ao artigo de Neves, a autora concorda com Nascimento (1990) que “não cabe considerar uma ou outra como melhor opção, pelo simples fato de que cada uma tem diferente objeto de estudo, e, a partir daí, diferentes pressupostos, objetivos, e metodologia”. Contrariamente à situação verificada com respeito a Kato e Naro / Votre, onde ambos estão de acordo sobre a necessidade de se fazer uma escolha, mas divergem quanto à escolha, Nascimento e Neves não vêem a necessidade de conflito de interesses entre formalismo e funcionalismo, embora cada um tenha sua preferência por uma das opções teóricas distintas. De modo geral, os pesquisadores que pleiteiam pluralismo na lingüística concordam com Nascimento e Neves sobre a possibilidade de convivência pacífica e harmoniosa entre abordagens diferentes. Franchi (1994) e Borges Neto (1996) são exemplos ilustrativos. Borges Neto (1996: 5-6) defende a tese de complementaridade entre as diferentes “visadas” da seguinte forma: “Dado o grande número de relações que a linguagem mantém, não temos condições de decidir por onde é que vamos começar a abordá-la. Toda abordagem proposta vai [ser] sempre parcial e arbitrária. A palavra de ordem aqui é *escolha*. E escolher implica em deixar algo de fora”.

De qualquer forma, é fato inegável que os simpatizantes da corrente funcionalista recorrem com frequência à pragmática, como pode ser facilmente constatada por uma consulta à bibliografia representativa (cf. Mollica, 1994: 79; Brito: 1994:80). Alguns analistas de texto também reconhecem a importância de considerações pragmáticas em seu trabalho. Diz Martins (1993: 253): “Os pré-requisitos de coerência de um texto ou discurso [passam por] relações que são de natureza pragmática, embora, dependendo da análise, se passam priorizar outros níveis de relação como o semântico”. Em entrevista concedida a Dutra (1993), Sandra Thompson reforça uma certa caracterização da pragmática segundo a qual ela deve se voltar a unidades maiores que a

sentença. Em resposta a uma pergunta a respeito da tendência de usar o termo ‘análise do discurso’ como sinônimo a todas as análises que envolvem aspectos pragmáticos, a lingüista norte-americana diz o seguinte: “Há muita gente trabalhando já há algum tempo em pragmática. Acontece que há várias pessoas aqui que, embora se digam interessadas em pragmática, estão trabalhando unicamente ao nível da sentença isolada. Inventam sentenças e discutem essas sentenças à luz dos atos de fala, discutem seu significado e os contextos em que podem ser usadas. Eu acho esse enfoque um tanto limitado, porque não se observa o contexto real, de fato, desses dados lingüísticos ... esse não é enfoque empirista.” (Dutra, 1993: 218). A importância de analisar dados autênticos também foi ressaltada por Mollica e Roncarati (1991).

Se a preocupação no sentido de trabalhar com dados recolhidos da vida realmente vivida pelos usuários de língua e não inventados pela imaginação fértil dos pesquisadores une a pragmática às áreas como análise de discurso, análise conversacional, lingüística de texto, e sociolingüística, é de se esperar que os pesquisadores que se interessam pela pragmática também se interessem pelas questões que são tratadas sob o rótulo de “lingüística aplicada”. É interessante mencionar a esse respeito que a recém publicada *Concise Encyclopedia of Pragmatics* (Mey, 1998) contém verbetes como ‘Lingüística aplicada’, ‘Lingüística aplicada – sociolingüística’, ‘Educação em Black English em Reino Unido/ nos Estados Unidos’, ‘Discurso’, ‘Análise de discurso e literatura’, ‘Discurso, ideologia e literatura’, ‘Lingüística emancipatória’, ‘Etnografia de fala’, ‘Functional sentence perspective’, ‘Linguagem e poder’, ‘Gramatologia’, ‘Interlíngua’, ‘Linguagem como realidade social’, ‘Linguagem e sociedade’, ‘Língua para fins específicos: pedagogia’, ‘Métodos de ensino de língua’, ‘Imperialismo lingüístico’, ‘Pragmática literária’, ‘Sociolingüística’, e ‘Lingüística de texto’, entre outros assuntos. A grande variedade de assuntos tratados é prova de que a pragmática mantém vínculos com muitas outras disciplinas, assim como muitas das demais subáreas dentro da lingüística. Uma rápida consulta ao livro de resumos das comunicações apresentadas durante o 6º Congresso Internacional de Pragmática em Reims, França, em 1998, evidencia o crescente número de pesquisadores na área, assim como a grande variedade de questões que os atraem. Por sinal, o tema central escolhido para o referido congresso foi ‘Ideologia’.

Os possíveis pontos de encontro entre a pragmática e a lingüística aplicada, ambas definidas em termos amplos, foram sinalizados nas seguintes palavras de Mey (1993:286), que pede que a pragmática fique cada vez mais voltada às questões de interesse social:

A questão de uma pragmática socialmente sensível é intimamente ligada à relação entre a lingüística como uma 'ciência pura' e a prática de lingüística enquanto aplicada ao uso da linguagem pelas pessoas, ao que elas 'fazem com as palavras', para usar uma fórmula que está à beira de se tornar banal. Tradicionalmente, essa cisão na lingüística se redundou numa divisão da disciplina em duas alas principais que parecem não conseguir conversar entre si: a lingüística teórica e a lingüística aplicada.

Para Mey, uma pragmática socialmente sensível conseguiria superar a distância entre a parte teórica e a parte aplicada. Tentativas como as de Mey, como também as de Cameron et al. (1993), Rampton (1995, 1997), Fairclough (1989, 1992) de interrogar a lingüística teórica, procurando torná-la eticamente responsável e consciente das suas implicações ideológicas estão abrindo novos caminhos para os pesquisadores em pragmática. Com base nas propostas de Hymes (1980), Rampton argumenta que a própria atividade de construir teorias é algo que se processa no mundo real (cf. Rajagopalan, 1999a & b). As seguintes palavras de Pennycook (1998: 24) são bastante eloqüentes:

Como lingüistas aplicados, estamos envolvidos com linguagem e educação, uma confluência de dois dos aspectos mais essencialmente políticos da vida. Na minha visão, as sociedades são desigualmente estruturadas e são dominadas por culturas e ideologias hegemônicas que limitam as possibilidades de refletirmos sobre o mundo e, conseqüentemente, sobre as possibilidade de mudarmos esse mundo.

À guisa de conclusão, podemos dizer com segurança que a pragmática já se encontra numa fase bastante amadurecida. A indefinição quanto às suas linhas de fronteira não pode ser atribuída à falta de consolidação da área nos meios acadêmicos. Ao que parece, a indefinição é algo típico da própria natureza dessa subárea da lingüística. Em sua introdução à coletânea de textos em pragmática, Dascal (1982: 7) chega a dizer que “uma das preocupações fundamentais dos ‘pragmaticistas’ é a de justificar a inclusão de um componente pragmático na teoria da linguagem”. Ou seja, não muito tempo atrás os pesquisadores que enveredavam pelo caminho da pragmática se viam na necessidade de se desculpar e reivindicar seu lugar junto com seus colegas que trabalhavam nas áreas supostamente mais nobres. Já se foi aquele tempo. Curiosamente, numa conferência proferida apenas 2 anos após a publicação do referido livro, Castilho (1984) faz um apanhado geral dos trabalhos

desenvolvidos nos quinze anos anteriores sob a égide do GEL (Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado do GEL) e observa que um dos três centros de interesse dos pesquisadores é “o da Pragmática e da Lingüística do Texto, nisto que parece configurar uma ruptura com os paradigmas vigentes e o começo de uma nova revolução na Lingüística, com expansão de seus domínios para as áreas cobertas até aqui por outras disciplinas, tais como a Teoria e a Crítica Literária, a Estilística, a Retórica, a velha Filologia.” (Castilho, 1984: 13). Trata-se, portanto, de duas tendências opostas, uma de submissão e apologia, notada por Dascal, e a outra, de desafio e confronto, identificada por Castilho.

A futurologia é sempre um empreendimento arriscado, já que não se dispõe de nenhuma bola de cristal confiável. Mas, se dicas que o momento presente nos oferece querem dizer alguma coisa, dir-se-á que a pragmática poderá vir a ser a única ponte para estabelecer diálogos frutíferos com as disciplinas conexas, como já previam as palavras de Castilho.

Agradecimento

Sou grato ao CNPq pela bolsa-pesquisa n.º 306151/88-0.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTMAN, C. (1998) *A Pesquisa Lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas.
- BORGES NETO (1996) O pluralismo teórico na lingüística. *Estudos Lingüísticos*, XXV (Anais do GEL): 4-17.
- BRITO, C. (1994). Uma proposta funcionalista. *Boletim da ABRALIN*, 15: 80-87.
- CAMERON, D. et al. (1993) Ethics, advocacy and empowerment: issues of method in researching language. *Language and Communication*, 13: 81-94.
- CASTILHO, A. T. de (1984). Quinze anos de Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo. *Estudos Lingüísticos*, IX (Anais do GEL): 10-20.
- ____ & M.C.F.S. ALTMAN (1994) Para a história da Associação Brasileira de Lingüística. *Boletim da ABRALIN*, 16: 21-37.
- CHOMSKY, N. A. (1997) Chomsky no Brasil. *D.E.L.T.A.*, 13. n.º Especial.
- DASCAL, M. (1982a) Introdução. *Pragmática. Parte IV. Fundamentos Metodológicos da Lingüística*. Unicamp: 7-22.
- ____ (1982b). Começemos a acabar de começar. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 3. Unicamp: 126-186.
- ____ (1986) A relevância do mal-entendido. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, II. Unicamp: 199-217.

- DIK, S. (1981) *Funcional Grammar*. Dordrecht-Holland: Foris Publications.
- DILLINGER, M. (1991) Forma e função na lingüística. *D.E.L.T.A.*, **7**, 1: 395-407.
- DUCROT, O. (1977) *Dizer e Não Dizer: Princípios da Semântica Lingüística*. Trad. bras. São Paulo: Ed. Cultrix.
- FARACO, C. A. (1986) Considerações sobre a sentença imperativa no português do Brasil. *D.E.L.T.A.*, **2**: 1-15.
- FAIRCLOUGH, N. (1989) *Language and Power*. Londres: Longman.
- _____ (1992) *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity.
- _____ (1995) *Critical Discourse Analysis*: Londres: Longman.
- FRANCESCONI, C. (1982) Further evidence for a compositional nature of aspects. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **3**. Unicamp: 92-125.
- FRANCHI, C. (1994) Lingüística no Brasil: o pluralismo necessário. Conferência proferida no 1º Congresso Internacional da ABRALIN.
- FUCHS, C. (1985) A paráfrase lingüística – equivalência, sinonímia ou reformulação? *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **8**. Unicamp: 129-133.
- GALLEGO, M. (1987) Um exemplo de modelo intencional. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **12**. Unicamp: 25-41.
- GAZDAR, G. (1979) *Pragmatics: Implicature, Presupposition, and Logical Form*. Nova Iorque: Academic Press.
- GERALDI et al. (1985) Operadores de argumentação e diálogo. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **9**. Unicamp: 143-157.
- GOMES DE MATOS, F. (1982) Pós-graduação em Lingüística no Brasil: orientações curriculares e output (dissertações). *Boletim da ABRALIN*, **3**: 81-87.
- GUIMARÃES, E. (1983) Sobre alguns caminhos da pragmática. *Série Estudos*, **9**. *Sobre Pragmática*: 15-29.
- _____ (1985) Não só ... mas também – polifonia e argumentação. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **8**. Unicamp: 79-107.
- HYMES, D. (1980) Speech and language: on the origins of and foundations of inequality among speakers. In: *Language in Education: Ethnolinguistic Essays*. Washington: Center for applied Linguistics: 19-61.
- ILARI, R. (1981) Os reflexivos e a interpretação dos prossintagmas. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **2**. Unicamp: 56-156.
- _____ (1983/1987) Dos problemas de imperfeita simetria. *Ensaio Lingüísticos*, **9**. 1983: 94-120. Republicado em *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **13**. Unicamp. 1987: 49-65.
- _____ (1987a) O que fazer quando ‘2+3’ não é igual a ‘3+2’: a semântica e a pragmática das construções simétricas em língua natural. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **13**. Unicamp: 97-105.
- _____ (1987b) Algo mais sobre não só mas também. *D.E.L.T.A.*, **3**: 111-5.
- ILARI, R. e GERALDI, J.W. (1985) *Semântica*. São Paulo: Ed. Ática.

- ILARI, R. e I. MANTOANELLI (1983) As formas progressivas do português. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **5**. Unicamp: 27-60.
- JACQUES, F. (1985) Do dialogismo à forma dialogada. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **9**. Unicamp: 23-48.
- LORENZ, K. (1986) A intencionalidade e sua dependência da linguagem. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **11**. Unicamp: 57-64.
- KATO, M. A (1983) A determinação da força ilocucionária de construções com performativo no negativo: réplica a Rajagopalan. *Série Estudos*, **9**. *Sobre Pragmática*: 39-45.
- ____ (1985) A complementaridade dos possessivos e das construções genitivas no português coloquial – réplica a Perini. *D.E.L.T.A.*, **1**. n.º **1 e 2**: 107-120.
- KEMPSON, R. (1977) *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LOBATO, L. (1987) Resenha do livro *Semântica* por Ilari e Geraldi. *D.E.L.T.A.*, **3.1**: 127-135.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAUTNER, T. (org.) (1996) *Penguin Dictionary of Philosophy*. Londres: Penguin Books.
- MARCUSCHI, L.A. (1996). Perspectivas da pesquisa lingüística no Brasil. *Boletim da ABRALIN*, **19**:15-25.
- MARTINS, E. J. (1993) Uma perspectiva pragmática de análise de texto. *Boletim da ABRALIN*, **14**: 253-59.
- MEY, J.L. (1993) *Pragmatics*. Oxford: Blackwell.
- ____ (1998) *Concise Encyclopedia of Pragmatics*. Oxford: Elsevier.
- MOLLIÇA, M.C. (1994) Funções diferentes de ‘variantes’ ou equivalência semântico-funcional em variação. *Boletim da ABRALIN*, **15**: 74-79.
- ____ e RONCARATI, C. (1991) Enfoques sobre amostragem em sociolingüística. *D.E.L.T.A.*, **7.2**: 521-8.
- MOURA, H.M de M. (1999) *Significação e Contexto: Uma Introdução a Questões de Semântica e Pragmática*. Florianópolis, SC: Ed. Insular.
- MÜLLER, A.L. de P. (1988) Semântica formal versus pragmática. *D.E.L.T.A.*, **4.2**: 183-192.
- NARO, A e VOTRE, S.J. (1989) Mecanismos funcionais do uso da língua. *D.E.L.T.A.*, **5.2**: 169-184.
- NASCIMENTO, M. do (1990) Teoria gramatical e ‘mecanismos funcionais do uso da língua’. *D.E.L.T.A.*, **6.1**: 83-98.
- NEHRlich, B. e CLARKE, D.D. (1996) *Language, Action, and Context: The Early History of Pragmatics in Europe and America, 1780-1930*. Amsterdam: John Benjamins.
- NEVES, M.H.de M. (1994) A gramática funcional. *Boletim da ABRALIN*, **15**:

67-73.

- ____ (1996) A gramática de usos é uma gramática funcional. *Boletim da ABRALIN*, **19**: 27-38.
- ORLANDI, E. P. (1996) Exterioridade e ideologia. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **30**: 27-33.
- PARRET, H. (1984) Pragmática. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **7**. Unicamp: 39-51.
- PENNYCOOK, A. (1998) A lingüística aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In: I. SIGNORINI & M. C. CAVALCANTI (orgs.) *Lingüística Aplicada e Transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras: 23-50.
- PERINI, M. (1985a) *Para Uma Nova Gramática do Português*. São Paulo: Ed. Ática.
- ____ (1985b) O surgimento do sistema possessivo do português coloquial: uma interpretação funcional. *D.E.L.T.A.*, 1. n.º 1 e 2: 1-16.
- POSSENTI, S. (1996) Pragmática na análise do discurso. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **30**: 71-84
- RAJAGOPALAN, K. (1983 a) Sobre a eficácia comunicativa dos verbos performativos no negativo. *Série Estudos*, **9**. *Sobre Pragmática*: 30-38.
- ____ (1983 b) O caso de verbos performativos no negativo: semântica ou pragmática? - Tréplica a Mary Kato. *Série Estudos*, **9**. *Sobre Pragmática*: 46-65.
- ____ (1984) A note on His Majesty's baldness. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **6**: 219-227.
- ____ (1987) Quando "2+3" não é igual a "3+2": a semântica e a pragmática das construções simétricas em língua natural'. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **13**. Unicamp: 67-96.
- ____ (1996) Pragmática – uma vista aérea. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **30**: 5-7.
- ____ (1999a) Tuning up amidst the din of discordant notes: on a recent bout of identity crisis in applied linguistics. *International Journal of Applied Linguistics*, **9**. n.º 1: 99-119.
- ____ (1999b) Critical approaches and their *raison d'être*: a rejoinder to Brumfit and Widdowson. *International Journal of Applied Linguistics*, **9**. n.º 1: 127:134.
- RAMPTON, B. (1995) Policies and change in research in applied linguistics. *Applied Linguistics*, **16** (2): 233-56.
- ____ (1997) Retuning in applied linguistics. *International Journal of Applied Linguistics*, **7** (1): 3-25.
- TFOUNI, (1984) O resgate de identidade – investigação sobre o uso da

modalidade por adultos não-alfabetizados. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 7. Unicamp: 59-76.

VOGT, C. (1977) *O Intervalo Semântico*. São Paulo: Ed. Ática.

_____ (1978) Indicações para uma análise semântico-argumentativa das conjunções “porque”, “pois” e “já que”. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 1. Unicamp: 35-50.

_____ (1983) Pragmática: o rosto e a máscara da linguagem. *Série Estudos*, 9 *Sobre Pragmática*: 7-14.

AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM: UMA RETROSPECTIVA DOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS
(Language Acquisition: A Survey of the Research of the Last Thirty Years)

Letícia Maria Sicuro CORREA (*PUC-Rio*)

Abstract: A survey of the research on language acquisition is presented, in which the major trends, controversies and findings of the last 30 years are highlighted. The study of language acquisition carried out in Brazil is situated within the broader context of the research in this area. The perspectives of a theory of language acquisition are considered.

Key-words: Language acquisition; Linguistic development

Palavras-chave: Aquisição da linguagem; Desenvolvimento lingüístico

0. Introdução

Este artigo apresenta uma retrospectiva do estudo da aquisição da linguagem, situando a pesquisa em Aquisição da Linguagem conduzida no Brasil nos últimos 30 anos nos desenvolvimentos teóricos desse campo, que tomaram forma em meados deste século.

A aquisição da linguagem apresenta-se como uma questão fundamental na Teoria Lingüística e no estudo da cognição humana. O estudo da aquisição da linguagem visa a explicar de que modo o ser humano parte de um estado no qual não possui qualquer forma de expressão verbal e, naturalmente, ou seja, sem a necessidade de aprendizagem formal, incorpora a língua de sua comunidade nos primeiros anos de vida, adquirindo um modo de expressão e de interação social dela dependente.

O material empírico de que esse estudo dispõe são dados da produção, da percepção e da compreensão de enunciados lingüísticos por crianças, obtidos em condições naturais ou experimentais. O estudo de casos excepcionais em condições adversas é também da maior relevância, dado que esses casos permitem que se considerem as condições necessárias para que o processo de aquisição da linguagem transcorra sem ser significativamente alterado.

Toda criança é, em princípio, capaz de tomar a língua de sua comunidade como língua materna e de adquirir simultaneamente mais de uma língua. A

aquisição de cada língua irá requerer a identificação de seu sistema fonológico, sua morfologia, seu léxico, o que há de peculiar em sua sintaxe e no modo como relações semânticas se estabelecem. Diante da variabilidade das línguas, a criança terá de lidar com uma série de variáveis nessa identificação. A despeito disso, o processo de aquisição da linguagem apresenta um padrão de desenvolvimento, em grande parte, comum aos diferentes indivíduos nas diferentes línguas, o que remete àquilo que, na linguagem, é comum à espécie humana. Cabe a uma teoria da aquisição da linguagem explicar esse fato, considerando de que modo a aquisição de uma língua específica pode elucidar o processo pelo qual a aquisição espontânea de qualquer língua humana se realiza. Uma teoria da aquisição da linguagem pode, portanto, ser concebida como um modelo da dinâmica desse processo. Essa teoria deverá caracterizar o modo como a criança lida com o material lingüístico de que dispõe, extraindo dele informação relevante sobre a língua em questão, e explicar de que forma esse processo se faz viável para qualquer língua.

O desenvolvimento de uma teoria da aquisição da linguagem faz supor uma concepção ou modelo do estado estável do desenvolvimento a ser atingido e do estado inicial desse processo. Não há, contudo, no estudo da aquisição da linguagem, total consenso quanto ao modo de se conceberem os estados inicial e “final”. Isso se deve, por um lado, à duplicidade de objetos a que o termo linguagem pode remeter – língua e forma de expressão verbal, o que dá margem a diferentes modos de se conceber o problema de aquisição. Por outro lado, as divergências decorrem do confronto de diferentes tradições ou posturas epistemológicas no tratamento de um problema interdisciplinar.

A Teoria Lingüística¹, de orientação racionalista, parte do pressuposto de um estado inicial formulado em termos de uma Gramática Universal (GU) – correlato lingüístico do tipo de programação biológica tida como necessária para que línguas apresentem as propriedades que as definem e sejam adquiridas num período de tempo relativamente curto. O estudo da aquisição da linguagem no contexto do desenvolvimento da criança, apoiado numa concepção empirista de aquisição de conhecimento, tende a pressupor menos informação especificamente lingüística, ou seja, maior indeterminação quanto à forma das línguas a serem adquiridas no estado inicial do processo.

¹ O termo Teoria Lingüística remete aqui à vertente da Lingüística que visa a explicar o fato de línguas humanas serem adquiridas mais do que a prover descrições lingüísticas satisfatórias para outros fins. Até então, é a Lingüística Gerativista, mais especificamente na corrente chomskyana, que se tem colocado tal meta.

Existem, ainda, dificuldades operacionais para uma aproximação com a Teoria Lingüística por parte daqueles que, no âmbito das ciências cognitivas, não se dedicam diretamente ao desenvolvimento de um modelo formal de língua, independentemente de seu posicionamento epistemológico. Modelos formais tendem a ser de grande complexidade e muitas das soluções encontradas para problemas descritivos apresentam-se pouco ou não motivadas.² Grande parte do estudo do processo de aquisição da linguagem desenvolve-se, pois, de forma praticamente independente da Teoria Lingüística, ainda que a incorporação de uma teoria de língua numa teoria da aquisição da linguagem seja necessária. Na ausência de consenso quanto ao modo de se conceber a língua a ser adquirida e o ponto de partida do processo de aquisição tem havido mais divergência do que convergência em direção a um corpo teórico coerente, ao longo de cerca de meio século de pesquisa nessa área.

Pode-se, não obstante, vislumbrar o início da reversão desse quadro. Evidências empíricas provenientes de resultados da pesquisa psicolingüística e em áreas afins têm contribuído para tornar menos ideológica a discussão relativa à autonomia da língua no conjunto da cognição humana. Dados da percepção da fala por bebês (cf. Juckzyk, 1997) requerem que se atribua ao estado inicial do processo de aquisição da linguagem pelo menos um aparato perceptual especializado para o tratamento do material lingüístico. Indivíduos com deficiências cognitivas profundas, de origem genética ou congênita, que mantêm sua capacidade lingüística preservada, de um lado (Bellugi et al, 1993; Curtiss, 1981; Smith & Tsimpli, 1995), e a existência de déficits especificamente lingüísticos no desenvolvimento, de outro (Bishop, 1998), sustentam a hipótese da especialização de domínios cognitivos. As perdas seletivas na afasia (Grodzinky, 1990; Swinney & Zurif, 1995) sugerem, ainda, haver especialização não apenas entre domínios cognitivos como no próprio domínio da língua. E a robustez do processo de aquisição de uma língua materna em condições socialmente adversas permite que se restrinjam as condições necessárias para o desenvolvimento lingüístico (Skuse, 1993). Com isso, a necessidade de se conceber uma programação biológica específica para a língua e para sistemas perceptuais dedicados ao processamento de material lingüístico revela-se hoje

² O comentário de Chomsky é ilustrativo desse ponto: "We ask how much of what we are attributing to the faculty of language is really motivated by empirical evidence, and how much is a kind of technology, adopted in order to present data in a convenient form while covering up gaps of understanding. Not unfrequently, accounts that are offered in technical work turn out on investigation to be of roughly the order of complexity of what is to be explained, and involve assumptions that are not independently very well-grounded. (...)" (Chomsky, 1997, p.9-10).

de forma mais clara do que em meados desse século.

Os desenvolvimentos recentes no âmbito da Teoria Lingüística, por sua vez, tendem a facilitar uma maior aproximação entre esta e o estudo do processo de aquisição da língua. Um modelo de GU formulado em termos de princípios universais e de parâmetros com um número fixo de valores possíveis facilita a formulação de hipóteses acerca do que se apresenta à criança como problema de aquisição (Chomsky, 1981; 1986). Em sua formulação mais recente (Chomsky, 1995; 1997), essa teoria passou a levar em conta a necessidade de caracterizar níveis de interface entre língua e sistemas de desempenho no modelo de língua interna (língua-I, de interna e intensional, Chomsky, 1986) a ser tomado como representativo do estado estável do processo de aquisição. Considera-se a possibilidade mesma de estes sistemas influenciarem a forma como expressões lingüísticas se apresentam, ao definirem-se condições de legibilidade dos níveis de interface (Chomsky, 1997). Essa concepção contempla, de certo modo, a idéia de um “funcionalismo” perceptual há muito intuída por Bever (1970 a; b) (cf. 4), ao discutir a relação entre língua e sistemas perceptuais. Paralelamente, uma versão alternativa de GU, nos termos da chamada Teoria da Otimidade (Prince & Smolensky, 1993; McCarthy & Prince, 1993 apud Kager, 1999), fornece um modelo menos determinístico do estado inicial, tornando-se mais aceita por parte das correntes inicialmente mais refratárias à idéia de inatismo no estudo do desenvolvimento lingüístico. De qualquer forma, persiste a divergência quanto ao grau de indeterminação do estado inicial, o que remete a diferentes tipos de teorias de aquisição.

O estudo da aquisição da linguagem conduzido no Brasil inscreve-se nesse contexto teoricamente diversificado e assume direcionamentos próprios. Esse estudo teve início na década de 70, no auge da polêmica em relação à chamada hipótese inatista (Chomsky, 1965) e ao grau de autonomia a ser atribuído ao desenvolvimento lingüístico em face dos demais aspectos da cognição. De modo a situar a pesquisa em Aquisição da Linguagem conduzida no Brasil no curso do desenvolvimento de uma teoria da aquisição da linguagem é necessário, pois, percorrer a trajetória desse campo de investigação e buscar entender o porquê de muito da controvérsia em torno do modo de caracterizar o processo de aquisição da linguagem.

A presente retrospectiva parte do problema da aquisição da linguagem formulado na Teoria Lingüística e apresenta as principais direções tomadas pelo estudo do processo de aquisição da linguagem a partir dessa formulação. A principal controvérsia no que concerne à aquisição da linguagem, qual seja,

o quanto de informação relativa à forma das gramáticas das línguas humanas atribuir ao programa biológico que caracteriza o estado inicial do processo de aquisição, manifesta-se no modo como a relação entre desenvolvimento lingüístico e cognitivo é abordada, no modo como a relação entre sintaxe e semântica no desenvolvimento lingüístico é concebida, na formulação de hipóteses acerca das condições ambientais ou interpessoais tomadas como necessárias para a aquisição de uma língua e na natureza dos procedimentos de aquisição propostos. Nesse artigo, cada um desses pontos será focalizado. Apresentar o percurso teórico do estudo da aquisição da linguagem sob uma perspectiva histórica e temática é, entretanto, proposta ambiciosa para os limites de um artigo. Não se deve, pois, esperar aprofundamento dos temas levantados, nem uma revisão por sub-áreas específicas. A razão de insistir-se numa caracterização abrangente, ainda que não exaustiva e, até certo ponto superficial, dos desenvolvimentos da pesquisa em aquisição da linguagem reside na carência de um material de leitura que facilite ao leitor pouco familiarizado com o campo uma rápida inserção na trajetória multidirecionada do mesmo.

O objetivo deste artigo é, pois, prover um mapa teórico básico (na medida do possível não tendencioso), para que o leitor tenha uma visão panorâmica do estudo da aquisição da linguagem nos últimos 30 anos. Espera-se que ele venha a ser capaz de identificar algumas das principais questões que essa pesquisa vem tentando responder, assim como a perspectiva teórica subjacente a estudos sobre tópicos específicos que venha a encontrar. Espera-se, em particular, que possa posicionar o estudo da aquisição da linguagem conduzido no Brasil no desenvolvimento de uma teoria da aquisição da linguagem. Visa-se, com isso, não só motivar o leitor a agregar-se aos poucos que, neste país, se dedicam a essa área, como facilitar-lhe uma inserção nesse campo de investigação que não fique restrita aos termos de uma dada abordagem.

1. O problema lógico da aquisição da linguagem e o contexto em que foi formulado

A pesquisa em Aquisição da Linguagem tomou impulso com a formulação do problema lógico aquisição da linguagem pela Lingüística Gerativista. Esta, ao apresentar um modelo formal de gramática como modelo da competência lingüística de um falante/ouvinte abstrato, defrontou-se com a tarefa de explicar o fato de gramáticas (línguas) serem identificadas (num conjunto de gramáticas possíveis) a partir de um subconjunto das expressões por elas geradas, num período de tempo relativamente curto. A formulação desse problema levou a

Teoria Lingüística a conceber restrições à forma das gramáticas de línguas naturais como parte da dotação biológica característica da espécie humana, o que é formalizado como Gramática Universal (GU) (Chomsky, 1965). O problema da aquisição da linguagem é, portanto, originalmente concebido como um problema de identificação (no sentido de seleção de uma língua num conjunto de línguas possíveis) da língua materna pela criança.

Em função dos desenvolvimentos associados à chamada revolução cognitiva de meados desse século (cf. Gardner, 1986)³, a formulação do problema lógico da aquisição da linguagem pela Lingüística Gerativista despertou interesse no processo de aquisição, o qual passou a ser abordado por diferentes frentes: pela então emergente Teoria da Aprendibilidade⁴, vinculada à Teoria das Gramáticas Formais ou Lingüística Matemática (ambas constituídas no contexto da Lingüística Gerativista), pela Psicologia do Desenvolvimento e pela Psicologia Cognitiva, particularmente no ramo que se constituiu como Psicolingüística a partir dos anos 60.

2. A concepção formal da aquisição da linguagem e o estudo do processo a partir de GU

De um ponto de vista abstrato, o processo de aquisição da linguagem foi considerado inicialmente pela Teoria da Aprendibilidade (Gold, 1967 apud Pinker, 1979; Hamburger & Wexler, 1973; 1975; Pinker, 1979; 1989), que formula hipóteses sobre as propriedades a serem atribuídas a sistemas formais para que estes sejam identificados por um dado procedimento de aprendizagem (também definido abstratamente), em condições específicas (tais como, a presença ou ausência de feedback positivo ou negativo e a presença ou ausência de evidência negativa nos dados lingüísticos primários) (cf. Culicover, 1976).

Essa pesquisa demonstrou, por exemplo, que os modelos de gramática de línguas naturais então concebidos não apresentavam línguas passíveis de serem identificadas por um procedimento com propriedades também atribuíveis

³ Esses desenvolvimentos incluem o tratamento de processos cognitivos em termos de processamento de informação no âmbito da Psicologia Cognitiva, o desgaste do paradigma behaviorista, afetando diretamente a Psicologia do Desenvolvimento, e o surgimento de uma Teoria de Gramáticas Formais vinculada à Teoria da Computação.

⁴ Aprendibilidade é um termo cunhado a partir do inglês *learnability* e remete às propriedades a serem atribuídas a um sistema formal de gramática para que este possa ser identificado num conjunto de gramáticas formais, a partir de um subconjunto das expressões ou sentenças por ele geradas, tendo-se definido um dado procedimento de aprendizagem.

ao procedimento humano de aquisição da primeira língua. Ou seja, por um procedimento de aprendizagem que não tem acesso ao conjunto de sentenças já processadas ao lidar com uma nova sentença ou expressão da língua (e sim à gramática da língua), que não se baseia em evidência negativa e é insensível a feedback negativo imediato quanto à forma, como sugerem observações sobre o papel da correção explícita do adulto à forma dos enunciados produzidos por crianças (cf. Ingram, 1989).

Fora dessa abordagem estritamente formal, o estudo da aquisição da linguagem vinculado à Teoria Lingüística nos anos 70 apresentava uma vertente preocupada em formular hipóteses sobre o processo de aquisição levando em conta, diretamente, dados do desempenho lingüístico de crianças. Buscava-se, para isso, avaliar sua competência lingüística por meio de experimentos de compreensão (cf. artigos apresentados na coletânea de Tavakolian, 1981, como representativos dessa abordagem). Esse tipo de abordagem não se revelou, contudo, dos mais produtivos. Por um lado, a concepção de gramática da época $\frac{3}{4}$ gramática como sistemas de regras, fazia com que o problema da aquisição de uma língua fosse concebido como de aquisição de suas regras (tais como relativização e apassivação), concepção esta que se revelou equivocada (cf. Chomsky, 1981). Por outro lado, a análise e interpretação dos dados do desempenho lingüístico da criança encontrava uma série de dificuldades. Esses dados eram tomados como reflexo da competência lingüística da criança, sem que a mediação entre esta e sistemas de desempenho fosse considerada. Alterações no desempenho lingüístico eram, então, entendidas como alterações no estado da competência lingüística e processos maturacionais autônomos, no domínio de GU, apresentavam-se como explicação privilegiada para tais alterações. (cf. Corrêa, 1996).

Os desenvolvimentos no âmbito da Teoria da Aprendibilidade nos anos 70 contribuíram para que a Teoria Lingüística chegasse a um modelo de GU formulado em termos de princípios universais e parâmetros (como, por exemplo, a posição do complemento em relação a um núcleo lexical) cujos valores seriam fixados (dentro um conjunto de valores preferencialmente binários) a partir do contacto da criança com uma dada língua (Chomsky, 1981; 1986). Dessa forma, o problema da aquisição da linguagem passou a ser entendido, basicamente, como um problema de fixação de parâmetros e de aquisição do léxico da língua. Uma vez que a fixação de um determinado parâmetro repercutiria em diferentes subsistemas da língua, muito do que antes ficava dependente de aquisição específica passou a ser eliminado. A aquisição do léxico (cf. Clark, 1993), por outro lado, embora acentuada aos dois anos de idade, constitui um processo

que pode estender-se até uma idade avançada, o que torna plausível supor tratar-se de um processo regido por fatores distintos dos que operam na sintaxe e na fonologia.

O estudo da aquisição da linguagem formulado em termos da fixação de parâmetros deu origem a uma série de questões teoricamente relevantes, como por exemplo: Deve-se assumir o pressuposto da continuidade, ou seja, o de que os princípios de GU estão acessíveis no estado inicial da aquisição da linguagem e o desenvolvimento diz respeito unicamente à fixação dos parâmetros? Ou deve-se assumir que esses princípios estão sujeitos a um cronograma maturacional tornando-se acessíveis de forma gradativa no desenvolvimento (Felix, 1992; Penner & Wissenborn, 1996)? O que promoveria a fixação de um dado parâmetro? Por que, estando desde o início exposta a evidências relevantes à fixação de um dado parâmetro, a criança parece “selecionar” informação (Borer & Wexler, 1987)? A fixação de parâmetros envolveria procedimentos de aprendizagem ou de auto-desencadeamento (bootstrapping⁵)? (Pylyshyn, 1977; Pinker, 1987). O quanto de exposição a evidências positivas relativas a um determinado valor é necessário para que parâmetros sejam fixados (Lightfoot, 1989; Randall, 1992)? Em que nível de encaixamento da oração estaria a informação necessária para a fixação de parâmetros (Lightfoot 1989; Roeper & Weisenborn, 1990)? Parâmetros podem ser refixados? Haveria um valor default (Hymes, 1986)? Haveria “erros” previsíveis no processo (Harris & Weler, 1996)? (ver Meisel, 1997, para uma introdução às questões que orientam essa pesquisa).

A partir dessas questões, tem-se uma segunda geração de estudos do processo de aquisição da linguagem vinculados à Teoria Lingüística, que busca testar hipóteses relativas ao modelo de GU e ao processo de fixação de parâmetros nos dados do desempenho lingüístico de crianças, particularmente, nos dados da produção espontânea. Persistem, contudo, dificuldades metodológicas nessa abordagem. As evidências que sustentam as hipóteses formuladas são, de uma modo geral, negativas, ou seja, sustentam-se pela não observância de algo que não seria previsível pela teoria de GU em questão. Além disso, fatores relativos ao desenvolvimento de habilidades de processamento do material lingüístico podem ser determinantes do

⁵ O termo bootstrapping diz respeito a uma ação promovida por um sistema que desencadeia outra que afeta a ele próprio. Seu uso, no contexto da aquisição da linguagem, diz respeito a uma ação, proveniente do contato da criança com a língua de seu meio social, que irá desencadear ou operacionalizar o sistema computacional que estaria especificado num programa biológico

desempenho lingüístico da criança num dado momento. Não é claro, pois, se evidências compatíveis com a hipótese de uma descontinuidade no desenvolvimento remetem necessariamente a diferenças quanto à informação disponível a partir de GU num dado momento (cf. Kato, 1999) De qualquer forma, esse modo de investigação tem-se revelado produtivo.

Grande parte da pesquisa em Aquisição da Linguagem que tomou forma no Brasil a partir dos anos 80 vincula-se à pesquisa em Teoria Lingüística na âmbito do chamado modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981; 1986). Dados da produção de crianças na aquisição do português são considerados de modo a contribuir para essa teoria, apresentando evidências ou provendo soluções para problemas específicos de fixação paramétrica (cf. Kato, 1995). Tópicos como o sujeito nulo e o objeto nulo têm sido particularmente enfocados com base nesses dados, além de questões relativas à hipótese da continuidade, considerando-se a presença ou ausência de categorias funcionais nas gramáticas iniciais (ver Kato, 1999, para um levantamento de dissertações e teses nessa linha de pesquisa; Perroni, 1999; Simões, 1998).

No âmbito da fonologia, tem-se, também a partir da década de 80, uma linha de pesquisa em aquisição do português e desvios fonológicos do desenvolvimento fundamentada numa concepção de GU expressa nos termos da Fonologia Auto-segmental (Clements & Hume, 1995) (Lamprecht, 1995; 1999; Hernandorena, 1995; 1996; 1999 a; 1999b; Mota, 1999; Ramos, 1999). Mais recentemente, avalia-se o potencial explanatório da Teoria da Otimidade como alternativa para dar conta desse tipo de dados (cf. Lamprecht (1999) e referências ali contidas).

3. A aquisição da linguagem e o desenvolvimento da criança

De um ponto de vista mais concreto ou não formal, o processo de aquisição da linguagem foi abordado por psicólogos do desenvolvimento, que passaram a prover descrições longitudinais do percurso evolutivo da aquisição do inglês (Brown, 1973; Menyuk, 1969; 1971; Bloom, 1970; 1973), retomando a tradição dos diários de bebês, de forma linguisticamente mais informada do que a época de seus antecessores (Leopold, 1939-49 e Stern & Stern, 1907 apud Blumenthal, 1970 e apud Ingram, 1989).

A influência da Teoria Lingüística sobre esta linha de investigação manifestou-se, de fato, mais no fornecimento de um instrumental descritivo para a apresentação de dados do desenvolvimento do que no de uma hipótese

sobre a natureza do processo de aquisição da linguagem. A formulação desse processo, do ponto de vista da aprendibilidade de gramáticas, não se apresentava atraente para o estudo do desenvolvimento centrado na criança, talvez por abstrair a criança num procedimento de aprendizagem. Psicólogos do desenvolvimento e lingüistas punham-se, em grande parte, em distribuição complementar. Enquanto Chomsky manifestava-se céptico quanto à relevância de dados da fala de crianças para o estudo do processo de aquisição da linguagem (Chomsky, 1964, apud Allen & van Buren, 1971, p.134), Roger Brown dizia-se pouco motivado a especular sobre dispositivos de aquisição da linguagem mal definidos (cf. Brown, 1973, p.19), fazendo referência à noção de LAD - Language Acquisition Device, introduzida por Chomsky (1965), de modo a materializar a idéia de que procedimentos de aquisição e sistemas perceptuais específicos, definidos como parte de uma faculdade de linguagem, seriam requeridos para que a criança viesse a lidar com os chamados dados lingüísticos primários.

Na verdade, a questão do que seria necessário atribuir ao estado inicial do processo de aquisição da linguagem não se apresentava claramente à Psicologia Evolutiva. A indiferenciação do estado inicial do desenvolvimento por domínios cognitivos era o pressuposto básico da tradição empirista na qual a Psicologia se inseria. Logo, o discurso racionalista recuperado pela Lingüística Gerativista provocava reação entre psicólogos do desenvolvimento, por abalar seus fundamentos epistemológicos. Uma vez que as bases biológicas de uma possível diferenciação por domínios no estado inicial do processo eram apenas conjeturadas (Lennenberg, 1967), o discurso da Lingüística corria o risco de ser visto, na ótica de psicólogos de formação empirista, como um retrocesso para uma concepção pré-científica da atividade mental.

Nos anos 60-70, a Psicologia Evolutiva norte-americana, distanciando-se do Behaviorismo, abria-se à influência do pensamento europeu através de traduções para o inglês dos trabalhos de Piaget ([1926] 1959; [1951] 1962; [1964], 1974)⁶, acerca do desenvolvimento cognitivo. Ao mesmo tempo, as idéias de Chomsky chegavam à Europa (Lyons, 1970; Aitichison, 1976), eram aparentemente absorvidas pela escola Piagetiana (Sinclair, 1976 a; 1976 b) e abalavam uma longa tradição funcionalista na Lingüística e uma forte tradição empirista na Filosofia (cf. Halliday, 1975; Bruner, 1983). Nesse contexto, as relações entre linguagem e cognição por um lado, e entre linguagem e

⁶ As datas entre colchetes referem-se à edição original em francês.

comunicação ou interação social, por outro, passaram a assumir o foco da atenção de psicólogos, lingüistas e filósofos, sendo esse interesse progressivamente absorvido por uma ampla comunidade intelectual, como pôde ser constatado no famoso “debate” entre Chomsky e Piaget, em 1975⁷. (Piatelli-Palmerini, 1980).

Diante de diferentes perspectivas e abordagens, o estudo da aquisição da linguagem passou a ser dominado pela controvérsia. De um lado, a proposta inatista da Teoria Lingüística e, de outro, diferentes posturas em relação ao quanto de especificidade é necessário atribuir à língua/gem quando comparada a outros sistemas cognitivos e ao quanto de independência pode ser atribuída ao desenvolvimento lingüístico no conjunto do desenvolvimento cognitivo. De um lado, a centralização do problema da aquisição da linguagem em seu aspecto sintático (cf. 1) e, de outro, a preocupação com os conceitos e relações semânticas expressas na fala da criança e a hipótese de uma precedência da semântica sobre a sintaxe, no processo de aquisição. (Bloom, 1970; Schlesinger, 1971; Bowerman, 1973). De um lado, a idéia da precariedade do input lingüístico da criança (Chomsky, 1964 apud Allen & van Buren, 1971) e, de outro, a caracterização da fala dirigida à criança como um registro peculiar (cf. Snow, 1986). De um lado, o desenvolvimento lingüístico tomando forma a partir da discriminação do sinal acústico da fala nos primeiros dias de vida (Eimas, 1974 apud Mehler & Dupoux, 1990) e, de outro, o desenvolvimento lingüístico visto como fundado em habilidades comunicativas ou pragmáticas pré-lingüísticas (Bates, 1976).

Foi a partir dessa controvérsia que o interesse pela aquisição da linguagem foi difundido para além do mundo anglofônico e é no contexto teórico dos anos 70 que a pesquisa em aquisição da linguagem tem início no Brasil. São dessa época os estudos pioneiros de de Lemos (1975), sobre a aquisição dos verbos *ser* e *estar*, refletindo, de certa forma, a confluência de diferentes tradições na Grã-Bretanha⁸, o estudo de Scliar-Cabral (1977), procurando alternativas teóricas para lidar com a descrição de gramáticas emergentes, e o trabalho de Mota Maia (Albano) (1975), analisando a negação na fala da criança, de modo a refletir sobre a proposta gerativista. É nessa década que tem início o projeto de Aquisição da Linguagem, coordenado por Cláudia de Lemos na UNICAMP,

⁷ Evento que reuniu Piaget, Chomsky e expoentes de diferentes áreas do conhecimento como Filosofia, Biologia, Antropologia, dentre outras, para discutirem a questão do estado inicial da aquisição da linguagem, nas perspectivas inatista e construtivista, ocorrido em 1975, na abadia de Royaumont, na França.

⁸ Trabalho conduzido na Universidade de Edinburgh.

a partir do qual irradiou, em grande parte, o interesse sobre esse tópico no país (cf. de Lemos, 1989 e Scliar-Cabral, 1989, para um levantamento dos trabalhos dessa época).

Foi uma época rica em idéias, que deu margem a muitos direcionamentos para o estudo da aquisição da linguagem. Ao mesmo tempo foi uma época povoada por mal-entendidos, devidos, até certo ponto, à não distinção entre diferentes tipos de questões: questões relativas à aquisição de uma determinada língua, ao desenvolvimento de habilidades de processamento lingüístico e ainda a formas de expressão dependentes de uma linguagem verbal. A interdisciplinaridade que passou a caracterizar o estudo da aquisição da linguagem, ao mesmo tempo que enriquecia o tratamento do problema, contribuía para uma flutuação conceitual que dificultava o debate, como pode ser observado nos diferentes usos de termos tais como estrutura profunda, universais lingüísticos, estratégias, gramática, semântica, dentre outros, na literatura de então.

Reconstituir um pouco dessa época, identificando os pontos de controvérsia e dissolvendo-a, quando possível, permite entender as principais questões que têm orientado o estudo da aquisição da linguagem nesses 30 anos e o atual estado-da-arte. O modo como a pesquisa em aquisição da linguagem conduzida no Brasil se inscreve nessa história deverá emergir à medida que essas questões forem tematizadas.

3.1. Desenvolvimento cognitivo e a representação de relações gramaticais

Sabe-se que, por volta dos anos 70, o paradigma teórico behaviorista já se havia desgastado⁹. Requeria-se uma teoria de desenvolvimento que desse conta de uma criança cognitivamente ativa e lingüisticamente criativa, em contraposição à criança objeto da ação condicionante do meio antes apresentada pela chamada Teoria Geral da Aprendizagem, que havia dominado a Psicologia Evolutiva norte-americana na primeira metade do século.

O discurso da Epistemologia Genética de Piaget (cf. Piaget, 1976), enfatizando a ação da criança sobre o meio físico, da qual decorreria a

⁹ Contribuíram para isso, além dos argumentos de Chomsky, em sua crítica ao Verbal Behavior de Skinner (Chomsky [1959] (1967)), os experimentos clássicos de Bruner, Goodnow & Austin, 1956 (apud Cromer, 1981), sobre a aquisição de conceitos, e de Berko (1958), sobre o uso produtivo de morfemas flexionais por crianças apresentadas a pseudo-palavras.

construção de estruturas cognitivas fundamentais para todo o tipo de desenvolvimento - os esquemas sensório-motores - apresentava uma alternativa atraente àquela teoria. Dado o seu caráter generalista, i.e. independente de domínio, a teoria de Piaget passou a ser tomada como referência para a caracterização do desenvolvimento cognitivo da criança. A possibilidade de esta teoria de desenvolvimento absorver o desenvolvimento lingüístico (Inhelder, 1980; Morehead & Morehead, 1974; Sinclair, 1976a; 1976b) ou fornecer um modelo de desenvolvimento capaz de descrever o processo de desenvolvimento no domínio específico da linguagem (Karmiloff-Smith, 1979) gerou diferentes linhas de investigação sobre a aquisição da linguagem no contexto do desenvolvimento da criança.

No primeiro caso, a natureza estrutural da teoria de Piaget facilitou sua aproximação com o tipo de modelo formal de língua apresentado pela Teoria Lingüística, no que este tinha de descritivo. Nessa aproximação, o modelo de língua foi visto como redutível à estrutura lógico-matemática passível de ser abstraída em todos os domínios da cognição, de acordo com a concepção de Piaget (cf. Piaget, 1976; 1980). A gênese da língua ficava, assim, submetida à gênese dessa estrutura cognitiva, qual seja, aos esquemas sensório-motores formados a partir da ação da criança sobre o meio no primeiro ano e meio de vida, dispensando-se, com isso, a necessidade de uma especialização lingüística formulada nos termos de uma GU (embora esse argumento não necessariamente eliminasse a possibilidade de uma programação biológica especificamente lingüística).

Essa linha de investigação mostrou-se, no entanto, equivocada. Por um lado, relações gramaticais não são redutíveis a relações lógico-matemáticas, dado que não há correlação entre medidas de complexidade sintática e morfológica e medidas de desenvolvimento cognitivo definidas nos termos das operações caracterizadas por Piaget. Por outro lado, as previsões de Inhelder (1980) quanto à dependência da língua ao desenvolvimento sensório-motor não se confirmaram, (cf. Cromer, 1981; Yamada, 1992). De fato, a fragilidade da proposta de Piaget em relação à língua, apoiada numa concepção filogenética insustentável, foi revelada no já citado debate (Piatelli-Palmerini, 1980; 1994).

O estudo da aquisição da linguagem conduzido no Brasil nessa época incorporou a concepção construtivista de desenvolvimento, segundo a qual categorias e estruturas de conhecimento são gradativamente formadas a partir da ação da criança sobre o mundo. Contudo, apenas alguns trabalhos, mais voltados para o desenvolvimento da teoria piagetiana do que para o estudo

da aquisição da linguagem em si, veicularam visão semelhante à de Sinclair (ver. levantamento de trabalhos da época em Scliar-Cabral, 1976). Na perspectiva, aqui dominante, do chamado sócio-construtivismo, esse tipo de abordagem foi criticado. A ação construtiva da criança na interação verbal é, sob essa perspectiva, vista como direcionada para própria linguagem (de Lemos e Castro Campos, 1978; de Lemos, 1989) (cf. 3.4.1).

Uma outra linha de abordagem para a aquisição da linguagem a partir de uma perspectiva piagetiana tomou forma já no fim da década de 70, com vistas a manter a concepção de desenvolvimento da Epistemologia Genética de Piaget, ao mesmo tempo que eliminando a idéia de reduzir-se a aquisição da linguagem ao desenvolvimento cognitivo (Karmiloff-Smith, 1979). Ao lidar com a questão da aquisição de determinantes, Karmiloff-Smith (1979) apresenta a língua/gem como um espaço-problema para a criança (em sentido equivalente ao de espaço de ação para Piaget). Nesse sentido, esse enfoque aproxima-se da Teoria Lingüística, que apresenta a língua como domínio específico. No entanto, difere das teorias de aquisição da linguagem a ela vinculadas ao supor que a criança terá de atuar cognitivamente sobre o material lingüístico, organizando-o de diferentes formas ao longo do desenvolvimento, levando em conta, inclusive, as possíveis funções de formas lingüísticas no discurso. Nesse ponto, essa abordagem aproxima-se da proposta de de Lemos (cf. 1985), segundo a qual categorias lingüísticas são tomadas como resultado da ação da criança sob a própria linguagem. Difere desta, contudo, ao desconsiderar o papel do interlocutor nesse processo (cf. 3.4.1).

A abordagem cognitiva e funcional (no sentido de relacionado à função da língua no discurso) de Karmiloff-Smith percorreu os anos 80, focalizando, em particular, a aquisição de formas pronominais, vistas como plurifuncionais. O fato de uma dada forma, como o pronome referencial, admitir mais de uma função discursiva (manter e alterar a referência) apresentaria à criança um problema de aquisição, no mapeamento entre forma e função (Karmiloff-Smith, 1981; 1985; 1987). A criança lidaria com esse problema através de um procedimento geral, aplicável a diferentes domínios da cognição, o qual refletiria um modo particular de organização do conhecimento num dado estágio de desenvolvimento cognitivo (Karmiloff-Smith, 1985; 1987). A aquisição da linguagem, coordenada por um desenvolvimento cognitivo mais amplo, passaria por um processo de sucessivas re-descrições (Karmiloff-Smith, 1992).

A proposta de Karmiloff-Smith requer um modelo de língua que inclua a representação das funções discursivas assumidas por uma dada forma. Embora

tenham sido feitas tentativas nessa direção em vertentes funcionalistas da Lingüística, o tipo de modelo de língua proposto (cf. Kuno, 1987), por não ser comprometido com o objetivo de apresentar uma língua que satisfaça a critérios de aprendibilidade, não pode ser imediatamente incorporado a uma teoria de aquisição da linguagem.

Não é claro, contudo, até que ponto a idéia de se incorporarem representações de natureza discursiva em um modelo de língua é promissora. A habilidade de se conduzir processamento sintático e interpretação semântica no nível da sentença parece estar, até certo ponto, dissociada da habilidade de se conduzir processamento no nível do discurso, como sugerem os déficits que se manifestam de forma diferenciada nessas habilidades (cf. Smith & Tsimpli, 1995) e a relativa independência no modo como processos sintáticos e discursivos são fisicamente implementados em hemisférios distintos do cérebro (cf. Dennis, 1998; Cohen & Le Normand, 1998).

No Brasil, o estudo do desenvolvimento de habilidades discursivas tem atraído considerável interesse, tanto no que concerne ao desenvolvimento da produção oral quanto da escrita, (Guimarães, 1994; Soares, 1991; 1997; Uller, 1990). No que diz respeito à referência pronominal, contudo, a idéia de a plurifuncionalidade do pronome referencial constiuir um problema de aquisição da linguagem, no sentido de aquisição de língua, tal como apresentado por Karmiloff-Smith (1981; 1985; 1987), tem sido questionada (Corrêa, 1995c; 1999a, 1999b), a partir de uma perspectiva teórica que incorpora um modelo do processamento do material lingüístico no tratamento de questões relativas à aquisição da linguagem (cf. 4).

3.2. Relação sintaxe / semântica na aquisição da linguagem

O estudo da aquisição da linguagem no contexto do desenvolvimento da criança nos anos 70 também colocou em foco a semântica na aquisição de uma língua. O interesse em aspectos semânticos nessa época pode ser visto, em grande parte, como uma reação à ênfase na sintaxe que havia predominado nos anos 60, com descrições da produção lingüística da criança em termos de gramáticas pivot (Braine, 1963; MacNeill, 1966) e fala telegráfica (cf. Brown, 1973). A pesquisa no âmbito da Lingüística Gerativista vivenciava intenso debate quanto ao modo de situar um componente semântico no modelo de língua e de se formalizarem aspectos semânticos não captados no chamado modelo padrão (i.e. Chomsky, 1965) (cf. Fillmore, 1968; McCawley, 1968; Lakoff, 1971). Isso levou os dissidentes da “autonomia da sintaxe” a constituírem a

Semântica Gerativa como corrente teórica autônoma. Esses modelos lingüísticos alternativos pareciam oferecer ao estudioso da aquisição da linguagem meios de descrever relações semânticas atribuídas à fala da criança (cf. Schlesinger, 1971; Brown, 1973; Bowerman, 1973). Buscou-se, assim, caracterizar o que as crianças dizem quando começam a produzir enunciados lingüísticos e concebeu-se o método da interpretação rica, através do qual diferentes significados são atribuídos a enunciados aparentemente semelhantes, em função do contexto em que foram produzidos (Bloom, 1970; 1973). A já mencionada influência do pensamento piagetiano no estudo da aquisição da linguagem levou a que se caracterizassem as relações semânticas expressas na fala da criança como expressão da inteligência sensório-motora (Brown, 1973) e, sob a influência da Semântica Gerativa, concebeu-se uma descontinuidade no desenvolvimento lingüístico, com representações inicialmente semânticas, no sentido de temáticas, evoluindo para representações sintáticas no processo de aquisição da língua (cf. Antinucci & Parisi, 1973; Bowerman, 1973).

A interpretação das relações de sentido expressas pela criança em termos de uma lógica sensório-motora fica, não obstante, comprometida quando se questionam as bases empíricas da teoria de desenvolvimento cognitivo em questão. Com o desenvolvimento de técnicas de experimentação com bebês, como a mensuração do tempo em que o bebê olha para determinado ponto, tem sido possível atribuir à criança uma relação conceptual com o mundo bem mais abstrata do que fazia supor a lógica sensório-motora (cf. Spelke, 1990; 1994). Quanto à hipótese da descontinuidade entre o que seriam relações semânticas e sintáticas, esta não se apresenta satisfatória no tratamento de dados longitudinais e deixa em aberto o modo como uma alteração qualitativa nas representações gramaticais transcorreria (ver Atkinson, 1982 para uma revisão crítica da literatura dessa época).

Os primeiros estudos da aquisição da linguagem conduzidos no Brasil inseriram-se na discussão sobre o tipo de modelo que seria mais adequado na caracterização de estados da competência lingüística da criança ao longo do desenvolvimento. De acordo com as tendências da época, focalizavam aspectos de natureza semântica na aquisição da linguagem e apontavam para limitações do modelo chomskyano de gramática na caracterização daqueles (cf. Scliar-Cabral (1977), (Albano) Mota Maia (1975), de Lemos (1975)).

A necessidade de se incorporarem elementos semânticos num modelo de língua comprometido com “adequabilidade explanatória” tornara-se

evidente. No âmbito da Semântica Gerativa, a formalização de relações sintáticas a partir de relações semânticas não se mostrou, contudo, factível, o que promoveu um redirecionamento na pesquisa que evoluiu dessa vertente para a chamada *Linguística Cognitiva* (cf. Lakoff, 1990). No âmbito do Gerativismo “clássico”, soluções formais, tais como a atribuição de uma estrutura argumental a núcleos lexicais (cf. Grimshaw, 1990) e a caracterização de posições estruturalmente definidas para o estabelecimento de relações de co-referência (cf. Chomsky & Lasnik [1993] em Chomsky, 1995; Reinhart, 1986), têm sido buscadas para que as relações entre sintaxe e semântica possam ser explicitadas.

Atualmente, a hipótese de uma descontinuidade entre categorias sintáticas e semânticas no desenvolvimento linguístico não mais se apresenta como tal. Questões relativas à descontinuidade encontram-se praticamente restritas a aspectos específicos da morfologia da língua e do léxico (Bowerman, 1982; 1991; Figueira, 1977; 1995; 1999). Em todo o caso, o questionamento em torno de uma possível “prioridade epistemológica” de relações temáticas sobre relações sintáticas geradas no âmbito do estudo da aquisição da linguagem tem retornado à Teoria Linguística (cf. Pesetsky, 1982 apud Chomsky and Lasnik [1993] em Chomsky, 1995).

Grande parte da dificuldade no tratamento de questões relativas à semântica no estudo da aquisição da linguagem advém da falta de clareza quanto ao que entender por “semântica” quando a linguagem da criança é analisada. Slobin (1985), por exemplo, desenvolve um estudo comparativo da aquisição da linguagem em diferentes línguas, partindo da hipótese de que há universalidade na ordem de aquisição de conceitos e toma tal ordenação como parâmetro de comparação. Diferenças no curso da aquisição de diferentes línguas são vistas como decorrentes de dificuldades no mapeamento entre forma linguística e função ou conteúdo semântico, cujo desenvolvimento, por ser de natureza cognitiva, seria constante. Assim, se numa dada língua a criança utiliza, por exemplo, a flexão de número, numa dada idade, e em outra língua não o faz, considera-se que há um impedimento formal para a expressão de um conteúdo semântico já incorporado pela criança (cf. Slobin (1973; 1985) e Peters (1985) para uma discussão de dificuldades dessa proposta).

Note-se que, nesse tipo de abordagem, prevalece uma concepção “bloomfieldiana” de semântica, entendendo-se por semântico conceitos, intenções, o objeto ou evento da referência, enfim, tudo para o que a língua apresentaria um rótulo. Essa confusão entre semântico, conceitual e referencial

se faz presente em grande parte da literatura em aquisição e desenvolvimento da linguagem, como assinala Cromer (1981), que chama atenção para uma disitinação entre semântico - relativo à significado na língua e conceptual - no domínio estritamente cognitivo.

Nas últimas décadas, a discussão em torno da relação entre sintaxe e semântica na aquisição da linguagem tem sido conduzida no âmbito de teorias que partem do pressuposto de uma especialização lingüística e que admitem a hipótese da continuidade no que concerne à disponibilidade dos princípios de GU a partir do estado inicial do processo de aquisição de uma primeira língua. Existe uma aparente controvérsia quanto ao papel a ser atribuído à informação de natureza semântica no processo de aquisição da língua, que contrapõe a chamada hipótese do bootstrapping¹⁰ semântico (Pinker, 1987; 1989) ao chamado bootstrapping sintático¹¹ (Gleitman, 1990).

Segundo a hipótese do bootstrapping semântico, a criança seria biologicamente programada para assumir uma correlação entre sintaxe e semântica, ainda que a primeira não seja redutível à segunda, e seria capaz de derivar representações semânticas a partir de informação lexical e contextual. (Pinker, 1987) (o que é posteriormente revisto, para representações conceptuais, requerendo uma mediação lingüística para a formação de representações semânticas (Pinker, 1989)). Tais representações, correlacionadas a padrões sintáticos, desencadeariam de GU as propriedades relevantes para a identificação das relações sintáticas em questão¹². A hipótese do bootstrapping sintático, por outro lado, remete ao papel da informação sintática relativa a traços de subcategorização na aquisição do significado de verbos e prevê maior importância à informação sintática do que à informação de natureza conceptual na atribuição de sentido a um enunciado pela criança.

Uma série de estudos experimentais tem demonstrado que crianças levam em conta informação sintática ao inferir o significado de enunciados relacionados a uma cena ou situação. Esses resultados têm sido interpretados como evidência de que a aquisição do significado de verbos é direcionada por

¹⁰ Ver nota 4.

¹¹ Nesse caso, o uso do termo bootstrapping cria um contraponto apenas nominal com o "semântico", dado que os processos a que se referem são de natureza distinta - um remete ao sistema computacional da língua e o outro ao léxico. É apenas em relação ao primeiro que o sentido de auto-desencadeamento de um sistema se aplica (cf. Pinker, 1994).

¹² Esta é uma apresentação simplificada. Para discussão dos pressupostos dessa hipótese e de dificuldades inerentes a ela, ver Pinker (1989).

informação relativa aos esquemas (frames) sintáticos em que estes se encontram (Gleitman, 1990; Fisher et al., 1994). Fisher et al, 1994, por exemplo, investigaram a influência relativa de restrições de ordem conceptual (uma ação pressupõe um agente causal) e sintática (relativas à transitividade do verbo) no modo como crianças de 3 e 4 anos inferem o significado de verbos inventados utilizados na descrição de situações passíveis de serem interpretadas em termos de relações semânticas distintas, tais como dar/receber, perseguir/escapar. Verificou-se que a influência de restrições sintáticas é maior do que as de ordem conceptual na atribuição do papel de agente a um NP, pela escolha do verbo utilizado pelas crianças para parafrasear a descrição da cena. Seria, contudo, esse tipo de resultado uma evidência contrária à hipótese do bootstrapping semântico?

Resultados que apontam para a maior relevância de informação de natureza sintática do que generalizações de ordem conceptual na aquisição do significado de verbos não afetam a tese do bootstrapping semântico. Esta não diz respeito ao modo como o significado de itens lexicais pode ser adquirido e sim ao modo como o sistema computacional da língua (ou subsistemas deste) pode ser operacionalizado ou “inicializado” a partir de representações de ordem semântica. Por outro lado, a proposta de aquisição de significado lexical fundada na sintaxe não exclui o papel da referência a eventos nesse processo, como a leitura de Pinker (Pinker, 1994) faz crer (cf. Gleitman, 1990). Assim, o confronto entre bootstrapping semântico e sintático não se faz pertinente pois cada hipótese diz respeito a um processo distinto. A principal dificuldade da hipótese do bootstrapping sintático diz respeito ao fato de não haver correspondência biunívoca entre padrões sintáticos e relações semânticas de modo a garantir a eficácia do processo para todo o tipo de verbo. No que concerne ao bootstrapping semântico, essa hipótese incorpora a dificuldade de se caracterizar o modo como processos perceptuais dão origem a representações conceptuais e como estas se relacionam com representações semânticas numa dada língua.

De fato, a relação entre representações conceptuais e semânticas apresenta um dos problemas de mais difícil resolução no âmbito de uma teoria semântica/lingüística, sendo recentes as propostas para um tratamento formal integrado dessas relações em nível proposicional e lexical (cf. Jackendoff, 1983; Pustejovsky, 1995). Mas a despeito das dificuldades em prover-se um tratamento formal para essa relação, a articulação entre desenvolvimento conceptual e lingüístico tem sido uma preocupação no estudo da aquisição da linguagem desde sua fase inicial.

Esta questão foi abordada diretamente por Cromer ((1974)), o qual propôs a chamada Hipótese da Cognição como alternativa ao determinismo lingüístico expresso na chamada hipótese Sapir-Whorf, ainda dominante nos anos 60. Estudos experimentais com crianças com menos de 1 ano vinham demonstrar a anterioridade de conceitos em relação à sua expressão lingüística (cf. Macnamara, 1977), juntando-se a uma série de evidências que davam suporte àquela hipótese (Cromer (1991)). Contudo, o próprio Cromer apresenta argumentos que gradativamente a relativizam, revisando estudos sobre a aquisição de termos que se distinguem em função da variável [+/- contável] por crianças adquirindo inglês e sobre a aquisição da categoria número, por crianças falantes de inglês e de Yucatec (língua Maia, na qual apenas nomes [-animados] admitem plural). O resultados desses estudos evidenciam processos que levam em conta diferenças formais na identificação de categorias semânticas.

Recentemente, estudos sobre a aquisição do léxico - processo que parece tomar forma por volta dos 9 meses de idade (cf. Jusczyk, 1997), têm sugerido que formas lingüísticas (palavras novas) contribuem para que bebês dessa idade categorizem objetos (Waxman, 1994). A possibilidade de formas lingüísticas contribuírem para a aquisição de conceitos foi particularmente aventada por Vygotsky (1962) e é levada em conta em formulações teóricas que atribuem às relações interpessoais que se estabelecem pela linguagem verbal um papel fundamental no estabelecimento de relações semânticas na língua (cf. 3.4).

3.3. A fala dirigida à criança e as condições necessárias à identificação de uma língua

Uma outra vertente de pesquisa aberta no estudo do desenvolvimento da criança a partir da hipótese inatista buscou caracterizar a fala dirigida à criança e verificar o possível efeito da qualidade desta no desenvolvimento lingüístico.

A argumentação que acompanhava a hipótese inatista apresentava os dados lingüísticos primários de que a criança dispõe como constituídos de enunciados fragmentados, cheios de falsos começos e pouco transparentes quanto às possíveis relações gramaticais neles expressas. Psicólogos do desenvolvimento partiram da hipótese de que a fala dirigida a criança (FDC) seria distinta da fala dirigida ao adulto, o que poderia contribuir para facilitar o acesso da criança à língua. Com base numa ampla base de dados de crianças

adquirindo inglês, e posteriormente, outras línguas, foi constatado que a fala dirigida à criança (FDC) distingue-se da fala dirigida a adultos em função de uma série de variáveis, tais como, complexidade sintática (medida em termos de número de morfemas por enunciado, número de orações encaixadas, número de orações subordinadas em posição inicial, etc.), boa-formação (caracterizada em função da presença hesitações, falsos começos, pausas dentro de constituintes, etc, nos enunciados), formas lexicais (formas próprias, com reduplicação de sílabas), tornando-se aparentemente mais simples, bem formada e redundante do que a fala entre adultos (cf. Kaye, 1980 apud Ingran, 1989; Snow, 1986). De um ponto de vista fonético, verificou-se que a FDC apresenta caracteristicamente um alto pitch, um maior leque de frequências e entonação mais variada do que a fala dirigida ao adulto (cf. Ingram, 1989). Estudos realizados na cultura ocidental revelam, ainda, que desde cedo (registros a partir dos 3 meses) a fala dirigida ao bebê tende a referir-se a ele e, a partir do momento em que seu foco de atenção possa ser dirigido, a objetos ou atividades do seu interesse (cf. Snow, 1986).

Tais resultados claramente contradiziam o que era pressuposto por Chomsky (1964 apud Allen & van Buren, 1971)). Contudo, como admite Snow (1986), estas evidências só poderiam eliminar a necessidade de uma predisposição específica para a aquisição de línguas caso fosse demonstrado que outras espécies, comparado o nível de inteligência, seriam bem sucedidas na tarefa de adquirir uma língua humana, mediante dados simplificados, o que claramente não é o caso (cf. Aitchison, 1976). Além disso, a existência desse resgistro especial não implica que o uso deste seja uma condição necessária para a aquisição de uma língua.

Ingram (1989) apresenta um sumário de estudos etnográficos que revelam diferentes atitudes culturais em relação ao bebê que fazem com que não lhe seja dirigida a palavra até que ele fale, seja como forma de proteger sua alma, entre os Quiché da Guatemala, porque tal atitude iria de encontro a convenções de etiqueta, entre os Samoanos da Nova Guiné, porque bebês ainda “não são humanos”, entre os Javaneses, ou simplesmente por provocarem ciúme entre os Mundugumor. Estudos de casos de crianças que adquiriram uma primeira língua em condições socialmente precárias também sugerem que a FDC não é condição necessária para a aquisição de uma língua materna. Skuse (1993) relata uma série de casos de crianças submetidas a situações extremas de isolamento ou abandono na primeira e média infância, as quais, uma vez integradas socialmente, foram capazes de adquirir uma língua materna. O mais impressionante é o caso de Isabelle, que viveu isolada com uma mãe surda-

muda até os 6 anos e, segundo o relato, após uma semana de contato com língua oral¹³, começou a vocalizar, tornando-se, em um ano, capaz de aprender a ler e a escrever. Crianças com audição normal, cujos pais são surdos, não adquirem, contudo, a língua da comunidade mais ampla assistindo à televisão ou presenciando situações eventuais de interlocução oral em que não estejam envolvidas (Sachs, Bard & Johnson, 1981). É possível, pois, que a imersão da criança num particular modo de interação lingüística (oral ou de sinais) seja condição crucial para que seu potencial lingüístico seja ativado e não necessariamente seu contato com um registro com as propriedades da FDC.

A qualidade da interação entre a criança e o adulto pode, não obstante, afetar o desenvolvimento lingüístico. Estudos de casos evidenciam que crianças cujos interlocutores não costumam expandir ou manter o tópico do diálogo, tendem a produzir uma fala repetitiva, pouco informativa e com problemas de articulação (Lieven, 1978 apud Snow, 1986). Parece, pois, que as expansões são de grande relevância para o desenvolvimento do potencial expressivo da linguagem embora a prática de o adulto expandir os enunciados de crianças possa não ser essencial para a que a criança lide com o modo de operação da língua e identifique suas propriedades organizacionais básicas. (cf. Ochs & Sheffelin, 1984; Snow, 1986).

No Brasil, o estudo da FDC não teve maior expressão¹⁴. O que atraiu considerável atenção de pesquisadores no país foi o diálogo, visto como meio de inserção da criança na língua, no discurso e como forma de torná-la sujeito da linguagem.

3.4. A interação e o diálogo na aquisição da linguagem

Ainda na década de 70, a interação comunicativa e o diálogo passaram a atrair atenção no estudo do desenvolvimento lingüístico. Halliday (1975) apresentava uma análise funcionalista das emissões vocais de seu filho Nigel, numa fase dita “pré-lingüística”, segundo a qual uma série de intenções identificadas com funções da linguagem são atribuídas à criança. Bates (1976) concebe uma origem pragmática para a linguagem, introduzindo uma concepção teórica que tem como principal problema dar conta da descontinuidade entre o que seriam categorias de natureza comunicativa e categorias gramaticais no

¹³ Não consta do relato que o registro comumente utilizado com bebês tenha sido adotado.

¹⁴ Apenas duas referências, remetendo a dissertações de mestrado conduzidas na PUC-Rio, ainda nos anos 70, foram encontradas no levantamento dos estudos da aquisição da linguagem no Brasil apresentado em Scliar-Cabral, 1989.

desenvolvimento (ver também Bates, Camaoni, Volterra, 1979; Bates & MacWhinney, 1982). Bruner (1983)¹⁵, parafraseando Austin (1962), pergunta-se “how to get things done with words?” e introduz o problema de como a criança desenvolve a habilidade de produzir enunciados pragmaticamente efetivos num dado contexto.

A proposta de Bruner, ao contrário das demais, não atribui uma origem pragmática para língua. Segundo ele, jogos interativos entre mãe (adulto) e criança apresentariam a esta esquemas interacionais necessários ao desenvolvimento de habilidades lingüísticas de caráter pragmático tais como a habilidade de solicitar, de estabelecer referência, dentre outras (Bruner, id. ibid.). Bruner leva em conta o problema lógico apresentado pela Teoria Lingüística ao supor a necessidade de um “LAD” (cf. 2.1.1). Considera, contudo, necessário introduzir o conceito de LASS (Language Acquisition Support System) numa teoria do desenvolvimento lingüístico. O LASS consistiria de um esquema (format) interacional, inicialmente sob o controle do adulto, o qual seria necessário para que o LAD fosse posto em funcionamento. Assim, à medida que a criança fosse inserida num modo de agir por meio da linguagem, poria em funcionamento um aparato para aquisição da língua em questão.

O pensamento de Bruner tornou-se influente, particularmente no contexto europeu¹⁶ (Camaioni, 1979; McShane, 1980). A concepção de jogos interacionais levaria à formulação dos conceitos de especularidade, complementaridade e reciprocidade para caracterizar a interação entre mãe (adulto) e criança, a partir dos enunciados de uma palavra (Camaioni, 1979). Esses conceitos foram resignificados por de Lemos (cf. de Lemos, 1989), ao aproximá-los da teoria construtivista de desenvolvimento cognitivo de Piaget, conciliada à perspectiva de Vygotsky, no que concerne ao papel da interação social por meio da língua nesse desenvolvimento (cf. 3.4.1)

A linha de pesquisa iniciada por de Lemos no Brasil tem sido identificada como sócio-interacionismo ou sócio-construtivismo¹⁷. Essa linha desenvolveu-se com alunos e colaboradores a partir do projeto Aquisição da Linguagem (cf. 3) que teve início em 1976 (Castro Campos, 1983; 1992; de Lemos, 1981;

¹⁵ O livro a que essa referência remete foi editado a partir de uma coletânea de artigos da década de 70.

¹⁶ Na década de 70 Bruner passou um período na Universidade de Oxford, onde entrou em contato com a Filosofia da Linguagem.

¹⁷ Ver uma retrospectiva de seu percurso nas duas décadas precedentes em de Lemos (1989) e do direcionamento que esta tomou nos últimos anos em de Lemos (1999).

1886 a, 1986 b 1989; Figueira, 1977; 1985; Gebara (Scarpa), 1978; 1985; Lier-de-Vito, 1983; 1994; Mota Maia (Albano),¹⁸ 1986, Perroni Simões, 1977; 1978; 1991; Scarpa, 1990). O sócio-interacionismo/construtivismo apresenta-se como a abordagem mais característica do estudo da aquisição da linguagem conduzido no Brasil até recentemente. Cabe, pois, caracterizar essa proposta, relacionando-a com o problema da aquisição da linguagem tal como apresentado pela Teoria Lingüística e abordado no âmbito do estudo do desenvolvimento, ainda que correndo-se o risco de não captar de forma precisa todas as suas implicações.

3.4.1. A concepção sócio-construtivista de aquisição da linguagem

A proposta sócio-interacionista/construtivista de de Lemos compartilha com Bruner a idéia de que esquemas interacionais servem como meio para introduzir a criança na língua. Diferentemente de Bruner, contudo, a proposta de de Lemos não vem complementar a concepção do problema “aquisição da linguagem”, tal como formulado na Teoria Lingüística, voltando-se para o desenvolvimento pragmático. O sócio-interacionismo/construtivismo identifica-se com correntes antagônicas à idéia de inatismo no estudo do desenvolvimento da criança (cf. de Lemos, 1986a), embora não submeta o desenvolvimento lingüístico a um cronograma regido por um desenvolvimento cognitivo mais amplo, nem atribua uma origem pragmática para a língua. Coloca-se, pois, no extremo oposto da hipótese que orienta a Teoria Lingüística, no que concerne ao quanto de informação acerca das propriedades do sistema comum às diferentes línguas estaria acessível à criança no estado inicial da aquisição da linguagem, e distancia-se das principais abordagens para a aquisição da linguagem no estudo do desenvolvimento. Enquanto a Teoria Lingüística pressupõe alto grau de determinação para a forma das línguas humanas a partir do estado inicial do processo, a proposta sócio-construtivista assume um alto grau de indeterminação. Segundo essa visão, categorias fundamentais para o sistema lingüístico, tais como Nome e Verbo, não estariam acessíveis para a análise e para a produção da fala pela criança. Teriam de ser construídas ao longo do desenvolvimento, num processo dependente da interação com um adulto (alguém que domina a língua).

A indeterminação atribuída ao estado inicial do desenvolvimento acarreta uma dificuldade metodológica na análise da fala da criança, que torna-se objeto de preocupação nessa proposta (de Lemos, 1986b. 1989, 1999; Scollon, 1979).

¹⁸ Para um redirecionamento teórico ver Albano, 1987.

Os enunciados produzidos pela criança, numa fase inicial do processo de aquisição da língua, não seriam analisáveis em termos de categorias lingüísticas, dado que as mesmas não estariam disponíveis no início desse processo. Tais enunciados corresponderiam a fragmentos não analisados, tomados da fala do adulto, numa espécie de imitação deferida¹⁹ (ver também Peters, 1985). A solução apresentada para essa dificuldade metodológica seria tomar o diálogo e não a sentença como unidade de análise (de Lemos, 1986b, 1989; 1999; Scollon, 1979). Nesse quadro, o principal problema teórico consiste em explicar de que modo a criança analisaria as unidades não necessariamente lingüísticas tomadas da fala do adulto de modo a compor unidades lingüísticas em um sistema produtivo. O diálogo é tomado como meio através do qual o processo de construção da língua se realiza a partir de tais fragmentos, assumindo assim uma relevância tanto metodológica quanto teórica no estudo da aquisição da linguagem.

O processo de aquisição da linguagem através do diálogo pode ser entendido de duas formas: como um procedimento de produção através do qual criança e interlocutor compõem, conjuntamente, um enunciado “lingüístico”, e como processo ontogenético, de construção de categorias lingüísticas. No primeiro caso, fragmentos (equivalentes ao que seriam palavras, sintagmas ou sentenças na fala do adulto) produzidos, em turnos, pela criança e pelo adulto, dariam origem a um enunciado com uma espécie de sintaxe vertical, tal como caracterizada por Scollon (1979) (cf. de Lemos, 1981). Essa relação dialógica teria como propriedades a especularidade (o adulto espelhando o enunciado da criança, parafraseando-o com a estrutura, o sentido e a intenção que atribui a ele); a complementaridade (o adulto ou a criança retomando parte o enunciado do outro e complementando-o) e a reciprocidade (a criança passando a iniciar o diálogo, instaurando o adulto como interlocutor) (cf. de Lemos, 1989). No segundo caso, esse mesmo processo de produção permitiria a criança agir sobre a fala (sua e do interlocutor) ³/₄ condição tomada como necessária para a construção de categorias lingüísticas e o estabelecimento de relações entre elas.

Essa proposta compartilha com Karmiloff-Smith (1979) a concepção de desenvolvimento lingüístico fundada na ação da criança sobre a língua dando origem a processos reorganizacionais. Tal como na teoria de desenvolvimento

¹⁹ A expressão “tocando de ouvido”, empregada por Albano (1990) (num modo de teorização já distanciado, em muitos aspectos, da proposta sócio-construtivista) para caracterizar um processo que partiria da fala, como ação, para a língua, capta a idéia de indeterminação categorial na apreensão holística da fala do adulto que estaria subjacente a fala da criança.

lingüístico de Karmiloff-Smith, a concepção de língua subjacente à proposta sócio-interacionista/construtivista não é explicitada. Aos processos reorganizacionais é, não obstante, atribuído um caráter metafórico e metonímico (de Lemos, 1992). Isso sugere que a concepção de língua intuída na proposta sócio-interacionista fundamenta-se em relações de caráter analógico.

Parece, pois, haver uma incompatibilidade entre a concepção de língua subjacente à proposta sócio-interacionista/construtivista e o modelo de língua apresentado pela Teoria Lingüística. Enquanto esse último incorpora um mecanismo gerativo, de caráter essencialmente modular, no qual categorias lexicais, definidas a partir de traços, funcionam como primitivos, a concepção de língua aparentemente intuída na proposta sócio-interacionista parece apresentar a propriedade de isotropia²⁰ e o caráter Quineriano²¹, com que Fodor (1983) caracteriza os sistemas centrais da mente - sistemas cognitivos que atuariam em qualquer domínio da cognição e que lidariam com informação proveniente de todo o tipo de fonte, em contraposição aos sistemas modulares. Assim sendo, diferentes objetos parecem estar envolvidos quando a aquisição da linguagem é abordada do ponto de vista da Teoria Lingüística e do ponto de vista da proposta sócio-interacionista. Uma questão teórica que se apresenta é se o objeto língua, tal como intuído nessa proposta, uma vez formalizado, atenderia a condições de aprendibilidade que garantiriam a aquisição de uma língua materna, levando em conta os procedimentos de aprendizagem nela

²⁰ Isotropia diz respeito à qualidade daquilo que apresenta as mesmas propriedades físicas em todas as direções. No sentido com que o termo é incorporado ao texto de Fodor (1983), diz respeito à propriedade da “confirmação” de uma hipótese, extraída de qualquer tipo de evidência, seja empírica ou demonstrativa. Fodor considera que a capacidade geral de resolver problemas é isotrópica e que a isotropia cognitiva pode ser melhor identificada no contexto de descobertas do que no de verificação de hipóteses, pois diz respeito à transferência de informação entre domínios cognitivos, a qual encontraria sua forma mais pura no raciocínio analógico.

²¹ O adjetivo Quineriano remete a Willard Quine, filósofo de origem empirista, muito influente no âmbito da Filosofia da Mente desde a década de 50. Com propostas que abalaram os cânones da Filosofia, como a da dissolução da distinção entre proposições analíticas e sintéticas, assumiu posturas polêmicas no que se refere à Semântica e à relação entre o domínio físico e o mental. O adjetivo usado por Fodor parece remeter às considerações de Quine sobre crenças, desejos e intenções, cuja relação com o comportamento manifesto é vista como indireta, dependente da totalidade do indivíduo, o que o leva a sugerir que as bases de uma interpretação psicológica não são redutíveis a um conjunto de regras ou princípios. Na visão de Quine, tanto uma descrição psicológica quanto a tradução são indeterminadas, de forma que não há como avaliar, em última análise, o quão corretas são. O conceito de empatia viria caracterizar o modo como tal indeterminação não acarretaria dificuldades de entendimento na prática (cf. Hookway (1994) e referências aí contidas).

caracterizados.

Existem ainda outras diferenças que distinguem o estado estável ou final do processo de aquisição apresentado pela Teoria Lingüística do que é tomado como resultado do desenvolvimento na concepção sócio-interacionista. Nessa concepção, a aquisição da linguagem tem como produto não apenas uma língua internalizada mas um sujeito psicológico, constituído pela linguagem, considerado a partir de uma perspectiva epistemológica segundo a qual sujeito e objeto definem-se mutuamente. A aquisição da linguagem teria, assim, no diálogo, não apenas as condições tidas como necessárias para a construção de uma língua mas as condições essenciais para o estabelecimento das relações intersubjetivas das quais emergiria a criança como sujeito da linguagem. Daí o interlocutor ser usualmente apresentado, nos trabalhos dessa linha, como o “Outro”, ou seja, como representante da alteridade numa relação inter-subjetiva (cf. de Lemos, 1986 a; Lier-de-Vito & Arantes, 1998; de Castro, 1998). Nesse aspecto, a proposta sócio-interacionista aproxima-se, inicialmente, do pensamento de Vygotsky (1962) (cf. de Lemos, 1989) e, posteriormente da Psicanálise e da Análise do Discurso (cf. de Lemos, 1999a; de Lemos, 1999a).

De Vygotsky, o sócio-interacionismo buscou incorporar o papel atribuído à língua, entidade que, por ser socialmente compartilhada, ao mesmo tempo que é instrumental na aquisição do conhecimento, introduz a criança no curso de um desenvolvimento sócio-histórico. Uma retomada ao pensamento de Vygotsky pode, não obstante, prover um meio de aproximar-se uma concepção sócio-constructivista de aquisição da linguagem de hipóteses que supõem um maior grau de determinação quanto à forma das línguas, a partir do estado inicial do processo de aquisição.

Vygotsky (1962) atribui à linguagem verbal, ou seja, à língua realizada como forma de expressão no discurso, um papel central no desenvolvimento cognitivo. A criança, de posse da língua como instrumento, desenvolveria o que é chamado de “pensamento verbal” - atividade mental que, ao tornar-se consciente ou deliberada no planejamento de ações voltadas à solução de uma tarefa cognitiva qualquer, necessita de uma linguagem de apoio. Vygotsky enfatiza que esse “pensamento verbal”, em contraposição à fala, não seria inato e sim determinado socio-historicamente. Assim, ao estabelecer distinção entre pensamento verbal e fala, Vygotsky atribui um caráter socio-histórico ao primeiro e biológico a esta última²².

A mediação exercida pela língua na aquisição de conceitos e do discurso organizado no desenvolvimento do pensamento lógico é vista como o papel

crucial assumido por fatores sócio-históricos no desenvolvimento cognitivo. A ação de agentes sociais nesse desenvolvimento seria, não obstante, restringida pelo cronograma maturacional da criança. Apenas estando a criança numa “zona de desenvolvimento iminente” poderia sua interação com o adulto acelerar a descoberta da solução para uma dada situação-problema na dinâmica do processo evolutivo.

Aproximar a proposta sócio-construtivista para a aquisição aquisição da linguagem do pensamento de Vygotsky requer transportar o papel mediador da linguagem para atuar na aquisição da própria língua (cf. de Lemos, 1986b). Faz-se necessário, contudo, distinguir os diferentes significados do termo linguagem nesse contexto para facilitar o entendimento das diferentes dimensões dessa proposta. Assim, a linguagem, como língua realizada no discurso incorpora todo o significado sócio-histórico que lhe possa ser atribuído. Esta realização viria a interferir na aquisição da linguagem entendida como língua (equivalente a uma língua interna construída), ao mesmo tempo que promoveria a constituição da criança como sujeito da linguagem, entendida como forma de expressão.

De acordo com a concepção de Vygotsky, uma interferência dessa natureza estaria condicionada ao cronograma de desenvolvimento da criança. Uma vez que a interferência no desenvolvimento cognitivo estaria submetida ao cronograma deste, uma atuação da linguagem no domínio da língua, teria de obedecer o cronograma dessa última. A incorporação do pensamento de Vygotsky em uma teoria da aquisição da linguagem parece, pois, pressupor uma concepção de língua fundada numa programação biológica específica responsável por tal cronograma de desenvolvimento. Logo, a incorporação do pensamento de Vygotsky a uma teoria de aquisição da linguagem não parece requerer a hipótese de indeterminação subjacente à proposta sócio-interacionista.

Observa-se que as dificuldades de se assumir total indeterminação no processo de aquisição da linguagem têm sido apontadas e levadas em conta no âmbito de teorias de incorporam processos construtivos ao desenvolvimento lingüístico. Peters (1985), por exemplo, assinala que qualquer processo de reestruturação pressupõe a percepção de determinadas

²² A seguinte citação pode ilustrar esse ponto: “O pensamento verbal não é uma forma de comportamento inata e sim determinada por processos histórico-culturais cujas propriedades específicas e leis não podem ser encontradas nas formas naturais do pensamento e da fala.” Vygotsky (1962, p.51, Trad. LMSC)

propriedades do sinal acústico como passíveis de serem lingüísticamente relevantes. Scarpa (1999) considera o papel da prosódia promovendo um bootstrapping fonológico em relação a um modelo de GU inspirado na Teoria da Otimidade. Albano, que vem desenvolvendo uma linha de pesquisa inserida na Teoria da Ação²³, com vistas a caracterizar um continuum evolutivo da sensório-motricidade à cognição, fundado no conceito de gesto articulatório (cf. Albano, 1999), considera a possibilidade de conciliação dessa perspectiva com um conceito de GU, tal como apresentado naquela teoria (Albano, comunicação pessoal).

A idéia de processos construtivos pode ser, portanto, compatibilizada com hipóteses que pressuponham restrições à forma de línguas a serem adquiridas a partir de informação disponível no estado inicial do processo ou das propriedades de sistemas perceptuais (articulatórios) dedicados ao processamento lingüístico. Note-se que o processo de aquisição concebido na proposta sócio-interacionista toma a criança a partir do momento em que esta fala. Muito do processo de aquisição de uma língua transcorre, contudo, antes que produção da fala se realize (cf. 4).

Grande parte dos estudos em aquisição da linguagem orientados pela perspectiva sócio-interacionista volta-se para aspectos do desenvolvimento relativos ao léxico, à semântica ou para habilidades de natureza discursiva (cf. de Castro (Campos), 1983; 1992; Figueira, 1977; 1985; 1995; 1999; Perroni Simões, 1977; 1978; 1986; 1991). É possível, pois, que os processos de desenvolvimento caracterizados nessa proposta, ainda que possam não ser necessários à construção de primitivos lingüísticos, correspondam a processos requeridos em domínios específicos da linguagem.

4. Procedimentos de aquisição e habilidades de processamento lingüístico de crianças

Um requisito fundamental de uma teoria da aquisição da linguagem consiste em prover um modelo da dinâmica desse processo, ou seja, dos

²³ Nos termos da Teoria da Ação (cf. Kugler & Turvey 1987 apud Albano, 1999), uma ação pode ser definida como uma gama de movimentos por meio dos quais uma conduta motora se realiza, o que facilita um tratamento quantitativo para o desenvolvimento. No âmbito da Fonética, essa abordagem tem facilitado a caracterização de gesto articulatório, fundamentada em princípios da Dinâmica, a partir da qual a continuidade do desenvolvimento fonético/fonológico é explicitada (Albano, 1999). A concepção de gesto articulatório também orienta o trabalho de Teixeira, sobre o desenvolvimento fonológico (cf. Teixeira & Davis, 1999).

procedimentos através dos quais a aquisição de uma língua qualquer se realiza. Desde os anos 70, a Psicologia Cognitiva tem buscado caracterizar procedimentos de aquisição de uma língua materna que podem pressupor maior ou menor grau de determinação quanto à forma das línguas humanas. Diferentemente das teorias de base interacionista acima apresentadas, os procedimentos de aquisição são concebidos a partir de um modelo do processamento do material lingüístico pela criança.

No artigo clássico de 1970, Bever concebe estratégias perceptuais para a aquisição de uma primeira língua que visam a extrair sentido de enunciados lingüísticos a partir de generalizações quanto à forma superficial (ou configuração) dos mesmos. Tais estratégias eram vistas como submetidas a restrições gerais à percepção e, nesse ponto, eram situadas as bases cognitivas para a aquisição da linguagem. A proposta de Bever não se apresentava, contudo, antagônica à Teoria Lingüística, uma vez que as estratégias perceptuais incorporavam uma série de pressupostos gramaticais (tais como a relevância da ordem dos constituintes lingüísticos, a relevância de palavras funcionais) que teriam de ser atribuídos a uma GU. Ao longo dessa década, uma série de estratégias de aquisição foi apresentada (cf. Cromer, 1976). O problema da utilização do conceito de estratégia no estudo da aquisição da linguagem residia, contudo, no fato de, por um lado, confundirem-se estratégias de compreensão (meios de se atribuir sentido a um enunciado) com estratégias de aquisição de língua (cf. Corrêa, 1982; 1986), e, por outro, no fato de a teoria de língua então pressuposta (o modelo padrão (Chomsky, 1965)) requerer a aquisição de regras específicas - concepção que se mostrou improdutiva (cf. 2). Com isso, as estratégias propostas, ainda que dessem conta do padrão de respostas de crianças em tarefas de compreensão, não eram capazes de explicar a dinâmica do processo de aquisição.

Numa linha menos comprometida com a Teoria Lingüística, embora pressupondo uma série de unidades lingüísticas como primitivos, Slobin (1973; 1985) concebeu procedimentos que aquisição de línguas a partir daquilo que enunciados lingüísticos teriam de perceptualmente saliente em qualquer língua e que pudesse ser gramaticalmente relevante. Slobin (1985), partindo de um amplo estudo comparativo entre diferentes línguas, desenvolve a concepção de princípios operacionais universais, formulados em termos de instruções para um mecanismo de aquisição da linguagem. A ausência de uma teoria de língua, por um lado, e de um modelo de processamento lingüístico no qual saliência perceptual pudesse ser caracterizada dificultam, contudo, essa proposta.

MacWhinney (1987), numa perspectiva menos conciliável com a Teoria Lingüística, apresentou o chamado modelo da competição - modelo probabilístico segundo o qual um mapeamento forma-função é caracterizado, ponderando-se a importância relativa de uma “forma” na língua (tal como a ordem de palavras) e seu custo de processamento. Dados de diferentes línguas serviram de base para sua proposta. Contudo, a falta de respaldo de base experimental para o que é tido como fácil de processar, aliada à carência de uma teoria de língua, tem como resultado mais um inventário descritivo, baseado em critérios diversificados, do que procedimentos que possam explicar o modo como o processo de aquisição se realiza.

O possível efeito de propriedades distribucionais e contingência semântica foi explorado por Maratsos & Chalkley (1981), no que se refere à identificação de categorias gramaticais. A proposta de Maratsos & Chalkley incorpora, implicitamente, uma série de primitivos lingüísticos. Entretanto, esses procedimentos parecem acarretar problemas comuns a procedimentos de aprendizagem indutiva, não satisfazendo, portanto, aos critérios de aprendibilidade requeridos de teorias de aquisição de línguas naturais (ver Pinker, 1987).

Mais recentemente, procedimentos de natureza conexionista têm sido caracterizados para modelar o processo de aquisição (ou de aprendizagem) da língua materna (cf. Plunkett, 1997). Tais procedimentos, de base eminentemente associacionista, são, em princípio, conciliáveis com modelos de cunho probabilístico tais como o de MacWhinney (1987). Modelos probabilísticos ou modelos conexionistas para a aquisição da linguagem requerem, não obstante, uma teoria de língua que seja com eles compatível. A Teoria da Otimidade apresenta-se como uma possível base teórica para tais modelos, muito embora esta pressuponha maior grau de determinação e especificidade de domínio do que procedimentos conexionistas - caracteristicamente independentes de domínio, usualmente pressupõem. No Brasil, uma linha de pesquisa emergente busca uma abordagem conexionista para a aquisição da linguagem (cf. Poerch et al, 1998).

As propostas para procedimentos de aquisição de língua materna concebidas até então partem de um estágio do processo no qual unidades lexicais, morfológicas e sintáticas já são segmentadas. Pode-se dizer, portanto, que lidam com o processo de aquisição da linguagem numa fase avançada, quando comparada com o processamento do material lingüístico que se opera

até que se possa atribuir à criança a segmentação de tais unidades. Alternativamente, numa abordagem psicolinguística para aquisição da linguagem que também tomou forma nos anos 70, busca-se caracterizar o que a criança processa do sinal acústico (vinculado ou não a outros estímulos que contribuam para a identificação de seu significado) antes de ela emitir enunciados caracteristicamente linguístico (ver histórico e referências em Mehler & Dupoux, 1990).

Os estudos da percepção da fala por bebês têm revelado que muito do processo de aquisição da linguagem transcorre antes de a criança atuar linguisticamente por meio da fala. Uma série de resultados sugere a necessidade de uma teoria da aquisição da linguagem incorporar um aparato perceptual altamente especializado para o processamento de línguas que seja posto em funcionamento aos primeiros contatos da criança com uma língua. O recém-nascido é, por exemplo, capaz de discriminar melodias de vozes (Aslin, Pisoni, Jusczyk, 1983). Aos 3 meses, bebês orientam-se pela voz da mãe (cf. Locke, 1997). Aos 9 meses reconhecem o padrão fonotático da língua em aquisição (Jusczyk et al, 1994). Aparentemente, capacidades fonéticas discriminatórias que se desenvolvem nos primeiros meses de vida podem ser determinantes de uma “surdez” para distinções que não são fonêmicas na língua materna, o que sugere que a identificação do sistema fonológico pode se realizar antes mesmo de unidades lexicais serem segmentadas (Dupoux, & Peperkamp, no prelo). Diante dessas capacidades, a necessidade de supor uma programação biológica linguisticamente específica e a possibilidade de um bootstrapping fonológico ou via prosódia têm sido amplamente consideradas (Christophe & Dupoux, 1997; Scarpa, 1999).

Também no que se refere à sintaxe e ao léxico, cada vez mais o estudo do processo de aquisição da linguagem volta-se para as capacidades de processamento de crianças com idade inferior a dois anos, quando muitas ainda não produzem enunciados de mais de uma palavra. Constata-se, por exemplo, que crianças antes de produzirem linguagem falada são sensíveis à ordem dos constituintes da língua, distinguindo, em função desta, os papéis de agente e objeto da ação (cf. Hirsh-Pasek & Golinkoff, 1991). Bebês de 9 meses apresentam-se sensíveis a fronteiras sintagmáticas (Jusczyk et al, 1992) e a unidades lexicais (Waxman, 1994). Aos 11 meses, crianças parecem distinguir nomes (Myers et al., 1996) e ser sensíveis a morfemas funcionais (Shafer et al., 1998).

No Brasil, o estudo da aquisição da linguagem do ponto de vista do processamento linguístico tem sido conduzido numa linha de pesquisa que

teve início em meados da década de 80. Numa primeira instância, foi considerada a necessidade de se formular um modelo do estado estável do desenvolvimento lingüístico em termos de processamento, de modo a distinguirem-se problemas de aquisição de língua de problemas de desenvolvimento de habilidades de processamento, dado que ambos podem se confundir nos dados do desempenho lingüístico da criança. (Corrêa, 1986; 1995a; b). Num segundo momento, bucou-se questionar a necessidade de se atribuir `a criança dificuldades na aquisição de formas pronominais, a partir de um modelo em que as funções assumidas por estas formas decorrem de condições de processamento específicas (Corrêa, 1995c; 1999a, b) (cf. 3.2). A proposta de distinguir habilidades dependentes do sistema computacional da língua de habilidades de processamento específicas no desenvolvimento lingüístico orienta o trabalho de Rodrigues (1999) sobre a produção de sentenças coordenadas. Mais recentemente, essa linha tem-se voltado para a identificação de habilidades de processamento no que concerne à percepção de unidades morfológicas e ao estabelecimento de relações de concordância por crianças com idade inferior a dois anos (Corrêa, 1999c; Name, em prep.), assim como `a distinção entre habilidades de processamento lingüístico mais diretamente dependentes do sistema computacional da língua de outras não diretamente a este vinculadas, em portadores de déficits da cognição (de Freitas, a sair).

5. Um balanço final

Este artigo buscou apresentar os desenvolvimentos da pesquisa em aquisição da linguagem, compondo um panorama histórico-temático desta segunda metade de século, que permitisse situar a pesquisa em aquisição da linguagem conduzida no Brasil, a partir do momento em que teve início, há quase 30 anos. Nessa retrospectiva, procurou-se levantar o que houve ou há de mais controverso no tratamento desse tema, desde a formulação da chamada hipótese inatista, e identificar os pontos em que essa controvérsia reside, na tentativa de dissolvê-la.

A principal constrovérsia diz respeito ao quanto de informação relativa às propriedades das línguas humanas estaria disponível no estado inicial do processo de aquisição. As principais dificuldades decorrem, por um lado, da falta de um modelo de língua que seja tomado como representativo do estado estável de desenvolvimento na maioria das abordagens para o desenvolvimento lingüístico e, por outro, da necessidade de se explicitar, num modelo de língua, seus modos de articulação com sistemas de desempenho.

A Teoria Lingüística, na sua principal vertente, encaminha-se hoje para a formulação de um modelo que explicita tal articulação. Com isso, deverá ser possível caracterizar o quanto das restrições à forma das línguas humanas pode advir do modo de operação desses sistemas. Ao mesmo tempo, modelos alternativos vêm sendo propostos, o que deverá permitir que se avalie o potencial explanatório de teorias mais ou menos determinísticas da forma das línguas humanas a partir de uma GU. O estudo da aquisição da linguagem volta-se, por sua vez, mais diretamente para as habilidades de processamento de crianças de tenra idade, o que permite uma melhor caracterização do que há para ser adquirido a partir da produção da fala e do que deve estar disponível no estado inicial do processo.

A despeito de muitos dos percursos para o estudo da aquisição da linguagem não terem sido produtivos e do caráter insatisfatório de muitas das propostas aqui revisadas, o resultado da pesquisa em aquisição da linguagem nos últimos 30 tem um saldo positivo. Aquele que hoje ingressar no estudo da aquisição da linguagem encontra um campo menos conflituoso e problemas mais bem definidos do que há 20 ou 30 anos atrás. No que se refere ao estudo da aquisição da linguagem conduzido no Brasil, verifica-se a ampliação do interesse nessa área e uma maior diversificação de abordagens do que nos anos 70. É, entretanto, proporcionalmente pequeno o número de pesquisadores voltados para a aquisição da língua materna, no que concerne à sua identificação, no país.

O estudo da aquisição da linguagem, tomado em sentido amplo, comporta, não obstante, uma série de tópicos não incluídos nessa retrospectiva e que, no Brasil, têm tido maior desenvolvimento. Estes incluem, além do já mencionado estudo do desenvolvimento de habilidades discursivas (cf. 3.2), a aquisição da escrita (Abaurre, 1999), os processos de leitura e o letramento em geral (Grimm-Cabral, 1998; Scliar-Cabral, 1998) assim como a consciência metalingüística e sua relação com a alfabetização (cf. Scliar-Cabral, 1989)²⁴. Cada um desses temas abre um campo teórico próprio, não necessariamente integrado ao da aquisição da língua materna, em sentido estrito. Situá-los teoricamente iria muito além do que se poderia requerer nos limites desse artigo. Acredita-se, não obstante, que um posicionamento em relação às questões fundamentais é crucial, qualquer que seja o aspecto do desenvolvimento lingüístico considerado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

²⁴ Ver Atas dos Encontros Nacionais de Aquisição da Linguagem para identificação de diferentes linhas de pesquisa.

- ABAURRE, M. B. (1999) Horizontes e limites de um programa de investigação em aquisição da escrita. In: Lamprecht, R.R. (org.) *Aquisição da Linguagem: Questões e Análises*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- AITICHISON, J. (1976) *The Articulate Mammal*. London: Hutchinson
- ALBANO, E. (1987) Emergindo da ilusão reducionista em psicolinguística. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **12**: 4-14
- ____ (1999) O gesto articulatório como unidade fônica abstrata: indícios da fala infantil e evidências da fala adulta. In: Lamprecht, R.R. (org.) *Aquisição da Linguagem: Questões e Análises*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- ALLEN, J.P.B. & P.V. VAN BUREN (1971) *Chomsky: Selected Readings*. Oxford: OUP.
- ANTINUCCI, F. & D. PARISI (1973) Early language acquisition: a model and some data. In: C.A. Ferguson & D.I.Slobin (eds.) *Studies of Child Language Development*. New York: Holt, Reinhart & Winston.
- ASLIN, R.N., D.B. PISONI, P.W. JUSCZYK (1983) Auditory development in speech perception in infancy. In: M. Haith & J. Campos (eds.) *Carmichael's Handbook of Child Psychology: Infancy and Developmental Psychobiology*. New York: John Wiley & Sons.
- ATKINSON, M. (1982) *Explanations in the Study of Child Language Development*. Cambridge: CUP.
- AUSTIN, J. (1962) *How to do things with words*. Oxford: OUP.
- BATES, E. (1976) *Language and Context: The Acquisition of Pragmatics*. New York: Academic Press.
- BATES, E., L. CAMAIONI & V. VOLTERRA (1979) The acquisition of performatives prior to speech. In: E. Ochs & B.B. Scheffehn (eds.) *Developmental Pragmatics*. New York: Academic Press.
- BATES, E. & B. MACWHINNEY (1982) Functionalist approaches to grammar. In: E. Wanner & L. Gleitman (eds.) *Language Acquisition: The State of the Art*. New York: CUP.
- BELLUGI, U., S. MARKS, A. BIHRLE & H. SABO (1993) Dissociation between language and cognitive functions in Williams syndrome. In: D. Bishop & K. Mogford (eds.) *Language Development in Exceptional Circumstances*. Hove: Lawrence Erlbaum.
- BERKO, J. (1958) The child's learning of English morphology. *Word*, **14**: 150-177.
- BEVER, T.G. (1970a) The cognitive basis for linguistic structures. In: J. R. Hayes (ed.) *Cognition and the Development of Language*. New York: John Wiley & Sons.
- ____ (1970b) The influence of speech performance on linguistic structure.

- In: G. Flores d' Arcais & W.J.M. Levelt. (eds.) *Advances in Psycholinguistics*. Amsterdam: North Holland.
- BISHOP, D.V. M. (1998) *Uncommon Understanding: Development & Disorders of Language Comprehension in Children*. Hove: Psychology Press.
- BLOOM, L. (1970) *Language Development: Form and Function in Emerging Grammars*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- _____ (1973) *One Word at a Time*. The Hague: Mouton.
- BLUMENTHAL, L. (1970) *Language & Psychology*. New York: John Wiley & Sons.
- BORER, H. & K. WEXLER (1987) The maturation of syntax. In: T. Roeper & E. Williams (ed) *Parameter-setting in Language Acquisition*. Dordrecht: Reidel.
- BOWERMAN, M. (1973) *Early Syntactic Development: A Cross-linguistic Study, with special reference to Finnish*. Cambridge: CUP.
- _____ (1982) Reorganizational processes in lexical and syntactic development. In: E. Wanner & L. Gleitman (eds.) *Language Acquisition: The State of the Art*. New York: CUP
- _____ (1985) What shapes children's grammar?. In: D.I. Slobin (ed.) *The Crosslinguistic Study of Language Acquisition*, vol.2: Theoretical Issues. Hillsdale, N. J.: Lawrence Erlbaum.
- BRAINE, M.D.S. (1963) The ontogeny of syntactical phrase structure: the first phase. *Language*, **39**: 1-13.
- BROWN, R. (1973) *A First Language: The Earlier Stages*. Harmondsworth: Penguin Books.
- BRUNER, J. S. (1983) *Child's Talk: Learning to Use Language*. Oxford: OUP.
- CAMAIONI, L. (1979) Child-adult and child-child conversations: an interactional approach. In E. Ochs & B.B. Scheffelin (eds.) *Developmental Pragmatics*. New York: Academic Press.
- CHOMSKY, N. [1959] Review of Skinner's Verbal Behavior. In: L.A. Jakobovits & M.S. Miron (eds.) (1967) *Readings in the Psychology of Language*. Englewood Cliffs, N. J. , Prentice Hall.
- _____ (1965) *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- _____ (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- _____ (1986) *Knowledge of Language*. New York: Praeger.
- _____ (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- _____ (1997) New Horizons in the Study of Language. *D.E.L.T.A.*, **13**. Edição Especial: Chomsky no Brasil: 1-20.
- CHRISTOPHE, A. & E. DUPOUX (1996) Bootstrapping lexical acquisition: the role of prosodic structure. *The Linguistic Review*, **13**: 383-412.

- CLARK, E. (1993) *The Lexicon in Acquisition*. Cambridge: CUP.
- CLEMENTS, G.N. & E. HUME (1995) The Internal Organization of Speech Sounds. In: Goldsmith, J. (ed) *The Handbook of Phonological Theory*. Oxford: Blackwell.
- COHEN, H. & M.T. LE NORMAND (1998) Language development in children with simple-parietal left-hemisphere epilepsy. *Brain & Language*, 64: 409-422.
- CORREA, L. M. S. (1982) Strategies in the acquisition of relative clauses. In: J. Aitichison & N. Harvey (eds.) *Working Papers of the London Psycholinguistics Research Group*, 4: 40-56.
- _____ (1986) On the comprehension of relative clauses: A developmental study with reference to Portuguese. Unpublished PhD. Dissertation. University of London.
- _____ (1995a) An alternative account of children's comprehension of relative clauses. *Journal of Psycholinguistic Research*, 24 (3): 183-203.
- _____ (1995b) The relative difficulty of children's comprehension of relative clauses: A procedural account. In: K.E. Nelson & Z. Réger (eds.) *Children's Language*, 8 Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum.
- _____ (1995c) A plurifuncionalidade do pronome no desenvolvimento lingüístico reconsiderada. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 29: 153-162.
- _____ (1996) Dificuldades e potencialidades do uso do método experimental no estudo da aquisição da linguagem. In: M.F.P. de Castro (org.) *O Método e o Dado no Estudo da Linguagem*. Campinas: Ed. da UNICAMP.
- _____ (1999a) A produção de sentenças no discurso e a questão da referência pronominal na aquisição da linguagem recolocada. In: L. G. Cabral & J. Morais (orgs.) *Investigando a Linguagem: Ensaio em homenagem a Leonor Scliar-Cabral*. Florianópolis: Ed. Mulheres.
- _____ (1999b) Self-correction in the establishment of pronominal reference and the thematic subject strategy reconsidered. Trabalho apresentado no VIII International Congress for the Study of Child Language, San Sebastian. 12-16 de julho.
- _____ (1999c) Aspectos do processamento da concordância de gênero. Trabalho apresentado no I Workshop Brasileiro Internacional sobre Processamento de Linguagens, Florianópolis, 16-17 de novembro..
- CROMER, R. F. (1974) The development of language and cognition: The Cognition Hypothesis. In: R. F. Cromer (1991) *Language and Thought in Normal and Handcapped Children*. Oxford: OUP (Obras reunidas, edição póstuma).
- _____ (1976) Developmental strategies for language. Id. *ibid*.

- _____ (1981) Reconceptualizing Language Acquisition and Cognitive Development. Id. Ibid.
- _____ (1991) The Cognition Hypothesis of language acquisition? Id. ibid.
- CULICOVER, P. (1976) *Syntax*. New York: Academic Press.
- CURTISS, S. (1981) Dissociations between language and cognition: cases and implications. *Journal of Autism and developmental disorders*, **11**: 15-20.
- DE CASTRO (CAMPOS), M.F. P. (1983) Processos dialógicos e construção de inferências e justificativas na aquisição da linguagem. Tese de doutorado inédita. UNICAMP.
- _____ (1992) *Aprendendo a Argumentar: Um Momento da Construção da Linguagem*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- _____ (1998) Sobre a interpretação e os efeitos da fala da criança. *Letras de Hoje*, **112**. Atas do IV Encontro Nacional sobre Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: 1997.
- DE FREITAS, M. C. (em prep) Avaliação das habilidades lingüísticas de portadores de Síndrome de Willians. Dissertação de Mestrado, PUC-Rio.
- DE LEMOS, C.T. G. (1975) The use of ser e estar with particular reference to child language acquisition in Brazilian Portuguese. Unpublished PhD. Dissertation. University of Edinburgh.
- _____ (1981) Interactional processes and the child's construction of language. In: W. Deutsch (ed.) *The Child's construction of language*. London: Academic Press.
- _____ (1986a) Sobre aquisição de linguagem e seu dilema (pecado) original. In: J. M. Meisel (ed.) *Aquisición de lenguaje /Aquisição da linguagem*. Frankfurt: Vervuert.
- _____ (1986b) A sintaxe no espelho. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **10**: 5-15.
- _____ (1989) Uma abordagem socio-constutivista da aquisição da linguagem: um percurso e muitas questões. *Anais do I Encontro Nacional de Aquisição da Linguagem*, CEAAL-PUC-RS.
- _____ (1992) Los procesos metafóricos y metomínicos como mecanismos de cambio. *Substratum*, **1.1**:121-135.
- _____ (1999a) Tendências de uma Aquisição da Linguagem Brasileira: Sobre o Interacionismo. *Letras de Hoje*, Volume especial.
- _____ (1999b) A criança com(o) ponto de interrogação. In: Lamprecht, R.R. (org.) *Aquisição da Linguagem: Questões e Análises*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- DE LEMOS, C.T. G. & M. F. de CASTRO CAMPOS (1978) Algumas observações sobre a utilização do modelo piagetiano em recentes estudos

- de aquisição da linguagem. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **1**: 51-63.
- DENNIS, M. (1998) Discourse in Children with Neurodevelopmental Disorder, Early Focal Brain Injury, or Childhood Acquired Brain Injury. *Brain and Language*, **61**: 305-307.
- DUPOUX, E. & S. PEPPERKAMP (no prelo) Fossil markers of language development: phonological 'deafnesses' in adult speech processing. In: B. Laks and J. Durand (eds.) *Cognitive Phonology*. Oxford: Oxford University Press.
- FELIX, S. W. (1992) Language acquisition as a maturational process. In J. Weissenborn, H. Goodluck & T. Roeper (eds.) *Theoretical issues in language acquisition*. Hillsdale: N. J. Lawrence Erlbaum.
- FERNALD, A. (1985) Four-month-old infants prefer to listen to motherese. *Infant Behavior and Development*, **7**: 19-25.
- FIGUEIRA, R.A. (1977) Áreas de dificuldade na aquisição do léxico pela criança. *Anais do II Encontro Nacional de Linguística*. PUC-Rio: 44-47.
- _____ (1985) Causatividade: um estudo longitudinal de suas principais manifestações no processo de aquisição do português por uma criança. Tese de doutorado inédita. UNICAMP.
- _____ (1995) Erro e enigma na aquisição da linguagem. *Letras de Hoje*, 102, Edição Especial. Atas do III Encontro Nacional sobre Aquisição da Linguagem: 145-163.
- _____ (1999) Aquisição do verbos prefixados por des em português. *Palavra*, **5** (no prelo).
- FILLMORE, C. J. (1968) The case for case. In: E. Bach, & R. T. Harms (eds.) *Universals in Linguistic Theory*. N. Y.: Holt, Reinhart & Winston.
- FISHER, C., D. G. HALL, S. RAKOWITZ & L. GLEITMAN (1994) When it is better to receive than to give: syntactic and conceptual constraints on vocabulary growth. In: L. Gleitman & B. Landau (eds.) *The Acquisition of the Lexicon*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- FODOR, J. (1983) *The Modularity of Mind: An Essay on Faculty Psychology*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- GARDNER, H. (1986) *The Mind's New Science: A History of the Cognitive Revolution*. New York: Basic Books.
- GEBARA, E. M. S. (1978) Marcas aspectuais nos primeiros estágios do desenvolvimento lingüístico. *Anais do III Encontro Nacional de Linguística*. PUC-Rio.
- _____ (1985) Intonação e processos dialógicos: fusão ou diferenciação. *Aquisição da Linguagem*. Série Estudos, CCHLFIU: 56-74.
- GLEITMAN, L. R. (1990) The structural sources of verb meanings. *Language Acquisition*, **1**: 3-55.

- GRIMM-CABRAL, L. (1998) Conhecimento do léxico e a compreensão em leitura. In: L. Grimm-Cabral & E. Gorski (eds.) *Linguística e Ensino*. Florianópolis: Insular.
- GRIMSHAW, J. (1990) Argument Structure. *Linguistic Inquiry Monograph*, 18. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- GRODZINKY, Y. (1990) *Theoretical perspectives on language deficits*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- GUIMARÃES, A. M. M. (1994) Desenvolvimento da criança na fase de letramento. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 26: 103-110.
- HALLIDAY, M.A.K. (1975) *Learning How to Mean*. London: Anold.
- HAMBURGER, H. & K. WEXLER (1973) Identifiability of transformational grammars. In: K.J.J. Hintikka, J. M. E. Moravicsik & P. Suppes (eds.) *Approaches to Natural Language*. Dordrech: Reidel.
- _____ (1975) A mathematical theory of learning transformational grammar. *Journal of Mathematical Psychology*, 12: 137-157.
- HARRIS, T. & K. WEXLER (1996) The Optional Infinite Stage in Child English: Evidence from negations. In: H. Clahsen (ed.) *Generative Perspectives on Language Acquisition*. Amsterdam: John Benjamin.
- HERNANDORENA, C.L.M. (1995) Sobre a descrição de desvios fonológicos e de fenômenos da aquisição da fonologia. *Letras de Hoje* 30 (4):91-110.
- _____ (1996) Relações implicacionais na aquisição da fonologia. *Letras de Hoje*, 31 (2): 67-76. 1996.
- _____ (1999a) Tendências dos estudos em aquisição da fonologia do português brasileiro: A pertinência dos modelos gerativos. *Letras de Hoje*, Volume Especial.
- _____ (1999b) Aquisição da Fonologia e implicações teóricas: um estudo sobre as soantes palatais. In: Lamprecht, R.R. (org.) *Aquisição da Linguagem: Questões e Análises*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- HIRSH-PASEK, K. & GOLINKOFF, R. M. (1991) Language comprehension: a new look at some old themes. In: N. Krasnegor, D. Rumbaugh, M. Studdert-Kennedy & R. Schiefelbusch (eds.) *Biological and Behavioral Aspects of Language Acquisition*. Hillsdale, N. J.: Lawrence Erlbaum.
- HOOKEYWAY, C.(1994) Quine. E, S. Guttenplan (ed.) *A Companion to the Philophy of Mind*. Oxford: Blackwell.
- HYMES, N. (1986) *Language acquisition and the theory of parameters*. Dordrecht: Reidel.
- INGRAM, D. (1989) *First Language Acquisition: Method, Description and Explanation*. Cambridge: CUP.
- INHELDER, B. (1980) Cognitive schemes and their possible relations to language acquisition. In: M. Piatelli-Palmerini (ed.) *Language and*

- Learning: The Debate between Jean Piaget and Noam Chomsky.* Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- JACKENDOFF, R. (1983) *Semantics and Cognition.* Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- LIER-DE VITO, M.F & L.M. ARANTES (1998) Sobre os efeitos da fala da criança: a heterogeneidade desses efeitos. *Letras de Hoje*, **112**. Atas do IV Encontro Nacional sobre Aquisição da Linguagem, Porto Alegre: 1997.
- LIGHTFOOT, D. (1989) The child's trigger experience: degree-0 learnability. *Behavioral & Brain Science*, **12** (2): 321-334.
- LOCKE, J. L. (1997) Desenvolvimento da capacidade para a linguagem falada. In: P.Fletcher & B. MacWhinney (eds.) *Compêndio da Linguagem da Criança.* Porto Alegre: Artes Médicas.
- LYONS, J. (1970) *Chomsky.* London: Fontana.
- MACNAMARA, J (1977) From Sign to Language. In: J. Macnamara (ed.) *Language Learning and Thought.* New York: Academic Press.
- MACNEILL, D. (1966) Developmental Psycholinguistics. In: F. Smith & G. Miller (eds.) *The Genesis of Language.* Cambridge, Mass: MIT Press.
- MACWHINNEY, B. (1987) The competition model. In: B. MacWhinney (ed.) *Mechanisms of Language Acquisition.* Hillsdale, N.J.: Erlbaum.
- MARATSOS, M. P. & M. CHALKLEY, (1981) The internal language of children's syntax: the ontogenesis and representation of syntactic categories. In: K. Nelson (ed.) *Children's Language.* vol.2. Hillsdale, N. J.: Erlbaum. New York: Gardner Press.
- MCCAWLEY, J. D. (1968) The role of semantics in a grammar. In: E. Bach & R. T. Harms (eds.) *Universals of Linguistic Theory.* N.Y.: Holt, Rinehart & Winston.
- McSHANE, J. (1980) *Learning to Talk.* Cambridge: CUP.
- MEHLER, J. & E. DUPOUX (1990) *Nascer Humano.* Lisboa: Instituto Piaget.
- MEISEL, J. (1997) Parâmetros na aquisição. In: P.Fletcher & B. MacWhinney (eds.) *Compêndio da Linguagem da Criança.* Porto Alegre: Artes Médicas.
- MENYUK, P. (1969) *Sentences children use.* Cambridge, Mass.: MIT Press.
- ____ (1971) *The Acquisition and Development of Language.* Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.
- MOREHEAD, D. M. & A MOREHEAD (1974) A Piagetian view of thought and language during the first two years. In: R. L. Shiefelbusch and L.L. Lloyd (eds.) *Language Perspectives - Acquisition, Retardation and Intervention.* Baltimore: University Park Press.
- MOTA, H. B. (1999) Os caminhos na aquisição segmental do português. In: Lamprecht, R.R. (org.) *Aquisição da Linguagem: Questões e Análises.*

Porto Alegre: EDIPUCRS.

MOTA MAIA, E. A. (1975) A negação da criança: Reflexões sobre as bases empíricas da teoria gerativo-transformacional. Dissertação de Mestrado. UFRJ.

_____ (1986) Sobre a interpretação dos fatos no desenvolvimento fonológico. In: J. M. Meisel (ed.) *Aquisición de Lenguaje / Aquisição da Linguagem*. Frankfurt: Vervuert.

MYERS, J., P. JUSCZYK, KEMLER-NELSON, CHARLES-LUCE, WOODWARD, K. HIRSH-PASEK (1996) Infants sensitivity to word boundaries in fluent speech. *Journal of Child Language*, **23**:1-30.

NAME, M. C. L. (em prep) A aquisição do gênero em Português e Francês.

OCHS, E. & B.B. SHEIFFELIN (1984) Language acquisition and socialization: three developmental stories and their implications. In: R. Scweder & R. LeVine (eds.) *Culture and its Acquisition*. N.Y.: CUP.

PENNER, Z. & J. WISSENBORN (1996) Strong Continuity, Parameter Setting and the Trigger Hierarchy: On the acquisition of DP in Bernese Swiss German and High-German. In: H. Clahsen (ed.) *Generative Perspectives on Language Acquisition*. Amsterdam: John Benjamin.

PERRONI (SIMÕES), M.C. (1977) Emergência de expressões de relações temporais em crianças brasileiras. *Anais do II Encontro Nacional de Lingüística*. PUC-Rio.

_____ (1978) Ensaaiando narrativas: do “jogo de contar” às protonarrativas. *Anais do III Encontro Nacional de Lingüística*. PUC-Rio.

_____ (1986) A Bela e a Fera da Aquisição da linguagem. In: J. M. Meisel (ed.) *Aquisición de Lenguaje / Aquisição da Linguagem*. Frankfurt: Vervuert.

_____ (1991) Aprendendo a contar mentiras. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **21**:5-24.

_____ (1999) PARA na gramática infantil do Português Brasileiro. *Letras de Hoje*. Volume especial.

PETERS, A. (1995) Language segmentation: operating principles for the perception and acquisition of language. In: D.I. Slobin (ed.) *The Crosslinguistic Study of Language Acquisition*, vol.2: Theoretical Issues. Hillsdale, N. J.: Lawrence Erlbaum.

PIAGET, J. (1959) *Language and Thought of the Child*. London: Routledge & Kegan Paul.

_____ (1962) *Play, Dreams and Imitation in Childhood*. London: Routledge & Kegan Paul.

_____ (1974) *The Child and Reality: Problems of Genetic Psychology*. London: Frederick Muller Ltd.

_____ (1976) Piaget's Theory. In: B. Inhelder & H.H. Chipman (eds.) *Piaget*

- and His School: A Reader in Developmental Psychology*. New York: Springer-Verlag.
- PIATELLI-PALMERINI, M. (1980) (ed.) *Language and Learning: The Debate between Jean Piaget and Noam Chomsky*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- _____ (1994) Ever since language and learning: afterthoughts on the Piaget-Chomsky debate. *Cognition*, **50**: 315-346.
- PINKER, S. (1979) Formal models of language learning. *Cognition*, **7**: 217-283.
- _____ (1987) The bootstrapping problem of language acquisition. In: B. MacWhinney (ed.) *Mechanisms of Language Acquisition*. Hillsdale, N.J.: Erlbaum.
- _____ (1989) *Learnability and Cognition: The Acquisition of Argument Structure*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- _____ (1994) How could a child use verb syntax to learn verb semantics? In: Gleitman & B. Landau (eds.) *The Acquisition of the Lexicon*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- PLUNKETT, K. (1997) Abordagens conexionistas da aquisição da linguagem. In: P. Fletcher & B. MacWhinney (eds.) *Compêndio da Linguagem da Criança*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- POERCH, J. M. et al. (1998) Contribuições do paradigma conexionista na obtenção do conhecimento lingüístico. *Letras de Hoje*, **112**: 36-62. Atas do IV Encontro Nacional sobre Aquisição da Linguagem, Porto Alegre, 1997
- PUSTEJOVSKY, J (1995) *The Generative Lexicon*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- PYLYSHYN, Z. (1977) What does it take to bootstrap a language? In: J. Macnamara (ed.) *Language Learning and Thought*. New York: Academic Press.
- RAMOS, A.P. F (1999) Processos de estrutura silábica em crianças com desvios fonológicos: a compatibilidade entre o ciclo de soância e um modelo integrado de percepção e produção. In: Lamprecht, R. R. (org.) *Aquisição da Linguagem: Questões e Análises*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- RANDALL, J (1992) The catapult hypothesis: an approach to unlearning. In: J. Weissenbom, H. Goodluck & T. Roeper (eds.) *Theoretical issues in language acquisition*. Hillsdale: N. J. Lawrence Erlbaum.
- REINHART, T. (1983) *Anaphora and Semantic Interpretation*. London: Croom Helm.
- RODRIGUES, A. (1999) Coordenação e concatenação de orações no desenvolvimento da linguagem. Trabalho apresentado no Simpósio em Processamento da Linguagem do II Encontro Nacional da ABRALIN.

- ROEPER, T. & J. WEISENBORN (1990) How to make parameters work? Comments on Valian. In: L. Frazier & J. de Villiers (eds.) *Language Processing and Language Acquisition*. Dordrecht: Kluwer.
- SACHS, J., B. BARD & M. S. JONHSON (1981) Language learning with restricted input: case studies of two hearing children of deaf parents. *Applied Psycholinguistics*, **2**, 33-54.
- SCARPA, E. M. (1990) Intonation and dialogue processes in early speech. In: Conti-Ramsden, G. & C. Snow (orgs.) *Children's language*, vol VII.
- ____ (1999) Interfaces entre componentes e representação na aquisição da prosódia. In: Lamprecht. *Aquisição da Linguagem: Questões e Análises*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- SCHLESINGER, I. M. (1971) Production of utterances and language acquisition. In: D.I. Slobin (ed.) *The Ontogenesis of Grammar*. N.Y.: Academic Press.
- SCLIAR-CABRAL, L. (1976) O estado da Psicolinguística no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada.*, **28** (3): 146-176.
- ____ (1977) A explanação lingüística em gramáticas emergentes. Tese de doutorado, USP.
- ____ (1989) Pesquisas sobre aquisição da linguagem no Brasil nos últimos quinze anos. *Anais do I Encontro Nacional de Aquisição da Linguagem*, CEAAL-PUCRS, Porto Alegre.
- ____ (1998) Letramento e as perspectivas para o próximo milênio. In: L. Grimm-Cabral & E. Gorski (eds.) *Lingüística e Ensino*. Florianópolis: Insular.
- SCOLLON, R. (1979) A Real Early Stage: An Unzipped Condensation of a Dissertation on Child Language. In: E. Ochs & B.B. Schieffelin (ed.) *Developmental Pragmatics*. New York: Academic Press.
- SHAFER, V., D. SHUCARD, J. SHUCARD & L. A. GERKEN (1998) An eletrophysiological study of infants' sensitivity to the sound patterns of English Speech. *Journal of Speech, Language and Hearing Research*, **41**: 874-886.
- SIMÕES, L.J. (1997) Sujeito nulo na aquisição do português do Brasil: resultados quantitativos de um estudo de caso. *Letras de Hoje*, **32** (4):107-124.
- SINCLAIR, (1976a) Developmental Psycholinguistics. In: B. Inhelder & H.H. Chipman *Piaget and His School: A Reader in Developmental Psychology*. New York: Springer-Verlag.
- ____ (1976b) Epistemology and the study of language, Id *ibid*.
- SKUSE, D. H. (1993) Extreme deprivation in early childhood. In: D. Bishop & K. Mogford (eds.) *Language Development in Exceptional Circumstances*. Hove: Lawrence Erlbaum.
- SLOBIN, D. I. (1973) Cognitive prerequisites for the development of grammar.

- In: C.A. Ferguson & D. I. Slobin (eds.) *Studies of Child Language Development*. New York: Holt, Reinhart & Winston.
- SLOBIN, D.I. (1985) Crosslinguistic Evidence for the Language-Making Capacity. In: D.I. Slobin (ed.) *The Crosslinguistic Study of Language Acquisition*, vol.2: Theoretical Issues. Hillsdale, N. J.: Lawrence Erlbaum.
- SMITH, N. & I-M. TSIMPLI (1995) *The Mind of a Savant: Language Learning and Modularity*. Oxford: Blackwell.
- SNOW, C.E. (1986) Young children's responses to adult sentences of varying complexity. In: P. Fletcher & M. Garman (1986) *Language Acquisition*. Cambridge: CUP Second Edition.
- SPELKE, E. (1990). Principles of object perception. *Cognitive Science*, **14**: 29-56.
- _____ (1994). Initial knowledge: six suggestions. *Cognition*, **50**: 431-445.
- SOARES, M.E. (1991) *A constituição do discurso coeso: um estudo evolutivo da produção oral e escrita*. Tese de doutorado inédita. PUC-Rio.
- _____ (1997). Aspectos relativos à produção de narrativas por crianças de 3 a 9 anos. *Caderno de Estudos Linguísticos*, **26**: 72-102.
- SWINNEY, D. & ZURIF, E. (1995) Syntactic processing in aphasia. *Brain & Language*, **50**: 225-239.
- TAVAKOLIAN, S. L. (1981) (ed.) *Language Acquisition and Linguistic Theory*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- TEIXEIRA, E. R. & B. L. DAVIES (1999) Phonetic patterns and ambient language influences in the speech acquisition of two Brazilian Portuguese speakers. Trabalho apresentado no VIII International Congress for the Study of Child Language. San Sebastian, 12-16 de julho.
- ULLER, M. C. (1990) Um estudo evolutivo da produção e compreensão de relações anafóricas. Dissertação de Mestrado, PUC-RJ.
- VIYGOTSKY, L.S. (1962) *Thought and Language*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- WAXMAN, S. R. (1994) The development of an appreciation of specific linkages between linguistic and conceptual organization. In: L. Gleitman & B. Landau (eds.) *The Acquisition of the Lexicon*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- YAMADA, J.E. (1992) *Laura: A Case for the Modularity of Language*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

**ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO BILÍNGUE E ESCOLARIZAÇÃO EM CONTEXTOS DE
MINORIAS LINGÜÍSTICAS NO BRASIL* ****

(Studies on bilingual education and schooling in Brazilian contexts of
linguistic minorities)

Marilda C. CAVALCANTI (UNICAMP)

ABSTRACT: This paper aims at presenting a state-of-the-art of a subarea in Applied Linguistics, i.e., bilingual education studies in Brazil or yet education in bilingual settings such as indigenous communities, immigrant, frontier and deaf communities. These settings usually have more than two languages in use as well as language varieties. The paper shows a sociolinguistic panorama of the country and of the studies about education in linguistic minority contexts and draws implications for teacher education and language diversity.

KEY WORDS: Linguistic Minorities; Multilingualism; Multiculturalism; Bilingual Education; Bidialectal Settings.

PALAVRAS-CHAVE: Minorias Lingüísticas; Multilingüismo; Multiculturalismo; Educação Bilíngüe; Contextos Bidialectais.

Em comparação com outras subáreas da Lingüística Aplicada¹, por exemplo, ensino-aprendizagem de línguas (materna/estrangeira) e tradução, os estudos sobre interação em contextos bi/multilíngües no Brasil são recentes. Não completaram ainda uma década e, por enquanto, constituem área de concentração em somente um programa de pós-graduação² em LA no país. Como se verá a seguir, isso não significa dizer que não existam estudos sobre

* Agradeço ao CNPq (520616/95-2) pelo auxílio que tornou possível a continuidade da pesquisa, base deste texto. Agradeço também a FAPESP (1996/4443-7) pelo auxílio no período 1997-1999 dentro do Acordo CNPq-Fapesp. O título dos projetos aos quais faço referência no texto são: *Escolas da Floresta* (CNPq 1995-97, Fapesp 1997-1999), *O índio e a escola* (CNPq 1997-99), e *Vozes na Escola: Cultura e identidade em contextos sociolingüísticamente complexos* (CNPq 1999-2001)

** Uma nota de agradecimento a A.L.César pela leitura de versão preliminar do texto e pela discussão decorrente.

¹ A Lingüística Aplicada como área de domínio próprio que tem pontos em comum, mas que difere da Lingüística e dela não depende em seus estudos, tem seu fortalecimento no meio da década de 80 com a abertura de novos programas de pós-graduação em Lingüística Aplicada. O primeiro programa de LA na PUC-SP é do início da década de 70. A Associação de Lingüística Aplicada do Brasil (ALAB) foi fundada em 1990.

² PPGLA/Unicamp.

educação bilíngüe e sobre educação em contextos bi/multilíngües em outros programas. É importante observar que não estou me propondo a fazer aqui um trabalho exaustivo, mas apresentar contextos bi/multilíngües de minorias para que o mapa da educação nesses cenários seja desvelado, venha à superfície e possa ter visibilidade.

Observe-se que utilizo a expressão educação ou escolarização³ em contextos bi/multilíngües⁴ juntamente com o termo educação bilíngüe⁵ (Vide Hornberger, 1991, Freeman, 1998, Hamel, 1989, Garcia & Baker, 1995) porque os contextos que vou focalizar podem ou não apresentar casos de educação bilíngüe propriamente dita. São, no entanto, cenários onde mais de uma língua é falada e não necessariamente é escrita. São cenários fortes em tradição oral.

O texto está organizado em três partes. Na primeira, focalizo o cenário sociolinguístico brasileiro e, na segunda, os estudos sobre educação em cenários bilíngüe/multilíngües e sobre o bilingüismo de minorias linguísticas. Na terceira, dentro de uma tradição da Linguística Aplicada de voltar à prática, visando a um levantamento de implicações, busco estabelecer relações entre

³ Ver também Cavalcanti (1998a e b).

² A reflexão que aqui faço tem como base projetos de pesquisa de cunho etnográfico que desenvolvi com uma equipe, primeiramente no contexto de educação escolar indígena e, a partir deste ano, em contextos bi/multilíngües de minorias. Baseia-se também na orientação de projetos de pesquisa visando a dissertações de mestrado e tese de doutorado. Mais especificamente, a discussão foi originada no desenvolvimento de dois projetos de pesquisa (Cavalcanti, 1995, 1997), ambos com foco no contexto indígena assim como na orientação de trabalhos (Maher, 1990, 1996, Mendes, 1995, e em andamento, César, em andamento, e Freitas, em andamento), e também no trabalho de orientação de pesquisa nos contextos imigrantes (Jung, 1997, Takasu, 1999, Pereira, 1999) e de fronteira (Martins, em andamento). Esses trabalhos deram origem a um terceiro projeto de pesquisa (Cavalcanti, 1999c) que focaliza contextos sociolinguisticamente complexos sejam eles indígenas, imigrantes ou de fronteira. Em todos eles, as escolas focalizadas apresentam um cenário sociolinguisticamente complexo, uma vez que nas comunidades envolvidas mais de uma língua e/ou mais de uma variedade linguística são faladas.

⁵ Em sua revisão das tipologias existentes sobre educação bilíngüe, Hornberger (1991) apresenta três modelos: de transição, de manutenção e de enriquecimento. O modelo de transição que se concretiza em programas de transição vê a língua como um problema a ser resolvido e visa a chegar à língua-alvo. A primeira língua do aluno (a língua da comunidade) serve de ponte para a língua dominante. O modelo de manutenção, também concretizado em vários tipos de programas de manutenção, embora considere a língua da comunidade como direito, pode, em última instância, servir de transição para a língua da sociedade dominante. O modelo de enriquecimento – a língua como recurso (não somente para os alunos de comunidades minoritárias mas também para os alunos que são parte da sociedade dominante) – aparece em programas tais como: de imersão, de línguas de herança imigratória, de duas línguas, de imersão bilíngüe, de mão dupla. (Ver também Freeman, 1998.)

o cenário sociolingüístico apresentado e a formação de professores.

1.O cenário sociolingüístico brasileiro

Quem catequizou os índios foi o coronel do barranco, o proprietário fazendeiro que botava os outros no cativoiro... amarrava e açoitava (...) e amedrontou eles prá não falarem a língua ... prá desmoralizar ele botou o nome na língua "gíria".

Profa. Manaitá (Railda Poyanawá) in Maher & Cavalcanti (1995)

Não sei falar bem o português. Na minha língua sou doutor.

Prof. Joaquim Maná Kaxinawá⁶ (Anotações de campo do Projeto Escolas da Floresta, 1997)

*Aqui só se fala português.*⁷

Professora em escola localizada em comunidade imigrante alemã de zona rural. (Jung, 1997)

Apesar de falas como as que servem de epígrafe para esta seção, geralmente causa estranheza quando digo que minha área de pesquisa atual está relacionada a contextos bilíngües de minorias (Cavalcanti, 1999c e d) no Brasil. Isso talvez aconteça, porque, em primeiro lugar, existe um mito de monolingüismo no país (Cf. Bortoni, 1984, Cavalcanti, 1996a, Bagno, 1999). Esse mito é eficaz para apagar as minorias, isto é, as nações indígenas, as comunidades imigrantes e, por extensão, as maiorias tratadas como minorias, ou seja, as comunidades falantes de variedades desprestigiadas do português. Em segundo lugar, uma das razões para essa estranheza pode ser decorrente de o bilingüismo estar estereotipicamente relacionado às línguas de prestígio no que se convencionou denominar bilingüismo de elite⁸. Em terceiro lugar, esses contextos bilíngües de minorias são (tornados) invisíveis, portanto

⁶ O Professor Maná sabe falar muito bem o português (regional e com marcas indígenas) e como argumenta bem... Sua língua primeira, de identidade indígena, é o Kaxinawá. Com o português escrito, a aproximação aconteceu em contexto escolar. Sua fala exemplifica um cenário bi/multilíngüe no país.

⁷ Na escola, há momentos em que se fala o português da comunidade (o "brasileiro"), uma variedade de alemão e se aprende o português escrito do livro didático.

⁸ A expressão educação bilíngüe é, geralmente, mais conhecida por sua associação ao bilingüismo denominado de elite, ou seja, um bilingüismo de escolha, relacionado a línguas de prestígio tanto internacional como nacionalmente. As escolas bilíngües no Brasil (e em outros países), por exemplo, escola americana, escola francesa, tem na língua alvo seu (principal e, às vezes, único) meio de instrução independentemente da L1 do aluno.

naturalizados, tanto por quem deles faz parte como pela sociedade envolvente, uma vez que as línguas faladas são de tradição oral, portanto estigmatizadas. A questão da invisibilidade será retomada na segunda parte.

Não é somente no Brasil que essa imagem de cenário monolíngüe predomina. Mesmo se tendo a informação de que o bilingüismo está presente em praticamente cada país do mundo - Grosjean (1982:vii) diz que cerca da metade da população mundial é bilíngüe - segundo Romaine (1995:9), é o monolíngüismo que representa a norma, é o monolíngüismo que é a base para os estudos lingüísticos. De fato, para a autora, o monolíngüismo deveria ser tratado como caso especial, como desvio da norma, e o bilingüismo deveria representar a norma. Diz ainda a autora (Romaine, 1995:8): Há cerca de trinta vezes mais línguas do que há países. Isso implica a presença do bilingüismo em praticamente todos os países do mundo.

No Brasil, não se pode ignorar os contextos bilíngües de minorias, uma vez que no mapa do país pode-se localizar em uma pincelada não exaustiva: i. comunidades indígenas em quase todo o território, principalmente, na região norte e centro-oeste; ii. comunidades imigrantes (alemãs, italianas, japonesas, polonesas, ucranianas, etc) na região Sudeste e Sul, que mantêm ou não sua língua de origem; iii. comunidades de brasileiros descendentes de imigrantes e de brasileiros não-descendentes de imigrantes em regiões de fronteira, em sua grande maioria, com países hispano-falantes. Além dessa classificação geográfica, quando se focalizam os contextos bilíngües não se pode esquecer das comunidades de surdos que, geralmente, são criadas em escolas/instituições e que estão espalhadas pelo país. Todos⁹ esses contextos bilíngües são de alguma forma também "bidialetais", pois contemplam alguma variedade de baixo prestígio do português ou de outra língua lado a lado com a variedade de português convencionada como padrão.

Se estou focalizando contextos bilíngües, por que estou também me referindo a falantes de variedades consideradas de baixo prestígio do português do Brasil? A resposta é simples: nos estudos realizados (Vide Jung, 1997, Pereira, 1999, Maher, 1996, Cavalcanti, 1997b) os contextos bilíngües são sempre mais complexos do que parecem à primeira vista e essa complexidade passa pelas variedades do português. Em outras palavras, esses contextos

⁹ Há ainda outras comunidades bilíngües como as de terreiros de candomblé que congregam brasileiros descendentes e não descendentes de africanos também apagadas do cenário sociolingüístico do país.

bilíngües de minorias são também "bidialetais"¹⁰. De fato, a complexidade mencionada resulta em apresentar esses contextos como multilíngües e não somente bilíngües, dando o devido status às línguas (e não às variedades ou dialetos) falados por essas comunidades.

Contextos indígenas

Contextos indígenas

O universo indígena no Brasil hoje é pequeno, porém, extremamente rico e diverso no que concerne aos aspectos sociolinguísticos, sociohistóricos e socioculturais. É composto de aproximadamente (não há um levantamento preciso e oficial, cf. Cardoso de Oliveira, 1988:34) de 250.000 pessoas o que corresponde a menos de 0.2% da população do Brasil. Das cerca de 1300 línguas faladas pelos diversos grupos por volta de 1500, apenas 170 sobreviveram. Muitas dessas línguas têm pouquíssimos falantes. É importante observar que, por volta do ano de 1500, a população indígena era aproximadamente de 5 milhões de pessoas e as línguas faladas eram cerca de 1300, de acordo com vários registros, inclusive Ribeiro (1995). A taxa de crescimento populacional, hoje, no entanto, e felizmente, é maior do que a população não-indígena: 4% ao ano.

Nos contextos acima descritos, há situações de manutenção, de perda e processos de "revitalização"¹¹ da língua nativa. Os processos de "revitalização" podem ter um peso simbólico (Vide Maher, 1996), por exemplo, no material didático em língua indígena em uma comunidade onde não se fala/ensina essa língua. Esse material, no entanto, simboliza a posse/a existência da língua. No caso do português falado pelos índios, é interessante observar que a língua de origem da comunidade, mesmo nos casos em que não é mais falada, por exemplo, na Comunidade Indígena Apurinã no Sudoeste do Amazonas, deixa sua marca (Ver Maher, 1996, 1998) na variedade de português que se torna a primeira língua. Maher utiliza o termo "português índio" para fazer referência a essa variedade do português falado. Outros autores (por exemplo, Grillo Guimarães, 1996) utilizam o termo "português étnico".

¹⁰ Vide Bortoni (1998) sobre o continuum rural-urbano, o continuum de oralidade e letramento e continuum de monitoração estilística.

¹¹ Utilizo o termo revitalização entre aspas como forma de questionamento, uma vez que, dado o dinamismo de uma língua seria impossível revitalizá-la como foi no passado. Em outras palavras, o termo revitalização, que parece indicar a idéia de imutabilidade, necessita ser relexicalizado ou então mudado.

Contextos de imigração

Tendo em vista que a imigração é apenas uma parte da história para os contextos atuais bilíngües/bidialectais, reporto-me a Ribeiro (1995:241):

O contingente imigratório¹² europeu integrado na população brasileira é avaliado em 5 milhões de pessoas, quatro quintas partes iguais entraram no país no último século. (...) [Esse contingente] é composto, principalmente, por 1,7 milhão de imigrantes portugueses, que se vieram juntar aos povoadores dos primeiros séculos, tornados dominantes pela multiplicação operada através do caldeamento com índios e negros. Seguem-se os italianos, com 1,6 milhão; os espanhóis, com 700 mil; os alemães, com mais de 250 mil; os japoneses, com cerca de 230 mil e outros contingentes menores, principalmente eslavos, introduzidos no Brasil sobretudo entre 1886 e 1930.

O país tem então como "raízes" os índios, os portugueses e os africanos. Nos índios temos os donos das terras, desalojados para que essas fossem doadas aos primeiros imigrantes¹³, os colonizadores portugueses. Com os índios desalojados, tentou-se escravizá-los. Não deu certo. Vem então da África, a mão de obra escrava, cerca de 6 milhões de pessoas (Ribeiro, 1995:228), para trabalho forçado nas terras "doadas" aos portugueses. Os imigrantes, que, curiosamente, sempre estão fora do tripé das "raízes" brasileiras, chegaram em maior número após a Abolição da Escravatura. Vieram, principalmente italianos e japoneses, substituir os africanos na agricultura, sonhando com a aquisição de terras. Ou seja, até 1836 o fluxo de imigração era de portugueses e africanos¹⁴. Entre 1836 e 1968, cerca de 5 a 7 milhões de imigrantes se instalaram na região Sul e Sudeste, especialmente em zonas rurais. É nessa época que chegam os alemães e também mais japoneses. Mais tarde, o governo brasileiro,

¹² Os números apresentados por Ribeiro convergem com o quadro apresentado pela **Folha de São Paulo** em 13/07/97 para um período de 60 anos:1870-1868. Esses números indicam "cerca de de 5 milhões a 7 milhões" de imigrantes e "não incluem os africanos trazidos para o país como escravos": 1,76 milhão de portugueses, 1,62 milhão de italianos, 719 mil espanhóis, 257 mil alemães, 243 mil japoneses, 119 mil russos, 98 mil austríacos, 79 mil 'turcos', 54 mil poloneses, 50 mil franceses. "A maioria deles se instalou nas regiões Sul e Sudeste do país, onde a necessidade de mão-de-obra era mais forte, em especial para a agricultura".

¹³ Usei o termo imigrante propositalmente. Esses primeiros portugueses não são vistos como tal, parecem ter um status superior como "donos/donatários" das terras.

¹⁴ Há registros também de libaneses que chegaram já com os portugueses e se estabeleceram no comércio.

através de intermediários europeus, apoiou um programa de incentivo à imigração através da venda de terras para agricultura. Dessas ondas imigratórias, temos hoje os descendentes de imigrantes¹⁵ africanos¹⁶ que podem constituir uma maioria em algumas regiões do país (Vide César, 1995; César & Silva, 1992) apesar de serem tratados como minorias. Os descendentes de imigrantes europeus¹⁷ (italianos, alemães, ucranianos, poloneses, holandeses, espanhóis, austríacos, russos, para nomear alguns) e asiáticos (japoneses, chineses) fazem parte da imigração antiga e estão principalmente no Sul e Sudeste do país. Como exemplo de imigração recente, pode-se citar os coreanos.

Ainda conforme Ribeiro (1995: 242):

Não ocorre no Brasil (...) nada parecido com o que sucedeu nos países rio-platenses, onde uma etnia original numericamente pequena foi submetida por massas de imigrantes que representando quatro quintos do total, imprimiram uma fisionomia nova, caracteristicamente européia, à sociedade

¹⁵ Os africanos também não são vistos como imigrantes por razões diversas da explicação da nota anterior. Arrisco-me a dizer que a razão estaria mais relacionada a uma política de “branqueamento” do país através das contínuas levas de imigração européia. Dessa política, certamente, poderia fazer parte os apagamentos (propositais) existentes nas famílias brasileiras dos ascendentes negros e também índios em favor dos ascendentes imigrantes europeus.

¹⁶ Conforme Ribeiro (op. cit.:114): *Os negros do Brasil, trazidos principalmente da costa ocidental da África, foram capturados meio ao acaso nas centenas de povos tribais que falavam dialetos e línguas não inteligíveis uns aos outros. A África era, então, como ainda hoje o é, em larga medida, uma imensa Babel de línguas. Embora mais homogêneos no plano da cultura, os africanos variavam também largamente nessa esfera. Tudo isso fazia com que a uniformidade racial não correspondesse a uma unidade lingüístico-cultural, que ensejasse uma unificação, quando os negros se encontraram submetidos todos à escravidão. (...) Encontrando-se dispersos na terra nova, ao lado de outros, seus iguais na cor e na condição servil, mas diferentes na língua, na identificação tribal e freqüentemente hostis pelos referidos conflitos de origem, os negros foram compelidos a incorporar-se passivamente ao universo cultural da nova sociedade. E apesar das circunstâncias adversas, aprendem o português “para comunicar-se entre si.”*

¹⁷ Brasililianistas, por exemplo, Lesser (1999, mencionado na **Folha de São Paulo**, 06/06/99, 5:7), levantam a hipótese da busca de embranquecimento do “sangue moreno brasileiro através da vinda de imigrantes brancos europeus”. Já, de acordo com Nobles (no prelo, também parte da reportagem da **Folha de São Paulo**, 06/06/99, 5:8) aponta que o “censo tem ajudado a embranquecer” o país. Afirma que “o censo no Brasil tem sido uma disputa entre os que acham que o país é de maioria branca e os que defendem que somos um país de negros ou pelo menos de não-brancos. O pomo da discórdia, claro, é o mulato.”

e à cultura nacional, transfigurando-os de povos novos em povos transplantados. O Brasil nasce e cresce como povo novo, afirmando cada vez mais essa característica em sua configuração histórico-regional. O assinalável no caso brasileiro é, por um lado, a desigualdade social, expressa racialmente na estratificação pela posição inferiorizada do negro e do mulato. E, por outro lado, a homogeneidade cultural básica, que transcende tanto as singularidades ecológicas regionais, bem como as marcas decorrentes da variedade de matrizes raciais, como as diferenças da proveniência cultural dos distintos contingentes.

Contextos de fronteira

Apesar da extensão da fronteira brasileira em contato/conflito¹⁸, primordialmente, com países hispano-falantes, não há muitos estudos sobre as comunidade de fronteiras. No caso da fronteira com o Uruguai talvez se tenha mais informação, como, por exemplo, os estudos citados¹⁹ em Trindade, Behares e Fonseca (1995) e desenvolvidos pela Universidad de la Republica/Uruguai. Em relação às comunidades de fronteira com o Paraguai, há alguns estudos (Vide, por exemplo, Martins, 1996) que focalizam a movimentação de imigrantes brasileiros de ascendência alemã para a zona rural paraguaia próxima na fronteira com o Brasil. Há também estudos (Vide D'Angelis & Mazzarolo) que discutem a migração brasileira para o Paraguai e que mostram a fronteira do lado brasileiro (Ver Santos, 1999).

Comunidades de surdos

De acordo com o Correio Braziliense (1997), dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que "a deficiência auditiva afeta 10% da população mundial". Conforme a mesma fonte, "no Brasil, estima-se que existam 15 milhões de pessoas com algum tipo de perda auditiva. Desses 350 mil são totalmente surdos". A população de surdos é, portanto, quantitativamente grande. No entanto, como acontece nos outros contextos focalizados, também aí há um apagamento, uma minimização de sua importância, que promove sua invisibilidade.

¹⁸ Minha escolha pelo termo contato/conflito (lingüístico) está relacionada à discussão de vários autores, principalmente em relação à posição tomada a partir dos autodenominados sociolingüistas de periferia. O ponto da discussão que não há contato sem conflito, por exemplo, no caso da diglossia. (Ver Martin-Jones, s.d. e Hamel & Sierra, 1995.)

¹⁹ Elizaincín, Behares & Barrios (1987), Elizaincín (1976), Behares(1982).

Essas comunidades, que muitas vezes estão espalhadas, há muito reivindicam acesso à língua de sinais (LIBRAS). Já sofreram e ainda sofrem discriminações. Os estudos nessa área estão mais voltados para a descrição da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e para sua importância. Brito (por exemplo, 1993) tem uma contribuição importante para a área. Há projetos educacionais tentando levar os resultados dessas pesquisas para a prática (cf. Favorito, 1999) como é o caso do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) no Rio de Janeiro. A meu ver, questões de bilingüismo e de bidialetalismo têm espaço potencial nesse contexto.

Contextos bidialetais/rurbanos

Essas comunidades, que constituem a maioria da população dentro e fora da escola, dentro e fora do sistema, "com fome de cidadania, salário, educação ..." (remetendo a um artigo de Herbert de Souza, publicado no *Jornal do Brasil* em 1993, não podem deixar de ser mencionadas porque sua(as) variedade(s) lingüística(s) é(são) diferente(s) do português visto como padrão.

A premissa é, portanto, que há uma maioria de contextos bidialetais nas escolas públicas brasileiras. Esses contextos são ou ignorados ou apagados (Ver, no entanto, os Parâmetros Curriculares Nacionais, e Bagno, 1997) e passam a impressão de cenários monolíngües. Para Romaine (1995), há, no entanto, heterogeneidade mesmo em comunidades consideradas monolíngües, uma vez que geralmente há variedades regionais, sociais e estilísticas dentro do que é considerado como "uma língua".

Utilizo aqui o termo bidialetal segundo Bortoni (1984), de forma a polemizá-lo e com vistas a apreender implicações para a formação de professores no país. Bidialetais são, por exemplo, as comunidades "rurbanas" (Cf. Bortoni, 1985) compostas por populações de origem rural que vivem na cidade e que falam alguma variedade estigmatizada²⁰ de português. Essas comunidades constituem o que venho denominando "as majorias tratadas como minorias.

Rajagopalan (1998:23) diz: ... quando se trata de distinguir entre categorias conceptuais nebulosas como "língua" e "dialeto, até os lingüistas se abstém

²⁰Essas variedades tem nos traços descontínuos (Vide Bortoni-Ricardo, 1984) as marcas da estigmatização: muié, nós fumu, nós vinhemu. Esses traços convivem com traços graduais que já estão incorporados ao português padrão oral: os menino, me dá.

de estabelecer uma diferença. Para Wiley (1996:105): o termo "dialeto" (...) em seu uso popular carrega uma conotação subpadrão. (...) Embora alguns lingüistas façam objeção ao termo 'dialeto' por razões técnicas, a maioria acredita que é aplicável a todas as variedades da língua inclusive a padrão. Neste texto, poderia estar usando somente o termo "língua" como foi feito em Jung (1997), porém, optei por "bidialetal" para dramatizar a questão e por "bilíngüe" para chamar a atenção sobre cada um dos contextos focalizados, que em verdade, é multilíngüe e não apenas bilíngüe. No dois casos, como já apontei anteriormente, busco especificamente e deliberadamente trazer os termos para discussão.

A respeito da discussão sobre variedades lingüísticas, é importante ainda destacar, seguindo Cazden (1993:198), que:

todas as línguas são faladas em muitas variações - variações que tem um desenvolvimento histórico, são distribuídas de modo não-aleatório na sociedade, e são profundamente influenciadas por relações de poder tanto no cenário mais próximo (o contexto da situação) como na sociedade (o contexto cultural).

Para a imagem firmada de um país monolíngüe onde, além da língua dita padrão, sequer uma variedade de português é reconhecida, houve "contribuição" nos diferentes contextos focalizados. No caso dos falantes de variedades de baixo prestígio do português, o português falado é visto como "errado" e a questão era somente fazer com que aprendessem a "falar português direito" e tudo estava resolvido. No caso dos indígenas, a proibição de uso das línguas indígenas foi direta nos variados contextos: a língua indígena (qualquer que fosse) era "feia" - a denominação "gíria" não é gratuita - e ser índio era uma "vergonha" (cf., por exemplo, fala da Profa Manaitá no início desta seção). Não é preciso acrescentar mais nada para entender que esse foi um incentivo (de sucesso!) para a construção da baixo-estima da população indígena e do perigo de deslocamento das línguas indígenas. No caso dos africanos e seus descendentes, essa proibição, hoje esquecida e raramente mencionada nos livros didáticos de História, é parte, por exemplo, da invisibilidade da presença²¹ de termos das línguas africanas incorporados à Língua Portuguesa falada no Brasil. No caso das línguas de comunidades

²¹ Há estudos sobre o assunto, principalmente na Bahia, porém não parece haver interesse e vontade política de dessiminação desse conhecimento.

imigrantes, houve a proibição²², à época do governo Getúlio Vargas, de línguas estrangeiras dos países do Eixo nas escolas e comunidades. No caso dos surdos, estes, a princípio estavam confinados aos lares, e se estavam em comunidades estas eram silenciosas. Além disso, era comum ouvir-se o questionamento se a Língua dos Sinais constitui uma língua.

Educação bilíngüe no Brasil?

A partir do que foi exposto, depreende-se que o Brasil²³ não reconhece e não encoraja o ensino bilíngüe no contexto de minorias lingüísticas. A exceção fica com as comunidades indígenas, que tem na Constituição de 88 o direito assegurado para a educação bilíngüe, mas que se não fosse pelo trabalho de indigenistas, de ONGs e, em menor escala, de grupos de pesquisa/ensino de universidades nada teria de concreto hoje.

Um parêntese é necessário, neste ponto, para lembrar que "somente em 1991 a educação indígena foi introduzida na constituição brasileira como sendo responsabilidade do governo" (Cavalcanti, 1996a). Em 1994 orientações escritas para uma política educacional indígena foram produzidas pelo Ministério da Educação (Ministério da Educação e Cultura, 1994). E em 1998, foi publicado o Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas.

Deve-se observar também que as escolas em contexto indígena são um caso à parte. São oficialmente reconhecidas como escolas bilíngües e seus professores se autodenominam bilíngües. Nas etnias focalizadas no Acre, considerando o ponto de vista dos professores índios, a escola, que veio de fora, da sociedade dominante, é um conceito em construção. Mesmo considerando que nesse pequeno universo indígena no Brasil existe diversidade lingüística e diversidade de contato/conflito, o conceito de escola em construção não se aplica a todas as comunidades indígenas.

²²De acordo com Kreutz (1994), essa proibição é parte de uma campanha de nacionalização do ensino, com início em 1918, desenvolvida pelo governo brasileiro de modo preventivo até 1938 e, a partir daí, de maneira ostensiva. Kreutz (: 48) aponta que para o governo "o perigo estava apenas nas escolas teuto-brasileiras ["índice seguro de resistência local anti-brasileira"]. Entendia que a etnia italiana não oferecia problema neste sentido. [Também não ofereciam perigo as escolas nas comunidades dos imigrantes judeus, poloneses e japoneses porque eram pequenas (Kreutz: 47).] Sobre a questão da proibição nas comunidades imigrantes alemão, ver também Bärnert-Fürst (1989) e Pereira, (1999).

²³Essa situação não é "privilégio" do cenário brasileiro. É comum em outros países, por exemplo, nos EUA, o não reconhecimento e o não encorajamento de ensino bilíngüe. (Ver Freeman, 1998)

Nos Parâmetros Curriculares, no entanto, as questões aqui focalizadas são mencionadas, porém, não são elaboradas ou enfatizadas. E entre aparecer no documento e ser efetivamente parte da escola existe uma distância grande e essa distância passa pelos cursos de formação de professores assim como passa pelas decisões de políticas lingüísticas e educacionais. "A escola(rização) bilíngüe/bidialetal não faz [portanto ainda] parte da vida educacional brasileira" (Cavalcanti, 1999c:2). Em outras palavras, o bilingüismo de minorias e o bidialetalismo de majorias, na prática, ainda está naturalizado como invisível (Cavalcanti, 1996b, 1997a).

As escolas em contexto indígena e na zona rural têm (ou tinham) em comum o fato de serem bi- ou multisseriadas. No contexto indígena continuam multisseriadas no Acre, no Xingu, mas em Minas Gerais, por exemplo, índios pataxó são levados para estudar em escolas seriadas na cidade mais próxima pela Prefeitura. De acordo com os professores indígenas do Acre, as classes multisseriadas favorecem o aprendizado em grupo: um aluno ensina o outro, parte integrante da pedagogia indígena.

Na zona rural essas classes estão em vias de extinção no Estado de São Paulo e no Estado do Paraná: os alunos são transportados às escolas na cidade mais próxima pela Prefeitura (Jung, 1998). Enquanto os contextos de bilingüismo na zona rural ficam aglutinados e até incentivam o bilingüismo (Jung, 1997), nas cidades ficam dispersos em salas de aula multiculturais tratadas como se fossem monoculturais e monolíngües. A resistência dos alunos a aprender e à escola é vista como parte de outros fatores e não como relacionada à diferença lingüístico-cultural²⁴ (Jung, em andamento).

Nessas escolas localizadas em comunidades imigrantes, algumas contam com professores da própria²⁵ comunidade. As escolas são oficialmente monolíngües, mas, em comunidades bilíngües, é natural que haja trânsito entre uma e outra língua e é isso que se viu na prática (Jung, 1997). É claro que há sempre o receio de o professor de não estar trabalhando de acordo com a

²⁴ A discussão do termo cultura não faz parte do escopo deste texto. O termo, aqui utilizado com base em De Certeau (1995), Erickson (1996, 1997) e Azcona (1993), carregado de imprecisão e polissemia, é parte tanto do cotidiano da rua como da academia.

²⁵ Às vezes, professores da própria comunidade com o poder que a instituição lhes confere podem ser insensíveis às suas próprias origens. Outras vezes não: intuitivamente desenvolvem uma sensibilidade, quem sabe para compensar o problemas que eles próprios, como alunos, enfrentaram na escola (Ver Osborne, 1996, e Jung, 1997).

Secretaria da Educação (cf. Jung, 1997, e Pereira, 1999) e há sempre uma afirmação sobre o português como sendo a única língua da escola. Tantos anos passados da proibição das línguas dos países do Eixo nas escolas e essa questão continua. A solução poderia vir dos supervisores de ensino, que deveriam ser sensíveis à diversidade lingüístico-cultural para poder orientar os professores. Reclamam esses supervisores²⁶ sobre sua falta de conhecimento sobre o contexto em que atuam os professores. São, portanto, necessários cursos²⁷ para formadores de professores e para agentes e técnicos de secretarias de educação e delegacias de ensino (ou similares) que estão em contato com esses professores. Essa sugestão ratifica a proposta constante do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.

Em outras palavras, a política lingüística de monolingüismo no Brasil (Cavalcanti, 1996b) é uma questão naturalizada, tornada natural. Para Wiley (1996:103): *Apesar de sua recência [data de 1960] como uma área acadêmica, o planejamento lingüístico e a análise da política lingüística sempre existiram como atividades de estados e impérios, embora não explicitamente sob esses rótulos.* E de novo essa não é uma questão isolada. Para Wiley (1996:105): *Em sociedades onde a maioria da população é monolíngüe (...), há freqüentemente uma suposição subjacente de que o monolingüismo (...) representa um estado ideal natural, enquanto o multilingüismo representa um condição temporariamente anormal.* No Brasil, a maioria da população é vista como monolíngüe, mas como apontado anteriormente, essa visão é artificial, porém extremamente eficaz para a imagem de estado ideal natural longe do "perigo" de qualquer condição temporariamente anormal proveniente de situações de bi/multilingüismo.

2. Os estudos sobre educação em contexto bilíngüe: a invisibilidade do bilingüismo e do "bidialetalismo"

A gente não fala bem nem o alemão nem o brasileiro.

Depoimento de morador de comunidade imigrante de zona rural (Pereira, 1999).

²⁶ Anotações realizadas durante o Seminário Estadual sobre o Currículo de Magistério Indígena. Participação (na elaboração e) na apresentação das disciplinas de Línguas, Estudo Dirigido e Iniciação à Pesquisa. Rio Branco, Acre. 23 a 25/05/1996.

²⁷ A Comissão Pró-Índio do Acre estará responsável por um curso para técnicos e supervisores da Secretaria de Educação do Estado a partir do ano 2000.

²⁸ E o contato (que às vezes se torna conflito nessas situações) com o português escrito foi na escola...

Minha primeira língua é o japonês, a língua da minha família. Meu primeiro contato com o português²⁸ foi com os empregados da fazenda [no interior de São Paulo]. (Takasu, 1999)

Há um ponto em comum entre os contextos apresentados sejam eles de comunidades indígenas, de comunidades de imigrantes e de fronteira: são de tradição oral. São também de tradição oral as comunidades rurais e rurbanas. As crianças (e adultos) dessas comunidades se deparam com uma língua(gem) totalmente desconhecida na escola: o português escrito. Além disso, essas comunidades pertencem a minorias lingüísticas (muitas com terra própria como relatam Jung, 1997, Martins, 1996, Pereira, 1999a) e falam mais de uma língua, apesar de não se reconhecerem e não serem reconhecidas como bilíngües. Houve um processo de naturalização da invisibilidade desse tipo de bilingüismo. Por exemplo, até há pouco tempo, os indígenas eram sempre apresentados no tempo passado nos livros didáticos como se não existissem mais; os imigrantes eram mencionados pela mídia somente em épocas festivas quando interessava mostrar que as comemorações eram realizadas de modo diferente, peculiar. As comunidades de fronteira e as comunidades de surdos não apareciam nem na mídia e muito menos nos livros didáticos. Em relação ao bidialetalismo, o "caipira", por exemplo, só aparece na mídia, de forma estigmatizada, durante o período de festas juninas.

Nos estudos realizados por Jung (1997) e por Pereira (1999) foi observado que nesses contextos há um sentimento de inferioridade em relação às línguas faladas devido a pelo menos dois fatores: a) as línguas faladas não são (d)escritas e como tal não são reconhecidas; b) a incidência de não escolarização dos integrantes adultos da comunidade. No caso das comunidades rurbanas (urbanas de origem rural), de tradição oral, a língua da escola também é diferente daquela falada em casa e na comunidade. Neste caso, no entanto, o foco não está nas minorias lingüísticas: são, na verdade, maiorias²⁹, porém com tratamento de minorias, que falam uma variedade de

²⁹ Ver discussão de Robinson (1993:52). Para o autor, "a noção de língua minoritária tomou forma através da análise de situações onde a distinção entre maioria e minoria era precisa." No entanto, essa distinção é difusa em muitas situações como em um caso na África que o autor focaliza em sua pesquisa. Além da discussão sobre o conceito de língua minoritária, Hornberger (1998:453) focaliza os conceitos minoria x maioria e afirma que essa distinção está mais relacionada a poder [e prestígio] do que a quantidade (números), ou seja, uma maioria de excluídos significa -poder e -prestígio. Uma minoria de elite tem +poder e +prestígio. Além disso, os termos dão idéia de homogeneidade, escondendo a diversidade e a heterogeneidade dos grupos.

português considerada de baixo prestígio, e, portanto, naturalizadamente invisível (Vide discussão em Bortoni-Ricardo, 1984 e em Bagno, 1997, 1999) e inferiorizada dentro e fora da comunidade.

Os estudos mencionados no parágrafo anterior vêm mostrando escolas oficialmente monolíngües em cenários bilíngües/bidialectais, onde as línguas da comunidade convivem com a língua da escola, muitas vezes de forma imperceptível aos participantes ou de forma não reconhecida pelos mesmos em suas representações sociais³⁰ (Fairclough, 1989). Como mencionado, no entanto, ainda se sabe muito pouco sobre essas escolas. Mais estudos são necessários.

Antevejo um ponto de divergência nas representações sociais que as comunidades podem ter sobre a escola e sobre a escrita e suas relações com a discussão atual sobre o letramento (Vide Street, 1993, 1995; Barton, 1994; Soares, 1999; Heath, 1987; Kleiman, 1995). No contexto indígena (Cavalcanti, 1998c), a escola é algo que vem de fora, alheia à educação tradicional dentro da cultura local, mas pode ser algo mais próximo dependendo do contato do grupo com a sociedade envolvente (Ver César, em andamento). Nas escolas em comunidades imigrantes, de fronteira e rurbanas a relação pode ser diferente. Ainda se sabe pouco sobre o assunto.

Em 1987, Zuñiga et alii afirmava que "o cenário em que se processa a Educação Indígena latino-americana é, por um lado, repleto de experiências de extrema riqueza e profundidade, por outro, ele é carente de documentação, e mais ainda de pesquisas científicas". Dado o quadro que é apresentado por Hornberger (1997), o cenário de pesquisa em educação bilíngüe indígena nos outros países da América do Sul não é muito diferente do que dizia Zuñiga et alii (1987). Também não é diferente do que aconteceu no Brasil, uma vez que até o início da década de 90, a maior parte dos trabalhos de pesquisa focalizava a descrição de línguas indígenas. A educação escolar indígena estava, sem dúvida, representada em projetos, porém esses projetos, via de regra, não incluíam pesquisa.

O cenário brasileiro já começou a mudar. De todos os contextos já mencionados, é o indígena que tem merecido maior atenção por parte de

³⁰Para Fairclough (1989:11): representações são procedimentos de interpretação baseados na ligação, e conhecimento de mundo das pessoas, suas crenças, seus valores e pressuposições. Ver também Hall (1996) e Cavalcanti (1999b).

pesquisadores, por exemplo, Resende (1992), Ferreira (1992), Carvalho, (1995), Monte (1996), Grillo Guimarães (1996), Cunha (1996), Taukane (1999). É importante registrar que duas dissertações de mestrado vêm de pesquisadoras direta ou indiretamente oriundas de comunidades indígenas. Taukane talvez seja a primeira pesquisadora indígena a olhar seu próprio povo e sua escola. Já Carvalho se autodenomina descendente de Terena e também investiga a educação escolar indígena. Uma parte desses trabalhos foi desenvolvida em faculdades de educação e outra parte em departamentos de antropologia. Os trabalhos realizados especificamente na área de Linguística Aplicada são de Maher (1990, 1996) Mendes (1995, em andamento), César (em andamento), Freitas (em andamento). Maher (1990 e 1996), Rezende (1992), Monte (1994) foram desenvolvidos dentro do Projeto de Aatoria, projeto de educação da CPI-Acre. Dois dos cinco trabalhos de tese/dissertação (Maher, 1990 e 1996) que investigaram o cenário do Projeto de Aatoria, e mais um, o de Mendes (1995) foram desenvolvidos no Projeto Escolas da Floresta e em seu antecessor (Projeto Guarani). Todos os três trabalhos focalizaram o curso de formação de professores índios de acordo com o objetivo do projeto que os abrigava. Esses trabalhos todos representam um começo. Há necessidade de mais pesquisa. E se há ainda carência de pesquisa em educação escolar indígena, há também no caso das comunidades imigrantes e muito mais há nas comunidades de fronteira e nas comunidades de surdos.

As comunidades imigrantes têm sido examinadas em trabalhos de pesquisa de viés sociolinguístico que tem potencial para trabalhos futuros em LA. Por exemplo, MacRae (1997) focaliza a comunidade britânica em São Paulo, e estende seu interesse para um levantamento das comunidades imigrantes no Estado de São Paulo. Kulczynskyj (1997) vem há tempo investigando a comunidade ucraniana no Paraná. Ambos os pesquisadores são das comunidades pesquisadas. Há ainda dissertações de mestrados, por exemplo, Leme (1984), Barnet-Fürst (1989), que se constituem em trabalhos únicos, de meu conhecimento, sem continuidade. Kreutz (1994) registra três teses realizadas no exterior focalizando a nacionalização das escolas nas comunidades alemãs no sul do Brasil. Não há, no entanto, ainda muitos trabalhos de pesquisa focalizando salas de aula no contexto imigrante. Na Unicamp, na área de Linguística Aplicada, há dois trabalhos de pesquisa concluídos, uma dissertação de mestrado (Jung, 1997) e uma tese de doutorado (Pereira, 1999) ambos sobre escolas em comunidades rurais de imigração alemã no Paraná. Há também uma pesquisa focalizando descendentes de japoneses na sala de aula de língua japonesa na universidade (Takasu, 1999).

Nas regiões de fronteira, o trabalho mais conhecido é o de Trindade, Behares & Fonseca (1995) sobre escolas na fronteira Brasil-Uruguai. Há também vários trabalhos de pesquisa voltados para a fronteira com o Paraguai: brasiguaios. São, na maioria das vezes, trabalhos de descrição sociolinguística que podem servir de ponto de partida para trabalhos em LA. Há um estudo de Martins (1996) sobre uma comunidade de imigrantes brasileiros no Paraguai. Outro estudo de Santos (1999/UFPr) focalizando crianças brasiguaias em escolas de Foz do Iguaçu. Especificamente no campo da Linguística Aplicada, há o estudo de Martins (em andamento) que investiga uma comunidade imigrante rural cujos integrantes foram do Paraná para o Paraguai. São descendentes de alemães. Seus filhos vão para a escola pública onde o meio de instrução é o espanhol, tem contato com outras crianças que falam também o Guarani. Em casa, falam o português ou o alemão. Ainda outro estudo, recém-iniciado dentro do Projeto Vozes na Escola, de Pereira (em andamento) focaliza estudantes que moram no Paraguai e estudam em Foz do Iguaçu.

Os estudos sobre a sala de aula com alunos surdos e sobre a educação Zuñiga bilíngüe para surdos são escassos³¹ (Vide, no entanto, Freire, 1998). Talvez a afirmação de et alii (1987) seja aplicável aqui (Ver, ainda, Favorito, 1999.) no sentido de que há descrições de projetos educacionais e essas descrições representam cenários potenciais para pesquisas futuras. O Instituto Nacional de Educação de Surdos/RJ tem contribuído para essa discussão com os vários seminários que já promoveu nesta década. Os anais de congressos sobre educação e surdez e sobre educação especial tanto desse instituto como de outras instituições mostram também que há grupos que trabalham com comunidades de surdos que demonstram interesse na área de educação bilíngüe e que uma interlocução (Vide Maher, 1996) entre essas áreas já foi iniciada.

Em relação aos cenários bidialetais, Stella Maris Bortoni-Ricardo (1984, 1988) é pioneira tanto na orientação de estudos (ver, por exemplo, Dettoni, 1995) sobre escolas em comunidades rurais e urbanas e sobre meninos de rua (Carvalho, 1989) como também na proposta de currículo bidialetal (Bortoni & Quental, s.d.). Kleiman (1991, 1995) e colaboradoras como Terzi (1995) e Signorini (1992) também têm contribuições relevantes na área.

3 - O cenário sociolinguístico focalizado e a formação de professores: algumas

³¹Ver também Gesser (1999) em estudo sobre ouvintes aprendendo LIBRAS com um professor surdo.

implicações

Já na comunidade japonesa, apesar de o programa de ensino ser o mesmo, apareceu a diferença: os alunos eram mais disciplinados, os pais completamente presentes na vida escolar dos filhos, mas o problema da língua dificultava o aprendizado, pois havia alunos que não entendiam uma só palavra em português.

(...) havia o programa a cumprir, as séries misturadas, e a língua como mais um trabalho a cumprir. Na hora do recreio, eu brincava com eles, fazendo os alunos japoneses que falavam o português brincar e falar com aqueles que nada entendiam, para que por meio da brincadeira eles fossem gravando e tomando conhecimento da nossa língua.

D. Lourdes Serrão, professora primária em depoimento realizado em 1992 sobre o final dos anos quarenta no interior do Estado de São Paulo.

Na época em que ser professor era ser respeitado, quando as condições de trabalho eram dignas, quando o professor primário escolhia sua vaga dependendo de classificação em concurso, quando geralmente se começava na zona rural para depois ir se buscar uma posição na zona urbana, a professora Serrão, em suas memórias, recordou a dificuldade enfrentada em sua primeira sala de aula em uma fazenda no interior de São Paulo. A fazenda era parte de uma comunidade imigrante japonesa: os alunos em sala de aula, crianças japonesas que não falavam português, e, havia também alguns poucos alunos filhos de trabalhadores recém-chegados do Nordeste do Brasil. Pode-se imaginar a surpresa dessa professora formada para dar aula no curso primário para falantes nativos de português?

Se o professor (bem) formado para trabalhar nos anos quarenta enfrentava esse quadro sociolinguístico complexo e apelava para sua intuição para trabalhar na situação bilíngüe-bidialectal configurada, imagine-se o que a formação (carente) dos anos oitenta e noventa põe em evidência nos cenários de sala de aula atuais que são principalmente (mas não somente) bidialectais.

Os professores de hoje enfrentam problemas semelhantes aqueles enfrentados pela professora na comunidade japonesa. O contexto sociolinguístico em todos os exemplos acima é sempre complexo e, os cursos de magistério e de Letras não formam professores para enfrentar essas

realidades. Continuam formando pessoas para trabalhar com o falante nativo ideal em uma comunidade de fala homogênea, sem conflitos ou problemas de qualquer espécie. A escola parece conseguir ficar distante do contexto sócio-histórico e "sobreviver". E isso é suficiente para os tempos atuais de tantas e tão rápidas mudanças? Como já apontei (Cavalcanti, 1999a, entre outros), não vejo a culpa com os professores. Os cursos de formação de professores dentro da conjuntura atual de políticas lingüísticas (muitas vezes não explícitas) e de políticas educacionais devem arcar com essa culpa sobre o status quo. A diversidade lingüística e cultural precisa ser parte da sala da aula, das comunidades envolventes, dos cursos de formação.

Quando focalizo a formação do professor para atuar em contexto bi/multilíngüe, estou pensando tanto no Curso de Magistério como no Curso de Licenciatura. Estou pensando tanto no professor que no Ensino Fundamental vai trabalhar com múltiplas disciplinas, um trabalho perpassado pelo português e suas variedades em comunidades urbanas, rurbanas e rurais, como no professor que vai trabalhar com a disciplina língua portuguesa em contexto bi/multilíngüe, bi/multicultural nas mesmas comunidades. Uma vez que a diversidade social e lingüística é apagada e o monolingüismo, naturalizado, parece haver uma justificativa para que não haja questionamento sobre questões várias, por exemplo, a variedade lingüística a ser meio de instrução. Aceita-se como natural que seja o português padrão e nem se cogita na tomada da variedade lingüística familiar ao aluno como ponto de partida. (Ver, no entanto, os trabalhos de Magda Soares, na área de educação, e Stella Maris Bortoni, na sociolingüística educacional.) Aceita-se como natural que todos os alunos compartilhem de uma mesma e única cultura. No entanto, os alunos podem pertencer a grupos culturais diversos, de tradição oral, que são invisibilizados de forma homogeneizante. Por exemplo, usa-se o termo "negros" para fazer referência às comunidades de descendentes de africanos, mas há aí grupos culturais distintos (Ver César, 1995). (As línguas ancestrais dessas comunidades estão hoje circunscritas principalmente, mas não somente, ao espaço ritual religioso.)

No Curso de Magistério, a Língua Portuguesa é uma disciplina a mais em um currículo que enfatiza a educação geral. Se há nesse currículo um distanciamento da língua, que afinal perpassa todas as matérias dentro das primeiras séries na escola, imagine-se, o distanciamento do ensino de língua dentro de um contexto de diversidade lingüístico-cultural. O Curso de Magistério, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (Versão preliminar, Novembro, 1995), é uma 'habilitação técnica'.

Há mais de cem habilitações técnicas, o magistério é uma delas. Sendo uma habilitação técnica, cabe ao professor dar a aula e ponto. Em outras palavras, o foco está no "treinamento" e não na formação do profissional da educação.

Os Cursos de Licenciatura de maior prestígio, em muitos casos, se vangloriam por não formar professores. Os professores que acabam indo para as escolas públicas estudam em faculdades particulares pequenas. De qualquer modo, o foco desses cursos é muito mais no conteúdo, deixando a parte pedagógica para os últimos semestres. (Vide Cavalcanti e Moita Lopes, 1991). Disciplinas que seriam essenciais no curso nem fazem parte do currículo, por exemplo, Lingüística Aplicada, Sociolingüística (Educativa), Iniciação à Pesquisa, Antropologia (Educativa), Interação em Sala de Aula. Essas disciplinas poderiam, dependendo de como fossem dadas, sensibilizar os futuros professores para o contexto sociolingüístico complexo que os esperam em muitos dos lugares onde farão sua prática docente.

Nos Cursos de Licenciatura, há um currículo mínimo geralmente concretizado de forma segmentada. Fala-se em integração de conteúdos, mas a segmentação continua. O currículo mínimo é constituído de dois blocos:

- conteúdos específicos
- matérias pedagógicas (estrutura e funcionamento do ensino de Primeiro e Segundo Graus, didática, prática de ensino e psicologia da educação. Normalmente as matérias pedagógicas são cursadas nas Faculdades de Educação ou, como, acontece na maioria dos casos (faculdades particulares), nos institutos onde se deu a formação específica (Letras, Matemática, Geografia, História, Ciências, etc). (Fonte: Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Versão preliminar, Novembro, 1995)

Além disso, na concretização desse currículo mínimo existe uma assepsia: o ensino de língua materna sempre voltado para um falante nativo ideal e para uma comunidade de fala homogênea. Essa assepsia não combina com os contextos de educação bilíngüe de minorias.

A questão que aqui se coloca é que os currículos de formação de professores deveriam contemplar uma forma ou outra dos contextos bilíngües/multilíngües acima mencionados. Para tanto, os currículos devem ter espaço para a discussão de pedagogias culturalmente sensíveis³² (Vide Erickson, 1987, Ladson-Billings, 1994, Osborne, 1996). Em outras palavras, não adianta

³² Segundo Ladson-Billings (1994) o conceito de pedagogias culturalmente sensíveis repousa nas seguintes proposições: a) O aluno deve experienciar o sucesso; b) O aluno deve manter sua cultura e c) O aluno deve desenvolver sua consciência crítica.

simplesmente mudar as matérias do currículo. Isso tem que acontecer juntamente com a determinação do perfil do aluno entrante e seu objetivo, com o pressuposto filosófico que faz o tecido do curso, com o entrelaçamento dos objetivos das diferentes disciplinas e do pessoal envolvido.

Os programas de formação de professores deveriam focalizar, através da observação e da iniciação à pesquisa, a diversidade lingüística, uma vez que, como se depreende do que foi exposto, ela é parte dos mais diversos contextos e salas de aula no país. O cenário para várias pesquisas está aí nas salas de aula e suas respectivas comunidades do país. O ponto de partida vem a ser, por exemplo, os vários clichês que se ouvem nas escolas por parte de alunos e professores que podem até explicar esse apagamento dos cenários de bidialetalismo/biculturalismo e também de bi/multilingüismo: "não sabe/não sei nem falar português direito", "falam gozado"/"falo diferente deles" (contextos bidialetais e bilíngües), "cometem erros o tempo todo: só escrevem errado", "você fala alguma coisa em sala de aula e é como se estivesse falando sobre algo de outro planeta"/"não entendo o que a professora fala" (bi/multiculturalidade), "esse r não é do português" (contextos bilíngües/bidialetais).

Sabe-se pouco ainda sobre as escolas em vários contextos. Sabe-se menos ainda sobre cursos de formação de professores: geralmente, os currículos são construídos com base em currículos anteriores, sem levar em consideração resultados de pesquisas sobre o assunto, assunto esse que merece preocupação, reflexão e pesquisa. A área tanto de ensino/aprendizagem de língua portuguesa está em desvantagem aqui, pois no ensino/aprendizagem de LE o tema vem sendo objeto de investigação há algum tempo. O mesmo acontece, em menor escala, em educação escolar indígena. E o que tem acontecido em relação à formação de professores indígenas pode ajudar a pensar sobre a formação de professores para a escola pública.

Algumas perguntas que tem permeado a construção de currículos de magistério indígena são: Quem é o professor a ser formado? O que contempla o currículo indígena? Em que difere do currículo de magistério não-indígena? Vou responder estas perguntas focalizando o currículo³³ elaborado pela Comissão Pró-Índio do Acre para os professores índios do Acre e do Sudoeste

³³ O currículo tem dois blocos, formação básica e formação específica e as matérias são: Línguas (Indígenas e Portuguesa) e Literaturas, Matemática, Estudos Sociais, e Ciências na Formação Básica; e Pedagogia, Prática Reflexiva, Estágio Supervisionado, Iniciação à Pesquisa, e Estudo Independente na Formação Específica. Tem ainda duas transversalidades: Temática (três vértices: terra-desenvolvimento sustentado; Língua - bil/multilingüismo; cultura-interculturalidade) e Metodológica - (a formação do professor/pesquisador em serviço).

do Amazonas. O primeiro ponto a ser observado é que o currículo foi elaborado a posteriori e reflete uma prática nos cursos de formação de professores de mais de dez anos de trabalho da CPI-Acre. Uma dessas práticas é a interdisciplinaridade: por exemplo, não há separação entre disciplinas de conteúdo e disciplinas pedagógicas - línguas indígenas, língua portuguesa e metodologia de ensino caminham entrelaçadamente. Quando se trabalha com produção de material didático, isso é feito tanto nas línguas indígenas como em português. Mais um ponto: o professor já está em serviço desde o início do curso e a condição para que ele continue participando é que ele permaneça em serviço. A prática é, portanto, parte integrante do processo. O currículo de magistério indígena é, na verdade, um currículo de formação de 1o. e 2o. graus. Ele contempla a formação do professor desde os primeiros anos de escolarização, pois alguns desses professores foram alfabetizados no início do curso de formação. E um ponto final: o currículo prevê a iniciação do professor em pesquisa.

Faltou especificar quem é o professor em formação. O professor focalizado tem um perfil diferenciado. Além de professor, ele é "agricultor, caçador, [pescador,] extrator [de seringa], produtor, morador de um espaço sócio-geográfico de onde produz e reproduz sua cultura. [Tem ainda] responsabilidade com a construção de alternativas de sobrevivência econômica [auto-sustentada] e com a formação das novas gerações da floresta." (Fonte: Versão preliminar da Proposta Curricular Bilingüe Intercultural para a Formação de Professores Índios do Acre e do Sudoeste do Amazonas").

Em resumo, poder-se-ia levantar algumas implicações do currículo de magistério indígena para se repensar, principalmente³⁴, o Curso de Licenciatura. Nesse repensar, retomando os pontos da discussão anterior, seria necessário direcionar o foco para:

a) o perfil do aluno a ser formado (Nas discussões sobre currículo nas universidades, as horas de cada disciplina parecem ter mais importância do que o perfil do aluno);

b) o aluno como professor (O aluno não é visto como futuro professor nem pelos formadores nem por eles próprios. Diferentemente, no curso de magistério indígena, o aluno é tratado como professor mesmo que não vá selo. Enquanto está no curso, é professor.)

c) o currículo de Letras: O currículo de Letras é um apanhado de matérias

³⁴ O curso de magistério está sendo descontinuado. Fica a indagação sobre a modificação a ser feita e suas implicações a médio e longo prazo.

que cumprem o currículo mínimo. Essa matérias aí estão desde o tempo das Belas Letras. Não é hora de mudar?

d) a formação de professores com reflexão sobre a prática (Vide Cavalcanti, 1999a);

e) a necessidade de maior número de pesquisas sobre os cursos de formação de professores

f) o reconhecimento da necessidade de diversidade lingüística e cultural nas escolas no Brasil. (Nem a língua 2 ensinada como língua estrangeira nas escolas em comunidades imigrantes, por exemplo, tem prioridade na escolha da língua estrangeira? Isto é: espanhol nas regiões de fronteira; alemão, italiano, ucraniano, japonês, holandês, polonês, etc. em comunidades imigrantes de estabelecimento antigo quando a língua não é mais mantida. E quando a língua é mantida, por que não considerar a possibilidade de educação bilíngüe?)

g) a necessidade de mais pesquisas em sala de aula dentro de uma visão antropológica e educacional (Vide Jacob & Jordan, 1996), sensível à diversidade cultural e lingüística (Vide Hornberger, 1997, 1998).

Evidentemente que os itens acima não esgotam a discussão. Podem ser vistos como pontos de partida para uma reflexão necessária e já tardia.

Considerações Finais

Neste texto, arranhei apenas a superfície do tema, a ponta do iceberg. Há muitas outras questões a serem desveladas; muitos outros contextos a serem estudados. É necessário também conhecer melhor os contextos que focalizei. Dessa maneira, aprofundando e ampliando o conhecimento e colocando a história do país em evidência, pode-se buscar uma contribuição para efetivar uma política lingüística de inclusão que tenha influência na modificação dos cursos de formação de professores e de técnicos e agentes educacionais. O importante nessa trajetória é rever, repensar e trabalhar as negações e os apagamentos³⁵ da diversidade e da diferença (Vide Weeks, 1991, Barth, 1969.) e os preconceitos (Bagno, 1999) decorrentes que são parte integrante do cenário sociohistórico, cultural e lingüístico brasileiro. Essa reflexão e esse trabalho precisa ser visto de modo amplo e integrado nas escolas (professores e agentes educacionais, alunos e suas famílias), nas comunidades e na sociedade envolvente.

Em resumo, os contextos multilíngües, e por extensão, multiculturais, no

³⁵ Na imagem construída pelo "senso comum", a Língua Portuguesa sempre foi falada no Brasil. Nessa imagem, apaga-se a Língua Geral ou Nheengatu (de origem tupi) falada no país nos séculos XVII a XX. (Ver, entre outros, Barros, Borges & Meira, 1996) Apaga-se também a Língua Geral Africana da época colonial.

Brasil não são minoritários e devem fazer parte da educação de professores. Em outras palavras, é regra entrar em uma sala de aula multicultural/multilíngüe. Exceção seria encontrar uma sala de aula com "falantes nativos ideais" dentro de uma "comunidade de fala homogênea". Conforme apontei anteriormente (Cavalcanti, 1998c), "é mister que se discuta a relação entre bilingüismo/bidialealismo e escola(rização)" nesses contextos de minoria ou de maioria numérica sem poder ou prestígio.

Minha insistência em trazer os contextos bidialetais para este texto sobre estudos sobre educação em contextos bi/multilíngües de minorias está pautado na relevância do tema para a formação de professores. Falar sobre educação em contextos bilíngües no Brasil faz parte do presente com o qual nos deparamos a cada momento nas salas de aula da zona urbana e da zona rural, principalmente, pela interface da educação bilíngüe de minorias com o "bidialealismo" das variedades lingüísticas estigmatizadas. Os contextos que apresentei tem muitos pontos de convergência e espero tê-los mostrado a contento. Há muito que intercambiar e aprender entre os contextos mencionados e outros contextos que ainda não estão estudados. Espero que a reflexão realizada sirva de inspiração para trabalhos de pesquisa futuros que venham a contribuir para a discussão.

Algumas das questões que ficam para esses trabalhos futuros são: A existência de um contexto bilíngüe justifica (sempre) a necessidade de educação bilíngüe e intercultural? O que se entende por educação bilíngüe? Todo contexto bilíngüe é também intercultural? O que se entende por educação em contextos bi/multilíngües? Por que as línguas de tradição oral não tem espaço na escola? O professor em contexto bilíngüe necessita de formação específica? A educação em contextos de minorias não está ajudando a cristalizar mitos que geram preconceitos? Como essas perguntas poderiam ser adaptadas a contextos bidialetais? Tendo estas perguntas como pano de fundo e tendo em primeiro plano as vozes (cf. Bakhtin, 1990, Wertsch, 1991, Cazden, 1993) dessas comunidades bi/multilíngües invisíveis, apagadas do mapa, pode-se focalizar (cf. Cavalcanti, 1997a) os cursos de formação de professores como profissionais em preparação para uma realidade muito mais complexa e inserida dentro do contexto sociohistórico atual. Em resumo, o trabalho com o falante de português padrão em comunidades de fala onde não haja conflitos ou problemas constitui uma fantasia, alimentada implícita ou explicitamente pela negação das línguas (indígenas, africanas, de imigrantes, de sinais) e das variedades do português do Brasil e pelo apagamento dessas comunidades bilíngües pela sociedade, pela elite, pelos escolarizados, pela mídia...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZCONA, J. (1993) *Antropologia II - A Cultura*. Petrópolis: Vozes.
- BAKHTIN, M. (1990) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec.
- BAGNO, M. (1997) *A Língua de Eulália: Novela sociolinguística*. São Paulo: Editora Contexto.
- _____ (1999) *Preconceito Linguístico: O que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola.
- BÄRNERT-FÜRST, U. (1989) Manutenção e mudança linguística no Município de Panambi: Um estudo qualitativo e quantitativo. Dissertação de Mestrado inédita. Unicamp.
- BARROS, M.C.D.M., L.C. BORGES & M. MEIRA (1996) A Língua Geral como identidade construída. *Revista de Antropologia*, **39/1**:191-220.
- BARTH, F. (org.) (1969) *Ethnic groups and boundaries: the social organization of cultural difference*. Boston: Little, Brown & Co.
- BARTON, D. (1994) *Literacy: An Introduction to the Ecology of Written Language*. Oxford: Blackwell.
- BEHARES, L.E. (1982) Diglosia em la sociedad escolar de la frontera uruguaya com Brasil. Matriz social del bilingüismo. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **6**: 228-234.
- BORTONI-RICARDO, S.M.B. (1984) Problemas de comunicação interdialeto. *Revista Tempo Brasileiro*, **78/79**: 9-32.
- _____ (1985) *The Urbanization of Rural Dialect Speakers: A Sociolinguistic Study in Brazil*. Cambridge.
- _____ (1988) Situações dialógicas assimétricas: implicações para o ensino. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, **18**: 39-60.
- _____ (1998) A análise do português brasileiro em três continua: o continuum rural-urbano, o continuum oralidade-letramento e o continuum de monitoração estilística in S. GROSSE & K. ZIMMERMANN (orgs.) Frankfurt: TFM.
- BORTONI, S.M. & L. QUENTAL (s.d) Currículo bidialeto de Língua Portuguesa para o 1o Grau. (mimeo)
- BRITO, L.F. (1993) *Integração social e educação de surdos*. Rio de Janeiro: Babel Editora.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. (1988) *A Crise do Indigenismo*. Campinas: Editora da Unicamp.
- CARRIKER, M.K. (1998) Re)construção de identidades em narrativas na primeira pessoa: casos de bilíngües. Dissertação de Mestrado inédita. UNICAMP.

- CARVALHO, M.A. (1989) *Tô vivu - Histórias dos meninos de rua*. Goiânia: CEGRAF/UFG.
- CARVALHO, R.F. de (1995) Subsídios para a compreensão da educação escolar indígena Terena do Mato Grosso do Sul. Dissertação de Mestrado inédita/UFSM.
- CAVALCANTI, M.C. (1990) Projeto Guarani: Educação Bilíngüe e Bicultural (Currículo e formação de professores. Projeto de Auxílio Integrado a Pesquisa - CNPq 1990-1991, 1991-1992.
- _____ (1991) Interação Guarani/não-Guarani: Etnocentrismo naturalizado na questão do silêncio inter-turnos. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, **18**: 101-110.
- _____ (1993) O aspecto sociocognitivo da leitura (pós-alfabetização) em português como segunda língua em contexto indígena. Projeto de Pesquisa. Bolsa Pesquisa CNPq. (1993-1995)
- _____ (1993) Escolas da Floresta e a Formação de Professores: Análise de interações transculturais e intraculturais em contexto pedagógico (1993-1995/1995/1997) Projeto de pesquisa, financiamento FAPESP Proc. No. 1996/4443-7 (1997-1999) Participação: Coordenadora e pesquisadora.
- _____ (1996a) Collusion, resistance and reflexivity: Indigenous teacher education in Brazil. *Linguistics and Education*, **8**: 3-16.
- _____ (1996b) Conferência de abertura na XII JELI: Políticas lingüísticas no Brasil (Language teaching policies in Brazil: A retrospective analysis). Departamento de Letras/Universidade de São Paulo e APLIESP. 17/05/1996.
- _____ (1997a) Formação de professores para contextos bilíngües no Brasil. Conferência proferida na Programação da ALAB na 49ª Reunião Anual da SBPC. Belo Horizonte, MG, 18/07/97.
- _____ (1997b) O índio e a escola: A linguagem na construção de representações sobre a educação indígena pós-contato. Projeto de Pesquisa (Proc. CNPq 520616/95-2 NV) (1997-1999) Participação: Coordenadora e pesquisadora
- _____ (1998a) Escola(rização) em contextos bilíngües: foco no contexto indígena. Trabalho apresentado no simpósio "Bilingüismo e Construção do Conhecimento" no V CBLA (Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada), UFRGS, Porto Alegre, RS, 31/08a 04/09/1998.
- _____ (1998b) Review of S.L. MACKAY & N.H. HORBERGER (orgs.) (1996) *Sociolinguistics and Language Teaching*. *Language and Education*, **12/2**:154-157.
- _____ (1998c) Relatório parcial de pesquisa do Projeto "Escolas da Floresta" apresentado à FAPESP. (mimeo)

- _____ (1999a) A prática como fonte de projetos de pesquisa para a formação de professores. In: J. C. P. ALMEIDA F^o (org.) *Professores de Língua Estrangeira em Formação*. Campinas, SP: Editora Pontes.
- _____ (1999b) Representaciones sociales en una práctica de lengua escrita: interacción transcultural en un curso para formación de maestros para escuelas de la región occidental de la selva amazónica en Brasil. In: A.M. MEJÍA & L.TÓVAR (orgs.) *Perspectivas Recientes del Bilingüismo y de la Educación Bilingüe en Colombia*. Editora da Universidad del Valle, Cali, Colômbia.
- _____ (1999c) Vozes na Escola: Cultura e Identidade em Cenários Sociolingüisticamente Complexos (Implicações para a formação de professores em contextos bilíngües e/ou bidialetais). Projeto CNPq 520616/95-2, Modalidade Auxílio Integrado à Pesquisa.
- _____ (1999d) Entrecruzamento de Vozes e Representações: o professor e a escola na comunidade (Bilingüismo e/ou bidaletalismo em contextos de tradição oral, minoritários ou majoritários com tratamento de minorias). Plano de trabalho/projeto de pesquisa apresentado ao CNPq na modalidade Bolsa Produtividade (Auxílio Integrado à Pesquisa).
- CAVALCANTI, M.C. & T. M. MAHER (1993) Interação transcultural na formação do professor índio. In: L. SEKI (org.) *Interação Índio/Não-Índio no Limiar do Século XXI*. Campinas: Editora da UNICAMP: 217-230.
- CAVALCANTI, M.C. & L.P. MOITA LOPES (1991) Implementação de Pesquisa na Sala de Aula de Língua Estrangeira. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, **17**:133-144.
- CAZDEN, C. B. (1993) Vygotsky, Hymes, and Bakhtin: From word to utterance and voice. In: E.A. FORMAN, N. MINICK & C.A. STONE (orgs.) *Contexts for Learning: Sociocultural Dynamics in Children's Development*. New York: Oxford Press.
- DE CERTEAU, M. (1995) *A Cultura no Plural*. Campinas: Papirus. (Tradução de obra originalmente publicada em 1993).
- CÉSAR, A.L. (1995) Formação de guias e guardiães do Parque São Bartolomeu: a diversidade lingüística em diversas linguagens. *Afro-Ásia*, **16**:135-166.
- _____ (em andamento) Construção de autoria na formação do professor. Projeto de pesquisa visando tese de doutorado. PPGLA/UNICAMP.
- CÉSAR, A.L. & J. SILVA (1992) As políticas de segregação e resistência negra. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, **7**: 89-98.
- COMISSÃO Pro-Índio do Acre, Narradores Kaxinawá, Escritores Kaxinawá (s.d.) Shenipabu Miyui - História dos Antigos. Comissão Pró-Índio do Acre. Rio Branco, Acre.
- Correio Braziliense*, 21/09/97 (Fonte: <http://www.maturidade.com.br/saude/>

antigos/surdez.htm)

- CUNHA, M.J. (1996) The Yudja of Xingu: Language, literacy and social changes among speakers of an endangered language. PhD thesis. University of Lancaster.
- D'ANGELIS, W.R. & J. MAZZAROLLO (1981) A migração brasileira para o Paraguai. *Cadernos de Justiça e Paz*.
- DETONI, R.V. (1995) Interação em Sala de Aula: as crenças e a prática do professor. Dissertação de Mestrado inédita. UnB.
- ELIZAINCÍN, A.E. (1976) The emergence of bilingual dialects on the Brazilian-Uruguayan border. *IJSL*, **9**: 123-134.
- ELIZAINCÍN, A.E., L.E.BEHARES & G. BARRIOS (1987) *Nos falemo brasileiro. Dialectos Portugueses em Uruguay*. Montevideo: Amesur.
- ERICKSON, F. (1987) Conceptions of school culture: An overview. *Educational Administration Quarterly*, **23/4**: 11-24.
- _____ (1996) Transformation and school success: the politics and culture of educational achievement. In: E.JACOB & C. JORDAN (orgs.) *Minority Education: Anthropological Perspectives*. Norwood: ALEX. (2ª edição, 1ª edição 1993).
- _____ (1997) Culture in society and in educational practices. In: J.A.BANKS & C.A. MCGEE BANKS (orgs.) *Multicultural Education: Issues and Perspectives*. Boston: Allyn and Bacon.
- FAIRCLOUGH, N. (1989) *Language and Power*. Londres: Longman.
- FAVORITO, W. (1999) Educação bilíngüe para surdos. III Congresso Brasileiro sobre Educação Especial. Caderno de Resumos. Curitiba/Pr, 20 a 22/05 e 16 a 18/06, Natal/RN.
- FERREIRA, M.K.L. (1992) Da origem dos homens à conquista da escrita: um estudo sobre povos indígenas e educação escolar indígena. Dissertação de mestrado inédita. USP
- Folha de São Paulo*, Caderno Mais! (06/06/1999) Os Novos Brazilianistas "Negócios com a 'raça brasileira' ", 5:7 e "Armadilhas do racismo" 5:5.
- FRAGA, M.C.S. (1999) O lugar das instruções do livro didático na interação em aula de língua estrangeira. Dissertação de mestrado inédita. UNICAMP.
- FREEMAN, R. (1998) *Bilingual Education and Social Change*. Clevedon: Multilingual Matters.
- FREITAS, D.B.A.P. (1998) Makuxi - como as crianças sentem e usam sua língua tradicional na escola? Projeto de pesquisa visando tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada/UNICAMP.
- FREIRE, A.F. (1998) A aquisição do português como segunda língua: uma proposta de currículo. *Revista Espaço*, **9**. Rio de Janeiro/INES.
- GARCIA, O. & C.BAKER (orgs.) (1995) *Policy and Practice in Bilingual*

Education: Extending the Foundations. Multilingual Matters.

- GEE, J. P. (1990) *Sociolinguistics and Literacies: Ideology in Discourse*. Londres: Falmer Press.
- GESSER, A. (1999) Teaching and learning Brazilian Sign Language as a foreign language: a microethnographic description. Dissertação de Mestrado inédita, UFSC.
- GRILLO GUIMARÃES, S.M. (1996) A aquisição da escrita e diversidade cultural - a prática dos professores Xerente. Dissertação de Mestrado inédita, Universidade de Brasília.
- GROSJEAN, F. (1982) *Life with Two Languages: An Introduction to Bilingualism*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- GUIMARÃES, S.M.G. (1996) A aquisição da escrita e diversidade cultural - a prática de professores Xerente. Dissertação de mestrado inédita. UnB.
- HALL, S. (1996) *Cultural Representations and Signifying Practices*. Londres: Sage/Open University Press.
- HAMEL, R.E. (1989) Determinantes sociolingüísticos de la educación bilíngüe. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, **12**.
- HAMEL, R. E. & M.T. SIERRA (1983) Diglossia y conflicto intercultural: la lucha por um concepto o la danza de los significantes. *Boletín de Antropología Americana*, **8**: 98-110.
- HEATH, S.B. (1987) *Ways with Words: Language, Life and Work in Communities and Classrooms*. Cambridge University Press.
- HORNBERGER, N.H. (1991) Extending enrichment bilingual education: Revisiting typologies and redirecting policy. In: O. GARCIA (org.) *Bilingual Education Focusschrift in Honor of Joshua A. Fishman*. Volume 1. Philadelphia: John Benjamins.
- _____ (org.) (1997) *Indigenous Literacies in the Americas: Language Planning from the Bottom up*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- _____ (1998) Language policy, language education, language rights: Indigenous, immigrant and international perspectives. *Language in Society*, **27**: 439-458.
- JACOB, E. & C. JORDAN (orgs.) (1996) *Minority Education: Anthropological Perspectives*. Academic Press.
- JUNG, N.M. (1997) Eventos de letramento em uma escola multisseriada de uma comunidade rural bilíngüe (alemão/português). Dissertação de Mestrado inédita. UNICAMP.
- _____ (1998) A formação de escolas núcleo em um contexto multilíngüe. Projeto de doutorado aprovado em exame de seleção na UNESP/Assis e na UFRGS.
- KLEIMAN, A. B. (1991) Introdução. E um início: A pesquisa sobre interação e

aprendizagem. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, **18**: 5-14.

- _____. (org.) (1995) *Os significados de letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras.
- KLEIMAN, A.B., M. C. CAVALCANTI & S. M. BORTONI (1992) Considerações sobre o ensino crítico de língua materna. *Anais da IX ALFAL*. Setor de Publicações, IEL/UNICAMP.
- KREUTZ, L. (1994) A escola teuto-brasileira católica e a nacionalização do ensino in T.L. MÜLLER (org.) *Nacionalização e Imigração Alemã*. São Leopoldo: Editora UNISINOS.
- KULCZYNSKYJ, W. (1997) The Ukranian language in Brazil: A sociolinguistic study of a bilingual community. Comunicação apresentada no International Symposium on Bilingualism. 09-12/04/97. Newcastle upon Tyne, GB.
- LADSON-BILLINGS, G. (1994) *The Dreamkeepers: Successful Teachers of African American Children*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- LEME, M.L.A. (1984) A linguagem na comunidade tirolesa da cidade de Piracicaba/SP. Dissertação de Mestrado inédita, Unicamp.
- LESSER, J. (1999) *Negotiating National Identity: Immigrants, Minorities, and the Struggle for Ethnicity in Brazil*. Duke Universtiy Press.
- MACRAE, M. (1997) Language shift in the Anglo-Brazilian Community in São Paulo: Language, Culture and Symbolic Domination. Comunicação apresentada no International Symposium on Bilingualism. 09-12/04/97. Newcastle upon Tyne, GB.
- MAHER, T.M. (1990) "Já que é preciso falar com os doutores de Brasília..." Subsídios para o planejamento de curso de português oral em contexto indígena. Dissertação de Mestrado inédita. UNICAMP.
- _____. (1996) Ser professor sendo índio: Questões de língua(em) e identidade. Tese de Doutorado inédita. UNICAMP.
- _____. (1997) O dizer do sujeito bilíngüe: aportes da Sociolinguística. *Anais do Seminário Desafio e Possibilidades na Educação Bilíngüe para Surdos*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Surdos.
- _____. (1998) Português é língua de índio. Bay (A educação escolar indígena em Minas Gerais). Publicação do Programa de Implantação das Escolas Indígenas de Minas Gerais. Secretária da Educação do Estado de Minas Gerais. (págs 40-43).
- MAHER, T.M. & M.C.CAVALCANTI (1995) O Colorido Atlas Lingüístico Acreano. *Jornal Página 20*, Seção Papo de Índio, Rio Branco, Acre, 23 a 29/07.
- MARTIN-JONES, M. (s.d) Bilingualism and linguistic minorities. *Working Paper 12*, Centre for Language and Social Life, Lancaster Univeristy.
- MARTINS, L. M. (1996) Um estudo sociolinguístico na comunidade dos imigrantes

brasileiros em Santa Rosa del Monday. Dissertação de Mestrado inédita. UFPr.

_____ (em andamento) O ensino escolar e as dificuldades de aprendizagem das crianças multilíngües - alemão, português, espanhol - inseridas em escola bilíngüe - espanhol e guarani - em Santa Rosa del Monday, Paraguai, na zona rural - Linha Jacutinga. Projeto de pesquisa visando tese de doutorado. PPGLA/UNICAMP.

MENDES, J.R. (1995) Descompasso na interação professor-aluno na aula de matemática em contexto indígena. Dissertação de Mestrado inédita. UNICAMP.

_____ (em andamento) As práticas de numeramento em uma comunidade indígena. Pesquisa visando tese de doutorado. PPGLA/UNICAMP.

Ministério da Educação e do Desporto (1998) Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília, DF: MEC/Secretaria da Educação Fundamental.

Ministério da Educação e do Desporto (1995) Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Versão preliminar.

Ministério da Educação e do Desporto (1998) Parâmetros Curriculares Nacionais, 5ª a 8ª séries. (1998) Brasília, DF: MEC.

MONTE, N.L. (1996) *Escolas da Floresta - Entre o passado oral e o presente letrado: Diários de Classe de Professores Kaxinawá*. Rio de Janeiro: Multiletra.

NOBLES, M. (no prelo) *Shades of Citizenship: Races and Censuses in Modern Politics*. Stanford University Press.

OSBORNE, A.B. (1996) Practice into theory into practice: culturally relevant pedagogy for students we have marginalized and normalized. *Anthropology and Education Quarterly*, 27/3: 285-314.

PEREIRA, M.C. (1999a) Naquela comunidade rural, os adultos falam "alemão" e "brasileiro", na escola, as crianças aprendem o português: Um estudo do continuum oral/escrito em crianças de uma classe bisseriada. Tese de Doutorado. UNICAMP.

PEREIRA, M.C. (1999b) Um olhar sobre a fronteira: alunos paraguaios bilíngües - espanhol e guarani - que estudam em escolas monolíngües em Foz do Iguaçu, PR. Projeto de pesquisa (mimeo)

Proposta Curricular Bilíngüe Intercultural para a Formação de Professores Índios do Acre e do Sudoeste do Amazonas (Versão preliminar ora sendo revisada). Elaborada pela Equipe de Educação da Comissão Pró-Índio do Acre/CPI-AC.

RAJAGOPALAN, K. (1998) O conceito de identidade em Lingüística: É chegada a hora para uma reconsideração radical. In: I. SIGNORINI (org.) *Lingua(gem)*

- e Identidade: Elementos para uma discussão no campo aplicado.* FAPESP/FAEP/Unicamp/Mercado de Letras: 21-46.
- RESENDE, M.M.S. (1992) El saber indígena, el saber geográfico y la enseñanza de geografía. Tese de Doutorado inédita. Universidad de Barcelona. Barcelona, Espanha.
- RIBEIRO, D. (1995) *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras.
- ROMAINE, S. (1995) *Bilingualism.* 2ª edição. Oxford: Blackwell.
- ROBINSON, C.D. (1993) Where minorities are in the majority: language dynamics amidst high linguistic diversity. *AILA Review 10: Case studies in minority languages.* Offsetdrukkerij Ridderprint.
- SANTOS, M.E.P. (1999) Fatores de risco para o sucesso de crianças brasiguaias nas escolas de Foz do Iguaçu: Uma abordagem sociolinguística. Dissertação de Mestrado inédita, UFPr.
- SIGNORINI, I. (1992) É conversando que a gente menos se entende: opacidade e transparência na comunicação intercultural em língua materna. *Investigações, 2:* 133-144.
- SIGNORINI, I. & M. C. CAVALCANTI (1998) Introdução. In: I. SIGNORINI & M.C. CAVALCANTI (orgs.) *Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade.* Campinas: Mercado de Letras.
- SOARES, M. (1986) *Linguagem e Escola: Uma perspectiva social.* São Paulo: Editora Ática.
- _____ (1999) *Letramento: Um tema em três gêneros.* Belo Horizonte: Autentica.
- STREET, B.V. (1993) Introduction: the new literacy studies. In: B. STREET (org.) *Cross-cultural Approaches to Literacy.* Cambridge.
- _____ (1995) *Social Literacies: Critical Approaches to Literacy in Development, Ethnography and Education.* Londres: Longman.
- TAKASU, F. (1999) O 'silêncio' na interação entre descendentes e não-descendentes na sala de aula de língua japonesa. Dissertação de mestrado inédita. UNICAMP.
- TAUKANE, D. (1999) A História da Educação Escolar entre os Kurâ-Bakairi. Publicação com recursos do Governo do Estado de Mato Grosso, através da Lei de Incentivo à cultura, com o patrocínio da DAMATTA Produtos Agropecuários Ltda.
- TERZI, S. B. (1995) A oralidade e a construção da leitura por crianças de meios iletrados. In: A.B. KLEIMAN (org.) *Os significados de letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.* Campinas: Mercado de Letras.
- TRINDADE, A.M., L.E.BEHARES & M.C.FONSECA (1995) *Educação e Linguagem*

em Áreas de Fronteira Brasil-Uruguaí. Santa Maria, RS: Editora da UFSM.

WEEKS, J.V. (1991) The value of difference. In: J. RUTHERFORD (org.) *Identity, Community, Culture, Difference*. Londres: Lawrence & Wishart.

WEINREICH, U. (1968) *Languages in Contact*. 2ª edição. The Hague: Mouton (1ª edição: 1953).

WERTSCH, J.W. (1991) *Voices of the Mind*. Cambridge: Harvard University Press.

WILEY, T.G. (1996) Language Planning and Policy. In: S.L. MCKAY & N.H. HORBERGER (orgs.) *Sociolinguistics and Language Teaching*. Cambridge: Cambridge University Press.

ZUÑIGA, M. et alii (orgs.) (1987) *Educación en Poblaciones Indígenas: Políticas y Estrategias en América Latina*. Santiago de Chile: UNESCO-OREALC.

**FOTOGRAFIAS DA LINGÜÍSTICA APLICADA
NO CAMPO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL***
(Photographs of Applied Linguistics in the Field of Foreign
Language in Brazil)

Luiz Paulo da Moita LOPES (UFRJ)

Para Maria Antonieta Alba Celani**

ABSTRACT: This paper presents photographs of the field of Applied Linguistics (AL) in the area of foreign language (FL) in Brazil in the last thirty years. The photographs focus on: the increase in the number of AL programmes, most favored dissertation and thesis topics, the foundation of FL teachers' associations and of the Brazilian Association for Applied Linguistics, the Brazilian English for Specific Purpose Project, the main periodicals and books published in the field, and the Brazilian National Parameters for FL Education. By way of conclusion, the paper presents virtual photographs of the area as a way of pointing to what is to come in the future: a multilingual foreign language education policy, the foundation of new AL programmes, research areas to be developed and theoretical and methodological approaches to be favored.

KEY-WORDS: Applied Linguistics; Foreign languages; Brazil.

PALAVRAS-CHAVE: Lingüística Aplicada; Línguas estrangeiras; Brasil.

0. Introdução

Para colocar, em perspectiva, as fotografias da Lingüística Aplicada (LA) na área de Línguas Estrangeiras (LEs) no Brasil, que vou apresentar, gostaria de começar pelo relato de Gomes de Mattos e Wigdorsky, intitulado "Foreign Language Teaching in Latin America", e publicado no volume n.º 4 de *Current Trends in Linguistics* em 1968. A fotografia do mundo do ensino de LEs que Gomes de Mattos apresenta, no que se refere ao Brasil, é quase irreconhecível

* Sou grato à Marlene Soares dos Santos (UFRJ) pelas sugestões feitas a uma primeira versão deste trabalho.

** Este texto é dedicado à Maria Antonieta Alba Celani (PUC-SP) pelo seu trabalho pioneiro no desenvolvimento da área de Lingüística Aplicada, em geral, e, em particular, no campo de Línguas Estrangeiras no Brasil. Sem sua dedicação e entusiasmo, muito do que se fez e se faz no Brasil nessas áreas não teria sido possível.

se compararmos com os avanços consideráveis neste campo nos 30 anos que passaram, como as fotografias que apresentarei deste período abaixo deixam ver. Não tenho dúvida de que estes desenvolvimentos estão relacionados à criação dos cursos de pós-graduação no Brasil¹. Começo, portanto, este trabalho com uma nota positiva.

Ainda que seja possível fazer muitas críticas ao campo da LA na área de LEs no Brasil em seu estado atual, a fotografia da área apresentada no referido artigo já se apagou ou está amarelada. A título de exemplo, veja-se o comentário de Gomes de Mattos sobre o acordo entre o Instituto de Línguas Yázigi e o Departamento de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Através deste acordo, o referido Instituto contribuiria para o ensino de inglês naquela universidade. Nesta fotografia não se reconhece, atualmente, aquela universidade e nem outras, que, provavelmente, usaram a mesma estratégia, então. Os quadros das universidades principais, que atualmente incluem doutores e mestres, têm massa crítica suficiente para não ser dependente de nenhuma outra instituição². Diga-se, porém, que o Centro de Lingüística Aplicada do Instituto de Idiomas Yázigi teve importante papel, então, no desenvolvimento do ensino de LEs no Brasil. Por cerca de 10 anos, a partir de 1965, este Centro organizou uma série de seminários, intitulados Seminários Brasileiros de Lingüística, em várias capitais do Brasil, que constituíram um espaço importante para os professores de LEs se informarem sobre novas metodologias para o ensino de LEs³.

Note-se, ainda, que a seção do referido artigo escrita por Gomes de Mattos, em sua conclusão, já anunciava alguns desenvolvimentos pioneiros que desenhavam o mundo que estaria por vir, entre os quais destaco: a criação de cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras, a introdução da Lingüística no currículo dos cursos das áreas de Letras, o lançamento da revista Estudos, que focalizava o ensino de LEs “à luz dos modernos princípios da lingüística aplicada” (Gomes de Mattos & Wigdorsky, 1968: 484), e a realização dos primeiros eventos para professores de línguas. Percebe-se, ainda, que muitas das iniciativas pioneiras estavam nas mãos de escolas par-

¹ Note-se, neste sentido, que os cursos de pós-graduação no Brasil, na macro-área de Letras & Lingüística têm início em 1968; portanto, há mais de 30 anos.

² Deve ser indicado, porém, que devido às dificuldades de contratações atuais os quadros de professores das universidades públicas são reduzidos, mas se espera que esta situação venha a ser alterada a partir do próximo ano.

³ Sou grato a Francisco Gomes de Mattos por estas e outras informações valiosas sobre a história do ensino de LEs no Brasil.

ticulares para o ensino de LEs e que a área de LA é mencionada somente uma vez, ao passo que o campo da Lingüística é indicado várias vezes no texto. As referências são, em geral, à contribuição da Lingüística para a área de LEs ao invés de serem à contribuição da LA no campo de LEs como é entendido hoje em dia. Tal diferença se deve à história do desenvolvimento da LA, que se consolidou internacionalmente nos últimos 30 anos⁴ e, no Brasil, mais fortemente, quero crer, nos últimos 15 anos, com a criação de um maior número de programas de pós-graduação no campo da LA⁵ como também de várias associações de professores de LEs e da Associação de Lingüística Aplicada do Brasil (ALAB) - cf. fotografia 3 abaixo.

Um outro ponto a ser ressaltado no artigo de Gomes de Mattos & Wigdorsky (1968) se refere à discussão que Gomes de Mattos faz sobre o domínio do inglês como LE no Brasil já naquela época, que se consolida nos últimos anos, enquanto a motivação pelo espanhol, então, era mínima, conforme relatado no trabalho. É notável, porém, que a explicação dada para tais fatos no artigo não contempla, de modo algum, aspectos de natureza sócio-política como é comum se fazer hoje em dia (Moita Lopes, 1996). Ora explicam o interesse pelo inglês, tendo em vista “o relativo isolamento cultural e lingüístico do Brasil no hemisfério sul que favorece uma relação mais próxima com os Estados Unidos e (cada vez menos agora) com a Europa” (Gomes de Mattos & Wigdorsky, 1968: 470), ora justificam a falta de interesse pelo espanhol pela similaridade entre o português e o espanhol. Fatores como a Guerra Fria entre a então chamada União Soviética e os Estados Unidos, que colocaram o Brasil sob o foco de interesse dos Estados Unidos, não são focalizados, ainda que o ponto crucial da história que marca o aumento de interesse pelo inglês no mundo sob a influência americana seja indicado: o fim da Segunda Guerra Mundial. É o fim desta guerra que coincide com o início da Guerra Fria e a divisão do mundo em dois grandes blocos de poder econômico, situando o Brasil sob a influência americana. Estes fatos também explicam a pouca motivação pelo espanhol na época, contrastando, nitidamente, com o momento que vivemos hoje com a criação do Mercosul, que elevado o espanhol à posição de segunda LE mais estudada no Brasil. Os fatores de natureza

⁴ Note-se que a Associação Internacional de Lingüística Aplicada (AILA) foi fundada em 1964.

⁵ Por muitos anos, o Programa de Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas (LAEL), atualmente Programa de Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL), fundado em 1970, foi o único programa de Lingüística Aplicada no Brasil, que influenciou direta ou indiretamente muitos lingüistas aplicados brasileiros

sócio-política são, portanto, necessários para explicar o papel de predomínio que certas LEs passam a desempenhar na história.

Ofereço a discussão acima como uma fotografia de pano de fundo para as idéias a serem desenvolvidas aqui ou para as fotografias que vou apresentar a seguir. Assim, construo o artigo com base em fotografias de aspectos específicos do campo de LEs no Brasil, que mostram o passado e a situação atual: a ampliação do número de programas de pós-graduação, tópicos de pesquisa mais típicos da área de LEs no Brasil, a criação de associações de professores de LEs e de LA e a organização de eventos científicos, o Projeto Nacional de Ensino de Inglês Instrumental, o aparecimento de revistas científicas arbitradas e de livros de autores brasileiros, e a elaboração dos Parâmetros Curriculares de Línguas Estrangeiras.

Ao concluir, levanto alguns pontos que me parecem reveladores do mundo que vamos encontrar no campo de LA na área de LEs no Brasil no futuro, ou seja, fecho o trabalho com fotografias virtuais: uma política multilíngüe para o ensino de LEs, a consolidação e a criação de cursos de pós-graduação, abordagens teóricas e metodológicas a serem prestigiadas e áreas de pesquisa a serem desenvolvidas.

1. Fotografias

Fotografia 1: Ampliação do número de Programas de Pós-Graduação

Como já indicado acima, a criação dos programas de pós-graduação em LEs nas universidades brasileiras é responsável pela diferença qualitativa entre o que o artigo de Gomes de Matos & Wigdorsky (1968) relata e o que se faz hoje neste campo no Brasil. Ainda que a maior parte dos programas de LEs tivesse inicialmente uma concentração dupla em LEs e literaturas de LEs, já havia, nas universidades (USP, UFRJ, UFSC, UFF etc.), a possibilidade de concentração em estudos lingüísticos ou literários na elaboração da dissertação ou da tese.

Deve-se notar que, na maior parte dos cursos, a concentração em língua seguia a perspectiva de estudos descritivos de aspectos sistêmicos das LEs. Ressaltem-se, nesta tendência, os trabalhos desenvolvidos sob a orientação de Carly Silva na UFRJ e UFF e de Marta Steinberg na USP, por exemplo. A contribuição destes dois professores nesta perspectiva foi responsável pela especialização de vários docentes universitários. A relevância deste tipo de

investigação, acredito, seria que uma compreensão descritiva adequada dos problemas sistêmicos da LE teria influência positiva nos cursos de formação de professores de LEs e, portanto, nos processos de ensino/aprendizagem de LEs. É claro que a pesquisa nos programas ocorria sob a égide da Lingüística ou do que se convencionou chamar de aplicação de Lingüística na descrição de línguas.

Ao mesmo tempo, com o desenvolvimento da área de LA, a percepção começa a ser da necessidade de uma área de investigação que, além de problemas descritivos do sistema da LE, incorporasse aspectos processuais do ensino/aprendizagem de LEs. Destaco, aqui, o trabalho de Mario Mascherpe (1970) que focaliza estudos contrastivos da fonologia do inglês e do português na tentativa de levantar as dificuldades potenciais representadas pelas diferenças e semelhanças na aprendizagem de dois sistemas lingüísticos diferentes. Note-se que os aspectos processuais eram tratados em termos de dificuldades potenciais, tendo em vista o que o aparato descritivo da Lingüística permitia antever. A abordagem era claramente de aplicação da Lingüística na descrição comparativa dos sistemas das línguas. Uma outra tendência importante, ainda nesta vertente de aplicação, seria a utilização de princípios teóricos da Lingüística diretamente no ensino de LEs. Se uma determinada teoria lingüística postulava um certo construto teórico, o trabalho do pesquisador em LA seria o de aplicá-lo diretamente ao ensino.

Mas a grande mudança de foco nos programas de pós-graduação começa a surgir quando a compreensão de que para se produzir conhecimento que possa iluminar os processos de ensinar/aprender LEs o que é necessário é examinar o que o aprendiz de LEs faz. Aparecem, então, uma série de estudos que focalizam os processos de aprender LEs através da análise das ínterlínguas dos aprendizes em vários níveis lingüísticos e nas modalidades oral e escrita. Pode-se dizer que o Programa de Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas da PUC-SP, pioneiro nos estudos de LA no Brasil, passou por estas fases todas da LA no Brasil, que refletem modos de entender LA internacionalmente.

É, contudo, a partir do final da metade dos anos 80 que a área de LEs começa a se firmar nacionalmente. O surgimento de outros programas de pós-graduação ou áreas de concentração em LA no Brasil (UNICAMP, UFRJ, UFSC, USP, UFMG, UFPE, UFF, UFRN, UFRGS, UFSM, UFAL, UNESP-S. J. Rio Preto, UCPEL, UECE, por exemplo) coincide com o desenvolvimento da LA como uma área de investigação interdisciplinar, que focaliza problemas de

uso da linguagem em contextos institucionais - a escola sendo apenas um deles (Cavalcanti, 1986; Moita Lopes, 1996). Tal ampliação do quadro que existia anteriormente deu uma contribuição qualitativa, possibilitada pelo aumento da massa crítica, i.e., do número de pesquisadores que hoje atuam efetivamente em LA⁶, tornando possível, conseqüentemente, a ampliação dos tópicos de pesquisa como também de seu tratamento teórico e metodológico.

Fotografia 2: Tópicos de pesquisa mais típicos em LE no Brasil⁷

Listo abaixo os tópicos de pesquisa na área de LE, que foram prestigiados no Brasil nos últimos 30 anos. A lista é decrescente, já que começa com aqueles mais favorecidos em dissertações e teses:

- a) Ensino/aprendizagem de qualquer aspecto da LE, excluindo leitura, produção escrita, compreensão oral e ensino através de computador
- b) Leitura
- c) Formação do professor de línguas
- d) Descrição de algum aspecto sistêmico da LE
- e) Análise de erros / interlíngua
- f) Análise contrastiva entre a LE e o português
- e) Análise da interação oral em sala de aula
- g) Avaliação de material didático
- h) Produção escrita
- i) Planejamento de cursos
- j) Compreensão oral
- k) Aquisição de L2
- l) Elaboração de material didático
- m) Análise do discurso/pragmática em LE
- n) Construção da identidade em sala de aula
- o) Ensino de LE por computador
- p) Testagem

O quadro que esta fotografia apresenta deve ser entendido como estan-

⁶ Aqui me refiro a pesquisadores que têm a LA em sua agenda principal de pesquisa e que não fazem LA de forma periférica.

⁷ Sou grato a Rosangeles Peres Estevan (PUC-SP), Matilde Scaramucci (UNICAMP), Nelson Mitrano Neto (UFF), Marília Lima (UFRGS), Vilson Leffa (UCPel), Pedro Praxedes Filho (UECE) e Abuêndia Padilha (UFPE), pelas informações preciosas que me forneceram, possibilitando a montagem para esta fotografia.

do sobreposto à fotografia 1, já que os tópicos favorecidos são determinados pelos modos de se entender a pesquisa em LA, conforme delineados nos programas de pós-graduação. Nota-se uma preponderância da análise de questões de ensino/aprendizagem de LEs, inicialmente, de uma perspectiva de aplicação de princípios da Lingüística ao ensino, em que o que ocorre em sala de aula não é considerado e, posteriormente, dentro da tradição de pesquisa de diagnóstico e de intervenção em sala de aula, em que o processo de ensino/aprendizagem em sala de aula é levado diretamente em consideração. Esta segunda tradição já se encontra dentro da concepção contemporânea de Lingüística Aplicada. O segundo tópico prestigiado é leitura, o que parece ser revelador da importância que o campo da leitura em LE alcançou no Brasil, tendo em vista o fato de os pesquisadores terem, em seus projetos, passado a considerar a relevância social da aprendizagem de uma LE.

Fotografia 3: A criação de associações de professores de LEs e de LA e a organização de eventos científicos

Tem papel importante no desenvolvimento da área de LEs no Brasil, a criação, relativamente recente, de várias associações de professores de LEs (inglês, francês, espanhol, alemão etc.). Até a metade dos anos 70, conforme Gomes de Mattos (Gomes de Mattos & Wigdorsky, 1968) indica, os encontros de professores eram organizados pelas escolas de línguas. Registre-se, porém, a importância de uma série de eventos organizados pelo PILEI (Programa Interamericano de Lingüística e Enseñanza de Idiomas), patrocinados, inicialmente, pela Fundação Ford, na formação de pesquisadores brasileiros nos anos 60 e 70⁸.

Tal quadro se transforma com a criação de associações independentes, organizadas por profissionais atuantes no campo de LEs, principalmente nos últimos 10 anos, quando surgem várias associações estaduais de professores de LEs em várias partes do país⁹. As associações criam um espaço acadêmico importante para o desenvolvimento da área como também um espaço político de defesa da educação em LEs no Brasil. Organizam eventos anuais e têm tido grande influência.

⁸ Dentro da programação do PILEI, foi realizado na USP, em 1969, o II Simpósio Interamericano de Lingüística e Ensino de Línguas.

⁹ Note-se também, nos anos 90, o surgimento das afiliadas brasileiras da TESOL (Associação de Ensino de Inglês (Braz-Tesol)) e da IATEFL (Associação Internacional de Ensino de Inglês como LE).

Entre as associações, quero destacar duas associações nacionais de professores de LEs, que já têm longa tradição: a ABRAPUI e a FBPF. A ABRAPUI (Associação Brasileira de Professores Universitários de Inglês) se caracterizava por realizar eventos, predominantemente, de literaturas de língua inglesa, mas passa, a partir do final dos anos 70, também a organizar eventos voltados especificamente para a área de inglês como LE: os ENPULIs (Encontros Nacionais de Professores Universitários de Língua Inglesa). A FBPF (Federação Brasileira de Professores de Francês) tem tido um papel importante na atualização dos professores de francês no Brasil, enfrentado o desafio de lutar para manter a língua francesa nos currículos escolares apesar da hegemonia do inglês e da presença, cada vez maior, do espanhol. A leitura dos programas dos eventos destas associações é uma boa exemplificação: a) de como a área cresceu no Brasil, devido à multiplicação do número de pesquisadores com autonomia de pesquisa; e b) dos tópicos que estão sendo considerados relevantes na área. Estes tópicos acompanham, em linhas gerais, o desenvolvimento que tracei nas fotografias 1 e 2 acima.

Sem dúvida, merece destaque também a fundação da Associação de Lingüística Aplicada do Brasil (ALAB) em 1990, o que evidencia a percepção política e acadêmica de um grupo de pesquisadores como lingüistas aplicados, atuantes tanto em LEs quanto em língua materna (LM) e em outras áreas da LA. A ALAB é filiada à AILA (Associação Internacional de Lingüística Aplicada) e tem tido uma atuação numerosa e ativa tanto na participação acadêmica (em painéis, simpósios e comunicações) tanto nos congressos mundiais como nos comitês internacionais e executivos da AILA¹⁰. A ALAB organizou, pela primeira vez, em 1998, um evento nacional: o V Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o que evidencia que o espaço que a ALAB representa para o desenvolvimento do campo de LEs e da LM no país é crucial. Deve-se registrar, contudo, a título de justiça e resgate histórico, que os primeiros quatro eventos nacionais de LA foram organizados por colegas do Departamento de LA da UNICAMP, que tiveram um papel central no impulso que deram à criação de um evento nacional de LA no Brasil.

Os outros encontros importantes no Brasil em que a LA na área de LE tem ou teve um espaço representativo são o INPLA (Intercâmbio de Pesquisa em LA) da PUC-SP, o SIMPLA (Simpósio de LA) da UFRJ e o I Seminário

¹⁰ Neste sentido, deve-se registrar que Hilário Bohn (UFSC e UCPEL) acaba de ser eleito vice-presidente da AILA, durante a realização do congresso mundial de 1999, em Tóquio.

Nacional sobre Política de Ensino de LEs, realizado na UFSC. O INPLA é um encontro que se caracteriza por atrair pesquisadores em formação em vários níveis e é organizado em forma de simpósios, tendo o 9o INPLA sido realizado em 1999. O SIMPLA foi um evento que se caracterizava por reunir pesquisadores avançados em LA, que eram convidados a contribuir para temáticas específicas. Foram realizados 5 eventos entre 1990 e 1995. Já o I Seminário Nacional sobre Política de Ensino de LEs, como o próprio nome indica, foi uma conferência realizada em 1996, que se centrou especificamente na questão de política de ensino de LES, tema extremamente relevante no Brasil, tendo em vista a necessidade de uma política de multilingüísmo no país (cf. a seção 3 abaixo).

Registre-se, ainda, a realização em Recife, na UFPE, de um importante evento internacional, em 1997: o XIX Congresso Mundial da FIPLV (Federação Internacional de Professores de Línguas Vivas). Este foi pioneiro devido ao seu cunho internacional, possibilitando o intercâmbio entre profissionais que atuam em LEs no Brasil com colegas de outros países.

Como componente final desta fotografia, cabe notar a criação, no Brasil, da Sociedade Internacional de Ensino de Português Língua Estrangeira (SIPLE). Cada vez mais, a SIPLE vem atraindo professores e pesquisadores para o ensino de PLE, realizando seminários e congressos, que têm colaborado para o desenvolvimento de uma área emergente de pesquisa. A importância deste campo no Brasil pode ser avaliada por duas iniciativas em 1998: a) a criação, pelo MEC, de um exame de proficiência em PLE: o CELPE-Bras; e b) a criação de uma licenciatura em PLE na Universidade de Brasília. Coincidentemente, nota-se, nos últimos anos 10 anos, o aumento de dissertações no campo de PLE nos programas de pós-graduação.

Fotografia 4: O Projeto Nacional de Ensino de Inglês Instrumental

Tem papel central no quadro do que aconteceu no Brasil na área de LEs, nos últimos 30 anos, o Projeto Nacional de Ensino de Inglês Instrumental (PEII), coordenado por Maria Antonieta Alba Celani da PUC-SP, tendo como participantes-alvo professores universitários de inglês. A criação do projeto acompanha desenvolvimentos teóricos e metodológicos, na área de ensino das línguas em geral (não só em LEs), que apontam que as pessoas aprendem línguas com propósitos variados e que, portanto, a eficiência de um programa de ensino pode ser aumentada se focaliza, diretamente, os objetivos específicos dos aprendizes. Esta percepção trouxe à tona uma nova área de pesquisa,

a área de ensino instrumental de línguas, que o PEII fomentou no Brasil, causando uma verdadeira revolução na concepção de ensinar línguas, tanto no que se refere à elaboração de programas/cursos de línguas quanto a metodologias. Além disso, o PEII teve a grande importância de aumentar a reflexão sobre os processos de aprender/ensinar línguas no Brasil, em geral, envolvendo, em pesquisa, grande parte dos professores de inglês das universidades brasileiras. Note-se, ainda, que, ao aumentar a massa crítica nos departamentos de inglês, o PEII também afetou, indiretamente, professores que não estavam envolvidos com o referido projeto como também professores de outras LEs e de língua materna. Note-se, ainda, que, a partir de 1985, o PEII passou a incluir as escolas técnicas, continuando até hoje como um programa nacional que inclui cerca de 70 instituições de todo o país.

Com o apoio da CAPES em 1978, o PEII teve, inicialmente, a finalidade de pesquisar as necessidades lingüísticas de alunos universitários brasileiros, firmando-se, em 1980, como um grande projeto nacional, com o financiamento da CAPES, Conselho Britânico e CNPq. A contribuição do Projeto para o ensino de leitura em LEs no Brasil é inegável, tendo influenciado, principalmente, pesquisas sobre formação de professores e elaboração de material didático. Que eu saiba, nunca houve no Brasil um projeto, envolvendo professores, que tenha gerado tantos benefícios para a prática da sala de aula e da pesquisa e que tenha obtido tal efeito multiplicador como o PEII. Este projeto é, na minha visão, um modelo que pode inspirar outros projetos na área de LEs e LM, principalmente devido ao fato de seu percurso ter passado por várias fases: elaboração, piloto etc., atingindo até a fase de avaliação (cf. Fotografia 5 abaixo) e um boletim mensal.

Além disso, o projeto também criou, na PUC-SP, o Centro de Pesquisa, Recursos e Informação em Leitura (CEPRIL) que, além de incluir uma biblioteca, funciona como um banco de material de ensino que serve a toda a comunidade brasileira. Note-se que o CEPRIL publica também um periódico: *The ESPECIALIST* (cf. Fotografia 5 abaixo).

Fotografia 5: O aparecimento de revistas científicas arbitradas e de livros de autores brasileiros

Talvez o testemunho mais importante da vitalidade da área tenha sido o aparecimento de revistas semestrais arbitradas. Destacam-se *The ESPECIALIST* e *Trabalhos de Lingüística Aplicada*. A primeira é uma revista inicialmente voltada para a área de ensino instrumental de línguas, mas que atualmente

publica artigos que focalizam pesquisa sobre ensino/aprendizagem de línguas em geral, como também descrições de usos da linguagem e formação de professores de línguas. A revista aceita artigos em português, espanhol, inglês e francês e é indexada no Sociological Abstracts e no Linguistics and Language Behaviour Abstracts. É uma iniciativa de Maria Antonieta Alba Celani da PUC-SP e é publicada pelo CEPRIL/PUC-SP. A outra revista mencionada, *Trabalhos de Lingüística Aplicada (TLA)*, é publicada pelo Departamento de Lingüística Aplicada da UNICAMP e, embora aceite artigos na vasta área de estudos aplicados no campo da linguagem, tem tido papel relevante na divulgação da pesquisa em LEs no Brasil. Observe-se, neste sentido, que o levantamento dos artigos publicados na revista feito em um número de 1998, aponta que a maioria dos trabalhos focaliza a área de LEs. TLA também publica artigos escritos em português, espanhol, inglês e francês.

Merece registro também INTERCÂMBIO, uma publicação anual, mais recente, que publica trabalhos apresentados nos eventos do INPLA da PUC-SP. Os trabalhos são arbitrados por um comitê editorial e já foram publicados 9 volumes. Trata-se de uma iniciativa do Programa LAEL da PUC-SP e a publicação na área de LEs tem sido grande. Além de divulgarem a pesquisa e colaborarem para o avanço teórico e metodológico do campo de LEs no Brasil, estes três periódicos têm papel central na cunhagem de metalinguagem em português.

É também digno de nota o aparecimento, nestes 30 anos, de livros de autores brasileiros na área. Destaco aqui os seguintes:

- *Lingüística Aplicada ao ensino de inglês*, de Francisco Gomes de Mattos, publicado pela McGraw Hill, São Paulo em 1976. Trata-se da tese de doutorado do autor, em que é focalizada a influência de princípios da Lingüística nos manuais de ensino de inglês.

- *Por que ensinar língua estrangeira na escola de 1o grau*, de Daniel Martins Costa, publicado em São Paulo, em 1987, pela EPU/EDUC. O livro focaliza a questão crucial dos objetivos da aprendizagem de LEs no ensino fundamental.

- *Tópicos em Lingüística Aplicada: o ensino de línguas estrangeiras*, uma coletânea organizada por Hilário Bohn e Paulino Vandresen, e publicada pela Editora da UFSC, Florianópolis, em 1988. O livro inclui seções sobre teorias de aprendizagem de línguas, análise contrastiva e tipológica, e ensino de LEs.

- *The Brazilian ESP Project: an evaluation*, editado por M. Antonieta

Celnaui, John Holmes, Rosinda Guerra Ramos e Michael Scott, publicado em 1988, pela EDUC, em São Paulo. O livro relata a avaliação participativa do Projeto de Ensino de Inglês Instrumental (cf. fotografia 4), incluindo dados referentes à história e à elaboração do projeto.

- *Interação Leitor-Texto. Aspectos da interação pragmática*, de Marilda do Couto Cavalcanti, publicado em Campinas, pela Editora da UNICAMP, em 1989. O livro é a tese de doutorado da autora e focaliza pesquisa de natureza introspectiva sobre o processo de leitura em LE.

- *Ensino de português para estrangeiros. Pressupostos para o planejamento de cursos e elaboração de materiais*, uma coletânea organizada por José Carlos P. de Almeida Filho e Leonor C. Lombello, publicada em Campinas, pela Pontes, em 1989. O livro focaliza aspectos relacionados ao planejamento de cursos de português para estrangeiros como também questões relativas à prática de elaborar material didático.

- *Linguística Aplicada: da aplicação da linguística à linguística transdisciplinar*, uma coletânea organizada por Mara Zanotto Paschoal e Maria Antonieta Alba Celani, publicada pela EDUC, em São Paulo, em 1992. O livro foi organizado para celebrar os 20 anos do LAEL da PUC-SP e inclui trabalhos de pesquisadores que tiveram uma relação com o programa, tanto como alunos ou como professores. O livro inclui artigos sobre pesquisa em sala de aula, aquisição de linguagem, línguas para fins específicos, leitura e compreensão, direitos linguísticos etc.

- *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*, de José Carlos de Almeida Filho, publicado pela Pontes, em Campinas, em 1993. O livro focaliza aspectos da abordagem comunicativa de ensino de LEs.

- *Reflections on Language Learning*, editado por Leila Barbara e Mike Scott, e publicado em Clevedon, Inglaterra, pela Multilingual Matters, em 1994. A coletânea é um *festschrift* para Maria Antonieta Alba Celani e contém trabalhos nas áreas de desenvolvimento de projetos, formação de professores, processamento linguístico e análise da interação da área de negócios.

- *Autonomy in Language Learning*, uma coletânea editada por Vilson Leffa, e publicada pela Editora da UFRGS, em 1994. A coletânea inclui trabalhos selecionados entre aqueles apresentados no XII ENPULI, realizado na UFRGS, em 1993. Focaliza questões teóricas relativas à aprendizagem de LEs e o desenvolvimento da autonomia do aprendiz, uso de tecnologia no ensino, redação, leitura, e aspectos da aprendizagem da perspectiva do aprendiz.

- *O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira*, uma coletânea organizada por Maria José Coracini, e publicada em Campinas, pela Editora Pontes, em 1995. Os artigos focalizam aspectos do discurso da sala de aula de leitura.

- Oficina de Lingüística Aplicada. A natureza social e educacional dos processos de ensinar/aprender línguas, de Luiz Paulo da Moita Lopes, publicado pela Mercado de Letras, em Campinas, em 1996. O livro, organizado em forma de oficina de trabalho, focaliza uma visão contemporânea de LA, questões relacionadas à atitude e aptidão lingüística, à pesquisa na sala de aula de línguas, à língua do aprendiz, à leitura e à formação do professor.

- Ensino de Língua Inglesa. Reflexões e Experiências é uma coletânea organizada por Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva, publicada em Campinas pela Pontes, em 1996, com o apoio do Centro de Extensão da Faculdade de Letras da UFMG. O livro contém artigos que focalizam aspectos relativos à cultura e ideologia no ensino de inglês e questões relativas à prática de ensinar/aprender LEs, incluindo sugestões pedagógicas.

- Ensino de Segunda Língua: redescobrimo as origens, uma coletânea organizada por Maria Antonieta Alba Celani, publicada em São Paulo, pela EDUC, em 1997. O livro inclui artigos que tratam de questões atuais da área (interação, o papel do professor, abordagem comunicativa, análise de necessidades etc.), revistas à luz dos textos de Sweet, Palmer, Palmer & Palmer, Fries e Lado, fundadores do campo de ensino de LEs.

- News as social practice, de Carmem Rosa Caldas-Coulthard, publicado pela Pós-graduação em Inglês, da UFSC, em Florianópolis, na série Advanced Research in English Series, em 1997. O livro empreende uma análise crítica do discurso das notícias da mídia escrita britânica, demonstrando como estas são construídas cultural e socialmente.

- Aspects of language in self-help counselling, de José Luiz Meurer, publicado pela Pós-graduação em Inglês, da UFSC, em Florianópolis, na série Advanced Research in English Series, em 1998. O livro focaliza o discurso de livros de auto-ajuda em inglês, argumentando que este tipo de discurso é parte do processo de reflexividade em que as sociedades contemporâneas estão mergulhadas.

Fotografia 6: A publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Línguas Estrangeiras (PCNs de LEs)

Iniciativa do MEC, dentro de um projeto que elaborou os PCNs de todas as disciplinas que compõem a grade curricular das escolas brasileiras, os PCNs de LEs foram publicados em 1998 e elaborados, em conjunto, por Maria Antonieta Alba Celani (PUC-SP) e Luiz Paulo da Moita Lopes (UFRJ), que contaram ainda com a consultoria de Maria Aurora Consuelo Alfaro Lagório (UFRJ), Hilário Bohn (UFSC e UCPel), e Francisco Gomes de Mattos (UFPE). A elaboração dos PCNs levou também em consideração pareceres de profes-

sores de LEs atuantes nos vários níveis da educação brasileira.

Os PCNs de LEs são um documento que pretende fomentar a reflexão crítica na área e procurou dar conta da multiplicidade de contextos em que ocorre a educação em LE. Têm como objetivo principal o engajamento discursivo do aprendiz de modo que o conhecimento da LE possa fazê-lo ter consciência de seu papel no espaço social em que vive. Calcada em uma visão sociointeracional do discurso e da aprendizagem, a proposta tem como temas principais: a questão da cidadania, a consciência crítica em relação à linguagem e aspectos sociopolíticos da aprendizagem de LEs. Além disso, procura, ao se basear em uma compreensão teórica explícita do objeto de ensino, ir da teoria à prática na sala de aula. O envolvimento dos professores de LEs em discussões sobre os princípios dos PCNs é tarefa central para que o documento possa surtir efeito nos vários níveis da educação brasileira.

Deve ser notado que a publicação dos PCNs de LEs ocorre em momento auspicioso, logo após a promulgação da nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira) em 1996, que torna obrigatório o ensino de LEs nas escolas brasileiras, restaurando a relevância da educação em LE nas escolas.

2. Conclusão: fotografias virtuais

Para fechar as últimas páginas deste álbum de fotografias, quero levantar algumas questões que parecem ser centrais no desenvolvimento da área de LEs no Brasil, ou seja, ao concluir, apresento fotografias virtuais.

a) Uma política multilíngüe de ensino de LEs

A consolidação do inglês como LE hegemônica no Brasil é, no meu entender, uma questão preocupante. Conquanto, tenha clareza sobre a relação entre LEs e fatores sociopolíticos, e que, portanto, seja inegável a importância de se aprender inglês em um mundo em que as fronteiras nacionais são perpassadas pelo uso do inglês devido ao poder da economia norte-americana no chamado mundo globalizado que se apresenta, parecem ser essenciais investimentos de pesquisa e de natureza política no ensino de outras LEs. Cabe às associações de professores de LEs, à ALAB e às de outros profissionais da área de linguagem, a luta por uma política de educação multilíngüe e pela garantia de qualidade na aprendizagem de LEs na escola pública. Neste sentido, uma das tarefas centrais dessas associações deverá ser a colocação de LEs em pé de igualdade com outras disciplinas do currículo da escola

pública, como a nova LDB apresenta. É incompreensível, por exemplo, que o MEC continue excluindo livros didáticos de LEs da lista de materiais que envia às escolas públicas. É, no mínimo, um desrespeito à lei que rege a educação brasileira.

Esta questão se torna ainda mais central quando se sabe que a comunicação internacional se dará cada vez mais pelas redes do tipo INTERNET e que a língua usada é o inglês. Para se participar das discussões internacionais sobre a agenda (biotecnologia, ecologia, economia etc.) do novo século que se inicia, o domínio do inglês será, portanto, vital. A escola brasileira deverá, portanto, garantir a aprendizagem do inglês. Por outro lado, a aprendizagem de uma outra LE será também imperiosa para se abrir horizontes e perspectivas em um mundo que se quer cada vez mais plural. A aprendizagem de outras LEs pode colaborar para fornecer mais espaço na escola para se garantir acesso às diferenças que constituem a vida humana. Se o mundo tem que ser globalizado, é crucial que as diferenças de que somos feitos não sejam apagadas. Tal tarefa pode ser sobremodo facilitada pela aprendizagem de LEs.

b) A consolidação dos programas existentes de LEs e a criação de outros

O aumento da massa crítica que as fotografias acima indicam deve ser ainda mais incentivado, e têm papel crucial, neste projeto, a consolidação dos Programas de LA existentes e a criação de outros. Somente o envolvimento dos professores em investigação e reflexão pode alterar a qualidade da educação em LE no Brasil e a pós-graduação brasileira em nosso área é central na realização de tal objetivo. É essencial o investimento em pesquisas que focalizem a educação pública em LEs, devido aos fatores incluídos na fotografia virtual a) acima.

c) Algumas áreas a serem desenvolvidas no campo de LEs

Minha lente de fotógrafo virtual capta as seguintes áreas como importantes na área de LEs no Brasil:

- formação reflexiva de professores de LEs através de envolvimento em pesquisa colaborativa, narrativa e pesquisa-ação;
- pesquisa em sala de aula de LEs, focalizando a construção da identidade social do aluno, tendo em vista os múltiplos significados sobre a vida social a que é exposto na e fora da escola em um mundo globalizado;
- pesquisa em sala de aula de LE, enfocando o discurso/interação como

espaço de construção do conhecimento;

- novas tecnologias e o processo de ensino/aprendizagem de LEs presencial e à distância;
- ensino crítico de LEs, no sentido de se enfatizar a consciência de como usamos a linguagem na construção da vida social.

d) Abordagens teóricas a serem prestigiadas

Abordagens que se centram em visões socioculturais da cognição e da linguagem parecem estar atraindo um grande número de pesquisadores. A área parece que será cada vez mais informada por teorias que vêem o discurso e a aprendizagem como situados na e constitutivos da vida social, levando à compreensão de que o aprendiz tem uma sócio-história do qual é participante com suas marcas sociais. A vinculação do aprendiz a sua sócio-histórica parece ser essencial para a compreensão dos processos de ensinar/aprender LEs. Isso quer dizer que antevemos o uso de teorias sobre o discurso e aprendizagem que, claramente, reconhecem que o aprendiz/participante do discurso tem corpo (classe social, gênero, sexualidade, raça etc.) e não somente estrutura cognitiva.

e) Metodologias de pesquisa

Como já vem acontecendo, vejo a área se interessando, cada vez mais, por metodologias interpretativistas (Moita Lopes, 1994), incluindo também tradições metodológicas que são típicas de outras disciplinas (histórias de vida - cf. Telles, 1996; Brockmeier & Harré, 1997, por exemplo), e o envolvimento de pesquisadores em projetos de pesquisa transdisciplinares (Moita Lopes, 1998).

A natureza interdisciplinar da LA na área de LEs deverá ser cada vez mais ampliada, já que a tendência nas Ciências Sociais e Humanas me parece ser a de que é impossível se entender qualquer ato humano dentro do limites de uma única disciplina. Acompanhando também uma das características recentes destas Ciências, vejo a importância de estudos centrados no discurso para se estudar a vida humana penetrando também o campo de LEs. Estou me referindo aqui ao que tem sido chamado de a virada discursiva nas Ciências Sociais/Humanas (cf. Fairclough, 1992; Brockmeier & Harré, 1997; Scollon, 1999), que tem trazido à tona novas perspectivas pós-positivistas para investigações interpretativistas, que enfatizam a necessidade de se estudar o discurso como constitutivo da vida social.

As fotografias apresentadas acima, é claro, refletem o meu olhar, e, portanto, minha visão do campo de LEs no Brasil. Um outro fotógrafo usaria outras lentes, o que possibilitaria ângulos diferentes de enquadramentos e de profundidade, como também talvez privilegiasse outros objetos. A fotografia, como uma forma de construção de significado/discurso, posiciona o fotógrafo na vida social, i.e., com suas marcas sócio-históricas, visões de mundo, crenças, valores e projetos políticos. Quem fotografa ou usa a linguagem está intrinsecamente imbricado naquilo que fotografa, diz, escreve, ouve e lê.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAVALCANTI, M. (1986) A propósito de Lingüística Aplicada. *Trabalhos de Lingüística Aplicada*, 7: 5-12.
- BROCKMEIER, J. & R. HARRÉ (1997) Narrative: problems and promises of alternative paradigm. *Research on Language and Social Interaction*, 30 (4): 263-283.
- FAIRCLOUGH, N. (1992) *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press.
- GOMES DE MATTOS, F. & L. WIGDORSKY (1968) Foreign Language Teaching in Latin America. In: R. LADO, W. McQUOWN, S. SAPORTA & H. LASTRA (eds.) *Currents trends in Linguistics*. Vol. 4. Ibero-American and Caribbean Linguistics. The Hague: Mouton.
- MASCHERPE, M. (1970) *Análise Comparativa dos Sistemas Fonológicos do Inglês e do Português*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Triunais.
- MOITA LOPES, L. P. (1994) Pesquisa interpretativista em Lingüística Aplicada: a linguagem como condição e solução. *D.E.L.T.A.*, 10 (2): 329-338.
- ____ (1996) *Oficina de Lingüística Aplicada*. Campinas: Mercado de Letras.
- ____ (1998) A transdisciplinaridade é possível em Lingüística Aplicada? In: I. SIGNORINI & M. CAVALCANTI (orgs.) (1998) *Lingüística Aplicada e Transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras.
- SCOLLON, R. (1999) Mediated discourse and social interaction. *Research on Language and Social Interaction*, 32 (1/2): 149-154.
- TELLES, J. (1996) Being a language teacher: stories of critical reflection on language and pedagogy. Tese de Doutorado, Universidade de Toronto.

INGLÊS INSTRUMENTAL, INGLÊS PARA NEGÓCIOS E

INGLÊS INSTRUMENTAL PARA NEGÓCIOS

(English for Specific Purposes/ESP, English for General Business Purposes and English for Specific Business Purposes)

Orlando VIAN JR. (LAEL, PUC-SP/CNPq)

“The falcon cannot hear the falconer”.

Is the ESP ‘falcon’ beginning to fly so far that it can no longer hear the call of the ESP ‘falconer’?

“Things fall apart; the centre cannot hold”. Is ESP falling apart, is the ESP ‘centre’ unable to hold?

Is the ‘ceremony of innocence’ for ESP at an end?

Are we faced with a ‘second coming’ in ESP, and if so, what does this mean for its future?¹

Alan Waters, 1994.

ABSTRACT: This article aims, from a broader perspective, at (1) discussing some definitions of English for Specific Purposes currently used by theorists and practitioners in the area, focusing on the implications, causes and consequences brought about by these studies, trying then to define, (2) what English for General Business Purposes is as well as its implications for teaching English in-companies and, from a narrower perspective, discuss what English for Specific Business Purposes and its main features in our context at present.

KEY WORDS: English for Specific Purposes/ESP; English for General Business Purposes/EGBP; English for Specific Business Purposes/ESBP.

PALAVRAS-CHAVE: Inglês instrumental; Inglês para negócios; Inglês instrumental para negócios.

0. Introdução

Os cursos de inglês instrumental tornam-se cada vez mais difundidos no mundo globalizado, principalmente pela sua característica primordial de atender às necessidades específicas do aprendiz, estando relacionado a sua área

¹ Os trechos entre aspas duplas referem-se a estrofes do poema *The Second Coming*, de W. B. Yeats.

de atuação, além de desenvolver a linguagem apropriada ao seu contexto e de acordo com habilidades específicas, como é o caso de profissionais/aprendizes, por um lado, que necessitam de inglês para interação com o mundo dos negócios em seu sentido mais amplo, requerendo o domínio de mais de uma habilidade para o desempenho de diversas tarefas. Por outro lado, existem os profissionais/aprendizes que necessitam desenvolver apenas uma habilidade para um fim específico, como, por exemplo, apresentar dados financeiros a uma equipe estrangeira.

Essas diferentes necessidades levaram, conseqüentemente, ao desenvolvimento de novos materiais que as atendessem, culminando com uma ampliação da questão terminológica: o inglês para negócios (English for General Business Purposes/EGBP), em sentido amplo, objetivando atender necessidades gerais dos aprendizes, principalmente aquelas relacionadas ao dia-a-dia empresarial, ramificou-se em função das necessidades, fazendo surgir o que se convencionou chamar inglês instrumental para negócios (English for Specific Business Purposes/ESBP), cujo objetivo é atender necessidades e habilidades específicas.

A área de ensino de inglês para negócios, dessa forma, desenvolve-se diariamente, tanto do ponto de vista da produção de materiais, quanto do ponto de vista de ensino, pois cada vez mais pessoas procuram tais cursos, além do crescente número de pesquisas preocupadas com questões relativas à linguagem empresarial e ao ensino de inglês no contexto empresarial, mais especificamente.

O termo inglês para negócios, principalmente por questões mercadológicas, tem sido usado, atualmente, para se referir desde a cursos de natureza mais ampla que incluem um componente lexical de termos relativos a negócios, até cursos muito específicos, que instrumentalizam o aprendiz com linguagens específicas para escrever um relatório financeiro, fazer uma apresentação ou conduzir uma reunião de negócios, entre inúmeras outras.

Neste artigo pretendemos, a partir desse cenário, (1) discutir algumas das definições de inglês instrumental mais comumente utilizadas por teóricos e práticos da área, com foco nas implicações, causas e conseqüências trazidas com tais estudos, com o objetivo de (2) se definir, a partir daí, o que é inglês para negócios e seu status no ensino de inglês em empresas e, num contexto mais específico, (3) discutir o que é inglês instrumental para negócios e suas principais características em nosso contexto atualmente.

1. Breve histórico do ensino de inglês instrumental

O termo inglês instrumental é parte de um movimento maior na área de ensino de línguas estrangeiras denominado língua para fins específicos (Language for Specific Purposes - LSP), no qual se insere o ensino de qualquer língua estrangeira com foco nas necessidades específicas do aprendiz, objetivando o uso da língua-alvo para desempenho de tarefas comunicativas, sejam elas de produção ou compreensão oral ou escrita naquela língua.

De acordo com Swales (1985), o ano de 1962 marca o início do ensino de inglês instrumental no mundo moderno com a publicação do artigo "Some measureable characteristics of modern scientific prose" de Barber, embora este não seja o ano em que o ensino instrumental realmente começou, pois, de certa forma, e de maneira informal, o ensino instrumental sempre existiu, basta que consideremos, por exemplo, os contatos entre os impérios antigos, como o grego e o romano, por exemplo, onde, sem dúvida, a língua era utilizada para contato com os novos povos conquistados e, por certo, pelo que se tem notícia a respeito do ensino de línguas estrangeiras, não havia um ensino de línguas formal, a língua era aprendida, portanto, com o fim específico de estabelecer relações de dominado/dominante entre as partes, o que já representa, por si, um fim instrumental.

Bloor (1997) fornece subsídios para o reforço dessa hipótese, sinalizando que não foi no século 20 que se ouviu falar em ensino instrumental pela primeira vez citando, por exemplo, um manual de ensino de 1415 destinado a mercadores de lã ou produtos agrícolas, o que seria, dessa forma, um curso em inglês para negócios que incluía diálogos longe de parecerem reais, mas apresentavam uma quantidade significativa de palavras técnicas associadas à indústria de lã.

Outra publicação - também citada por Bloor (1997) - por volta de 1480, na Inglaterra, inclui em sua introdução: "Who with this book shall learn may well enterprise or take in hand merchandise from one land to another", o que indica a preocupação com as necessidades do negociante que viajava e o inglês que seria utilizado para esse fim.

Em sua história do ensino de inglês, Howatt (1984) assinala os anos 60 como o período em que o ensino instrumental começou a tomar corpo como atividade vital na área de ensino de inglês como segunda língua e/ou como

língua estrangeira, culminando, inclusive, com a publicação dos primeiros livros de inglês instrumental.

Com o advento dessas tendências, inúmeros cursos instrumentais espalharam-se pelo mundo, principalmente a partir de projetos financiados por órgãos como o Conselho Britânico ou outros órgãos ligados aos governos de países de língua inglesa. No Brasil, as necessidades dos alunos do programa de mestrado em Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas da PUC-SP advindos de diversas partes do país, levou a então coordenadora do programa, no final dos anos 70, ao desenvolvimento de um projeto em âmbito nacional, o Projeto Ensino de Inglês Instrumental em Universidades Brasileiras, que culminou, mais tarde, na criação do Centro de Pesquisas, Recursos e Informação em Leitura (CEPRIL) a na publicação do periódico the ESPECIALIST (Celani et al., 1978), além da constante pesquisa dos mais diversos aspectos teóricos e práticos relacionados ao assunto, produção de materiais, apoio a professores, congressos e ensino não só de inglês, mas também de francês e português instrumentais.

2. Definições de inglês instrumental

Uma das questões centrais que vem à tona ao se falar em ensino de inglês instrumental é a problemática da terminologia, culminando sempre com o questionamento feito não só por professores de inglês para fins gerais não familiarizados com o termo, mas, hoje em dia, por pessoas em empresas responsáveis pela contratação de cursos para seus funcionários: afinal o que é inglês instrumental? Para discutir essa questão, tomaremos por base sete textos da área, os quais apresentam definições ou se propõem a discutir o que é inglês instrumental.

Se considerarmos os anos 60 como o início do ensino instrumental, as definições apresentadas a seguir podem ser consideradas tardias, pois surgiram vinte anos depois do início do movimento, mas elas se baseiam em definições prévias, sem mencionar também o fato de o ensino instrumental ser uma área rica em materiais, mas com pouca pesquisa até os anos 80, quando inúmeros trabalhos de pesquisa começaram a ser desenvolvidos. Estes textos, portanto, serão apresentados aqui em ordem cronológica: Robinson (1980), Kennedy & Bolitho (1984), Hutchinson & Waters (1987), Strevens (1988), Robinson (1991) e Dudley-Evans & St John (1998). No contexto brasileiro, consideraremos as questões colocadas por Holmes (1981a e b).

Em seu trabalho de 1980, no capítulo intitulado “Definitions of ESP”, Robinson apresenta as principais modificações ocorridas na área, principalmente aquelas envolvendo a mudança da significação do termo, que a princípio correspondia a Inglês para Fins Especiais, o que pode dar uma idéia distorcida, do ponto de vista semântico, da palavra especial, levando-se a inferir a idéia de linguagens especiais ou restritas. Para ampliar seu escopo e referir-se a todos os recursos que a língua coloca a nossa disposição, passou-se a usar a palavra específico, focando a atenção nos propósitos do aprendiz.

Inglês instrumental é, então, definido pela autora da seguinte maneira:

“An ESP course is purposeful and is aimed at the successful performance of occupational or educational roles. It is based on a rigorous analysis of students’ needs and should be ‘tailor-made’. (...) It is likely to be of limited duration. Students are more often adults and may be at any level of competence,” (Robinson, 1981: 13)

Kennedy & Bolitho (1984), por sua vez, apresentam os principais desenvolvimentos do ensino de inglês instrumental, focando em dois pontos principais: o primeiro foi o caminho em direção ao foco no aprendiz e o segundo foi a mudança de visão de linguagem, não apenas como um conjunto de regras gramaticais, mas também como um conjunto de funções, derivando-se, a partir desse desenvolvimento, a definição de inglês instrumental apresentada pelos autores:

“ESP has its basis in an investigation of the purposes of the learner and the set of communicative needs arising from those purposes. these needs will then act as a guide to the designs of course materials. The kind of English to be taught and the topics and themes through which will be taught will be based on the interests and requirements of the learner.” (Kennedy & Bolitho, 1984: 3)

A partir da analogia entre o ensino de inglês e uma árvore (cf. The tree of ELT, página 17), Hutchinson & Waters (1987) apresentam inglês instrumental como um dos ramos do ensino de inglês como língua estrangeira (English as a Foreign Language - EFL) e, assim, preferem mostrar o que NÃO é inglês instrumental, mas apontam, ao final de sua discussão a seguinte definição:

“ESP should be seen as an approach not as a product. ESP is not a particular kind of language or methodology, nor does it consist of a particular

type of teaching material. Understood properly, it is an approach to language learning, which is based on learner need.” (Hutchinson & Waters, 1987: 19)

Como se pode depreender a partir da citação acima, o ensino de inglês instrumental deve ser visto como uma abordagem e não como um produto, ou seja, ao definirmos, através de análise de necessidades, para que exatamente o aprendiz necessita do inglês e trabalharmos de acordo com essas necessidades, estaremos seguindo o princípio básico do inglês instrumental; os autores propõem, como base de todo o ensino instrumental, a simples pergunta: “Por que esse aprendiz precisa aprender uma língua estrangeira?” (Hutchinson & Waters, 1987: 19).

Em seu artigo “ESP after twenty years: a re-appraisal”, Strevens (1988) aponta que pretende resumir a natureza, as potencialidades e as limitações do ensino instrumental 20 anos depois de seu aparecimento, afirmando que uma definição de inglês instrumental deve contemplar quatro características absolutas e duas características variáveis, quais sejam (Strevens, 1988: 1-2):

1. Absolute characteristics:

ESP consists of English language teaching which is:

- designed to meet specified needs of the learner
- related in content (i.e., in its themes and topics) to particular disciplines, occupations and activities
- centered on the language appropriate to those activities in syntax, lexis, discourse, semantics, etc., and analysis of this discourse
- in contrast with “General English”.

2. Variable characteristics:

ESP may be, but is not necessarily:

- restricted as to the language skills to be learned (e.g., reading only)
- not taught according to any pre-ordinated methodology

Com a publicação, em 1991, de *ESP Today: a practitioner's guide*, Robinson objetiva fazer uma revisão dos principais desenvolvimentos na área de ensino de inglês instrumental durante os anos 80, dessa vez, entretanto, ao contrário do que fizera em 1980, e também pelo claro objetivo do livro (cf. What this

book covers, página 5) a autora não dá uma definição de inglês instrumental, apenas aponta que:

“It is impossible to produce a universally applicable definition of ESP. Strevens suggests that ‘a definition of ESP that is both simple and watertight is not easy to produce’ and Hutchinson and Waters prefer to say what ESP is not.” (Robinson, 1991:1)

Mais próximos ao final da década de 90, Dudley-Evans & St John (1998) propõem-se a revisitar três definições: a de Hutchinson & Waters (1987), a de Strevens (1988) e a de Robinson (1991), para, com base nelas, apresentarem a sua própria definição. Os autores admitem a validade de cada uma das definições anteriores, mas também admitem, por outro lado, as suas falhas, tanto em relação à definição como nas características descritas.

Para Dudley-Evans & St John, uma definição de inglês instrumental deve refletir o fato de que a metodologia instrumental difere da metodologia utilizada no ensino de inglês para fins gerais, uma vez que, numa situação envolvendo o ensino instrumental, o professor passa a ser mais um consultor, ao passo que o aluno mantém o seu status de especialista em sua área de atuação. Podemos inferir aqui que, para esses autores, portanto, a diferença reside principalmente na interação aluno-professor, pois o professor, em função do conhecimento técnico do aluno, passará a desempenhar a função de consultor lingüístico. Caberá ao professor, assim, o papel de

“... develop a conscious awareness so that control is gained, whether over language, rhetorical structure or communication skills.” (Dudley-Evans & St John, 1998: 188)

A partir dessas considerações, os autores apresentam a sua definição de inglês instrumental que, assim como a de Strevens (1988), apresenta características absolutas e variáveis (Dudley-Evans & St John, 1998: 4-5):

1. Absolute characteristics:

- ESP is designed to meet specific needs of the learner;
- ESP makes use of the underlying methodology and activities of the disciplines it serves;
- ESP is centered on the language (grammar, lexis, register), skills, discourse and genres appropriate to these activities.

2. Variable characteristics:

- ESP may be related to or designed for specific disciplines;
 - ESP may use, in specific teaching situations, a different methodology from that of general English;
 - ESP is likely to be designed for adult learners, either at a tertiary level institution or in a professional work situation. It could, however, be used for learners at secondary school level;
 - ESP is generally designed for intermediate or advanced students.
- Most ESP courses assume basic knowledge of the language system, but it can be used with beginners.

O que se observa, ao compararmos a definição dada pelos autores em relação às demais, é que Dudley-Evans & St John elegem as características propostas por Strevens como as mais abrangentes entre as três anteriores, mas assinalam que pode gerar uma possível confusão, principalmente quanto ao uso da palavra conteúdo apresentada na segunda característica absoluta proposta por Strevens. Para os autores, esse item lexical pode confirmar a falsa impressão de que o ensino de inglês instrumental seja sempre relacionado diretamente a um conteúdo disciplinar específico (Dudley-Evans & St John, 1998: 3).

Verificamos, com base nas diversas definições apresentadas, que, embora com pequenas variações, podem-se definir três traços distintivos para o ensino de inglês instrumental:

- a análise de necessidades
- os objetivos claramente definidos
- o conteúdo específico.

Essas características serão de crucial importância não só em cursos de inglês instrumental como um todo, mas principalmente em cursos de inglês instrumental para negócios, pois os aprendizes no contexto empresarial têm objetivos claramente definidos e os querem atingir em curto prazo, além do fato de que tais objetivos devem contemplar a equação custo/benefício.

Embora todas as definições apresentadas até aqui se refiram a autores estrangeiros, torna-se necessário ressaltar que tais questões também ocuparam lugar de destaque no contexto brasileiro, focando, inclusive, na influência de tais definições em nosso contexto, onde uma das primeiras discussões sobre o que é inglês instrumental no Brasil foi a partir dos textos de Holmes

(1981a e b), nos quais o autor sinaliza que sua proposta “descrevia muito mais as idéias do Projeto Nacional de Inglês Instrumental do que a definição internacional de ‘Inglês Instrumental’ “ (1981b: 28).

Os episódios apresentados por Holmes em seu artigo ilustram as três das questões de maior destaque no âmbito do Projeto Nacional de Inglês Instrumental (cf. Celani et al., 1978) e que foram o ponto de partida para diversos estudos tanto práticos quanto teóricos (cf., por exemplo, os working papers do Projeto Nacional publicados pelo CEPRIL). Através da apresentação de tais episódios, Holmes pretende ilustrar três aspectos ao se formular uma metodologia em inglês instrumental: (i) o fracasso do inglês convencional, (ii) o efeito do modismo “inglês instrumental” e (iii) o papel do professor; essas questões, embora apresentadas no início da década de 80 ainda prevalecem em alguns contextos, principalmente no contexto do ensino de inglês para negócios, uma vez que as pessoas envolvidas na contratação de cursos, muitas vezes, não têm uma visão clara do que seja inglês instrumental, além de inúmeras crenças e falsas idéias preconcebidas sobre o assunto.

A questão acerca da terminologia fez surgir, na área, outras tentativas de se ampliar o conceito de inglês instrumental, como é o caso, no âmbito internacional, de Boswood (1994), que propõe um termo mais abrangente: a comunicação para propósitos específicos (CSP - Communication for Specific Purposes), mas o autor antecipa, contudo, que há vários problemas teóricos envolvidos na operacionalização do conceito.

Essa mesma questão também tem precedentes no Brasil, onde, apesar de haver tentativas de se utilizar abreviaturas em português para se referir ao ensino de inglês instrumental, como é o caso de Moita Lopes (1996: 133), em seu artigo sobre a aprendizagem da língua estrangeira na escola pública, que utiliza a abreviatura ELI (Ensino de Língua Instrumental), o termo não é muito difundido ou utilizado na área. Os termos vigentes continuam sendo inglês instrumental e/ou inglês para fins específicos, havendo uma grande utilização, pelos profissionais da área, da abreviatura em inglês, pois muitos preferem dizer que ensinam ESP, talvez pelo fato de não ser claro para muitas pessoas o que seja inglês instrumental, sendo visto ainda, em alguns meios, com um prestígio menor do que o ensino de inglês para fins gerais.

3. Tipos de inglês instrumental

Embora muito similares, parece haver duas tendências em se dividir a

área de ensino instrumental, ambas, no entanto, preocupam-se com as necessidades do aprendiz, ou seja, se o aprendiz precisa de inglês para fins acadêmicos ou profissionais.

A primeira tendência preocupa-se em distinguir os tipos de aprendiz (cf. Kennedy & Bolitho e Robinson), usando o termo inglês instrumental como guarda-chuva para abarcar duas áreas: uma para fins acadêmicos (EAP - English for Academic Purposes) e outra para fins ocupacionais (EOP - English for Occupational Purposes). A segunda tendência, por sua vez, preocupa-se em primeiramente distinguir as áreas e, só a partir daí, apresentar os tipos de aprendiz em cada uma (cf. Hutchinson & Waters).

A primeira vertente apresenta uma primeira divisão: ocupacional e vocacional e, dentro dela, apresenta os tipos de aprendiz inseridos em cada uma, se já têm experiência prévia no campo de trabalho ou se não são familiarizados com o assunto.

A segunda, por sua vez, apresenta primeiramente as três grandes áreas - inglês para ciência e tecnologia (EST - English for Sciences and Technology), inglês para negócios e economia (EBE - English for Business and Economics) e inglês para ciências sociais (ESS - English for Social Sciences) - e, somente a partir delas, é que surgem as ramificações ocupacional e acadêmico.

Existe ainda uma terceira tendência, apresentada por Johns (1993), Johns & Dudley-Evans (1991) e Robinson (1991) como sendo a vertente de inglês instrumental nos Estados Unidos, na qual se verifica uma primeira grande divisão em acadêmico, profissional e vocacional. Num segundo nível, a área acadêmica apresenta-se subdividida em duas áreas: uma geral e outra específica para a disciplina; a área profissional subdivide-se em negócios, social e tecnologia; a área vocacional apresenta um nível inicial e outro no qual o aprendiz já tem algum conhecimento.

Como se pode depreender, os tipos de inglês instrumental estão estritamente focados no aprendiz e preocupam-se em definir as áreas, assim como produzir materiais em função de seus objetivos. O termo inglês para negócios, no entanto, parece não se encaixar em nenhuma das áreas (Johnson, 1993), conforme veremos a seguir.

4. Inglês para negócios

O que acontece com a área de inglês para negócios atualmente é o mesmo que aconteceu com o inglês para ciência e tecnologia (EST - English for Sciences and Technology) nos anos 70 e com o inglês para fins acadêmicos (EAP - English for Academic Purposes) nos anos 80 (Dudley-Evans & St John, 1996): as mudanças políticas e econômicas do mundo globalizado aumentam a demanda por material; com as outras duas áreas, entretanto, houve uma grande produção em pesquisa, inversamente proporcional ao inglês para negócios onde houve uma explosão de produção de material didático, mas pouco se desenvolveu em pesquisas.

Esse panorama, contudo, vai aos poucos se alterando, uma vez que o inglês tornou-se a língua internacional dos negócios, principalmente se pensarmos nas informações veiculadas diariamente pela Internet, sem mencionar a grande quantidade de informações trocadas entre falantes não-nativos da língua inglesa que utilizam essa língua como meio de comunicação. Consideremos, por exemplo, os trabalhos de Santos (1996) e de Batista (1998): o primeiro analisa a troca de cartas comerciais entre os escritórios de empresas parceiras na Holanda, na Inglaterra e no Brasil, para as quais a língua utilizada é o inglês; o trabalho de Batista, por sua vez, analisa a troca de e-mails entre uma empresa sueca e suas filiais na Suécia, na Inglaterra, no Brasil e em outros países da América Latina falantes de espanhol; Nickerson (1999) desenvolve uma investigação sobre o uso do inglês na comunicação de um profissional holandês e as razões pelas quais o inglês é utilizado em vez do holandês.

A utilização do inglês como língua internacional no mundo dos negócios pode ainda ser verificada com base em três áreas que têm apresentado um sensível desenvolvimento nos últimos anos: (a) as pesquisas sobre o uso de inglês desenvolvidas em países não-nativos de língua inglesa como o Brasil e a Finlândia e a publicação dos resultados de tais pesquisas; (b) a publicação de livros didáticos para o ensino de inglês para negócios, que admitem o uso, principalmente em seus exercícios de compreensão oral, do inglês internacional; (c) o surgimento de certificados internacionais que comprovam a capacidade de utilização do idioma para uso em situações de negócios, além das (d) novas tendências em pesquisas preocupadas com o estudo da linguagem empresarial, conforme discutiremos a seguir.

(a) O uso do inglês em países não-nativos de língua inglesa

Uma das razões mais frequentes para a utilização do inglês em países não-nativos de língua inglesa, geralmente mencionada em estudos (cf. Akar & Louhiala-Salminen, 1999) sobre a linguagem empresarial, é o fato de as mudan-

ças tecnológicas terem alterado sensivelmente a comunicação entre as empresas e de o inglês ser a língua utilizada para essa comunicação. Há pouco menos de uma década, a carta era o meio utilizado para a comunicação entre as empresas, ao passo que novas tecnologias foram desenvolvidas, a carta, antes trocada por via postal, passou a ser enviada via fax, para, num momento seguinte, após a grande expansão da World Wide Web e seu uso no mundo dos negócios, o fax foi relegado a um segundo plano, dando lugar ao e-mail, que é hoje o grande meio de comunicação intra e entre as empresas, principalmente pela sua rapidez, para não dizermos imediatez.

O avanço tecnológico, portanto, obrigou as empresas a desenvolver meios cada vez mais rápidos e eficientes para a comunicação, mudando assim as práticas de produção de documentos escritos, que antes eram baseados em livros e manuais com modelos preestabelecidos de cartas, funcionando como uma fonte de frases feitas para as pessoas que necessitassem produzir algum documento escrito.

A necessidade de uso da língua inglesa, com base nessa situação, tornou-se iminente, pois grande parte da comunicação entre empresas localizadas em diferentes países passou a ser em inglês.

O estudo de Barbara et alii (1996), que tem como objetivo principal detectar as necessidades de comunicação de usuários em inglês e português para propósitos empresariais, assim como identificar as variedades de gêneros do discurso mais difundidos nas transações entre empresas, revela que, das empresas que responderam aos 214 questionários utilizados no estudo, 72% delas utilizam o inglês como língua para comunicação internacional.

Os resultados obtidos na Finlândia apresentam um índice ainda maior; segundo o estudo de Louhiala-Salminen (1996), 90% da comunidade empresarial finlandesa utiliza o inglês para comunicação, revelando ainda que a carta tradicional tem se tornado rara, ou quase extinta, além da emergência do que a autora denomina Euro-English, ou seja, o inglês falado entre os europeus que não aprenderam inglês como primeira língua.

Outra conseqüência revelada por estes estudos, embora não explicitamente, diz respeito ao surgimento do inglês internacional, pois, uma vez que são falantes de uma outra língua estrangeira e utilizam o inglês para comunicação, tendem a imprimir a essa língua características lexicais e sintáticas típicas de sua língua materna, dificultando, por vezes, a compreensão do chamado

inglês internacional por falantes nativos do idioma.

(b) O uso do inglês internacional em livros didáticos

Assim como o mercado globalizado imprimiu um novo status ao inglês, a publicação de livros didáticos voltados ao ensino de inglês para negócios parece acompanhar a mesma tendência: alguns dos livros recentemente publicados assumem a utilização do inglês como língua internacional, outros afirmam acompanhar as novas tendências de mercado, incluindo novas habilidades requeridas no contexto, como o uso de e-mail, por exemplo.

Os autores do livro *Busines Venture 1* (Barnard & Cady, 1992), por exemplo, sinalizam em sua introdução:

“The language models provided are standard American English, although a variety of other native and non-native accents (British, Australian, Japanese, French) appear in the listening materials. The emphasis throughout is on presenting English as an international means of communication”.

Como se pode verificar, essa preocupação, a julgar pela data de publicação do material, não é tão recente.

Outros materiais se propõem a acompanhar as tendências do mundo moderno apresentando uma atualização tecnológica. O livro *Powerhouse* (Evans, 1998) traz em sua contra-capa, entre outros itens:

“Business skills for the modern world - such as systematic work on vocabulary and social skills, and developing e-mail writing abilities.”

Há, como se vê, uma preocupação em demonstrar a atualização do material, bem como o interesse em garantir ao aprendiz a sua interação com o mundo através do inglês.

(c) Os certificados de inglês para negócios

Além das tendências anteriormente relacionadas em relação à globalização do inglês e sua utilização como língua internacional, um outro fator que vem adicionar-se aos anteriores é o surgimento de certificados internacionais que conferem ao aprendiz um documento formal de que está apto a utilizar o inglês em situações de negócios.

A Universidade de Cambridge, além dos já conhecidos certificados internacionais como o First Certificate in English e o Certificate of Proficiency in English, lançou recentemente o BEC - Business English Certificate, em três níveis, cobrindo conteúdos lingüísticos de nível básico, intermediário e avançado (BEC 1, BEC 2 e BEC 3, respectivamente). Em folheto explicativo, são explicados os fatores de lançamento desses certificados, que já haviam sido lançados na Ásia em 1993. Em termos de objetivos são assim descritos:

“...They are practical examinations that focus on the application of language in dealing with real-world business situations... (p. 4)”

A Câmara de Comércio Inglesa também oferece o EFB (English for Business), certificados para profissionais em quatro níveis de proficiência, além de oferecer, atualmente, um certificado para professores de inglês para negócios, o FTBE (Foundation Certificate for Teachers of Business English).

A gradação de níveis estabelecida pelo certificado da Câmara do Comércio Inglesa é baseado nos níveis estabelecidos pelo Conselho da Europa, bem como pelos parâmetros ditados pelo governo britânico, o British Government's National Standards for Languages.

O TOEIC (Test of English for International Communication) era oferecido inicialmente apenas para o Japão e, em 1995, passou a ser também oferecido aos países da Ásia, Europa e Américas. Este teste foi desenvolvido pelo Educational Testing Service, órgão sem fins lucrativos localizado em Princeton, Estados Unidos, com o objetivo de mensurar a proficiência em língua inglesa requerida para uso prático no mundo profissional. Algumas empresas utilizam o TOEIC como forma de mensurar a habilidade de seus profissionais em utilizar o inglês para propósitos como contratação, treinamento, para promoção a cargos para os quais o inglês seja requerido ou para assumir cargos no exterior (Dudley-Evans & St John, 1996).

Esses certificados, portanto, vem ocupar um novo nicho surgido com o desenvolvimento do inglês como língua internacional e como ferramenta essencial para a interação no contexto empresarial mundial.

(d) Novas tendências

O cenário de consultores de ensino de línguas para empresas que operam na área empresarial e têm pouco contato com o meio acadêmico (Johns,

1993), parece estar mudando, como se pode perceber, por exemplo, com a grande quantidade de trabalhos preocupados com a linguagem empresarial, como aqueles conduzidos por alunos dos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (cf., por exemplo, Garcez, 1991), da PUC-RJ (cf. por exemplo, Bastos, 1996; Gago, 1999), e da PUC-SP (cf., por exemplo, Berber Sardinha, 1994; Machado, 1995; Santos, 1996; Tapia, 1996; Guerra, 1997; Ramos, 1997; Vian Jr., 1997; Abdalla Nunes, 1998; Prado, 1998 e Batista, 1998).

Essa tendência vem suprir uma grande deficiência na área de ensino de inglês instrumental, alegada por autores como Johns & Dudley-Evans (1991), Thompson (1994), St John (1996) e Ellis & Johnson (1994), que é a escassez de estudos empíricos, em contraposição à grande produção de material existente na área.

O fato de haver pouca pesquisa na área será a grande tendência para o século XXI, no universo cada vez mais globalizado: as preocupações com o ensino de inglês no contexto empresarial, as linguagens utilizadas para interação nos meios profissionais e questões envolvendo gêneros do discurso (cf. Collins et al., 1997). A questão que deriva daí, contudo, é novamente uma questão terminológica, conforme veremos a seguir.

Uma outra tendência que aparece como reflexo dos tópicos até aqui expostos é o surgimento, na área da Linguística Aplicada, e conforme sinalizado por Bargiela-Chiappini & Nickerson (1999), de novos campos de pesquisa: o discurso institucional, o discurso profissional e o discurso dos negócios.

O discurso profissional refere-se ao discurso legal, médico, educacional e científico, entre outros, caracterizados por um conjunto de necessidades cognitivas, condições sociais e sua relação com a sociedade como um todo (Gunnarson et alii, 1997: 5). Associado a este, mas num contexto mais restrito está o discurso institucional, que compreende a relação entre um leigo e um especialista, como na relação médico-paciente, ou advogado-cliente, por exemplo. O discurso da área de negócios, finalmente, apresenta muitas características do discurso profissional, principalmente em relação à interdiscursividade, mas apresenta uma distinção marcante, que é o papel dos interactantes, que se encontram, geralmente, num mesmo nível.

O trabalho de Bargiela-Chiappini & Nickerson (1999) traz marcantes contribuições para a área de inglês para negócios, suprimindo, de certa forma, a

escassez em pesquisas mencionada anteriormente, além dos trabalhos de Gunnarson et alii (1997), Bremer et alii (1998) e Mawer (1998), que também apresentam estudos relacionados à área de negócios.

5. Inglês instrumental para negócios

Com o avanço tecnológico e a conseqüente diminuição das distâncias, principalmente em função da Internet, o profissional/aprendiz de inglês, tendo aulas nas empresas, passou a ter necessidades cada vez mais específicas, fugindo, por vezes, das necessidades e conteúdos impostos pelo livro didático, tornado-se desnecessário o estudo de áreas muito gerais, fazendo surgir o ensino centrado no que se convencionou chamar “performance skills”, ou seja, habilidades que o profissional já desempenhava na língua materna, tais como atender telefone, participar de reuniões, fazer apresentações, negociações, entre outras e, numa economia globalizada, surgiu como necessidade para interação com falantes nativos e não-nativos de todo o mundo que utilizam o inglês nessas interações.

O profissional/aprendiz, dessa forma, viu-se na iminência de ter que utilizar o idioma para essas situações específicas, havendo assim, acima de tudo, a pressão de tempo. Isso acelerou o aparecimento de cursos voltados para atender essas necessidades, o que levou, conseqüentemente, à produção de material. Essa tendência, portanto, fez surgir uma nova área no ensino de inglês para negócios: o ensino instrumental para negócios ou ensino de inglês para fins específicos de negócios (ESBP - English for Specific Business Purposes).

As características, a princípio, assemelham-se àquelas do inglês para negócios, mas diferem em alguns pontos, como a questão das competências, pois, em alguns casos, a competência sociolingüística torna-se muito mais importante do que a preocupação com a competência gramatical, típica dos cursos de inglês para fins gerais de negócios, que possuem necessariamente um item de conteúdo gramatical.

Outro fator que incita essa tendência é a grande quantidade de estudos publicados ultimamente que colocam como primordial a preocupação com o ensino dos gêneros do discurso (Strevens (1988), Johns e Dudley-Evans (1991), Johns (1993), Tickoo (1994), Dudley-Evans & St. John (1996), Swales (1990), entre outros), tendência que atende mais eficientemente às necessidades do aprendiz que tem que utilizar gêneros específicos de acordo com a situação.

Todas essas tendências trazem um novo status ao ensino de inglês instrumental para negócios, colocando por terra problemas tais como o apontado por Williams (1988), em que havia uma discrepância muito acentuada entre o que se ensina de linguagem na sala de aula e o que realmente ocorre no mundo real e pesquisas na área, como a de Garcez (1993), por exemplo, permite-nos transmitir aos alunos o que realmente ocorre no mundo real, não apenas o conteúdo imaginado pelo autor de livros didáticos.

6. Considerações finais

Este trabalho procurou traçar, de maneira sucinta, a trajetória do ensino de inglês instrumental e a questão terminológica. Nosso objetivo foi, com isso, focar no surgimento da área de ensino de inglês instrumental para negócios que, diferentemente de outras áreas, fez surgir necessidades cada vez mais específicas, ampliando o leque teórico na área de ensino de inglês instrumental.

Apresentamos algumas das principais características dessa área de ensino, principalmente aquelas relacionadas às necessidades do aprendiz, bem como as perspectivas futuras de aumento de estudos nessa área que, embora tenha apresentado um grande aumento de pesquisa, ainda requer estudos em áreas específicas, para que possamos levantar, cada vez mais, questões práticas e de aplicação pedagógica para aplicação em contextos específicos, nesse caso, para o ensino no contexto empresarial.

As questões aqui levantadas apresentam, ainda que de maneira tímida, algumas respostas às perguntas colocadas por Waters no texto em epígrafe na introdução deste trabalho, mostrando a ampliação da área de ensino de inglês instrumental - mais especificamente, neste caso, o inglês para fins gerais de negócios, referido neste artigo como inglês para negócios e o inglês para fins específicos de negócios, aqui utilizado como inglês instrumental para negócios -, correspondendo ao “second coming” sugerido por Waters. As respostas, feliz ou infelizmente, serão obtidas na nossa prática diária e surgirão com a evolução natural tanto de nossa prática pedagógica quanto de pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA NUNES, Z. A. (1998) Entrevistas de emprego: o que há de simétrico e assimétrico nas perguntas dessa relação? Tese de

- doutorado inédita. São Paulo, SP, PUC-SP.
- AKAR, D., L. LOUHALA-SALMINEN (1999) Towards a new genre: a comparative study of business faxes. In: F. BARGIELA-CHIAPPINI & C. NICKERSON (eds.) *Writing Business: genres, media and discourses*. Essex: Longman.
- BARBARA, L., M. A. A. CELANI, H. COLLINS, M. SCOTT (1996) A survey of communication patterns in the Brazilian business context. *English for Specific Purposes* **15** (1): 57-71.
- BARGIELA-CHIAPPINI, F. & C. NICKERSON (1999) *Writing business: genres, media and discourses*. Essex: Longman.
- BARNARD, R., J. CADY (1992) *Business Venture* 1. Oxford: Oxford University Press.
- BASTOS, L. C. (1996) Power, solidarity and the construction of requestes in service encounters. *The ESPecialist* **17** (2): 151-174.
- BATISTA, M. E. (1998) E-mails na troca de informação numa multinacional: o gênero e as escolhas léxico-gramaticais. Dissertação de mestrado inédita. São Paulo, SP, PUC-SP.
- BERBER SARDINHA, A. P. (1994) Lexical frameworks in Annual Business Reports. *DIRECT Papers. Working Paper* 12. CEPRIL, PUC-SP, AELSU, University of Liverpool.
- BLOOR, M. (1997) The English language and ESP teaching in the 21st century. In: *ESP in Latin America*. F. MEYER, A. BOLIVAR, J. FEBRES, M. B. SERRA (eds.) Universidad de los Andes. CODEPRE.
- BOSWOOD, T. (1994) Communication for Specific Purposes: establishing the communicative event as the focus of attention in ESP. Perspectives. *Working Papers of the Dept. of English*. Volume 6 (1) City Polythecnic of Hong Kong.
- BREMER, K., C. ROBERTS, M-T VASSEUR, M. SIMONOT, P. BOREDER (1998) *Achieving Understanding: Discourse in Intercultural Encounters*. Essex: Longman.
- CELANI, M. A. A.; J. L. HOLMES; R. C. G. M. RAMOS; M. R. SCOTT (1978) *The Brazilian ESP project - an evaluation*. São Paulo, SP: EDUC.
- COLLINS, H.; L. BARBARA; M. A. A. CELANI; M. C. P. SOUZA E SILVA (1997) Ângulos de análise do discurso empresarial. *DIRECT Papers. Working Paper* 37. CEPRIL, PUC-SP, AELSU, University of Liverpool.
- DUDLEY-EVANS & M. J. ST. JOHN (1996) Report on Business English: a

- review of research and published teaching materials. *TOEIC Research Report* number 2. Princeton, Educational testing Service.
- _____ (1998) *Developments in English for Specific Purposes - A multi-disciplinary approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ELLIS, M. & C. JOHNSON (1994) *Teaching Business English*. Oxford: Oxford University Press.
- EVANS, D. (1998) *Powerhouse - an intermediate Business English course*. Oxford: Longman.
- GAGO, P. C. (1999) Análise de esquemas e alinhamentos na sentença judicial penal. *Intercâmbio*, volume VIII: 353-360. LAEL/PUC-SP.
- GARCEZ, P. (1991) *Conflicting conversational styles in a cross-cultural business negotiation*. Dissertação de mestrado inédita. Universidade Federal de Santa Catarina.
- _____ (1993) Point-making styles in cross-cultural business communication: a microethnographic study. *English for Specific Purposes* **12**: 103-120.
- GUERRA, V. M. L. (1997) *Linguagem empresarial: a questão da polifonia e dos intertextos no discurso da CESP*. Dissertação de mestrado inédita. São Paulo, SP, PUC-SP.
- GUNNARSON, B-L, P. LINELL & B. NORDBERG (1997) *The construction of professional discourse*. London: Longman.
- HOLMES, J. (1981a) What do we mean by ESP? Projeto Ensino de Inglês Instrumental em Universidades Brasileiras. *Working Paper 2*. São Paulo, SP, PUC-SP.
- _____ (1981b) Que queremos dizer com 'inglês instrumental'? In: R. M. SOUSA (org.) *Instrumentalidade no ensino de línguas estrangeiras*. Fortaleza, CE, Prensa Universitária, Universidade Federal do Ceará.
- HOWATT, A. P. R. (1984) *A history of English Language Teaching*. Oxford: Oxford University Press.
- HUTCHINSON, T., A. WATERS (1987) *English for Specific Purposes - a learning-centred approach*. Cambridge, Cambridge University Press.
- JOHNS, A. (1993) ESP around the world: a perspective from the United States. *Les Cahiers de l'APLUIT*. Volume XIII 2 (51).
- JOHNS & T. DUDLEY-EVANS (1991) *English for Specific Purposes: international in scope, specific in purpose*.
- JOHNSON, C. (1993) Business English. *Language Teaching* **26**: 201-209.
- KENNEDY, C. & R. BOLITHO (1984) *English for Specific Purposes*. Basingstoke, Macmillan.

- LOUHALA-SALMINEN, L. (1996) The business communication classroom vs reality: what should we teach today? *English for Specific Purposes* 15 (1): 37-51.
- MACHADO, M. J. (1995) Linguagem empresarial: um estudo da polifonia e da ideologia no discurso de uma grande corporação. Dissertação de mestrado inédita. São Paulo, SP, PUC-SP.
- MAWER, G. (1998) *Language and Literacy in Workplace Education*. Essex: Longman.
- MOITA LOPES, L. P. (1996) A função da aprendizagem de línguas estrangeiras na escola pública. In: *Oficina de Lingüística Aplicada*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- NICKERSON, C. (1999) The use of English in electronic mail in a multinational corporation. In: F. BARGIELA-CHIAPPINI & C. NICKERSON (eds.) *Writing Business: genres, media and discourses*. Essex: Longman.
- PRADO DE SOUZA, S. M. (1998) O trabalho traz uma contribuição importante para a área dos estudos da linguagem no contexto das relações de trabalho numa perspectiva intercultural (Brasil e Inglaterra). Tese de doutorado inédita. São Paulo, SP, PUC-SP.
- RAMOS, R. C. G. (1997) Projeção de imagens através de escolhas lingüísticas: um estudo no contexto empresarial. Tese de doutorado inédita. São Paulo, SP, PUC-SP.
- ROBINSON, P. (1980) *ESP - English for Specific Purposes*. Pergamon Press.
- _____ (1991) *ESP today: a practitioner's guide*. Hertfordshire: Prentice Hall International.
- SANTOS, V. B. M. P. (1996) Padrões interpessoais no gênero de cartas de negociação. Dissertação de mestrado inédita. São Paulo, SP, PUC-SP.
- ST-JOHN, M. J. (1996) Business is booming: business English in the 1990s. *English for Specific Purposes*, volume 15 (1): 3-18.
- STREVEENS, P. (1988) ESP after twenty years: a re-appraisal. In: *ESP: state of the art*. M. L. TICKOO (ed.) Anthology Series 21. SEAMEO Regional Language Center.
- SWALES, J. (1985) *Episodes in ESP*. Oxford: Pergamon Press.
- _____ (1990) *Genre analysis - English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TAPIA, M. X. C. (1996) Se eu não soubesse eu não ia saber - representação

de uma identidade comunitária através de um gênero no discurso médico. Dissertação de mestrado inédita. São Paulo, SP, PUC-SP.

THOMPSON, S. (1994) Laughter and interpersonal management in a business meeting. In: L. Barbara & M. Scott (eds.) *Reflections on second language learning*. Clevedon, Multilingual Matters.

TICKOO, M. L. (1994) Approaches to ESP: arguing a paradigm shift. In: R. KHOO (ed.) *LSP: Problems and prospects*. Anthology Series 33. SEAMEO Regional Language Center.

VIAN JR., O. (1997) Conceito de gênero e análise de textos de vídeos institucionais. Dissertação de mestrado inédita. São Paulo, SP, PUC-SP.

WATERS, A. (1994) ESP - things fall apart? In: R. KHOO (ed.) *LSP: Problems and prospects*. Anthology Series 33. SEAMEO Regional Language Center.

WILLIAMS, M. (1988) Language taught for meetings and language used in meetings: is there anything in common? *Applied Linguistics* 9: 45-58.